CDHU 50 ANOS

Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo

CDHU 50 ANOS

CDHU
Secretaria da Habitação

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

CDHU 50 ANOS

Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo

São Paulo
1ª Edição

2016

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Geraldo Alckmin
GOVERNADOR

Secretaria da Habitação

Rodrigo Garcia
SECRETÁRIO DE ESTADO

Nelson Luiz Baeta Neves Filho
SECRETÁRIO ADJUNTO

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)

Marcos Rodrigues Penido
DIRETOR PRESIDENTE

Euvanda Gonçalves de Morais
CHEFE DE GABINETE

Carlos Aberto Fachini
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINACEIRO

Aguinaldo Lopes Quintana Neto
DIRETOR TÉCNICO

Elisabete França
DIRETORA DE PLANEJAMENTO E FOMENTO

Ernesto Mascellani Neto
DIRETOR DE ATENDIMENTO HABITACIONAL

Nourival Pantano Júnior
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em São Paulo, estado mais desenvolvido do país, o investimento mais importante é aquele feito em políticas públicas que não deixam ninguém para trás. Cientes dessa missão, somos o único Estado brasileiro que destina 1% do ICMS para as moradias de famílias de menor renda.

É para essas famílias que a CDHU dirige o seu trabalho, transformando em realidade o sonho e o direito à casa própria e promovendo a cidadania e a inclusão social. Além de investir nos empreendimentos habitacionais, o Governo Estadual, por meio da Companhia, tem uma política de subsídios que permite a aquisição dos imóveis por pessoas que, de outro modo, não teriam condições de arcar com prestações imobiliárias.

Os investimentos da CDHU também se transformam em melhorias para os municípios. A aplicação de recursos financeiros na construção de unidades para combater o déficit habitacional tem reflexos positivos em distintos setores da economia, gerando empregos na fase da obra e, de modo permanente, desenvolvimento local. Aos 50 anos de bons serviços prestados aos brasileiros de São Paulo, a Companhia já atuou em 617 municípios paulistas. São 3.474 conjuntos habitacionais entregues.

A experiência e o foco fazem da CDHU uma empresa inovadora, que desenvolve ações de recuperação ambiental e de qualificação de áreas degradadas, como urbanização de favelas, sempre em conjunto com políticas sociais locais e regionais. As obras de infraestrutura urbana melhoram a qualidade de vida dos moradores e, de modo geral, a saúde pública. A CDHU também é pioneira na instituição de cotas para pessoas com deficiência, idosos e policiais, e na criação de programas para demandas específicas como aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

Toda a experiência acumulada da CDHU em cinco décadas de trabalho e pioneirismo está a serviço agora de mais um projeto emblemático e inovador, que terá impacto positivo e duradouro na vida das pessoas e no espaço público: a PPP do Centro, a primeira parceria público-privada na área da habitação, que está revitalizando áreas degradadas do centro da capital.

Mais do que números, enxergamos na ação da CDHU o compromisso constante com o aprimoramento para atender cada vez melhor as populações mais vulneráveis do nosso Estado. Por isso, há 50 anos a Companhia vem transformando positivamente a realidade dos municípios e das pessoas. Boa leitura!

Geraldo Alckmin
Governador

Marco na Política Habitacional

A política habitacional brasileira não pode ser compreendida sem a trajetória da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do Estado de São Paulo. Todos os obstáculos que surgiram durante a expansão das ações do poder público nessa área, no restante do país, já haviam se manifestado de alguma forma no território paulista, com soluções inevitavelmente vinculadas à atuação da empresa estadual. Dessa forma, as práticas desenvolvidas pela CDHU foram disseminadas ou serviram de inspiração para a atuação da administração pública no Brasil afora.

As etapas do crescimento das cidades foram muito mais rápidas em São Paulo, com o êxodo rural paulista, a migração de outros estados e a imigração de outros países. Se a população brasileira triplicou na segunda metade do século XX – de 50 milhões para 150 milhões –, São Paulo enfrentou esse *boom* populacional de forma ainda mais intensa. O número de paulistas quadruplicou no mesmo período, de 9,1 milhões em 1950 para 36,9 milhões no ano 2000.

Em um contexto histórico como esse, foi inevitável um crescimento desordenado da malha urbana. Isso levou à falta de moradias e à formação de assentamentos precários para uma importante parcela da população paulista. São pessoas em busca de condições dignas de moradia, que demandam um grande volume de recursos no desenvolvimento das ações governamentais.

Fundada como Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP), a empresa foi criada em meio a essa demanda crescente por habitações de interesse social de uma parte da população que não conseguiria uma residência sem o apoio do governo. Ou seja, dar casa para quem necessita de casa.

A CDHU enfrentou grandes desafios nesses seus primeiros 50 anos de existência, desde a evolução dos métodos construtivos até a institucionalização do investimento na área como política de Estado. Medidas essas que a levaram a ser referência internacional.

Para garantir o aporte necessário para a atuação na construção civil, que necessita de grandes recursos, o Governo do Estado instituiu a prática de investir em habitação popular 1% da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). Inicialmente, essa regra foi estabelecida pela Lei Estadual nº 6.556, de 30 de novembro de 1989. Contudo, em 1997, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, por isso, foi adotada como um compromisso do governo estadual.

Hoje em dia, já são mais de 2 milhões de pessoas que moram em 516 mil unidades habitacionais construídas por meio da CDHU. Sabemos que há ainda muito a ser feito na área da habitação popular, mas temos orgulho de tudo que conquistamos nessas cinco décadas. Que venham mais 50 anos de dedicação à população que mais precisa, em busca do sonho da casa própria.

Rodrigo Garcia
Secretário de Estado da Habitação de São Paulo

Compromisso com quem mais precisa

A função da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) é das mais nobres: construir um lar para quem mais precisa. Para tal, existe um árduo trabalho, que exige conciliar os altos custos do setor, a expectativa da população, as dificuldades que surgem durante o andamento de qualquer grande construção, entre outros fatores, para beneficiar o maior número de pessoas possível. Esse é um objetivo que está muito claro para todos que integram a empresa e é a referência para todos os nossos setores.

Desde quando a CDHU começou a atuar, a sociedade paulista e a brasileira elevaram muito suas exigências por qualidade da construção, infraestrutura urbana, inserção de pessoas com deficiência, respeito ao meio ambiente, economia de água e de energia, gestão de resíduos, entre outros requisitos. À medida que a Companhia foi adaptando suas iniciativas para atender às novas exigências, o mercado da construção civil para moradias populares também seguiu essa evolução.

Adotamos internamente a política de que as famílias carentes devem receber casas bem construídas. Tudo para superar o preconceito de que "quatro paredes" seriam o suficiente para quem não tem onde morar em boas condições.

Foi então criado na Companhia, em 1996, o Programa QUALIHAB, um marco na área. Em parceria com a iniciativa privada e com acompanhamento do terceiro setor, foi elaborada uma meta de aprimoramento da qualidade de todos os produtos utilizados – esquadrias, batentes, encanamento, fiação etc. –, para que a população carente passasse a receber uma unidade habitacional cada vez melhor. O resultado foi que evoluímos juntos e os maiores beneficiados foram os paulistas.

Também alcançamos *expertise* em urbanização de assentamentos precários, com obras em áreas de risco ou de preservação ambiental. É o caso do Jardim Santo André, em Santo André, e dos bairros-cota, na Serra do Mar.

Outro fato marcante da CDHU foi a criação do desenho universal, utilizado a partir de 2008. A inovação é um modelo de construção que permite a produção seriada de moradias populares, com diversas características de alta qualidade. Essa modalidade de construção permite que moradores com deficiência ou mobilidade reduzida possam circular sem impedimento por todo o imóvel. Os cadeirantes possuem cômodos com espaço suficiente para girar as cadeiras de rodas, janelas em altura que permita a visão externa, portas com 90 centímetros de largura, interruptores e tomadas em altura compatível, banheiros acessíveis e sem degraus no imóvel. Além disso, temos aquecimento solar para a água do chuveiro e medição individualizada de água em condomínios verticais.

Por causa de todas essas conquistas, tenho orgulho de ter participado de grande parte desses 50 anos, o que é uma honra para mim.

Marcos Penido

Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)

Sumário

Prefácio 11

Introdução 15

Linha do Tempo 19

Primeiro Período 1964-1974 33

Segundo Período 1975-1982 83

Terceiro Período 1983-1988 119

Quarto Período 1989-1994 171

Quinto Período 1995-2000 237

Sexto Período 2001-2006 289

Sétimo Período 2007-2013 341

Funcionários da CDHU 433

Referências Bibliográficas 446

Prefácio

Nestor Goulart Reis
Professor Titular da FAUUSP

Este livro apresenta uma documentação cuidadosa, com dados cobrindo as diferentes etapas dos 50 anos de atuação da CDHU. É contribuição importante para estudos sobre problemas habitacionais no Estado de São Paulo e sobre as condições enfrentadas nas diferentes fases da existência do órgão. Tomadas isoladamente, cada uma das obras adiante registradas aparece como uma "experiência", como uma proposta. Examinadas em conjunto, mostram um esforço imenso de sucessivas técnicas para abordar de modo sistemático um amplo espectro de problemas.

O ponto central do urbanismo contemporâneo, no trato com grandes adensamentos demográficos, é a presença das massas trabalhadoras. Para os projetos urbanos, é a busca de formas eficazes de resposta às demandas crescentes de habitação popular. A publicação deste livro nos permite conhecer a história de uma instituição criada pelo Estado de São Paulo há meio século, com essa finalidade, em cumprimento às suas responsabilidades. E expõe os resultados mais significativos de sua ação.

Não por acaso, a atuação efetiva em nosso estado teve início prático em 1965, quando se iniciava a formação da Região Metropolitana de São Paulo e as cidades médias do estado começavam seus processos de modernização e expansão demográfica, que deram origem às aglomerações urbanas hoje existentes, com destaque para a formação das outras regiões metropolitanas: Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba. A nova escala urbanística exigia, já então, uma busca intensa de soluções para os problemas de habitação popular.

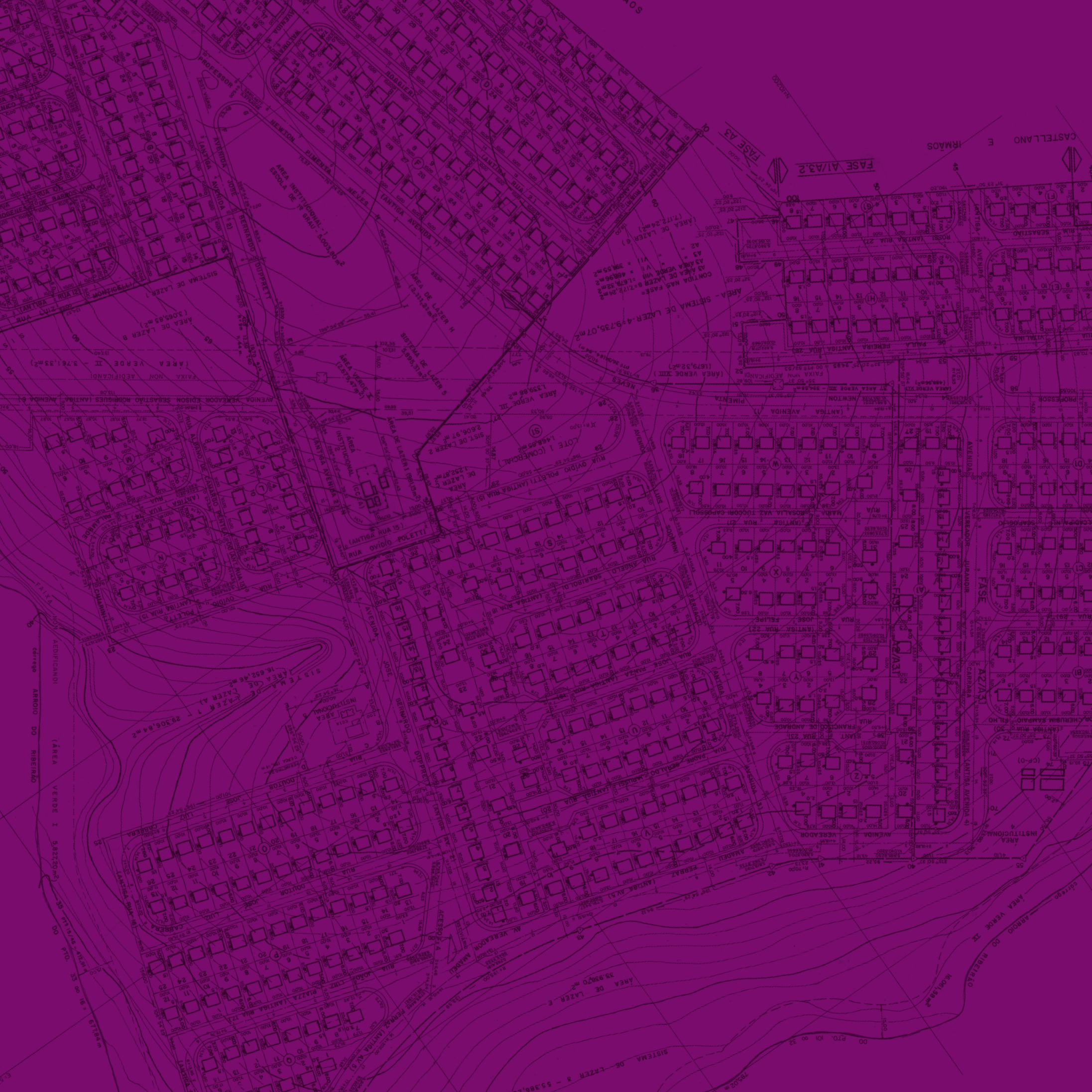
A entidade começou com um quadro profissional reduzido, contratando escritórios para o desenvolvimento de seus projetos de arquitetura. Destacaram-se, no caso, os projetos desenvolvidos pela equipe liderada por Vilanova Artigas, que estabeleceu diretrizes inovadoras para sua atuação. A partir de então, os projetos passaram a ter como referência a adoção de critérios de padronização, industrialização e qualidade para as unidades, bem como a previsão e execução de equipamentos de uso coletivo, de modo a formar unidades de vizinhança ou bairros.

Das fases seguintes, paralelamente às mudanças institucionais necessárias, para possibilitar a ampliação da escala de atuação do órgão, o livro nos revela o envolvimento crescente das equipes internas de profissionais no desenvolvimento de padrões semelhantes de projeto.

Por um lado havia preocupação constante com os aspectos urbanísticos, com a definição de formas de tecido urbano mais adequadas para os projetos propostos, conforme fossem conjuntos de casas isoladas ou edifício de apartamentos. Por outro, havia preocupação com as soluções de paisagismo, respondendo às condições topográficas e ambientais e às formas de relacionamento com as áreas envoltórias.

Percorrendo as páginas deste livro, fica evidente a diferença na qualidade desses projetos arquitetônicos e urbanísticos, contrastando com o primarismo comum em muitas obras naqueles tempos e, infelizmente, também no presente.

Esta publicação, em boa hora decidida pela diretoria da CDHU, mais do que comemorar os 50 anos de sua existência, é uma contribuição para o conhecimento público sobre os problemas de habitação popular e os modos de enfrentá-los. De certo modo, expressa o que podemos considerar como uma tradição de qualidade de projetos, que deve ser tomada como referência por todos os que pretendem atuar no setor.


FASE A3
FASE A1/A3.2
FASE A2/A3.1
FASE
AVENIDA JOSE BERNARDO DUFFREY
NEWTON PIMENTA NEVES
(ANTIGA AVENIDA 1)
(ANTIGA RUA 2)
ROGGIER
BUENO
PROFESSOR
MALUF
MONTICELLI
RUA LUIZ
RUA IX DE BARROS LOBO
AVENIDA VEREADOR EDISON SEBASTIÃO RODRIGUES (ANTIGA 6)
RUA ALBANO DE CAMARGO PENTEADO
RUA OVÍDIO POLETTI (ANTIGA RUA 15)
RUA ANGELO SGARBOLDI
RUA JOSÉ PINZA (ANTIGA RUA 22)
RUA FRANCISCO DE ANDRADE
RUA PADRE GERALDO CAMARGO
AVENIDA VEREADOR AMADEU FERRAZ (ANTIGA AV.5)
AVENIDA (ANTIGA AV.4)
AVENIDA (ANTIGA AV.7)
AVENIDA (ANTIGA AV.11)
AVENIDA (ANTIGA AV.12)
AVENIDA (ANTIGA AV.13)
RUA (ANTIGA RUA 21)
RUA (ANTIGA RUA 23)
RUA (ANTIGA RUA 24)
RUA (ANTIGA RUA 25)
RUA (ANTIGA RUA 27)
RUA (ANTIGA RUA 28)
RUA (ANTIGA RUA 29)
RUA (ANTIGA RUA 30)
RUA (ANTIGA RUA 31)
RUA (ANTIGA RUA 32)
RUA (ANTIGA RUA 33)
RUA (ANTIGA RUA 34)
RUA (ANTIGA RUA 35)
RUA (ANTIGA RUA 36)
RUA (ANTIGA RUA

Introdução

A ideia de organizar a memória da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), surgiu da necessidade de divulgar a extensa produção arquitetônica e urbanística de habitação social no Estado de São Paulo, circunscrita ao seu momento histórico, político, econômico e social.

A árdua tarefa de recuperar a história administrativa, arquitetônica e de atendimento social valeu-se da busca nos poucos documentos técnicos existentes, além da contribuição de servidores da instituição e de uma cuidadosa pesquisa no banco de projetos e no acervo fotográfico. Adotou-se uma periodização que retrata os diferentes momentos de gestão, programas e formas de financiamento habitacional, e foram selecionados mais de 200 projetos representativos.

Chega-se ao fim de 50 anos de atuação dessa vigorosa empresa pública, que renova hoje a sua missão histórica de promover o acesso à moradia de qualidade, ambientalmente saudável, com regularização fundiária e conectada aos serviços e equipamentos essenciais à vida urbana. Foram mais de 3.700 conjuntos habitacionais, 510 mil unidades construídas, 30 mil famílias beneficiadas com urbanizações e cerca de 2 milhões de paulistas (5% da população do estado) que tiveram a chance de melhorar sua qualidade de vida. A CDHU tornou-se a maior empresa pública de habitação social da América Latina, cujo principal desafio, além de construir moradias, foi conceder financiamento e subsídios, de maneira equilibrada, às famílias mais vulneráveis da pirâmide social do Estado de São Paulo.

A história da CDHU confunde-se com a história da política pública de habitação social brasileira. Desde a fundação do BNH em 1964, a antiga CECAP capacitou-se para promover os financiamentos de projetos habitacionais às famílias de baixa renda. Sob a influência da arquitetura modernista e de urbanistas engajados com as causas sociais, foram realizados conjuntos habitacionais de qualidade excepcional que marcaram o Primeiro Período da Companhia (1964/1974). O caso do conjunto Zezinho Magalhães – CECAP – e de outros exemplos no interior do estado cunharam a marca de um período em que a qualidade do projeto prevaleceu

na decisão da tipologia habitacional adotada. Tempos simbólicos que inspiraram os aguerridos funcionários – arquitetos, engenheiros, desenhistas e profissionais das áreas financeira, administrativa e social – a prosseguir na busca incessante por melhores soluções habitacionais.

Entretanto, com a crise dos anos 1980, os recursos para o financiamento habitacional escassearam em todo o país. O resultado para a então CECAP/CODESPAULO foi produzir em escala, limitando o uso de tipologias, com repetição no uso das soluções arquitetônicas. Em contraposição, buscaram-se inovações na implantação urbanística dos conjuntos habitacionais nas cidades do interior. Restaram exemplos importantes de desenhos viários, acessos, espaços públicos e integração com a mancha urbana dos municípios deste Segundo Período (1975/1982).

Mas em meio às crises econômicas do período do governo militar, São Paulo inaugurou, com a gestão social-democrática de Franco Montoro, uma nova visão da política de habitação, baseada na ideia de moradia como um serviço público a ser prestado aos mais necessitados. Desse modo, com o final do BNH, os parcos recursos orçamentários do estado foram destinados a experiências pioneiras, especialmente na gestão compartilhada com pequenos municípios do interior na construção em regime de mutirão ou autoconstrução. Nesse Terceiro Período (1983/1988) foi criada a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo (CDH).

Após a gestão Montoro, um novo quadro social emergiu, resultado do empobrecimento da população associado ao aumento da favelização da capital. Movimentos sociais urbanos organizados passaram a reivindicar moradia com preços adequados. Nesse contexto, a recém-criada CDH, começa adquirir, por meio de desapropriação, as últimas grandes glebas da capital, cujos projetos serão desenvolvidos ao longo das décadas subsequentes. Os movimentos sociais de habitação organizam-se em torno da reinvindicação dessas glebas, muitas vezes após invasões e ocupações planejadas. O corpo técnico de funcionários cresce de maneira importante e fortalece o papel de agente promotor da Companhia.

A CDHU torna-se uma empresa pública de grande porte no Quarto Período (1989/1994) – gestão Quércia –, quando o projeto do ICMS-Habitação é aprovado na Assembleia Legislativa. Estabilizam-se investimentos na construção civil com recursos anuais exclusivos para a promoção de programas habitacionais até os dias de hoje. O Estado de São Paulo é a vanguarda nacional em matéria de política de financiamento e de subsídios às famílias mais pobres do estado. Abre-se a perspectiva de um planejamento voltado para atender cidades médias e pequenas, com o maior volume de construção de unidades de sua história. A produção arquitetônica continua padronizada e disseminam-se grandes conjuntos habitacionais verticais na Região Metropolitana de São Paulo.

De 1995 a 2000 – Quinto Período –, o governo Covas imprime novas nuances no direcionamento da política habitacional. Os mutirões tornam-se uma das marcas da gestão, com um volume surpreendente de convênios com associações de moradores, processo que se arrastou por muitos anos, mas atendeu à reivindicação dos movimentos por moradia. Buscaram-se inovações tecnológicas e gerenciais no processo de construção de edifícios para maior agilidade e rapidez e na comercialização das unidades. Contrato em nome das mulheres, Lei do Sorteio público das unidades, cotas para idosos e deficientes, programas nas áreas de mananciais, ação em cortiços e urbanização de favelas marcam a gestão social deste período.

Nos anos 2001 a 2006 – Sexto Período –, gestão Alckmin, a Companhia especializa-se em atendimentos a diferentes demandas e necessidades habitacionais: os grandes projetos de urbanização de favelas e de áreas de risco, atendimento a famílias indígenas e quilombolas, programas para idosos, encortiçados, trabalhadores rurais etc. Colecionou-se um conjunto de projetos diferenciados e de boa qualidade, relacionados nesta publicação. Ao mesmo tempo, aprimorou-se a parceria com os municípios para dar continuidade aos projetos de autoconstrução pelas famílias com a ajuda das prefeituras locais.

O Sétimo Período, mais recente – 2007 a 2015, aprofundou a missão e a responsabilidade social da política pública de habitação no estado de São Paulo. As experiências acumuladas com a promoção de moradias indicam que os mecanismos devem ser perenizados por meio da implantação de um Sistema Estadual de Habitação. O marco legal ganha corpo na lei 12.801/2008, com a instalação do Conselho Estadual de Habitação e dos fundos específicos para a aplicação dos recursos do ICMS.

A gestão Serra 2007/2010 inova em vários aspectos: rediscute a qualidade dos projetos, ampliando o número de dormitórios, o aumento da área construída em virtude da assunção do Desenho Universal, melhorias no padrão construtivo, acessibilidade e requisitos de construção sustentável. Esse ambiente de vanguarda nas diretrizes e nos princípios da construção de habitação social, de certo modo, antecipa o que iria ocorrer anos depois em âmbito federal. Vários programas de urbanização de favelas de grande porte têm curso – Serra do Mar, Jardim Pantanal entre outros –, com a parceria de organismos internacionais e governo federal. O papel dos funcionários da CDHU é essencial na condução criativa de técnicas de atendimento social, voltadas para as fases do pré e pós-ocupação.

Nos últimos anos deste Período na gestão Alckmin (2011/2015) mantiveram-se as conquistas e o padrão adotado pela Companhia: projetos de qualidade, urbanização de favelas e regularização fundiária, entre outras iniciativas. Mas a mais importante é a decisão de fazer parcerias com o governo federal e municípios em pro-

gramas específicos para associação de moradores, áreas de risco e construção de moradias. A Secretaria da Habitação cria a Agência Casa Paulista para operar recursos de subsídios casados com os investimentos da Caixa Econômica Federal e aportes municipais. Além disso, incrementou-se a PPP da habitação, primeira parceria público-privada na área central de São Paulo.

Quais os caminhos para o futuro? Como a CDHU deverá se adaptar aos novos marcos regulatórios e à sua vocação para fazer a gestão social e o fomento habitacional? Há inúmeros desafios e as portas estão abertas para cumprir, de forma ainda mais responsável, a nobre missão de atender às demandas das famílias mais vulneráveis do Estado de São Paulo.

Total de Unidades Entregues

PERÍODO	UHS	CARTAS	URB	AM
1964-1974	4.087	-	-	-
1975-1982	25.014	-	-	-
1983-1988	22.750	-	-	-
1989-1994	111.654	-	-	-
1995-2000	133.899	12	-	-
2001-2006	102.029	3.227	5.514	-
2007-2013	91.395	2.140	22.792	53.818
2014-2015	16.372	329	1.306	29.830
TOTAL	**507.200**	**5.708**	**29.612**	**83.648**

Fonte: CDHU/GGI, jan. 2016.

Atendimentos entregues entre 1967 a 2015

PROGRAMAS E AÇÕES	1964-1974	%	1975-1982	%	1983-1988	%	1989-1994	%	1995-2000	%	2001-2006	%	2007-2013	%	2014-2015	%	TOTAL	%
Provisão de Moradias	**4.087**	**100,0**	**25.014**	**100,0**	**22.750**	**100,0**	**111.654**	**100,0**	**133.584**	**99,8**	**88.498**	**79,9**	**63.856**	**37,5**	**14.071**	**29,4**	**463.514**	**74,0**
Parceria com Municípios		0,0		0,0	8.335	37,0		0,0		0,0	19.000	17,2	43.762	25,7	13.578	28,4	84.675	13,5
Parceria com Associações		0,0		0,0	4.120	18,0	1.169	1,0	14.393	10,7	16.509	14,9	12.001	7,1	196	0,4	48.388	7,7
Produção Direta	4.087	100,0	25.014	100,0	10.295	45,0	110.371	99,0	119.172	89,0	52.606	47,5	2.679	1,6		0,0	324.224	51,8
Demandas Específicas*		0,0		0,0		0,0	114	0,0	19	0,0	383	0,3	5.414	3,2	297	0,6	6.227	1,0
Requalificação Habitacional e Urbana	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**832**	**0,8**	**1.052**	**0,6**	**44**	**0,1**	**1.928**	**0,3**
Atuação em Cortiços		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0	832	0,8	1.052	0,6	44	0,1	1.928	0,3
Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**327**	**0,2**	**21.440**	**19,4**	**51.419**	**30,2**	**3.892**	**8,1**	**77.078**	**12,3**
Reassentamento Habitacional		0,0		0,0		0,0		0,0	315	0,2	12.699	11,5	26.487	15,6	2.257	4,7	41.758	6,7
Urbanização de Favelas		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0	5.514	5,0	22.792	13,4	1.306	2,7	29.612	4,7
Cartas de Crédito**		0,0		0,0		0,0		0,0	12	0,0	3.227	2,9	2.140	1,3	329	0,7	5.708	0,9
Auxílio Moradia	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**		**0,0**		**0,0**		**0,0**		**0,0**	**53.818**	**31,6**	**29.830**	**62,4**	**83.648**	**13,4**
TOTAL GERAL	**4.087**	**100,0**	**25.014**	**100,0**	**22.750**	**100,0**	**111.654**	**100,0**	**133.911**	**100,0**	**110.770**	**100,0**	**170.145**	**100,0**	**47.837**	**100,0**	**626.168**	**100,0**

* Crédito Habitacional, Moraria Rural, Moradia Indígena, Moradia Quilombola, Servidor Público (PHAI) e Vila Dignidade (Idosos).
** Cartas de Crédito 2001-2006: 3.033 cartas do Programa Secretaria de Segurança Pública SP e 194 cartas do Programa Atuação em Cortiços.
** Cartas de Crédito 2007-2013: 1.023 cartas do PHAI; 563 cartas do Reassentamento Habitacional; 3 cartas do Programa Secretaria de Segurança Pública SP; 528 cartas do Programa Atuação em Cortiços e 23 cartas do Programa Serra do Mar.
** Cartas de Crédito 2014-2015: 323 cartas do Reassentamento Habitacional e 6 cartas do Programa Serra do Mar.
Fonte: CDHU/GGI, jan. 2016.

Programas Habitacionais da CDHU

SIGLAS	PROGRAMAS	INÍCIO	TÉRMINO	UHS	CC	FAM	AM	AÇÕES
PLAC	Autoconstrução	2002	2006	15.349				Parceria com Municípios
PI	Convênio COHAB-PMSP	2002	2002	200				
PM	Parceria com Municípios	2002	2015	60.791				
PRO	PROFILURB – Programa de Financiamento Lote Urbanizado	1983	1986	8.335				
MUT	Mutirão	1996	2002	21.124				Parceria com Associações
PLMUT	Mutirão Associativo	1998	2006	9.337				
PAC	Parceria Associações e Cooperativas	2006	2015	12.637				
PMH	Programa Municipal Habitação	1986	1995	5.290				
CEF	Caixa Econômica Federal	1983	1983	484				Produção Direta
CEE	CEESP	1967	1983	16.355				
CE	Chamamento Empresarial	1994	2004	31.388				
LP	Lotes Próprios	1993	1997	115				
PLNHE	Núcleo Habitacional por Empreitada	2002	2006	29.584				
PHP	PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular	1979	1987	19.858				
PD	Produção Direta	2007	2013	2.679				
SH1	Secretaria de Habitação 1	1988	1992	10.560				
SH2	Secretaria de Habitação 2	1988	1993	22.307				
SH3	Secretaria de Habitação 3	1990	2005	98.812				
SH4	Secretaria de Habitação 4	1992	2001	50.908				
SM	Sonho Meu	1992	2005	41.174				
AS	Aluguel Social	1991	1995	133				Demandas Específicas
PLCRH	Crédito Habitacional	2007	2011	1.092				
MRU	Moradia Rural	2006	2013	714				
MI	Moradias Indígenas	2004	2015	503				
MQ	Moradias Quilombolas	2008	2014	190				
PHAI	PHAI Servidor Público	2008	2012	3.259				
VD	Vila Dignidade	2009	2015	336				
COR	Atuação em Cortiços	2001	2014	1.928				Atuação em Cortiços
PLAFR	Atuação em Favelas e Áreas de Risco	2002	2006	10.254				Reassentamento Habitacional
GUA	Guarapiranga	1998	2006	534				
M70	México 70	1998	1999	256				
RH	Reassentamento Habitacional	2004	2015	18.129				
SERRA	Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	2009	2014	4.214				
UPAN	Urbanização – Pantanal	2006	2010	668				
UPAR	Urbanização – Paraisópolis	2008	2013	1.116				
UFAV	Urbanização de Favelas	2001	2014	6.587				
PLAFR	Atuação em Favelas e Áreas de Risco	2002	2006			1.208		Urbanização de Favelas
GUA	Guarapiranga	1998	2006			2.446		
SERRA	Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	2009	2014			1.055		
UPAN	Urbanização – Pantanal	2006	2010			5.300		
UFAV	Urbanização de Favelas	2001	2015			19.603		
COR	Atuação em Cortiços	2001	2014		722			Cartas de Crédito
CCR	Carta de Crédito	1996	1997		12			
PHAI	PHAI Servidor Público	2008	2012		1.023			
RH	Reassentamento Habitacional	2004	2015		886			
SERRA	Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	2009	2015		29			
SSPSP	Secretaria de Segurança Pública SP	2002	2009		3.036			
AM	Auxílio Moradia e AME	2010	2015				83.648	Auxílios Moradia
TOTAL				**507.200**	**5.708**	**29.612**	**83.648**	

Fonte: CDHU/GGI, jan. 2016.

Linha do Tempo

1963 | 1964 | 1965

GOVERNADOR: Ademar Pereira de Barros

SECRETARIA: Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio

SECRETÁRIO:

ENTIDADE: CECAP – Caixa Estadual de Casas para o Povo



Acervo CDHU. R. Xavier de Toledo, 280/9° andar (Sede).

PRESIDENTE:

Dante Yatauro Perri
(Superintendente)
1964 a 1966

1966 | 1967 | 1968 | 1969 | 1970

Ademar Pereira de Barros | Laudo Natel | Roberto de Abreu Sodré

Secretaria do Trabalho, Indústria

CECAP – Caixa Estadual de Casas



Acervo CDHU. Av. Brig. Luís Antônio, 350/5º andar (Sede).



Trani. Av. Rebouças, 1.015 (Sede).



Trani. Av. Rebouças, 1.015 (Administrativo).

José Magalhães de Almeida Prado
(Superintendente)
1967 a 1971

	1971	1972	1973	1974	1975
GOVERNADOR			Laudo Natel		Paulo Egydio Martins
SECRETARIA	e Comércio		Secretaria de Estado para Negócios Metropolitanos		
SECRETÁRIO					Roberto Cerqueira César 16/03/1975 a 14/03/1979
ENTIDADE	para o Povo				CECAP – Companhia Estadual de Casas Populares
PRESIDENTE	João Lazaro Magalhães de Almeida Prado (Superintendente) 1971		Juvenal Juvencio (Superintendente) 1971 a 1974		Juvenal Juvencio 1975 a 1976

1976	1977	1978	1979	1980
	Paulo Egydio Martins			Paulo Salim
SECRETARIA	Secretaria de Estado para Negócios Metropolitanos			
SECRETÁRIO	**Roberto Cerqueira César** 16/03/1975 a 14/03/1979		**Mario Trindade** 16/03/1979 a 07/08/1980	
	CECAP – Companhia Estadual de Casas Populares			
 Acervo CDHU. Al. Jaú, 1.177 (Sede).	 Acervo CDHU. Rua Peixoto Gomide, 1.038 (Sede).			
Juvenal Juvencio 1975 a 1976	**Fernando Ribeiro Duval** 1976 a 1977	**Ismael Menezes Armond** 1977 a 1980		**Oscar Klabin** 1980 a 1981

1981	1982	1983	1984	1985	
Maluf		José Maria Marin	André Franco Montoro		GOVERNADOR
Secretaria de Estado para Negócios Metropolitanos			Secretaria de Estado para Negócios Metropolitanos		SECRETÁRIO/SECRETARIA 1
			Almino M. A. Afonso 16/03/1983 a 30/01/1986		
Silvio Fernandes Lopes 08/08/1980 a 15/05/1982		Ricardo Cavalcanti de Albuquerque 15/05/1982 a 14/03/1983	Secretaria Executiva da Habitação		SECRETÁRIO/SECRETARIA 2
			José Carlos Seixas 03/11/1983 a 15/03/1987		
CODESPAULO – Companhia de Desenvolvimento de São Paulo			CDH – Companhia de Desenvolvimento Habitacional		ENTIDADE
			 Acervo CDHU. Al. Santos, 1.800 (PMS).	 Trani. Al. Jaú, 1.200 (Terrenos RMSP).	
Elias Correa de Camargo 06/02/1981 a 27/07/1982	Paulo Bastos Cruz Filho 28/07/1982 a 23/11/1982	Roberto Raschel Roth 24/11/1982 a 21/03/1983	Paulo Affonseca de B. Faria Jr. 22/03/1983 a 22/03/1994	Pedro Paulo Martoni Branco 23/03/1984 a 26/03/1987	PRESIDENTE

1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990

André Franco Montoro

Orestes Quércia

SECRETÁRIO/SECRETARIA 1

Secretaria de Estado para Negócios Metropolitanos

Lauro Pacheco de Toledo Ferraz
15/02/1986a 15/03/1987

Getulio Hanashiro
16/03/1987 a 08/07/1988

Secretaria de Estado da Habitação

Luiz Carlos Santos
11/07/1988 a 09/01/1990

Murilo Macedo
10/01/1990 a 15/03/1991

SECRETÁRIO/SECRETARIA 2

Secretaria Executiva da Habitação

José Carlos Seixas
03/11/1983 a 15/03/1987

Secretaria de Estado da Habitação

Adriano Murgel Branco
16/03/1987 a 14/12/1988

CDH – Companhia de Desenvolvimento Habitacional

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano



Acervo CDHU. R. Bela Cintra, 866 (Diretoria e Projetos Especiais).



Acervo CDHU. R. Frei Caneca, 1.171 sobreloja (SH2).



Acervo CDHU. Av Paulista, 2.240 (Sede).



Acervo CDHU. Rua Peixoto Gomide, 1.038 (Sede).

Pedro Paulo Martoni Branco
23/03/1984 a 26/03/1987

Manoel Carlos Ferrari
27/03/1987 a 21/12/1988

Fernando Matihias Mazzu-chlelli
22/12/1988 a 08/01/1989

Walter Pedro Bodini
09/01/1989 a 05/03/1990

Marco
06/03/

	1991	1992	1993	1994	1995
GOVERNADOR	Luiz Antônio Fleury Filho				Mário Covas
SECRETARIA	Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano				
SECRETÁRIO	José Carlos Machado Campos Filho 16/03/1991 a 06/11/1992		Arnaldo Calil P. Jardim 11/11/1992 a 31/12/1993	Jurandyr P. C. F. Filho 03/01/1994 a 10/04/1994 Geraldo César B. Cezare 11/04/1994 a 31/12/1994	Antônio Duarte Nogueira Filho 02/01/1995 a 27/05/1996
ENTIDADE	CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano				
PRESIDENTE	Antonio Biasi 1990 a 25/02/1992	Fernando Maria Bragagnolo 26/02/1992 a 10/02/1993	André Reynaldo M. Lopes 11/02/1993 a 28/07/1993	Benedicto Aranha Jr. 29/07/1993 a 11/01/1995	Goro Hama 12/01/1995 a 18/01/2000



Acervo CDHU. Av 9 de julho, 4.939 (Sede).

1996	1997	1998	1999	2000
	Mário Covas		Mário Covas	
			Secretaria de Estado da Habitação e	
Antônio Duarte N. Filho 02/01/1995 a 27/05/1996	Hugo Marques da Rosa 29/05/1996 a 04/12/1996	Dimas Eduardo Ramalho 05/12/1996 a 01/04/1998	Miguel Caldero Giacomini 02/04/1998 a 24/07/1998	Francisco Prado 27/07/1998 a 31/12
			CDHU – Companhia de Desenvolvimento	
		Goro Hama 12/01/1995 a 18/01/2000		Nelson Peixoto Freire 19/01/2000 a 20/06/2000

2001	2002	2003	2004	2005	
Geraldo Alckmin			Geraldo Alckmin		GOVERNADOR
Desenvolvimento Urbano					SECRETARIA
Ribeiro /2002		Barjas Negri 02/01/2003 a 27/05/2004	Mauro Bragato 28/05/2004 a 03/01/2005	Emanuel Fernandes 05/01/2005 a 30/03/2006	SECRETÁRIO
Habitacional e Urbano					ENTIDADE
Luiz Antônio Carvalho Pacheco 21/06/2000 a 02/01/2003		Barjas Negri 03/01/2003 a 25/05/2004	Raul do Valle Junior 26/05/2004 a 09/01/2005	Emanuel Fernandes 10/01/2005 a 28/04/2005	Sérgio de Oliveira Alves 29/04/2005 a 10/04/2006	PRESIDENTE



Alves. Rua Boa Vista, 170 (Sede).

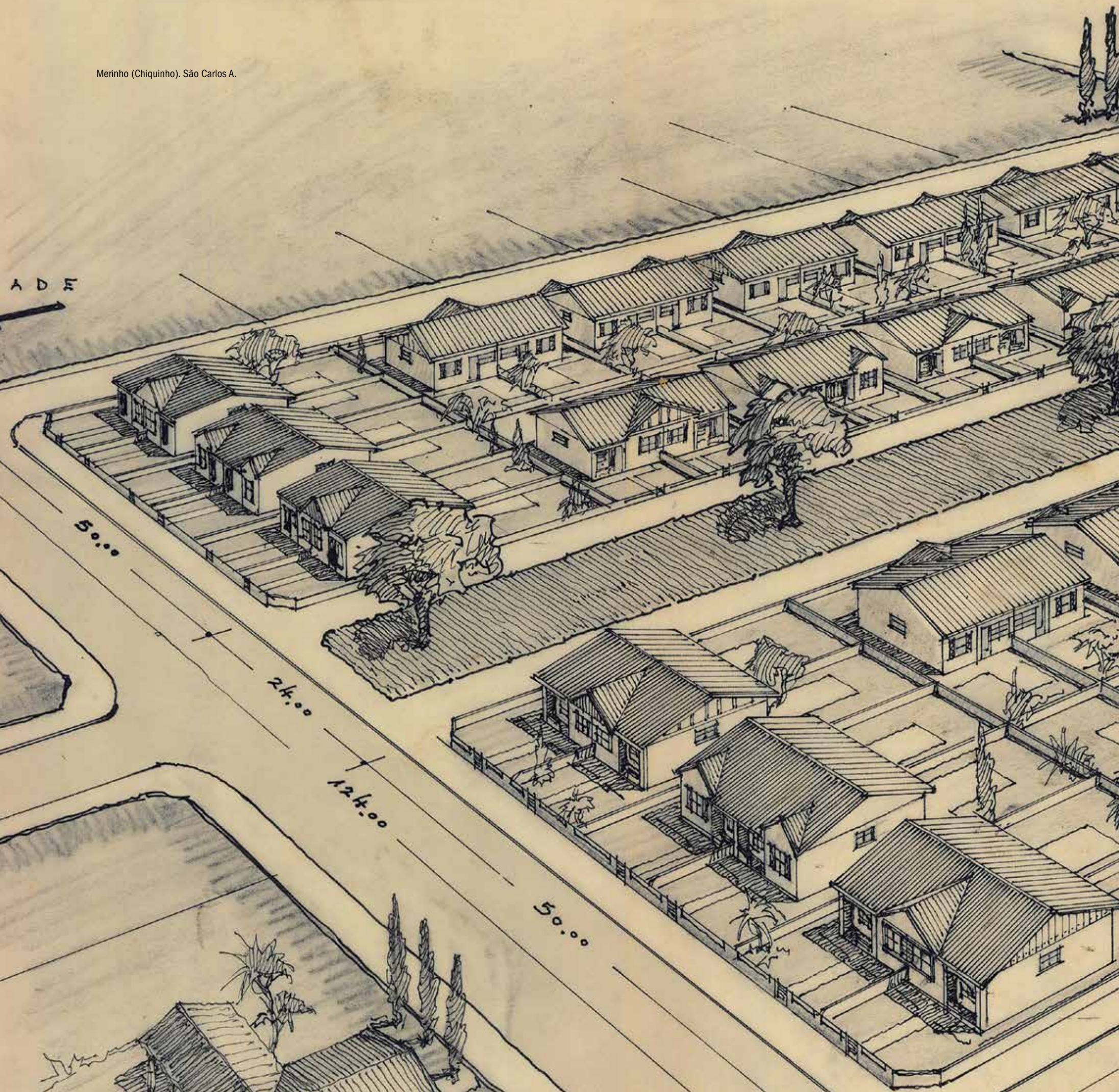
2006	2007	2008	2009	2010
Cláudio Lembo		José Serra		Alberto Goldman
Secretaria de Estado da Habitação e				
Márcio Antônio Bueno 03/04/2006 a 31/12/2006	Lair Alberto Soares Krähenbühl 01/01/2007 a 31/12/2010			
CDHU – Companhia de Desenvolvimento				
Sérgio de Oliveira Alves 29/04/2005 a 10/04/2006	Marcelo Cardinale Branco 11/04/2006 a 10/10/2006	Edward Zeppo Boretto 11/10/2006 a 09/01/2007	Lair Alberto Soares Krähenbül 10/01/2007 a 09/01/2011	

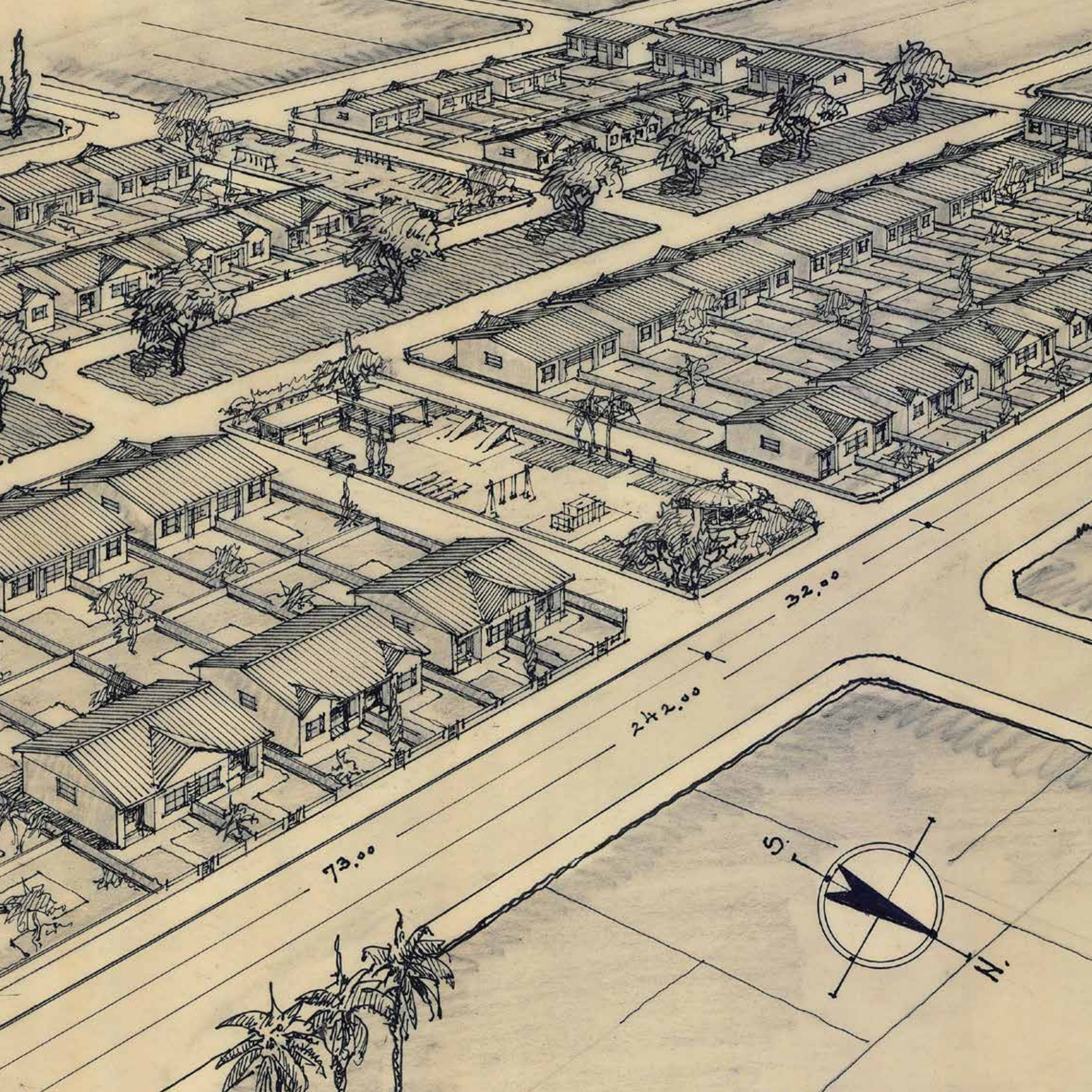
2011	2012	2013	2014	2015	
Geraldo Alckmin				Geraldo Alckmin	GOVERNADOR
Desenvolvimento Urbano					SECRETARIA
Silvo França Torres 01/01/2011 a 03/04/2014			Marcos Rodrigues Penido 04/04/2014 a 31/12/2014	Nelson L. Baeta N. Filho 01/01/2015 a 18/03/2015	Rodrigo Garcia 18/09/2015 até o momento	SECRETÁRIO
Habitacional e Urbano						ENTIDADE
Silvio França Torres 10/01/2011 a 30/01/2011	Marcos Rodrigues Penido 31/01/2011 a 30/05/2011	Antônio Carlos do Amaral Filho 31/05/2011 a 18/11/2013	José Milton Dalari Soares 19/11/2013 a 19/03/2015	Marcos Rodrigues Penido 20/03/2015 até o momento		PRESIDENTE



Acervo CDHU. R. Domingos de Moraes, 2.706 (Superintendência Social e Transporte).

Merinho (Chiquinho). São Carlos A.




73.00
24.2.00
32.00
S.
N.



SISTEMA DE LAZER 1
3659,52m²
SISTEMA DE LAZER 2
23623,52m²
SISTEMA DE LAZER 3
2125,71m²
AREA INSTITUCIONAL 2
299,01m²
LOTE RESIDENCIAL 1
22576,39m²
LOTE RESIDENCIAL 1
10697,51m²
LOTE RESIDENCIAL 1
10697,51m²
EDIFÍCIO RIO CAPIVARI
EDIFÍCIO RIO SAPUCAÍ
EDIFÍCIO RIO PARDO
EDIFÍCIO RIO JUQUIA
30 APARTAMENTOS
BLOCO 7
BLOCO 6
BLOCO 5
BLOCO 4
RUA BELIZARIA MARIA DE JESUS
RUA ADELE DALBELO MARSON
VIELA DE PEDESTRES 3
VEGETACAO RESIDUAL PRESERVADA
REMANESCENTES DE ORLANDO POLETTO
Corrego
RIBEIRAO
N=5278.8304
E=2033.6370
N=5157.5063
E=2009.5090
N=5094.7972
E=2015.5561
N=5051.2478
E=1990.3858
E=1850
N=5250

Primeiro Período 1964-1974



A Origem da CECAP

Criada como autarquia em 1949, a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP),que futuramente viria se chamar Companhia Estadual de Casas Populares (1975), CODESPAULO (1981), CDH (1984) e CDHU (1989), passou mais de uma década sem exercer qualquer tipo de atividade. Apesar de ser uma autarquia formalmente instituída, não foram consignados recursos e tampouco uma estrutura administrativa para combater o crescente déficit habitacional que o Estado de São Paulo teria que enfrentar com a crise do mercado de aluguéis e o inchaço das cidades nas décadas de 1940 e 1950.

Nesse período, a produção da moradia popular esteve exclusivamente a cargo da iniciativa do setor privado e dos institutos de previdência. Em fevereiro de 1964, porém, o Decreto Estadual nº 43.107, assinado pelo governador Adhemar de Barros, mudou essa situação ao regulamentar a criação da CECAP, definindo suas equipes técnicas e administrativas e as atribuições que lhe competiriam no setor habitacional, nas áreas urbanas e rurais, de todo o território do Estado de São Paulo.

A partir desse momento, a CECAP tinha como finalidade construir e financiar casas destinadas ao aluguel ou à comercialização, realizar operações de crédito para entidades de direito público ou de pessoas jurídicas que desejassem construir casas residenciais, planejar a construção de vilas operárias e conjuntos residenciais, entre outras ações. A concepção de moradia, definida pelo referido decreto governamental, considerava "casa para o povo, a habitação térrea com o máximo de 60 metros quadrados de área construída"[1].

Ainda de acordo com o Decreto, as fontes de recursos financeiros da CECAP seriam provenientes da Secretaria da Fazenda, que, num primeiro momento, deveria repassar as importâncias arrecadadas sobre o Imposto de Transmissão de Propriedades.

Assim, o quadro de funcionários foi composto, sob a superintendência de Dante Yatauro Perry. A primeira sede da autarquia foi instalada em 1965, na Rua Xavier de Toledo nº 280, 9º andar, no centro da cidade de São Paulo, no prédio da Secretaria de Trabalho, Indústria e Comércio, então comandada por Benedito Matarazzo, à qual a CECAP estava vinculada.

Nessa época, o Brasil vivia transformações que impactariam diretamente o setor da moradia. Segundo dados dos Censos Demográficos do IBGE, foi justamente na década em que a CECAP iniciou suas atividades que o país se tornou urbano: em 1960, 38,9 milhões de brasileiros viviam no campo, contra 32 milhões que ocupavam as cidades; em 1970, essa situação se inverteu: 52,9 milhões de pessoas viviam nas áreas urbanas, enquanto 41,6 milhões permaneciam nas áreas rurais.

A expansão das cidades, impulsionada pelo rápido processo de industrialização e desenvolvimento, gerava novos postos de trabalho e atraía as famílias do campo para as áreas urbanas. No entanto, sem um planejamento adequado, esse crescimento acelerado acarretou problemas que ainda hoje são desafios para os governos e para a população em geral. Tais desafios estavam na pauta do dia, incluindo, além da falta de moradias, a precariedade do sistema de infraestrutura básica e de transportes urbanos, temas presentes na própria missão da CECAP.

Se em São Paulo já se havia identificado a necessidade de estruturar soluções de moradia para a população diante do contexto de rápido crescimento urbano, no âmbito federal era preciso encontrar uma solução em larga escala que também viesse a alavancar o desenvolvimento econômico e a indústria da construção civil. Afinal, o mercado imobiliário não oferecia alternativas de financiamento habitacional para atender às necessidades das classes trabalhadoras, e o mercado de aluguéis estava saturado.

O governo federal, então, apostou na construção civil como chave para o impulso econômico de que o país necessitava, criando, em agosto de 1964, o Banco Nacional da Habitação (BNH) com o intuito de produzir e financiar novos empreendimentos imobiliários. Na sequência, instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)[2], que ficou sob a gestão do BNH, assim como o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que teve como base principal os depósitos em caderneta de poupança, constituindo, assim, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Desses fundos vinham os recursos do BNH, que deveriam ser destinados ao mercado popular, econômico e médio, respectivamente.

Contudo, o BNH não operava suas políticas de atendimento habitacional diretamente com a demanda. Atuava por meio de bancos públicos e privados e de agentes promotores, como as companhias (COHABs) e autarquias habitacionais dos estados e municípios – como era o caso da CECAP em São Paulo. Instituía-se, assim, uma indústria da construção voltada para a produção de moradias para atender às classes trabalhadoras em todo o país.

Início das Atividades

As atividades da CECAP, como relataram funcionários e ex-funcionários, começaram timidamente – especialmente no tocante ao porte populacional, à extensão territorial de São Paulo e à dimensão da demanda por habitação que já havia na época. Com cerca de 30 pessoas, a equipe estava envolvida em atividades administrativas e operacionais para definir os primeiros projetos habitacionais e, em parceria com prefeituras, buscava viabilizar terrenos e contratar obras para construção.

Nesse início de atuação, a CECAP tratou de construir seus próprios princípios de ação e metodologia de trabalho. As referências arquitetônicas e urbanísticas de maior influência vinham da recém-construída capital federal em Brasília, com edifícios residenciais que inspiraram toda uma geração de arquitetos. Em São Paulo, a experiência de construção popular feita pelos institutos de previdência – IAP e IAPETEC – havia deixado bons exemplos a serem incorporados, com projetos de qualidade nos bairros do Glicério, Penha e Belenzinho.

Nos primeiros anos, os recursos eram escassos. A Companhia analisava a viabilidade técnica e as possibilidades de construção, e negociava uma contrapartida por parte dos municípios – a doação do terreno –, dando início a uma modalidade de parceria para a produção habitacional.[3]

De acordo com relatos de funcionários e com base nos documentos existentes, em 1965 foi projetado o primeiro empreendimento da CECAP para o Município de Paulo de Faria, na região noroeste do estado, considerado o conjunto habitacional nº 1 da Companhia. O motivo exato da escolha desse município está registrado em ofícios da Secretaria da Saúde e da Prefeitura de Paulo de Faria dando conta de um surto da Doença de Chagas[4]. Então, por orientação do governador e para atender a população das áreas de maior risco, a Prefeitura doou o terreno e, por meio de licitação pública, foram construídas as primeiras 20 unidades habitacionais entregues pela CECAP em 1967.

Em 1966, a CECAP havia sido transferida do imóvel alugado na Rua Xavier de Toledo para a Rua Brigadeiro Luís Antônio nº 350, motivada pela necessidade de mais espaço e de ter uma sede própria condizente com a finalidade de empresa construtora de moradias. A Secretaria de Trabalho, Indústria e Comércio adquiriu o imóvel e instalou a autarquia no 5º andar do edifício.

No ano seguinte, o governador Abreu Sodré indicou José Magalhães de Almeida Prado como superintendente da CECAP. Conhecido como Zezinho Magalhães, ele esteve à frente da autarquia de 1967 a 1971, período em que significou um marco importante para seu impulso financeiro e operacional: a edição da Lei Estadual nº 10.262/1968, que autorizou oficialmente a CECAP a captar recursos do SFH.

Em maio de 1967, alguns meses após a posse do novo Superintendente, a CECAP mudou novamente de endereço, transferindo-se para a Av. Brigadeiro Luís Antônio nº 2.513. Foi nessa nova sede que todas as licitações de projetos e obras se realizaram, imprimindo um ritmo diferente à autarquia, que passava a ser gerida nos "moldes de uma empresa industrial".

Havia motivação entre a equipe para criar e construir novos projetos e disposição para evoluir com a prática. Alguns jovens profissionais que entraram na empresa nessa época e nos anos seguintes tiveram na CECAP uma grande escola. Muitos, ainda como estagiários, puderam conhecer a diversidade dos assentamentos habitacionais do estado e tiveram a oportunidade de trabalhar em etapas distintas de projeto e construção, e, sobretudo, puderam aprender como atender às necessidades de famílias a partir de contextos extremamente difíceis e diversos[5]. Obviamente, só a motivação não bastava, era preciso ter recursos financeiros e terrenos disponíveis para propor soluções de moradia.

A autorização para captar os recursos do BNH abriu as portas para uma nova fase de produção. A autarquia institucionalizou-se e adquiriu condições necessárias para iniciar uma produção habitacional mais consistente. Contudo, os processos burocráticos para a captação desses recursos eram morosos, com regras muito específicas e detalhes que exigiram um enorme esforço das equipes administrativas.

Para agilizar os trâmites e dar mais eficiência aos processos, a CECAP passou, inclusive, a ter um escritório no Rio de Janeiro[6], próximo à sede do BNH, que trabalhava exclusivamente para viabilizar a captação desses recursos, fazendo a interface entre as exigências do Banco e as equipes técnicas e administrativas de São Paulo.

Funcionários foram destacados exclusivamente para suprir essa demanda, aprimorando a organização dos departamentos financeiro, contábil, comercial e jurídico da autarquia. Com isso, as dificuldades foram enfrentadas pelos "profissionais da casa", obrigados a dominar os processos até então desconhecidos, especialmente os relativos às licitações de empreendimentos.

Com o passar dos anos, como ocorreu com outras companhias de habitação, a CECAP ficou dependente basicamente dos recursos do BNH, o que, de certo modo, limitou sua autonomia para definir políticas próprias em seus projetos, já que as regras de financiamento do BNH eram bastante específicas e altamente burocráticas para todos os agentes no país, sem fazer distinções regionais.

Em suas diretrizes, o BNH privilegiava o financiamento de empreendimentos imobiliários em cidades grandes e médias com destaque regional em termos econômicos e com capacidade de atrair e manter a mão de obra trabalhadora. A diretriz para os agentes e companhias habitacionais era a de construir casas para a classe operária e demais trabalhadores urbanos, facilitando o acesso à moradia para essa parcela da população.

As Primeiras Realizações

Com o financiamento da Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP), que era agente promotor do BNH, a CECAP consolidou sua estrutura para dar sequência à produção de casas populares no interior do estado, basicamente com empreendimentos de casas térreas geminadas, com um ou dois dormitórios. Entre os empreendimentos construídos nessa fase, destacaram-se Franca A e Ribeirão Preto A, ambos com 104 unidades.

Franca vivia um intenso processo de industrialização, com desenvolvimento econômico que atraía trabalhadores de várias regiões de São Paulo e até mesmo de outros estados, como Minas Gerais. Esse cenário fazia com que a cidade se enquadrasse nos critérios de prioridades elencadas pelo SFH/BNH para a construção de conjuntos habitacionais destinados às classes trabalhadoras[7]. Ribeirão Preto, do mesmo modo, impulsionada pelo emprego ligado ao agronegócio e aos serviços urbanos emergentes, ansiava por soluções para fazer frente à pressão por moradia dos trabalhadores que chegavam à cidade.

Os projetos de edificação e de urbanismo tinham como finalidade o uso de glebas inseridas na malha urbana, reconhecendo-se a aderência do projeto de implantação no sítio natural. As casas projetadas, de caráter popular, visavam à racionalização da construção para o seu barateamento e, por essa razão, foi adotada a tipologia de casas geminadas, duas a duas, em terrenos de dimensões entre 170 m^2 e 250 m^2, e com detalhes de varandas na frente do imóvel e alpendres no quintal. As modificações ocorridas pelos ocupantes, ao longo dos últimos 40 anos, testemunham a evolução dos loteamentos populares no interior do estado e o incremento do uso dos espaços privados desses lotes.

Para representar a produção habitacional dos primeiros anos da CECAP, entre 1967 e 1970, foram selecionados outros projetos distribuídos entre as regiões noroeste e nordeste do estado, nos municípios de São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília, Jaú, Ribeirão Preto, Lins, São Carlos e, na região do Vale do Paraíba, nos municípios de Guaratinguetá e Cruzeiro.



Acervo CDHU. Desenho estilizado do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado, quadro pintado por Manezinho Araújo.


MARCINHO ARAUJO - 73

O Impulso da Arquitetura Modernista

Apesar dos resultados no interior, a CECAP ainda não havia atingido a visibilidade e o porte de que necessitava para ampliar sua atuação. Ela figurava como pouco expressiva mesmo entre outros órgãos e autarquias do governo estadual e, para transformar essa imagem e ganhar mais força de ação no estado, era preciso evoluir na concepção e no alcance de seus projetos.

Nessa época, um terreno de propriedade da Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP), localizado no Município de Guarulhos, próximo à então Base Aérea de Cumbica, na Região Metropolitana de São Paulo, foi desapropriado pela CECAP. Com o título de posse, o superintendente Zezinho Magalhães acolheu a necessidade de produzir um empreendimento completo, com habitação, áreas de lazer, escolas, centros comunitários, unidades de saúde, centros de formação profissional, comércio, infraestrutura de transporte, entre outros – verdadeira cidade.

Essa visão abrangente de empreendimento social não era inédita, tampouco fruto exclusivo da energia que a CECAP tinha naquele momento. Ela tinha como inspiração o sopro modernista que envolvia todo o país desde os anos 1950 na arquitetura e no urbanismo, expresso sobretudo a partir da construção do Complexo da Pampulha, em Belo Horizonte; do conjunto residencial de Pedregulho, no Rio de Janeiro; e de Brasília, no Distrito Federal.

Tais projetos apresentavam soluções que integravam a beleza do desenho, a funcionalidade das construções, a fluidez da implantação urbanística e a qualidade e o conforto para usuários e moradores. Eram os primeiros frutos da chamada Arquitetura Modernista, aplicada aos preceitos da moradia social, cujo movimento teve grande repercussão entre vários profissionais talentosos no Brasil.

As premissas modernistas tinham o traço, a técnica e a ousadia como ferramentas para uma tentativa de resolução dos problemas urbanos, dentre os quais se destacava a precariedade habitacional das médias e grandes cidades brasileiras, que cresciam sem infraestrutura e de forma desordenada, como resultado do desenvolvimento industrial acelerado da segunda metade do século XX, sem o compatível desenvolvimento urbano.

As soluções que os arquitetos buscavam nesse período iam além da questão do abrigo que a casa podia proporcionar. Estavam ancoradas em uma perspectiva humanística das relações sociais, cujas possibilidades de vivência e experiência entre os indivíduos no contexto urbano permitiam entrever novas formas de interação com o espaço e de apropriação do território. Sem prescindir da memória e do passado de um país que fora majoritariamente rural, a arquitetura modernista brasileira buscava contribuir para dar significado à identidade urbana que estava em construção.

Em Belo Horizonte, o Complexo da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer, ganhava elogios e admiradores de todas as tendências arquitetônicas – tanto dos grupos mais conservadores quanto dos mais vanguardistas do país. Niemeyer participaria da construção de Brasília com projetos que, além de uma inovadora solução arquitetônico-urbanística, refletiam na prática uma visão sobre a importância do espaço e da moradia digna para a construção de uma nova sociedade.

A Influência de Vilanova Artigas

Outro nome que emergiu nesse contexto foi o do curitibano João Batista Vilanova Artigas, que, por seu trabalho em São Paulo se tornaria o grande expoente de toda uma geração de arquitetos. Tanto suas obras como a de seus colegas Paulo Mendes da Rocha, Fábio Penteado, Carlos Millan, Júlio Katinsky, João Walter Toscano, Abrahão Sanovicz, Marcos Acayaba, entre outros, determinariam um novo padrão para a arquitetura paulista, que ainda hoje é uma importante referência nas escolas e entre os profissionais da área.

Os ecos do modernismo na arquitetura brasileira e a expressividade do trabalho de Artigas fizeram com que o superintendente Zezinho Magalhães – ao se deparar com as possibilidades do terreno de Guarulhos – visse o nome do arquiteto curitibano como o mais apropriado para conduzir um projeto que poderia estabelecer um verdadeiro e inédito partido arquitetônico para a CECAP, capaz de criar parâmetros de qualidade e uma metodologia de trabalho para os projetos e obras da autarquia. Além disso, Magalhães apostou na experiência de Artigas para executar soluções de escala para produção em série e industrializada, inteligentes e funcionais, visando ao barateamento da construção e, ao mesmo tempo, trazendo conforto e satisfação aos moradores de baixa renda.

O escritório do arquiteto Fábio Penteado, sob coordenação técnica de Vilanova Artigas, foi contratado pela CECAP em 1967. Em sua equipe estavam, além deles, Paulo Mendes da Rocha e outros jovens arquitetos. A CECAP destinou um espaço que constituía um escritório especial para projetos, em outro edifício, de modo que esses profissionais e suas equipes pudessem se dedicar exclusivamente ao projeto de Guarulhos[8]. Os outros arquitetos e técnicos da CECAP continuavam a trabalhar com projetos no interior do estado para famílias com a mesma faixa de renda.

Artigas liderava sua equipe, formada por arquitetos, engenheiros, desenhistas e estagiários, orientando as diferentes frentes do projeto. Ao todo, nos 130 hectares do terreno – limitado a nordeste pelo Rio Baquirivu-Guaçu e cortado pela Rodovia Presidente Dutra –, foram previstas 10.560 unidades habitacionais para cerca de 50 mil pessoas. Era, para os moldes da época, a construção de uma nova cidade, do porte de algumas cidades médias paulistas.

Sem dúvida, um projeto ousado, concebido na contramão do padrão que predominava até o momento na CECAP e em outros agentes promotores de habitação. Era um novo modelo para a política habitacional do Estado de São Paulo que passava a determinar uma série de premissas para o desenho de projetos futuros, tanto na Região Metropolitana quanto no interior.

Em primeiro lugar, o projeto adotava edifícios de apartamentos, em contraposição às casas geminadas construídas nos municípios. A solução escolhida foi o edifício lâmina com a incorporação dos pilotis, permitindo que o piso térreo tivesse espaços livres para o uso comunitário, valorizando os espaços comuns para fruição do pedestre, enriquecimento paisagístico e organização da circulação dos automóveis. Para a infraestrutura urbana, foram projetadas escolas, hospital, centro de saúde, cinemas, comércio próprio, clube e pontos de transporte público.

Pouco antes de as obras iniciarem, no final de 1969, o superintendente da CECAP, Zezinho Magalhães, faleceu, vítima de um infarto cardíaco aos 52 anos. Para homenageá-lo, o empreendimento recebeu o nome de "Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado". O quadro feito pelo pintor primitivista Manezinho Araújo, que sempre decorou o *hall* da presidência da CDHU, ilustra bem a visão estilizada das premissas sociais desse projeto.

Em 1970, João Lázaro de Almeida Prado, irmão de Magalhães, assumiu a Superintendência da CECAP, permanecendo até 1971, quando Juvenal Juvêncio foi nomeado pelo governador Laudo Natel.

Ainda em 1971, ocorreu a primeira licitação para a contratação da empresa que iria realizar as obras do projeto em Guarulhos[9]. A proposta adotou o sistema de pré-fabricação industrializada, com construção de lajes nos canteiros, premissa seguida à risca, inclusive nas fases seguintes de implantação do projeto, quando outros escritórios foram contratados para dar continuidade: "Foi uma construção racionalizada, honesta e acessível a todos", definiu Paulo Mendes da Rocha.

Nessa etapa, foram utilizados recursos do BNH operados pela CEESP e construídas as primeiras 480 unidades. O resultado final impressionou tanto os dirigentes do Banco quanto os da CEESP. A partir de então, o repasse dos recursos para a implantação das demais fases tornou-se mais ágil. Na segunda etapa (1973-1974), foram construídas mais 1.320 unidades, além do centro comercial, centro de saúde e quadras esportivas.

A produção de 4.680 unidades, realizada em etapas até 1980, transformou o projeto de Guarulhos em um divisor de águas da habitação social em todo o país. Delegações estrangeiras visitavam o projeto e faziam dele um exemplo para suas próprias demandas. Décadas depois, o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães ainda é um projeto de enorme expressão e um dos principais casos de estudo nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo. As áreas remanescentes, de propriedade da empresa, valorizaram-se com a proximidade do aeroporto, e o projeto de implantação global ficou limitado a um menor adensamento em virtude do cone de ruído do aeroporto e da vocação das áreas para o uso residencial de baixa renda.

Na CECAP, mesmo sem uma interação direta e integral entre a equipe de Artigas e as dos demais projetos, sua concepção tornou-se o principal exemplo para outros estudos desenvolvidos na autarquia. O valor do desenho era absoluto, tanto na arquitetura quanto no urbanismo – o que permitia uma infinidade de abordagens. A experiência deu lastro à CECAP e definiu uma metodologia que priorizaria a implantação da unidade habitacional dotada de equipamentos públicos e de lazer, valorizando a interação social das famílias, a organização comunitária e a qualidade de vida.

Mesmo com a preocupação com o custo final dos empreendimentos, os arquitetos da Companhia foram estimulados a criar e a encontrar soluções para superar adversidades, como terrenos de difícil implantação, limitações de recursos humanos e orçamentários e dificuldades administrativas em geral[10].

Seguindo os preceitos do Conjunto Zezinho de Magalhães, foram projetados conjuntos habitacionais verticais, com três pavimentos, em Jundiaí (1973), Mogi Guaçu (1975), Marília (1976), todos com projetos de autoria de Vilanova Artigas. Essas tipologias demonstravam a flexibilidade do sistema proposto quando aplicado a terrenos com declividade ou contornos complexos.

Além desses projetos, houve a contratação de outros escritórios de arquitetura, instigados a projetar unidades diferenciadas e a implantação urbanística das moradias com funcionalidade, racionalidade e baixo custo. Destacaram-se os projetos de Taubaté, apelidado de "Forte Apache"; Jaú, apelidado de "João da Velha"; Caçapava; Salto; Piracicaba; e Serra Negra.

O último bloco de projetos escolhidos para ilustrar a produção do período reúne empreendimentos realizados pela equipe interna de arquitetos recém-contratados pela CECAP a partir de 1972. Esses projetos, sempre em pequenos terrenos no interior do estado, acolheram uma nova tipologia: a casa térrea isolada, de área construída variando entre 50 m^2 e 60 m^2, com dois ou três dormitórios. Tal padrão de projeto aproximava-se dos valores das classes médias emergentes que aspiravam pela casa individual, isolada no lote, com possibilidade de expansão no futuro.

Os municípios priorizados, Piedade, Cajuru, São João da Boa Vista, Tambaú, Mogi Mirim, Paraguaçu Paulista, Valinhos e Marília, compõem uma seleção cuidadosa de implantações urbanas, com áreas de lazer bem localizadas e a busca de um projeto tipológico dife-

renciado. É notável observar que esses projetos testemunham a alteração de uso dos lotes e as transformações dos bairros periféricos que as cidades do interior do estado vivenciaram nesses últimos 40 anos.

Até o final de 1970, a CECAP ampliava suas funções executivas e a equipe de colaboradores, o que motivou, pela terceira vez, a transferência de sua sede, em julho de 1970, para a Avenida Rebouças nº 1.028 e para a Casa Rosada, ambas próximas da esquina com a Rua Oscar Freire. Nessa nova sede, mais de 100 funcionários viriam a ser incorporados ao quadro funcional, sendo 30 deles escriturários concursados do IPESP e os demais admitidos por concurso de acesso em 1974.

PLANHAP e as Novas Perspectivas para a CECAP

O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães elevou o patamar de qualidade da gestão da CECAP entre as autarquias do estado: de desconhecida passou à "menina dos olhos" da habitação. Contudo, a visibilidade desse projeto ainda não era suficiente para transformá-la na grande empresa que viria a ser.

No âmbito federal, o governo também avaliava a necessidade de ampliação de atuação de suas políticas e instituiu o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), por meio da Resolução nº 1/1973. Inicialmente, o Plano previa a construção de 2 milhões de unidades habitacionais no país, com financiamento do BNH, destinadas às famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, que residissem em cidades com mais de 50 mil habitantes. Valorizando a questão econômica, essas unidades deveriam estar prioritariamente em áreas metropolitanas, em polos de desenvolvimento urbano ou em cidades de médio porte que apresentassem taxas de crescimento demográfico significativamente elevadas.

As diretrizes do PLANHAP organizaram a participação dos agentes promotores e financeiros no Sistema Financeiro da Habitação Popular (SIFHAP) – como era o caso da CECAP – e autorizaram a criação de Fundos Estaduais de Habitação Popular (FUNDAP). O BNH justificava a criação do PLANHAP como um instrumento de melhora da qualidade de vida e abertura de novas oportunidades para as famílias.

Diante desse cenário, o setor de construção civil adotou a filosofia da "industrialização" ou "produção em massa" e conseguiu, de certo modo, realizar uma expansão considerável da construção civil no Brasil até o início da década de 1980. No âmbito estadual foi formulada a 1a Política Habitacional do Estado de São Paulo.

A CECAP continuou a operar os recursos do BNH na produção habitacional em andamento no estado, atuando agora, tanto no programa CEESP como no PLANHAP, com recursos em escala muito superior aos que recebia no final da década de 1960. E, mesmo com essas diferenças de contexto, entre 1964 e 1974 a CECAP produziu e comercializou mais de 4 mil unidades no Estado de São Paulo.

A produção desse período, entretanto, ainda não espelhava os efeitos do PLANHAP sobre o volume de unidades construídas que surgiria depois. Nos anos seguintes, a crise econômica e financeira alteraria a situação de renda e capacidade de pagamento dos mutuários. Com a alta inflação, o reajuste dos salários não conseguiu acompanhar o crescimento do saldo devedor, o que impulsionou a formação do "rombo" no BNH.

Nesse período, as favelas começaram a se consolidar nos grandes centros urbanos. Em 1970, 1% da população paulistana vivia em assentamentos precários, e as favelas e cortiços cresceriam muito nos anos seguintes sob o impacto da crise.

Seguindo uma tendência preponderante nessa década, o Governo do Estado instituiu diversas sociedades de economia mista e empresas públicas, utilizando modernos instrumentos típicos do direito privado, com um claro objetivo: modernizar a administração pública.

A Superintendência da CECAP, ao final de 1974, conduziu a transição de autarquia para empresa pública, como forma de dar novas perspectivas à produção habitacional, ampliando significativamente sua atuação. A partir desse modelo, iniciou-se a reformulação da autarquia, cuja proposta resultou em um regulamento que inauguraria um novo período da CECAP.

Notas

1. Decreto nº 43.107/1964, Parágrafo único.
2. O FGTS foi criado em 1966.
3. Segundo funcionários que atuaram na Companhia em seus primeiros anos de operação, como Yara Leitão e Maria de Lourdes Gussoni, muitos municípios procuravam a CECAP para oferecer terrenos para a construção de moradias.
4. Fonte: Entrevista concedida em 2014 por Carlos Ronoel Garcia Fernandes, ex-funcionário da CECAP/CDHU.
5. Fonte: Entrevista concedida em 2014 pela arquiteta Denise Cesar Gomes Ruprecht, funcionária da CECAP/CDHU.
6. Fonte: Entrevista concedida em 2014 por Yara Leitão, ex-funcionária da CECAP/CDHU.
7. BNH: Projetos Sociais. 1979.
8. Fonte: Entrevista concedida em 2014 por Carlos Ronoel Garcia Fernandes, ex-funcionário da CECAP/CDHU.
9. A Service Engenharia foi a construtora vencedora do processo de licitação.
10. Fonte: entrevista concedida em 2014 pela arquiteta Denise Cesar Gomes Ruprecht, funcionária da CECAP/CDHU.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Primeiro Período

CEE (Programa Caixa Econômica ESP)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina A	Pres. Prudente	32	1977
Aguaí A1	Campinas	20	1978
Américo Brasiliense A	Central	48	1978
Amparo A	Campinas	53	1977
Andradina A	Araçatuba	48	1978
Anhembi A e B	Sorocaba	33	1977
Araçatuba A	Araçatuba	102	1968
Araraquara A	Central	520	1978
Araras A	Campinas	100	1969
Assis A	Marília	68	1969
Auriflama A	Araçatuba	30	1977
Barra Bonita A	Bauru	144	1977
Barretos A	Barretos	100	1968
Batatais A	Franca	85	1976
Bauru A	Bauru	195	1978
Bebedouro A	Barretos	117	1976
Bebedouro BI	Barretos	52	1975
Bebedouro BII	Barretos	52	1975
Birigui A	Araçatuba	105	1976
Bocaina A	Bauru	64	1977
Botucatu A	Sorocaba	100	1968
Cajuru AI*	Ribeirão Preto	20	1977
Capão Bonito AI/AII	Sorocaba	48	1978
Casa Branca A	Campinas	78	1977
Catanduva A	S. J. do Rio Preto	120	1969
Catiguá A	S. J. do Rio Preto	24	1977
Cedral AI	S. J. do Rio Preto	26	1975

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Cerqueira César A	Sorocaba	20	1975
Cerquilho A	Sorocaba	93	1976
Charqueada A	Campinas	20	1977
Chavantes A	Marília	20	1975
Colina A	Barretos	20	1977
Cordeirópolis A	Campinas	76	1977
Cruzeiro A*	S. J. dos Campos	178	1974
Dois Córregos A	Bauru	52	1977
Echaporã A	Marília	20	1978
Eldorado A	Registro	28	1977
Fernandópolis A	S. J. do Rio Preto	34	1977
Franca A*	Franca	104	1967
Gália A	Marília	20	1977
Garça A	Marília	40	1978
Guapiaçu A	S. J. do Rio Preto	56	1977
Guaratinguetá A*	S. J. dos Campos	100	1969
Guaratinguetá B1	S. J. dos Campos	432	1978
Guariba A1, A2 e A3	Ribeirão Preto	94	1977
Guarulhos	RMSP	1	1974
Guarulhos A1*	RMSP	480	1972
Guarulhos A2*	RMSP	1.320	1974
Guarulhos A3*	RMSP	960	1977
Guarulhos A4*	RMSP	960	1979
Guarulhos A5*	RMSP	960	1980
Igaraçu do Tietê A1 e A2	Bauru	42	1977
Irapuru A1	Pres. Prudente	20	1977
Itapetininga A	Sorocaba	50	1968

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Itapeva A1	Sorocaba	57	1977
Itápolis A1	Central	20	1975
Itatinga A	Sorocaba	22	1977
Jales A	S. J. do Rio Preto	40	1976
Jaú B*	Bauru	634	1979
Jaú A2	Bauru	106	1969
Jaú A1*	Bauru	124	1968
Jundiaí A1	Campinas	432	1978
Mairinque A1 e A2	Sorocaba	150	1978
Marília A*	Marília	120	1967
Marília B*	Marília	208	1977
Marília D*	Marília	144	1978
Martinópolis A	Pres. Prudente	20	1976
Miguelópolis A1	Franca	20	1976
Mococa A1, A2, A3 e B	Campinas	198	1978
Mogi Guaçu A1*	Campinas	72	1978
Moji Mirim A1 e A2*	Campinas	238	1979
Monte Azul Paulista A1 e A2	Barretos	90	1977
Morungaba A1 e A2	Campinas	44	1978
Murutinga do Sul A1	Araçatuba	20	1978
Nova Granada A	S. J. do Rio Preto	24	1977
Novo Horizonte A1	S. J. do Rio Preto	22	1978
Olímpia A1 e A2	Barretos	88	1977
Paraguaçu Paulista A1*	Marília	281	1979
Paulo de Faria A*	S. J. do Rio Preto	20	1967
Penápolis A	Araçatuba	64	1978
Pereira Barreto A1	Araçatuba	46	1977
Piedade A1 e A2*	Sorocaba	56	1977
Piracaia A	Campinas	96	1977
Piracicaba A1*	Campinas	308	1977
Piraju A1 e A2	Sorocaba	62	1977
Pirajuí A1 e A2	Bauru	52	1978
Quatá A1	Marília	20	1975
Regente Feijó A	Pres. Prudente	64	1979
Registro A	Registro	88	1977
Ribeirão Bonito A1 e A2	Central	50	1976
Ribeirão Bonito B	Central	112	1979
Ribeirão Preto A*	Ribeirão Preto	104	1967
Salto A1, A2 e B1	Sorocaba	638	1983
Santa Fé do Sul	S. J. do Rio Preto	20	1975
São Carlos A*	Central	103	1966
São Carlos C	Central	48	1979
S. João da Boa Vista A1*	Campinas	142	1978
S. José do Rio Preto B	S. J. do Rio Preto	532	1978
S. José do Rio Preto A1 e A2*	S. J. do Rio Preto	94	1968
São Manuel A	Sorocaba	50	1969
Serra Negra A1*	Campinas	248	1978
Tabatinga A1	Central	14	1977
Tambaú A*	Campinas	25	1978
Tapiratiba	Campinas	62	1977
Tatuí A1 e A2	Sorocaba	56	1976
Taubaté A1*	S. J. dos Campos	571	1976
Tietê A1	Sorocaba	54	1977
Tupã A	Marília	100	1969
Valinhos A1 e A2*	RM Campinas	552	1979
Vera Cruz A	Marília	28	1978
Viradouro A	Barretos	18	1978
Votuporanga A	S. J. do Rio Preto	100	1969
		16.355	

*Projetos incluídos no livro

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 46



Paulo de Faria A

PÁG. 47



São Carlos A

PÁG. 48



Ribeirão Preto A

PÁG. 49



Franca A

PÁG. 50



Marília A

PÁG. 51



Jau A

PÁG. 52



São José do Rio Preto A
Vila Elvira

PÁG. 53



Guaratinguetá A

PÁG. 54



Guarulhos A
Zezinho de Magalhães

PÁG. 60



Marília D

PÁG. 61



Mogi Guaçu A

PÁG. 62



Jundiaí A1

PÁG. 66



Serra Negra A

PÁG. 68



Piracicaba A1

PÁG. 70



Taubaté A1

PÁG. 72



Jau B
João da Velha

PÁG. 74



Cajuru A

PÁG. 75



Piedade A

PÁG. 76



Marília B

PÁG. 76



São João da Boa Vista A1

PÁG. 77



Paraguaçu Paulista A1

PÁG. 77



Valinhos A

PÁG. 78



Mogi Mirim A

PÁG. 79



Tambaú A

PÁG. 79



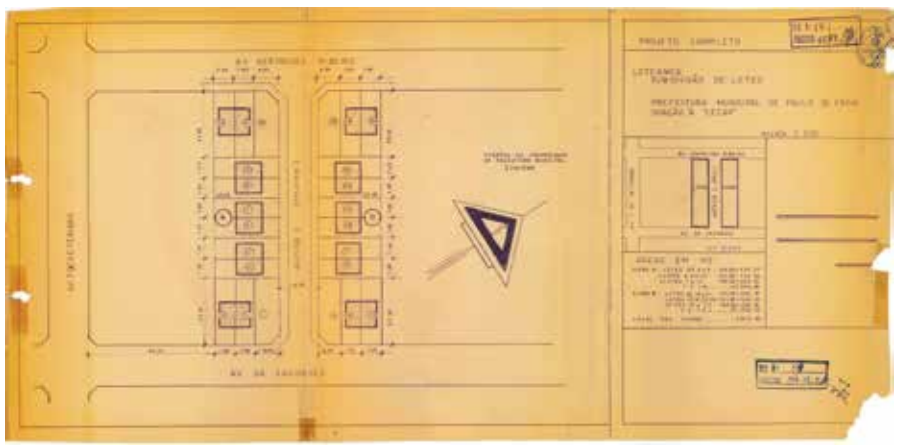
Cruzeiro A

Paulo de Faria A

MUNICÍPIO: Paulo de Faria
ANO DA ENTREGA: 1967
ÁREA DO TERRENO: 3.872,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 3.080,00 m²
COTA RESID.: 154,00 m²
TIPOLOGIA: 2A Geminada
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 20
PROJETO: Luiz Alberto A. Rodrigues e Antônio Rodrigues dos Santos Jr.

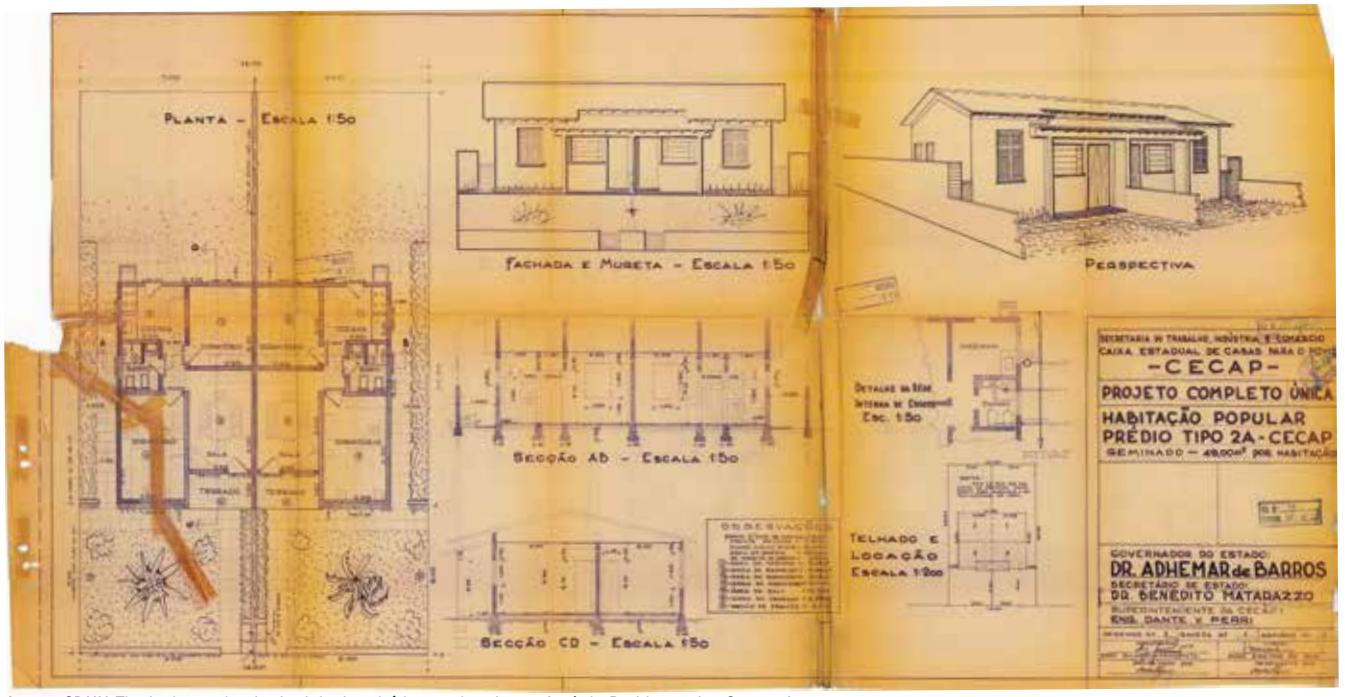


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

O conjunto de 20 unidades de casas geminadas construído no Município de Paulo de Faria foi o primeiro da história da CECAP. O projeto possuía bom padrão, com dois quartos, banheiro, cozinha, telhado em duas águas, varanda. Garantia recuos de frente e de fundo, o que permitia futuro crescimento. Os lotes variavam entre 150 m² e 180 m². Por meio de fotografias recentes e imagens de satélite, pode-se notar que poucas intervenções foram realizadas nas unidades ao longo das décadas. A maior parte são garagens para automóveis e cômodos construídos nos fundos dos lotes, demonstrando a adequação da tipologia às necessidades dos moradores. O conjunto marca o início da produção da CECAP em parceria com as prefeituras que cediam os terrenos para atender demandas específicas.



Acervo CDHU. Tipologia geminada de dois dormitórios, projetada por Antônio Rodrigues dos Santos Jr.





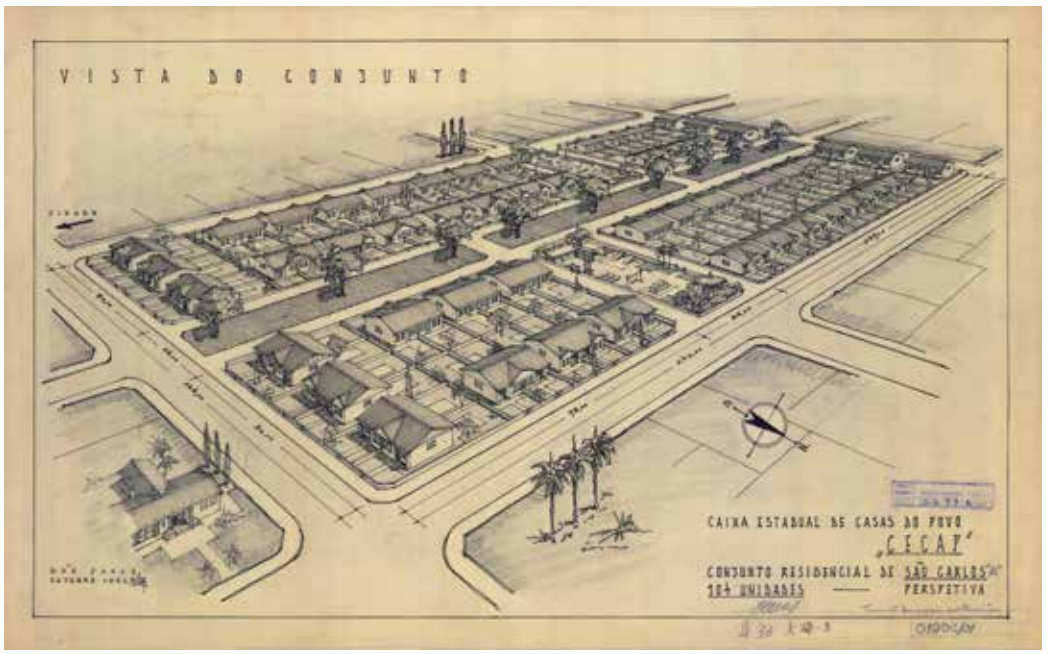
Acervo CDHU, 2013.

São Carlos A

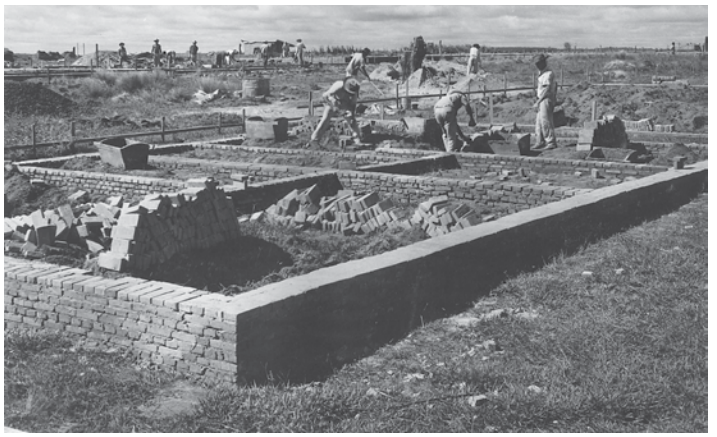
MUNICÍPIO: São Carlos
ANO DA ENTREGA: 1968
ÁREA DO TERRENO: 31.000,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.800,00 m²
COTA RESID.: 200 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 104
PROJETO: CECAP



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.





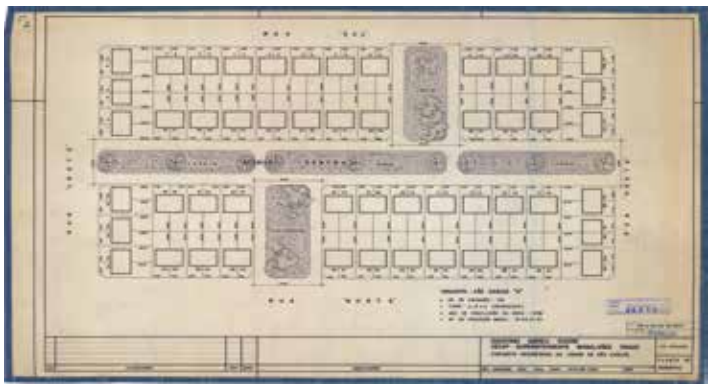






Acervo CDHU. Nas fotografias é possível observar o sistema construtivo das unidades: alvenaria tradicional, com tijolos de barro.

O conjunto de duas quadras utiliza-se de uma tipologia usual no interior, na época: casas geminadas, com varandas, dois dormitórios, sala, cozinha e banheiro. Como se pode observar por meio das imagens, as unidades habitacionais foram construídas com tijolos de barro. Cada parede com a espessura de um tijolo e meio. Com área total ampla, foi reservada uma faixa central que percorre toda a extensão do conjunto para a construção de áreas de lazer, praças e *playground*, criando uma alameda arborizada onde os moradores podem desfrutar dos equipamentos instalados.



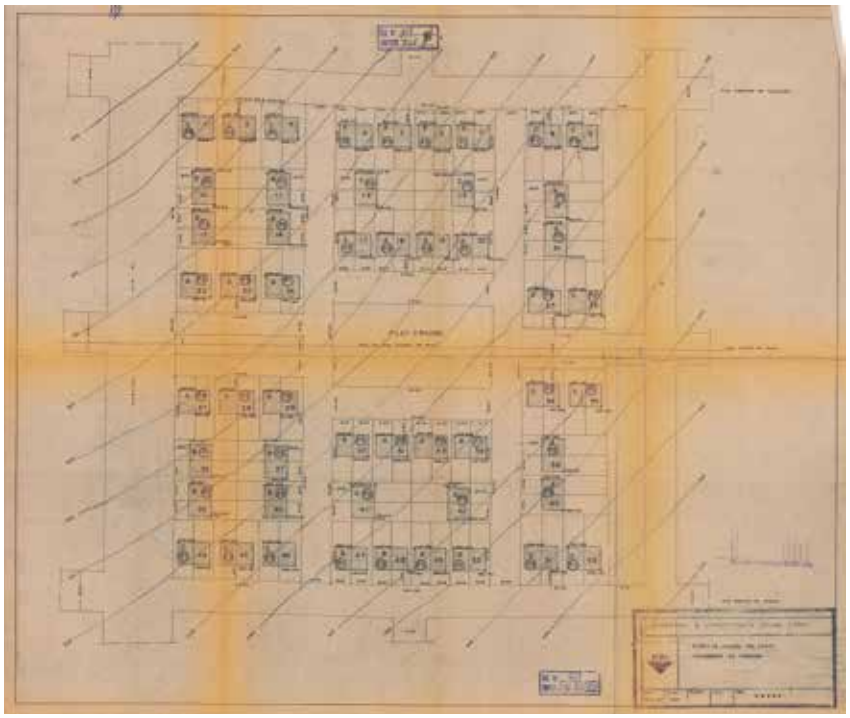
Acervo CDHU.

Ribeirão Preto A

MUNICÍPIO: Ribeirão Preto
ANO OU ENTREGA: 1967
ÁREA DO TERRENO: 30.555,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.800,00 m²
COTA RESID.: 200 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 104
PROJETO: Djalma Cintra de Andrade



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).





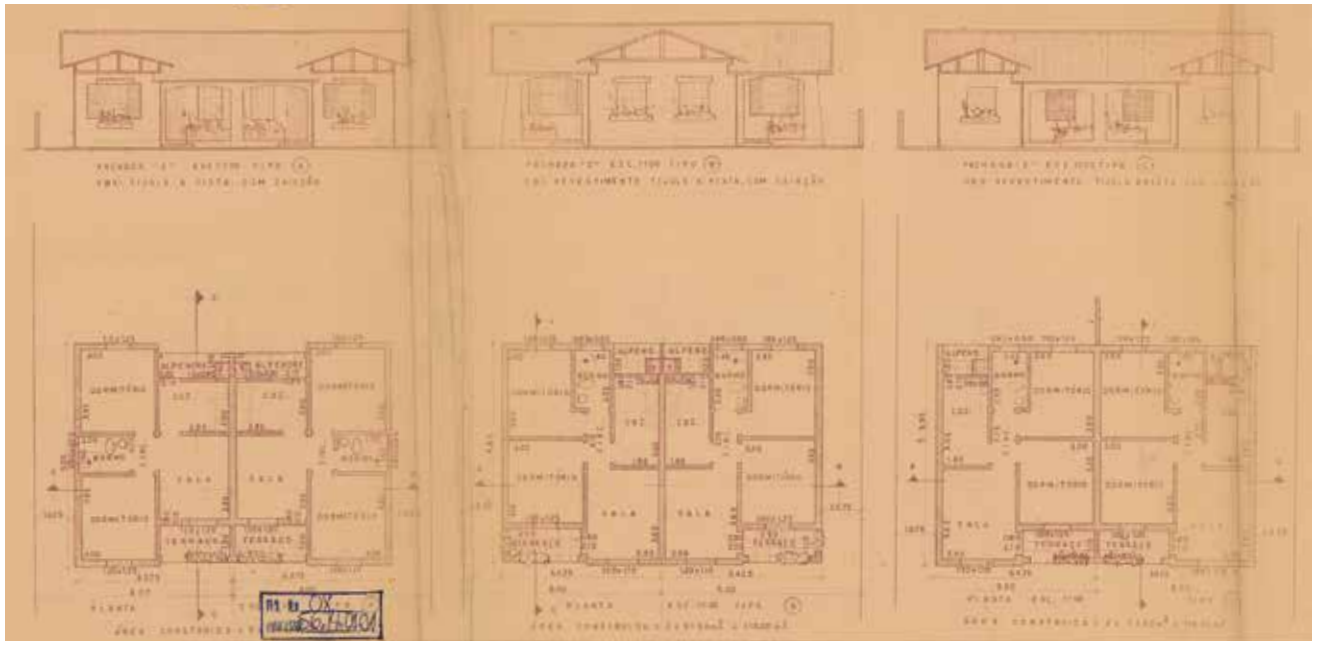
Em Ribeirão Preto, o projeto previu 104 unidades no bairro Vila Virgínia, com espaços para o lazer e a recreação dos moradores. A planta da unidade era de casa geminada de dois dormitórios. A cozinha era fechada, separada da sala e voltada para o fundo do lote, a varanda e a lavanderia eram cobertas e os lotes possuíam até 200 m². Na época da construção do empreendimento, chamava-se Residencial Vila Virgínia; como houve um grande número de famílias inscritas, realizou-se um sorteio para distribuição das casas. Em 1969, o município promulgou uma lei renomeando o residencial de Vila Virgínia para Doutor José de Almeida Prado.



Chahinian, 2014. Tipologia geminada, tipos B/C.



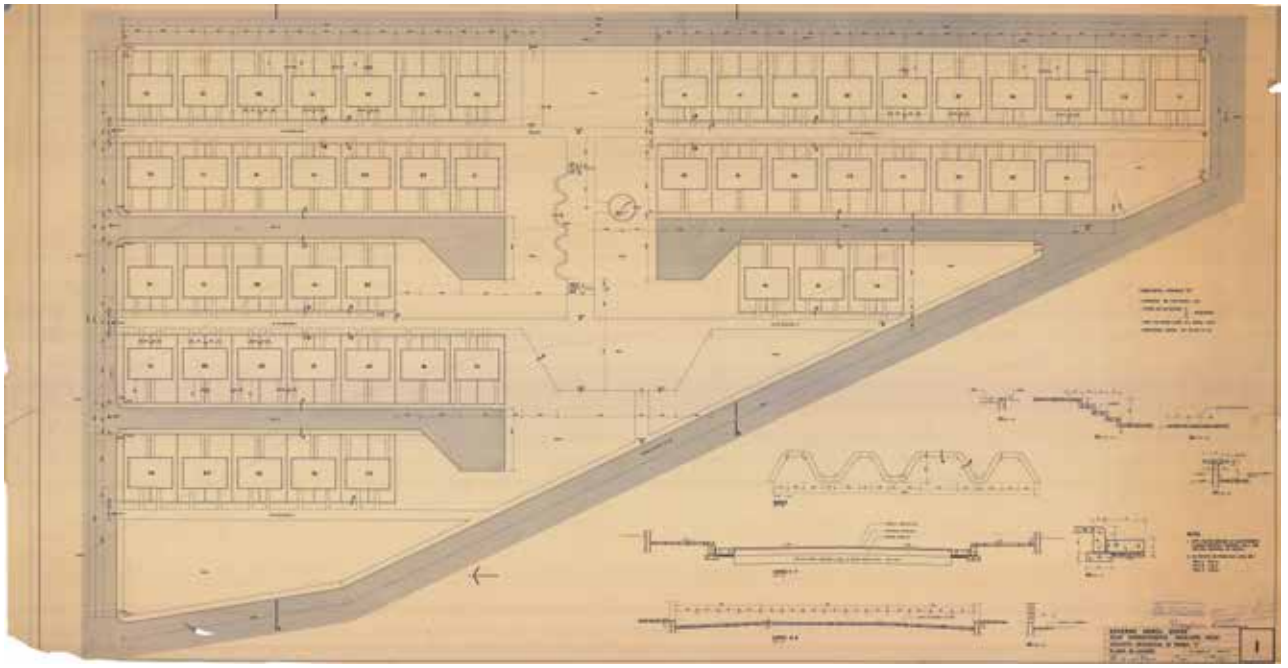
Chahinian, 2014. Tipologia geminada, tipo A.



Acervo CDHU. Projeto apresentado pela Prefeitura.

Franca A

MUNICÍPIO: Franca
ENTREGA: 1967
ÁREA DO TERRENO: 37.860,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 14.560,00 m²
COTA RESID.: 140 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 104
PROJETO: Léo Bomfim Jr. e Giselda Visconti



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014. Unidade original sem modificações.



Chahinian, 2014. Unidade original ampliada para sobrado

Na implantação urbana, este projeto apresenta soluções diferentes das anteriores. O sistema viário convencional circunscreve o terreno e as vias de acesso local são sem saída, finalizando-se em um *cul-de-sac* (balão de retorno), evitando trânsito de passagem para aumentar a segurança dos pedestres e crianças. Entre as vias de acesso local foram previstas vias para pedestres, definindo frente e fundo de lote com acesso próprio. O sistema viário faz a conexão com o sistema de lazer concebido na área central. No decorrer dos anos, o urbanismo se manteve inalterado. Já as imagens das edificações revelam intervenções que vão desde a construção de coberturas para automóveis até reformas com novas lajes criando o segundo pavimento, assobradando a casa. Por meio das imagens de satélite também é possível observar a plena integração do conjunto à malha urbana da cidade e a dinâmica dos telhados originais intercalados com as ampliações.



Chahinian, 2014. Muros construídos por moradores.



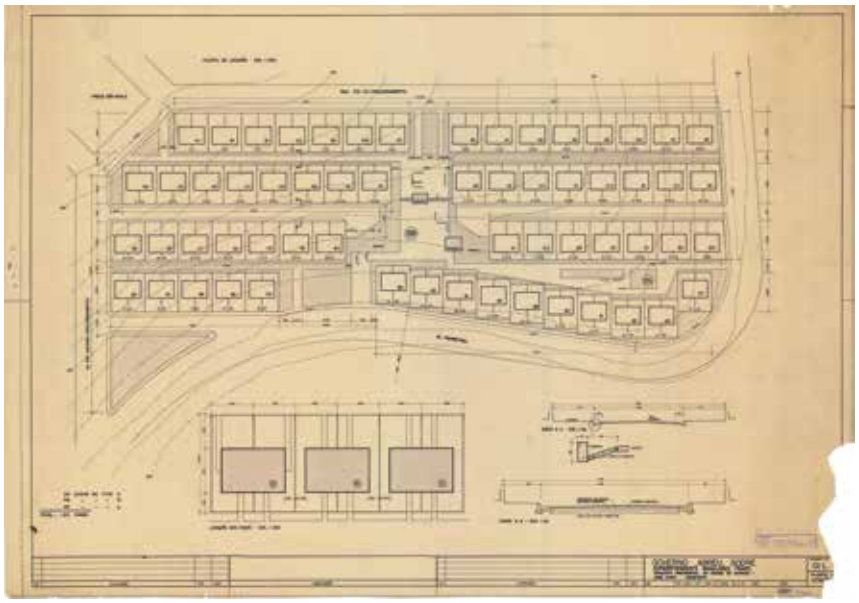
Chahinian, 2014. Áreas verdes e praça preservados.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Marília A

MUNICÍPIO: Marília
ENTREGA: 1967
ÁREA DO TERRENO: 37.975,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 16.800,00 m²
COTA RESID.: 140 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 120
PROJETO: Hirohiko Sawao e José Pinto



Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Quase 50 anos depois de sua entrega e ocupação, o projeto Marília A se mantém preservado e inserido na dinâmica da cidade. A praça central projetada no interior do conjunto para o lazer dos moradores ainda é arborizada, com bancos para descanso e contemplação onde crianças brincam e adultos se encontram. Essa praça está estrategicamente posicionada, é ponto de convergência das vias locais e se abre para a cidade. A implantação das unidades nos lotes, com frente para a Avenida Perimetral, acompanha o desenho da rua em curva, dando dinâmica às fachadas das residências. Os lotes, no entanto, mantêm a ortogonalidade presente no restante do conjunto. Como os demais de sua época, este projeto da CECAP também recebeu recursos do BNH para o financiamento de suas unidades por meio da Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP), que era o agente promotor do BNH no estado.



Chahinian, 2014. Unidade com melhorias: varanda e gradis.



Chahinian, 2014. Unidade com pequenas intervenções construtivas.



Chahinian, 2014. Unidade com ampliação de lajes e muros.



Chahinian, 2014. Os caminhos integram a praça com as unidades.



Chahinian, 2014. Local de encontro e lazer dos moradores.



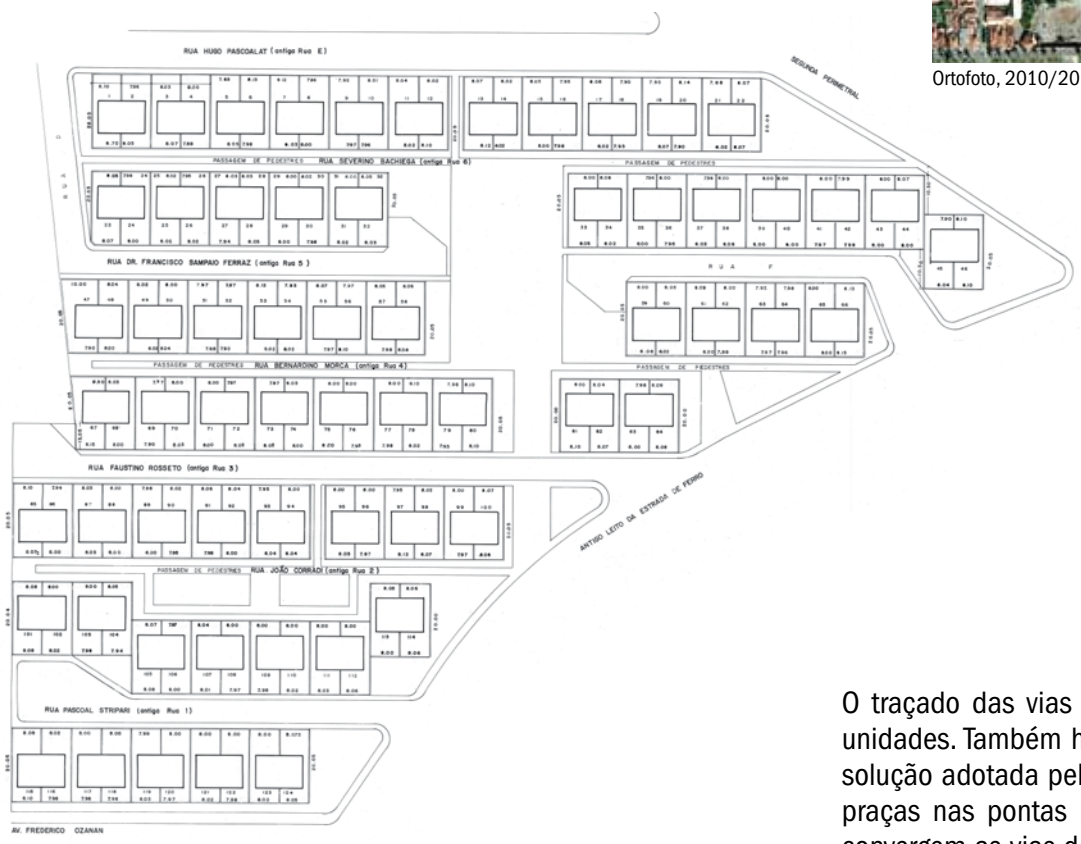
Chahinian, 2014. Praça arborizada com localização central no conjunto.

Jau A

MUNICÍPIO: Jaú
ENTREGA: 1967
ÁREA DO TERRENO: 67.270,50 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 19.840,00 m²
COTA RESIDENCIAL: 160 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 124 unidades
PROJETO: Hirohiko Sawao, Ruy Gama e Djalma Cintra de Andrade



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

O traçado das vias principais faz ligação com a cidade e dá acesso local às unidades. Também há hierarquia das vias de pedestre pelo fundo do lote, uma solução adotada pelos arquitetos na época. O conjunto ainda possui pequenas praças nas pontas irregulares das quadras e uma praça principal para onde convergem as vias de pedestre e de acesso local.



Chahinian, 2014. Jardins integrados ao viário de pedestre.



Chahinian, 2014. Unidade com ampliação da cobertura na varanda.

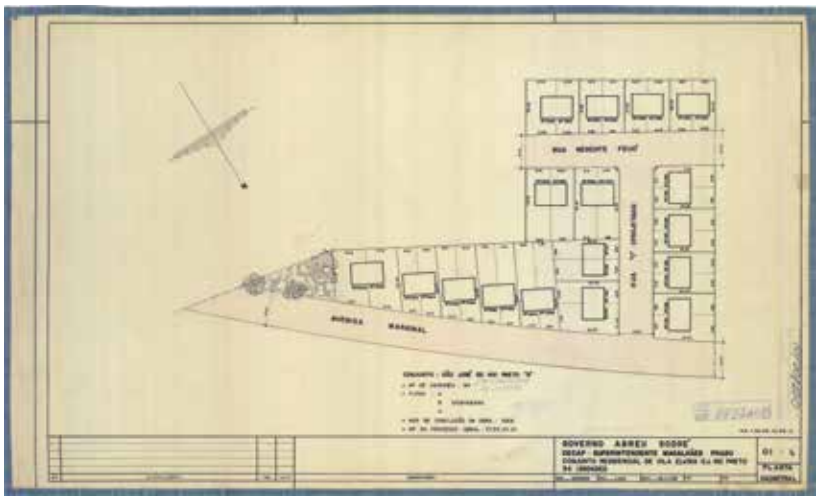


Chahinian, 2014. Uma unidade preserva a solução dada pelos arquitetos e a segunda altera o telhado com a abertura de uma claraboia.

São José do Rio Preto A

Vila Elvira

MUNICÍPIO: São José do Rio Preto
ENTREGA: 1968
ÁREA DO TERRENO: 11.380,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 7.208,00 m²
COTA RESIDENCIAL: 212 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 34 (Lote 1) e 60 (Lote 2, não incluído)
PROJETO: Ismael V. Campos Júnior

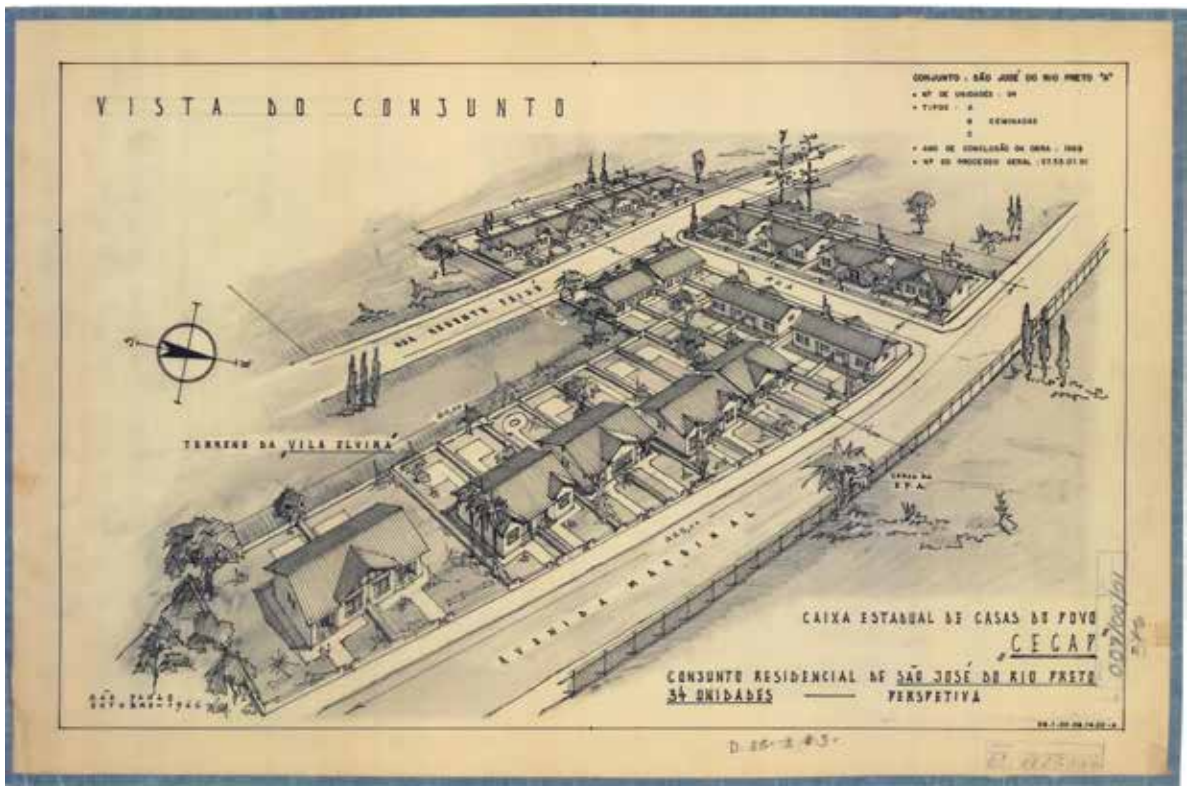


Acervo CDHU. Vila Elvira.

A implantação de unidades pela CECAP no Município de São José do Rio Preto, no final da década de 1960, seguia as diretrizes habitacionais do Governo do Estado, na época conduzido pelo Governador Abreu Sodré. O município se enquadrava nos pré-requisitos elencados pelo SFH/BNH para implantação de projetos de habitação: vivia um período de crescimento econômico e expansão industrial, atraindo cada vez mais moradores para suprir a demanda por mão de obra, o que acarretava a necessidade de habitações para essa classe trabalhadora. A tipologia habitacional – casa geminada, telhado de duas águas e varanda – seguia a tendência do interior. As casas caracterizam-se por dois desenhos de plantas diferentes. No primeiro, as varandas estão posicionadas nas laterais, geminando os quartos no centro; no segundo, as varandas são posicionadas no centro, rebatendo os quartos para as laterais. Inicialmente, foram previstas duas áreas para construção; no entanto, somente a Vila Elvira se efetivou.



Acervo CDHU. Unidade apresenta maior conservação da fachada.



Acervo CDHU. Perspectiva feita em 1966 pelo desenhista Chiquinho.



Acervo CDHU. Tipologia que sofreu alteração de fachada e uso.

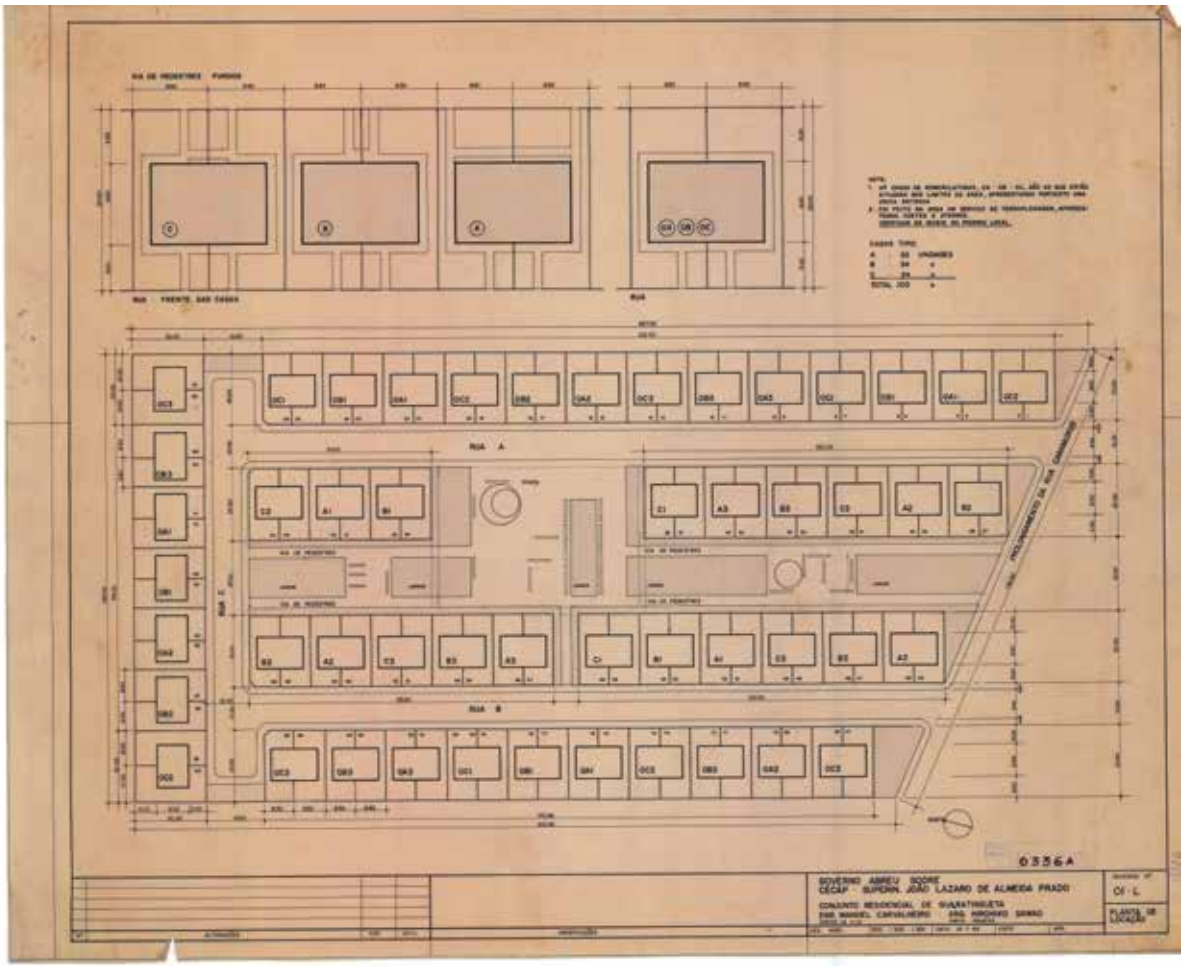


Acervo CDHU. Integração das unidades no decorrer dos anos, com ampliação de muros e da habitação.

Guaratinguetá A

MUNICÍPIO: Guaratinguetá
ENTREGA: 1969
ÁREA DO TERRENO: 30.218,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.000,00 m²
COTA RESIDENCIAL: 200,00 m²
TIPOLOGIA: UHs geminadas A, B e C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 100
PROJETO: Hirohiko Sawao, Manuel Carvalheiro e Giselda Visconti

Em relação a outros projetos do mesmo período construídos pela CECAP, a implantação realizada em Guaratinguetá trouxe inovações ao sistema viário. Nele, destacam-se duas vias internas que penetram na quadra central formando uma alça. No meio da quadra central foi projetado um sistema de lazer que faz a conexão com o sistema viário, promovendo a integração dos espaços públicos e facilitando a circulação dos moradores pelo conjunto. Compõem essa área livre, além da praça e dos jardins, equipamentos como uma quadra poliesportiva gramada e uma creche, favorecendo as atividades de lazer. As reformas vão desde o sobrado até melhorias simples em muros e abrigos de automóveis.



Acervo CDHU.


Acervo CDHU. Unidade conservada pelos moradores.


Acervo CDHU. Nota-se a manutenção dos proprietários na pintura e fachada da habitação.


Chahinian, 2014. Praça interna do conjunto.


Chahinian, 2014. Pequeno campo de futebol.


Chahinian, 2014. Ampliação da unidade, passando de térreo para sobrado.

Guarulhos A

Zezinho de Magalhães

MUNICÍPIO: Guarulhos
ENTREGA: 1972/1980
ÁREA DO TERRENO: 1.080.600,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 55.981,49 m² (Condominio Paraná e Rio Grande do Sul)
COTA RESIDENCIAL: 55,00 m²
TIPOLOGIA: Prédio específico Artigas com escada
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 4.680 (5 fases)
PROJETO: João Batista Vilanova Artigas, Fabio Penteado, Paulo Mendes da Rocha e Giselda Visconti





Acervo CDHU. Arq. Vilanova Artigas.





Acevo FAU USP. Fotografias da época de entrega das primeiras unidades do conjunto.



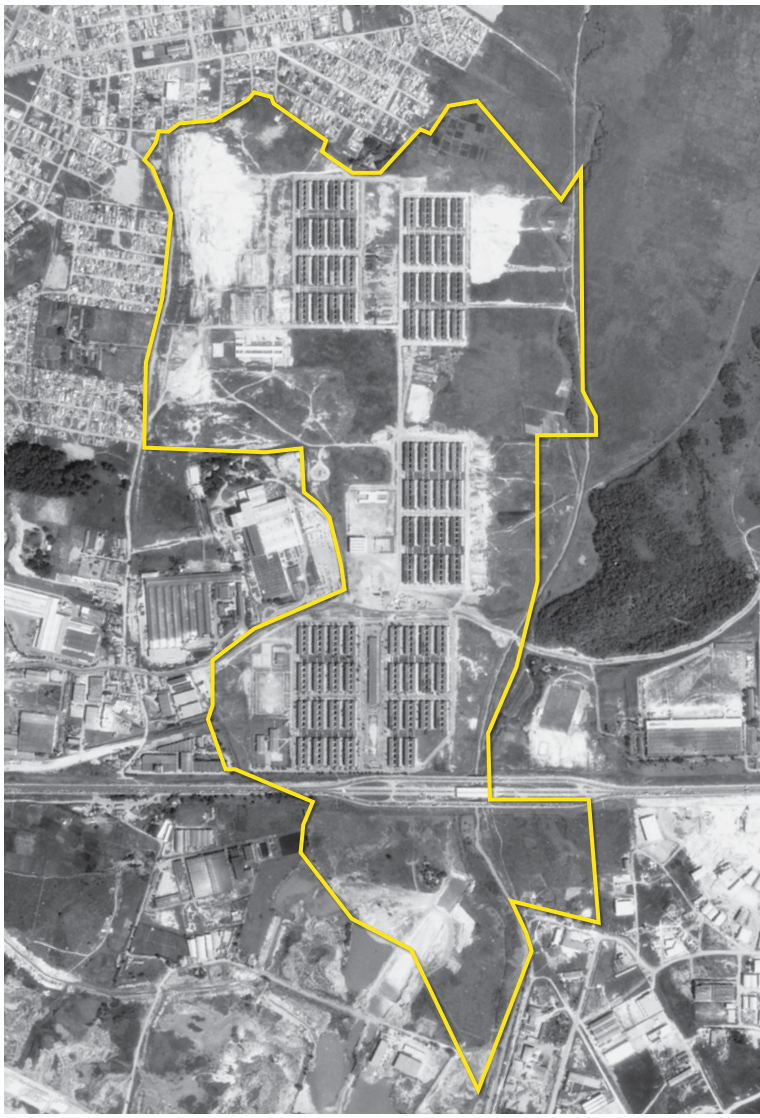
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O projeto Guarulhos A tinha como proposta a construção de 10.560 apartamentos, distribuídos em oito freguesias formadas por um conjunto de edifícios. O tamanho da freguesia variava entre 16 blocos (960 aptos) e 32 blocos (1.920 aptos), e cada bloco possuía 60 apartamentos. Contudo, foram construídas 4.680 unidades, apenas 45% do projeto original, além de equipamentos públicos: três escolas, creches, centro de saúde, centro esportivo, centro comercial e um sistema que conecta as áreas livres locais com uma área livre central.

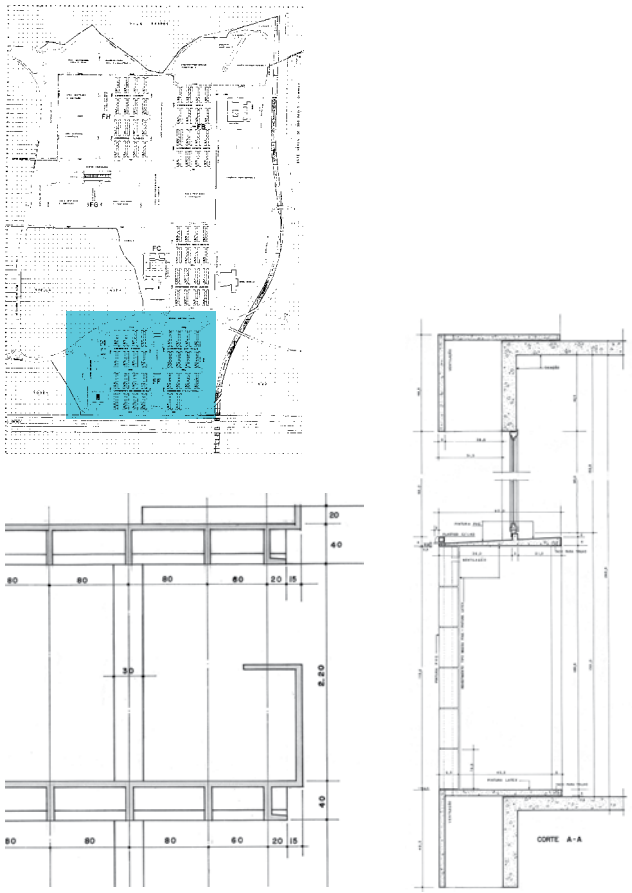
Os blocos sobre pilotis ampliam e interagem as áreas livres. A planta das unidades prevê divisórias internas independentes da estrutura, possibilitando sua remoção para se adequar à necessidade da família.

O projeto cromático foi elaborado por Giselda Visconti, colaboradora no desenvolvimento do projeto, e tem cores marcantes e variadas nas fachadas, com tons populares que quebraram sabiamente a monotonia que a repetição daqueles blocos poderia causar no terreno plano.

O desenho de proposta para implantação prevê uma resposta à situação topográfica, orientação adequada para insolação e ventilação e uma solução para a definição de um eixo entre as lâminas dos edifícios que favorecesse a construção.



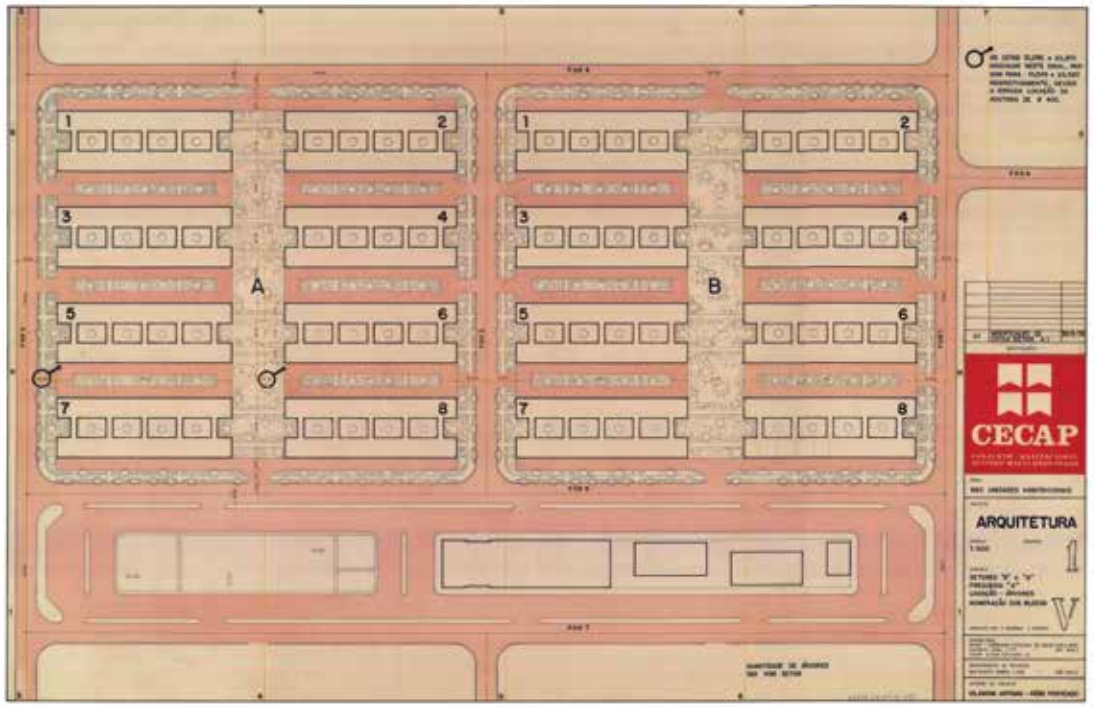
Acervo CDHU.



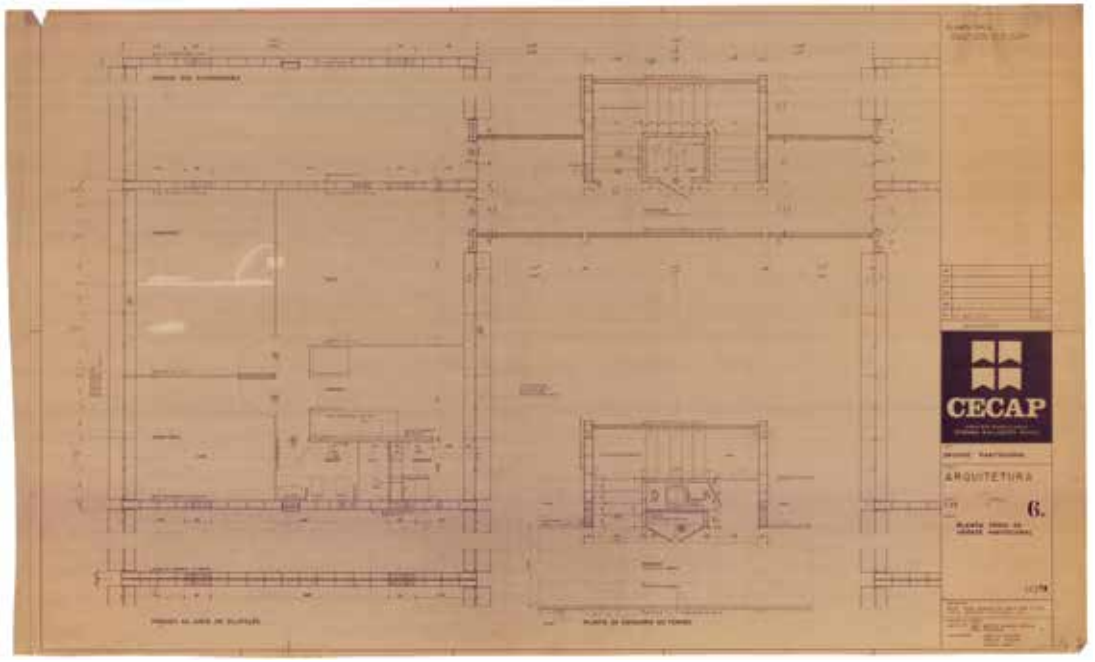
Acervo CDHU. Nesta etapa, os armários dos apartamentos foram feitos em alvenaria.

Etapa 1

Foram construídas 480 unidades em 1971, parte da primeira freguesia, sob o sistema convencional de construção: estrutura de concreto armado, laje nervurada (8,5 cm de espessura), pilares delgados (cerca de 60 cm de largura) embutidos na parede de alvenaria de blocos e as caixas de escada divididas em três lances. Logo após, foram construídas mais 1.320 unidades, completando a primeira freguesia com o centro comercial, o centro de saúde, a escola e quadras esportivas (1973-1974). Nessa etapa executou-se a pré-fabricação dos armários, que se localizavam sob a linha dos caixilhos ao longo das elevações dos apartamentos.



Acervo CDHU.



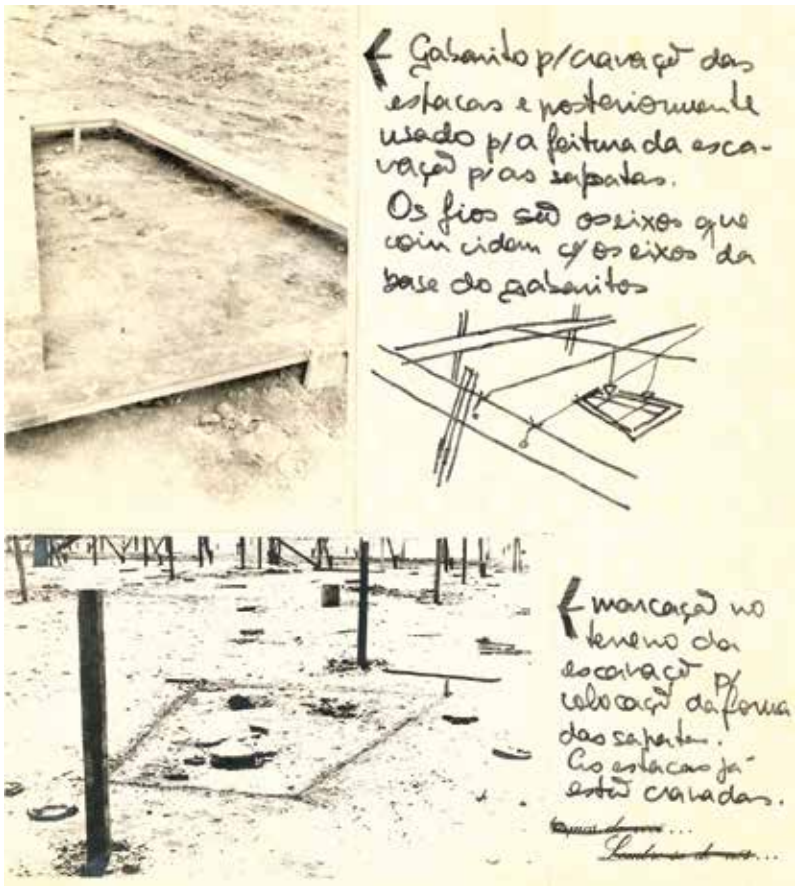
Acervo CDHU. A planta destaca a escada em três lances.

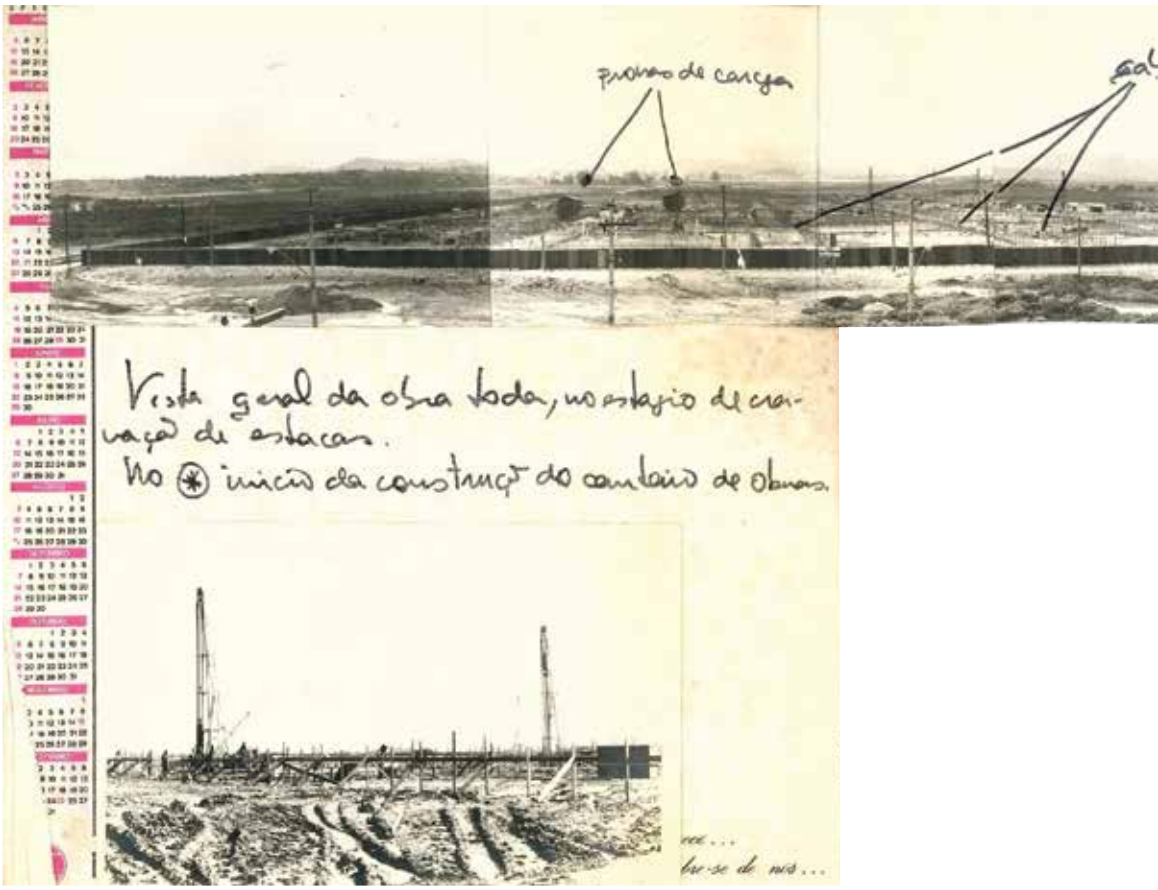


Cintra de Andrade.



Imagem da tese de Denise Gomes Ruprecht.





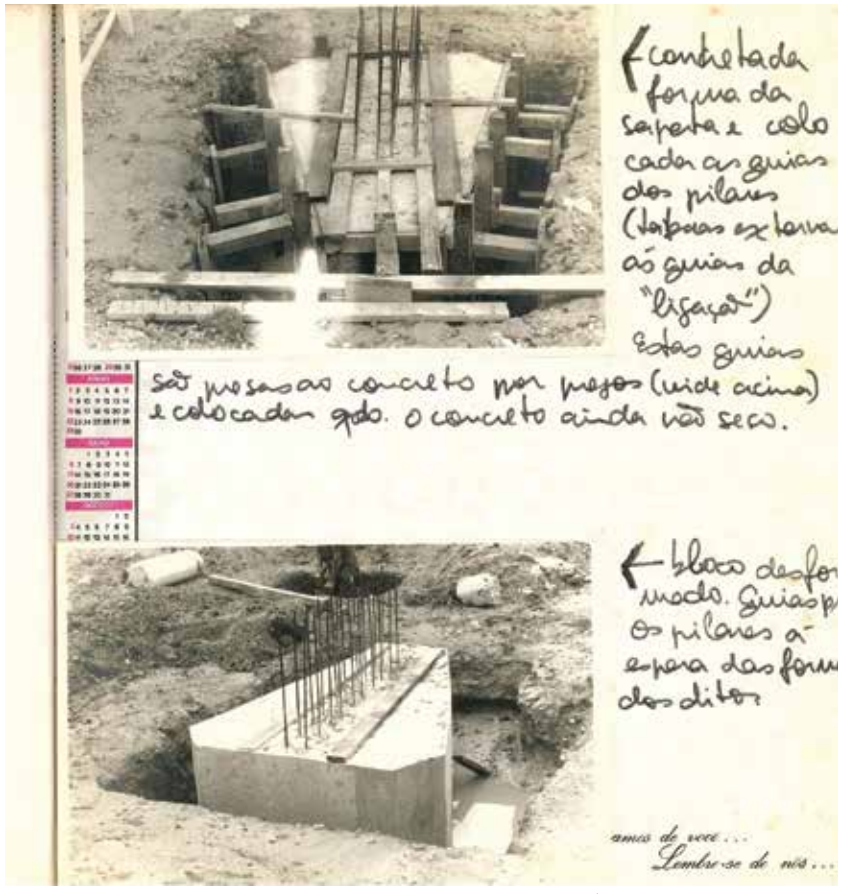




Tedeschi. Registros de obra da caderneta de vistoria do arquiteto Altamir Tedeschi, integrante da equipe do escritório de Alfredo Paesani contratado para acompanhamento das soluções de projeto durante a obra.

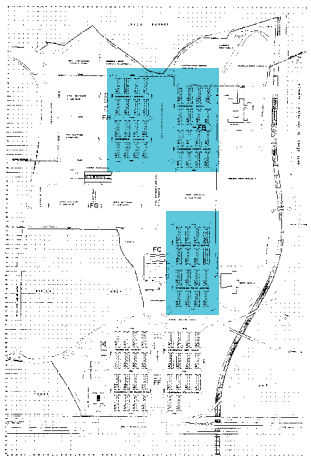








Tedeschi. Conjuntos de imagens e anotações do caderno de obras para análise das soluções de projeto e sua execução na obra.



Etapa 2

Em 1975, ocorreu a construção das últimas 2.880 unidades. Também foram implantadas mais duas escolas e o centro esportivo. Vários aperfeiçoamentos construtivos foram sendo introduzidos ao longo das fases de implantação, como, por exemplo, as caixas das escadas que evoluíram da forma espiralada para as caixas lineares, facilitando a construção e o tempo de obra. Os pilares do térreo tornaram-se mais robustos, suas fôrmas eram metálicas e, a partir do segundo pavimento, adotou-se o sistema conhecido como "mesa-parede". As lajes não eram mais construídas sobre vigas nervuradas, que, pela falta de circulação do ar entre as nervuras, ocasionaram umidade nos apartamentos. Passaram, então, a ser maciças, com espessura maior para suportar mais peso.



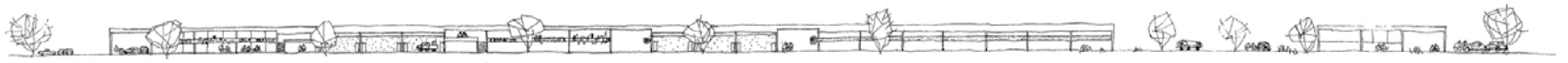
Acervo CDHU. Centro comercial.



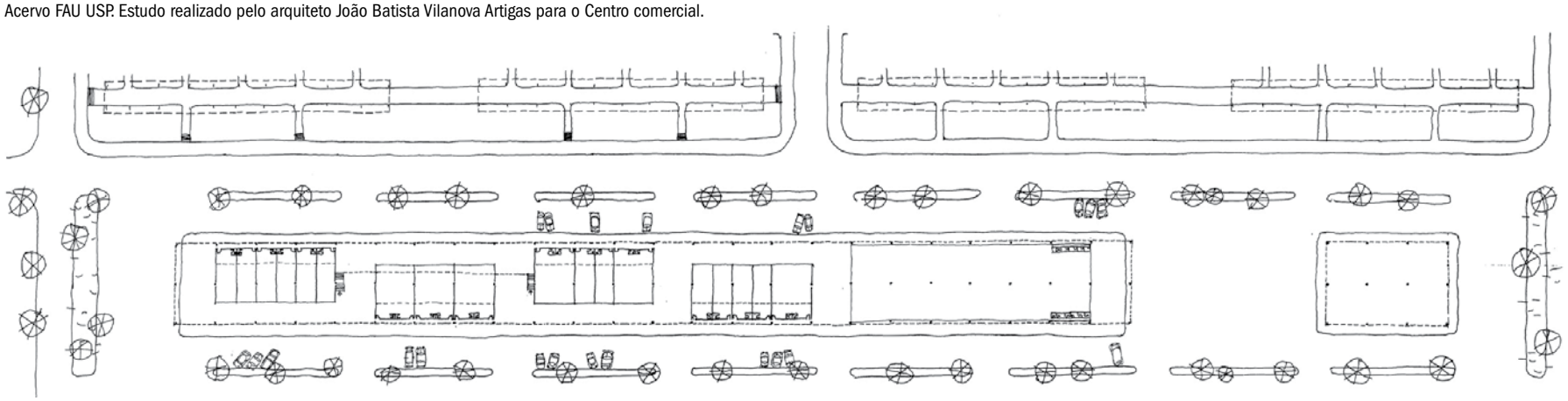
Acervo FAU USP. Centro esportivo.



Acervo FAU USP. Centro comercial.

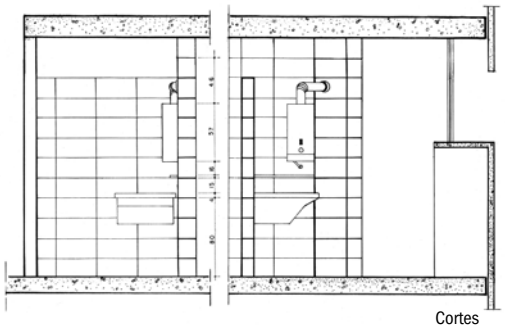


Acervo FAU USP. Estudo realizado pelo arquiteto João Batista Vilanova Artigas para o Centro comercial.





Cintra de Andrade. Implantação do Centro comercial.

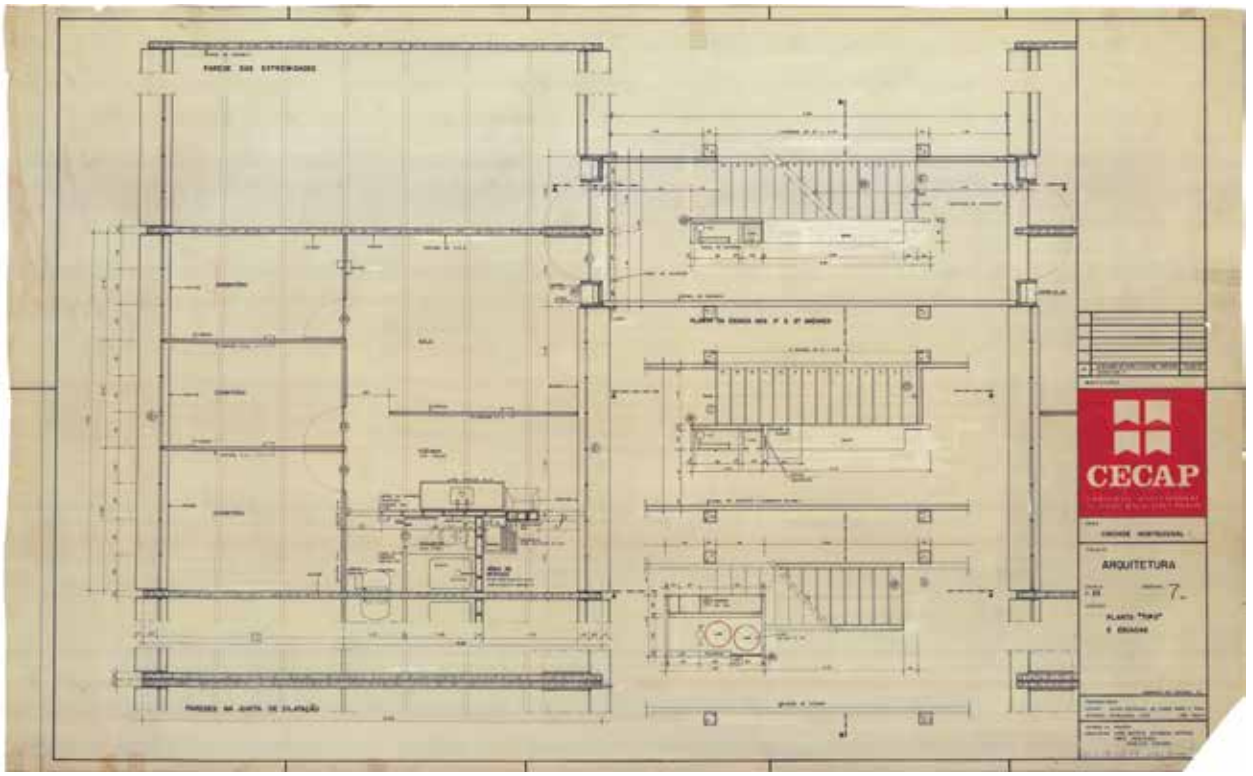


Cortes

Acervo CDHU. Devido a infiltrações que ocorriam entre as juntas dos blocos, na segunda fase de implantação do conjunto os armários passaram de alvenaria tradicional para placas de concreto moldadas *in loco*. Aperfeiçoamento resultante do processo permanente de avaliação das soluções de projeto.



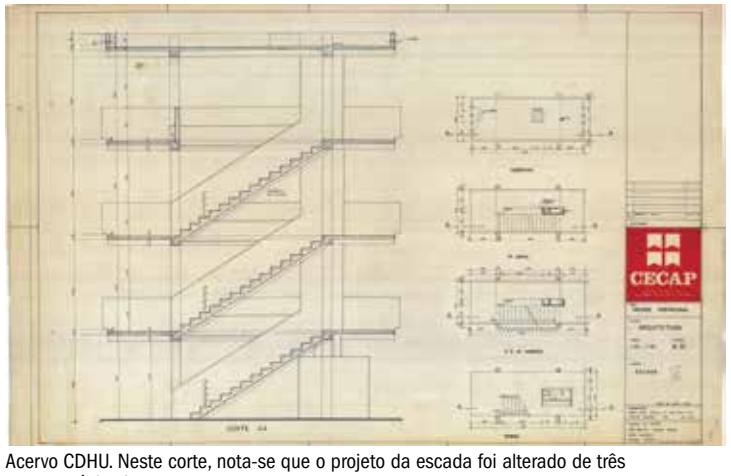
Acervo FAU USP.



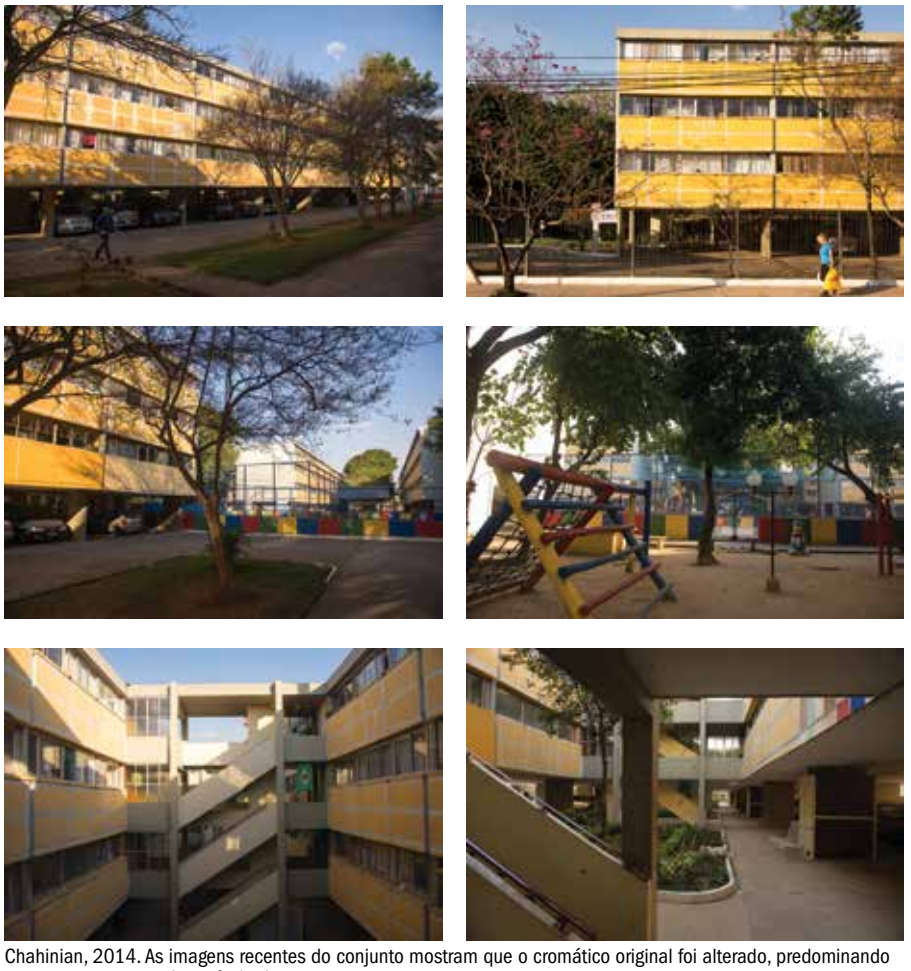
Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



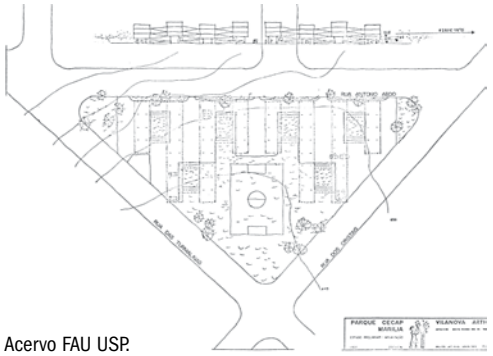
Acervo CDHU. Neste corte, nota-se que o projeto da escada foi alterado de três para um único lance.



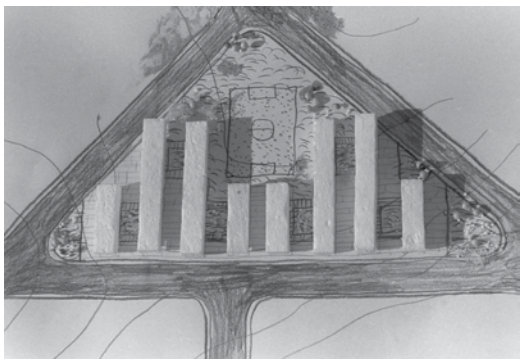
Chahinian, 2014. As imagens recentes do conjunto mostram que o cromático original foi alterado, predominando somente a cor amarela na fachada.

Marília D

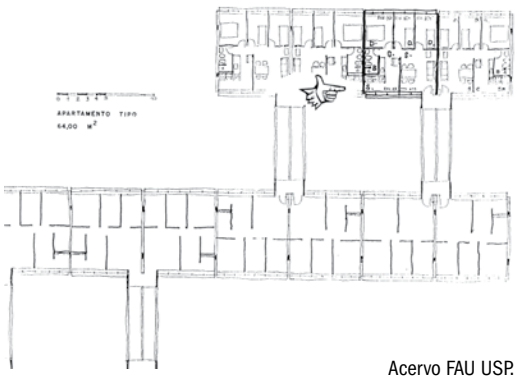
MUNICÍPIO: Marília
ENTREGA: 1978
ÁREA DO TERRENO: 12.500,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 12.500,00 m²
COTA RESIDENCIAL: 86,80 m²
TIPOLOGIA: Prédio específico Artigas com rampa
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 144
PROJETO: João Batista Vilanova Artigas



Acervo FAU USP.



Acervo FAU USP.



Acervo FAU USP.



Acervo FAU USP.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Marília D teve os prédios implantados em um terreno triangular, demonstrando a capacidade de articulação entre as lâminas, que permitia sua adaptação à forma do terreno e delineava um sistema contínuo de áreas livres que se integram com as áreas cobertas do terreno através de edificações em pilotis. O arquiteto Artigas resolveu o acesso às áreas de estacionamento com uma única entrada distribuidora para os bolsões, respeitando a segurança da circulação de pedestre.



Acervo FAU USP.



Trani.



Chahinian, 2014.



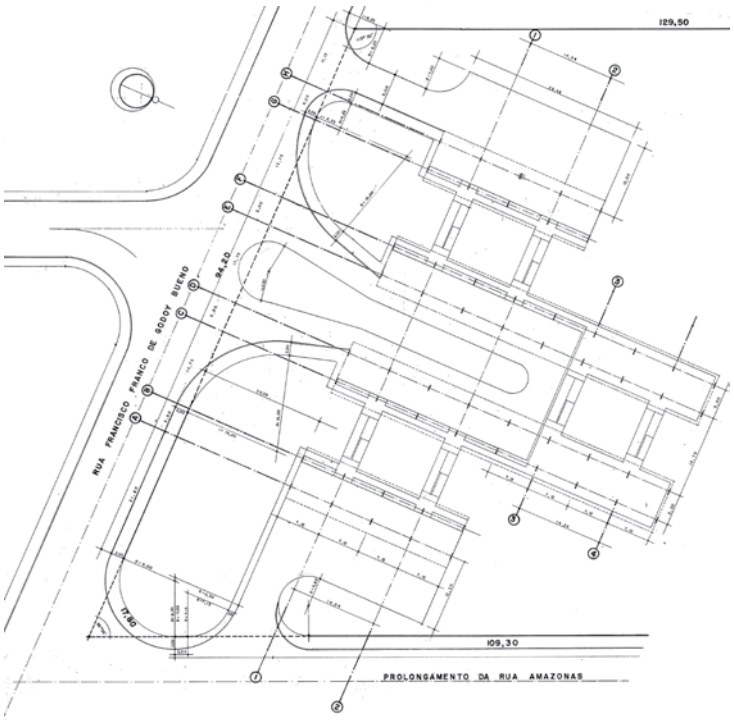
Trani. A circulação dos pavimentos é feita por rampas.



Chahinian, 2014.

Mogi Guaçu A

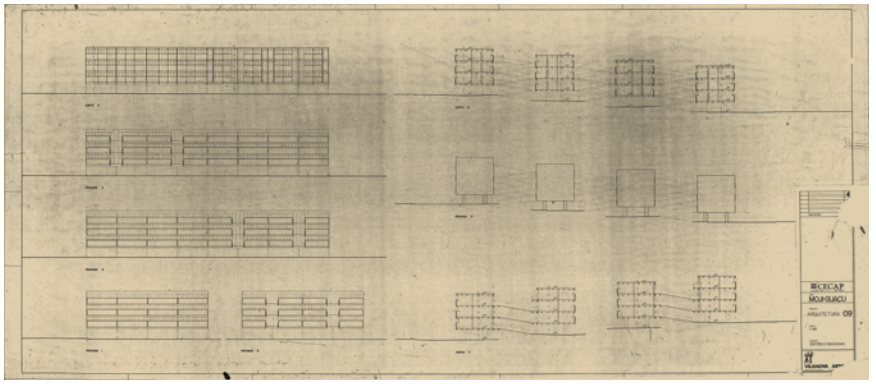
MUNICÍPIO: Mogi Guaçu
ENTREGA: 1978
ÁREA DO TERRENO: 7.945,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 7.945,00 m²
COTA RESIDENCIAL: 110,35 m²
TIPOLOGIA: Prédio específico Artigas com rampa
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 72 unidades
PROJETO: João Batista Vilanova Artigas



Acervo CDHU.

Neste conjunto, a tipologia criada para Guarulhos foi utilizada por Artigas demonstrando a capacidade de adaptação não só à forma do terreno, mas também à sua declividade. As lâminas, ao se articularem através de rampas de acesso, permitem a circulação vertical, respeitando a inclinação adequada, apesar da diferença de nível entre elas.


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).


Acervo CDHU.



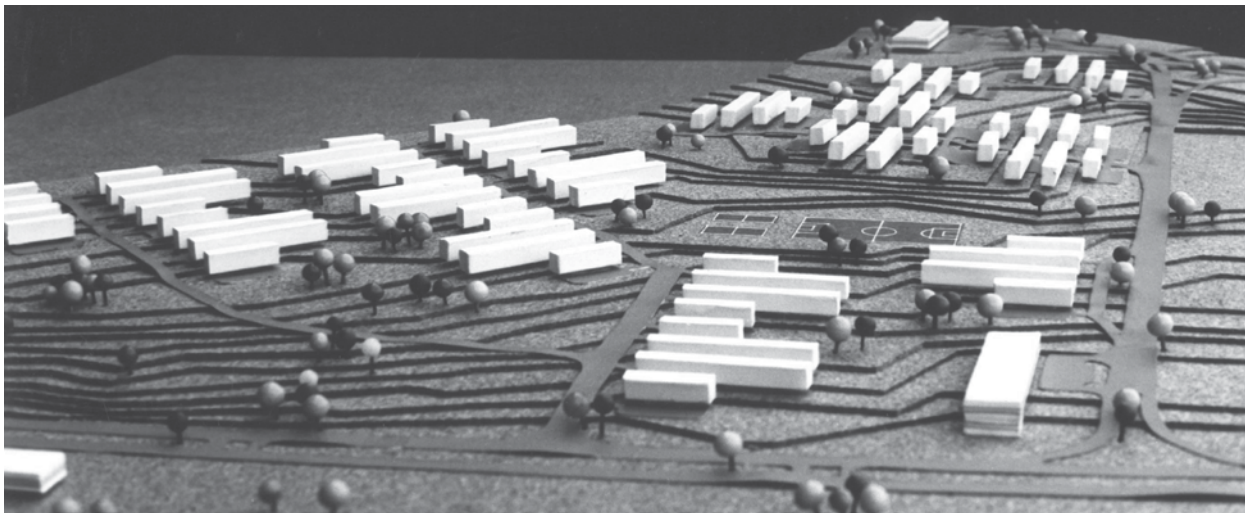




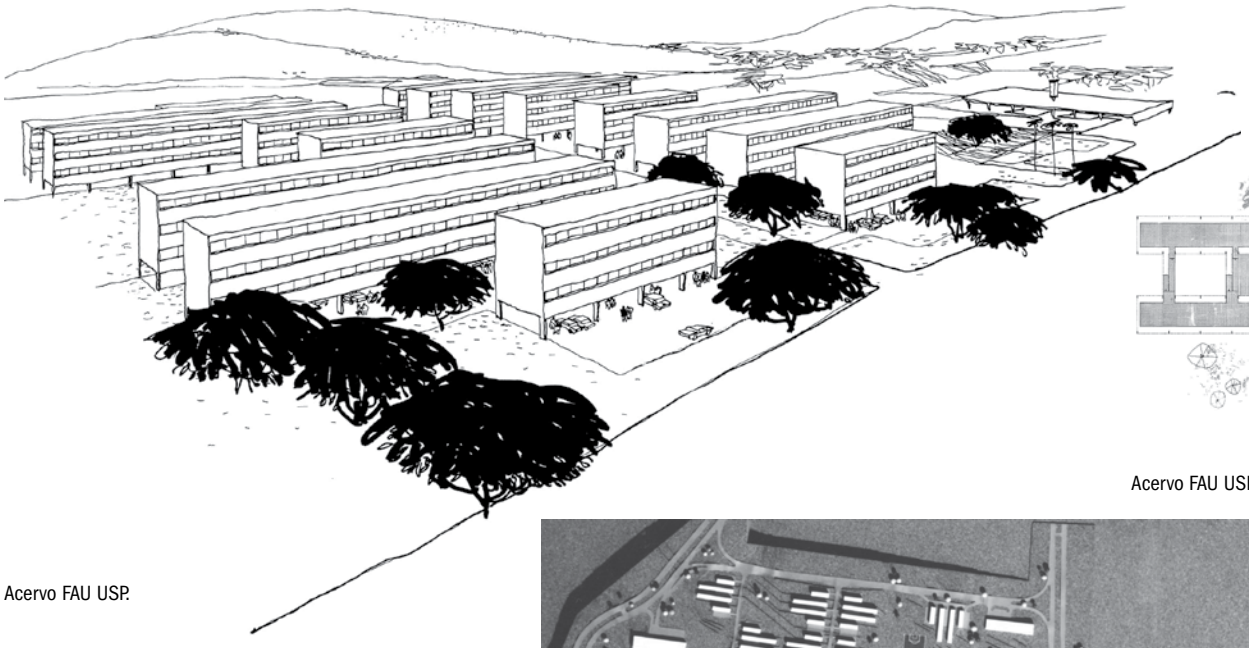

Chahinian, 2014.

Jundiaí A1

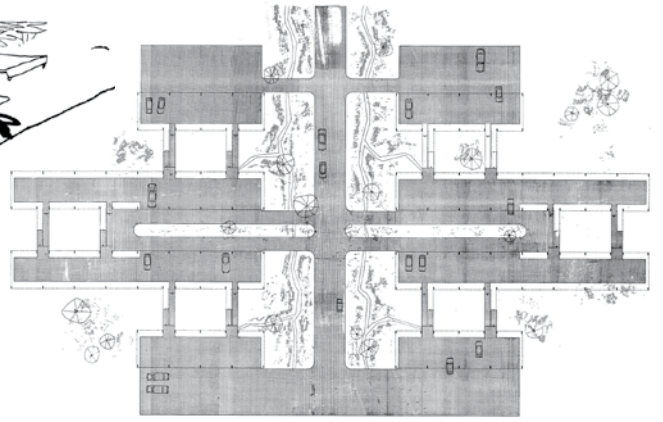
MUNICÍPIO: Jundiaí
ENTREGA: 1978
ÁREA DO TERRENO: 509.200,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 44.403,10 m²
COTA RESID.: 103,26 m²
TIPOLOGIA: Prédio específico Artigas com rampa
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 432
PROJETO: João Batista Vilanova Artigas



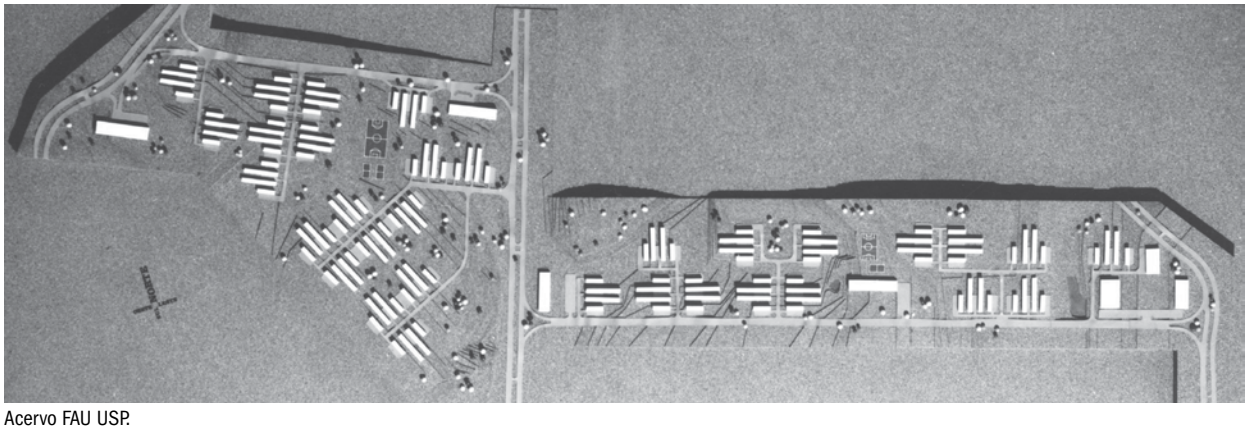
Acervo FAU USP.



Acervo FAU USP.



Acervo FAU USP.

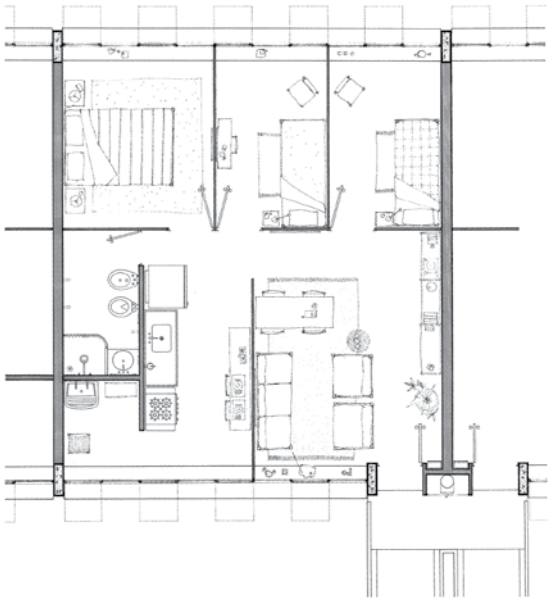


Acervo FAU USP.

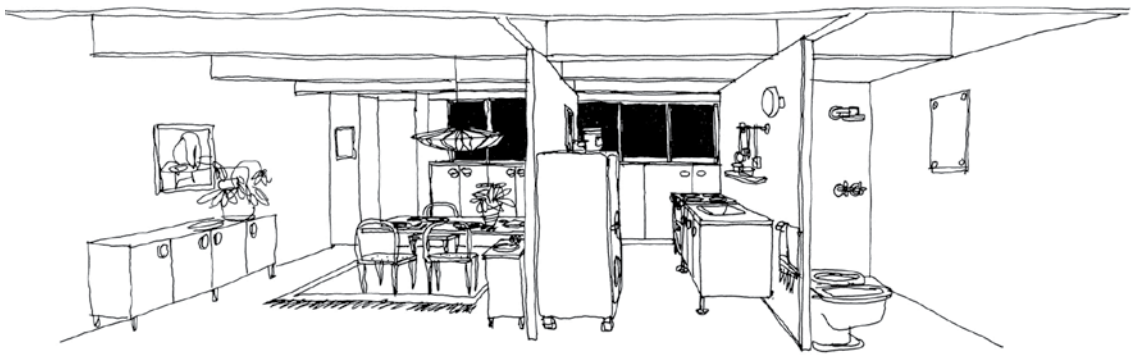
Novamente Vilanova Artigas utiliza a tipologia projetada por ele para o Conjunto Zezinho Magalhães. Agora enfrentando uma declividade maior do que a do projeto Mogi Guaçu A. A implantação recompõe a ideia de freguesias compostas ora por lâminas isoladas, ora por lâminas geminadas, com acesso comum por uma única via secundária. O sistema viário principal tem um eixo para o qual convergem essas vias. O sistema construtivo é similar ao utilizado em Guarulhos A: peças pré-moldadas *in loco* e o canteiro de obras planejado para a produção em série.



Caravieri Neto. Estudo de implantação feito pelo arq. David Caravieri Neto prevendo a extensão do trecho executado do projeto de Vila Nova Artigas.

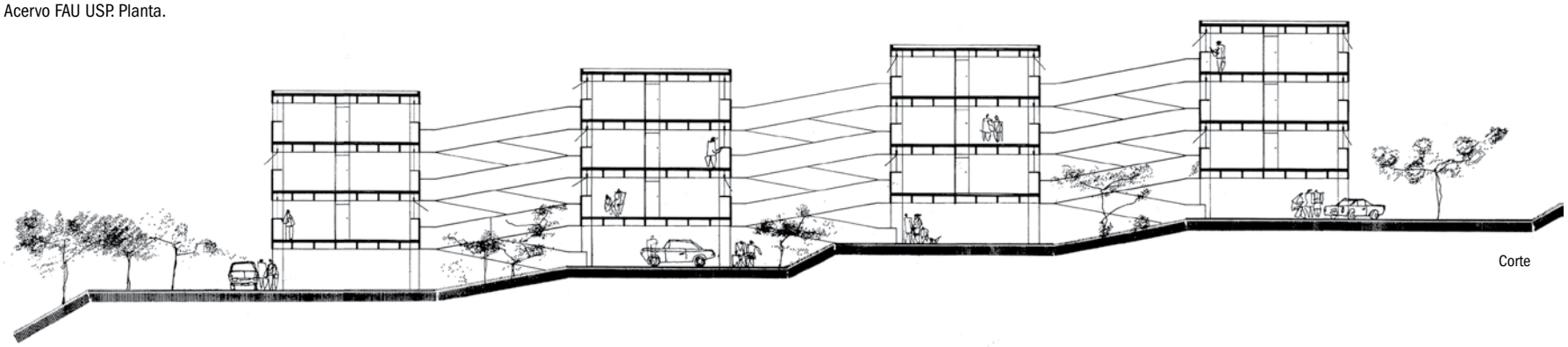


Acervo FAU USP. Planta.



Acervo FAU USP.

Novidade para a época foi a utilização em habitação popular de divisórias dos ambientes de gesso acartonado, flexibilizando a distribuição da planta para dois ou três dormitórios sem necessidade de trabalho em alvenaria. Outra inovação foi o vaso sanitário com saída lateral de esgoto, facilitando o sistema de prumada sem rebaixar laje ou executar forro falso.



Corte

Acervo FAU USP.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). Pode-se ver a gleba toda com mais duas fases implantadas. O projeto de Artigas para a totalidade da gleba não foi adotado e, posteriormente, o arquiteto David Caravieri realizou estudos e, mais tarde, Moyses Aldo Nascimento e Flávio Gaggetti projetaram as outras fases.









Ungaro. As obras foram documentadas pelo engenheiro Fernando Ungaro, chefe de Divisão de Obras, que relata ter sido o início do acompanhamento de obra feito pelos engenheiros da CDHU.

"Os trabalhos de implantação dos projetos nas obras era delineados conjuntamente com o professor engenheiro-arquiteto Vilanova Artigas, autor do projeto que visitava o canteiro de obras com a finalidade de ter um constante *feedback* das fases de construção e nos ensinou muito."

Fernando Ungaro





Ungaro.













Ungaro.



Ungaro.

O processo construtivo dos 432 apartamentos, numa brilhante arquitetura de três pavimentos sobre pilotis, em blocos de quatro edifícios cada, e interligados por rampas do térreo ao terceiro andar, dava a todas as unidade, habitacionais acessibilidade perfeita. Constituiu um sistema sueco caracterizado por formas metálicas “tipo mesa-parede” de concretagem no local, onde mesa é a forma de chapa para as lajes, e parede é a forma vertical de chapas metálicas para as paredes estruturais. As lajes e as paredes formam um conjunto estrutural fechado por apartamento.

Após a execução completa das lajes e das paredes que formam uma grande prateleira de concreto armado, faziam-se as vigas-paredes de fechamento de frente e de fundo dos apartamentos. Na sequência, as rampas em concreto armado total, com os guarda-corpos sendo as próprias vigas invertidas.

Outra qualidade da especificação de projeto é a da laje de cobertura: com espessura de 15 centímetros de concreto maciço, a laje, após sua impermeabilização, recebia camada de 10 centímetros de argila expandida num colchão de água da mesma espessura, controlado por torneira e boia de nível que regula e deixa perene a água permeando a argila, garantindo assim o necessário conforto térmico e a manutenção da impermeabilização.

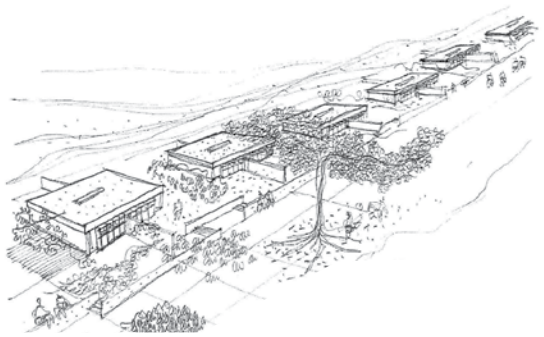




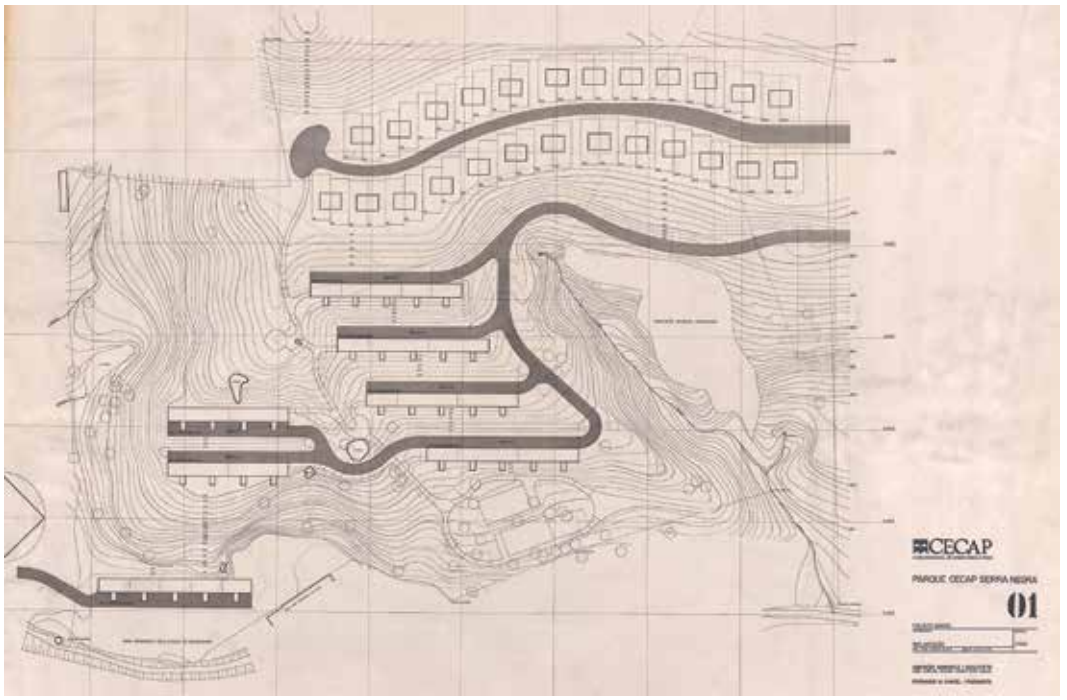
Ungaro.

Serra Negra A

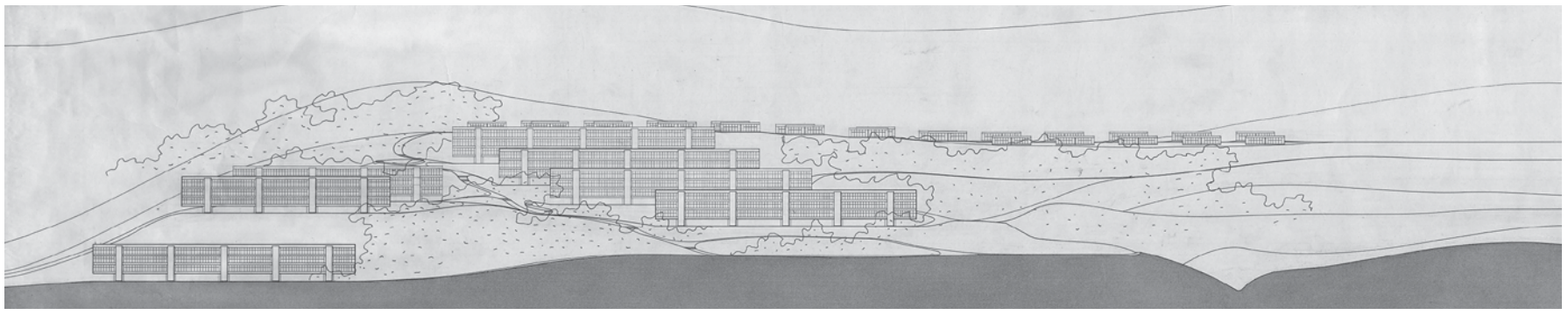
MUNICÍPIO: Serra Negra
ENTREGA: 1978
ÁREA DO TERRENO: 112.633,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 66.780,094 m²
COTA RESID.: 270 m²
TIPOLOGIAS: Horizontal específica/Vertical específica
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 248
PROJETO: Abrahão Sanovicz



Acevo FAU USP.



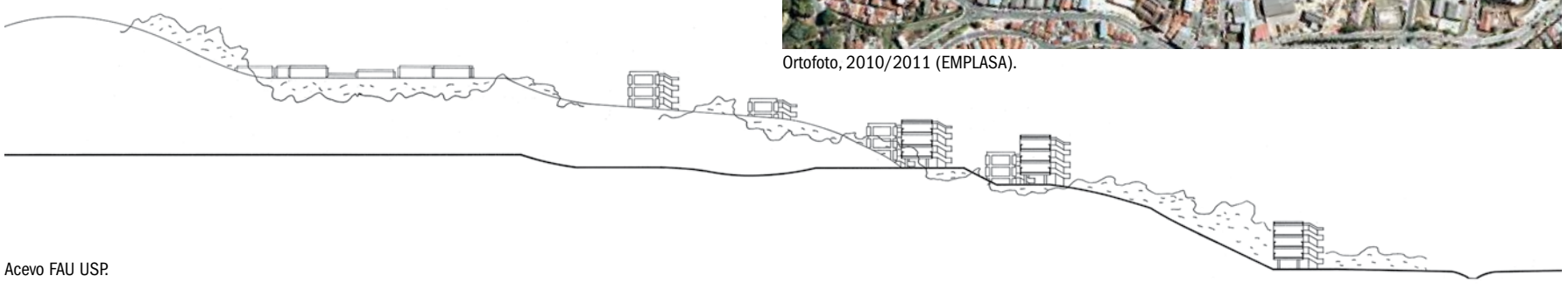
Acevo FAU USP.



Em Serra Negra, o projeto foi desenvolvido em um terreno com declividade acentuada, no qual o partido preservou as áreas de mata natural de nascentes d'agua. Ao todo foram construídas 248 unidades habitacionais: 50 casas geminadas implantadas na parte alta e plana do terreno, cada uma com dois dormitórios e área de 50 m²; e 198 apartamentos distribuídos em sete blocos implantados de modo a otimizar o movimento de terra, com unidades de dois e três dormitórios. O projeto paisagístico de Fernando Chacel privilegiou a integração entre as edificações e a vegetação existente, o que contribuiu para a preservação da mata.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

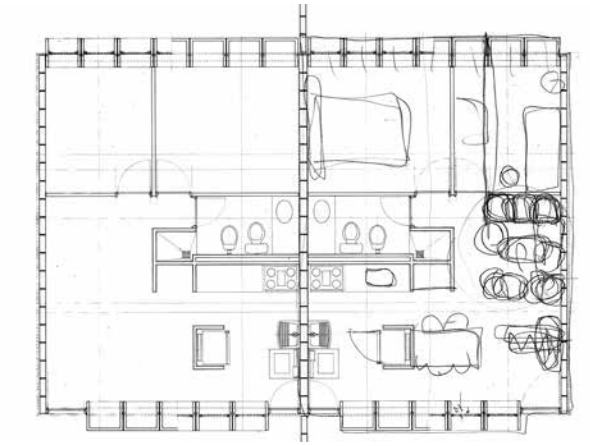


Acevo FAU USP.





Acervo CDHU. Clovis Deangelo, 2015. Nas unidades térreas, nota-se que os moradores construíram telhados sobre as lajes planas.



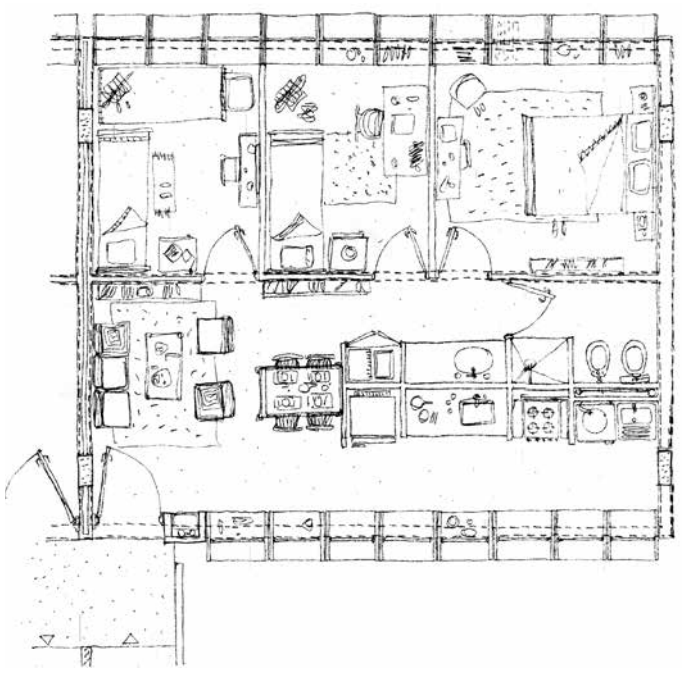
Acevo FAU USP. Unidade térrea geminada.







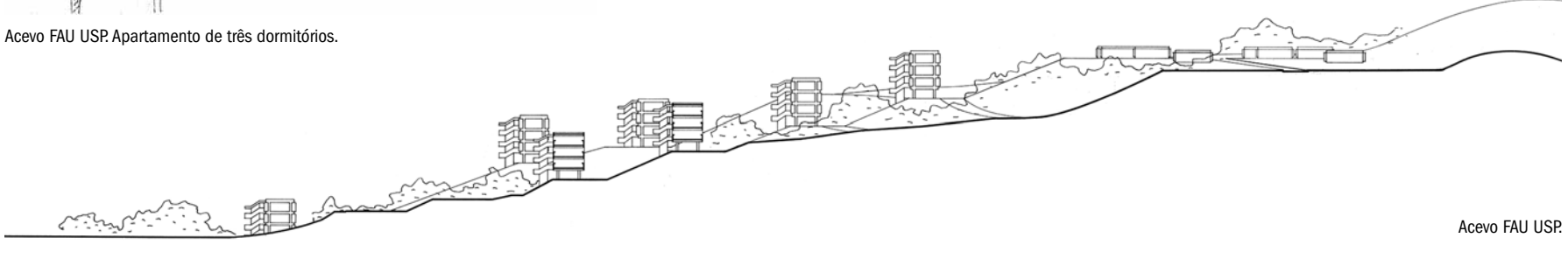
Chahinian, 2014. Unidades verticais.



Acevo FAU USP. Apartamento de três dormitórios.



Acervo CDHU. Clovis Deangelo, 2015.



Acevo FAU USP.

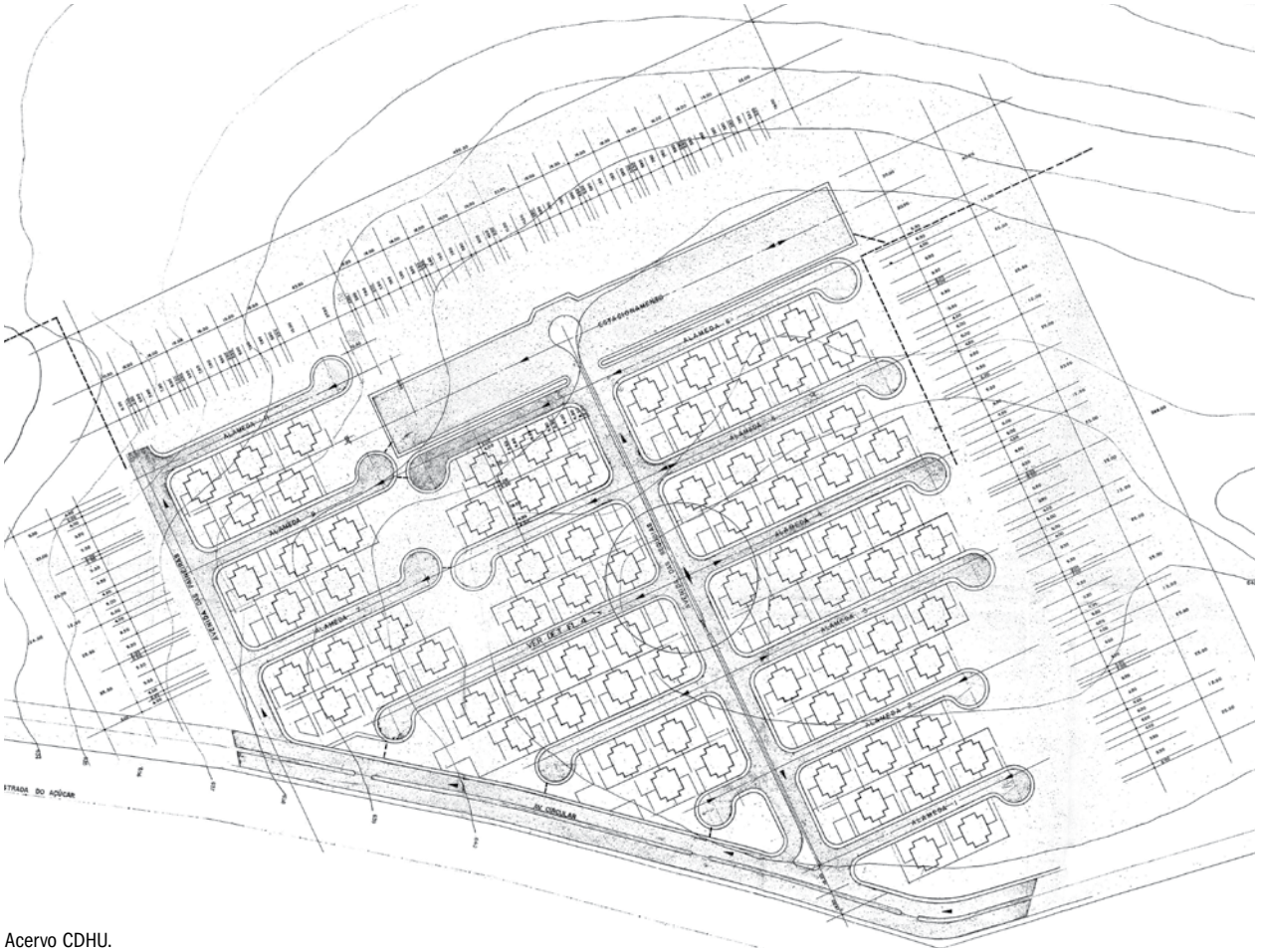
Piracicaba A1

MUNICÍPIO: Piracicaba
ENTREGA: 1977
ÁREA DO TERRENO: 302.053,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 60.984,00 m²
COTA RESID.: 198 m² (casa 4x4)
TIPOLOGIAS: 09/2D e 10/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 308
PROJETO: Dan Juan Antônio

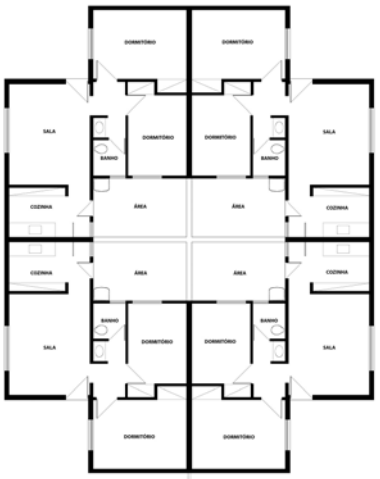


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). Observa-se a implantação geral da gleba com as demais fases executadas posteriormente.

O projeto de Piracicaba tem uma proposta de constituir módulos com as unidades habitacionais geminadas quatro a quatro, tolhendo ampliações que deformariam a estruturação urbana proposta pelo arquiteto. A implantação previa pequenas praças para convívio nas pontas de quadra e áreas verdes contínuas que integram os balões de retorno e os miolos de quadra em uma grande praça linear. No término da avenida principal projetada, foi localizado o estacionamento único e coletivo para os automóveis. Com o desenvolvimento da cidade, a ocupação alterou algumas dessas premissas de projeto: os carros passaram a ser estacionados nas pontas de quadra e a área de estacionamento foi ocupada por equipamentos. As outras fases de implantação nesta gleba foram projetadas pelos arquitetos Irene Borges Rizzo, Júlio Artigas e Leda Valverde, que seguiram outras premissas.



Acervo CDHU.



Redesenho elaborado a partir da planta de hidráulica feita pelo arq. Vitor Augusto dos Santos.



Modelo 3D produzido por Renata Antonialli Gabarron. Fachada lateral.



Gussoni, 1977. A definição de caixilharia para a sala foi a de um grande painel de vidro, inusitado para habitação popular e preservado na maior parte das unidades.





Gussoni, 1977. Diferentemente de outras implantações, este conjunto teve os muros de divisórias das casas construídos para deixar claro os acessos das casas de frente e de fundo dos lotes.





Gussoni, 1977. Ainda como soluções de projeto foram implantados bancos para convívio que complementam a circulação de pedestres pelas áreas livres.

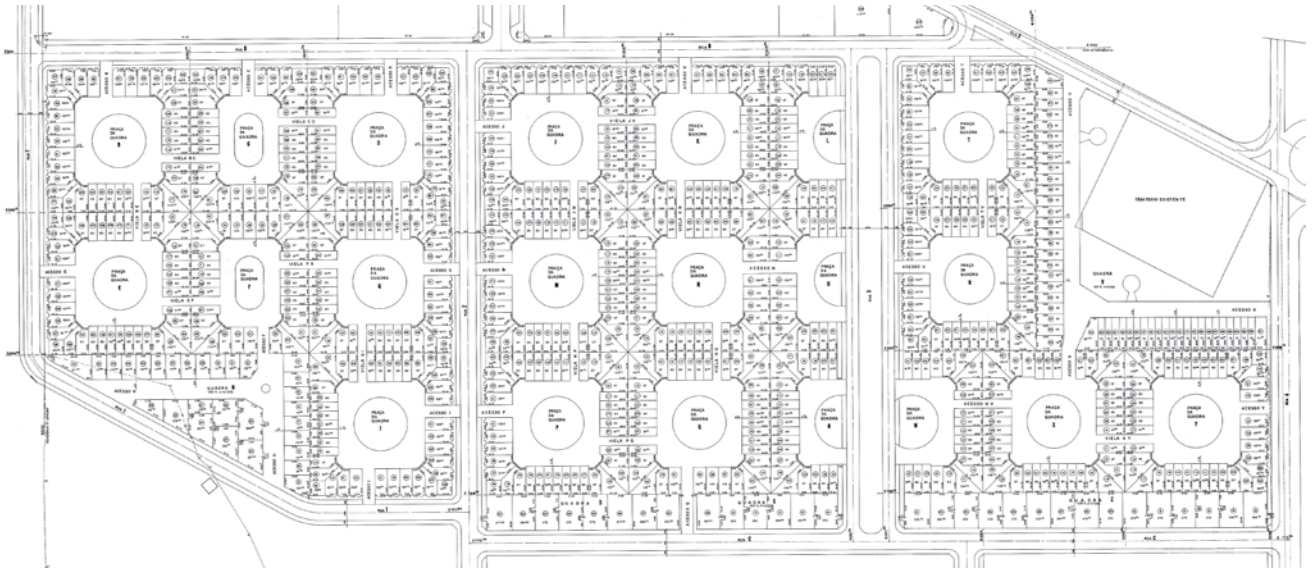




Deangelo, 2015. As imagens revelam mudanças nas unidades habitacionais pós-ocupação, como ampliação da casa e apropriação das vielas de entrada da casa em alguns casos.

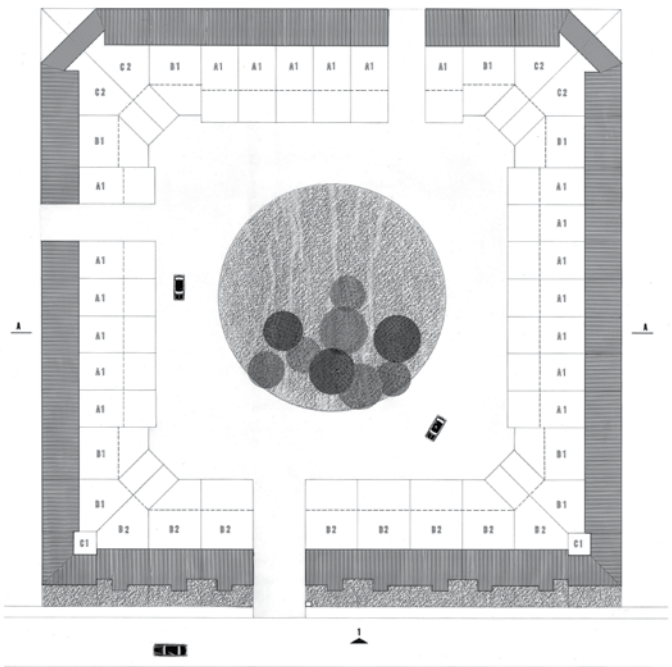
Taubaté A1

MUNICÍPIO: Taubaté
ENTREGA: 1976
ÁREA DO TERRENO: 646.480,00 m²
COTA RESID.: 80 m², com variações de 72 m² a 125 m²
TIPOLOGIAS: A1, B1, B3, B4, C1, C2, C3, C4, C5 e C6
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 571
PROJETO: Jeronimo Bonilha Steves e Israel Sancovski



Acervo CDHU.

A concepção urbanística do conjunto Taubaté A apresentou como solução a formação de pequenas vilas voltadas para uma praça, com passagens entre os núcleos, privilegiando a circulação do pedestre e fortalecendo os vínculos de vizinhança. Houve uma variedade de tipologias das unidades habitacionais, com propostas diferentes para as casas que se situavam nos cantos do terreno, para as que estavam geminadas e para as que se localizavam em frente às vias externas. A arquiteta Denise Gomes Ruprecht na área remanescente de Taubaté projetou uma segunda fase de obras com um novo projeto denominado A2 que previu duas praças sinuosas gerando um sistema contínuo de circulação e lazer no espaço central entre as quadras.



Acervo CDHU. As unidades se voltam para a praça. Planta



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). Taubaté A1 teve outras fases de implantação, como, por exemplo, o projeto da arquiteta Denise Ruprechet para a fase A2, no qual foram criadas duas praças que percorrem o conjunto, com quadras de perfil circular e sinuoso, abrindo visuais diferentes a cada novo ângulo.



Acervo CDHU. Fachada das unidades que fazem frente para as ruas perimetrais dos núcleos.



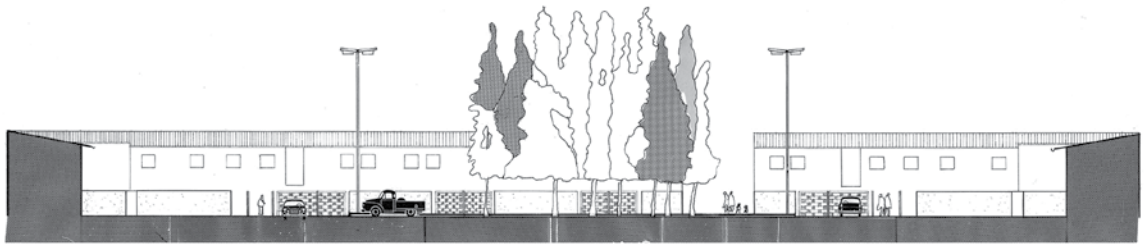


Deangelo, 2015. A fachada exterior do conjunto foi definida com poucas aberturas, o que valeu o apelido de "Forte Apache" para o empreendimento.









Acervo CDHU. Fachada das unidades que fazem frente para a praça central.







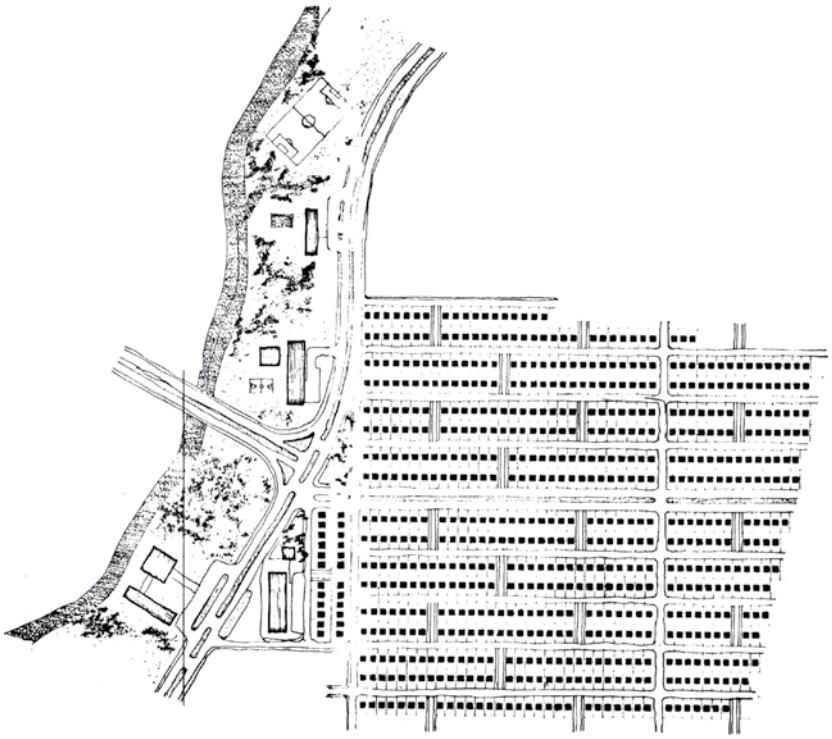
Acervo CDHU. Clovis Deangelo, 2015. As praças internas dos núcleos constituíram um valor para os moradores, a ponto de serem conservadas até os dias de hoje.

Jau B

João da Velha

MUNICÍPIO: Jaú
ENTREGA: 1979
ÁREA DO TERRENO: 331.213,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 158.500,00 m²
COTA RESID.: 250 m²
TIPOLOGIA: Casas específicas Artigas
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 634
PROJETO: João Batista Vilanova Artigas

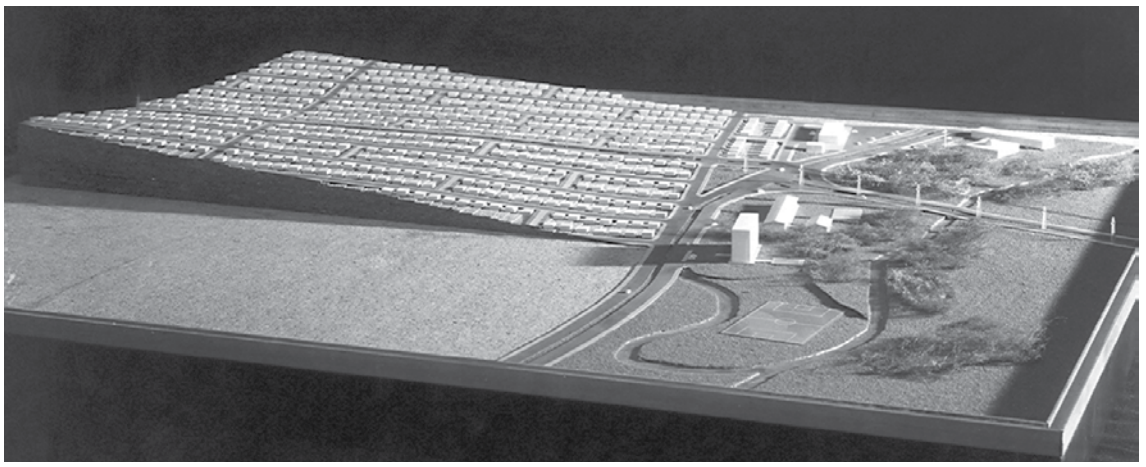
Este segundo projeto desenvolvido por Vilanova Artigas no Município de Jaú possui casas de 40 m², 50 m² e 60 m², com dois ou três dormitórios com plantas alternativas na disposição e tamanho da cozinha, sala e banheiro. O desenho das casas tende ao quadrado, com telhado de quatro águas. O formato quadrado da tipologia é resultado de estudos de Artigas, que buscava a melhor relação de custo x benefício entre a área externa e o volume interno. Trata-se, portanto, de uma composição que evita perdas e tem o melhor aproveitamento possível do espaço. O sistema viário é ortogonal, definindo quadras que são cortadas por vias de pedestres de forma a estabelecer uma perfeita integração com o entorno. Todas as áreas com equipamentos estão localizadas na entrada do conjunto, servidas por via de maior porte. As vielas de pedestres estão bem conservadas, fornecendo caminhos com pequenas praças arborizadas.



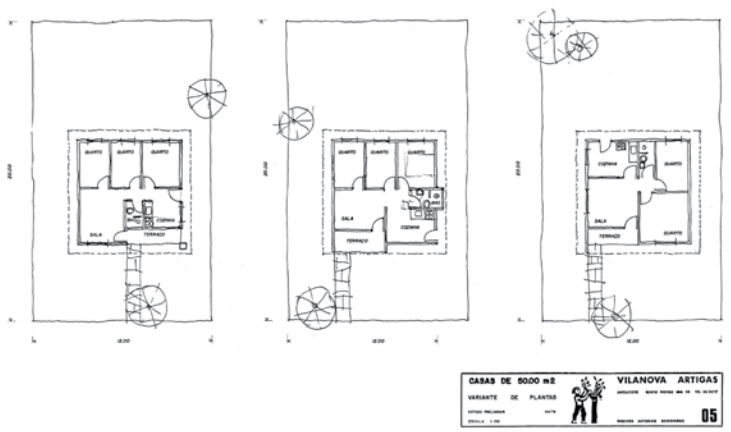
Acevo FAU USP.

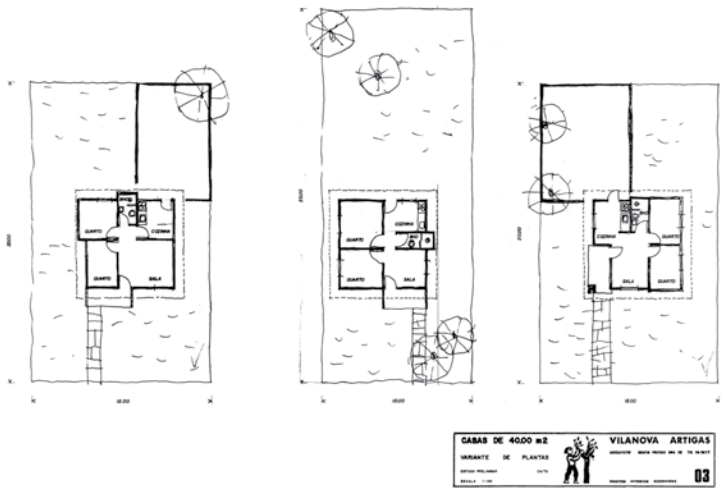


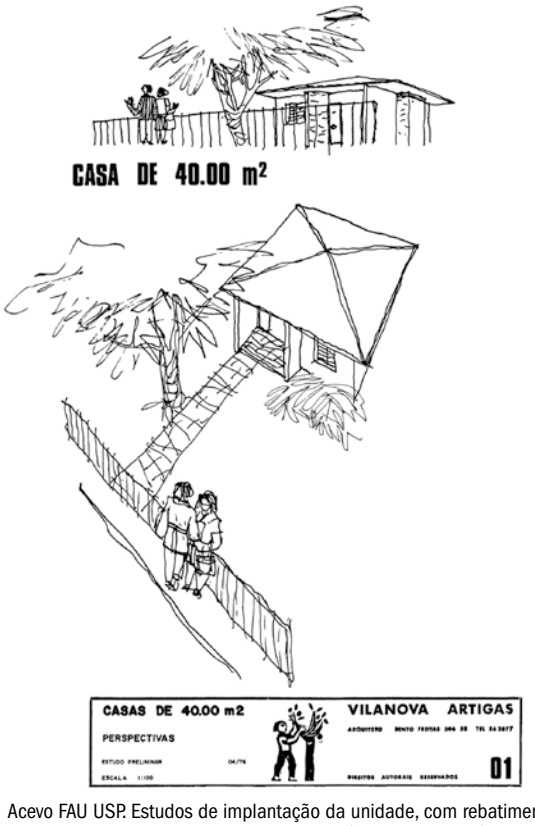
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo FAU USP.







Acevo FAU USP. Estudos de implantação da unidade, com rebatimentos variando a disposição dos ambientes e o número de dormitórios.



Chahinian, 2014. Unidades habitacionais.



Chahinian, 2014. Tipologia habitacional preservada.



Acervo CDHU. As vielas de pedestres foram preservadas.



Chahinian, 2014. As áreas verdes do conjunto foram arborizadas.

Cajuru A

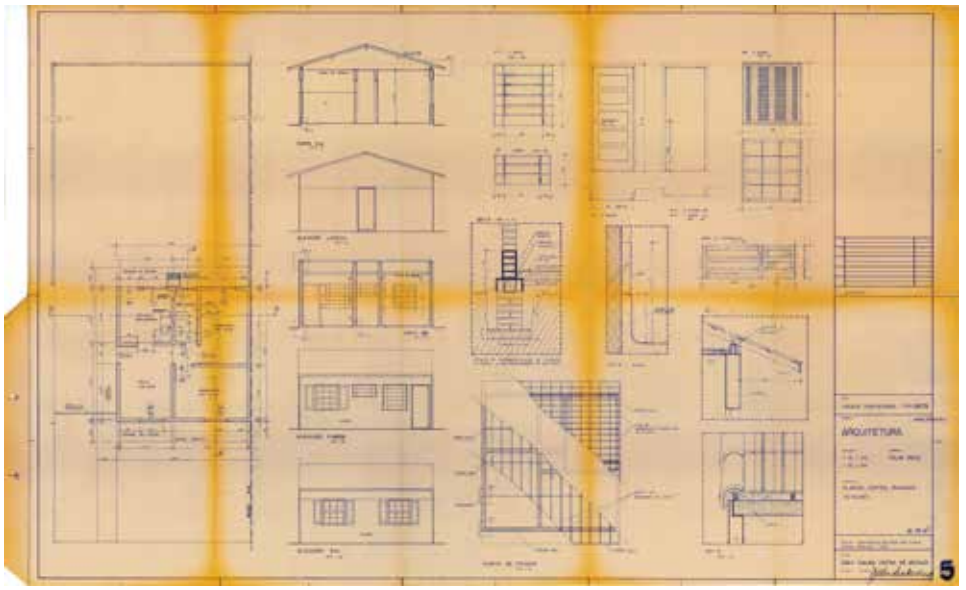
MUNICÍPIO: Cajuru
ENTREGA: 1977
ÁREA DO TERRENO: 60.240,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 21.068,40 m²
ÁREA DO LOTE: 217,00 m²
TIPOLOGIA: 02/73
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 57
PROJETO: Luiz Alberto A. Rodrigues, Djalma Cintra de Andrade e Giselda Visconti



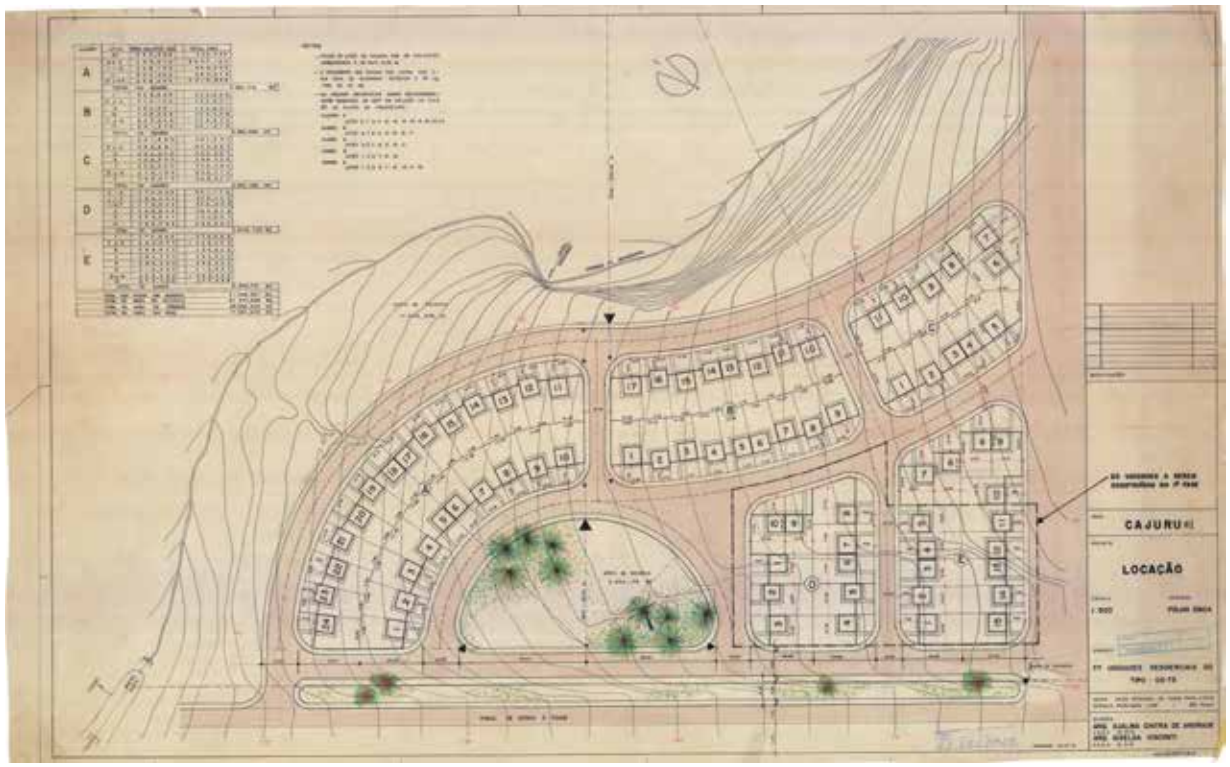
Chahinian, 2014. Praça do conjunto.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014. Unidade habitacional 02/73.

O projeto implantado em Cajuru pela CECAP tem terrenos amplos, de 10 x 24 m, com casas isoladas e geminadas que têm em média 42 m² de área construída. A implantação das casas acompanha o desenho das curvas de nível, mantendo a porcentagem necessária para a declividade das vias. O traçado varia, dando a sensação de movimento e fluidez ao conjunto. O arruamento é voltado para uma praça central que é local de lazer para os moradores e onde está implantada a escola.

Piedade A

MUNICÍPIO: Piedade
ENTREGA: 1977
ÁREA DO TERRENO: 48.400,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 19.244,61 m²
ÁREA DO LOTE: 271,00 m²
TIPOLOGIA: 01/76
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 56
PROJETO: Djalma Andrade e Vitor Augusto dos Santos



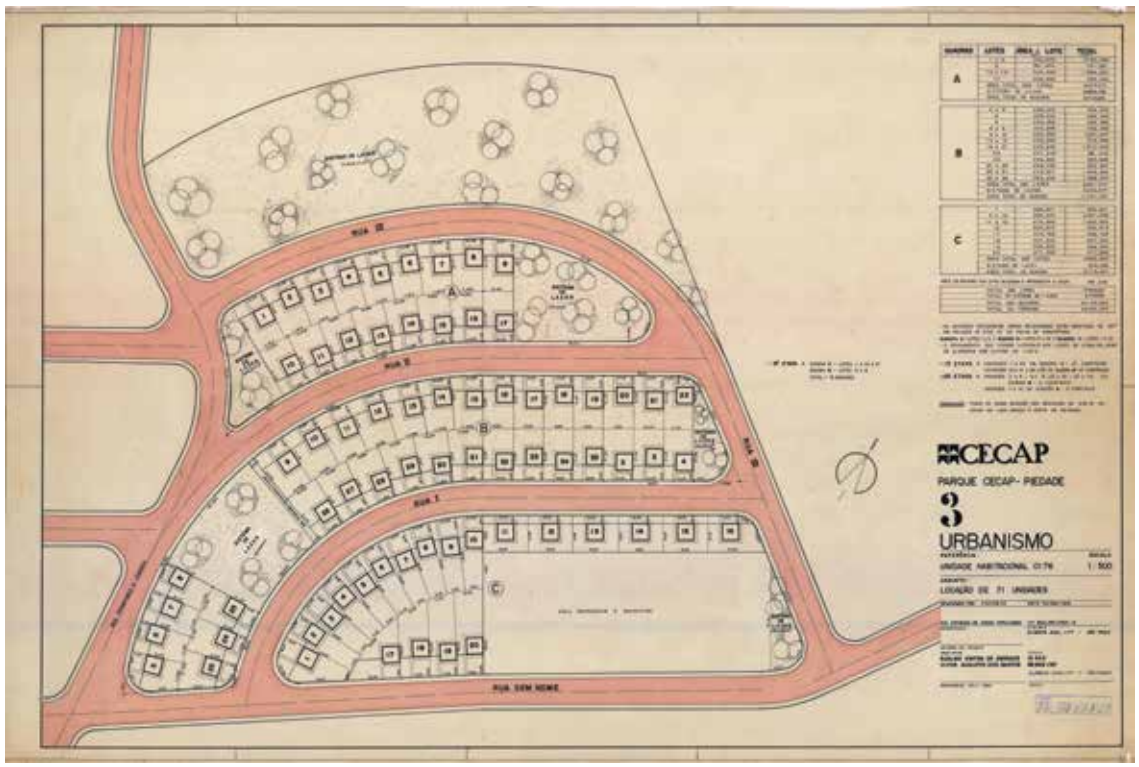
Cintra de Andrade. Planta.






Acervo CDHU. Fotos do conjunto no ano de sua entrega. Observa-se a infraestrutura, com torre da caixa-d'água e torre da rede elétrica.

O terreno se destaca por estar em um lugar alto da cidade. No projeto, o parcelamento dos lotes se integrou às áreas verdes e de lazer, que hoje contam com quadras esportivas cobertas e outros equipamentos. Este conjunto também foi concebido em harmonia com a topografia e, por isso, as ruas curvas dão movimento à sua perspectiva e às casas que estão escalonadas, revelando, sob uma visão panorâmica, o conjunto como uma cidadela. A pintura das unidades marcou a imagem da produção da CECAP por vários anos.



Acervo CDHU.






Cintra de Andrade. Nas imagens é possível observar a programação visual das casas com cores diferentes.

Marília B

MUNICÍPIO: Marília
ENTREGA: 1977
ÁREA DO TERRENO: 94.174,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 52.000,00 m²
COTA RESID.: 250 m²
TIPOLOGIAS: 01/76 (2D) e 01/76A (3D)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 208
PROJETO: Júlio Camargo Artigas



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Chahinian, 2014. Nota-se a transformação da tipologia no decorrer dos anos.

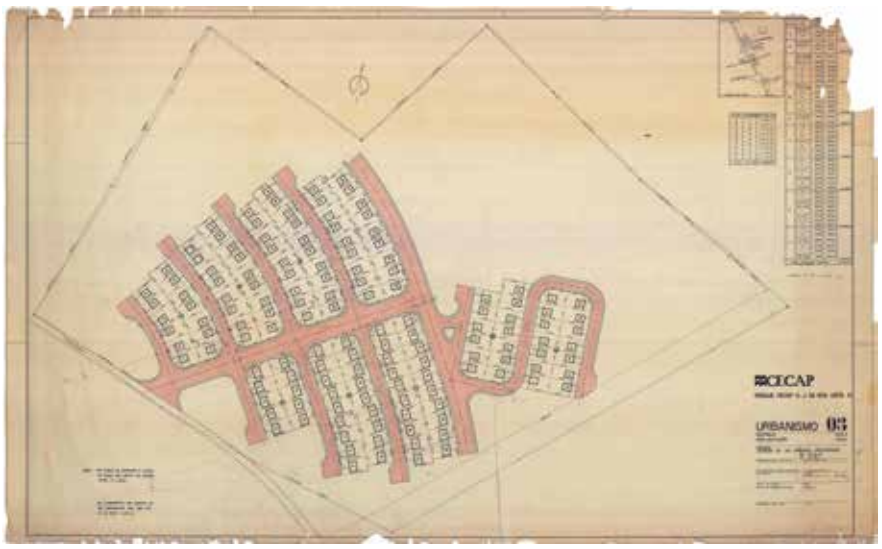
A CECAP realizou em Marília um projeto em que as quadras estão definidas por um sistema ortogonal de vias. No entanto, as vias perpendiculares de acesso não estão integralmente alinhadas, o que divide o conjunto em dois setores. O sistema de lazer está concentrado em duas áreas do conjunto, beneficiando os moradores de cada um dos setores. As tipologias das unidades habitacionais variam e há residências de dois e três dormitórios. Nesse caso, os lotes também são amplos, medindo entre 220 m² e 250 m².



Chahinian, 2014. Nesta unidade, os moradores construíram uma cobertura para a garagem.

São João da Boa Vista A1

MUNICÍPIO: São João da Boa Vista
ENTREGA: 1978
ÁREA DO TERRENO: 103.690,32 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 62.012,00 m²
COTA RESID.: 436,70 m²
TIPOLOGIAS: 02/76 e 03/76
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 142
PROJETO: Julio Camargo Artigas



Acervo CDHU.

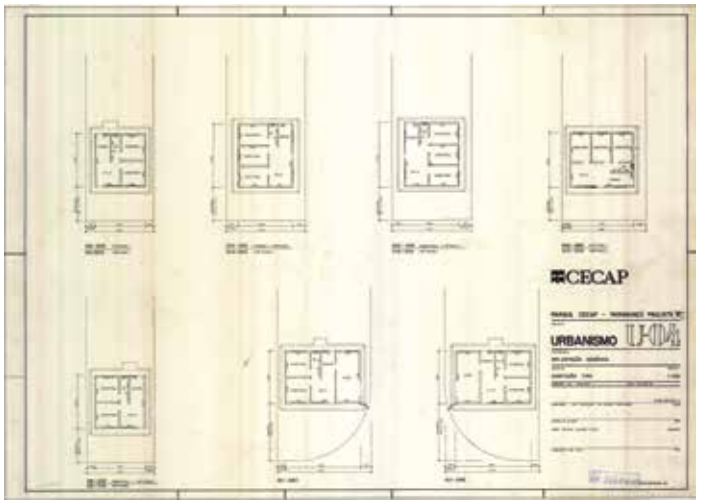


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

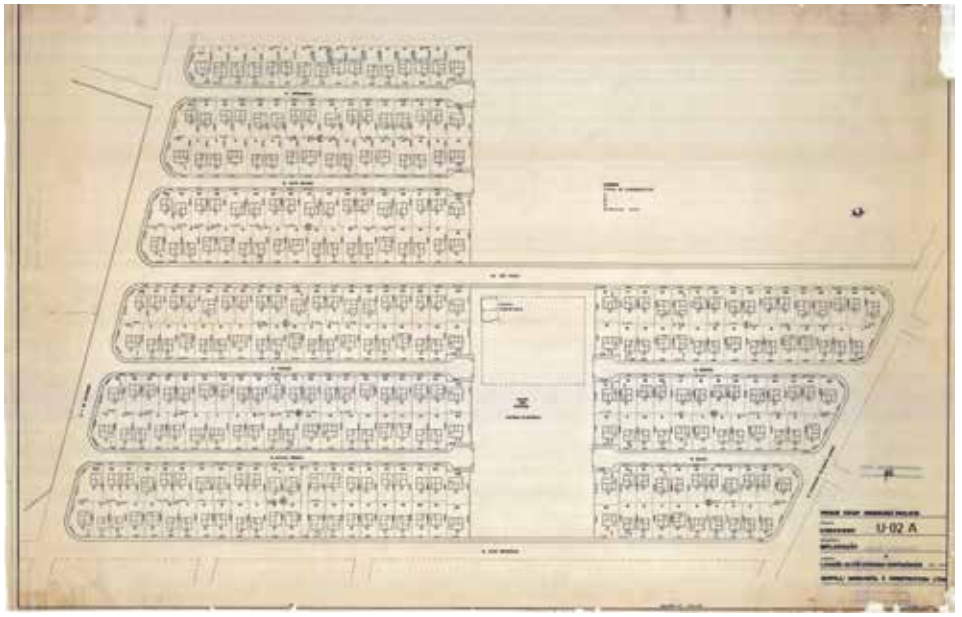
O traçado viário deste projeto adotou a “espinha de peixe” com um eixo central para onde convergem as vias de acesso local. Foram implantadas unidades habitacionais de dois e três dormitórios. Posteriormente, foram implantados prédios de quatro andares na área remanescente que sofre alteração no traçado inicial.

Paraguaçu Paulista A1

MUNICÍPIO: Paraguaçu Paulista
ENTREGA: 1979
ÁREA DO TERRENO: 121.000,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 75.135,75 m²
COTA RESID.: 200 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 281
PROJETO: Arthur Lozano Filho



Acervo CDHU. Exemplos de rebatimento da unidade no lote.



Acervo CDHU.

O projeto de Paraguaçu Paulista é um dos que marcam o início da implantação de unidades mistas pela CECAP, com residência e comércio na mesma construção. As unidades essencialmente residenciais possuíam dois ou três dormitórios; já as unidades mistas, com área de comércio, possuíam 57 m². O traçado define área de lazer central preservada por sistema viário local terminando em balões de retorno. Teve uma segunda fase de implantação com 102 unidades.

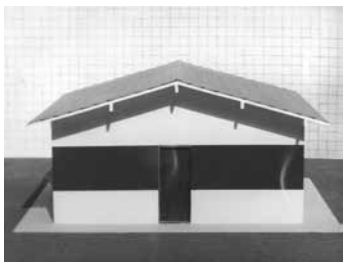
Valinhos A

MUNICÍPIO: Valinhos
ENTREGA: 1979
ÁREA DO TERRENO: 292.970,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 146.065,687 m²
COTA RESID.: 264,61 m²
TIPOLOGIA: 02/73
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 552
PROJETO: Djalma Cintra de Andrade e Giselda Visconti



Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Exemplos de maquetes para estudo das unidades.

O projeto da CECAP para o Município de Valinhos previa a construção de 552 unidades. A construção das casa foi realizada em duas etapas. As primeiras 240 unidades foram entregues em 1979. O projeto foi estruturado a partir de um ponto central que distribui o conjunto de forma radial. Foram destinadas para áreas verdes pequenas praças ao final das quadras e uma grande área de lazer próxima à via longitudinal de redistribuição.

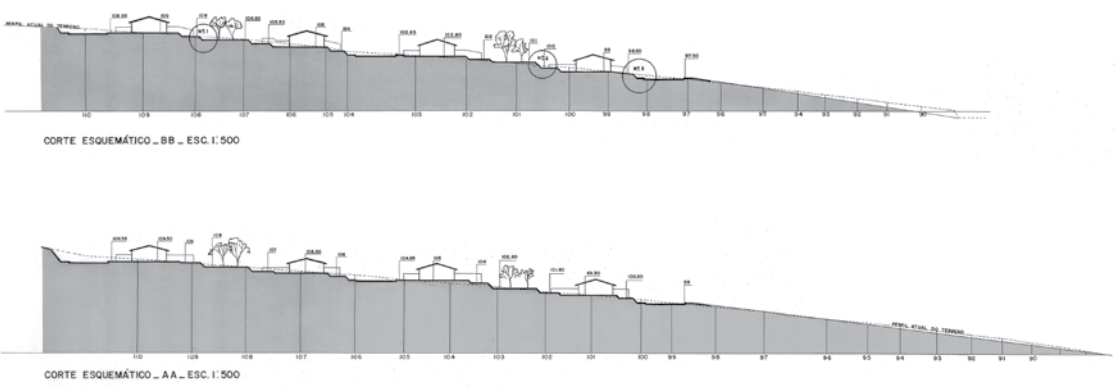
Mogi Mirim A

MUNICÍPIO: Mogi Mirim
ENTREGA: 1979
ÁREA DO TERRENO: 134.038,50 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 66.051,13 m²
COTA RESID.: 277,53 m²
TIPOLOGIAS: 02/73A, 02/73 e 01/76
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 238
PROJETO: Djalma Cintra de Andrade

O conjunto residencial de Mogi Mirim está situado ao longo da Rodovia Engenheiro João Tosello (SP-147), próximo ao Complexo Esportivo José Geral de Fraco Ortiz, uma importante área de lazer do município. O projeto optou pela implantação com menor movimento de terraplenagem, prevendo patamares no sentido das curvas de nível. A área verde foi implantada na parte mais baixa e plana do terreno, e se interliga às ruas locais do conjunto, que terminam em balões de retorno. O sistema de lazer se interliga a um projeto urbano de maior porte na cidade.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Cintra de Andrade. Planta.





Chahinian, 2014.



Acervo CDHU.

Tambaú A

MUNICÍPIO: Tambaú
ENTREGA: 1978
ÁREA DO TERRENO: 12.100,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 6.272 m²
COTA RESID.: 250 m²
TIPOLOGIA: 01/76
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 25
PROJETO: Vitor Augusto dos Santos


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



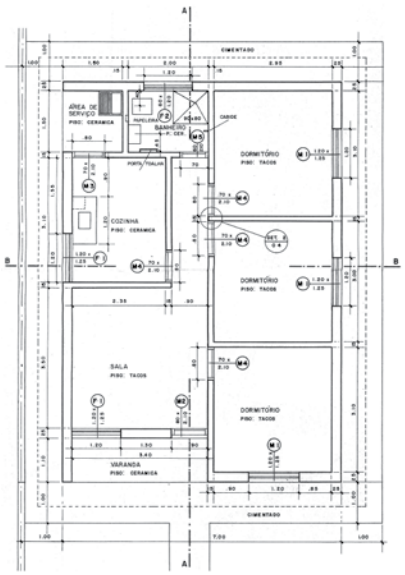
Cintra de Andrade. Planta.

O terreno doado pela Prefeitura tinha localização favorável à inserção no tecido urbano. Foi adotada a solução de uma quadra central com áreas de lazer nas extremidades, dando qualidade a todas as residências.

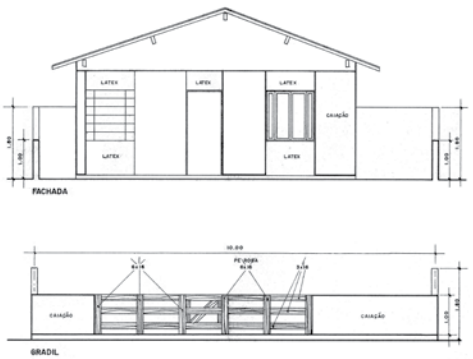
Cruzeiro A

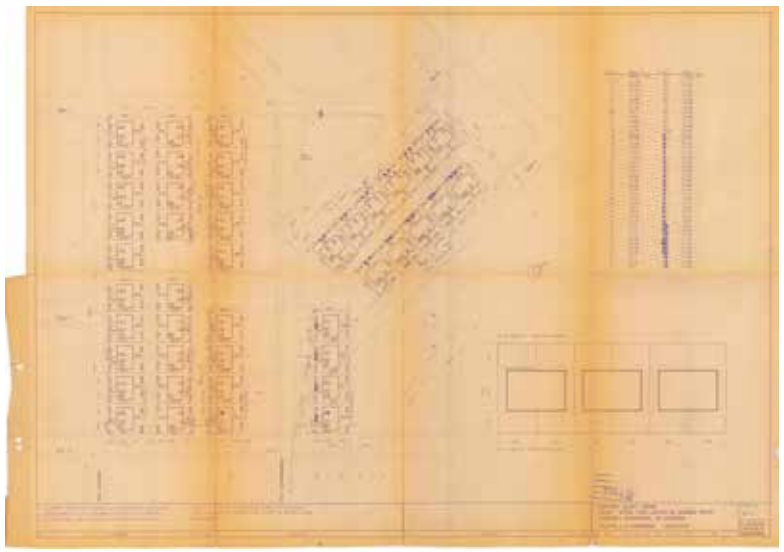
MUNICÍPIO: Cruzeiro
ENTREGA: 1974
ÁREA DO TERRENO: 32.472,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 30.426,43 m²
COTA RESID.: 170,00 m²
TIPOLOGIAS: 09 (2D) 10 (3D)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 178
PROJETO: Felipe A. A. Domingues


Acervo CDHU.



O conjunto teve uma inserção urbana que manteve a linguagem da cidade. As divisas dos lotes foram feitas em madeira, seguindo a tradição local.

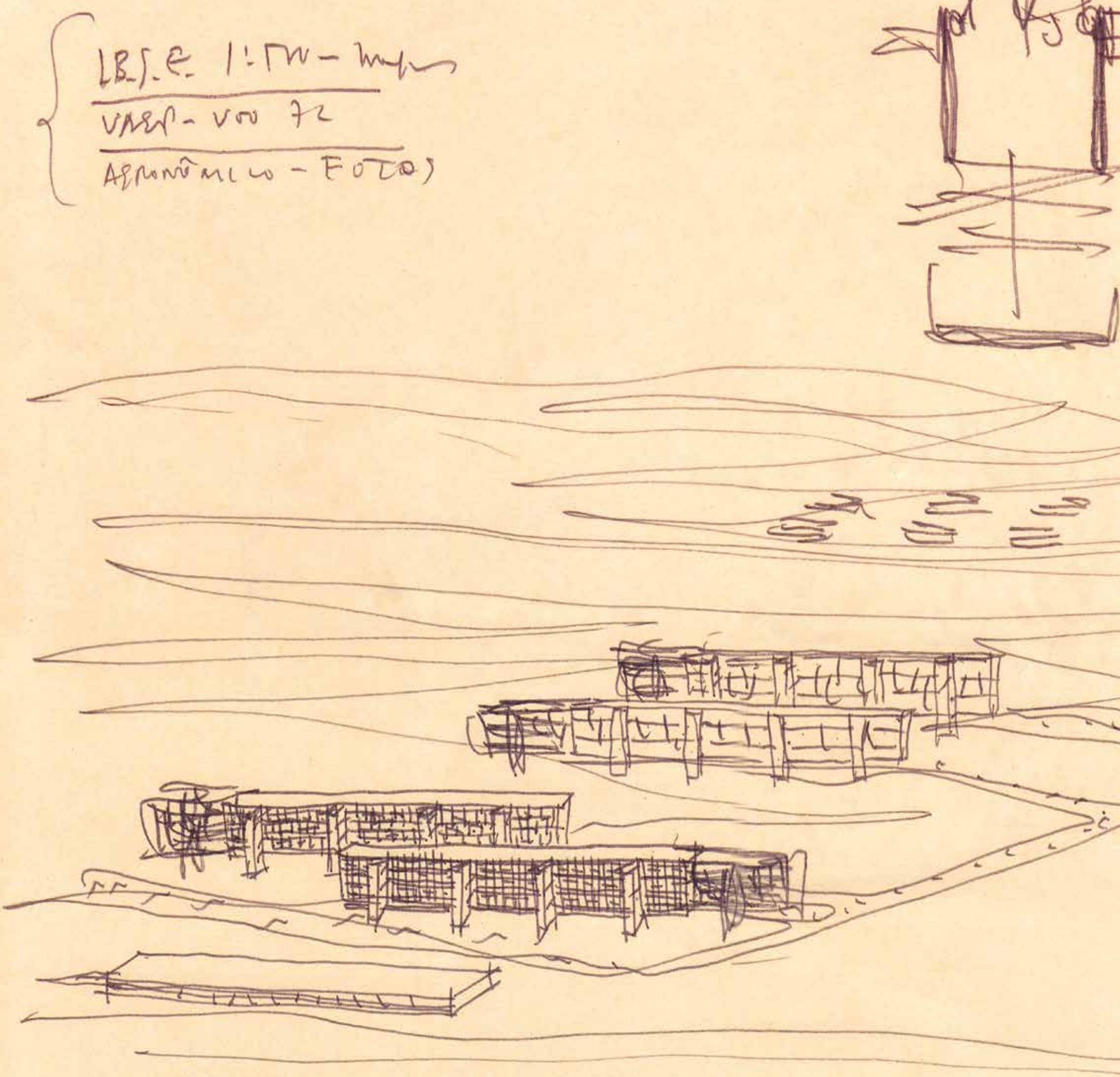




LB.J.E. 1:500 - [illegible]

VAEP - VOO 72

AERONÔMICO - FOTOS



Sanovicz. Acervo FAUUSP.


SISTEMA DE LAZER
RUA-12
RUA-9
RUA-8
RUA-1
RUA-6
RUA-5
RUA-4
Sist. de lazer
AVENIDA-3
RUA-15
RUA-14
RUA-10
RUA-17
RUA-19
RUA-20
RUA-18
AVENIDA-1
RUA-22
RUA-24
RUA-23
RUA-26
RUA-28
RUA-27
RUA-25
VIELA
LAZER

Segundo Período 1975-1982



Uma década após o início de suas atividades, a CECAP vivia um momento peculiar: ao mesmo tempo que era a executora de um projeto exemplar no âmbito da habitação social – o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, em Guarulhos –, ainda perduravam limitações administrativas que restringiam sua atuação para atender às novas demandas do estado. A autarquia era pequena e a quantidade de projetos aumentava consideravelmente, exigindo mais recursos humanos e financeiros para que as equipes técnicas pudessem ampliar suas frentes de trabalho.

Com novas diretrizes na gestão pública, foram constituídas, entre 1975 e 1979, várias sociedades de economia mista e empresas públicas voltadas para a realização de obras e prestação de serviços urbanos. O objetivo político-administrativo era revesti-las de formas jurídicas que lhes assegurassem racionalidade empresarial, com autonomia para gerir seus próprios negócios.

Em São Paulo, uma reforma da gestão do estado proporcionou a criação de empresas públicas do porte da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ), além de fundações e empresas como a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Departamento de Obras Públicas (DOP), Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), entre várias outras.

Tudo isso foi motivado pela reestruturação regional do estado com a criação das regiões metropolitanas no Brasil e da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (Lei Complementar nº 14/73), sob gestão da recém-criada Secretaria dos Negócios Metropolitanos, à qual a CECAP ficaria subordinada. Seu primeiro secretário foi o engenheiro-arquiteto Roberto Cerqueira César.

Nesse ambiente de forte crise das políticas sociais, de saneamento nas cidades e de carência de habitação, foi publicada em 1975 a primeira política habitacional do Estado de São Paulo[11], sob coordenação da Secretaria de Economia e Planejamento. O diagnóstico era bastante enfático: grande desequilíbrio entre o custo da habitação e a capacidade de endividamento da população; valorização crescente do custo dos terrenos; e inadimplência e evasão de mutuários

das casas financiadas. Os agentes promotores eram as COHABs, o INOOCOP, o IPESP e outras instituições de menor porte. As metas estabelecidas pelo documento para o estado visavam enfrentar tanto a demanda demográfica quanto a demanda latente, representada pelo déficit acumulado até 1975 com o grande número de domicílios precários, congestionados ou coabitados. Foram priorizadas as cidades com mais de 50 mil habitantes, a construção de 25 mil unidades e 60 mil lotes urbanizados.

A apresentação do Plano Habitacional ao Governo do Estado pelas secretarias de Economia e Planejamento, Cultura, Ciência e Tecnologia, Interior e Negócios Metropolitanos ensejou uma reunião do Conselho de Governo em outubro de 1975, cuja deliberação culminou no encaminhamento da lei que criaria a nova CECAP à Assembleia Legislativa, transformando a autarquia em uma sociedade de economia mista.

A Criação da CECAP como Sociedade de Economia Mista

A promulgação da Lei nº 905, em dezembro de 1975, foi o marco decisivo na formação da atual CDHU, pois transformou a CECAP em uma empresa de economia mista por ações. A sigla CECAP deixou de significar Caixa Estadual de Casas para o Povo e passou a designar Companhia Estadual de Casas Populares.

Como empresa de economia mista, a CECAP ganhou agilidade e maior flexibilidade em suas ações. Operando em regime do direito privado, contraiu direitos e obrigações próprias, como o gerenciamento de um quadro de pessoal submetido às leis trabalhistas; aquisição de bens móveis e imóveis; realização de licitações independentes; e um orçamento próprio com autonomia financeira.

Essa transformação organizacional estava intimamente ligada à estratégia de adesão e participação do Governo do Estado ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), acompanhada de mudanças no regime de gestão de recursos. O antigo Fundo Estadual de Financiamento de Habitação (FUNDHAB)[12] foi transformado no Fundo Especial de Financiamento e Investimentos em Programas Habitacionais (FINVESTHAB), e criou-se um novo Fundo de Habitação Popular de São Paulo (FUNDHAP), destinado a refinanciar a parcela dos recursos do estado no Plano Nacional. A CECAP estava autorizada a se integrar ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), assumindo todas as atribuições e responsabilidades decorrentes da lei e das normas editadas por seus órgãos competentes.

Nesse momento, a CECAP fez um ajuste na faixa de renda das famílias a serem atendidas, priorizando a habitação de interesse social. Com isso, as casas construídas já não seriam destinadas à população de forma generalizada, mas sim àqueles segmentos sociais priorizados pelo poder público. Foi estabelecido um novo limite de renda familiar para o atendimento habitacional e valores padrão para o financiamento: até 5 salários mínimos, segundo as normas do BNH.

Iniciou-se na empresa um novo período de planejamento estratégico, em que se buscava a redução do déficit habitacional – estimado em 80% das famílias com renda até 5 salários mínimos no interior e 67% na RMSP – com atendimento às famílias em situação socioeconômica mais vulnerável. Sem dúvida, esse foi um princípio claro dentro da reformulação da CECAP, que convergia para sua missão como promotora de habitação social no estado.

Nessa transição, os bens da autarquia foram repassados ao estado, que, por sua vez, os destinou à nova empresa. Essa triangulação foi necessária para que se cumprissem as determinações jurídicas relativas ao patrimônio. Já os funcionários contratados no regime da autarquia passaram a optar pelo regime de CLT, ao mesmo tempo que se iniciou uma ampliação do quadro com a contratação de novos profissionais.

Como sociedade de economia mista, a CECAP ainda passou a ter presidência, diretoria profissionalizada, conselho administrativo, conselho fiscal, contabilidade própria, entre outros setores, o que lhe garantiu autonomia para celebrar contratos a partir de suas próprias regras de licitação, sem necessidade de se submeter às regras e limitações da administração direta.

A partir dessa nova configuração, a CECAP estava oficialmente autorizada a elaborar ou contratar projetos e a promover medidas de apoio que aperfeiçoassem a realização de planos e programas destinados à habitação de interesse social. Tornou-se também uma companhia capaz de se articular com as demais instâncias governamentais para ação habitacional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos, mediante aquisição, urbanização e parcelamento de áreas.

A CECAP poderia, desde então, tanto adquirir glebas para construção de empreendimentos e comercializar unidades habitacionais por ela produzidas quanto promover a locação social de habitações e ampliação e/ou melhorias nas habitações existentes. Também estavam entre as possibilidades de ações da empresa a implantação de equipamentos comunitários nos empreendimentos construídos, a recuperação de assentamentos precários, dotando-os de infraestrutura, e a elaboração de projetos para serem implantados através do sistema de parceria público-privada.

No âmbito administrativo e do desenvolvimento institucional, a CECAP também estava apta a exercer novas atividades, como a prestação de serviços de assistência técnica e jurídico-legal na área de habitação e do planejamento urbano, quando demandada.

A lei que instituiu a CECAP como sociedade de economia mista de interesse público ainda a autorizava a realizar, amigável ou judicialmente, desapropriações de bens necessários ao atendimento de suas finalidades, desde que previamente declarados de interesse social ou de utilidade pública pelo Governo do Estado. Por fim, podia também promover a estocagem estratégica de terrenos para assegurar a execução de programas habitacionais, considerando as diretrizes locais de uso de solo e a conveniência de maximizar os investimentos públicos em serviços urbanos básicos.

A Importância Institucional da Nova CECAP na Era do BNH

Sem dúvida, esta foi a maior transformação na história da Companhia. A sociedade de economia mista, cujo capital era composto fundamentalmente por repasses de recursos públicos, imprimiu maior agilidade aos processos internos de elaboração e execução dos projetos e programas habitacionais.

No final de 1976, a sede da CECAP deixou a Avenida Rebouças e passou a ocupar um edifício na Alameda Jaú nº 1.177. Nesse mesmo ano foi criada a Diretoria de Planejamento de Projetos, sob a responsabilidade do arquiteto Alfredo Serafino Paesani, e realizada uma grande contratação de novos funcionários. Ambas as ações permitiram à CECAP se estruturar melhor para atender às diretrizes do PLANHAP.

Sob a Diretoria de Planejamento de Projetos, foram criadas duas coordenadorias – uma formada por economistas e profissionais da área administrativa e outra por arquitetos e engenheiros, responsáveis por elaborar a programação da produção da Companhia a partir de uma análise detalhada sobre viabilidade econômica, física e social dos empreendimentos. Com isso, organizou-se um fluxo operacional integrado, cujas prospecções e indicadores permitiam mensurar os custos e o tempo de produção dos conjuntos habitacionais produzidos pela CECAP, bem como seus resultados finais diante do planejamento inicial. Muitos desses instrumentos perduraram ao longo das décadas na Companhia, atualizados e/ou adaptados às novas políticas e metodologias, mas compondo um repertório de trabalho que ainda hoje está presente no planejamento dos empreendimentos.

Nos anos seguintes, durante a presidência de Ismael Menezes Armond, que permaneceu no cargo até 1980, a CECAP firmou-se como agente financeiro e promotor utilizando recursos financeiros do BNH captados pela CEESP, que nesse caso cumpria o papel de agente financeiro.

A partir de 1977, um processo de modernização empresarial e de gestão dos recursos humanos implementou o primeiro Plano de Cargos e Salários da Companhia e ainda instituiu benefícios como vale-refeição e assistência médica terceirizada aos funcionários. Em 1978, o serviço de assistência médica passou a ser gerido pela Fundação CESP.

Nesse mesmo período, a CECAP ingressou na era da informática com o aluguel de um minicomputador (ICL) para fazer os registros financeiros de cobrança, e realizou a contratação de mais de 500 novos funcionários.

Com tamanha estruturação, a CECAP ampliou sua atuação para mais de 57 municípios, entre as quais se destacam Araras, Barretos, Batatais, Cruzeiro, Franca, Indaiatuba, Itatiba, Itu, Jacareí, Jaú, Mogi Guaçu, Pedreira, Pirassununga e Rio Claro.

Muitos dos projetos realizados no interior eram desenvolvidos por meio dos chamados "Pacotes do BNH", compondo duas configurações: uma que contemplava a aquisição do terreno, a elaboração do projeto e a construção; e outra que, a partir de terrenos já adquiridos por meio de Decretos de Utilidade Pública (DUPs) ou doações, agregava a realização do projeto e da obra.

Havia entre os profissionais da empresa uma importante discussão sobre os projetos, com proposições em favor de uma qualidade de vida melhor para as famílias por meio da implantação de equipamentos públicos e sociais, como creches e postos de saúde, sistema viário, áreas verdes e de lazer com adequada inserção urbana – como havia sido implantado no Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, em Guarulhos. De maneira geral, os terrenos doados pelos municípios estavam localizados nas áreas periféricas e o desafio era, de um lado, promover as possíveis conexões com a cidade e, de outro, desenvolver um projeto bem articulado internamente com sua rede de infraestrutura e serviços.

Esse debate acontecia diante dos limites estabelecidos pelo BNH para o financiamento dos projetos de habitação social, que determinavam como parâmetro o comprometimento máximo de renda familiar mensal em 30%. A capacidade de endividamento definia o valor de financiamento e, consequentemente, o tamanho das unidades habitacionais.

Com o intuito de atender as famílias de menor poder aquisitivo, foram idealizados e postos em prática pelo BNH, em meados dos anos 1970, outros programas para a demanda menos solvável: PROFILURB – lotes urbanizados (1975); PROMORAR (1979) – urbanizações sem remoções; e o João de Barro (1982) – financiamento de terrenos e cestas de materiais para construção por mutirão.

Essas três modalidades, salvo exceções, não viabilizaram a produção de moradias com boa qualidade de implantação nos lotes e acabaram por estimular, em todo o Brasil, loteamentos precaria-

mente urbanizados e de baixo padrão de habitabilidade em termos de insolação, ventilação e congestionamento das unidades.

No caso da CECAP, em São Paulo, optou-se pela priorização do tamanho das unidades, visando atender as famílias mais numerosas. Buscou-se não reduzir a área construída adotando-se, inclusive, a tipologia de três dormitórios, mais adaptada ao perfil de demanda. A busca em adequar o projeto ao tamanho dos lotes e à forma de parcelamento dos terrenos foi acompanhada de metodologia de decisões arquitetônicas com a formulação de um programa para projeto que acabou sendo constituído mediante consenso sobre os objetivos a serem atingidos.

Uma retrospectiva histórica desse período da produção arquitetônica merece registrar os seguintes condicionantes: a necessidade de racionalização dos custos impostos pelo BNH e o caráter empresarial que a nova gestão da CECAP impunha ao contratar os projetos em grandes glebas de terrenos comprados no interior.

Em geral, eram adquiridos terrenos de boa qualidade em termos de declividade e condições geotécnicas. Premidos pela concepção de implantação de tipologias de casas térreas, os arquitetos tiravam partido do projeto urbanístico, com criatividade para a hierarquia das vias e acessos locais, por exemplo, em *cul-de-sac* ou traçados de quadras em "espinha de peixe". Como solução para as áreas de uso público, priorizavam-se as áreas verdes e institucionais concentrando-as nos eixos de acesso de irradiação dos loteamentos, determinando um raio de acesso aos equipamentos pelos futuros moradores. Havia também um grau de liberdade para propor novas formas de implantação urbanística, com metodologias de custo, parâmetros de projeto e indicadores de viabilidade.

Os projetos selecionados para ilustrar esse período da Companhia, entre 1975 e 1982, testemunham muitas dessas diretrizes e opções tipológicas. Em relação aos projetos contratados por escritórios autônomos, temos alguns exemplos relevantes. A concepção do projeto "Barretos B1", do arquiteto Ruy Ohtake (1979), privilegiou as áreas verdes no eixo central e utilizou tipologias de dois e três dormitórios. "Rio Claro A", elaborado pelo escritório de Eurico Prado Lopes (1981), deu destaque às áreas de pedestres, interligando as áreas públicas, verdes e institucionais, e se tornou uma experiência exitosa de moradia com uso misto para comércio, valorizando a permanência dos moradores no espaço de vivência e moradia. Já São José do Rio Preto B, de autoria de Julio Artigas & outros (1980), misturou casas isoladas e geminadas de forma harmônica, criando uma dinâmica interessante de implantação.

Outros projetos destacados nesse período foram executados pelos arquitetos que formavam a equipe da Companhia. Muitos deles se dedicaram, ao longo dos últimos 40 anos, a construir grande parte do acervo de projetos. Um departamento exclusivo da Companhia era responsável por estabelecer os parâmetros de programa para os projetos de interesse social.

O projeto "Pedreira A" adotou múltiplas tipologias de dois e três dormitórios, com uma implantação cuidadosa do sistema viário que respeita as curvas de nível e proporciona uma boa acessibilidade à cidade pelos moradores. Os empreendimentos "Jacareí A" e "Lençóis Paulista A" adotaram tipologias de dois e três dormitórios, desenhando uma engenhosa trama de quadras, ruas, vielas e bolsões de retorno visando à preservação da segurança para moradores, crianças e idosos. O conjunto "Jaú C" adotou um partido de projeto com quadras-padrão, abrindo mão dos bolsões de retorno e criando alças de acesso, com localização privilegiada das áreas institucionais e de lazer. Já o conjunto "Cachoeira Paulista A1" organizou a implantação de tipologias variadas sobre um eixo central viário, com acesso equidistante dos equipamentos, comércio, serviços e áreas públicas de lazer.

O projeto "Franca B", com a implantação de mais de 2 mil unidades, sintetiza bem as características desse período. Nota-se uma variada gama de tipologias adaptadas ao terreno, além de inovações para o desenho dos lotes e quadras institucionais, privilegiando os eixos centrais do projeto com áreas livres para o uso das crianças; implantação de um centro comunitário, usado como oficina coletiva para acolher a demanda dos trabalhadores da indústria de sapatos; espaços para hortas fitoterápicas; e, mais tarde, a implantação de centros comerciais bem localizados, escolas, creches, posto de saúde e, recentemente, a construção de *shopping centers*.

CODESPAULO e a Crise do Sistema Habitacional

No início dos anos 1980, a empresa passou por uma importante mudança administrativa. O Decreto nº 15.480/1980, assinado pelo então governador Paulo Maluf, desativou a CECAP e, em 1981, por meio do Decreto nº 16.512/1981, o nome da empresa foi alterado para Companhia de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CODESPAULO).

A CODESPAULO foi criada com a função de implantar uma política de desconcentração do desenvolvimento industrial e urbano no Estado de São Paulo a partir da produção de equipamentos públicos e de habitações sociais. A empresa passou a ser presidida por Elias Corrêa de Camargo e, mais tarde, em 1982, por Paulo Bastos Cruz, contando com quatro diretorias em sua estrutura organizacional: administrativo-financeira; desenvolvimento comunitário e comercialização; técnica; e planejamento e controle.

A mudança administrativa da empresa não alterou seu perfil básico. A CODESPAULO continuou a operar com os recursos do SFH e ampliou em parte sua área de atuação, tendo como objetivo ser a grande indutora do desenvolvimento regional nos municípios.

Nesse período, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) começou a entrar em declínio, diminuindo repasses do BNH aos órgãos promotores de habitação, como a CODESPAULO. A empresa sentiu o impacto dessa crise e passou por dificuldades operacionais, o que resultou em demissão de funcionários e até mesmo em atraso nos pagamentos de salários.

Os arquitetos e os demais profissionais das equipes técnicas concentravam suas atividades no acompanhamento das obras dos projetos que já estavam em andamento no período da CECAP, nos municípios do interior do estado. Contudo, ainda contando com recursos contratados pelo PLANHAP, a CODESPAULO conseguiu ampliar sua atuação nas obras de infraestrutura pública, como saneamento e desenvolvimento urbano.

A centralização das políticas do BNH havia deixado os estados e municípios em situação de extrema dependência desse sistema, sem possibilidade de agir de forma autônoma e consistente. Isso contribuiu para o agravamento do setor, especialmente quando os aportes foram interrompidos tanto para a CODESPAULO quanto para as demais COHABs do país.

Nesse momento, o país passava por dificuldades macroeconômicas, tornando as políticas centralizadoras do BNH ultrapassadas e exigindo que os estados e municípios tivessem maior participação na estruturação das políticas públicas.

No Estado de São Paulo, a década de 1980 registrou novas pressões sobre o mercado de aluguéis e um aumento considerável das moradias irregulares e informais, como cortiços e favelas, sobretudo nas grandes cidades. O esgotamento do modelo do BNH, combinado com o quadro de penúria social diante dos problemas de moradia, exigiu que o governo interviesse com a proposição de políticas próprias, capazes de, no período seguinte, apresentar outras soluções às necessidades habitacionais existentes na capital e no interior.

O balanço da produção habitacional feita pela CECAP/CODESPAULO no período 1975/1982, em termos quantitativos, revela que foram produzidas 25 mil novas unidades habitacionais, o que representa uma média de 3.125 unidades/ano, um aumento seis vezes superior aos seus primeiros dez anos de atividade. A produção foi financiada com recursos do BNH, via operações com a CEESP (48%) ou diretamente com o PLANHAP (52%).

Esse período foi praticamente voltado para a construção de moradias em terrenos de grande porte doados pelas prefeituras de cidades médias do interior paulista, sem uma ação correspondente às necessidades dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, onde o problema habitacional se deteriorava exponencialmente.

Notas

11. São Paulo (Estado) – Secretaria de Economia e Planejamento – Coordenadoria de Planejamento – "Política Habitacional do Estado de São Paulo" – série 1 – Documentos 1 – SP, 1975.
12. Lei nº 10.436/1972.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Segundo Período

PHP (Programa PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Altinópolis A	Ribeirão Preto	124	1981
Araçatuba B1*	Araçatuba	613	1981
Araraquara AII	Central	586	1985
Araras A	Campinas	1.157	1982
Barretos B1	Barretos	252	1979
Barretos B2	Barretos	184	1981
Batatais BI*	Franca	300	1981
Batatais BII*	Franca	232	1983
Cachoeira Paulista A1*	S. J. dos Campos	53	1987
Capão Bonito AIII	Sorocaba	18	1982
Catanduva B*	S. J. do Rio Preto	361	1981
Catiguá AII	S. J. do Rio Preto	36	1984
Cordeirópolis	Campinas	129	1981
Cruzeiro C*	S. J. dos Campos	772	1985
Dracena	Pres. Prudente	280	1981
Franca B1*	Franca	1.027	1983
Franca B2*	Franca	457	1982
Franca B3*	Franca	754	1984
Guaíra A	Barretos	190	1981
Igaraçu do Tietê AIII	Bauru	70	1982
Igarapava A	Franca	115	1981
Indaiatuba A1*	RM Campinas	324	1979
Indaiatuba AII*	RM Campinas	320	1981
Indaiatuba AIII*	RM Campinas	380	1983
Itapeva A2	Sorocaba	113	1981
Itararé A*	Sorocaba	213	1983
Itatiba A1*	RM Campinas	449	1981
Itu A*	Sorocaba	652	1981
Ituverava AI	Franca	112	1982
Jacareí A*	S. J. dos Campos	866	1983
Jardinópolis A	Ribeirão Preto	182	1982
Jaú C*	Bauru	972	1981
Lençóis Paulista A*	Bauru	252	1981
Limeira AI	Campinas	539	1983
Limeira AII	Campinas	523	1984
Lorena A1	S. J. dos Campos	295	1981
Mogi Guaçu BI*	Campinas	605	1981
Mogi Guaçu BII*	Campinas	100	1984
Orlândia A	Franca	388	1981
Pedreira A*	RM Campinas	115	1982
Piedade AIII	Sorocaba	15	1982
Piraju B	Sorocaba	193	1984
Pirassununga AI*	Campinas	541	1982
Presidente Prudente A*	Pres. Prudente	733	1982
Presidente Venceslau A	Pres. Prudente	195	1982
Rio Claro*	Campinas	841	1981
Rio das Pedras A	Campinas	200	1983
Santa Cruz das Palmeiras	Campinas	147	1981
Santa Cruz do Rio Pardo AI	Marília	144	1981
Santa Cruz do Rio Pardo AII	Marília	167	1983
São João da Bela Vista AII	Franca	24	1983
São José do Rio Preto II*	S. J. do Rio Preto	536	1980
Serra Azul	Ribeirão Preto	20	1982
Sumaré*	RM Campinas	235	1980
Taquaritinga	Central	250	1981
Valparaíso A1	Araçatuba	197	1986
Votuporanga B	S. J. do Rio Preto	310	1982
		19.858	

*Projetos incluídos no livro

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 92



Araçatuba B1

PÁG. 93



Itatiba A1

PÁG. 94



Rio Claro A

PÁG. 95



Indaiatuba A

PÁG. 96



São José do Rio Preto B

PÁG. 97



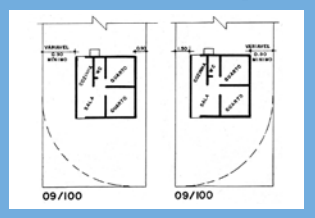
Sumaré A

PÁG. 98



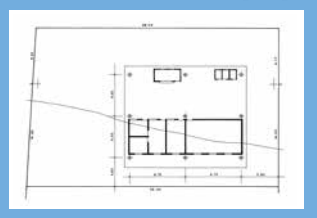
Itu A

PÁG. 98



Itararé A

PÁG. 99



Catanduva B1

PÁG. 100



Batatais B

PÁG. 101

Mogi Guaçu B

PÁG. 102

Pirassununga A1

PÁG. 103

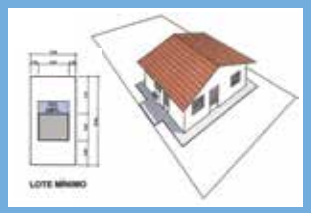
Pedreira A

PÁG. 104

Lençóis Paulista A

PÁG. 105

Jau C

PÁG. 106


Cachoeira Paulista A

PÁG. 107

Jacareí A

PÁG. 108

Cruzeiro C

PÁG. 109

Presidente Prudente A

PÁG. 110


Franca B1, B2 e B3
Vicente Leporace

Araçatuba B1

MUNICÍPIO: Araçatuba
ENTREGA: 1981
TERRENO: 499.465,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 195.069,00 m²
COTA RESID.: 147,00 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 613
PROJETO: José Alberto Barbosa e Moyses Aldo Nascimento

Este empreendimento foi construído em um terreno de formato irregular e deu continuidade ao viário do entorno. Já as vias internas de acesso local terminam em *culs-de-sac* em formato de losango, resultante do agrupamento dos lotes numa geometria de traçado definida pela garantia de acesso a todos os lotes e impedindo a passagem de veículos. No conjunto há uma área destinada a equipamentos comunitários, como escola e creches. Completa o sistema de lazer pequenas praças distribuídas por todo o conjunto. As casas têm dois ou três dormitórios e foram previstas unidades mistas para comércio local nas pontas de quadras.


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Acervo CDHU. Estudo de rebatimento das diferentes plantas das unidades nos lotes.

Acervo CDHU.


Chahinian, 2014. Tipologia conservada.


Chahinian, 2014. Tipologias com pequenas melhorias na fachada.


Chahinian, 2014. Arborização nas vias de circulação do conjunto.


Chahinian, 2014. Praças preservadas.

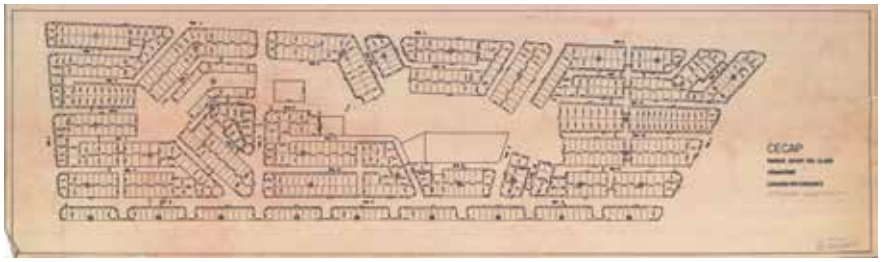
Itatiba A1

MUNICÍPIO: Itatiba
ENTREGA: 1981
TERRENO: 178.551,34 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 96.883,54 m²
COTA RESID.: 215,78 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 449
PROJETO: Alfredo Paesani e Stipan Dragutin Milicic

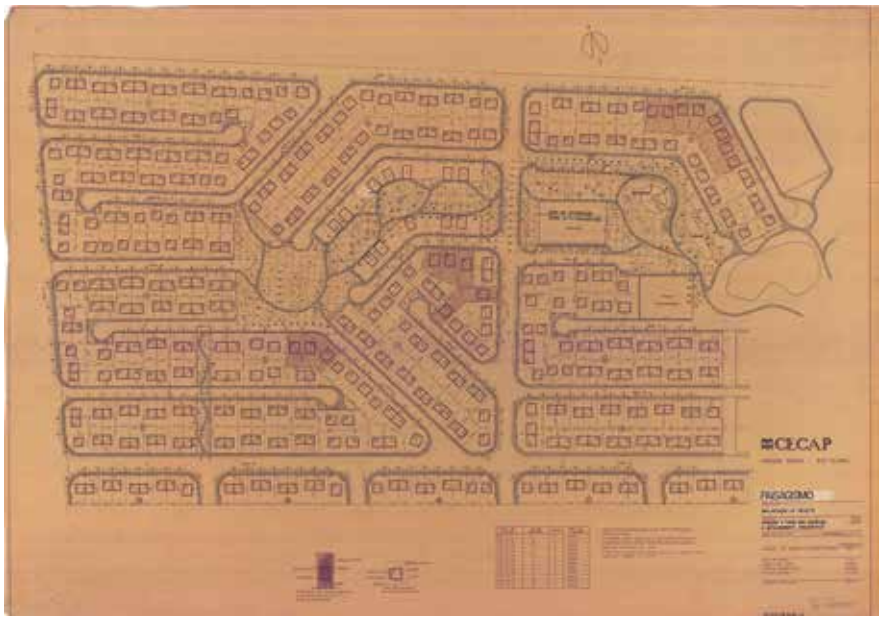


Rio Claro A

MUNICÍPIO: Rio Claro
ENTREGA: 1981
TERRENO: 276.123,68 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 151.380,00 m²
COTA RESID.: 180,00 m²
TIPOLOGIAS: 06G, 06I, 07G, 07I e 08 MISTA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 841
PROJETO: Eurico Prado Lopes, Christina de Castro Mello e Rita Vaz Artigas



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.





Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Cintra de Andrade. UH dois dormitórios; UH três dormitórios; UH mista.

Trata-se de um dos primeiros conjuntos da Companhia em que as quadras projetadas quebravam a malha ortogonal usual no município. Foram implantadas unidades de diferentes tipologias, incluindo unidades mistas: usos residencial e comercial. Foram projetados caminhos para circulação de pedestres internos às quadras. O paisagismo foi inovador ao fazer opção pelo plantio de árvores frutíferas, com ações junto aos moradores para conscientização ambiental da importância de tais espécies. Na parte central existe um centro comunitário e uma escola.



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.



Chahinian, 2014. Vielas interligam as quadras.

Indaiatuba A

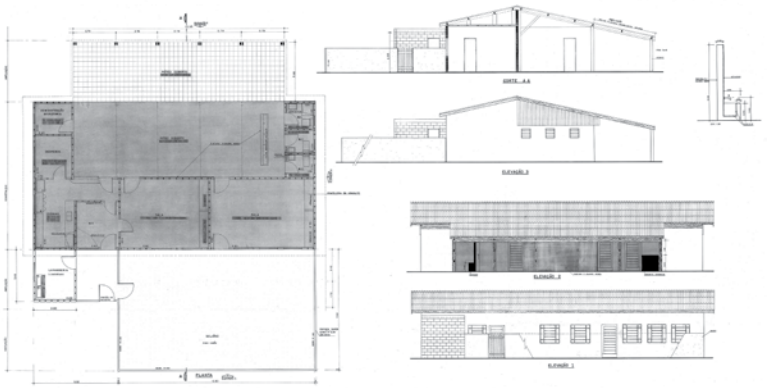
MUNICÍPIO: Indaiatuba
ENTREGA: 1979/81/83
TERRENO: 366.150,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 207.980,00 m²
COTA RESID.: 203,11 m²
TIPOLOGIAS: 06G, 06I, 07G, 07I, 08 MISTA, 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 324 (1ª fase), 320 (2ª fase) e 380 (3ª fase)
PROJETO: Samuel Szpigel e José Magalhães



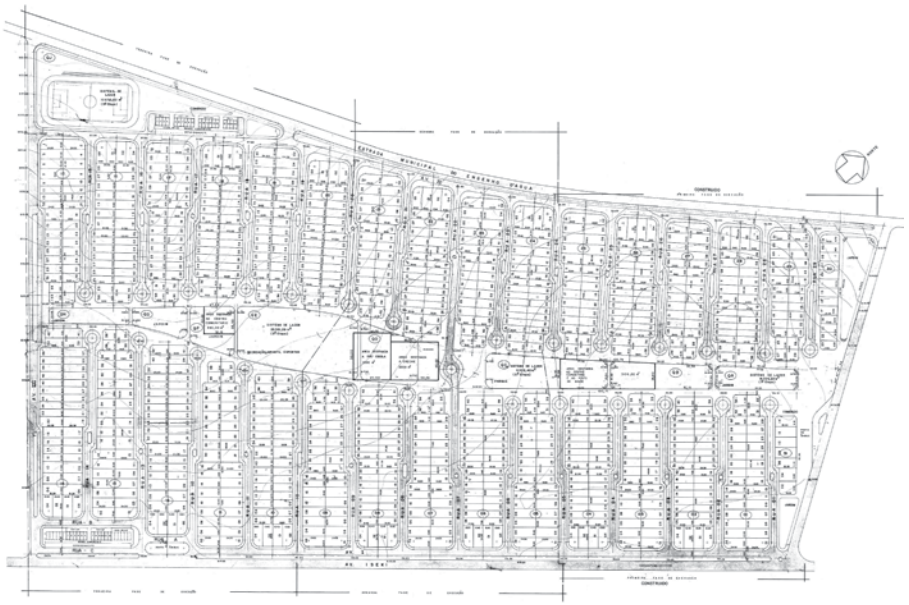




Cintra de Andrade. UH 2 dormitórios; UH 3 dormitórios; UH mista.



Acervo CDHU. Ampliação do centro comunitário adaptado à creche, com 248,37 m². Autoria do Arq. Luiz Flavio Gaggetti.



Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O conjunto tem sua centralidade no sentido longitudinal, abrigando áreas de lazer e equipamentos. O comércio foi alocado fazendo frente ao viário que leva para a cidade. A fim de quebrar a monotonia do alinhamento das unidades ao longo das quadras, foi criado um balão central que altera a perspectiva das vias, criando uma dinâmica de interesse maior.



Acervo CDHU, 1980. Vista do conjunto.

São José do Rio Preto B

MUNICÍPIO: São José do Rio Preto
ENTREGA: 1980
TERRENO: 184.688,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 114.544,00 m²
COTA RESID.: 213,70 m²
TIPOLOGIAS: 06G, 06I, 07G, 07I e 08 MISTA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 536
PROJETO: Julio Camargo Artigas e Célia R. Tardelli Sachs



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).





Acervo CDHU.



Acervo CDHU. A implantação dos conjuntos muitas vezes se dava em áreas rurais recém-incorporadas ao perímetro urbano, deixando-as distante do tecido urbanizado.

O sistema viário tem duas vias principais que cortam praticamente todo o conjunto de São José do Rio Preto. Além da via central, existem vias perpendiculares que terminam em balões de retorno e dão acesso aos equipamentos comunitários e às quadras, quase sempre compostas por 20 ou 30 unidades habitacionais. Há mescla de diferentes tipologias, incluindo casas isoladas e geminadas. Nas extremidades do conjunto, o paisagismo valoriza as áreas verdes como espaços de lazer.





Acervo CDHU.







Acervo CDHU. Os conjuntos eram entregues sem divisórias de lote e sem asfalto nas ruas e o processo de ocupação foi definindo calçadas estreitas e melhorias nas unidades. A arborização veio anos mais tarde, por meio de um programa desenvolvido pela CDHU.

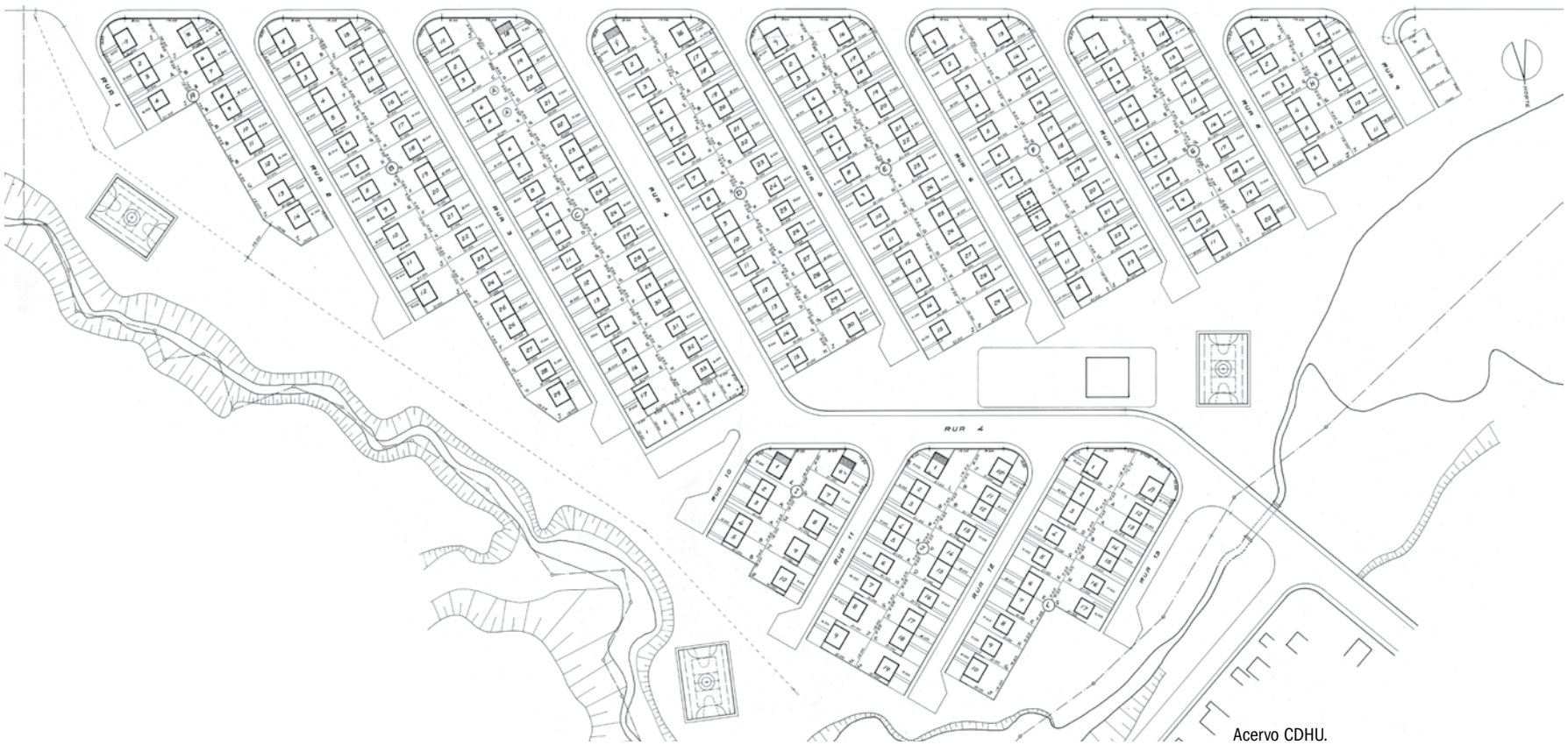
Sumaré A

MUNICÍPIO: Sumaré
ENTREGA: 1980
TERRENO: 123.353,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 25.880,95 m²
COTA RESID.: 110,13 m²
TIPOLOGIAS: 06/2D, 07/3D e 08 MISTA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 129
PROJETO: Mario Luiz Savioli, Arthur Lozano Filho e José Mario Porto de Souza Campos

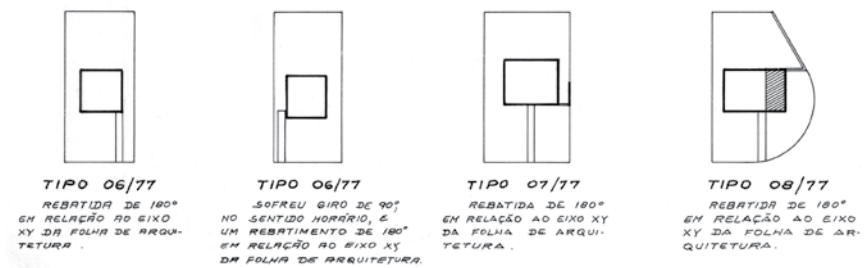
Este empreendimento foi construído pela CECAP a partir de recursos federais recebidos do BNH. O empreendimento deu origem a um bairro que levou o mesmo nome da Companhia – CECAP –, e que abriga diferentes tipologias de casas com dois ou três dormitórios. Todas as diretrizes deste projeto foram definidas por uma equipe de arquitetos que trabalhava em conjunto, prática bastante comum na Companhia durante a década de 1980.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Implantação esquemática da unidade em lote.



Cintra de Andrade. Tipologias humanizadas.

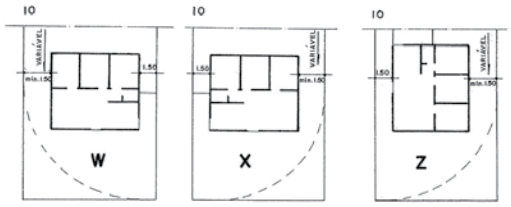
Itu A

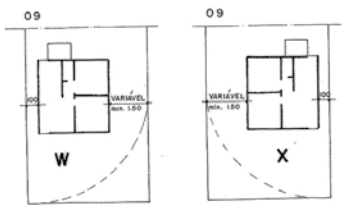
MUNICÍPIO: Itu
ENTREGA: 1981
TERRENO: 247.400,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 137.100,00 m²
COTA RESID.: 210,28 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 652
PROJETO: Célia R. Tardelli Sachs e Denise Cesar Ruprech



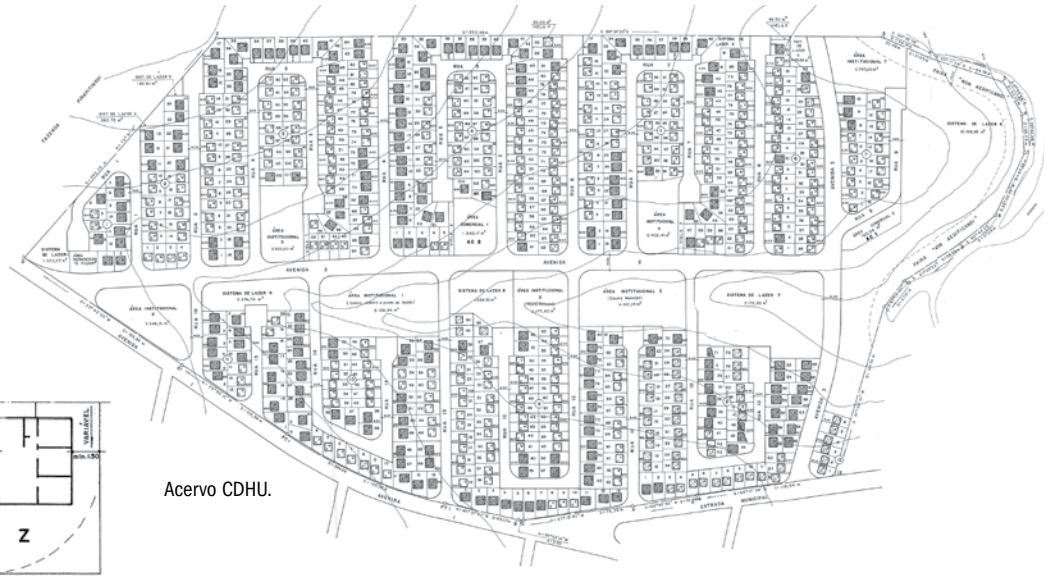


Gussoni.





Acervo CDHU.

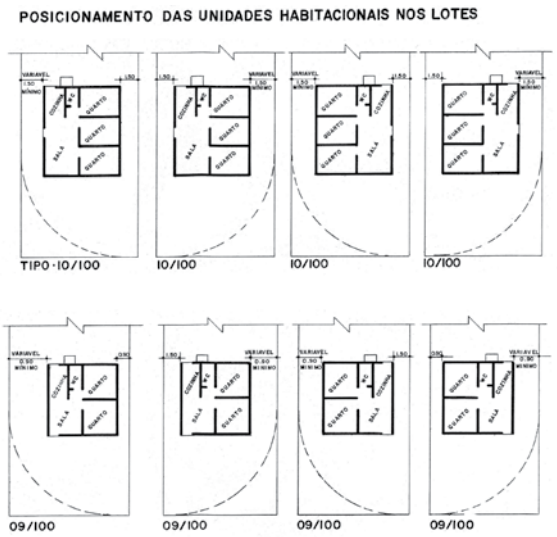


Acervo CDHU.

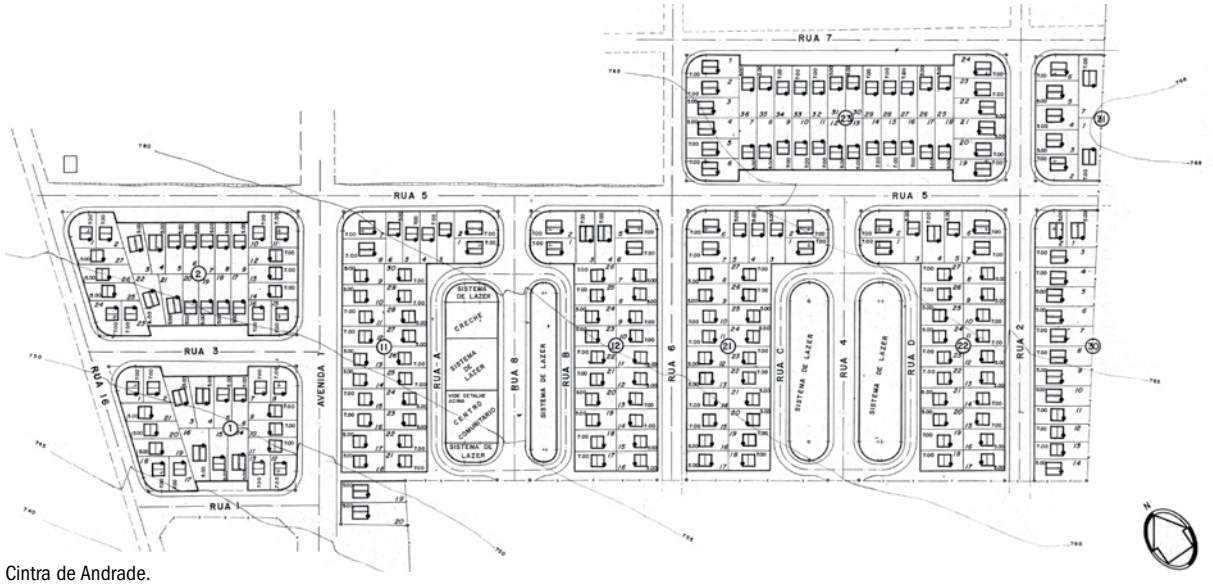
Este empreendimento foi projetado por um grupo de arquitetos da CDHU que definiu sua implantação na parte alta do terreno, próximo a uma estrada municipal. O sistema viário possui vias principais que terminam em *culs-de-sac*, e vias laterais que facilitam a circulação de pedestres e de veículos. As casas possuem dois ou três dormitórios e estão recuadas de diferentes formas nos lotes, quebrando a monotonia do desenho. Os equipamentos de lazer estão implantados na área central do conjunto.

Itararé A

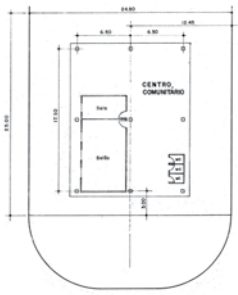
MUNICÍPIO: Itararé
ENTREGA: 1983
TERRENO: 60.952,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 46.736,00 m²
COTA RESID.: 219,42 m²
TIPOLOGIAS: 09/200 e 10/200
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 213
PROJETO: Arq. Djalma Cintra de Andrade



Cintra de Andrade.



Cintra de Andrade.



Este conjunto foi erguido em uma área com pouca declividade, com sistema viário ortogonal. Em meio às quadras, os amplos espaços de lazer se transformam em praças que facilitam a convivência entre os moradores. Há diferentes disposições das casas nos lotes e essa variação elimina a monotonia visual. Outro destaque são as amplas calçadas nas vias locais, cujo recuo proposital nas quadras propicia um espaço maior para guardarem os veículos. O projeto também previu a implantação de equipamentos, como creches e centro comunitário.

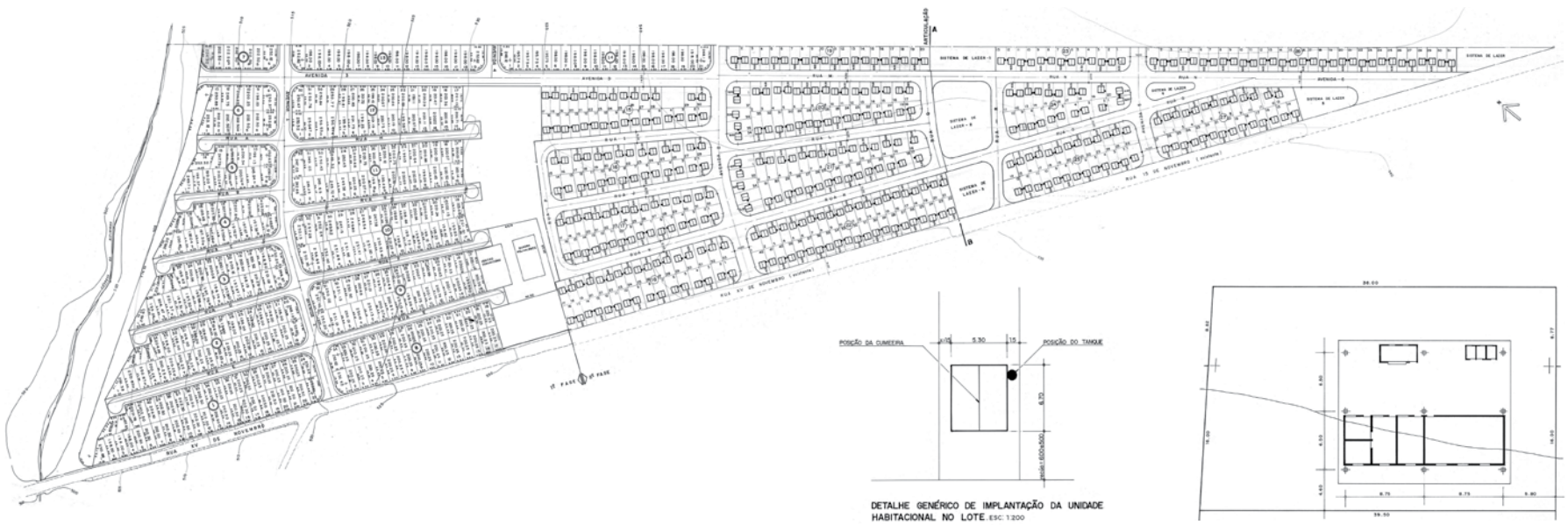
Catanduva B1

MUNICÍPIO: Catanduva
ENTREGA: 1981
TERRENO: 121.517,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 76.110,00 m²
COTA RESID.: 210,83 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 361
PROJETO: Arthur Lozano Filho, José Alberto Barbosa e Julio Camargo Artigas

Localizada na região noroeste do Estado de São Paulo, Catanduva abriga diferentes conjuntos habitacionais erguidos pela Companhia a partir da década de 1980. Neste empreendimento, há diferentes tipologias para as casas com dois e com três dormitórios. Os telhados são dispostos em diferentes direções, quebrando a monotonia construtiva de conjuntos habitacionais populares. Os equipamentos comunitários construídos pela Companhia são mantidos pela Prefeitura e atendem não só a população do conjunto, mas também a do entorno.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



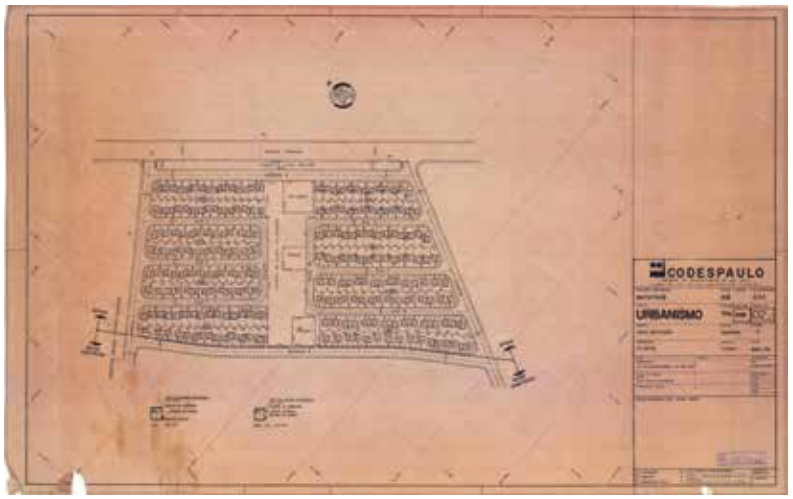
Acervo CDHU.

Acervo CDHU.

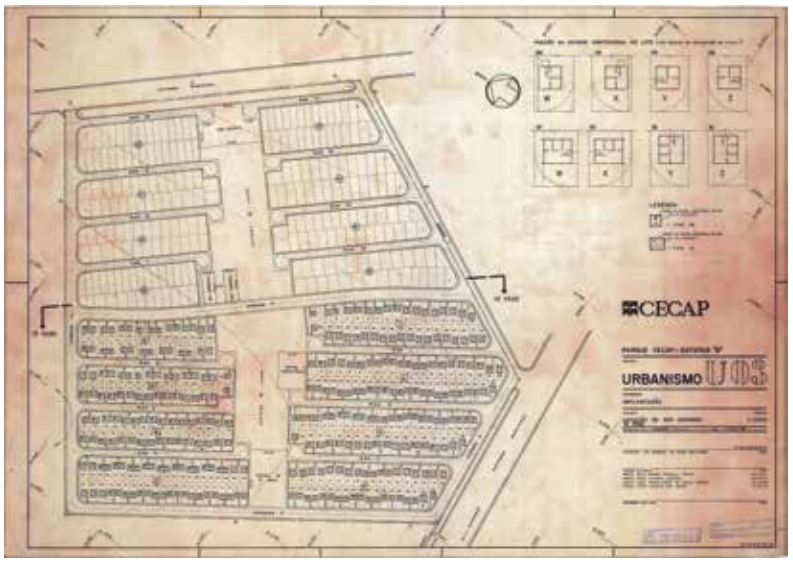
Acervo CDHU. Centro comunitário (Tipo CC500-02).

Batatais B

MUNICÍPIO: Batatais
ENTREGA: 1981/83
TERRENO: 193.100,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 70.528,00 m²
COTA RESID.: 132,57 m²
TIPOLOGIAS: UHs 09 (2D) e 10 (3D)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 532
PROJETO: Célia Regina Tardelli Sachs e Denise Gomes César Ruprecht



Acervo CDHU. Projeto de implantação da 2ª fase.



Acervo CDHU. Parcelamento da gleba (Fase B1).



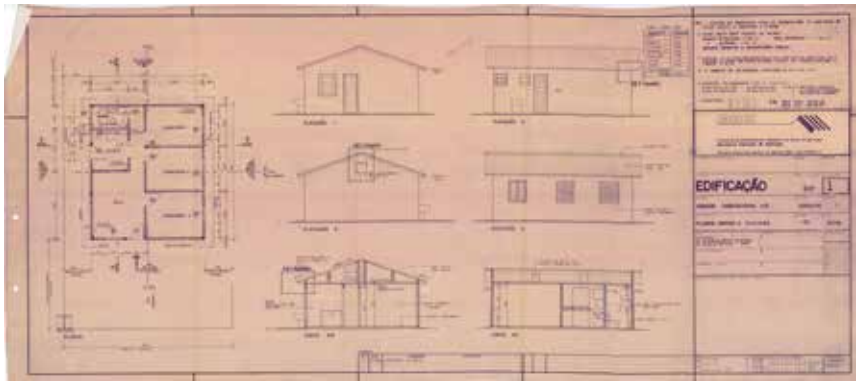


Acervo CDHU. Conjunto e unidade isolada de dois dormitórios.

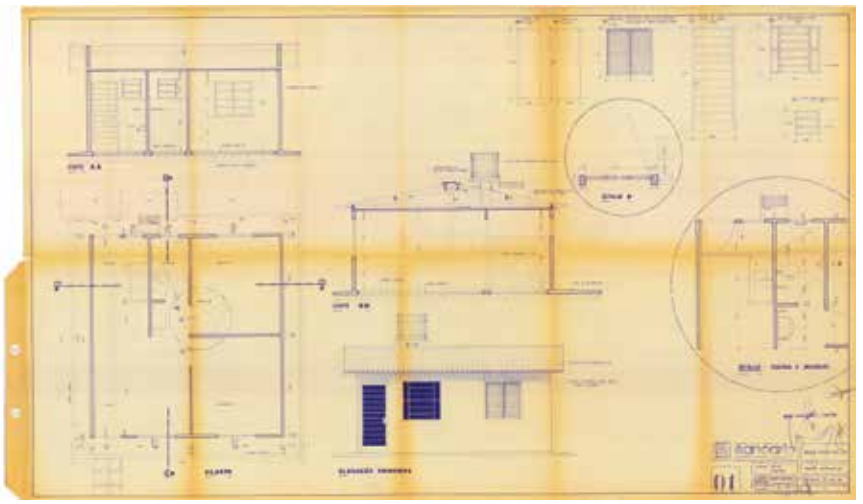


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O conjunto possui ruas extensas que perpassam nove quadras e terminam em balões de retorno, e o empreendimento se interliga à malha urbana por meio de um sistema viário que o circunda. Na parte central do conjunto, há áreas reservadas para o lazer e para a implantação de equipamentos sociais. A maioria das casas é isolada, com tipologias de dois e três dormitórios, e algumas poucas unidades são geminadas. Os lotes têm variação de recuo, quebrando a monotonia visual.



Acervo CDHU. Unidade isolada 010 (Três dormitórios).



Acervo CDHU. Unidade isolada 09 (Dois dormitórios).

Mogi Guaçu B

MUNICÍPIO: Mogi Guaçu
ENTREGA: 1981/1984
TERRENO: 237.190,16 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 140.295,00 m²
COTA RESID.: 199,00 m²
TIPOLOGIAS: 2D1 e 07/81 (3D)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 705 = 605 (1ª fase) e 100 (2ª fase)
PROJETO: Luiz Alberto Ayres Rodrigues

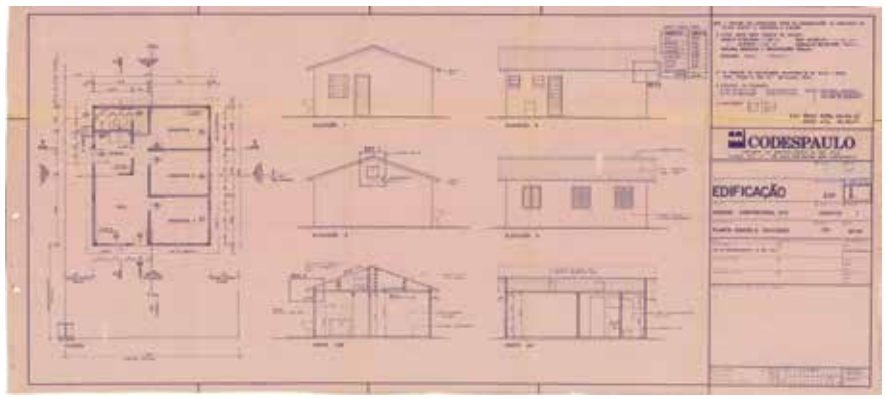


Gussoni. Unidade mista (residência e comércio).

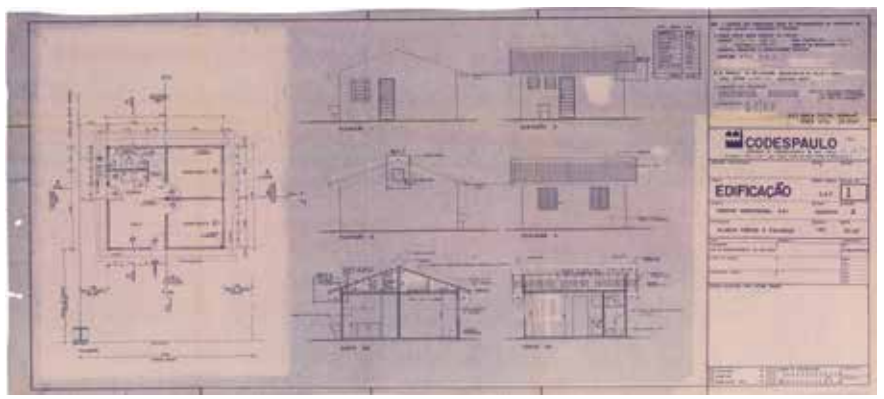


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

A implantação não utiliza ruas sem saída, comuns na época. Adota o traçado viário usual da cidade, propõe uma praça onde se concentram os equipamentos, os bancos e o paisagismo que ambienta a praça. A implantação das tipologias se faz dispondo de posicionamentos alternados de recuos e orientação, quebrando a monotonia.



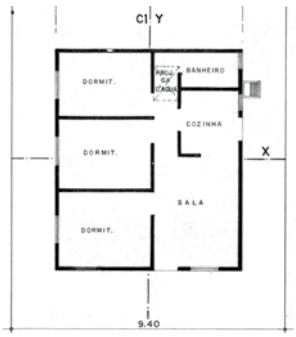
Acervo CDHU. Unidade isolada (Três dormitórios).



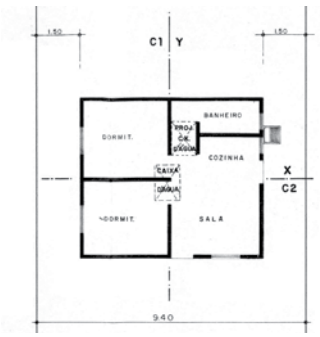
Acervo CDHU. Unidade isolada (Dois dormitórios).



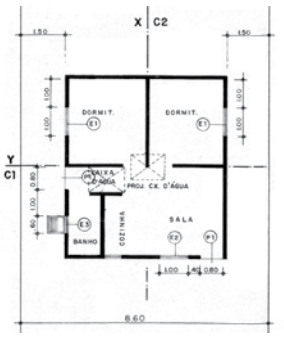
Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Plantas 3D1.
Unidades rebatidas para garantir insolação nos quartos.



Plantas 2D1.



Pirassununga A1

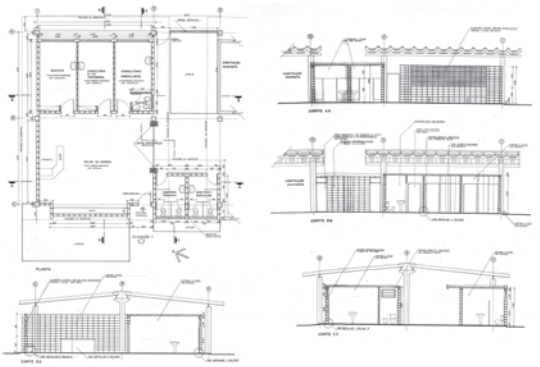
MUNICÍPIO: Pirassununga
ENTREGA: 1982
TERRENO: 219.398,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 118.258,00 m²
COTA RESID.: 218,59 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 541
PROJETO: Julio Camargo Artigas, Leda Valverde M. de Moura e Vitor Augusto dos Santos



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Implantação da primeira fase, Gleba A.



Acervo CDHU. Centro comunitário, projeto Luís Flávio Gaggetti.



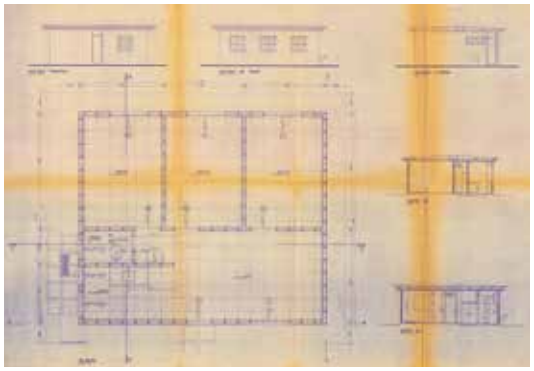
Acervo CDHU. Centro comunitário em foto da época.



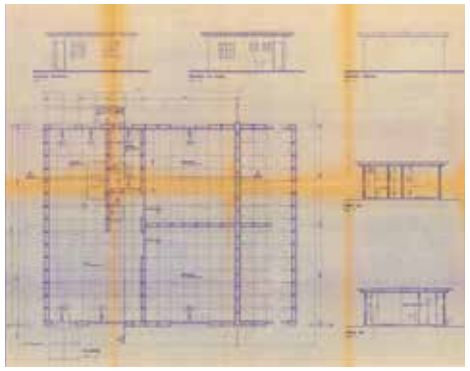
Acervo CDHU. Centro comercial, projeto Vitor Augusto dos Santos.



Acervo CDHU. Centro comercial em foto da época.



Acervo CDHU. Unidade 09 (Dois dormitórios).



Acervo CDHU. Unidade 010 (Três dormitórios).



Acervo CDHU.

O conjunto implantado pela Companhia em Pirassununga apresentava uma importante novidade na época: foi um dos primeiros empreendimentos da Companhia a ter suas casas em paredes de concreto moldadas no próprio local. As casas possuem dois ou três dormitórios, com acesso por vias secundárias que quase sempre terminam em balões de retorno. Para aproveitar melhor o terreno quadrado, os arquitetos elaboraram um desenho pouco ortogonal, dando mais dinâmica ao conjunto. O centro comunitário, a pré-escola e o centro comercial são projetos desenvolvidos e construídos pela Companhia.



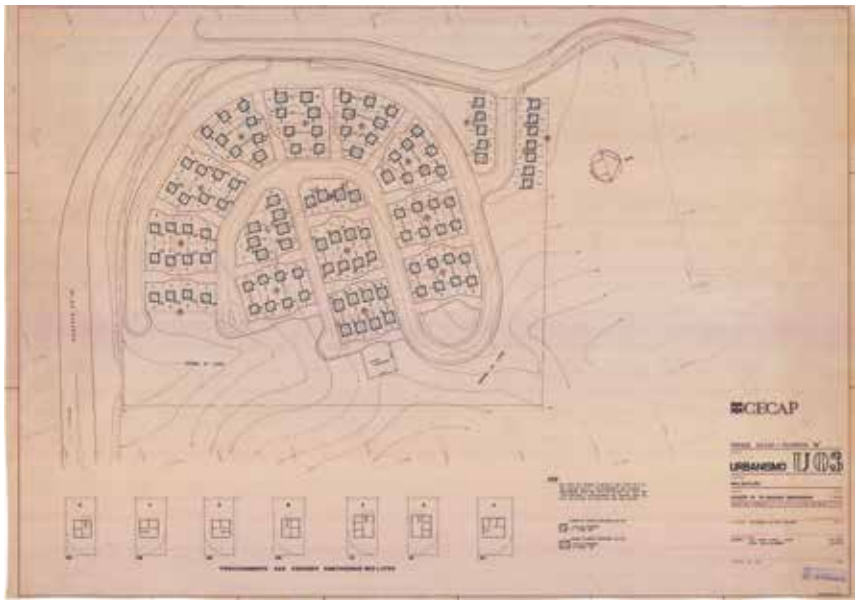
Acervo CDHU. Creche e pré-escola. Projeto: Vitor Augusto dos Santos.

Pedreira A

MUNICÍPIO: Pedreira
ENTREGA: 1982
TERRENO: 66.632,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 12.650,00 m²
COTA RESID.: 110,00 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 115
PROJETO: Célia R. Tardelli Sachs e Denise Cesar Ruprech



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014. Ruas de tráfego de pedestres.



Chahinian, 2014. Nota-se que a tipologia não sofreu alteração no decorrer do tempo.



Chahinian, 2014. Nesta unidade, os moradores reformaram a fachada e ampliaram o telhado, criando garagem.



Chahinian, 2014. Área verde e de lazer para uso público.

Um dos grandes desafios da construção deste conjunto foi a adequação de seu terreno, que era bastante acidentado, com cerca de 20% de declividade. Isso exigiu soluções de engenharia que se tornaram referência para outros projetos da Companhia que apresentavam condições semelhantes. As quadras foram implantadas em lotes paralelos à rua, na direção das curvas de nível. As casas possuem dois e três dormitórios e estão servidas por vielas de pedestres, que determinam o acesso aos lotes, formando pequenas quadras. Na área do conjunto há um centro comunitário e uma UBS, além de uma grande área verde.

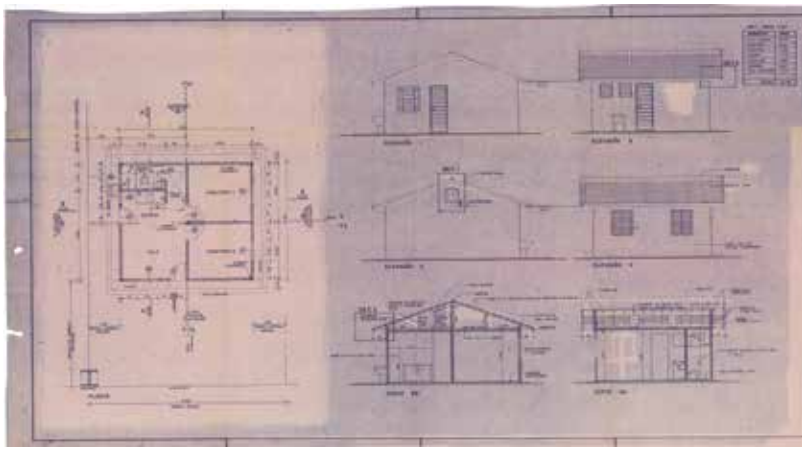
Lençóis Paulista A

MUNICÍPIO: Lençóis Paulista
ENTREGA: 1981
TERRENO: 148.700,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 87.700,00 m²
COTA RESID.: 281,09 m²
TIPOLOGIAS: 2D1 e 2D3
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 252
PROJETO: Irene Borges Rizzo

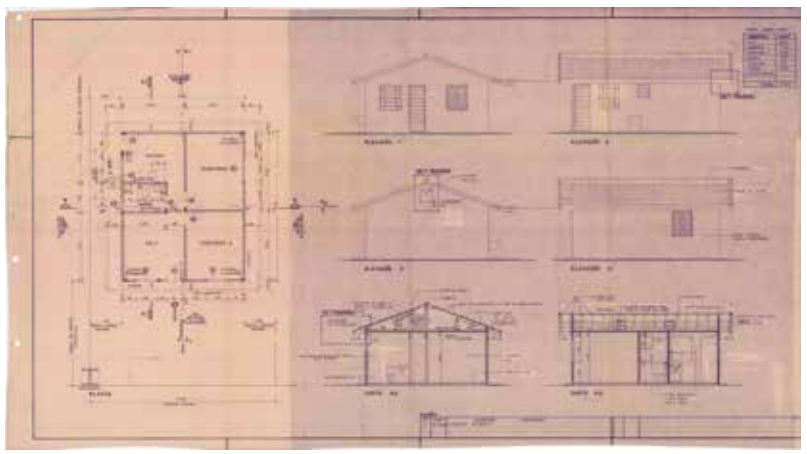


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

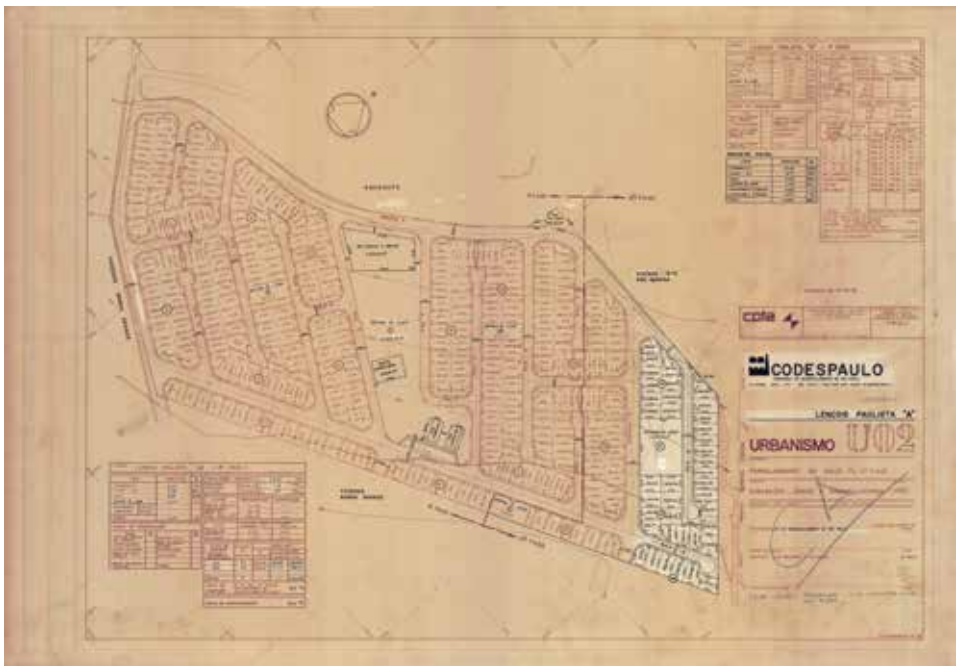
O conjunto centraliza as áreas comuns: a área verde, a área de lazer e os equipamentos. Foi projetado um sistema viário composto de uma via perimetral contornando o conjunto, duas vias transversais e as ruas de acesso local que finalizam no balão de retorno, complementando o acesso com vias de pedestres em meio às quadras para integração e áreas de lazer. Na parte baixa do conjunto, o viário separa os lotes residenciais da região industrial.



Acervo CDHU. Tipologia 2D1 (sala e cozinha conjugadas).



Acervo CDHU. Tipologia 2D3 (sala separada da cozinha)



Acervo CDHU.

Jau C

MUNICÍPIO: Jaú
ENTREGA: 1981
TERRENO: 376.853,82 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 145.800,00 m²
COTA RESID.: 150,00 m²
TIPOLOGIAS: A2, B-C 3, D-F 2, H2L, E-G3 e I3
NÚMERO DE UHS CONSTRUÍDAS: 972
PROJETO: Altamir Tedeschi e Moyses Aldo Nascimento



Tedeschi, 1981.

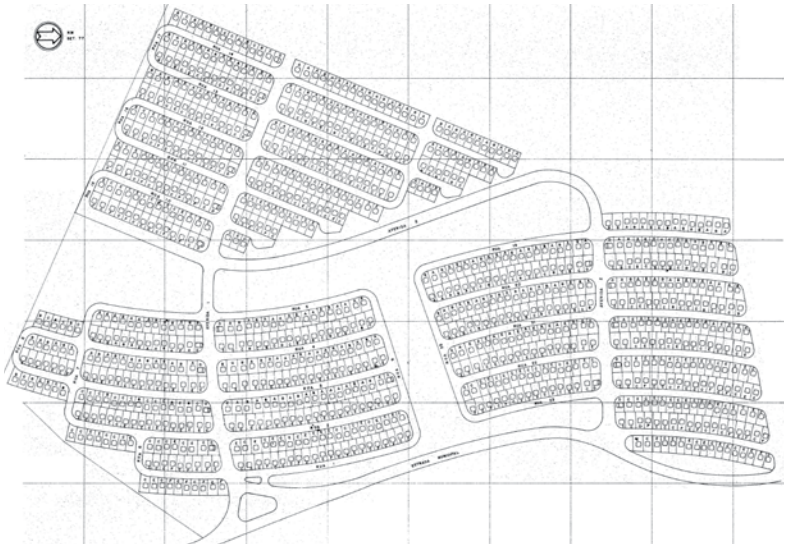


Tedeschi, 2004.

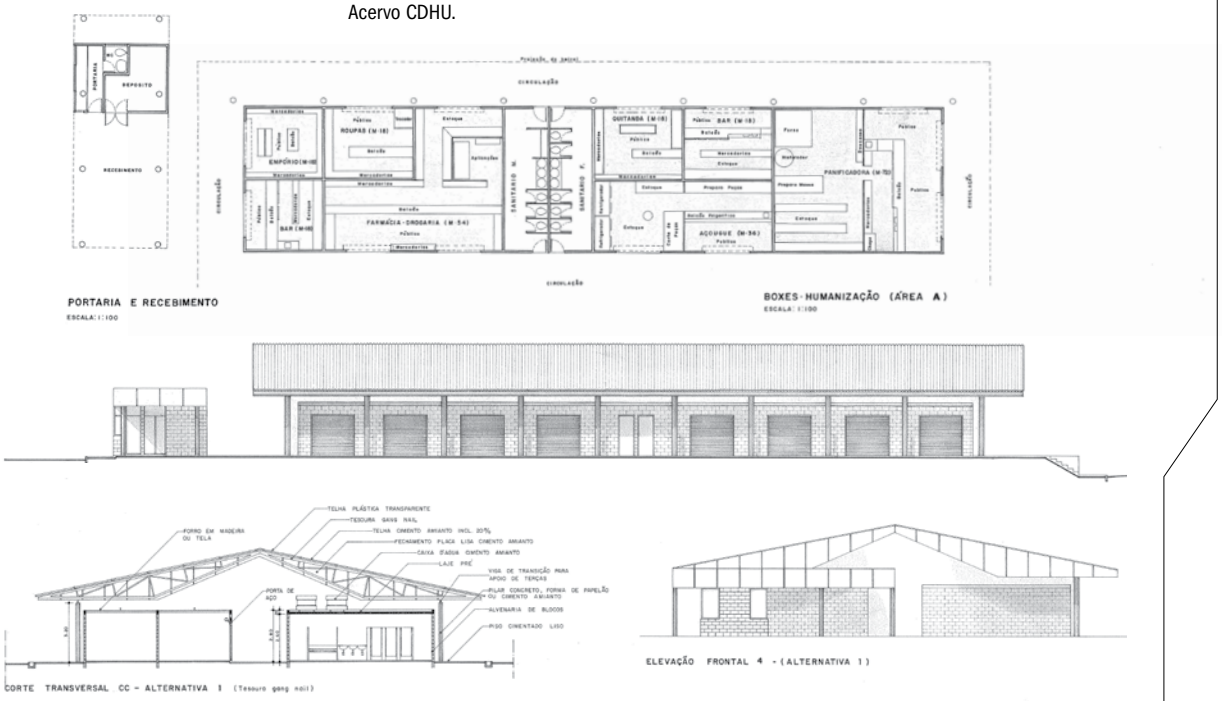
Este projeto em Jau apresenta avenidas largas e quadras-padrão, criando alças de retorno solicitadas pelos próprios moradores. As unidades possuíam dois dormitórios, com ótima insolação. O processo construtivo utilizou formas metálicas para a moldagem de peças estruturais no próprio local, incluindo as lajes. As áreas institucionais e de lazer ocupam a faixa central do terreno, com creche, pré-escola e centro comunitário. Este foi um dos primeiros conjuntos com projeto especial a contar com área comercial implantada dentro do cronograma de obras. O grande eixo central se manteve como dinamizador do bairro.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto do centro comunitário. Autores: Douglas M. Calder e Luiz Flavio Gaggetti.

Cachoeira Paulista A

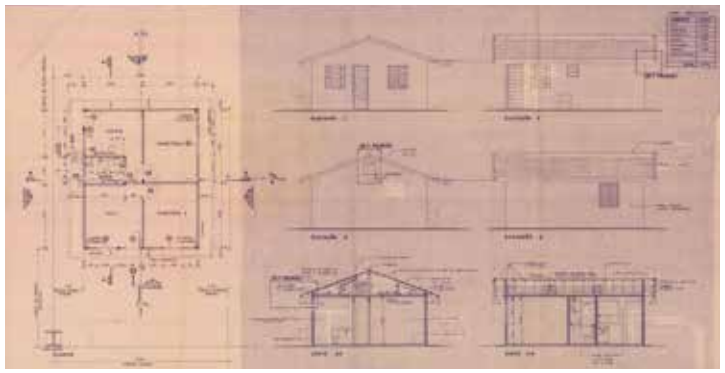
MUNICÍPIO: Cachoeira Paulista
ENTREGA: 1987
TERRENO: 226.969,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 117.116,00 m²
COTA RESID.: 227,41 m²
TIPOLOGIAS: 3D2, 2D2 e TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 515 = 53 (A1), 200 (A2) e 262 (A3)
PROJETO: Arthur Lozano Filho



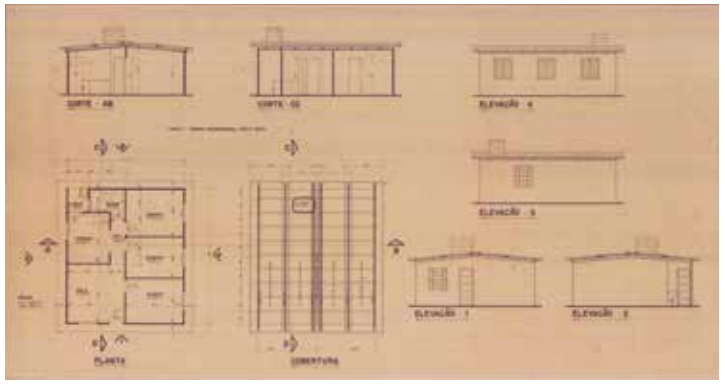
Acervo CDHU. Unidade isolada (Um dormitório).



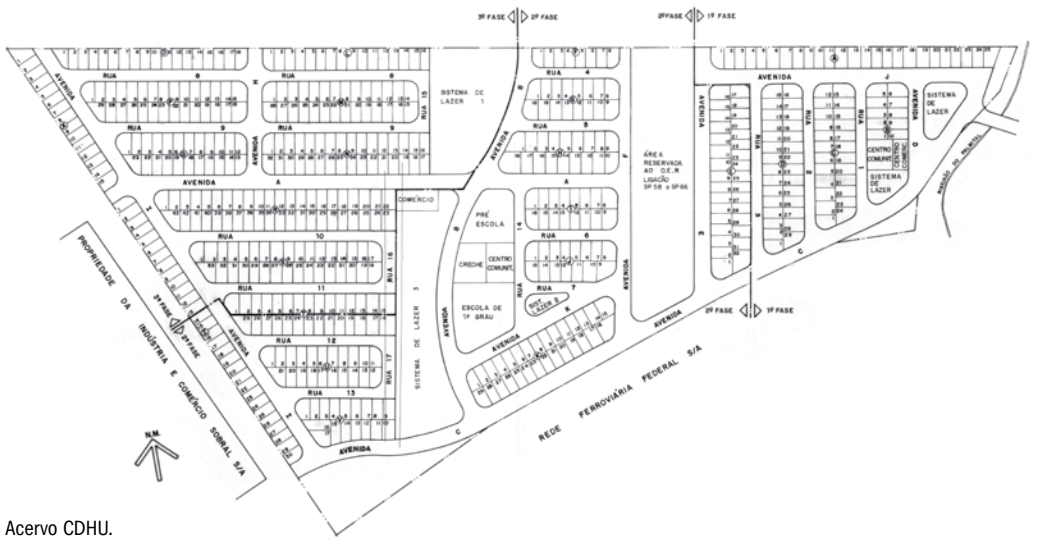
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Unidade isolada (Dois dormitórios).



Acervo CDHU. Unidade isolada (Três dormitórios).



Acervo CDHU.

Este empreendimento foi entregue aos moradores do município no final da década de 1980, em três diferentes fases: na primeira adotou-se a opção por pré-moldados; nas seguintes foram utilizados blocos. As casas são isoladas, com dois e três dormitórios. O empreendimento se localiza próximo à estrada de acesso a Cruzeiro e possui equipamentos comunitários implantados no eixo longitudinal, interrompendo a ligação viária de contorno das quadras desta fase, privilegiando o trânsito local e não o de passagem. Foi reservada uma faixa de área prevendo a futura ligação da SP-58 com a SP-60.

Jacareí A

MUNICÍPIO: Jacareí
ENTREGA: 1983
TERRENO: 350.020,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 133.364,00 m²
COTA RESID.: 154,00 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D e 010/3D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 866
PROJETO: Irene Borges Rizzo

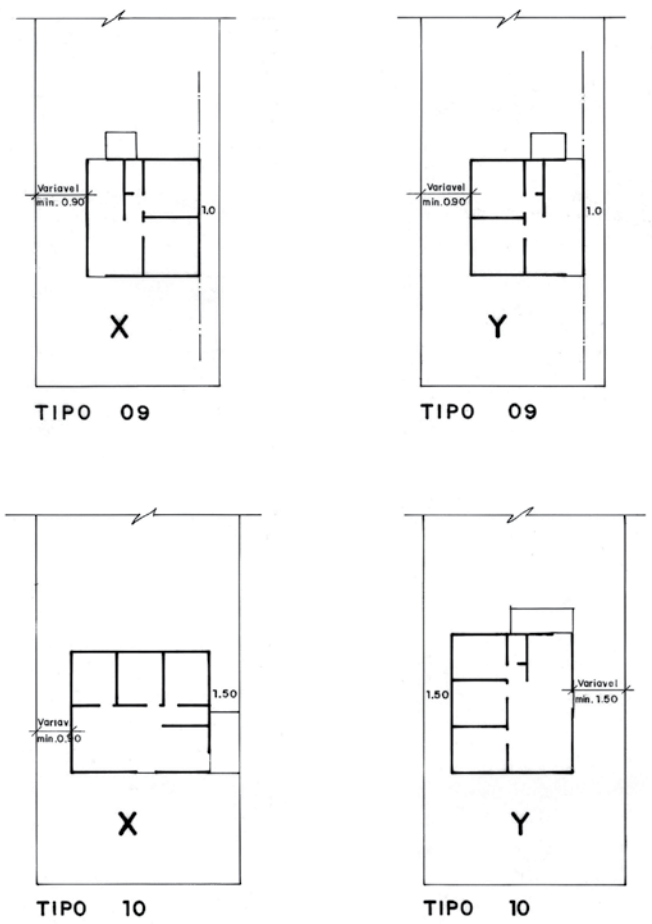
O acesso ao conjunto se dá pelo ponto mais alto do lote e as ruas fazem convergir o movimento para os equipamentos no fundo do vale. As ruas e a implantação das unidades são coerentes com a topografia, fazendo quebra do traçado hipodâmico e favorecendo as futuras ligações com a cidade. Dessa forma, as vias não se restringem ao sistema viário local e são projetadas com porte de vias principais. Nas quadras existem faixas de áreas verdes destinadas ao lazer e à circulação transversal, facilitando os deslocamentos dos pedestres e ciclistas por todo o conjunto urbano.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Unidade isolada 09 (Dois dormitórios). Unidade isolada 010 (Três dormitórios).

Cruzeiro C

MUNICÍPIO: Cruzeiro
ENTREGA: 1985
TERRENO: 359.200,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 178.800,00 m²
COTA RESID.: 213,88 m²
TIPOLOGIAS: 2D1 e 3D2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 772
PROJETO: Leda Valverde e Irene Borges Rizzo

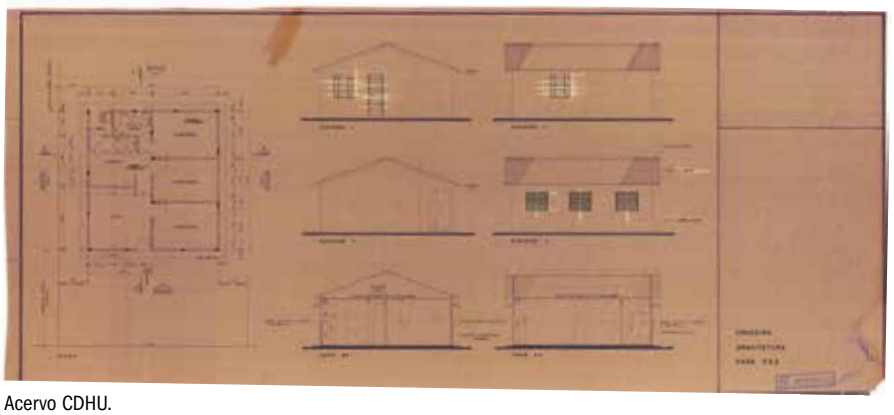


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

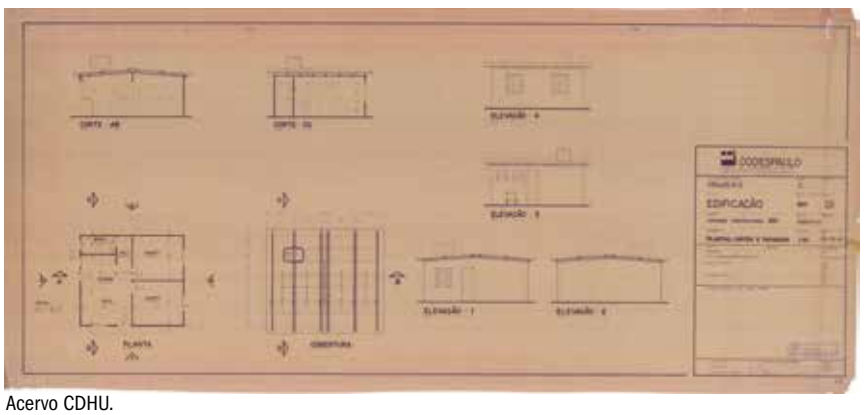


Acervo CDHU.

O viário local se interliga com os traçados paralelos para dar continuidade aos bairros, estes a 200 m de distância. A ideia foi criar superquadras que se abrem para o interior e, sempre no miolo, com áreas verdes que propiciam lazer local e circulação de pedestres. A finalização das vias de acesso em balões de retorno desestimulava o trânsito de automóveis de passagem. Pela ortofoto observa-se que o uso prolonga algumas vias, passando pelas áreas verdes que perderam sua arborização prevista e implantada.



Acervo CDHU.



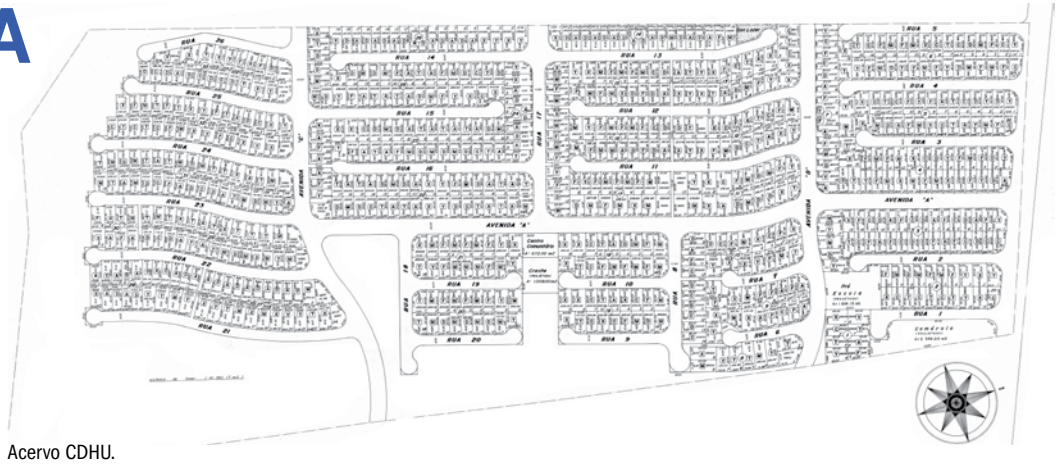
Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Conjunto, anos 2000.

Presidente Prudente A

MUNICÍPIO: Presidente Prudente
ENTREGA: 1982
TERRENO: 290.040,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 139.270,00 m²
COTA RESID.: 190,00 m²
TIPOLOGIAS: 2D2 e 3D2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 733
PROJETO: Maria Alzira Marzagão Monfré



Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

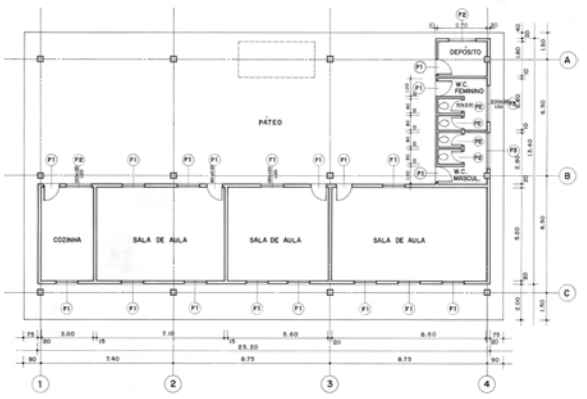
Este conjunto tem como base a implantação de quadras amplas que abrigam 40 unidades habitacionais, em média. Além das avenidas principais, as quadras também são interligadas por vielas de pedestres, facilitando a circulação dos moradores. A área institucional tem um centro comunitário, com área de 164 m², que foi construído pela CECAP e é mantido pela Prefeitura, atendendo tanto as famílias do conjunto como os moradores do seu entorno. Hoje, também há uma sede do Corpo de Bombeiros localizada na área do empreendimento.



Gussoni.



Gussoni. Recepção da unidade de saúde.



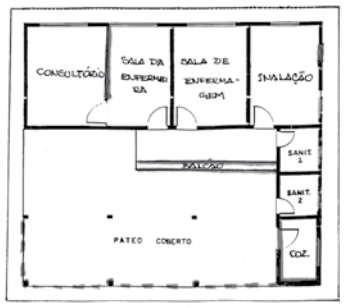
Gussoni. Planta da creche pré-escolar.



Chahinian, 2014.



Gussoni. Unidade de saúde.



Gussoni. Planta da unidade de saúde.

Franca B1, B2 e B3

Vicente Leporace

MUNICÍPIO: Franca
ENTREGA: 1983/82/84
TERRENO: 1.273.170,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 414.440,00 m²
COTA RESID.: 127,68 m²
TIPOLOGIAS: 09/2D, 010/3D (B1); 09/200, 010/200 (B2); 3D1, 2D3, 3D2 (B3)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1027 (1ª fase), 457 (2ª fase) e 754 (3ª fase)
PROJETO: Vitor Augusto dos Santos



Acervo CDHU.

As primeiras obras deste conjunto tiveram início em 1977, utilizando novas tecnologias e empregando um processo construtivo racionalizado. Uma estrada municipal existente no terreno foi transformada pelo projeto em avenida servindo como eixo principal da malha viária secundária contituída de vias coletoras interligadas, vias de trânsito local e vias de pedestres. O empreendimento previu equipamentos com raios de atendimento adequados a cada faixa etária: creches (raio de 300 m), pré-escola (raio de 500 m), escolas de ensino fundamental (raio de 1.000 m); áreas de recreação: lotes de quadra, caminhos de lazer e recreação central. Nas primeiras fases foram implantadas unidades térreas e para as últimas fases do projeto, foram reservadas as áreas ao longo da avenida principal para edifícios de quatro pavimentos, quando a cidade já tivesse envolvido o conjunto. Os centros comerciais também tiveram áreas reservadas ao longo da avenida principal e foram implantados no início para atender os moradores (fases B1, B2 e B3). Só após a implatanção da fase B5 (1997) foram planejados e construídos os últimos dois centros comerciais (2013).



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).







O projeto deifniu um sistema viário hierarquizado para atender o fluxo urbano e preservar as áreas residenciais, e combinar a circulação de veículos com a de pedestres.



Acervo CDHU.







Augusto dos Santos. Sistema viário diversificado, com vias secundárias, vias de trânsito local, vielas para pedestres e balões de retorno.



Acervo CDHU.

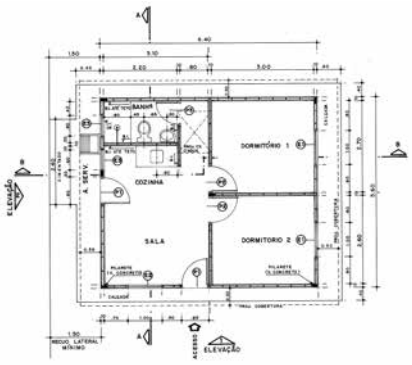
As áreas verdes e de lazer também foram hierarquizadas variando a escala, de modo a formar caminhos que preservassem a vegetação existente em parques lineares, em praças locais e em pequenos lotes para brincadeiras infantis nas quadras.





Acervo CDHU.

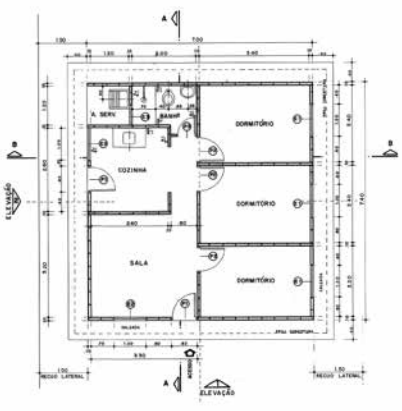




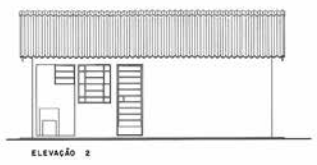








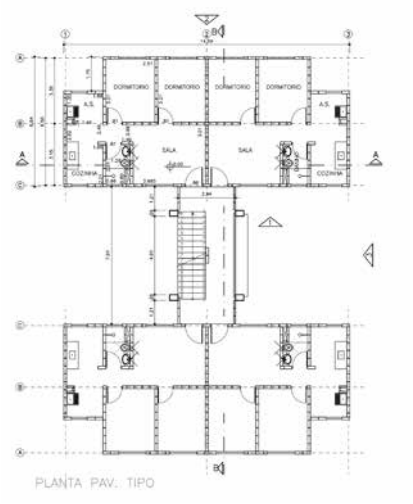




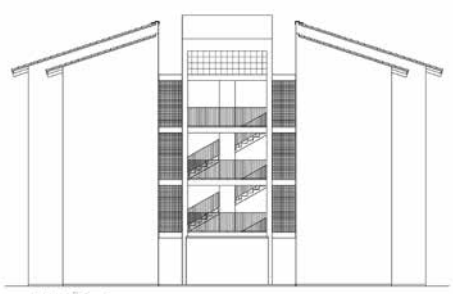
Acervo CDHU.



Augusto dos Santos. Nas imagens é possível observar as praças e áreas de lazer utilizadas pelos moradores do conjunto e do entorno.







Acervo CDHU.

A introdução de edifícios de apartamentos, ocorrida sob gestão da companhia já como CDHU, teve como uma das primeiras experiências dessa tipologia habitacional este projeto de Franca. O projeto posteriormente se consolidou como um dos padrões de edificação vertical utilizados pela Companhia.









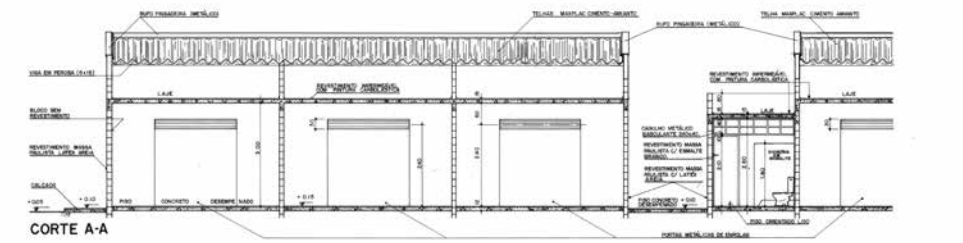


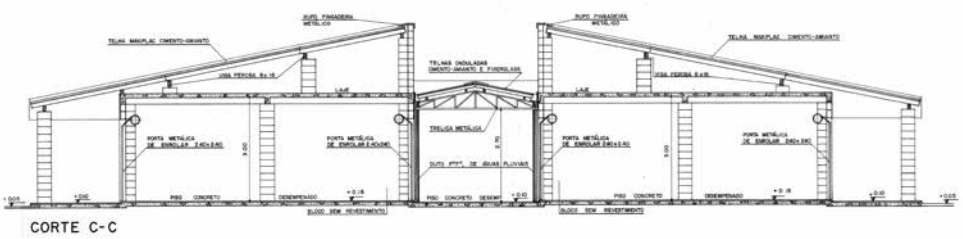
Augusto dos Santos. Na primeira fase foram construídas unidades térreas; nas fases seguintes foram construídos os edifícios, com unidades de dois e três dormitórios.

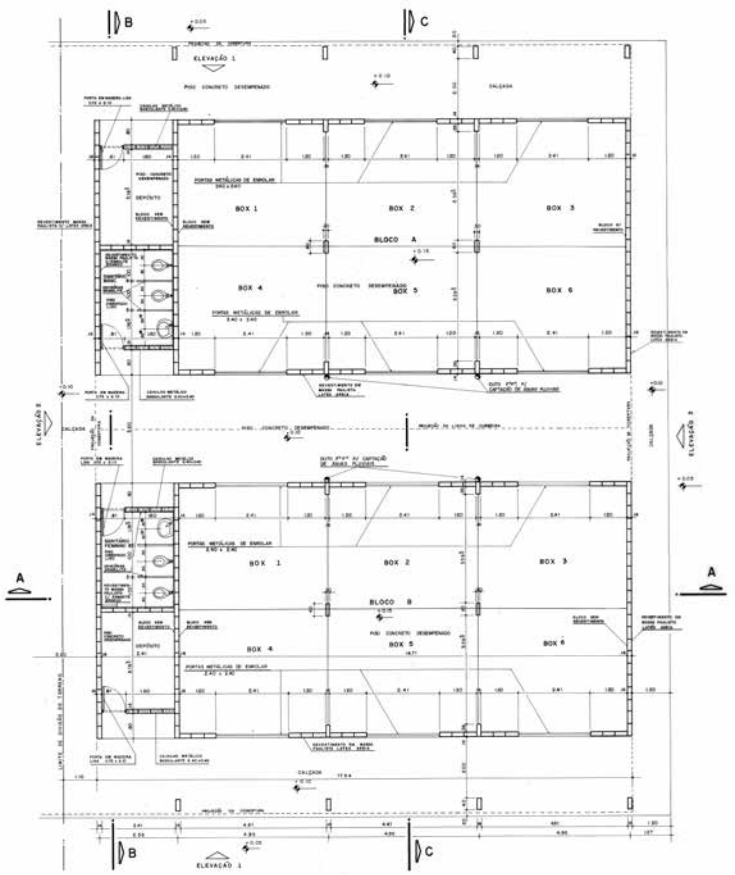


Acervo CDHU.

Foram reservadas áreas de propriedade da CDHU, junto ao eixo viário principal, para uma nova categoria de uso: os lotes comerciais que abrigariam a construção dos centros comerciais. Os equipamentos foram inseridos ao longo do eixo viário da avenida principal, mantendo proximidade com os setores residenciais.







Acervo CDHU. Centro comercial. Projetado por Vitor Augusto dos Santos, implantado na primeira fase.



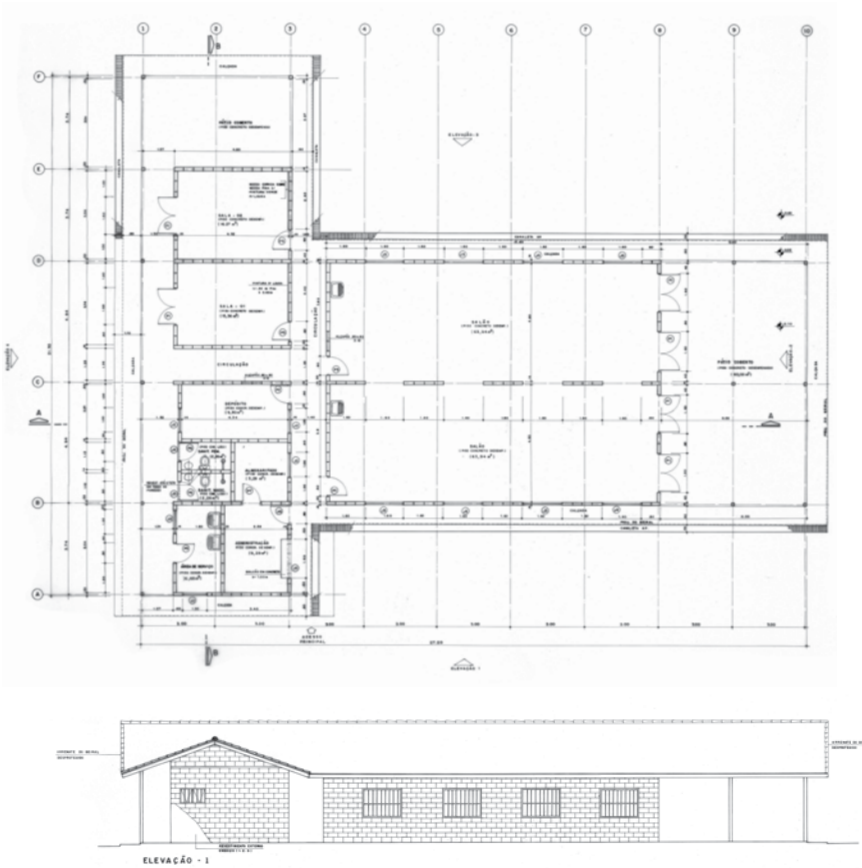




Acervo CDHU. Projeto Douglas M. Calder e Moysés Aldo Nascimento. Implantado na terceira fase.



Augusto dos Santos. Uma série de equipamentos públicos foram construídos no conjunto, como creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental, centros comerciais, entre outros.



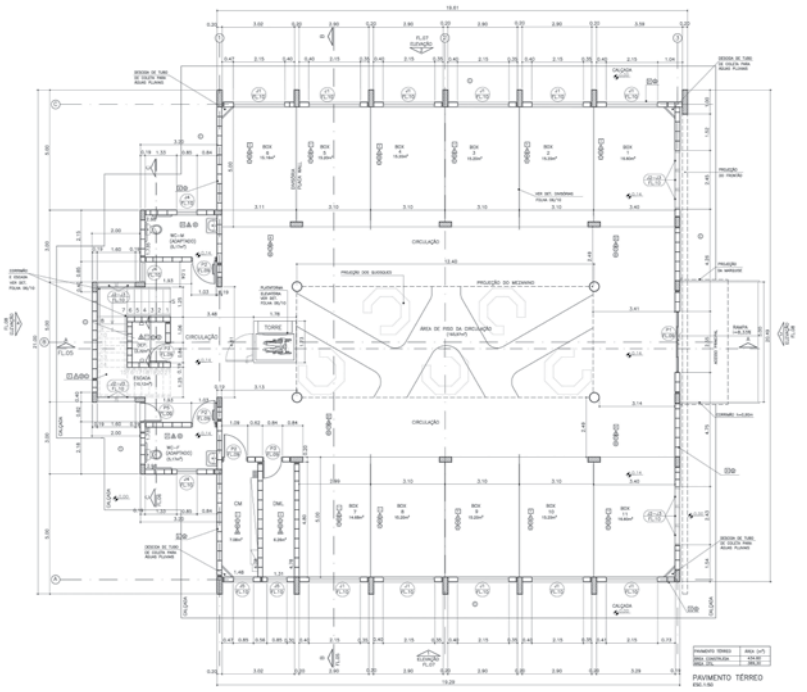
Acervo CDHU. Oficina comunitária, 1995. Projetada por Vitor Augusto dos Santos, Lia Affonso Ferreira Barros e Mariangela Lamana Barrella.

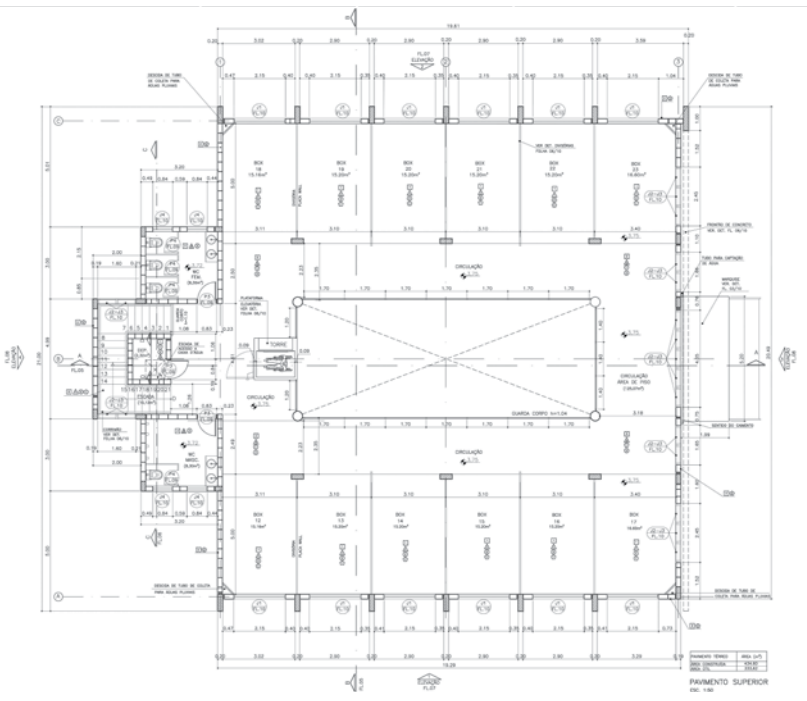






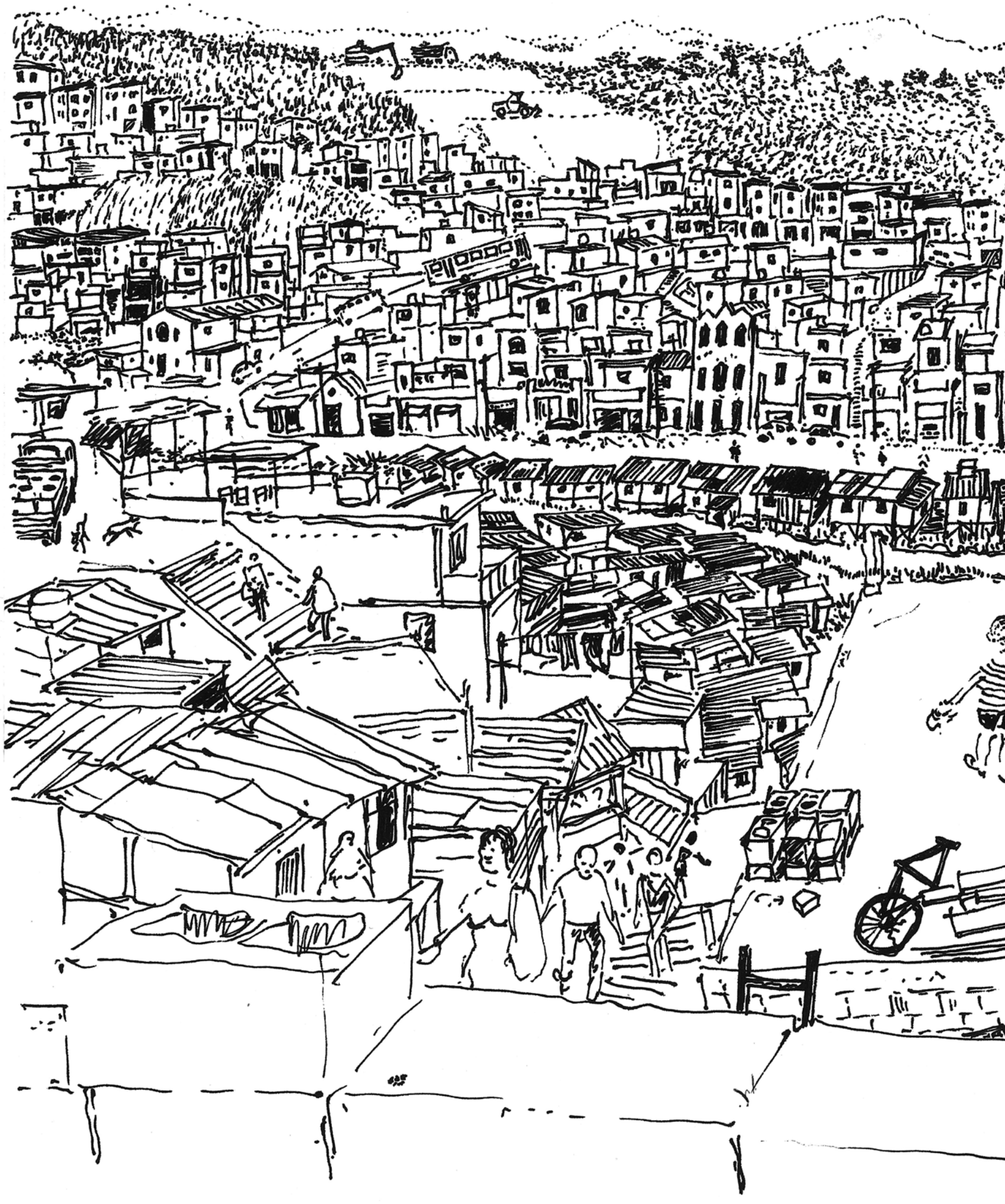
Acervo CDHU. Nos final dos anos 1990, foram projetados outros dois centros comerciais para o conjunto sob a gestão de Maria Isabel Bertoncello.







Acervo CDHU. Centro comercial. Projeto Leda Petrica e Rosana Candida de Oliveira.





Guimarães, 2003.


PROPRIEDADE DO IPESP
(Instituto de Previdência do Estado de São Paulo)
FUTURO PROLONGAMENTO DA RUA ANIBAL FALCÃO
RUA TAMARACÁ (TRECHO 1)
RUA GRÃ (TRECHO 1)
RUA NOVO AEON (TRECHO 1)
RUA ESPELHO CRISTALINO (TRECHO 1)
RUA TAMARACÁ (TRECHO 21)
RUA GRÃ (TRECHO 21)
RUA NOVO AEON (TRECHO 2)
RUA ESPELHO CRISTALINO (TRECHO 2)
RUA TAMARACÁ (TRECHO 2)
RUA TAMARACÁ (TRECHO 3)
RUA GRÃ (TRECHO 3)
RUA NOVO AEON (TRECHO 3)
RUA ESPELHO CRISTALINO (TRECHO 3)
RUA TAMARACÁ (TRECHO 4)
RUA GRÃ (TRECHO 4)
RUA NOVO AEON (TRECHO 4)
RUA ESPELHO CRISTALINO (TRECHO 4)
RUA TAMARACÁ (TRECHO 5)
RUA GRÃ (TRECHO 5)
RUA NOVO AEON (TRECHO 5)
RUA ESPELHO CRISTALINO (TRECHO

Terceiro Período

1983-1988



A CODESPAULO, no início da década de 1980, desenvolvia suas atividades em meio à crise econômica e à recessão vivida em todo o país. Em 1982, a inflação chegou a quase 100% ao ano. O quadro se agravava com a elevação da taxa de desemprego e a redução dos investimentos públicos em infraestrutura básica, o que afastava as camadas populares do mercado consumidor de bens e serviços. Esse cenário refletiu diretamente nas políticas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)/BNH, e os repasses financeiros para as companhias habitacionais nos estados e municípios brasileiros tornaram-se cada vez mais escassos.

Em 1983, André Franco Montoro assumiu o Governo de Estado de São Paulo, após quase duas décadas sem eleições diretas. Com isso, as divergências entre as esferas estadual e federal resultaram para o Estado de São Paulo uma maior dificuldade em captar recursos do SFH, pois Montoro era um dos principais líderes do movimento de oposição ao governo federal. Entre 1980 e 1984, o ICMS, responsável por quase 90% dos recursos estaduais, apresentava quedas sucessivas e a arrecadação ficava reduzida também pela estrutura tributária centralizadora do Governo Federal. O estado tinha, portanto, baixa capacidade de investir em programas sociais, incluindo o setor de habitação social.

Diante desse quadro, foi preciso reorganizar as finanças e resgatar a capacidade de arrecadação do estado. A CODESPAULO possuía dívidas não saldadas com o governo federal e foi extinta, passando a se chamar Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH), com a publicação do Decreto nº 22.061/1983. Montoro indicou Paulo Affonseca de Barros Faria Júnior como presidente da Companhia, que permaneceu no cargo até 1984.

A questão da habitação popular ganhou status de política pública e o Governo do Estado decidiu criar a Secretaria Executiva de Habitação em novembro de 1983, indicando o renomado médico sanitarista José Carlos Seixas como secretário e o economista Pedro Paulo Martoni Branco, da CECAP, como secretário adjunto. A CDH ficou vinculada à pasta da Habitação e na Assembleia Geral de 22/3/1984, seu estatuto social foi definido, nomeando Martoni Branco como seu primeiro diretor-presidente.

Nesse período, a CDH organiza uma nova equipe multidisciplinar de técnicos, arquitetos, urbanistas, engenheiros, advogados, sociólogos, assistentes sociais, entre outras profissões, para enfrentar os problemas sociais advindos do crescimento acelerado das cidades, da precariedade de infraestrutura das periferias e do incremento dos problemas socioambientais nas favelas e nos assentamentos precários.

No informativo da SEH/CDH, Ano I, nº 1, estava registrada a importante missão que se desenhava para a política pública de habitação popular, editada para o período 1983-1986: "A filosofia do governo Montoro considera a habitação um bem social, um direito do cidadão, um instrumento de integração dos diversos setores da população na sociedade, em especial das camadas mais pobres; pela primeira vez, um governo colocou em orçamento uma dotação para a construção de conjuntos habitacionais destinados às famílias de baixa renda e passou a encarar a habitação popular como um serviço público, prestado por técnicos do Estado".

Os projetos habitacionais herdados de períodos anteriores, desenvolvidos e finalizados entre 1983 e 1988, seguiam as regras do órgão financiador, ou seja, do BNH. Sem aportes recentes do Sistema Financeiro de Habitação, os novos projetos destinados às famílias de baixa renda passaram a depender, majoritariamente, de recursos do orçamento do estado, marcando esse período como o início de um processo de autonomização da política habitacional estadual.

A sede da CDH foi transferida da Alameda Jáu nº 1.177 para a Rua Peixoto Gomide nº 1038, onde funcionavam as atividades da Associação dos Funcionários (ASCECAP). Com pouco espaço para acomodar a nova equipe, dois outros endereços, no entorno, abrigaram os departamentos: dois andares em um edifício na Alameda Santos nº 1.780 e uma antiga residência chamada de "Casa Verde" na Alameda Jaú nº 1.200.

Entre 1986 e 1988, a CDH contratou 900 novos funcionários, profissionais selecionados pela sua experiência em gestão pública que acabaram por formar o corpo de servidores públicos da empresa. Esse grupo de colaboradores, parte dele ainda na ativa na Companhia, tinha como missão prover moradias de qualidade e serviços de apoio social à população de baixa renda.

Programa Municipal de Habitação (PMH)

Para enfrentar o cenário economicamente adverso, a CDH implantou, em 1984, o primeiro programa estadual de habitação de São Paulo, com diretrizes, regras e recursos próprios para produção de unidades, denominado Programa Municipal de Habitação (PMH).

A organização do PMH seguiu a diretriz geral de descentralização e participação popular estabelecida pelo governo, proporcionando um intenso envolvimento das prefeituras e da população na execução do Programa, inaugurando na habitação um novo modelo de gestão pública.

As prefeituras doavam os terrenos e executavam obras de infraestrutura necessárias para a construção, como terraplenagem, saneamento e estrutura viária, e colocavam à disposição equipe técnica composta por engenheiro, mestre de obras e técnicos sociais para capacitação da população sobre o Programa, acompanhamento e organização do canteiro de obras.
O estado repassava os recursos do orçamento por meio de convênios celebrados com os municípios, e a CDH desenvolvia os projetos, prestava assistência técnica aos profissionais locais (obras e social), identificava e selecionava a demanda, fiscalizava a obra e liberava os recursos através de medição dos serviços executados. Por fim, a população participava da construção das moradias, em forma de mutirão ou autoconstrução, inaugurando novos parâmetros para a execução da política habitacional ao elevar a prática associativa à condição de efetivação dessa política.

É importante destacar que as contrapartidas municipais constituíam recursos não embutidos no valor de financiamento do imóvel – principalmente o custo dos terrenos, representando um mecanismo de subsídio público que seria, por sinal, mantido nos programas em parceria com as prefeituras nos períodos subsequentes.

As famílias beneficiadas eram escolhidas por meio de um processo que se iniciava com um diagnóstico da situação urbana municipal com o objetivo de identificar os bolsões de pobreza, os quais eram depois classificados pela condição de precariedade. Escolhida a área de intervenção, era então aplicada, em cada domicílio da área selecionada, uma pesquisa socioeconômica que permitia caracterizar os domicílios e seus ocupantes. Para a escolha final dos beneficiados, eram ponderados os dados de renda familiar e as condições habitacionais. O foco na carência habitacional mais crítica e a prioridade dada aos estratos de mais baixa renda (1 a 3 salários mínimos) representaram uma mudança significativa em relação ao período anterior, no que se refere ao atendimento à demanda habitacional.

O regime de mutirão estabelecia a cooperação interfamiliar para a realização das tarefas do canteiro de obras, num processo complexo em que alguns aspectos tinham que ser equacionados, como o fato de as pessoas não serem qualificadas para o trabalho em construção civil e terem que trabalhar fora dos horários normais de trabalho (noites e finais de semana). Além disso, existia uma variabilidade quanto à disposição e à expectativa individuais para participar das tarefas.

Os resultados variavam em cada localidade, em razão da capacidade institucional da Prefeitura (disponibilidade de engenheiro e mestre de obras comprometidos com o projeto e a equipe social), das estratégias de envolvimento do grupo-alvo nas tarefas em diferentes fases da obra, das relações de comando e cumprimento do regulamento, entre outros fatores que influenciaram o maior ou menor sucesso dessas experiências.

O maior legado desse período foi a experiência adquirida pelo corpo técnico da CDH. Afinal, o Programa Municipal de Habitação propunha a participação popular na escolha dos projetos, o que acrescentava aos profissionais da Companhia uma experiência inédita tanto no desenvolvimento dos projetos de edificação e urbanismo quanto no diálogo com a sociedade.

O Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) tinha que estimular a participação comunitária e, para isso, valia-se de cartazes elaborados pelo desenhista Nicolielo, o Nico, levados para os empreendimentos. Contando com a habilidade do funcionário Joaquim, foi criado um tipo de maleta de madeira que, aberta, funcionava como um cavalete onde os desenhos serviam de apoio para a exposição dos projetos pela equipe social em conjunto com arquitetos, que discutiam com a população beneficiária, tentando acatar as sugestões possíveis. O recurso tinha a vantagem de ser usado também em locais onde não havia energia elétrica para outras projeções. Também no DDS foi criada uma equipe de avaliação do Programa, responsável pelas análises realizadas em uma amostra dos convênios, que, junto com a equipe de cadastro, deu origem à Gerência de Pesquisa Social.

O PMH inaugurou um processo de cooperação inédita na execução de programas habitacionais, fortalecendo a atuação dos municípios e a cooperação dos próprios beneficiários no processo de construção. Nesse contexto, o Programa teve ainda o efeito de dinamizar a melhoria de áreas periféricas de municípios paulistas, pois, além dos empreendimentos habitacionais, o financiamento concedido pela CDH também contemplava obras de infraestrutura e a construção de centros comunitários, em alguns casos.

Por essas características, o PMH adequou-se especialmente às demandas dos municípios de pequeno porte e à produção de unidades destinadas às famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos. Até então, a população de baixa renda dessas cidades estava praticamente excluída do mercado formal de habitação e não havia programas públicos que viabilizassem o acesso à moradia a baixo custo.

Os projetos do PMH selecionados nesta publicação demonstram a escala e as tipologias produzidas, cujas casas foram ampliadas ao longo dos anos pelos próprios moradores, incorporando, em certa medida, a evolução urbana das cidades.

O PMH foi um programa emblemático de um período de novas perspectivas que se abriam para a CDH, no seu novo desenho institucional após a extinção da CODESPAULO. Entre 1984 e 1986, o Programa viveu seu auge: foram construídas cerca de 5 mil unidades em mais 90 municípios. Entretanto, as limitações financeiras do orçamento estadual e as dificuldades operacionais fizeram com que muitas dessas obras fossem finalizadas após 1988.

A Região Metropolitana de São Paulo e o Programa SH1

As décadas de 1970 e 1980 trouxeram para a cena política os movimentos sociais urbanos, revitalizados após o período mais duro do regime militar. Os enfrentamentos com as instituições do Estado embutiam simultaneamente a luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania e o atendimento às demandas concretas da população, buscando diminuir as carências sociais.

Foi nesse cenário que começaram a surgir e a ganhar força os movimentos por moradia nos grandes centros urbanos, que passaram a reivindicar ao Estado políticas e respostas imediatas diante do alto custo dos aluguéis e da falta de condições habitacionais mínimas que caracterizavam as longínquas periferias e os cortiços da área central do Município de São Paulo.

Alguns movimentos sociais e lideranças marcaram época nesse período, selando compromissos com o Governo do Estado para atendimento às famílias de sua base. Padre Ticão (Antônio Luís Marchioni), em Ermelino Matarazzo/Zona Leste, Benedito Roberto Barbosa (Dito), da União dos Movimentos de Moradia (UMM), e Rosalvo Salgueiro, do Movimento Terra de Deus Terra de Todos, tiveram grande importância no início das ações da CDH voltadas ao enorme passivo de problemas urbanos e habitacionais acumulados na Região Metropolitana de São Paulo.

Impulsionada pelas negociações entre o Governo do Estado e movimentos por moradia que tiveram início em 1986, a CDH iniciou um processo de aquisição de grandes glebas na Região Metropolitana, por meio de desapropriações viabilizadas por Decreto de Interesse Social (DIS), nas quais novos conjuntos seriam construídos para a chamada "demanda organizada" pelo sistema de mutirão. Esse estoque de terras compunha o Programa de Assentamento na Região Metropolitana, que se distinguia das ações do interior (PMH) pelo envolvimento direto dos movimentos por moradias nos processos de decisão e execução das obras; porém, sem o envolvimento das prefeituras.

É dessa fase a concepção dos empreendimentos "Águia de Haia", "A. E. Carvalho", "Fazenda Itaim", "Encosta Norte" e "Jardim Mabel", compromissados com as famílias do Movimento dos Sem

Terra da Zona Leste; "Jova Rural" (Movimentos Beira Rio, Terra Prometida e Despejados da Santa Casa, na Zona Norte); "Jardim São Bento" (Movimento Pró-Moradia do Jardim Macedônia e Vila Remo na Zona Sul); e "Chácara dos Italianos" e "Jardim Odete" (Movimento dos Sem Terra de Itaquaquecetuba).

O cadastramento das famílias, transcorrido entre setembro de 1986 e fevereiro de 1987, foi o primeiro passo para a concretização do compromisso de atendimento habitacional. Não havia um processo de seleção, era o próprio movimento de moradia que indicava a demanda conforme critérios gerais estabelecidos pela CDH (ter até 5 salários mínimos de renda familiar, não ser indivíduo só, não ter propriedade) e critérios próprios do movimento (tempo de militância, necessidade etc.). Nesse período, foram cadastradas cerca de 5 mil famílias.

As Invasões de Terras na Zona Leste

Em fevereiro de 1987, no início da gestão do governador Orestes Quércia, invasões em mais de 200 áreas periféricas, particulares e públicas, mobilizaram milhares de famílias. Tal ação resultou da situação de desemprego, baixos salários, despejos e alta dos aluguéis na capital, da organização de lideranças populares ligadas a partidos políticos e de organizações da Igreja Católica, em especial as Comunidades Eclesiais de Base.

Não eram as primeiras invasões. Em 1981, uma experiência de ocupação de terras havia levado a população a invadir uma área que, após negociações com o Governo do Estado, resultou na criação da "Vila 1º de Outubro", em Guaianazes. O Movimento Popular de Moradia se destacou nessa ocupação. Tais invasões sensibilizaram os poderes públicos e deram origem a loteamentos oficiais, que se tornaram vilas e depois bairros, como foram os casos da "Vila 1º de Outubro", "Vila Lourdes", "Lajeado", entre outros. Um dos principais líderes desse movimento era Elgito Alves Boaventura, que negociava com a Prefeitura a construção de empreendimentos em regime de mutirão na Zona Leste. O modelo passou a ser copiado e as invasões se espalharam.

Em Guaianazes surgiram os assentamentos populares "Barracão Preto", "Muro Quebrado", "Motel Casarão", "Inocoop", "Jardim Lourdes", "Camargo Velho", "Vila Eva", "Jardim Nazaré", "Vila Sakai" e "Chabilândia". As invasões prosseguiam na região, em bairros como Ermelino Matarazzo, São Miguel, Itaquera, Itaim Paulista, atingindo ainda os municípios vizinhos de Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba.

No bojo das invasões foram ocupadas áreas que compunham o estoque de terras do Programa de Assentamento na Região Metropolitana: "Jardim Mabel", "Encosta Norte", "Fazenda Itaim" e "Jardim São Carlos". Quanto aos terrenos privados invadidos, os proprietários entraram na Justiça pedindo reintegração de posse, e, em muitos casos, a atuação enérgica das polícias deixou os ânimos ainda mais exaltados. Em março de 1987, em um conflito entre policiais da Guarda Metropolitana e moradores do "Jardim Nazaré", o pedreiro Adão Manoel da Silva foi morto. O velório no Barracão Preto, em Guaianazes, teve grande repercussão na mídia, dando ainda mais visibilidade aos movimentos de moradia e à causa da habitação.

Essas invasões colocaram o governo como principal administrador dos conflitos. O cadastramento das famílias tornou-se um compromisso: em troca da desocupação pacífica das áreas invadidas, as famílias foram incluídas no cadastro da CDH. O cadastramento feito pela equipe social da CDH entre abril e junho de 1987 resultou em cerca de 20 mil famílias efetivamente identificadas.

As negociações ainda se desdobraram em um plano de remoção das famílias que estavam efetivamente morando nas áreas invadidas. As lideranças reivindicavam lotes urbanizados, financiamento de material de construção, infraestrutura mínima de água e luz, posto de saúde e escola. O governo, então, propôs a transferência para duas áreas distintas: a primeira em Ermelino Matarazzo, para as famílias que construíram barracos; a segunda em São Miguel Paulista, para as famílias que construíram em alvenaria. Em Ermelino Matarazzo, as famílias ficaram provisoriamente instaladas em barracas até poderem reerguer suas casas. Já em São Miguel Paulista, as famílias receberam da Defesa Civil a doação de 500 blocos e 5 sacas de cimento e 5 de cal. As remoções se estenderam até outubro de 1987.

Novas Pressões das Associações da Zona Leste

As invasões e seus desdobramentos não encerraram o enfrentamento dos movimentos sociais com o governo. Concomitantemente aos acontecimentos, sob pressão de outros movimentos e associações predominantemente da Zona Leste, a CDH negociou o cadastramento de famílias não invasoras, que transcorreu entre maio e novembro de 1987 e envolveu outras 29 mil famílias.

Para atender a essa demanda de grande espectro político e regional, a CDH desenvolveu o programa SH1, absorvendo o inicialmente designado Programa de Assentamento na Região Metropolitana. Para a gestão desse cadastro, a CDH criou o Conselho de Habitação Popular, com o objetivo de incluir a participação das lideranças dos movimentos organizados nas decisões sobre a destinação dos empreendimentos previstos (dissolvido com a mudança de secretários). Pela CDH, participava ativamente das negociações a Diretoria de Desenvolvimento Social. Somam-se ao Programa

SH1 os atendimentos que foram feitos sob outra esfera de ação da CDH, iniciada também nesse período: a urbanização de favelas.

Programa Melhoria de Favelas

Também abrigado no Programa SH1, o Programa Melhoria de Favelas surgiu nesse período, na região do ABC Paulista (municípios de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá), e motivou uma equipe da CDH a desenvolver uma metodologia de projeto e trabalho social que consagrou a ação futura da Companhia nesse tipo de intervenção.

O Programa teve origem a partir de uma reivindicação da União de Favelas da Zona Leste (UFZL), quando começou a se esboçar um novo tipo de intervenção habitacional – a melhoria das condições urbanas das favelas, combinada com a remoção de famílias cujos domicílios se encontravam em áreas de risco ou em áreas previstas para melhorias. Os moradores identificados para remoção seriam atendidos no conjunto habitacional "Jardim São Carlos", construído por meio de mutirão e com tipologias diferenciadas conforme o tamanho da família.

Durante as invasões da Zona Leste, o terreno destinado ao empreendimento Jardim São Carlos foi ocupado por famílias que tinham como porta-voz o Movimento Unificado de Reurbanização de Favelas (MURF), que passou a compor o Conselho de Habitação Popular, criado pela SH, junto com a UFZL.

Diante da gravidade do problema habitacional na Região Metropolitana de São Paulo, o Governo do Estado resolveu suspender o sistema de mutirão, propondo em seu lugar a contratação de empreiteiras para agilizar a construção. O projeto do Jardim São Carlos foi reformulado, prevendo a construção de 1.413 casas por empreitada e sem diferenciação de tipologia.

Após muitas negociações, definiu-se que o conjunto seria destinado a moradores indicados pela UFZL, com uma cota reservada para as famílias do MURF que resistiram à desocupação da área. O desafio representado por esse projeto para a área social foi enorme. Envolveu a identificação de domicílios e famílias (arrolamento) como subsídio para a consecução de objetivos complexos, como a preparação da comunidade para receber a ação pública, a obtenção da adesão a critérios técnicos e a colaboração na manutenção das áreas liberadas para a execução das obras de melhorias. O trabalho articulou lideranças formais e informais das diferentes favelas e a própria comunidade. A entrega do conjunto habitacional efetivou-se em etapas, ao longo de 1989.

O Programa SH1 marcou um período de grande tensão entre governo e movimentos sociais, que exigiu a institucionalização de mecanismos de negociação e mudanças radicais na forma de execução dos conjuntos habitacionais, buscando agilidade e ampliação do estoque de terras. O período caracterizou-se pela construção de conjuntos habitacionais em terras desapropriadas (67% das UHs); por projetos de apartamentos de 1, 2 e 3 dormitórios com área construída entre 34 m^2 e 51 m^2; e por concentrar-se em conjuntos de grande porte (mais de 500 unidades). Foram construídas quase 10 mil unidades, num total de 19 empreendimentos.

Com cerca de 50 mil famílias cadastradas no total, considerando todas as diferentes demandas, o SH1 deixou um saldo considerável de famílias não atendidas. Esse grupo recebeu um protocolo de confirmação do cadastramento que alimentava a perspectiva de atendimento. Foi preciso organizar nas dependências da CDH uma área de atendimento às famílias com o objetivo de prestar esclarecimentos e atualizar os dados. Em 1998, houve a oportunidade de recolocar, para esse grupo, alternativas de atendimento. Isso se deu com a abertura de amplas inscrições na capital e o envio de correspondência aos antigos cadastrados convocando-os para o evento de inscrições. O não comparecimento significava exclusão definitiva. Os que confirmaram a inscrição puderam participar do sorteio de unidades.

Urbanização de Favelas no ABC Paulista

Nos anos 1980, os assentamentos precários da região do ABC Paulista, em especial os localizados nos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André, estavam entre os maiores e mais vulneráveis do país. Dos 600 mil habitantes que São Bernardo do Campo possuía na época, cerca de 130 mil viviam em favelas, em moradias que ocupavam áreas de risco, sem serviços de água, energia elétrica e esgotamento sanitário[13].

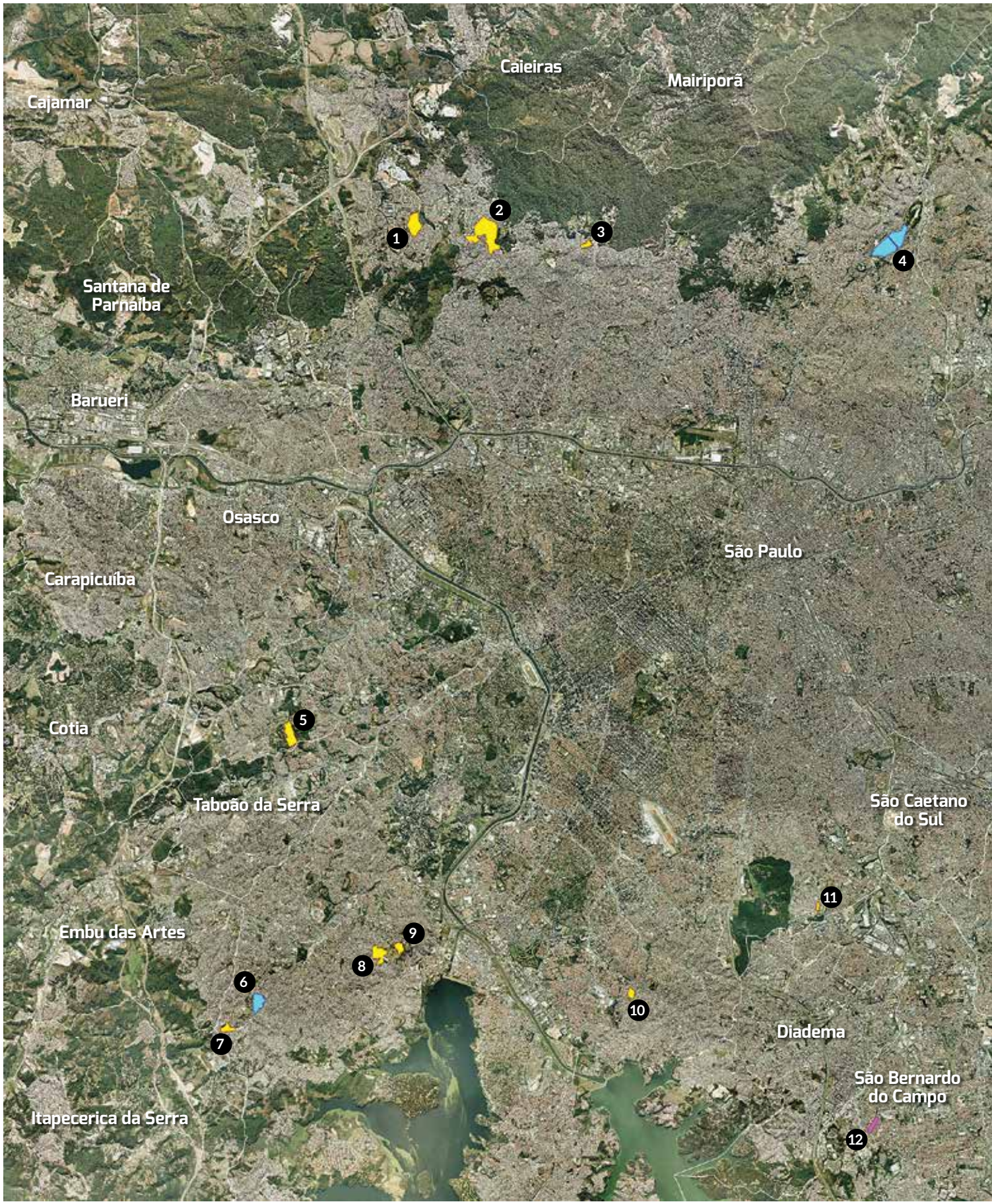
Para buscar soluções para essa situação, a CDH, por meio de uma equipe multidisciplinar formada por arquitetos, engenheiros, advogados, sociólogos, economistas, entre outros profissionais, iniciou um trabalho de mediação entre as famílias, os movimentos organizados, os proprietários das terras ocupadas irregularmente, o governo e as entidades envolvidas, que culminou em negociações inéditas e em projetos de intervenção urbana que possibilitaram as primeiras urbanizações de favelas da região.

O trabalho realizado por essa equipe teve grande destaque e repercussão na imprensa especializada, nos anos 1980. O artigo de Vicente Dianezi Filho, publicado na edição 91 da Revista Projeto, relatava o processo de atuação da equipe da CDH, que, na época, era coordenada pelo arquiteto José Fábio Calazans.

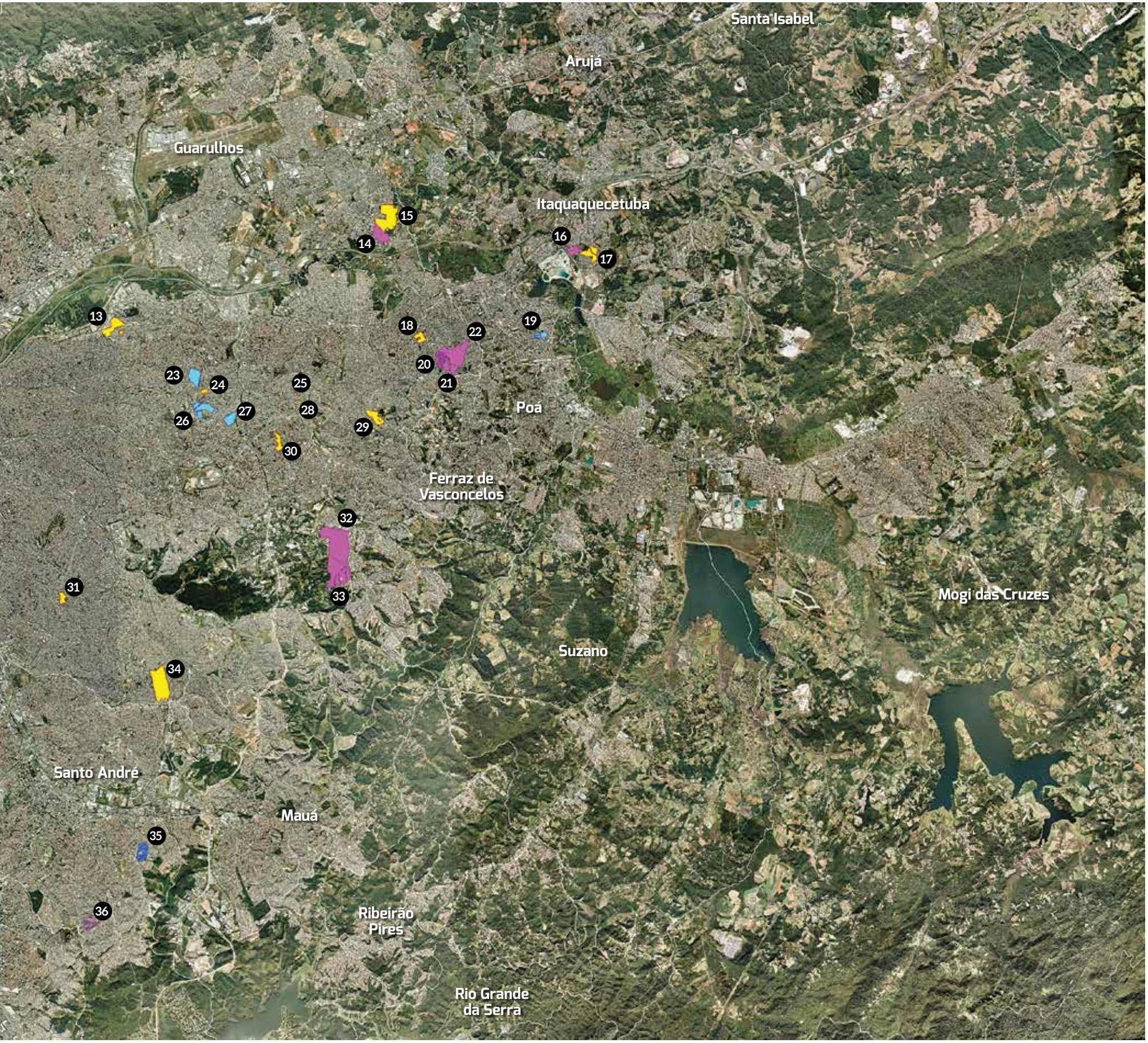
Conforme relatava o artigo, um dos pontos fundamentais da mediação da CDH nas negociações entre as famílias e o proprietário

Terrenos decretados

1. SP **Jaraguá A**
2. SP **Brasilândia B**
3. SP **Brasilândia A**
4. SP **Tucuruvi B**
5. SP **Butantã D**
6. SP **Campo Limpo B**
7. SP **Santo Amaro A**
8. SP **Campo Limpo A**
9. SP **Campo Limpo C**
10. SP **Santo Amaro B**
11. SP **Saúde A**
12. **São Bernardo do Campo F**
13. SP **Cangaíba A**
14. **Guarulhos C (Sul)**
15. **Guarulhos C (Norte)**
16. **Itaquaquecetuba B**
17. **Itaquaquecetuba E**
18. SP **São Miguel Paulista H**
19. **Itaquaquecetuba D**
20. SP **São Miguel Paulista C**
21. SP **São Miguel Paulista D**
22. SP **São Miguel Paulista E**
23. SP **São Miguel Paulista F**
24. SP **São Miguel Paulista G**
25. SP **São Miguel Paulista L**
26. SP **São Miguel Paulista A**
27. SP **Itaquera A**
28. SP **São Miguel Paulista I**
29. SP **Guaianazes C**
30. SP **Itaquera C**
31. SP **Vila Prudente B**
32. SP **Guaianazes A**
33. SP **Guaianazes B**
34. SP **Itaquera B**
35. **Santo André B**
36. **Santo André C**



1986
1987
1988


Santa Isabel
Arujá
Guarulhos
Itaquaquecetuba
Poá
Ferraz de Vasconcelos
Mogi das Cruzes
Suzano
Santo André
Mauá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36

particular das terras ocupadas por elas irregularmente foi a proposição dos moradores em comprar o terreno invadido. Reunidos por uma associação formalmente constituída em pessoa jurídica, os moradores compraram inicialmente um terreno de 8 mil m², negociado por 500 mil cruzados (na época, os valores de mercado apontavam que o terreno valia 1 milhão de cruzados).

O processo de compra e venda do terreno foi intermediado pela CDH. Os moradores pagaram inicialmente 100 mil cruzados e, assim, tiveram a escritura passada para o nome da associação. O restante seria pago em prestações. Ainda de acordo com as informações apresentadas no artigo, o proprietário, por sua vez, passou a escritura contra hipoteca a favor do estado, uma exigência do próprio estado, que garantiria o pagamento das prestações dos eventuais inadimplentes. As prestações restantes seriam pagas pelas famílias nos quatro anos seguintes[14].

Com a questão da posse da terra resolvida, o projeto de construção do empreendimento foi financiado pela CDH e a infraestrutura de serviços urbanos, realizada pelo município.

Um mapa publicado no artigo da Revista Projeto apresentava os setores de assentamentos precários dessa grande área de São Bernardo do Campo, com o número de famílias que a ocupava Setor Ferrazópolis e Silvina, 4 mil famílias; Setor do Baeta Neves e Parque São Bernardo, 4 mil famílias; Sítio dos Pires, 2 mil famílias; Favela da Mercedes, 130 famílias; Setor do Alves Dias, 3 mil famílias. Tais negociações fundiárias não lograram sucesso à época, mas abriram uma possibilidade na forma de pensar sobre as soluções para a habitação de interesse social.

O projeto da Favela das Mercedes, também conhecida como Transmissão Mercedes, foi um dos executados pela CDH na época e que está apresentado neste livro. As famílias estavam sob ameaça de despejo e, após a negociação de compra do terreno, a equipe técnica da CDH deu continuidade às ações com a comunidade, discutindo o projeto de intervenção com os próprios moradores.

Esse era um dos núcleos mais adensados de toda a área. Portanto, o desafio da equipe era encontrar um projeto que estivesse de acordo com a identidade cultural das famílias sem perder a capacidade de reassentamento de todas elas. Os moradores, por sua vez, reivindicavam projetos de edificação em que a porta da residência estivesse no nível da rua e que possuíssem quintais grandes.

A solução encontrada e acordada com a população foi a de construir pequenos edifícios, mantendo as características e redes de apoio entre os moradores, o que incluía a construção de áreas de lazer para o convívio conjunto da vizinhança, como quadra esportiva e *playground*.

Essa e as demais experiências de urbanização de favelas realizadas na região do ABC Paulista deixaram um importante legado metodológico para a Companhia, cujo princípio tem se pautado no reconhecimento das famílias e suas relações de identidade com o território que ocupam.

Hoje, as intervenções em assentamentos precários são estruturadas a partir de um trabalho conjunto das equipes de projeto e de trabalho social. A Superintendência de Ações e Recuperação Urbana, coordenada por membros da equipe que atuaram nas intervenções no ABC Paulista, vem aprimorando as abordagens em inúmeros projetos da Companhia, cujos resultados exitosos podem ser vistos nos capítulos seguintes deste livro[15].

As Ações da Secretaria da Habitação

Entre os anos 1983 e 1986 a Secretaria Executiva da Habitação, além de conduzir a política de atendimento social feito pela CDH em seus programas, investiu em linhas de pesquisa e projetos piloto que visavam buscar soluções para as demandas de moradia na metrópole.

Cubatão: Vila Socó e Pinhal do Miranda

Em fevereiro de 1984, um vazamento de combustível nos oleodutos da Petrobras deu origem a um incêndio de grandes proporções que atingiu o bairro de Vila Socó, em Cubatão. O vazamento de aproximadamente 700 mil litros de gasolina atingiu as águas paradas do mangue, correndo para baixo das palafitas que sustentavam as moradias precárias de cerca de 6 mil pessoas. Como as casas eram de madeira, após a primeira faísca o fogo se alastrou rapidamente. O resultado foi uma das maiores tragédias já ocorridas no país, com a morte de dezenas de pessoas.

Para reconstruir a área e melhorar as condições de vida da população, foi proibida a construção de barracos sobre a faixa de segurança dos oleodutos da Petrobras, iniciando-se o aterramento doa manguezais degradados pela ocupação e pelo fogo. Foi, então, celebrado um convênio para a reconstrução da área, com participação da Prefeitura de Cubatão, da Petrobras, da CDH e do Ministério do Desenvolvimento Urbano.

A CDH, em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), iniciou a construção de 400 casas para os moradores desabrigados. Construiu-se uma fábrica de blocos no próprio canteiro de obras, e a população colaborava nas etapas de construção. Até o final de janeiro de 1987, praticamente todas as 400 casas haviam sido entregues e hoje um bairro revitalizado está integrado à mancha urbana de Cubatão.



Desfavelamento tem novas propostas e quebra de tabu

Texto
Vicente Dianezi Filho

Ao lado da cidade de São Paulo, São Bernardo do Campo apresenta uma das maiores concentrações de favelados do Brasil. Dos seiscentos mil habitantes do município, estima-se que aproximadamente 130 mil vivem em moradias precárias, mal edificadas em ribanceiras, ocupando áreas oficiais e particulares e sem serviços de água, esgotos ou iluminação. São mais de cem núcleos de favelados, alguns deles maiores que muitos bairros da cidade.



Depois de se debruçar ao longo dos últimos dois anos sobre essa realidade, uma equipe multidisciplinar chefiada pelo arquiteto José Fábio Calazans, além de desenvolver uma série de propostas novas para o desfavelamento, começa a executar as obras de 230 moradias, quebrando um velho tabu - o de que os favelados pretendem ocupar eternamente as áreas em que estão ou que desejam morar em terras oficiais ou desapropriadas pelo governo e cedidas em regime de comodato. Pelo menos em São Bernardo, eles estão se dispondo a comprar as terras que ocupam e alguns grupos já desembolsaram altas quantias para concretizar esse objetivo.

Essa faceta dos favelados - gente que migrou das mais diferentes regiões do país, seja do Nordeste ou do Paraná - foi descoberta quase casualmente pela equipe de Calazans, que é integrada por arquitetos, sociólogos, economistas e advogados. Atuando através da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH), uma empresa ligada à Secretaria Estadual de Habitação de São Paulo, os técnicos viram-se, há cerca de um ano, às voltas com uma ação de despejo que seria executada na região contra um núcleo de cem famílias faveladas. O Estado devia ceder o policiamento para a execução da sentença, o que nunca interessa aos políticos num ano eleitoral. Mas, assessorados pela equipe e na busca de uma saída para o problema, os favelados atingidos aceitaram propor ao proprietário a compra da área. O preço então foi acertado e o negócio fechado.

A posse da terra

Esse foi um dos passos mais importantes do projeto de desfavelamento e urbanização. O maior problema sempre fora a posse da terra, já que a construção da moradia o Estado financia. Havia até então a oferta de cessão em comodato, feita por políticos. Por outro lado, setores da Igreja defendiam a idéia de que a terra é um bem natural e, portanto, não pode ser negociada. Nenhuma delas sensibilizava os favelados. Mesmo a proposta de compra, já aventada anteriormente pela equipe e por lideranças dos favelados, encontrava barreiras de natureza política para ser efetivada, embora se soubesse que eles querem ser proprietários e se desfazer do imóvel que possuem quando bem entenderem.

Resolvido o problema da posse da terra, o desenvolvimento do projeto encontrou sinal verde pela frente, calcado num esquema em que o Estado garante o proprietário da terra na negociação e financia a construção das moradias, e a prefeitura se responsabiliza pelos serviços de urbanização. Não foi difícil chegar a bom termo na negociação, fato que tem motivado outros núcleos de favelados a adotarem a idéia. "Conseguimos fazer uma intermediação sem prejudicar nenhuma das partes", afirma Calazans.

A questão foi resolvida a começar pela avaliação dos 8 000 m² que eram ocupados pelas cem famílias. A preços de mercado, supondo que a favela não existisse, o valor da terra seria de um milhão de cruzados. Mas a deterioração do terreno, justamente pela presença da favela, depreciava o valor, motivo pelo qual o proprietário concordou em negociá-lo por quinhentos mil cruzados.

Atualmente, com cem mil cruzados de prestações pagas, os favelados já têm a escritura passada em nome de sua associação, pessoa jurídica criada como condição para a realização do negócio.

O proprietário, por sua vez, passou a escritura contra hipoteca a favor do Estado, uma exigência do próprio Estado, que agora garante o pagamento das prestações dos eventuais inadimplentes. Com prestações mensais correspondentes a 10% ou 20% do salário mínimo, de acordo com a renda familiar, os favelados deverão quitar a terra nos próximos quatro anos.

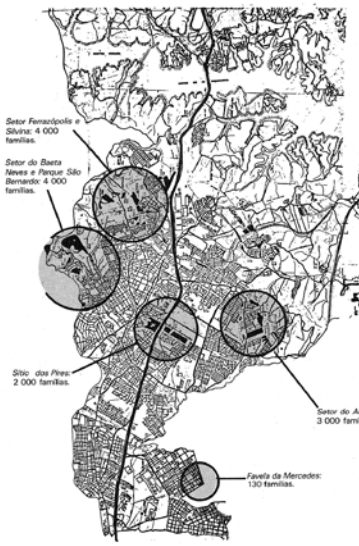
Novos projetos

Não demorou o surgimento de um novo negócio, numa área de 7 000 m², onde outras 130 famílias viviam sob ameaça de despejo. A situação nesse local também está bem avançada, tanto que as duas já contam com os projetos de futuros conjuntos habitacionais em análise na prefeitura da cidade.

Discutidos com os próprios favelados, os projetos guardam forte identidade com a cultura lá existente. Em cada um deles, é prevista a construção de praça, centro comunitário e quadra de futebol de salão, além de se reservarem áreas para a instalação de botequins. As moradias serão construídas com base na concepção dos prédios horizontais idealizada pelo arquiteto Carlos Millán, já falecido, cujas propostas a equipe decidiu resgatar. Na verdade, construções verticalizadas foram recusadas pelos favelados, que colocam como condição ter a porta de casa no nível da rua.

"Moradia e terra não podem ser pensadas separadamente", afirma Calazans. No caso das favelas, essa máxima torna-se quase uma obrigação, tendo em vista o adensamento das moradias. Numa das áreas, por exemplo, não era possível pensar em loteamento, pois cada família ficaria proprietária de apenas 40 m², obviamente insuficientes para a edificação de qualquer habitação. A concepção do prédio horizontal caiu, assim, como uma luva, mesmo porque ajuda a preservar outro traço cultural dos favelados - o da intensa convivência entre os moradores. "Trata-se de uma solução compatível", diz Calazans, já que nunca se resolverá o problema com lotes de 200 m², o que significaria esparramar ainda mais a cidade.

Assim, as casas-apartamentos, como Calazans prefere conceituar, terão dois quartos, sala, cozinha e banheiro, edificados em dois ou três pavimentos, de acordo com a extensão e as condições topográficas das áreas. Sua construção será contratada junto a empreiteiros, devendo se enquadrar num orçamento de trinta mil cruzados por unidade já definido pelo governo para o financiamento. Os projetos de núcleos diferentes deverão se ajustar a esses recursos, o que levou a equipe a buscar outras soluções econômicas como a compra de materiais no comércio atacadista ou na fábrica, acreditando na regra da economia de que quanto maior a quantidade mais baixo será o seu custo.



Num dos núcleos, as casas projetadas terão 84 m² de área útil. No outro, elas chegarão a 90 m². De qualquer forma foi decidido, com a anuência dos futuros proprietários, que elas serão entregues apenas com a estrutura básica: paredes sem revestimento, pisos cimentados e partes elétrica e hidráulica fundamentais. Ou seja, todos os gastos com equipamentos da moradia ficarão por conta dos moradores, que vão transferir de suas atuais habitações pias, caixas-d'água e janelas, por exemplo. Nesse ponto, os técnicos aproveitaram a criatividade e, dentro espírito de manutenção da identidade cultural, decidiram reservar espaço nas fachadas das casas, num dos conjuntos que nascerão, para a colocação das portas que os favelados têm em seus barracos.

Ainda não há prazos estabelecidos para o término das obras. Mas os favelados começarão a pagar as prestações do financiamento no início da construção, ao contrário do que tem sido praticado até hoje pelas companhias habitacionais, que primeiro constroem e depois fazem a venda financiada. De resto, o financiamento será igual e os favelados poderão fazer planos de pagamento de até 25 anos, sobre os quais recairão juros subsidiados.

Outros planos da equipe

Os planos da equipe de Calazans não ficam por aí. Os técnicos estão intermediando as negociações para compra de terras em outros oito núcleos de favelados, alguns dos quais com solução praticamente já definida. Cada caso é um caso diferente. Às margens da via Anchieta, por exemplo, há um núcleo com duas mil famílias em uma extensa área que pertence ao governo federal. A questão da terra lá está sendo negociada a preços simbólicos, já que a favela se desenvolveu nos últimos trinta anos a partir das casas de madeira edificadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem na época da construção da rodovia. Por outro lado, os favelados que ocupam terras do poder municipal, detentor de 50% das áreas desocupadas da cidade, encontram outro tipo de problema. O atual prefeito Aron Galante discorda da venda das áreas e se dispõe apenas à sua cessão em comodato.

Problemas à parte, a equipe de Calazans trata com muito carinho o desenvolvimento de um outro projeto, que motivou o início da intervenção do governo estadual na região. Trata-se de um local onde 2 300 barracos se distribuem em nove núcleos diferentes, mas muito próximos uns dos outros. Apenas uma das áreas pertence ao poder público. As outras já estão sendo negociadas com os respectivos proprietários e os técnicos pretendem urbanizá-las, integrando-as ao bairro, onde já existem centenas de casas de alvenaria.

O primeiro passo para a execução desse projeto já foi tomado. Em meados de junho, o governo comprou, por intermédio da CDH, uma área de 60 000 m², cujos limites atingem vários dos conjuntos de favelados. Nesse terreno serão construídas quatrocentas moradias, para as quais serão transferidas algumas famílias de cada núcleo.

"O problema na região é o elevado nível de adensamento", afirma Calazans, para explicar que sem a agregação de uma área desocupada dificilmente se desenvolveria um projeto de urbanização. Embora o Estado tenha comprado a área, ela será paga pelos favelados com a agregação de seu valor ao das negociações que eles vêm desenvolvendo com os proprietários das terras que ocupam. Além de 2 300 moradias, um verdadeiro bairro, nascerá na região um imenso parque. Tanto que os habitantes do bairro, que sempre repudiaram as favelas por depreciarem o valor de seus imóveis, são hoje os maiores aliados dos favelados. Afinal, por causa deles, pelo menos esse bairro de São Bernardo poderá ser urbanizado contando com equipamentos de lazer.

Equipe técnica

Coordenação: arquiteto José Fábio Calazans; assistência de coordenação: socióloga Flávia A. de Castro; assessoria jurídica: doutores Joel F. Vasconcelos e Júlio Adri; assessoria econômica: economista Sandra P. Mendonça; gerência de projeto: arquiteta Vânia M. Ribeiro.

Equipes por projeto

Setor Alves Dias
Arquitetos: Cláudio Manetti e Rosana Miranda; assistente social: Maria Lúcia Barroco; estagiário de sociologia: Antoniélio Simões
Setor Ferrazópolis/Silvina
Arquitetos: Viviane Frost e Ana Beatriz G. de Faria; historiador: Benauro de Oliveira; sociólogo: Nelson Zein Filho.
Setor Sítio dos Pires
Arquitetos: Cláudio Manetti; estagiária de arquitetura: Janine Nemeh; historiador: Benauro de Oliveira.
Setor do Baeta Neves e Parque São Bernardo
Arquitetos: Vânia M. Ribeiro, Paulo Milanês e Pedro Mendes da Rocha; socióloga: Sílvia Ingrid Lang; estagiária de sociologia: Lília.
Favela Mercedes
Arquitetos: Viviane Frost e Cláudio Manetti; sociólogo: Nelson Zein Filho; apoio: projetista Eduardo Viviani.

Observação - O projeto de São Bernardo e Santo André está sob a supervisão dos arquitetos Altamir Tedeschi e Adhemar Bolanho, respectivamente representantes do presidente da CDH, Pedro Paulo Branco, e do secretário da Habitação, José Carlos Seixas.

Paralelamente, foram realizadas obras de drenagem e pavimentação das ruas principais no novo bairro. No lugar da favela surge a Vila São José, urbanizada, com 1.253 casas e mais de 4 mil habitantes, com arruamento, drenagem, escola e posto de saúde. Para a população era um recomeço, uma vida em melhores condições após a tragédia.

A dimensão dos trabalhos para a Vila Socó fez com o que a CDH criasse o Grupo Executivo para a Área de Cubatão (GEAC), em parceria com a Defesa Civil, com a função de articular as políticas e os programas públicos para o bairro, estendendo as ações para áreas próximas, como os assentamentos conhecidos como "Bairros-Cota" que surgiram na década de 1940, durante a construção da Rodovia Anchieta.

Os primeiros resultados dos estudos do IPT realizados nessa época indicavam que grande parte dos domicílios estava instalada em áreas de risco. Era preciso eliminar os problemas e assegurar condições ideais de vida para a população, com a execução de obras de infraestrutura e consolidação geotécnica dos terrenos. Os bairros Cota 200 e Pinhal do Miranda estavam entre os mais antigos e populosos da região e, por isso, tinham prioridade no atendimento de suas famílias.

Em 1986, o bairro Pinhal do Miranda abrigava 4.316 habitantes e o bairro Cota 200 tinha 3.117 moradores. De início, o GEAC avaliou a possibilidade de remoção das famílias, pois, além do risco de deslizamentos, elas estavam diariamente expostas aos acidentes nas rodovias, e a falta de saneamento contribuía para a poluição do Rio Cubatão, local de captação de água da SABESP. Adicionalmente, havia a questão ambiental, pois os bairros-cota estavam localizados no Parque Estadual da Serra do Mar, que fora criado em 1977 para ampliar os esforços de preservação da Mata Atlântica.

Projetos Especiais

Com o objetivo de descentralizar atividades do território metropolitano, a Secretaria de Habitação formulou o projeto Polos Habitacionais, cuja concepção era a estruturação de novas áreas urbanas complexas, em localizações estratégicas dos eixos de transportes da metrópole, para criação de novas cidades inspiradas no modelo das Villes Nouvelles da França. Essa iniciativa levou à formulação de estudos pilotos para seis polos (70 mil unidades habitacionais) nos municípios de Franco da Rocha, Sumaré, São José dos Campos, Itapevi, Jacareí e Mairinque.

Um deles foi desenhado para a "Fazenda Juquery". Outro propunha a ocupação planejada do entroncamento de estações de trens e sistema viário na região do Parque Ecológico do Tietê, com um projeto de usos múltiplos e habitação para várias faixas de renda.

Quase dez anos depois foi realizado, nessa mesma região, o Projeto de Urbanização da "União de Vila Nova" na Zona Leste, além da construção de conjuntos habitacionais na região ao longo do Parque Ecológico do Tietê.

Com a reorganização administrativa realizada no estado em 1987, algumas secretarias foram extintas e outras renomeadas, aglutinando na mesma estrutura uma série de serviços. Esse foi o caso da Secretaria de Negócios Metropolitanos, que, por meio do Decreto nº 26.796, de 1987, passou a ser denominada Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Subordinada a essa nova secretaria, a CDH teve suas ações redirecionadas por esse Decreto, com o objetivo de melhorar a atuação na área de habitação, com recursos do Tesouro Estadual, consignados em dotação orçamentária. A nova legislação ainda desativou o Departamento de Obras Públicas (DOP), e algumas de suas ações passaram a ser atribuição da CDH, a exemplo dos chamados Projetos Especiais.

Nessa época, a atuação da CDH expandiu-se para além dos empreendimentos habitacionais, passando a desenvolver projetos e a conduzir programas em diferentes áreas. Um deles foi o Programa Metropolitano de Saúde (PMS), desenvolvido a partir de um convênio entre a Secretaria Estadual de Saúde e a CDH. O PMS foi um importante programa do Governo do Estado, executado em caráter de emergência, por meio de uma parceria com o Banco Mundial, com o intuito de atender à grande demanda por serviços de saúde que o estado enfrentava no período, sobretudo na RMSP.

Entre os serviços de saúde que deveriam ser prestados à população destacavam-se prioritariamente: acompanhamento de mulheres grávidas, controle do estado nutricional de crianças, partos, vacinações, vigilância epidemiológica de doenças crônicas (tuberculose, hipertensão arterial, câncer de colo uterino), tratamento de ferimentos, diagnóstico e cuidados com doenças frequentes (diarreias, infecções respiratórias, cáries dentárias), cirurgias simples e reabilitação de convalescentes.

Para a implantação do Programa, cinco áreas foram consideradas prioritárias na Grande São Paulo: Itaquera-Guaianazes, Freguesia do Ó, Caieiras, Cotia e Mauá. Além delas, mais nove bairros da capital seriam beneficiados. As obras previstas no projeto abrangiam a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e de cinco hospitais. Entre eles o Hospital Geral de São Mateus, cujo projeto está entre os apresentados nesse período, assim como os de algumas UBSs que também foram construídas no âmbito deste Programa.

Os investimentos da época para a realização deste Programa foram divididos da seguinte forma: US$ 55 milhões de responsabilidade do Banco Mundial em financiamento ao Governo do Estado; US$ 39,6 milhões de contribuição do próprio governo estadual;

e US$ 26,5 milhões da Prefeitura de São Paulo. Vale destacar que os estudos preliminares que permitiram a solicitação da verba de financiamento ao Banco Mundial foram elaborados pelo corpo técnico da CDH.

Com a aprovação do financiamento, instalou-se uma equipe de profissionais contratados na Companhia para desenvolver os projetos e acompanhar as obras. Os projetos do PMS foram concebidos como obras hospitalares de baixo custo, com funcionalidade e materiais de boa qualidade. Ao todo, a CDH construiu 86 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) distribuídas pela Grande São Paulo e dois Hospitais Gerais.

Além dos projetos realizados no âmbito do PMS, a CDH elaborou outros projetos especiais no estado, como os estudos para a realização da Via Perimetral Metropolitana (VPM), primeira proposta do Rodoanel Metropolitano. Abaixo estão alguns dos principais projetos executados pela CDH em parceria com outras secretarias de Estado nesse período:

1. Projetos e obras do Cine Copan – Secretaria de Estado da Cultura.
2. Projeto e Obra para a Sede da SUCEN (Superintendência de Controle de Endemias) – Secretaria de Estado da Cultura.
3. Projeto e Obra CETREN (Central de Triagem e Encaminhamentos) – Secretaria de Estado da Promoção Social.
4. Projeto e Obra das Oficinas Culturais – Secretaria de Estado da Cultura
5. Projeto e Obra para Instalação de Alojamento de Esportistas – Secretaria de Estado de Esporte e Turismo
6. Projeto e Obra para Recuperação do Arquivo Geral do Estado – Secretaria de Estado da Cultura
7. Projeto e Obra do Edifício-Sede da Secretaria de Estado da Cultura – Secretaria de Estado da Cultura
8. Projeto e Obra do Presídio Regional de Sorocaba – Secretaria de Estado da Justiça
9. Projeto e Obras de Chaminé da Antiga Usina Elétrica de São Paulo – Secretaria de Estado da Cultura
10. Projeto e Obra para Instalação do DIEESE e PAICAL – Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento
11. Projetos e Obras de alojamento no auditório Cláudio Santoro, em Campos do Jordão – Secretaria de Estado da Cultura
12. Projeto e Obra do Fórum de Bragança Paulista – Secretaria de Estado da Justiça
13. Projeto e Obra do Presídio Regional de Mongaguá – Secretaria de Estado da Justiça
14. Projeto para Instalação do PROCON – Secretaria de Estado do Planejamento.

Outra importante ação de fomento à construção habitacional em larga escala foi a implantação do Projeto Piloto de Tecnologias Alternativas em 11 protótipos de cidades do interior.

Por fim, a Secretaria da Habitação e a CDH promoveram inúmeras reflexões, textos e relatórios técnicos sobre alternativas para produção e gestão de moradias populares, a exemplo de estudos sobre a questão de locação social, subsídios às famílias de baixa renda, participação popular e mutirão, além do Plano Diretor Regional de Samaritá no Município de São Vicente, entre outros.

O Agravamento da Crise Financeira em Âmbito Federal

Com a crise econômica e a inflação descontrolada no início da década de 1980, o governo federal optou por operar indiretamente, ou seja, repassar recursos para as companhias habitacionais locais. Assim, o BNH limitava-se apenas a definir as normas reguladoras das operações de repasse para a produção, o financiamento ao mutuário e o retorno dos créditos.

A recessão impactou também as fontes de recursos federais, tanto no que se refere à queda da arrecadação do FGTS – com um grande volume de saques – quanto à inadimplência, decorrente, entre outros fatores, da queda do poder aquisitivo do brasileiro. Nesse quadro, havia ainda a necessidade de concessão de subsídios aos mutuários, inclusive para aqueles com renda mais alta, o que descapitalizava ainda mais o modelo federal.

Os mecanismos adotados para superar esse desequilíbrio em período de alta inflação, com os subsídios para as prestações e o Plano de Equivalência Salarial, que garantiam reajustes proporcionais aos salários, mostraram-se insuficientes. Em 1983, os financiamentos do BNH eram distribuídos para programas de habitação e investimentos em programas de saneamento básico e desenvolvimento urbano. Entre 1979 e 1983, apenas 22% do financiamento do BNH era para habitação de baixa renda.

Uma última reforma monetária, em fevereiro de 1986, teve efeito contrário ao desejado. O governo federal enfrentava um alto déficit financeiro e optou por uma reestruturação completa do SFH, tendo como base a extinção do BNH, (Decreto-Lei nº 2.291, de 21/11/1986). A Caixa Econômica Federal (CEF) absorveu as antigas funções de financiamento e repasse dos recursos, e se tornou o agente operador do FGTS. Já o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), responsável direto pelo financiamento de habitações para mutuários de maiores rendas, ficou sob a administração do Banco Central. A CEF reduziu o montante de investimentos para habitação de interesse social e desfez a política nacional de habitação coordenada pelo governo federal.

Para os estados e municípios, a solução para essa crise significou uma notória e preocupante carência de recursos. As companhias habitacionais em todo o país perderam sua principal fonte dos re-

cursos e a construção civil, juntamente com outros setores, passou a pressionar os governos estaduais e o próprio governo federal para a estruturação de uma nova política habitacional.

Para tentar ampliar a captação de recursos e implantar a Política Habitacional do Estado, o governo encaminhou um projeto de lei à Assembleia Legislativa, autorizando o restabelecimento da Loteria Estadual de São Paulo, cuja aprovação se deu em 24 de junho de 1986, por meio da Lei no 5.256/86. Era mais uma fonte de renda para os programas da Companhia, que lidava com a escassez de recursos do SFH/BNH, sobretudo após a proibição do Banco Central de que as instituições financeiras oficiais deixassem de fazer empréstimos para empresas públicas de economia mista.

Estavam em planejamento, nesse momento, outras formas de captação de recursos, que viriam, no período subsequente, consagrar os rumos da CDH numa outra escala de produção.



NOTÍCIAS DE CASA

Informativo da Secretaria de Habitação e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional

PORTE PAGO ECF – DR/SP ISR-40.0757/87

IMPRESSO

DR/SP ISR-40.0758/87

Secretários de Habitação pedem a Prisco "pacote" mais amplo

Eles se encontraram com Prisco Viana do MHU. Entregaram a "Carta de Goiânia", apoiaram o "pacote" da habitação e pediram medidas que favoreçam mais a classe pobre (páginas 6 e 7).

Mais agilidade para o SH-2

O Programa Habitacional do Interior — SH-2 — deverá ter pelo menos 20 mil casas em condição de serem construídas a partir de maio. Para cumprir essa meta, a CDH investiu em recursos humanos criando o Grupo de Trabalho do Interior, onde os prefeitos e seus técnicos recebem toda a orientação e informações sobre as normas e procedimentos do SH-2 e entregam os documentos necessários para aprovação dos projetos e liberação dos recursos.

Essa estrutura — são pouco mais de 20 pessoas — se fez necessária para agilizar o maior programa habitacional já lançado no Estado. Ele pretende construir 72 mil novas unidades habitacionais em 340 municípios do Interior (páginas 4 e 5).

Tecnologia Alternativa

Nesta edição casas de madeira e kit's (página 11)

Iniciativa privada

Júlio Capobianco, presidente do Sinduscon conta em entrevista como a Fiesp pretende implantar no Interior de São Paulo o projeto Cem. "Vamos" construir 60 mil casas para os trabalhadores." Segundo ele, falta apenas um interlocutor — "que pode ser a Secretaria da Habitação" — para o projeto se viabilizar (páginas 8 e 9)

O Censo da CDH

A gerência de comercialização realizou um recenseamento com os 28 mil mutuários da CDH. Antes de tabularem os resultados foi possível apurar o índice de inadimplência e o nível de ocupação irregular (página 3).

Acervo CDHU. SH2: reunião da equipe da CDHU com técnicos da Prefeitura.

O Programa SH2: Interiorização do Desenvolvimento

Entre março de 1987 e dezembro de 1988, a CDH buscou alternativas para a construção de moradias de baixo custo em grande escala de produção.

O Programa para o novo quadriênio tinha por meta construir 400 mil moradias, o que significaria uma mudança radical no processo produtivo, até então baseado nos convênios do PMH e dos programas SH1, e do recém-implantado SH2. Foram firmados contratos de financiamento com a CEF para 120 mil moradias que, no entanto, não viabilizaram mais do que 5 mil unidades.

Diante desse quadro, a nova gestão investiu todos os recursos humanos e financeiros disponíveis no orçamento em duas linhas de atuação: o Programa SH1, para responder às demandas das populações moradoras em favelas e de grupos sociais organizados na RMSP; e o Programa SH2, cujo objetivo era atender o maior número de municípios do interior contando com forte contrapartida local.

Para a boa condução do Programa foi montado um grupo de trabalho específico para agilizar as fases de contratação de projetos, repasse de recursos e fiscalização de obras pela CDH.

As características básicas para o sucesso do SH2 estavam alicerçadas na capacidade de doação de terras pelas prefeituras à CDH (86% dos casos); na preponderância da modalidade de produção por administração direta (AD) pelas prefeituras, tanto das obras como da infraestrutura (78% dos casos); na elaboração de projetos de moradias térreas evolutivas (98% dos casos), com área construída variando de 27 m² a 35 m², elaborados por escritórios locais (85% dos casos); na seleção de conjuntos habitacionais de pequeno porte (60% deles com até 100 unidades habitacionais). No total do Programa SH2, foi viabilizada a construção de 22.783 UHs em mais de 150 municípios.

Com relação à demanda, a abertura do cadastro era feita por meio de convocação pública por edital, com apoio dos técnicos da Gerência de Pesquisa da CDH na capacitação dos agentes sociais locais. A inscrição era específica para o equacionamento do grupo-alvo dos conjuntos habitacionais produzidos no SH2. Após a entrega do empreendimento, o cadastro realizado pelas famílias não atendidas era cancelado para futuros eventos de seleção, de modo a não criar expectativas de atendimento.

O cadastramento do SH2 rompia, assim, com a antiga tradição de "fila" das COHABs, em que o critério de atendimento se baseava na antiguidade do cadastro. A diretriz que prevaleceu até a adoção do sorteio foi a de focalizar os segmentos da população com prio-

ridade de atendimento, vis-à-vis às características do Programa. Esse modelo de seleção pressupunha a caracterização socioeconômica e habitacional das famílias e a classificação do grupo-alvo em titulares e suplentes.

A questão da identificação da demanda para os programas habitacionais trouxe um novo desafio com o SH2, que era o de atuar simultaneamente em centenas de municípios do interior, tendo por base uma metodologia de coleta que garantisse a padronização das informações. Para tanto, foi desenvolvido o Formulário Padrão de Cadastramento (FPC), com manual de procedimentos de coleta de dados, aprimorado nos programas habitacionais sucessivos. Para o SH2 foram feitas inscrições em mais de 200 municípios, totalizando cerca de 150 mil famílias.

Para finalizar, pode-se dizer que, ao término de 1988, estavam lançadas as bases técnicas, financeiras e políticas para uma produção em larga escala, que contaria com o apoio de empresas do setor privado da construção civil para dar maior celeridade à construção de moradias. A Companhia ganhou um novo dinamismo, fechando o ano 1988 com o terceiro maior orçamento entre as estatais paulistas, ficando atrás apenas da CESP e do METRÔ.

Notas

13. FILHO, Vicente Dianezi. "Desfavelamento tem novas propostas e quebra de tabu". In: Revista Projeto, edição 91, setembro de 1986. p. 80- 87.
14. Idem 13.
15. Vide especialmente os projetos de intervenção Santo André A, no 6o período; Vila Jacuí B (União de Vila Nova) e Cubatão Q (Residencial Rubens Lara), no 7o período.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Terceiro Período

PMH (Programa Municipal de Habitação)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina A2	Pres. Prudente	56	1986
Adamantina E	Pres. Prudente	80	1991
Álvares Machado A	Pres. Prudente	35	1989
Aparecida d'Oeste	S. J. do Rio Preto	37	1988
Assis A2	Marília	20	1987
Atibaia B1	Campinas	80	1989
Avaí A1	Bauru	50	1988
Bastos A1	Marília	33	1988
Bastos A2	Marília	33	1988
Batatais C	Franca	60	1986
Bauru C	Bauru	100	1988
Bocaina B	Bauru	40	1988
Boituva B	Sorocaba	30	1988
Caiuá A	Pres. Prudente	32	1989
Capão Bonito C1	Sorocaba	100	1988
Cardoso A0	S. J. do Rio Preto	25	1990
Cardoso A1	S. J. do Rio Preto	20	1987
Castilho	Araçatuba	48	1990
Catanduva C	S. J. do Rio Preto	80	1989
Catiguá C1*	S. J. do Rio Preto	31	1988
Catiguá C2*	S. J. do Rio Preto	49	1988
Cedral A2	S. J. do Rio Preto	40	1986
Chavantes B	Marília	50	1987
Duartina*	Bauru	80	1991
Fartura A	Sorocaba	20	1988
Fernandópolis B1	S. J. do Rio Preto	60	1989
Gália A2	Marília	16	1987
Garça A2	Marília	62	1987
Guaimbê A	Bauru	40	1988
Guaíra B1	Barretos	64	1986
Guaíra B1/B2/B3	Barretos	86	1988
Guaraçai	Araçatuba	51	1990
Guaratinguetá D	S. J. dos Campos	40	1988
Iacri A	Marília	40	1989
Ibiúna A	Sorocaba	41	1992
Itápolis B	Central	60	1988
Itatinga B1	Sorocaba	40	1988
Jaborandi A1	Barretos	60	1988
Jacareí B	S. J. dos Campos	70	1988
José Bonifácio A	S. J. do Rio Preto	80	1987
Júlio de Mesquita A1	Marília	40	1988
Jundiaí B1*	Campinas	64	1988
Jundiaí B2*	Campinas	40	1990
Juquiá A*	Registro	50	1987
Lavrinhas A	S. J. dos Campos	30	1987
Lençóis Paulista A2	Bauru	60	1986
Lins A	Bauru	60	1991
Lorena A2	S. J. dos Campos	80	1987
Lucélia A	Pres. Prudente	60	1988
Lucianópolis A	Bauru	40	1988
Lupércio A	Marília	64	1988
Marília	Marília	51	1990
Marília H2	Marília	49	1987
Marinópolis A	S. J. do Rio Preto	24	1988

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Matão B	Central	99	1987
Monte Azul Paulista B	Barretos	56	1988
Nantes B	Pres. Prudente	40	1988
Nova Guataporanga A	Pres. Prudente	40	1988
Osvaldo Cruz	Pres. Prudente	80	1993
Ourinhos A1	Marília	74	1986
Palmeira do Oeste A*	S. J. do Rio Preto	42	1988
Paraguaçu Paulista B	Marília	60	1987
Paulo de Faria B	S. J. do Rio Preto	29	1988
Penápolis C2	Araçatuba	87	1989
Pereira Barreto A2	Araçatuba	42	1989
Piedade BI	Sorocaba	60	1988
Pindamonhangaba A	S. J. dos Campos	22	1986
Pindamonhangaba B	S. J. dos Campos	25	1987
Pirajuí B	Bauru	59	1988
Porto Ferreira A	Central	60	1988
Potirendaba A	S. J. do Rio Preto	52	1988
Presidente Prudente B	Pres. Prudente	80	1988
Presidente Venceslau B	Pres. Prudente	22	1988
Rancharia A	Pres. Prudente	36	1986
Regente Feijó B	Pres. Prudente	40	1988
Sales A	S. J. do Rio Preto	32	1989
Sales Oliveira A	Franca	40	1987
Salto B2	Sorocaba	63	1987
Salto de Pirapora B3	Sorocaba	50	1988
Santa Bárbara d'Oeste A	RM Campinas	22	1988
Santa Cruz das Palmeiras B e D	Campinas	65	1986
Santa Cruz do Rio Pardo B	Marília	96	1986
Santa Cruz do Rio Pardo C	Marília	80	1989
Santana da Ponte Pensa	S. J. do Rio Preto	26	1988
Santo Anastácio A	Pres. Prudente	31	1988
São Bernardo do Campo A*	RMSP	50	1988
São Carlos D	Central	80	1988
São João da Boa Vista B2	Campinas	80	1986
São João da Boa Vista C	Campinas	75	1988
São José do Rio Pardo A	Campinas	20	1988
São Pedro do Turvo A1	Marília	40	1988
São Roque A	Sorocaba	60	1988
São Sebastião	S. J. dos Campos	1	1995
São Sebastião A*	S. J. dos Campos	24	1988
São Simão A	Ribeirão Preto	62	1987
Serra Azul	Ribeirão Preto	50	1987
Silveiras A	S. J. dos Campos	40	1988
Socorro B	Campinas	73	1993
Tabapuã A	S. J. do Rio Preto	40	1988
Taciba A	Pres. Prudente	30	1988
Terra Roxa A1	Barretos	50	1986
Terra Roxa A2	Barretos	20	1988
Uchoa B	S. J. do Rio Preto	74	1988
Valentim Gentil	S. J. do Rio Preto	60	1988
		5.290	

SH1 (Programa Secretaria de Habitação 1)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Guarulhos C01*	RMSP	902	1991
Itaquaquecetuba (Chácara Italianos)	RMSP	378	1989
Itaquaquecetuba (Jardim Odete)	RMSP	504	1989
Mogi das Cruzes B1 Vila Cléo	RMSP	352	1990
Santo André A01*	RMSP	374	1990
São Bernardo do Campo C1*	RMSP	48	1990
São Bernardo do Campo C2*	RMSP	8	1990
São Bernardo do Campo C3*	RMSP	64	1990
São Bernardo do Campo C4*	RMSP	8	1990
São Bernardo do Campo D1	RMSP	304	1991
São Bernardo do Campo D2	RMSP	96	1991
São Bernardo do Campo K1 (DER)	RMSP	192	1990
SP-Campo Limpo B*	RMSP	660	1989
SP-Itaquera A	RMSP	740	1988
SP-São Miguel Paulista A1*	RMSP	575	1988
SP-São Miguel Paulista A2 *	RMSP	625	1988
SP-São Miguel Paulista C01	RMSP	17	1991
SP-São Miguel Paulista C02	RMSP	316	1992
SP-São Miguel Paulista C03	RMSP	257	1992
SP-São Miguel Paulista C04	RMSP	38	1991
SP-São Miguel Paulista C05	RMSP	12	1991
SP-São Miguel Paulista C06	RMSP	1	1992
SP-São Miguel Paulista D01	RMSP	700	1989
SP-São Miguel Paulista E01*	RMSP	517	1989
SP-São Miguel Paulista E02*	RMSP	554	1989
SP-São Miguel Paulista F01*	RMSP	641	1989
SP-São Miguel Paulista F02*	RMSP	772	1989
SP-Tucuruvi B01*	RMSP	555	1989
SP-Tucuruvi B02*	RMSP	350	1989
Terrenos Zona Leste*			
		10.560	

*Projetos incluídos no livro

Terceiro Período

Projetos e obras realizados para a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

"As políticas da saúde da década de 1980 estiveram contextualizadas pela crise do modelo previdenciário e, portanto, das iniciativas federais e estaduais de rearranjo do setor publico que visavam a novas formas de relação tanto no financiamento e convênios quanto na direção colegiada dessas esferas." (...) "Os anos 1980 redefinem o discurso sanitário que pautaria as politicas contemporâneas de saúde: integralidade; atenção básica/primária; prioridade do setor público sobre o privado; e organização dos serviços sob wótica da descentralização e hierarquização." (...) "Resoluto em ser a exceção que confirma a regra, o estado se antecipa às próprias mudanças federais em curso e marca uma nova era na política de saúde do estado com a implementação do Programa Metropolitano de Saúde (PMS) em 1982 – escolhido como marco do período." (...) "dois anos depois é organizada a implantação do Programa em cinco areas priorizadas: Cotia, Mauá, Caieiras, SP-Freguesia do Ó e SP-Itaquera-Guaianazes."

A CDH, por ter um corpo técnico reconhecidamente competente, é convocada a elaborar os estudos preliminares que permitiriam solicitar verbas ao Banco Mundial para a efetivação do Programa que previa projeto e construção de mais de 80 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e dois hospitais. Para a obtenção de recursos junto ao BID, elaborou-se um dossiê com os estudos preliminares de projeto feitos pela equipe interna da CDHU (arq. Irene Borges Rizzo, Alzira Monfré Mazagão, Vitor Augusto dos Santos, Douglas M. Calder, ...). Com a aprovação dos recursos instalou-se uma equipe de profissionais contratados para desenvolver os projetos e obras, chefiado pelo arq. Sergio Carlos Dompieri, ao qual se reportavam o gerente de projetos, arq. Edgar Gonçalves Dente, e o gerente de obras, eng. Hermes Fajersztajn.

Listamos dois hospitais e 86 projetos de UBSs desenvolvidos por escritórios contratados, analisados e aprovados pela equipe composta internamente e coordenada pelo arq. Felix Alves Araujo:

Programa Metropolitano de Saúde (PMS)

Hospitais

Hospital Geral de São Mateus
R. Antonio Previato x R. Ângelo de Cândia x R. Alessandro G. Dell'Aringa

Hospital Geral Pedreira
Endereço: R. João Francisco de Moura, 251 – Vila Campo Grande

Unidades Básicas de Saúde (UBS)

UBS Jardim Elba
R. Batista Ferguzio, 1.016 – Vila Prudente

UBS V. Califórnia
Praça Conde de São Januário – Vila Prudente

UBS Jardim Alfredo
R. Dinar x R. Existente – Santo Amaro

UBS Campo Limpo
R. Fontoura Xavier x R. Jorge Ozi x R. Mário Maia – Santo Amaro

UBS Jardim Jaqueline
R. Bonifácio Veronese – Butantã

UBS Parque Aliança
R. Albion – Bairro Aliança, Ribeirão Pires

UBS Vila Bela
R. Marques de Santo Amaro x R. Justiniano – Vila Prudente

UBS Vila Guarani
R. Terezinha x R. Com. Ferreira de Souza x Trav. Particular – Penha

UBS Vila Prel
Estr. de Campo Limpo x R. Thereza Maria Pinto – Santo Amaro

UBS Jardim Zaíra
Av. Pres. Castelo Branco x R. Jorge Máximo da Azevedo – Mauá

UBS Casa Verde Baixa
Av. Prof. Ida Kolb x R. Mourão Vieira x R. Santa Prisca – Freg. do Ó

UBS Limoeiro
Av. Augusto Antunes x R. Haste x R. Manuel Alves da Rocha – São Miguel Paulista

UBS Jardim Camargo Novo
R. Boiaguaçu x R. Gal. Pereira Barreto – São Miguel Paulista

UBS Vila Albertina
R. Antônio Joaquim x R. Estêvão Cripinski – Tucuruvi

UBS Vila Dionisia
R. Camilo Peçanha x Rua s/nome – Freguesia do Ó

UBS Vila Nova Curuçá
R. Narceja x R. José Leão dos Santos – São Miguel Paulista

UBS Carandiru II
R. José Pereira Jorge – Vila Maria

UBS Engenheiro Goulart
R. dos Horticultores x R. Augusto Correa Leite – Penha

UBS Jardim Penha
Av. Olavo Egídio de Souza Aranha – São Miguel Paulista

UBS Vila Ede
R. Padre Marcos Simoni – Tucuruvi

UBS Vila Constança
Rua S. Geraldino – Tucuruvi

UBS Centro I Caieiras
Praça da Emancipação – Caieiras

UBS Parque Vitori
R. Luís Coutinho de Abreu x R. Caiena – Caieiras

UBS Parque Paulista
R. Avaré – Caieiras

UBS Parada de Taipas
Av. Elísio Teixeira Leite – Freguesia do Ó

UBS Laranjeiras
Al. das Goiabeiras x Estrada do Ajoá – Caieiras

UBS Jardim Ipanema
Rua 10 x R. Pedro Arraya – Lapa

UBS Terra Preta
Rua 3 – Mairiporã

UBS Cidade Líder
R. Médio Iguaçu x R. Mamanguape – Guaianazes

UBS Burgo Paulista
R. José da Silva Alcantara Filho x R. Boqueirão do Leão – São Miguel Paulista

UBS Vila Ema
R. Luiz Geraldo da Silva x R. João Fialho de Carvalho – V. Prudente

UBS Lajeado
R. Inácio de Oliveira x R. Gaspar Barbosa – Itaquera/Guaianazes

UBS Arthur Alvim
R. Henrique Jacobs x Av. Paraguaçu Paulista – Penha

UBS Nossa Senhora do Carmo
Av. Maria Luiz Americano x R. Veríssimo da Silva – Itaquera

UBS Cupecê
Av. Santa Catarina – Jabaquara

UBS Jardim Independência
R. Planalto da Conquista – Vila Prudente

UBS Vila Morais
R. Giovanni di Balducci x R. Paulo de Moraes – Jabaquara

UBS Vila Santana
Av. Pires do Rio x Beraldo Marcondes – Guaianazes

UBS Jardim São José
Av. General Edgard Facó x R. D. Manuel d'Elboux – Freguesia do Ó

UBS Jardim Morro Grande
R. Antônio Carlos Genele x R. Estevão da Gama – Freguesia do Ó

UBS Jardim Robru II
R. José Pessota x R. José Augusto Lobo – Itaquera/Guaianazes

UBS N. Sra. Aparecida
R. Guaiá-Guaçú x R. Paulinho Cerqueira – Itaquera/Guaianazes

UBS Vila Jacuí
Av. Edico Feliciano x R. Acarati Mirim x R. Guatapis –
São Miguel Paulista

UBS Vila Penteado
R. Eng. Pereira Passos x R. Domingos Farani – Freguesia do Ó

UBS Jardim República
Av. Gonçalo de Paiva Gomes – Jardim República

UBS Cidade Dutra
R. Cristina de Vasconcelos Ceccato x R. Miguel Fontana Rosa x R. Cel. Índio do Brasil – Cidade Dutra

UBS Jardim Etelvina
R. Paulo Pamplona x R. João Gomes de Farias x R. Mal. Teodoro Xavier – Guaianazes

UBS Jardim Sônia Maria
R. Carmem Miranda x R. Noel Rosa – Mauá

UBS Vila Carrão
R. Dr. Jaci Barbosa x R. Pedro Malaquias – Artur Alvim

UBS Jardim Paulistano
R. Braço do Norte x R. Encruzilhada do Sul x Aparecida do Taboado – Freguesia do Ó

UBS Vila Nova Cachoeirinha
R. Aída Gomes Toledo x R. 2 x R. 3 – Freguesia do Ó

UBS Vila Barbosa II
R. Prof. Dario Ribeiro – Freguesia do Ó

UBS Vila Espanhola
Av. João dos Santos Abreu x R. s/nome – COHAB

UBS Vila Borges
R. Jacinto de Moraes x R. Alfredo Bernardes – Butantã

UBS Jardim Marcelo
R. Gastão Raul de Fourton Bousquet x R. do Colégio – Sto. Amaro

UBS Real Parque
R. Prof. Santiago Dantas x Av Dr. Alberto de O. Lima – Morumbi

UBS Jardim Campinas
Estr. da Varginha x R. Plêiades – Santo Amaro

UBS Jardim Terezinha
R. Domingos Francisco de Medeiros – Freguesia do Ó

UBS Vila Carmosina
R. Arraial de São Bartolomeu x R. Ipopoca x R. Itararé –
Itaquera/Guaianazes

UBS Jardim Grimaldi
R. Dr. Domingos Americano x R. Paulo de C. Velho x R. Edward –
Itaquera/Guaianazes

UBS Tietezinho
Av. Engenho Novo x R. Nazareno – Guaianazes

UBS Cidade A. E. Carvalho
R. Aripurana x R. Jurici – Guaianazes

UBS D. João Neri
Estrada Dom João Neri x R. Sabinópolis – Guaianazes

UBS Vila Feital
R. Aluísio de Azevedo – Mauá

UBS Vila Siqueira
Av. Clavásio Alves da Silva x R. Clemente Ferreira – Freguesia do Ó

UBS Vila Souza
R. Joaquim M. dos Santos x R. Conceição do Pará – Freguesia do Ó

UBS Polvilho
R. Floreal x R. 7 – Cajamar

UBS Jardim Laranjeiras
Estr. Minas do Rio Verde x Ribeiro Baião x R. Antônio Nunes –
Guaianazes

UBS Jardim Paranavai
Rua "C" x Rua "B" – Mauá

UBS Jardim Flórida
R. Samuel Wainer – Mauá

UBS Jardim Aurora
Av. Cláudio da C. V. R. Francisco Bittencourt – Itaquera/Guaianazes

UBS N. Sra. das Mercês
Av. N. Sra. das Mercês x R. Leo Moraes – Jabaquara

UBS Santo Amaro II
R. Porta do Prado x R. Vermelino de Almeida – Santo Amaro

UBS Vargem Grande Paulista
R. 7 x Rua Itambé – Cotia

UBS Vila Palmeiras
Av. Inajar de Souza x R. Benedito Guedes de Oliveira x R. Francisco Lotufo – Bairro do Limão

UBS Vila Rosalina
R. Elias Checoni x José Nicodemo – Franco da Rocha

UBS Jardim Vazame
R. São Lucas x R. Augusto Almeida Batista – Embu das Artes

Outros projetos realizados para a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo

Sucen – Superintendência de Controle de Endemias
R. Coronel Mursa, 207/347 – Brás

Cetren – Centro de Triagem
Projeto do arq. Arthur Lozano Filho.
R. Coronel Mursa, 207/347 – Brás

Projetos e obras realizados para a Secretaria de Cultura do Estado de S. Paulo

Projeto e construção do Alojamento para Músicos em Campos do Jordão

Oficina Cultural Oswald de Andrade
R. Três Rios, 363 – Bom Retiro

Cine Copan
Projeto e obra da arq. Denise Gomes Rupe para adequação do Cine Copan, para ser utilizado como Sala de Concertos da OSESP.

Arquivo do Estado São Paulo
Projeto do arq. Vitor Augusto dos Santos e obra de transformação da Fábrica de Tapetes ITA para sediar o Arquivo do Estado S. Paulo.

Vitor Alzira
Restauro da arq. Alzira Monfre Mazagão para a chaminé da antiga Usina Elétrica de São Paulo.

MIS – Museu da Imagem e do Som – Sala de Multiuso
Projeto da arq. Denise Gomes Ruprecht (não executado).

Projetos e obras realizados para a Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo

Presídio Regional de Sorocaba (projeto e obra)
Av. Dr. Antônio de Souza Netto, 100 – Aparecidinha, Sorocaba

Presídio Regional de Mongaguá (projeto e obra)
Av. dos Mariscos, 500 – Balneário Arara Vermelha, Mongaguá

Fórum de Bragança Paulista (projeto e obra)
Av. dos Imigrantes, 1.501 – Bragança Paulista

Projetos e obras realizados para a Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo

Alojamento para Esportista
Antigo Seminário Redentorista utilizado pela FEBEM para uso dos atletas, projetado pela arq. Irene Borges Rizzo.
Av. dos Imigrantes, 1.501 – Jabaquara

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 140



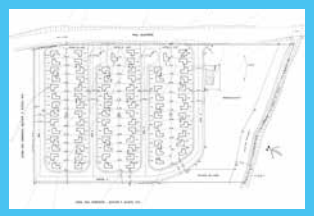
Juquiá A

PÁG. 140



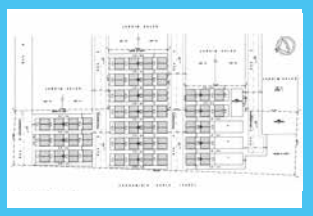
Palmeira do Oeste A

PÁG. 141



Catiguá C

PÁG. 141



Jundiaí B

PÁG. 142



São Sebastião A

PÁG. 143



Duartina A

PÁG. 144



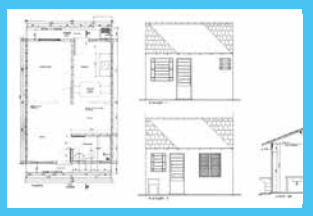
São Bernardo do Campo A

PÁG. 146



São Bernardo do Campo C
Transmissão Mercedes

PÁG. 147



Guarulhos C1
Pimentas

PÁG. 148



SP Campo Limpo B
Jardim São Bento

PÁG. 150



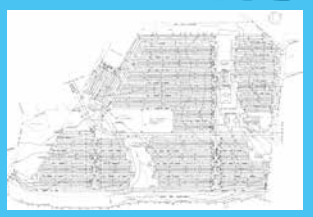
Zona Leste

PÁG. 152



SP S. Miguel Paulista A1/A2
Águia de Haia

PÁG. 153



SP São Miguel Paulista F
Jardim São Carlos I

PÁG. 154



SP S. Miguel Paulista E1/E2
Encosta Norte

PÁG. 156



SP Tucuruvi B1 e B2
Jova Rural

PÁG. 159



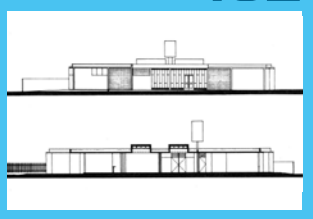
Santo André A1

PÁG. 160



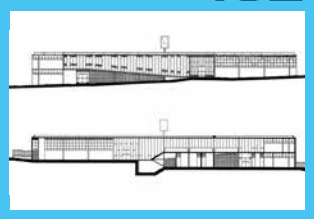
Hospital Geral
de São Mateus

PÁG. 162



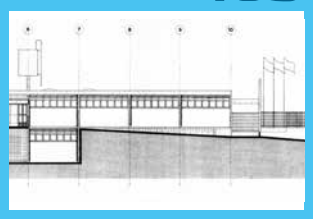
UBS Parada de Taipas

PÁG. 162



UBS N. Sra. Aparecida

PÁG. 163



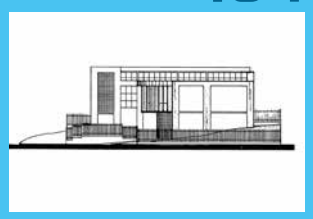
UBS Jardim Vazame

PÁG. 163



UBS Jardim Elba

PÁG. 164



UBS Jardim Robru II

PÁG. 164



UBS N. Sra. do Carmo

PÁG. 165



Alojamento para músicos

PÁG. 166



Oficina Cultural
Oswald de Andrade

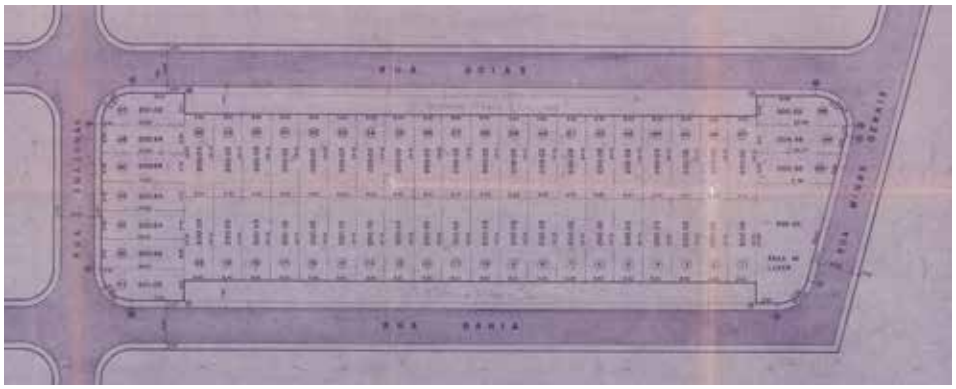
PÁG. 167



SUCEN

Juquiá A

MUNICÍPIO: Juquiá
ENTREGA: 1987
TERRENO: 12.610,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 10.012,05 m²
COTA RESID.: 200,24 m²
TIPOLOGIA: PMH Juquiá
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 50
PROJETO: Vitor Augusto dos Santos

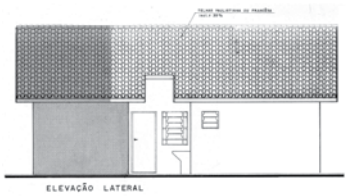


Acervo CDHU.

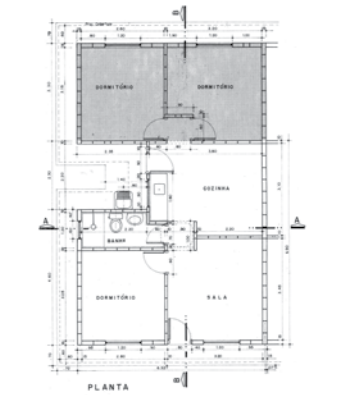


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Concebido em sistema de mutirão (Programa Municipal de Habitação – PMH), tem-se em Juquiá a atuação dos moradores discutindo o projeto de arquitetura. Os jardins na frente das residências são um detalhe para valorizar o paisagismo do conjunto e ainda são mantidos. Eram apresentadas alternativas de distribuição das casas: sala maior e cozinha menor, separadas ou contíguas, dormitórios na frente ou no fundo, varanda, área de serviço lateral ou no fundo, e a definição era feita por consenso e escolha dos moradores.



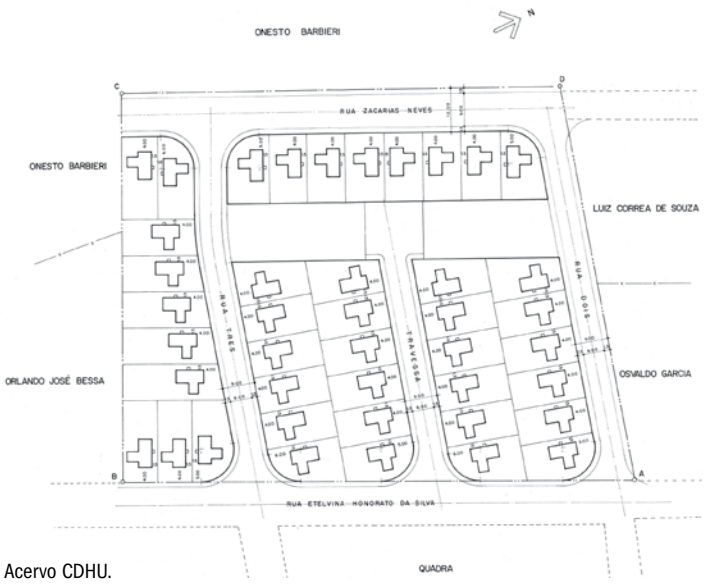




Acervo CDHU. Tipologia específica desenvolvida para Juquiá, projetada pelo arq. Vitor Augusto dos Santos.

Palmeira do Oeste A

MUNICÍPIO: Palmeira do Oeste
ENTREGA: 1988
TERRENO: 14.062,12 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 8.726,41 m²
COTA RESID.: 207,77 m²
TIPOLOGIA: PMH Palmeira do Oeste
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 42
PROJETO: Denise Cesar Ruprech

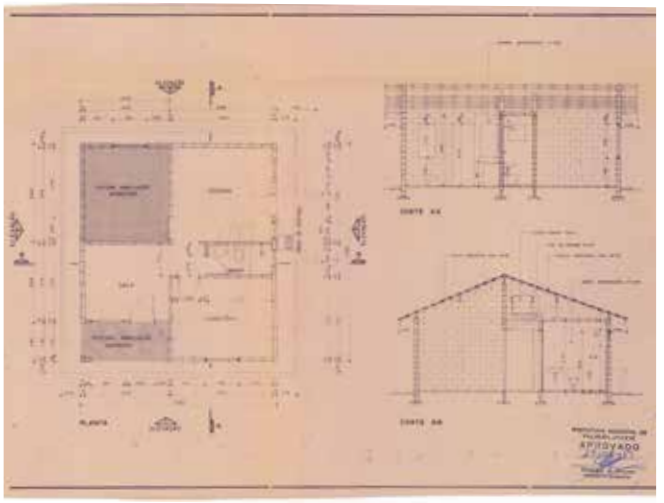


Acervo CDHU.





Acervo CDHU, 2013. As imagens recentes mostram as unidades do conjunto com poucas alterações construtivas.

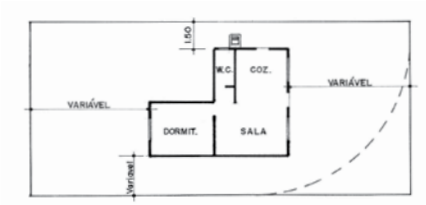


Acervo CDHU. Tipologia específica desenvolvida para Palmeira do Oeste, projetada pela arq. Denise Gomes César Ruprechet.

O projeto de Palmeira do Oeste, implantado em sistema de mutirão, é mais um exemplo da interação entre projetistas, poder público e futuros moradores. Inicialmente eram realizadas reuniões entre os arquitetos e os futuros moradores e houve um processo de decisão até se chegar a um projeto final com as cozinhas mais espaçosas, possibilidade de expansão de mais um quarto, varanda, área de serviço, recuos de frente e fundo.

Catiguá C

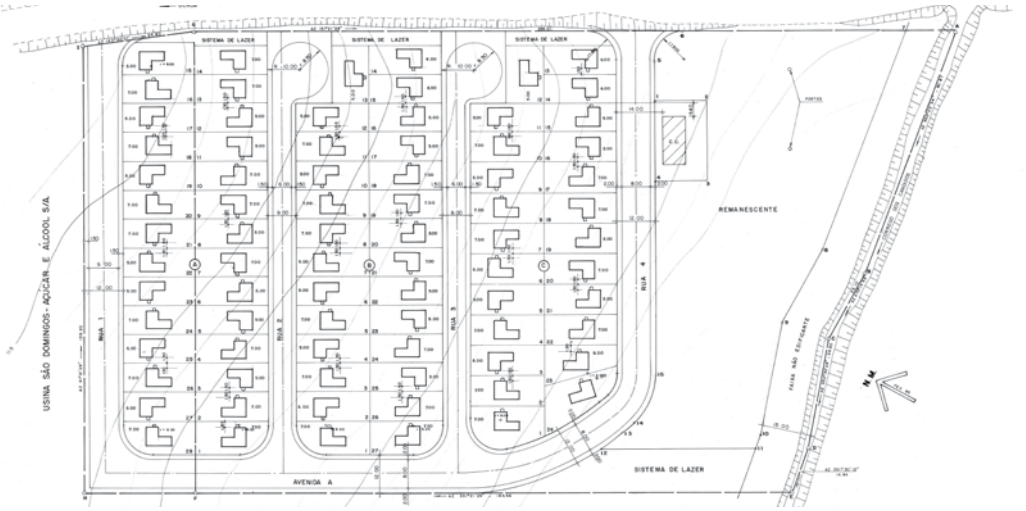
MUNICÍPIO: Catiguá
ENTREGA: 1988
TERRENO: 28.348,94 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 16.340,38 m²
COTA RESID.: 204,25 m²
TIPOLOGIA: PMH Catiguá
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 79 = 30 (1ª fase) e 49 (2ª fase)
PROJETO: Denise Gomes César Ruprecht



Acervo CDHU. Tipologia específica desenvolvida para Catiguá C, projetada pela arq. Denise Gomes César Ruprechet.

O projeto de Catiguá foi empreendido pela CECAP em parceria com a Prefeitura do município, que doou o terreno para a construção das unidades habitacionais. A proposta de urbanismo desenvolvida pela arquiteta considerou relevante a implantação das quadras em sentido favorável à drenagem das águas. Assim, o sistema viário é solução própria do escoamento e capacitação das águas. A tipologia escolhida confirmava uma preferência pela planta que favorecia a construção futura do segundo dormitório.


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



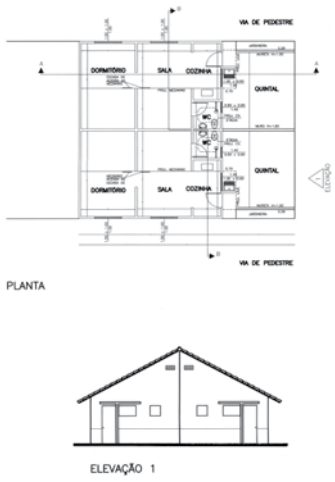
Acervo CDHU.

Jundiaí B

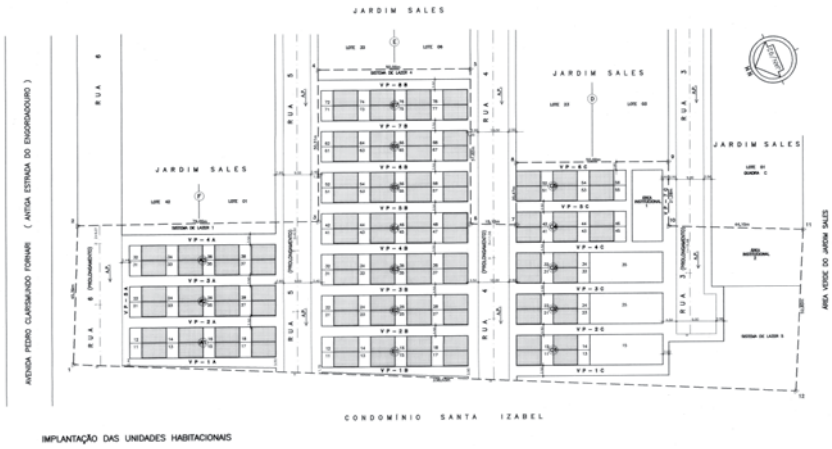
MUNICÍPIO: Jundiaí
ENTREGA: 1988/90
TERRENO: 15.151,93 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 6.155,76 m²
COTA RESID.: 59,19 m²
TIPOLOGIA: PMH Jundiaí
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 104 = 64 (Primeira fase) e 40 (Segunda fase)
PROJETO: Arakem Martinho (Prefeitura) e Ighar Fehr (FUMAS)


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Este empreendimento foi construído pelos moradores em sistema de mutirão, com a colaboração e supervisão dos técnicos da Companhia – que fez o repasse de verba para a viabilização das obras. A Prefeitura doou o terreno, selecionou as famílias beneficiadas e executou as obras de terraplanagem, saneamento e estrutura viária. Foi desenvolvido um projeto diferente para atender à demanda das famílias grandes com poucos recursos, com a construção de um mezanino para área de quarto, com acesso por escada tipo beliche. O conjunto tem unidades geminadas e possui área institucional, equipamentos de lazer e quadra esportiva.



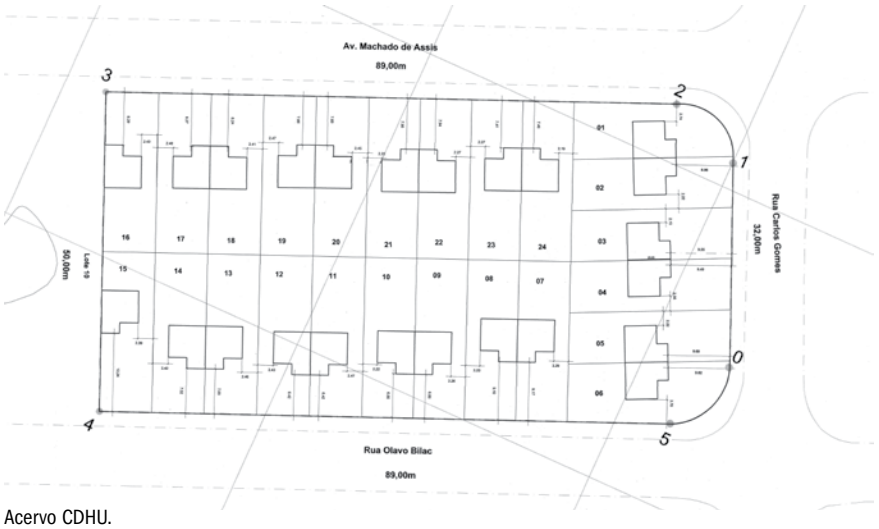
Acervo CDHU. Tipologia específica desenvolvida para o projeto de Jundiaí.



Acervo CDHU.

São Sebastião A

MUNICÍPIO: São Sebastião
ENTREGA: 1988
TERRENO: 4.865,20 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 4.865,20 m²
COTA RESID.: 202,72 m²
TIPOLOGIA: TG13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 24
PROJETO: Vitor Augusto dos Santos



Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O conjunto foi implementado também em sistema de mutirão com as famílias participantes do programa. O arquiteto ia até o município e, em reuniões locais com os futuros moradores e técnicos sociais da Prefeitura, conseguiu chegar a uma síntese da unidade habitacional, que correspondia às expectativas dos mutirantes. Simultaneamente obteve uma nova dinâmica na posição das casas e no movimento dos telhados. A unidade tipo, TG13A, passou a ser reproduzida em outros empreendimentos, resultando no projeto padrão TG13A da Companhia.

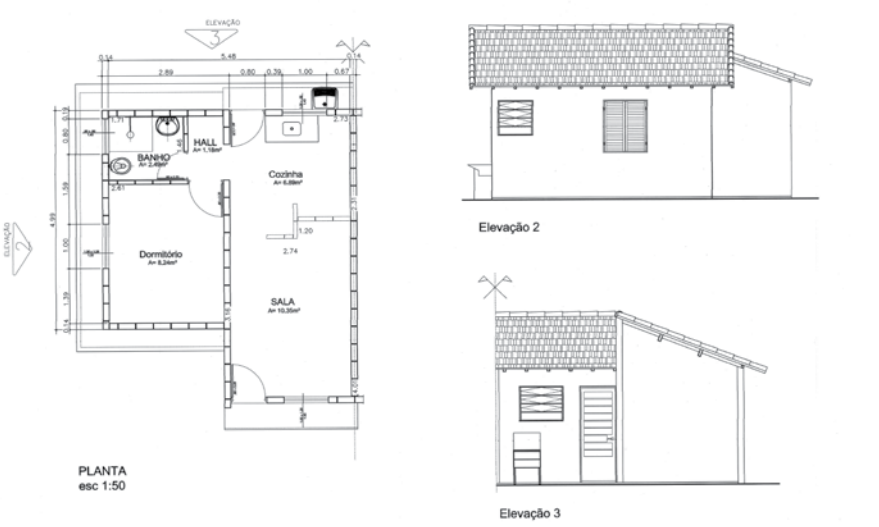


Augusto dos Santos. Conjunto ocupado após a entrega das unidades. Fundo dos lotes sem divisão.



Augusto dos Santos, 1989.





Acervo CDHU. Esta tipologia foi projetada pelo arq. Vitor Augusto dos Santos para São Sebastião A e tornou-se padrão da Companhia alguns anos depois (unidade térrea geminada de 1 dormitório, com possível ampliação para 3 dormitórios – TG13A).





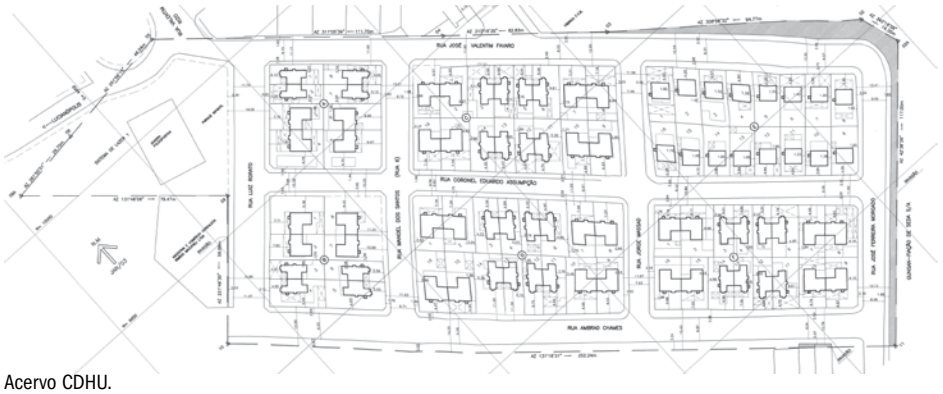
Acervo CDHU. Imagem do conjunto anos após sua ocupação, 2005.



Chahinian, 2014.

Duartina A

MUNICÍPIO: Duartina
ENTREGA: 1991
TERRENO: 24.000,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 15.200,00 m²
COTA RESID.: 190,00 m²
TIPOLOGIAS: Tipo 03, Tipo 04 e TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 80
PROJETO: Juan Guilhermo Villa



Acervo CDHU.

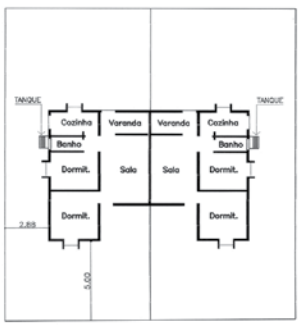


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

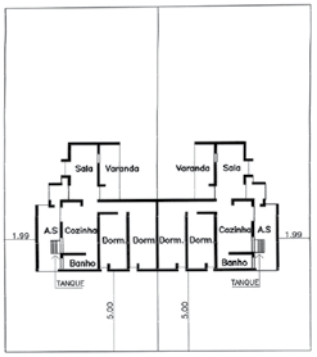
Neste projeto de mutirão, as casas isoladas e geminadas foram construídas por meio de um sistema experimental de painéis pré-moldados de cerâmica, desenvolvido pelo arquiteto Juan Villa, no Laboratório de Habitação da Universidade de Campinas (Unicamp). Esse sistema fez parte da opção e racionalização da produção dos componentes e montagem próprias da indústria da obra e incluía o uso de *kits* de hidráulica bastante funcionais para esse modo de construção. As equipes de mutirantes se dividiam em tarefas que agilizavam a produção por serem mais definidas e repetitivas. Uma equipe técnica da CECAP e da Prefeitura acompanhava todo o processo. Isso resultou em uma área construída maior da unidade habitacional.



DETALHE GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL NO LOTE – TI 13A
ESCALA 1:200



DETALHE GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL NO LOTE – TIPO 03
ESCALA 1:200



DETALHE GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL NO LOTE – TIPO 04
ESCALA 1:200

Tipologia TI13A, autoria da arq. Monica Pimentel Vassimon.







Chahinian, 2014. As unidades foram entregues com tijolo à vista e painéis pré-moldados de cerâmica. Alguns proprietários revestiram as fachadas.

São Bernardo do Campo A

MUNICÍPIO: São Bernardo do Campo
ENTREGA: 1988
TERRENO: 10.000,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 5.289,98 m²
COTA RESID.: 105,80 m²
TIPOLOGIA: Sobrado de 4D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 50
PROJETO: Laila N. Mourad e Leonardo Pessina





Acervo CDHU. Os mutirantes, homens e mulheres, trabalharam na construção das unidades.



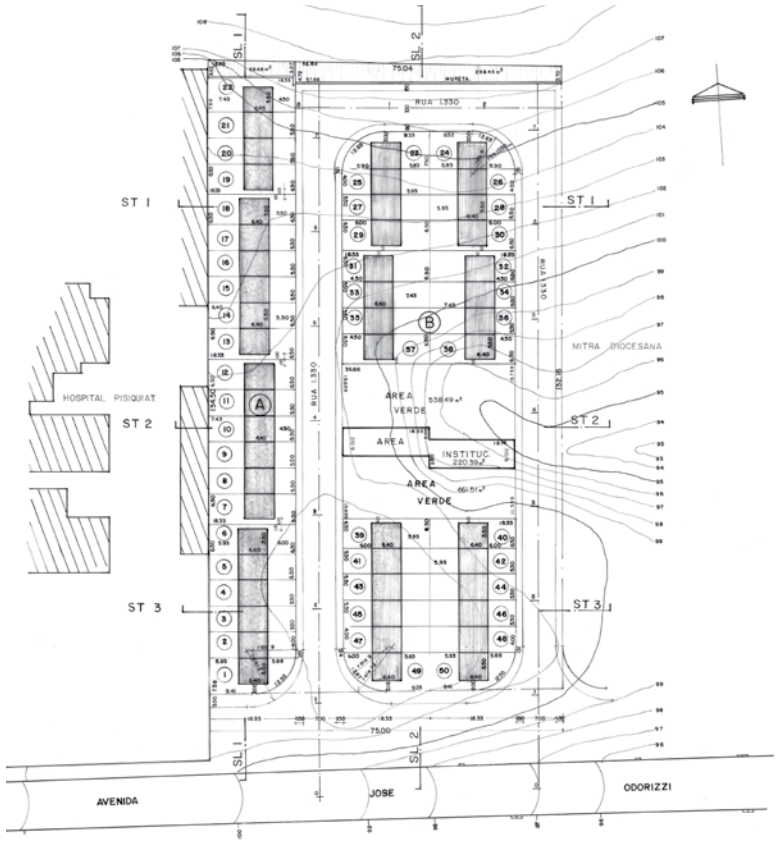
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



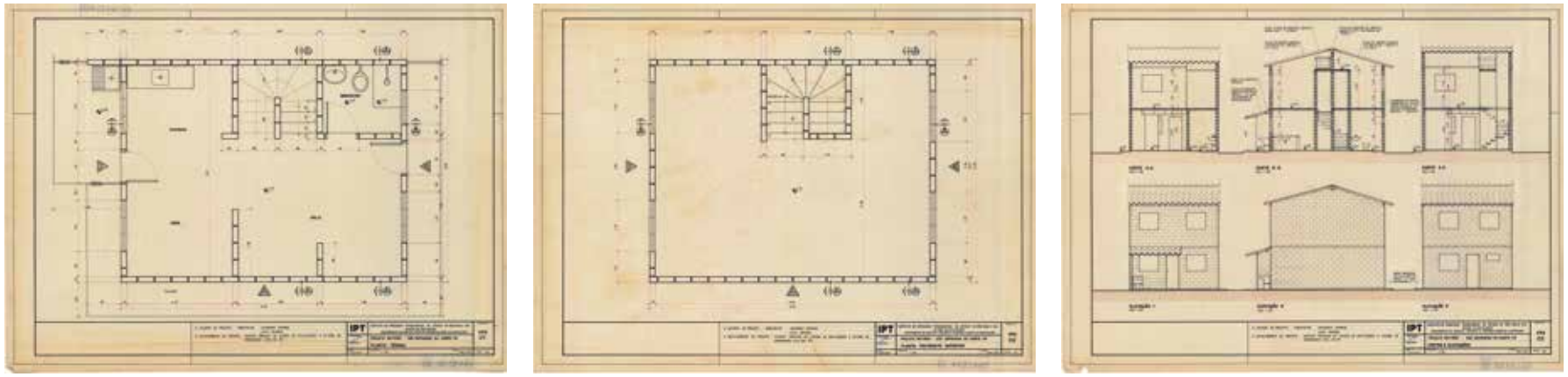




Brandão. As imagens mostram o andamento das obras.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Pranchas de edificação, plantas, cortes e elevação. Na planta do segundo pavimento, observa-se que não há divisões, ficando a critério dos moradores a modulação dos ambientes.

O conjunto São Bernardo do Campo A foi o primeiro construído em sistema de mutirão na região metropolitana, dentro do Programa PMH. Os futuros moradores estavam organizados em associação de construção comunitária por mutirão, o terreno pertencia à Igreja Católica e foi subdividido em lotes de 5 m x 25 m. O projeto da unidade habitacional adotada foi proposto pelos mutirantes com o apoio do IPT. A subdivisão dos cômodos do sobrado, cuja planta do segundo piso não previa divisórias, ficou a cargo de cada família e podia chegar até a quatro dormitórios. O intenso trabalho teve a contribuição igualitária de homens e mulheres, sendo importante ressaltar que as mulheres participaram de cursos de qualificação e ajudaram, inclusive, a assentar tijolos e a executar as ligações elétricas e de esgoto. Para coordenar os trabalhos, a Companhia contratou o arquiteto Leonardo Pessina, uruguaio que trouxe a experiência da FUCVAM, na implantação de projetos de mutirão comunitário no Uruguai.



Chahinian, 2014. Praças com boa infraestrutura, equipamentos urbanos e de lazer, quadra esportiva.



Chahinian, 2014. Minicampo de futebol preservado, uma reinvindicação dos moradores na época.

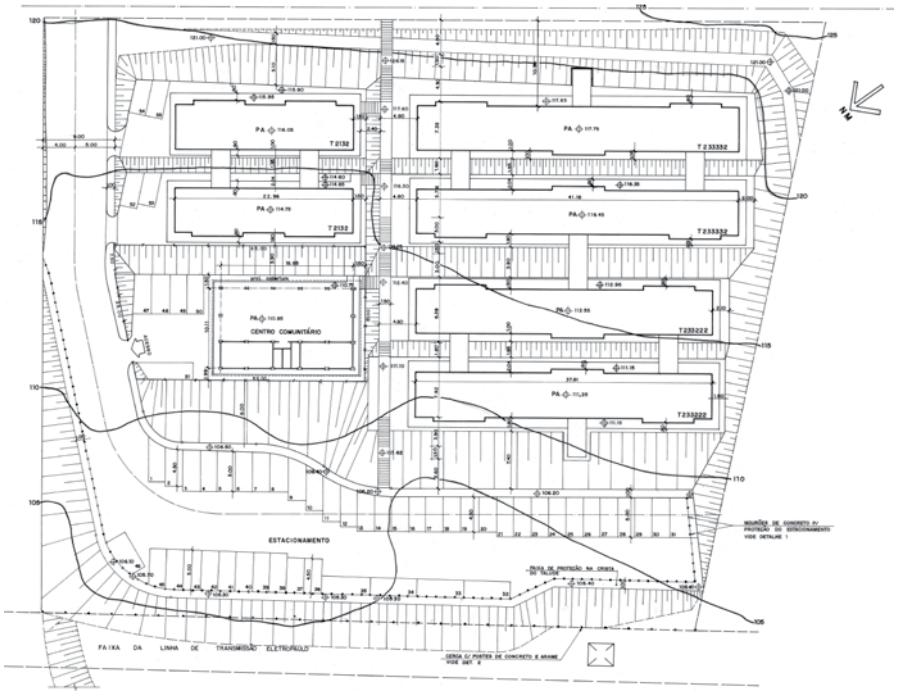
São Bernardo do Campo C

Transmissão Mercedes

MUNICÍPIO: São Bernardo do Campo
ENTREGA: 1990
TERRENO: 7.098,40 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 6.680,44 m²
COTA RESID.: 139,18 m²
TIPOLOGIAS: 13/87, 14/87 e 16/87
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 128 – 48 (C1), 8 (C2), 64 (C3) e 8 (C4)
PROJETO: Iracema Miguel

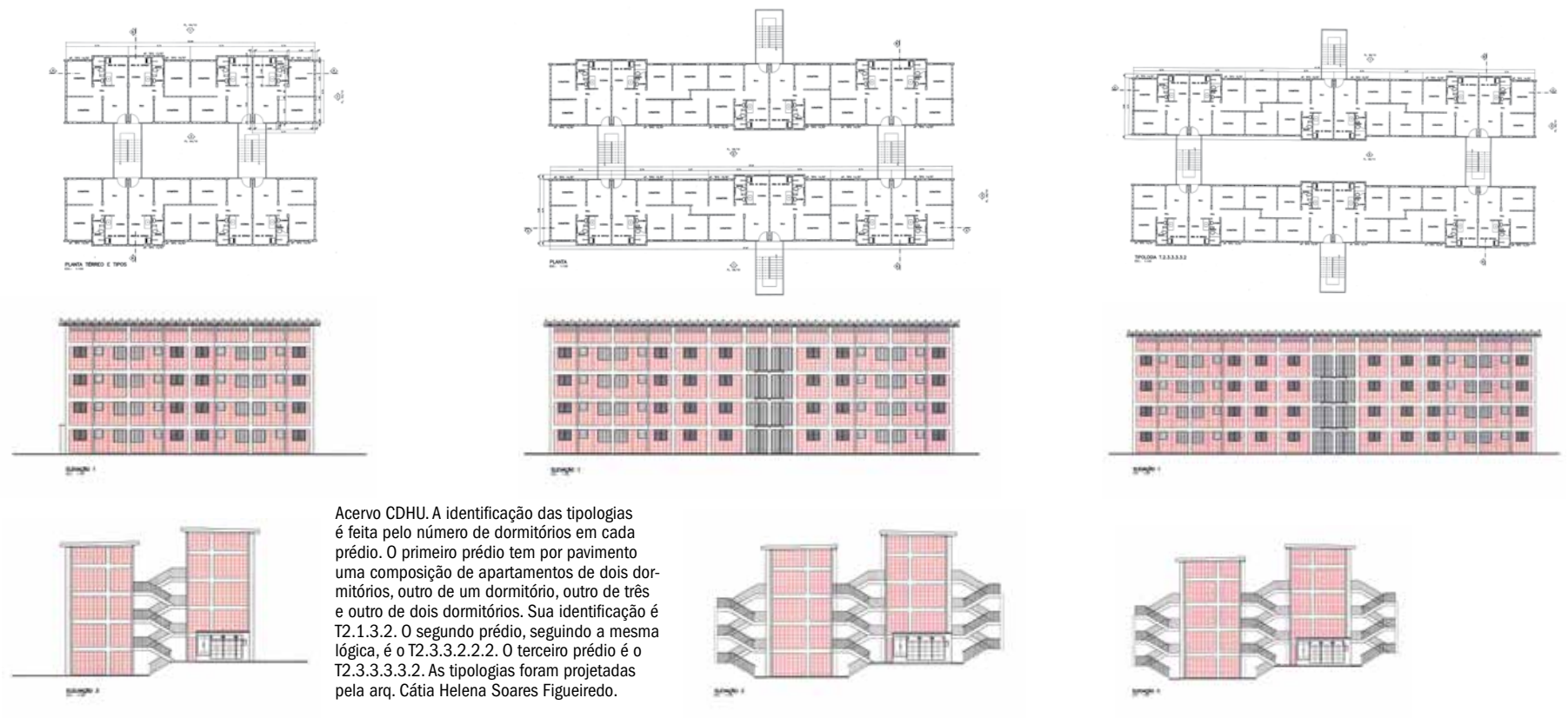


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

Neste projeto, o terreno foi comprado pelos próprios moradores e, devido à declividade, foi preciso estabelecer patamares e taludes para a implantação dos edifícios em lâminas com desnível. Foram construídos seis prédios de quatro pavimentos com apartamentos de dois dormitórios. Os prédios estão conectados, dois a dois, por uma escada metálica de circulação vertical e o empreendimento possui quadra esportiva, *playground* e estacionamento.



Acervo CDHU. A identificação das tipologias é feita pelo número de dormitórios em cada prédio. O primeiro prédio tem por pavimento uma composição de apartamentos de dois dormitórios, outro de um dormitório, outro de três e outro de dois dormitórios. Sua identificação é T2.1.3.2. O segundo prédio, seguindo a mesma lógica, é o T2.3.3.2.2.2. O terceiro prédio é o T2.3.3.3.3.2. As tipologias foram projetadas pela arq. Cátia Helena Soares Figueiredo.

Guarulhos C1

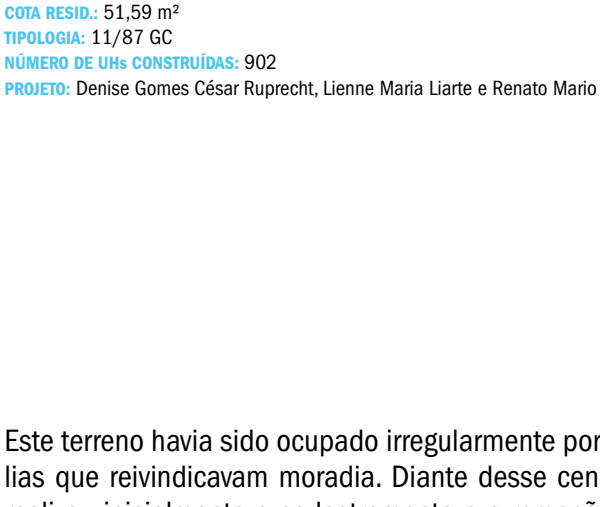
Pimentas

MUNICÍPIO: Guarulhos
ENTREGA: 1991
TERRENO: 35.078,22 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 35.078,22 m²
COTA RESID.: 51,59 m²
TIPOLOGIA: 11/87 GC
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 902
PROJETO: Denise Gomes César Ruprecht, Lienne Maria Liarte e Renato Mario Daud

Este terreno havia sido ocupado irregularmente por centenas de famílias que reivindicavam moradia. Diante desse cenário, a Companhia realizou inicialmente o cadastramento e a remoção das famílias que ocupavam áreas de risco. Na sequência, após elaboração do projeto de urbanismo – no qual eram previstas unidades habitacionais mínimas (Embrião) –, houve a implantação do conjunto, que, em sucessivas fases de construção, ocupação e remoção, foi recuperando toda a área urbana. Mais tarde foram construídas novas fases, com prédios de apartamentos.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). É possível observar a primeira fase do conjunto implantada e a área em processo de urbanização.



Acervo CDHU. Tipologia elaborada pelo arquiteto Luiz Flavio Gaggetti.



Acervo CDHU. Plano inicial de ocupação da gleba. Apenas a primeira fase (C1) foi executada seguindo o projeto. As outras foram refeitas à medida que entravam na programação da Companhia.

SP Campo Limpo B

Jardim São Bento

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1989
TERRENO: 186.201,80 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 57.255,64 m²
COTA RESID.: 53,56 m²
TIPOLOGIAS: 07/87 CLB
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 660
PROJETO: Luiz Flavio Gaggetti, Renato Mario Daud, Marco Antonio F. Garcia e Arthur Lozano Filho

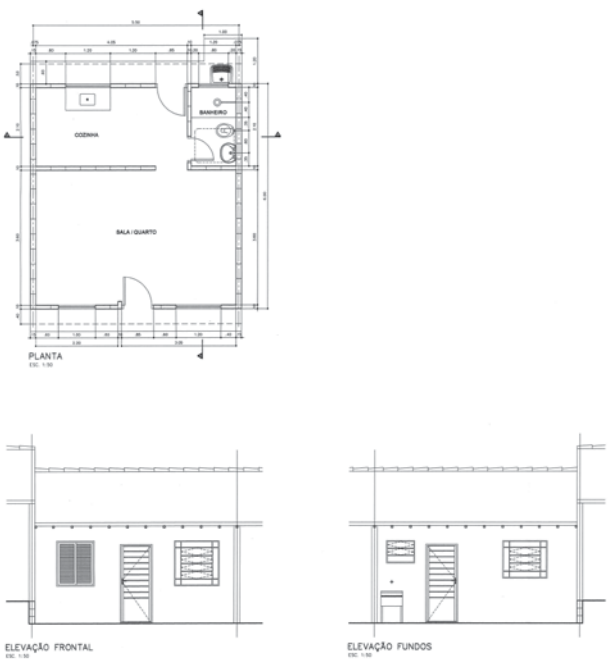
Este conjunto foi implantado em cinco fases, que vão completando o uso do terreno sempre tendo em conta as condições topográficas e o custo das unidades frente ao financiamento disponível. A primeira fase de implantação – devido à necessidade de adensamento e otimização dos recursos não mais provenientes do BNH/PLANHAP, mas do Tesouro do Estado de São Paulo – teve unidades geminadas elaboradas dentro da concepção de unidade mínima, com um dormitório, para crescimento futuro (embrião). Nas áreas deixadas para balões de retorno das vias de acesso local, ao se conectarem ao tecido urbano, foram delimitados lotes e construídos sobrados geminados. Nas áreas íngremes, desenvolveu-se um projeto piloto de verticalização com dez andares e um sistema de acesso vertical por elevadores econômicos que paravam apenas no 7º andar e serviam a dois blocos.



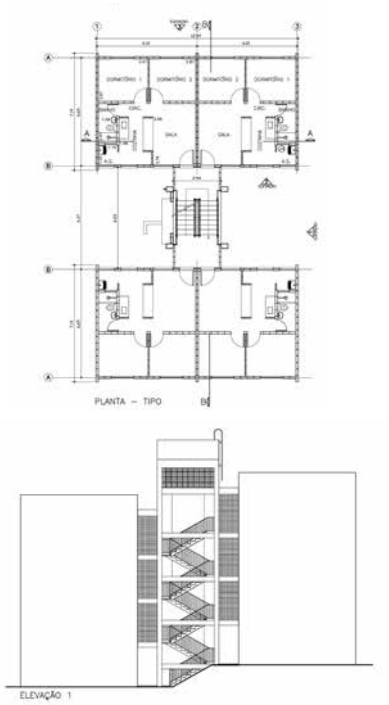
Acervo CDHU. A área próxima à Estrada de Itapecerica foi reservada para futura verticalização. Hoje estão implantados quatro edifícios de dez pavimentos.



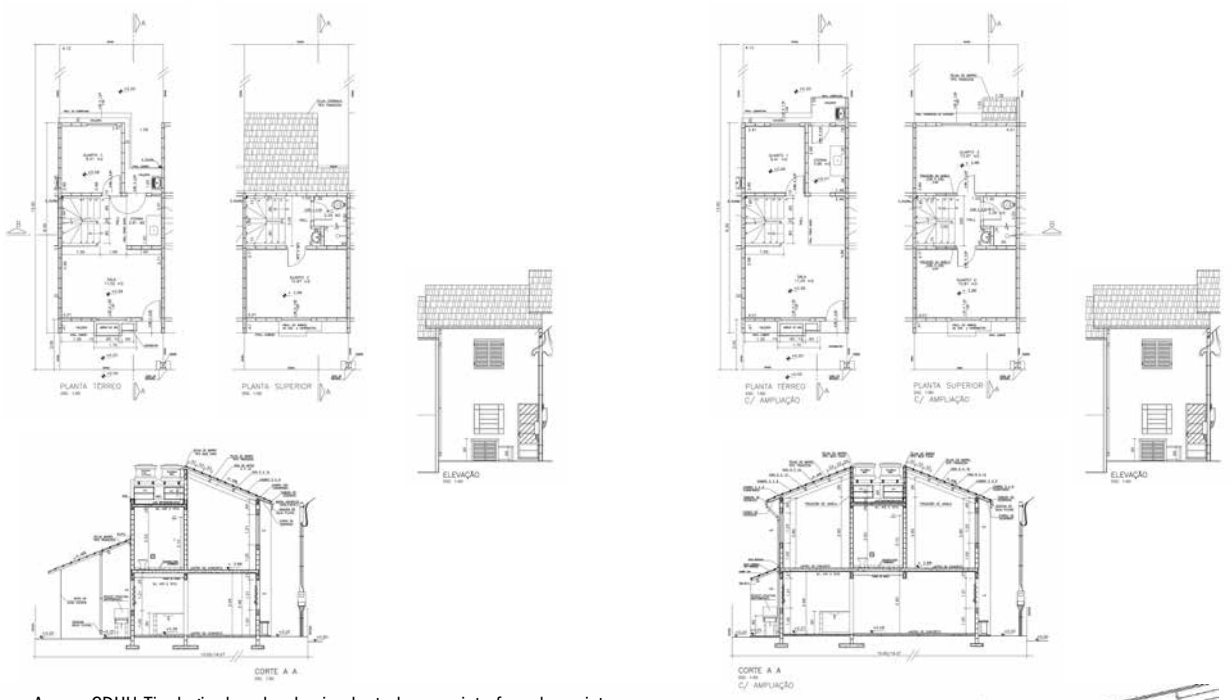
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



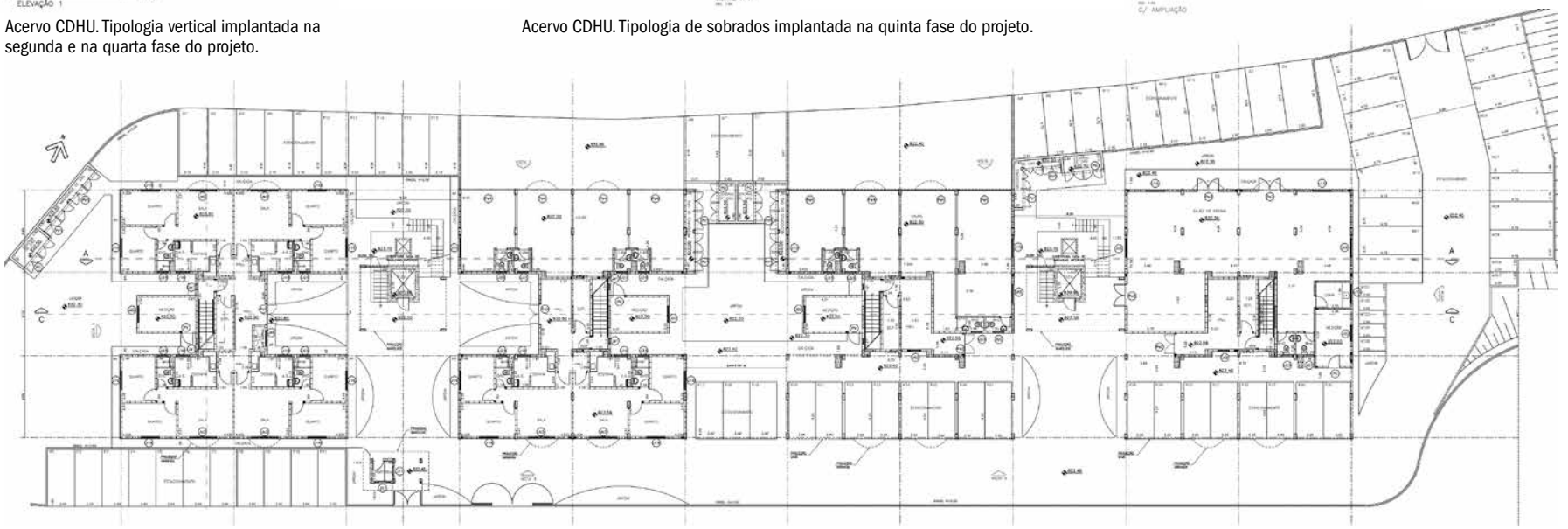
Acervo CDHU. Tipologia implantada na primeira fase do projeto, 07/88, projetada pela arq. Célia R. Tardelli Sachs.



Acervo CDHU. Tipologia vertical implantada na segunda e na quarta fase do projeto.



Acervo CDHU. Tipologia de sobrados implantada na quinta fase do projeto.



Acervo CDHU. Implantação da terceira fase do projeto. Autoria do projeto: Núcleo Engenharia Consultiva.



Acervo CDHU. Em dois dos quatro prédios implantados, o térreo foi projetado e executado para abrigar lojas comerciais.



Acervo CDHU. O acesso vertical é feito por dois elevadores com apenas uma parada no sétimo andar (elevadores econômicos). No andar de parada, existe uma passarela que conecta os quatro edifícios.

Zona Leste



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). O conjunto de glebas de grande porte adquiridos na Zona Leste foi dividido em vários etapas de implantação, devido à distribuição dos recursos necessários para a viabilização equilibrada de atendimento.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). As grandes glebas até hoje são alvos de projeto e construção, respondendo às demandas da cidade e constituindo a base de ação do SH1.

SP São Miguel Paulista A1 e A2

Águia de Haia

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1988
TERRENO: 281.130,48 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 157.391,87 m²
COTA RESID.: 131,15 m²
TIPOLOGIA: 07/87 SMPA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.200
PROJETO: Cecília Maria Parlato



Acervo CDHU.

Acervo CDHU. Unidade embrião de dois dormitórios.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Este embrião de unidade habitacional foi resultado do limite de financiamento de 500 OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional). Na época, as COHABs entregavam o lote com uma unidade que constava de uma parede hidráulica de banheiro e pia a partir da qual a população poderia construir os cômodos pelo processo de mutirão. A equipe técnica da CECAP conseguiu viabilizar este embrião de 33 m² com o mesmo custo.



Acervo CDHU. Embrião projetado pela arq. Célia R. Tardelli Sachs.

SP São Miguel Paulista F

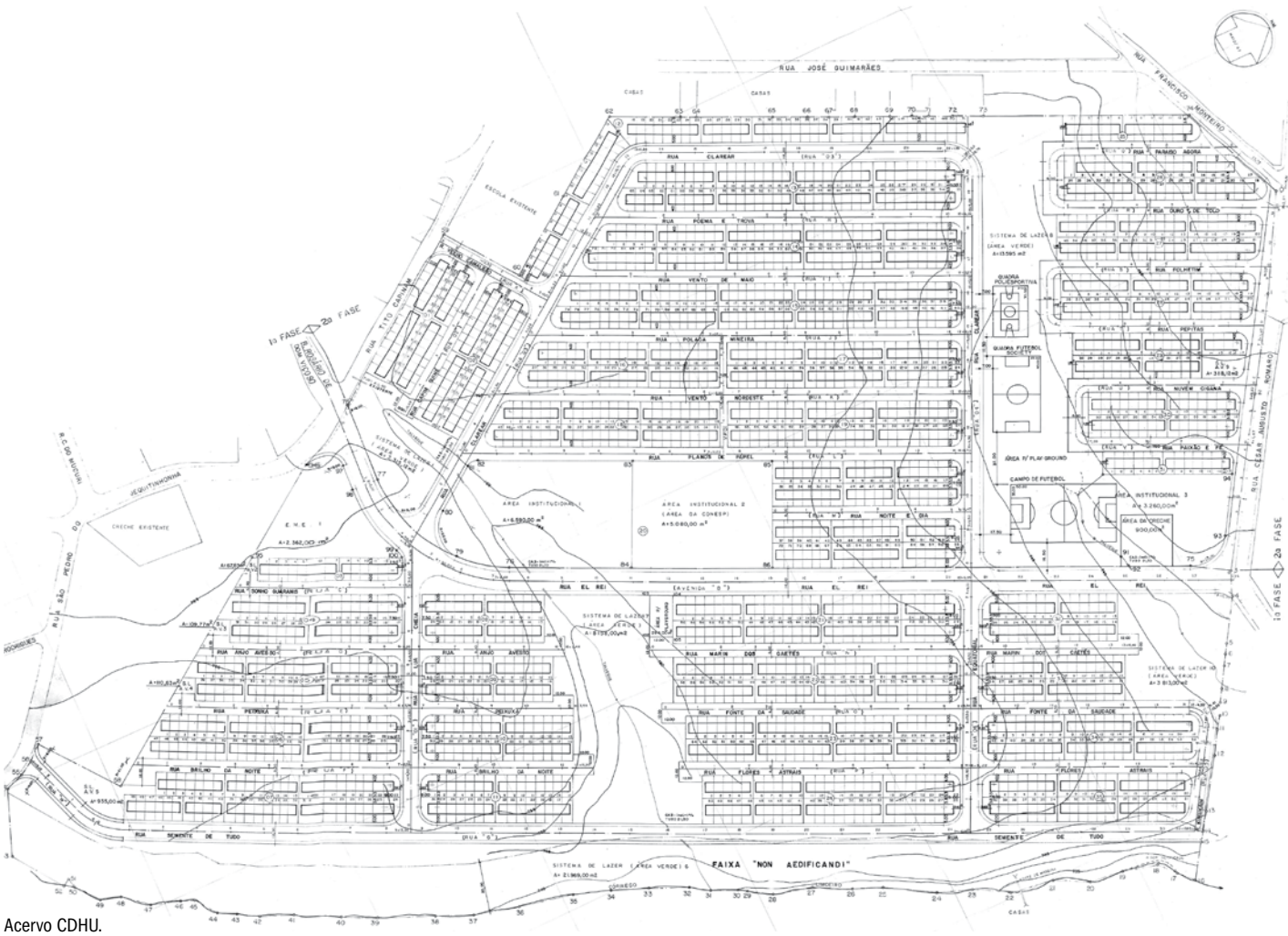
Jardim São Carlos I

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1989
TERRENO: 247.408,90 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 71.823,96 m²
COTA RESID.: 53,56 m²
TIPOLOGIA: Embrião SMPF
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.413
PROJETO: Rogério Batagliesi

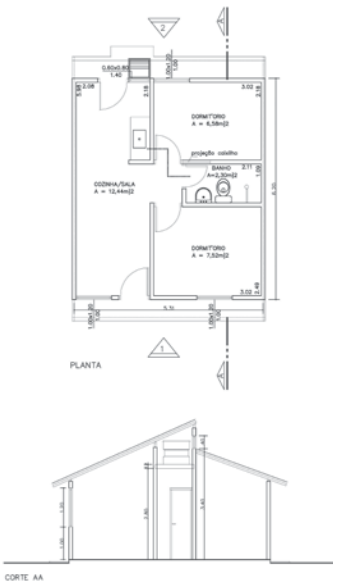
Este empreendimento foi desenvolvido para atender às demandas dos movimentos sociais organizados na Região Metropolitana de São Paulo. As casas foram erguidas em filas de seis a oito unidades geminadas, em lotes pequenos devido à grande demanda por moradia, com recursos para programas habitacionais provenientes apenas do Tesouro do Estado. O projeto atendeu à demanda sem prescindir da instalação de áreas de lazer, como campo de futebol e quadra esportiva, e reservando grandes terrenos para a implantação de equipamentos públicos.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

SP São Miguel Paulista E1 e E2

Encosta Norte

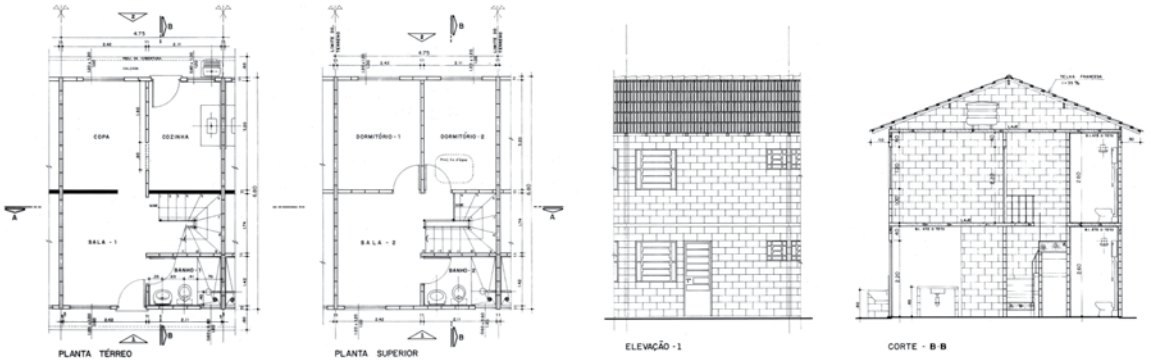
MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1989
TERRENO: 535.241,70 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 238.545,00 m²
COTA RESID.: 95,00 m²
TIPOLOGIAS: 11/87 SMPE
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.071
PROJETO: Iracema Miguel e Nelson Assumpção



Acervo CDHU.


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

A Encosta Norte, na região de São Miguel Paulista, era uma fazenda de gado improdutiva que foi desapropriada pelo Governo do Estado para a construção de unidades de habitação social. Na primeira fase (1989) foram implantados os sobrados isolados e geminados (571 unidades pelo Programa SH1), projeto de Iracema Miguel. Na fase posterior, com projeto de parcelamento feito pelo arquiteto Nelson Assumpção e gestão da arquiteta Iracema Miguel, foram implantados prédios (VI22F), totalizando 1.176 unidades. Em 1998, o Programa Mutirão foi implantado em parceria com as associações, mediante contratos para autoconstrução em várias quadras do empreendimento. Cada associação escolhia, entre os projetos da CDHU, o que preferia. Essa dinâmica determinou a variedade de soluções do conjunto. Os conjuntos foram tão importantes no desenvolvimento da região que, a partir do sistema viário desenvolvido pela Companhia, houve um favorecimento das ligações entre bairros, e várias linhas de ônibus foram criadas pelo munícipio para atender os moradores.



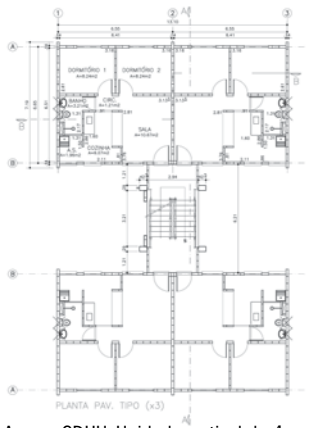
Acervo CDHU. Sobrado de autoria do arq. Luiz Flavio Gaggetti implantado na fase E1 e E2.







Acervo CDHU. Tipologia VI22F.



Acervo CDHU. Unidade vertical de 4 pavimentos e 2 dormitórios (VI22F), projeto arq. Luiz Flavio Gaggetti.

Em São Miguel Paulista E foram implantadas tipologias em várias fases, além de equipamentos, como o primeiro CIC da cidade de São Paulo, cujo atendimento atraiu famílias do conjunto, do entorno e também moradores de municípios vizinhos, como Guarulhos e Ferraz de Vasconcelos. Vale ressaltar que nessa região da cidade há uma grande quantidade de empreendimentos da CDHU. Em 2009 foi entregue a fase E14 pelo Programa PAC.



Acervo CDHU. Escola de Ensino Fundamental (do 1° ao 9° ano).



Acervo CDHU. Primeiro Centro Integrado de Cidadania (CIC).



Acervo CDHU. Visão geral do conjunto de tipologias que formam o empreendimento.



SP Tucuruvi B1 e B2

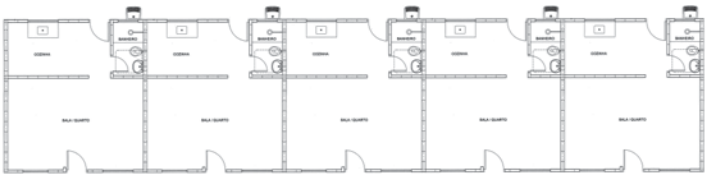
Jova Rural

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1989
TERRENO: 563.690,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 244.090,00 m²
COTA RESID.: 110,00 m²
TIPOLOGIAS: 07/87 TB
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 2.219
PROJETO: Lienne Maria Liarte e Lia Affonso Ferreira

De 1989 a 2010 foram implantadas nove fases neste empreendimento e outras estão em processo de preparação, pois a área tem sofrido constantes invasões. Na primeira fase, foram construídas casas em renques devido à restrição de recursos. Nas fases seguintes, há diferentes tipologias, incluindo apartamentos em prédios construídos por sistemas diversos (pré-moldado, estrutura metálica e estrutura convencional). O sistema viário do conjunto beneficiou toda a região, pois permitiu a circulação entre os bairros que circundam o empreendimento, estabelecendo uma conexão que antes não existia. Entre os equipamentos públicos estão um Centro de Integração da Cidadania (CIC), escolas e creches que atendem toda a região.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Unidades térreas em renque projetadas pela arq. Cecilia Parlato.



Acervo Ferreira. Foto tirada em 1987 na implantação das fases B1 e B2.

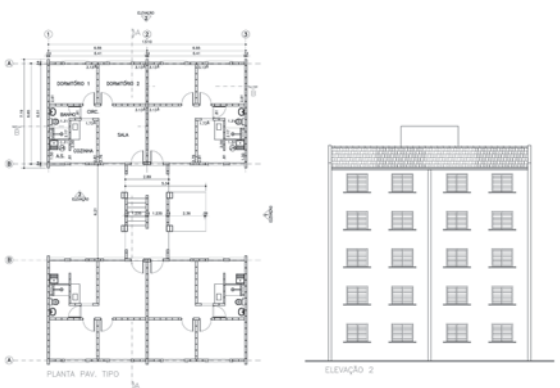


Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Unidade vertical sobre pilotis e com dois dormitórios (PI22F), elaborada pelo arq. Luiz Flavio Gaggetti.

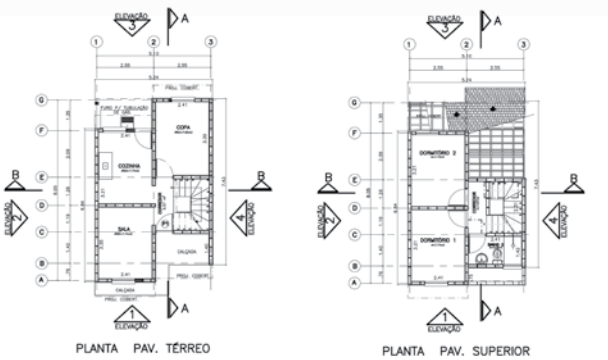
As primeiras unidades entregues tinham uma parede na forma de um S que dividia a sala e a cozinha, criando um balcão de um lado e um armário do outro. Após a ocupação dos apartamentos pelos moradores, essa parede foi removida, gerando riscos à estrutura do prédio. As novas unidades foram revistas pela equipe técnica e vinham apenas com uma parede sem os nichos da cozinha e da sala.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

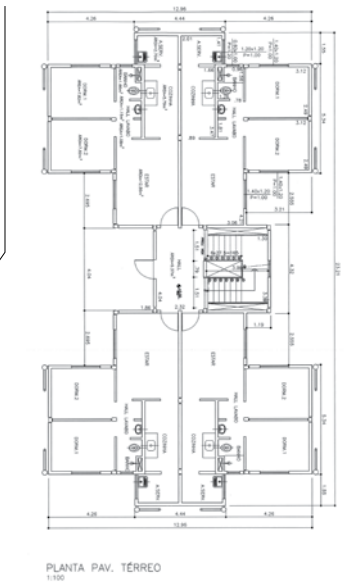




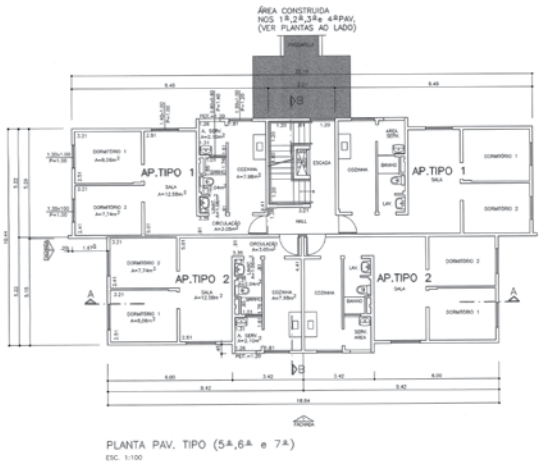
Acervo CDHU. Unidade sobrado de dois dormitórios (SR23A), com possibilidade para crescimento de três dormitórios, projetada pela arq. Irene Borges Rizzo.

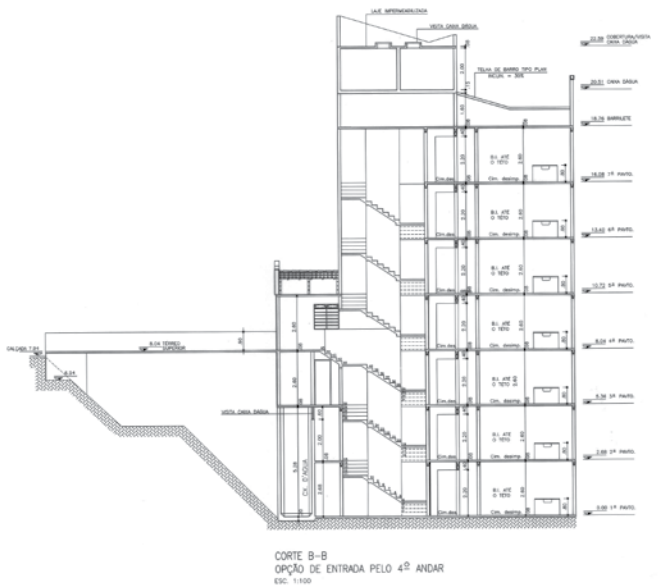


Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Tipologia vertical de sete pavimentos e apartamentos de dois dormitórios, projetado pelo arq. Siegbert Zanettini, com estrutura metálica (V072 COSIPA).





Acervo CDHU. Tipologia vertical resultado de concurso realizado para implantação de áreas em grande declividade, com entrada pelo pavimento intermediário. São sete pavimentos com dois dormitórios (VI22K), de autoria do arq. Flavio Pessoa Mendes Correa.

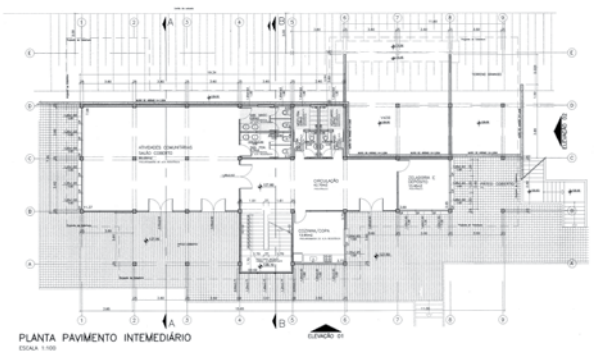


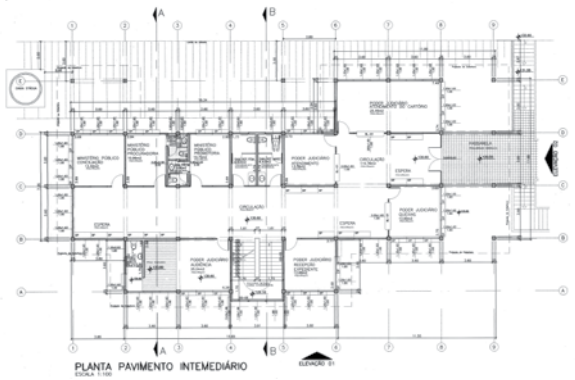
Acervo CDHU. V072 COSIPA

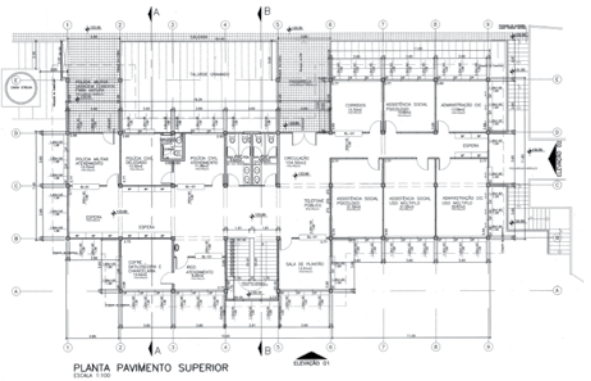


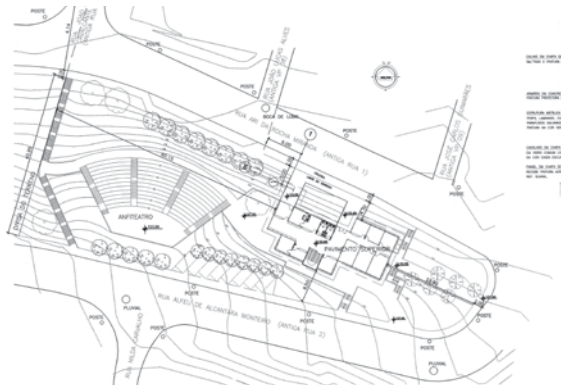
Acervo CDHU. VI22K.

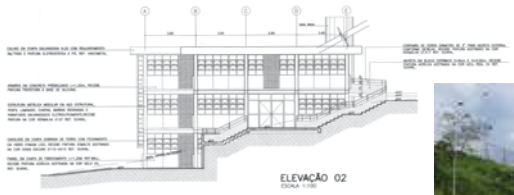












Acervo CDHU. CIC Norte, projeto do arq. Benno Perelmutter.



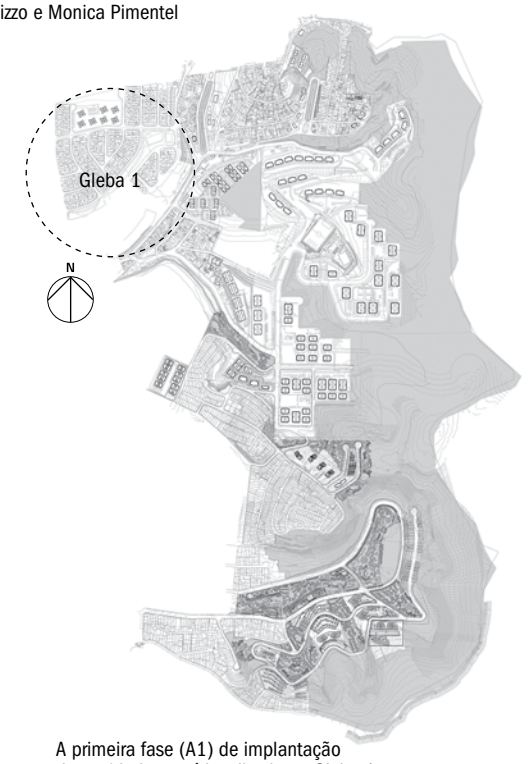


Deangelo, 2015. Imagens do CIC.

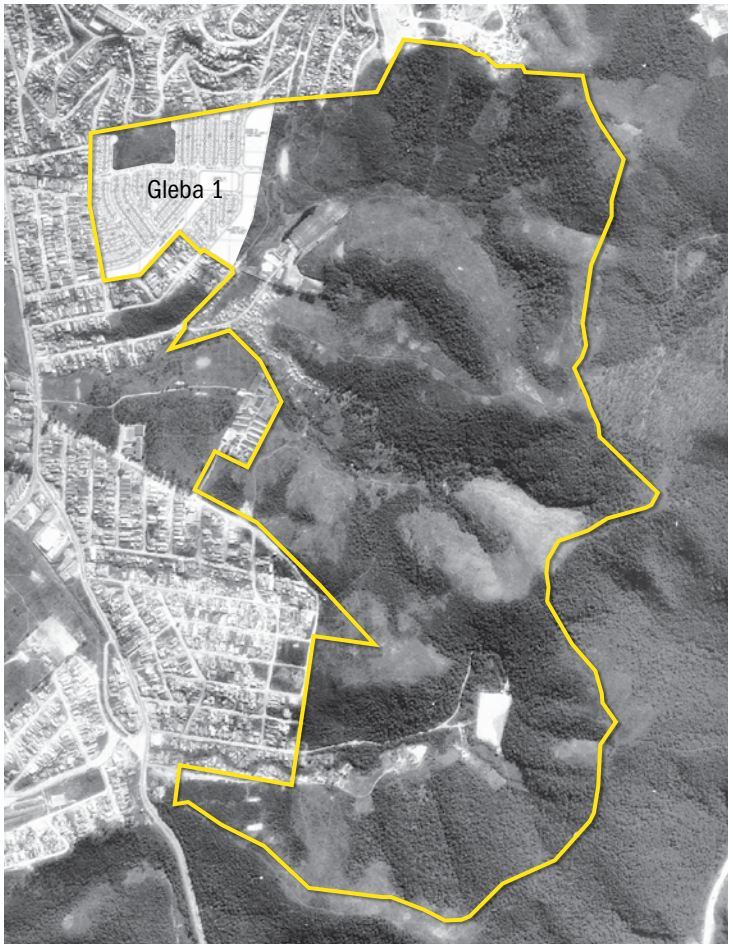
Santo André A1

MUNICÍPIO: Santo André
ENTREGA: 1997
TERRENO: 116.966,33 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 61.045,99 m²
COTA RESID.: 125,61 m²
TIPOLOGIA: SG25A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 112
PROJETO: Vitor Augusto dos Santos, Irene Borges Rizzo e Monica Pimentel

A CDHU adquiriu o terreno correspondente a todo o conjunto do Jardim Santo André em 1977. As primeiras intervenções foram executadas na década de 1990, com a construção de unidades habitacionais e execução de obras de urbanização, mantendo as famílias que haviam construído suas moradias em áreas apropriadas para receberem infraestrutura urbana em suas casas. Essas obras permitiram a primeira integração do bairro à estrutura da cidade, com a posterior implantação de escolas, linhas de ônibus e Centro de Educação Unificado (CEU).



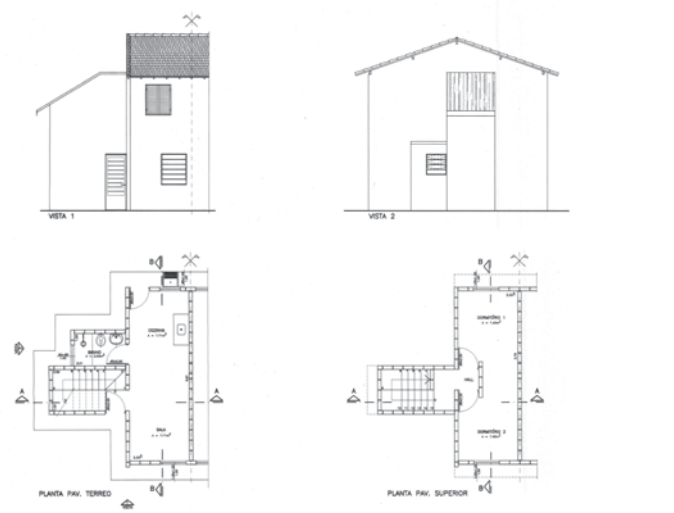
A primeira fase (A1) de implantação das unidades está localizada na Gleba 1.



Acervo CDHU. A gleba adquirida estava praticamente livre de ocupações, tendo apenas um pequeno núcleo de favela que seria atendido na primeira fase de implantação do conjunto.




Acervo CDHU. A planta dos sobrados geminados permite ampliação das unidades.



Acervo CDHU. Sobrado de dois dormitórios, com planta que favorecia a ampliação por ter duas paredes construídas. Autoria do arq. Vitor Augusto dos Santos.


Acervo CDHU.

Hospital Geral de São Mateus

MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: Rua Alessandro Giulio Dell'Aringa
TERRENO: 10.144,17 m²
ÁREA DE CONSTRUÇÃO: 12.714 m²
CAPACIDADE: 220 leitos
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 5 + Subsolo
EQUIPE TÉCNICA: Akiko Yamashita, Lygia Tupy Caldas, Virginia Steed e Wilson Bracetti
CONSULTORES: João Figueiras Lima (Lelé), João Bento de Hanai, João Batista Vilanova Artigas e Luiz Henrique Ceotto

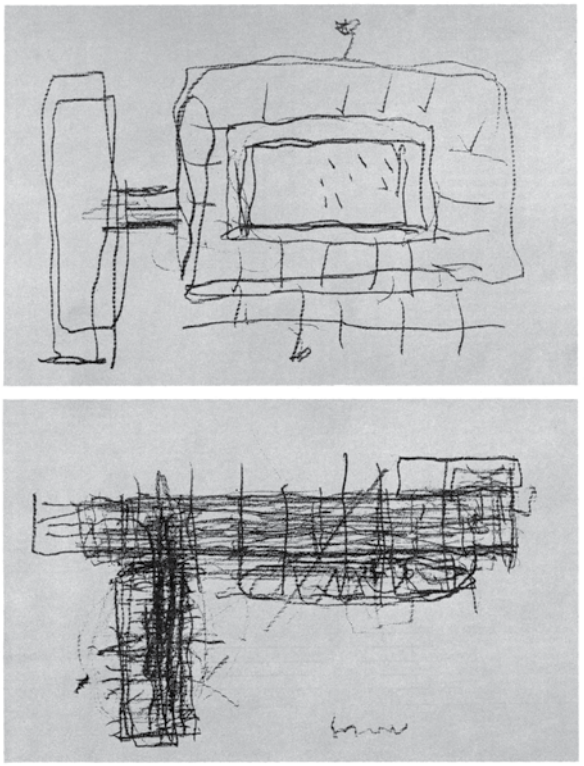
Em meados dos anos 1980, a CDH elaborou e executou projetos para o Programa Metropolitano de Saúde (PMS), desenvolvido pelo Governo do Estado e que contou com parte dos recursos financiados pelo Banco Mundial. Foram construídos o Hospital Geral de São Mateus, com capacidade de 220 leitos, além de dezenas de Unidades Básicas de Saúde (UBSs), localizadas na Região Metropolitana de São Paulo.

O Programa possuía um caráter emergencial, demandando agilidade tanto na elaboração dos projetos como na realização das obras. Desse modo, foi definido um sistema construtivo com a consultoria da Universidade Federal de São Carlos, respondendo às necessidades do Programa e prazos. Foram estudadas algumas alternativas e, no caso das UBSs, optou-se por uma obra convencional, com estrutura de concreto moldado *in loco*, mas com alto grau de racionalização dos trabalhos executados em canteiro.

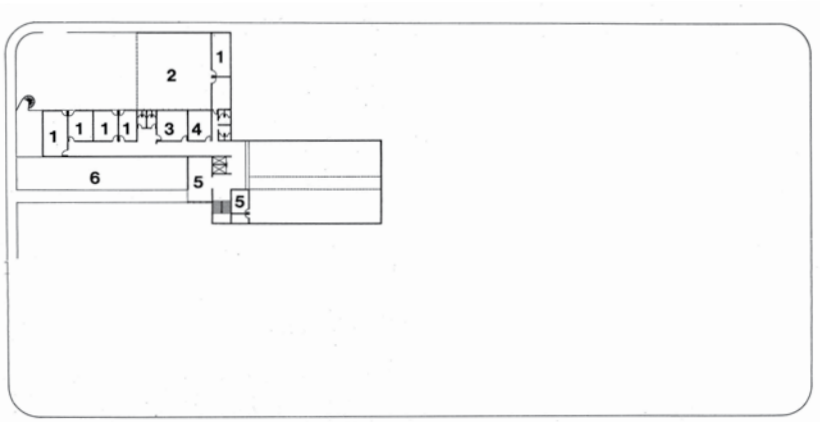
O projeto do Hospital partiu de desenhos do arquiteto Vilanova Artigas. De acordo com um artigo publicado na *Revista Projeto/77*, a equipe da CDH seguiu os croquis do professor e, como "discípulos seus, fizeram este projeto pensando à sua maneira, que também a saúde de um povo pudesse vir a ser medida pela beleza de seus hospitais".

Assim, ainda segundo o artigo, "no projeto do hospital de São Mateus, dois condicionantes básicos orientaram a solução: a configuração do terreno e sua topografia, de um lado, e de outro a busca de um partido arquitetônico que não obrigasse a sobreposição das áreas de internação com as demais áreas de atendimento médico (principalmente o centro cirúrgico), de modo a prevenir que eventuais problemas decorrentes de deficiências nas redes de abastecimento e serviços mecânicos acarretassem indesejáveis interdições em setores interdependentes, mas razoavelmente autônomos".

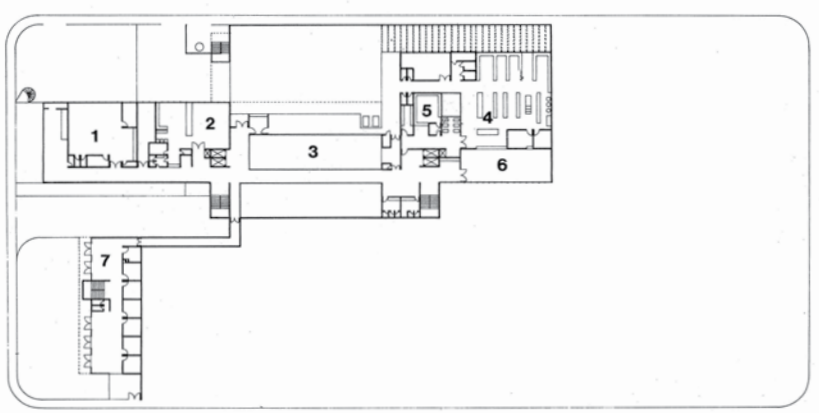
Para as UBSs, "a estrutura desenvolve-se numa malha modulada bidirecional cuja unidade é de 0,675 m. Esse sistema construtivo com base nessa malha de desenvolvimento em dois eixos ortogonais garante a necessária flexibilidade de adaptação às diversas condições de implantação, ditadas pela multiplicidade de topografias e pelas dimensões dos terrenos destinados às UBSs, evitando-se a imposição de uma planta padrão, inadequada a essa atividade" (*Revista Projeto*).



Revista Projeto, edição 77. Primeiros croquis de Vilanova Artigas para o Hospital Geral de São Mateus.



Revista Projeto, edição 77. Nível 100.70, Oficina/Casa de Máquinas. 1. Oficinas, 2. Garagem, 3. Escritórios, 4. Zelador, 5. Velório, 6. Máquinas.

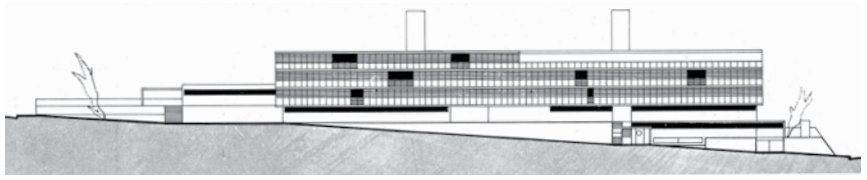


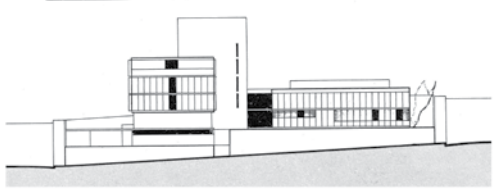
Revista Projeto, edição 77. Nível 104.40, abastecimento/Saúde mental. 1. Lavanderia, 2. Esterilização, 3. Almoxarifado, 4. Cozinha, 5. Lactário, 6. Refeitório, 7. Recuperação.



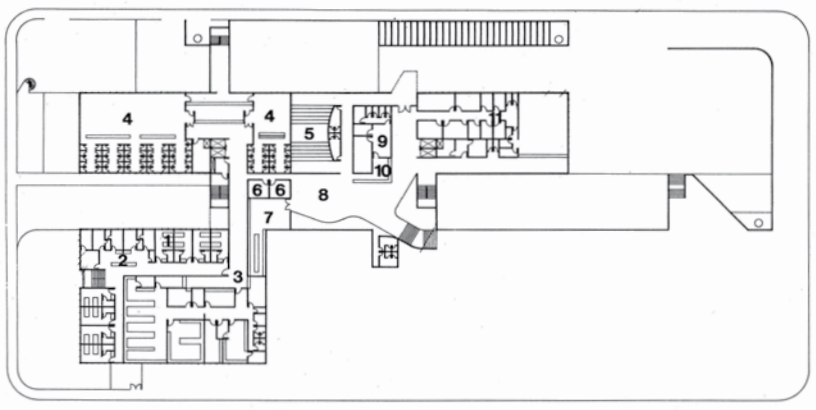


Acervo CDHU.

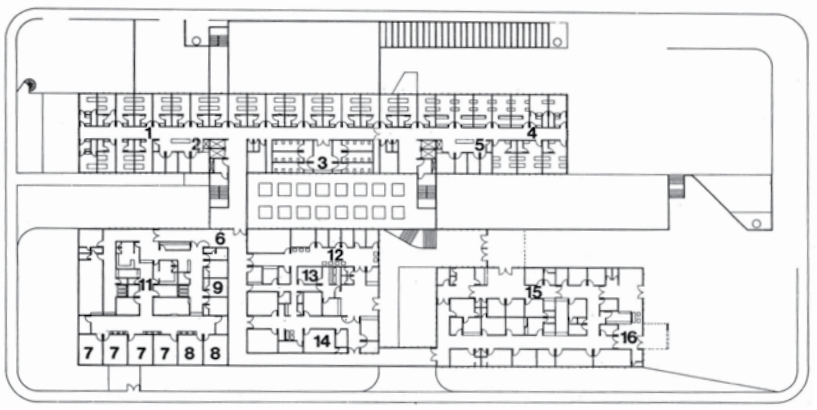




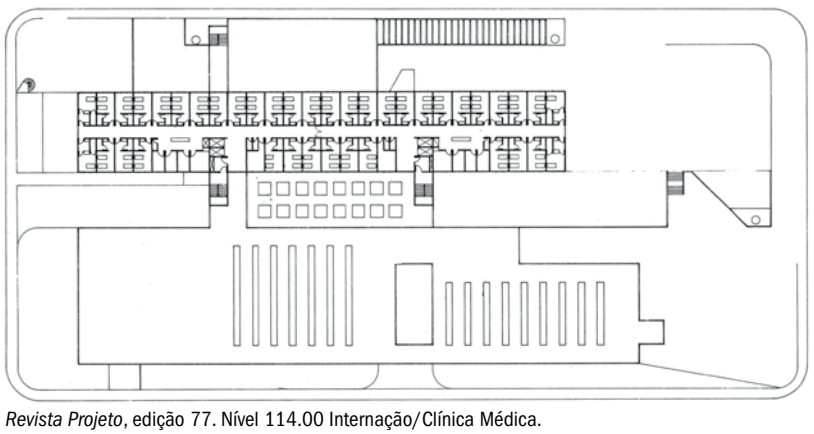
Revista Projeto, edição 77. Elevações e corte.



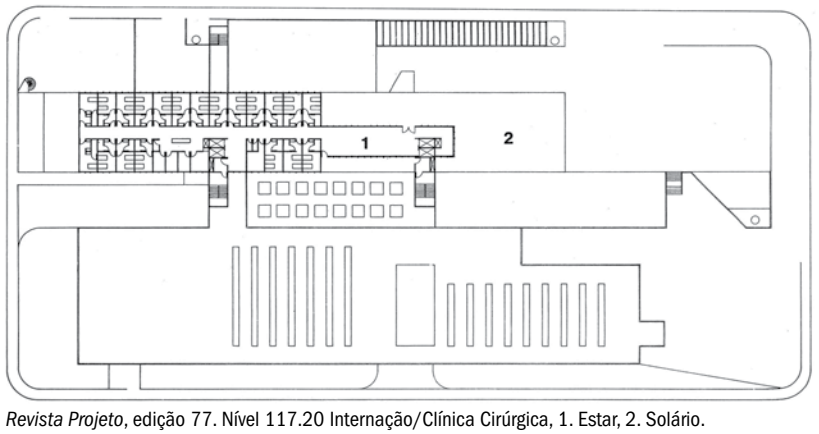
Revista Projeto, edição 77. Nível 107.60, 1.Saúde mental/Internação, 2. Saúde mental/posto, 3. Laboratórios, 4. Vestiários/educação, 5. Auditório, 6. Salas educadoras, 7. Biblioteca, 8. Saguão, 9. SAME, 10. Matrícula/Informação, 11. Administração.



Revista Projeto, edição 77. Nível 110.80 Internação, 1. Enfermarias de Obstetrícia, 2. Posto de obstetrícia, 3. Berçários, 4. Enfermarias de pediatria, 5. Posto de pediatria e centro cirúrgico-obstétrico, 6. Posto, 7. Sala de cirurgia, 8. Sala de parto, 9. Preparo parto, 10. Recuperação/UTI, 11. Vestiários, 12. Reabilitação Física, 13. Banco de Sangue, 14. Radiologia, 15. Ambulatório, 16. Emergência.



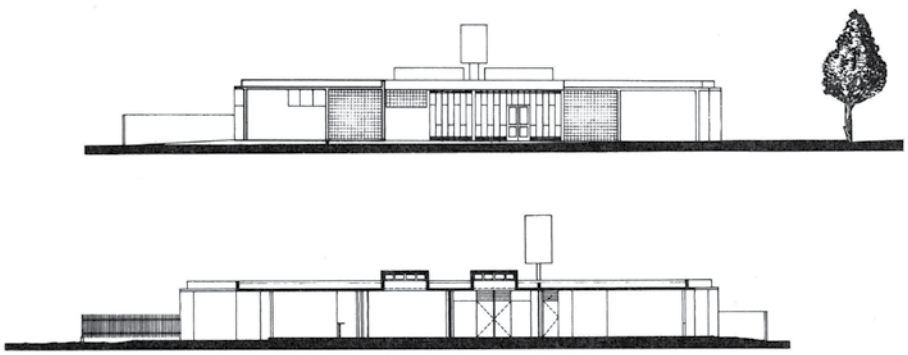
Revista Projeto, edição 77. Nível 114.00 Internação/Clínica Médica.



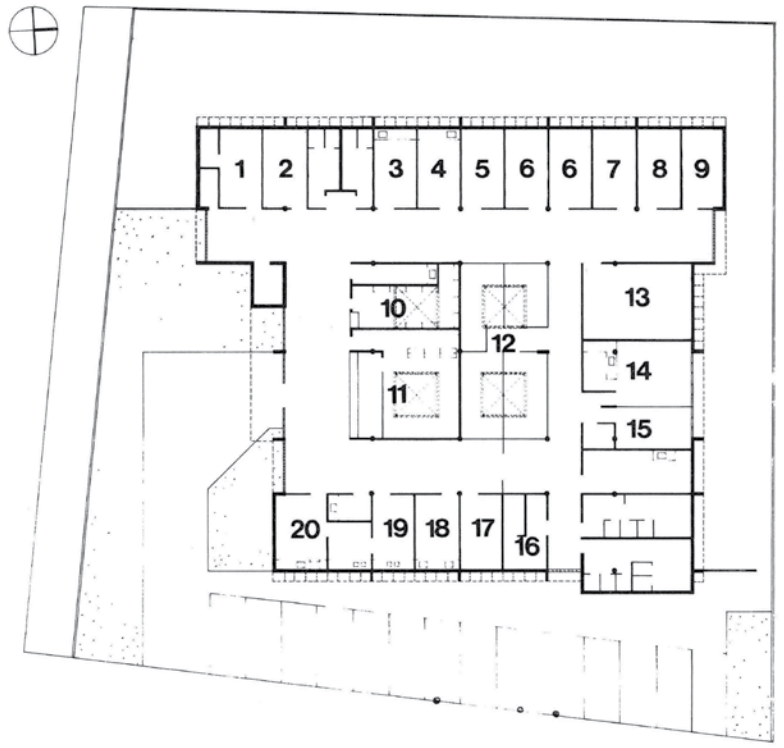
Revista Projeto, edição 77. Nível 117.20 Internação/Clínica Cirúrgica, 1. Estar, 2. Solário.

UBS Parada de Taipas

MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: Av. Elíso Teixeira Leite
TERRENO: 1.740,84 m²
COBERTURA: 823,24 m²
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 1
EQUIPE TÉCNICA: Claudio Gimenez Filho, Douglas M. Calder, Iracema Miguel, Beatriz Araújo Barbéris e Félix Alves de Araújo
CONTRATADOS: Orpheu Zamboni, Ricardo França e Sandretec de Engenharia



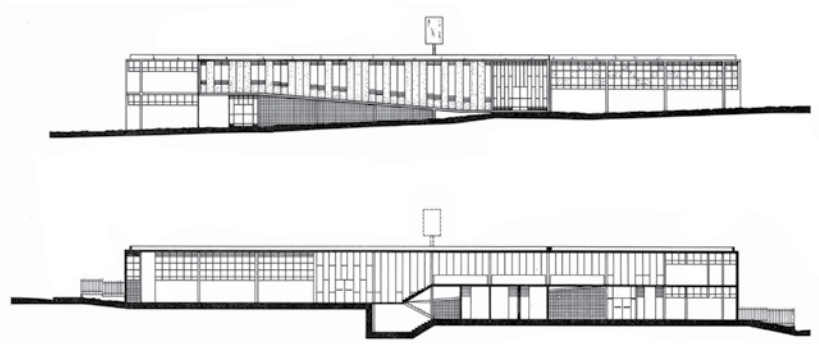
Revista Projeto, edição 77. Elevações



Revista Projeto, edição 77. 1. Ginecologia, 2. Pós-consulta, 3. Pré-consulta, 4. Assistência/Enfermagem, 5. Pós-consulta, 6. Pediatria, 7. Clínica Médica, 8. Saúde mental, 9. Serviço social, 10. Farmácia, 11. Informações/Arquivo, 12. Administração, 13. Sala odontológica, 14. Reabilitação, 15. Reuniões, 16. Zeladoria, 17. Assitência/Emergência, 18. Inalação, 19. Vacinação, 20. Curativos/Esterilização.

UBS N. Sra. Aparecida

MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: R. Guaiá-Guaçu com R. Paulinho Cerqueira
TERRENO: 1.383,00 m²
COBERTURA: 372,42 m²
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 2
EQUIPE TÉCNICA: Claudio Gimenez Filho, Douglas M. Calder, Iracema Miguel, Beatriz Araújo Barbéris e Félix Alves de Araújo
CONTRATADOS: Ricardo França e Sandretec de Engenharia

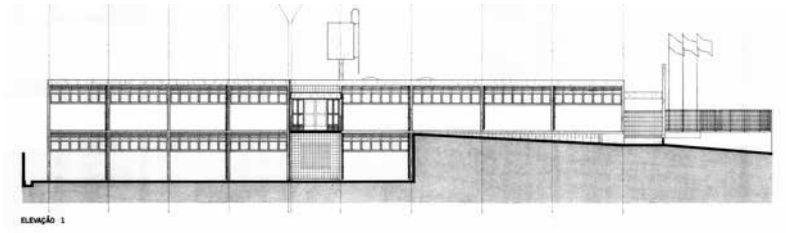


Revista Projeto, edição 77. Elevações

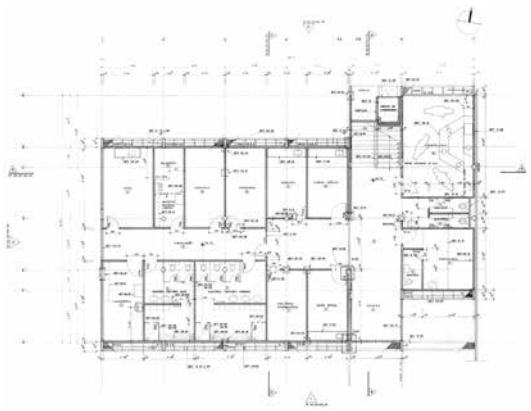
Revista Projeto, edição 77. 1. Ginecologia, 2. Pós-consulta, 3. Pré-consulta, 4. Assistência/Enfermagem, 5. Pós-consulta, 6. Pediatria, 7. Clínica Médica, 8. Saúde mental, 9. Serviço social, 10. Farmácia, 11. Informações/Arquivo, 12. Administração, 13. Sala odontológica, 14. Reabilitação, 15. Reuniões, 16. Zeladoria, 17. Assistência/Emergência, 18. Inalação, 19. Vacinação, 20. Curativos/Esterilização.

UBS Jardim Vazame

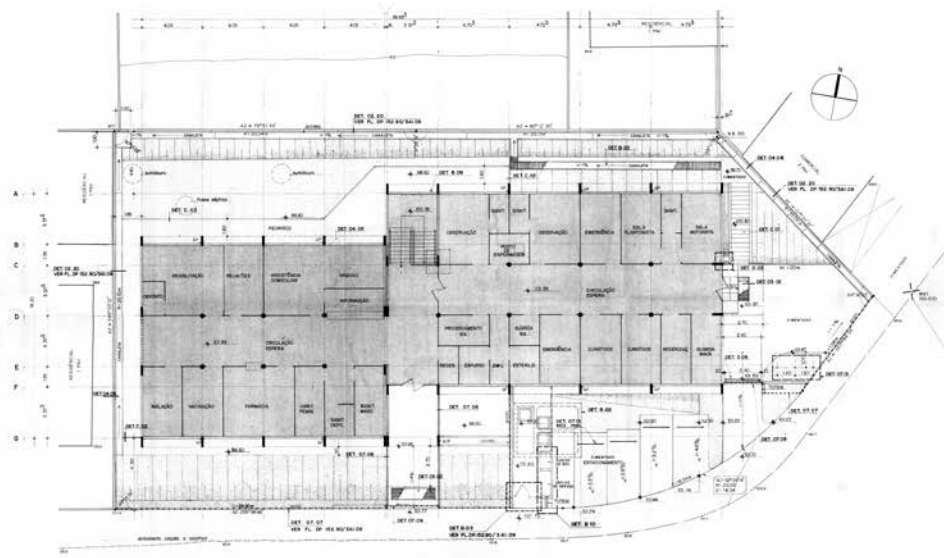
MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: Rua São Lucas com Rua Augusta Almeida Batista
TERRENO: 1.117,13 m³
COBERTURA: 698,06 m²
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 2
EQUIPE TÉCNICA: Claudio Gimenez Filho, Douglas M. Calder, Monica Gasperini e Tsuyoshi Anzai
CONTRATADOS: Ricardo França e Sandretec de Engenharia



Acervo Gimenez Filho. Elevação.

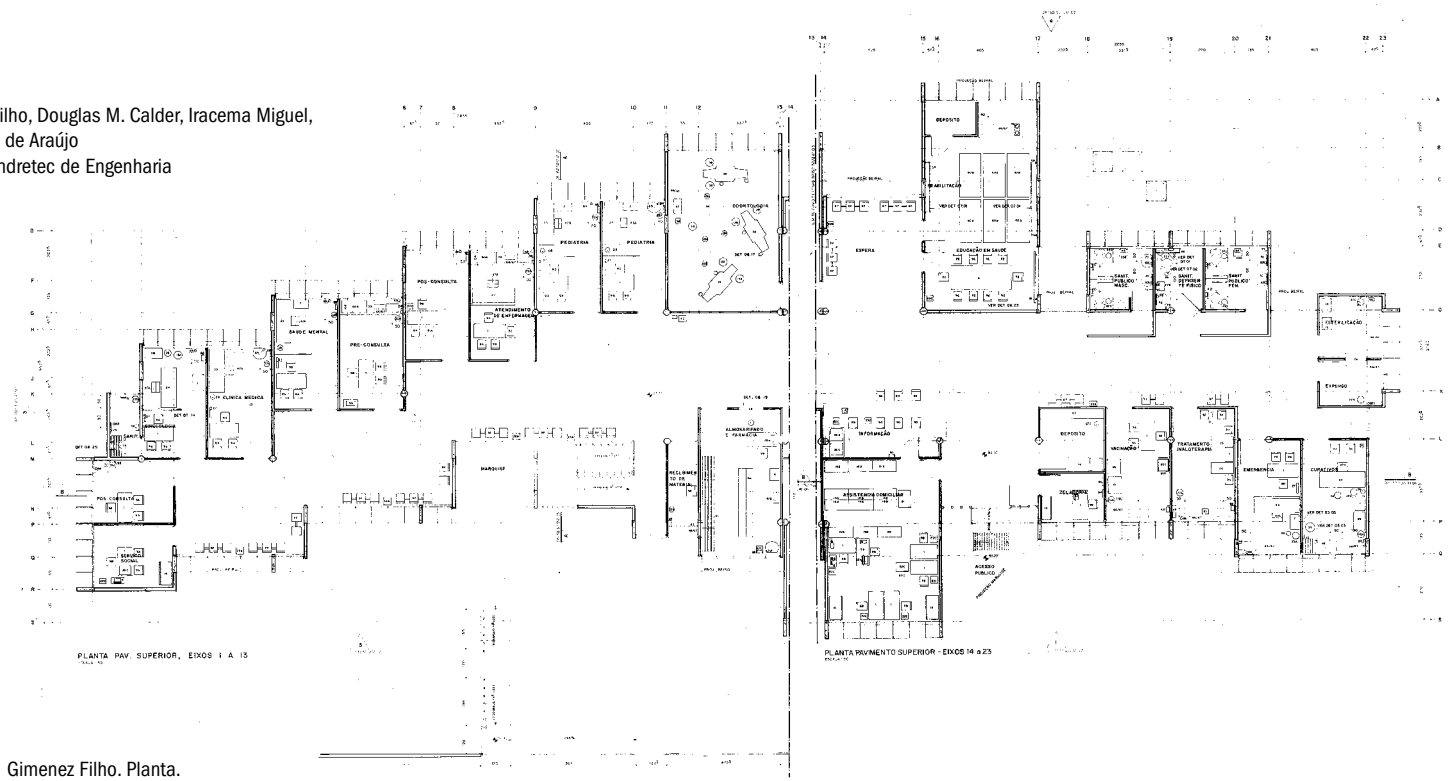


Gimenez Filho. Plantas.



UBS Jardim Elba

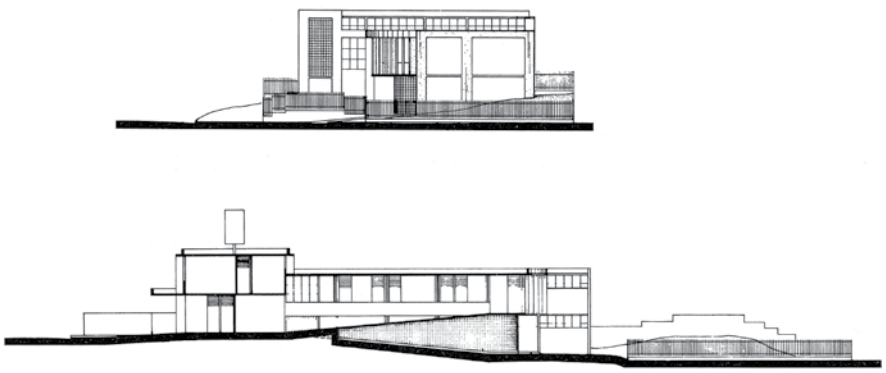
MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: Rua Batista Ferguzio
TERRENO: 1.598,73 m³
COBERTURA: 565,25 m²
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 2
EQUIPE TÉCNICA: Claudio Gimenez Filho, Douglas M. Calder, Iracema Miguel, Beatriz Araújo Barbéris e Félix Alves de Araújo
CONTRATADOS: Ricardo França e Sandretec de Engenharia



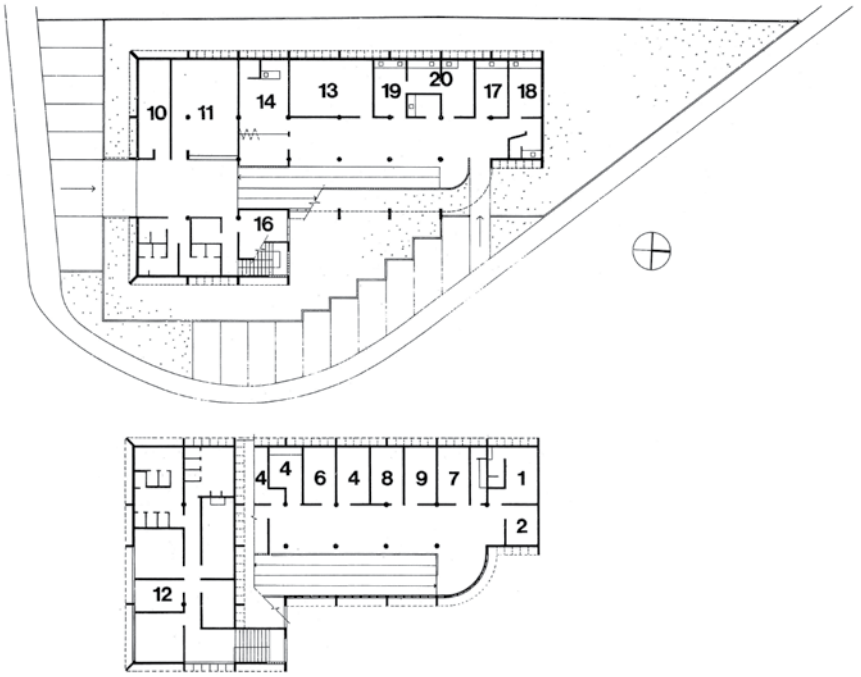
Gimenez Filho. Planta.

UBS Jardim Robru II

MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: Rua José Pessota com Rua José Augusto Lobo
TERRENO: 1.130,00 m²
COBERTURA: 504,41 m²
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 2
EQUIPE TÉCNICA: Claudio Gimenez Filho, Douglas M. Calder, Iracema Miguel, Beatriz Araújo Barbéris e Félix Alves de Araújo
CONTRATADOS: Ricardo França e Sandretec de Engenharia



Revista Projeto, edição 77. Elevações



Revista Projeto, edição 77. 1. Ginecologia, 2. Pós-consulta, 3. Pré-consulta, 4. Assistência/Enfermagem, 5. Pós-consulta, 6. Pediatria, 7. Clínica Médica, 8. Saúde mental, 9. Serviço social, 10. Farmácia, 11. Informações/Arquivo, 12. Administração, 13. Sala odontológica, 14. Reabilitação, 15. Reuniões, 16. Zeladoria, 17. Assistência/Emergência, 18. Inalação, 19. Vacinação, 20. Curativos/Esterilização.

UBS N. Sra. do Carmo

MUNICÍPIO: São Paulo
ENDEREÇO: Av. Maria Luiz Americano com Rua Veríssimo da Silva
TERRENO: 1.245,93 m²
COBERTURA: 519,88 m²
NÚMERO DE PAVIMENTOS: 2
EQUIPE TÉCNICA: Claudio Gimenez Filho, Douglas M. Calder, Iracema Miguel, Beatriz Araújo Barbéris e Félix Alves de Araújo
CONTRATADOS: Perrone e Associados, Ricardo França e Sandretec de Engenharia







Gimenez Filho.

Alojamento para músicos

Campos do Jordão



A origem do projeto foi a implantação de um programa do Governo do Estado para iniciar ciclos de concertos de inverno em Campos do Jordão. Para isso, foi necessário construir alojamentos para os músicos. O arquiteto Luiz Flavio Gaggetti desenvolveu um projeto com uma solução que levou em consideração o clima e a urgência da construção: execução em madeira, composição de módulos articulados entre unidades sanitárias em alvenaria e os alojamentos em madeira. Foram previstos espaços de confraternização para ensaios e festas, e os dormitórios apresentam diferença de nível entre eles.













Acervo CDHU, 2015.

Oficina Cultural Oswald de Andrade

São Paulo

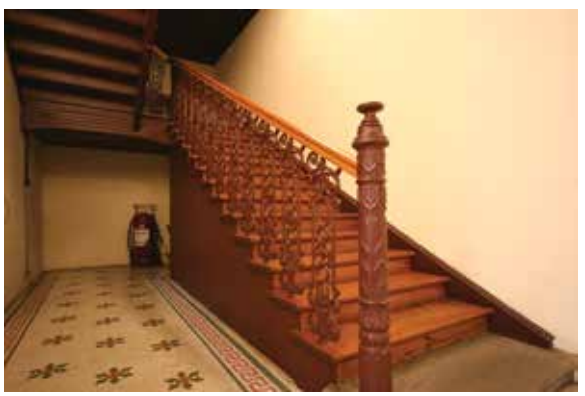
Ao se mudar para a Cidade Universitária, a Faculdade de Odontologia da USP deixou o prédio que a Secretária de Cultura ocupou com oficinas de arte. Foi solicitada à CECAP que desenvolvesse o projeto de um Centro Cultural para o edifício, e a arquiteta Maria Alzira Marzagão Monfré realizou o projeto da reforma. Durante as obras foram encontrados dois vitrais ainda encaixotados que foram utilizados no grande salão de entrada.

















Acervo CDHU.

SUCEN

São Paulo



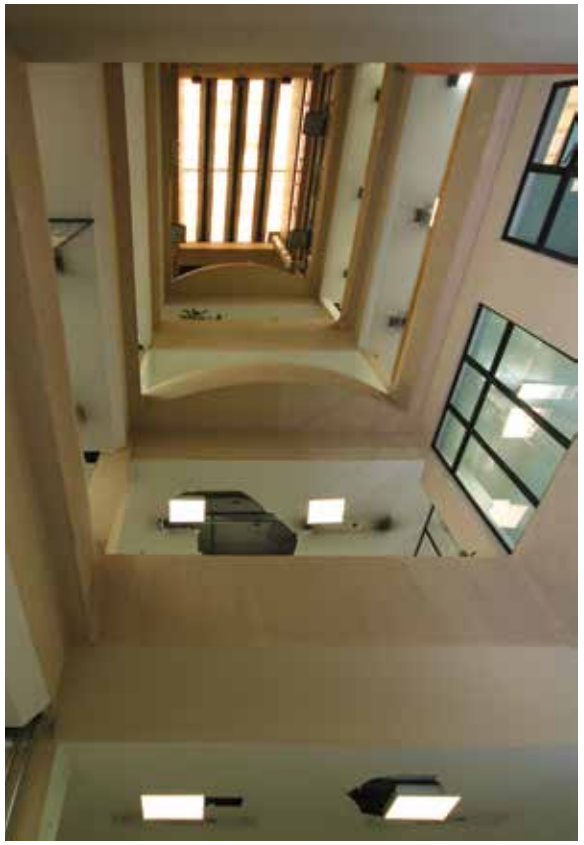
A Secretaria de Saúde solicitou à CECAP um projeto para a nova sede da Superintendência do Controle de Endemias (SUCEN). Os arquitetos Luiz Flavio Gaggetti e Moyses Aldo Nascimento foram responsáveis pelo projeto da reforma, que visava melhorias para a circulação, ventilação e iluminação do edifício: aberturas maiores nas fachadas para abrigar os laboratórios e escritórios, recorte das lajes abrindo um grande vão do térreo até o sétimo pavimento, cobertura do vão por um *domus* zenital, remanejamento dos sanitários, implantação de um novo sistema de rede de águas e de esgoto e nova circulação vertical no fundo e na frente do edifício. Originalmente as lajes do edifício foram dimensionadas para receber cargas de depósito de tapetes; coube ao engenheiro Carlos Rodolfo Urlas adequar o projeto estrutural para tornar possível o corte das lajes dos sete pavimentos.





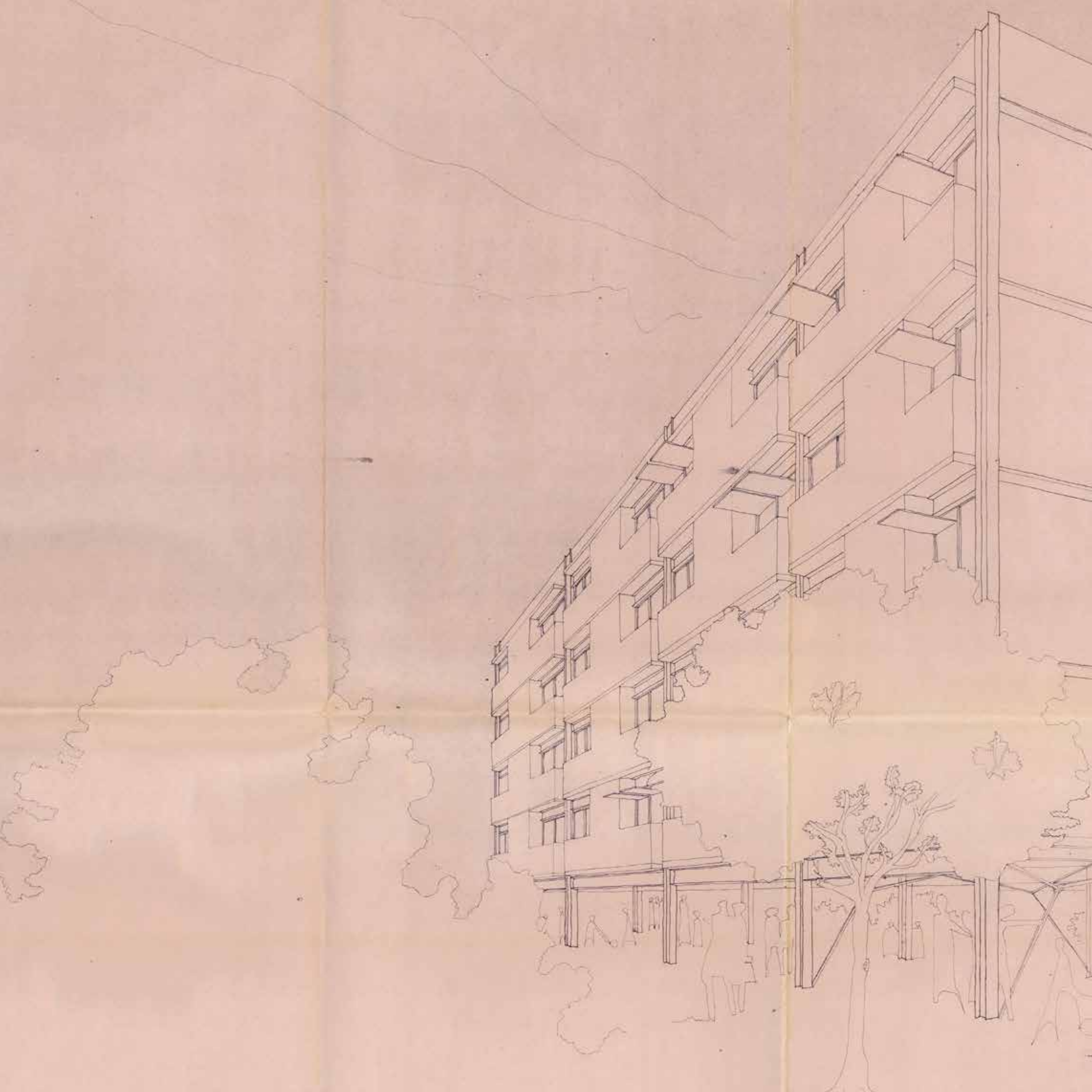


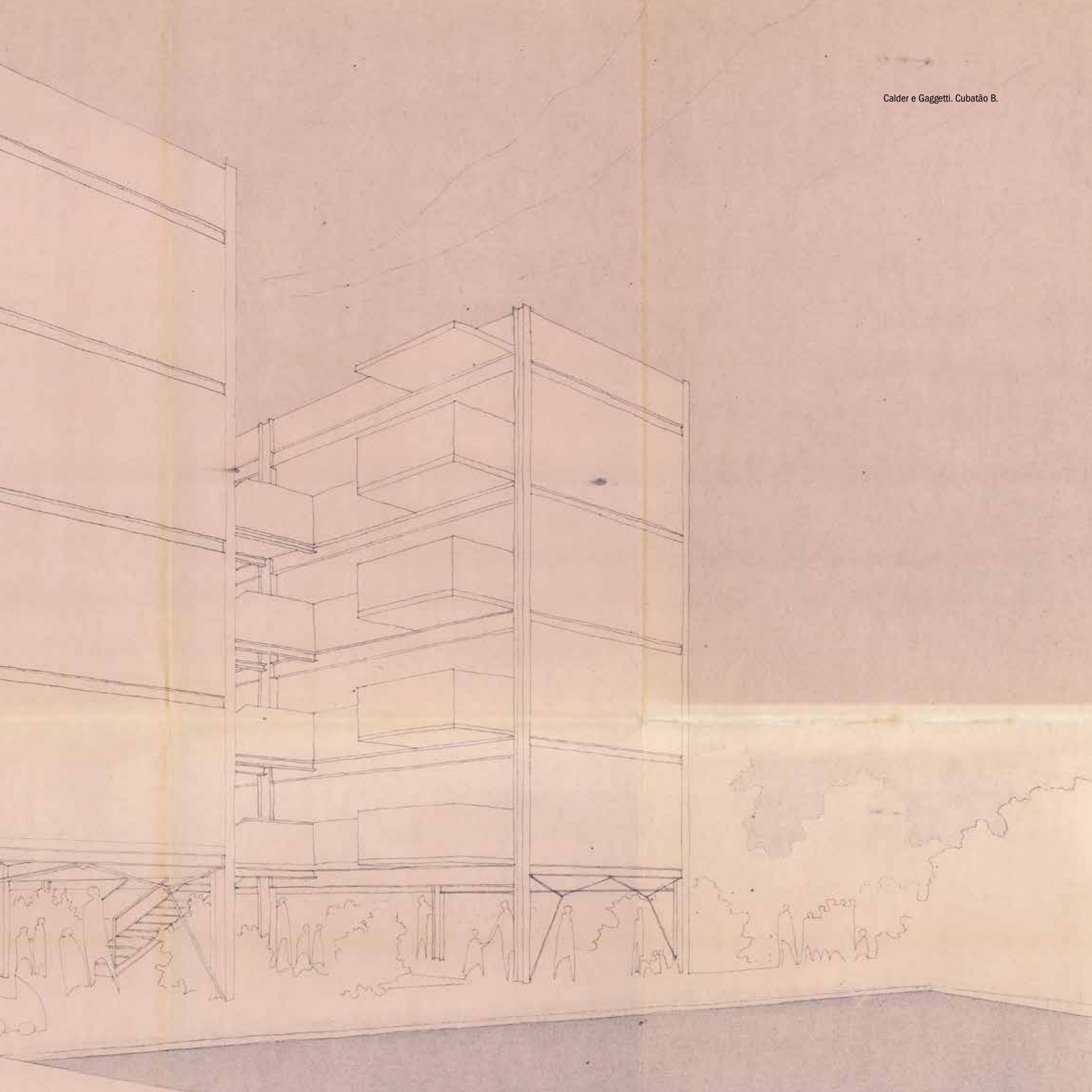




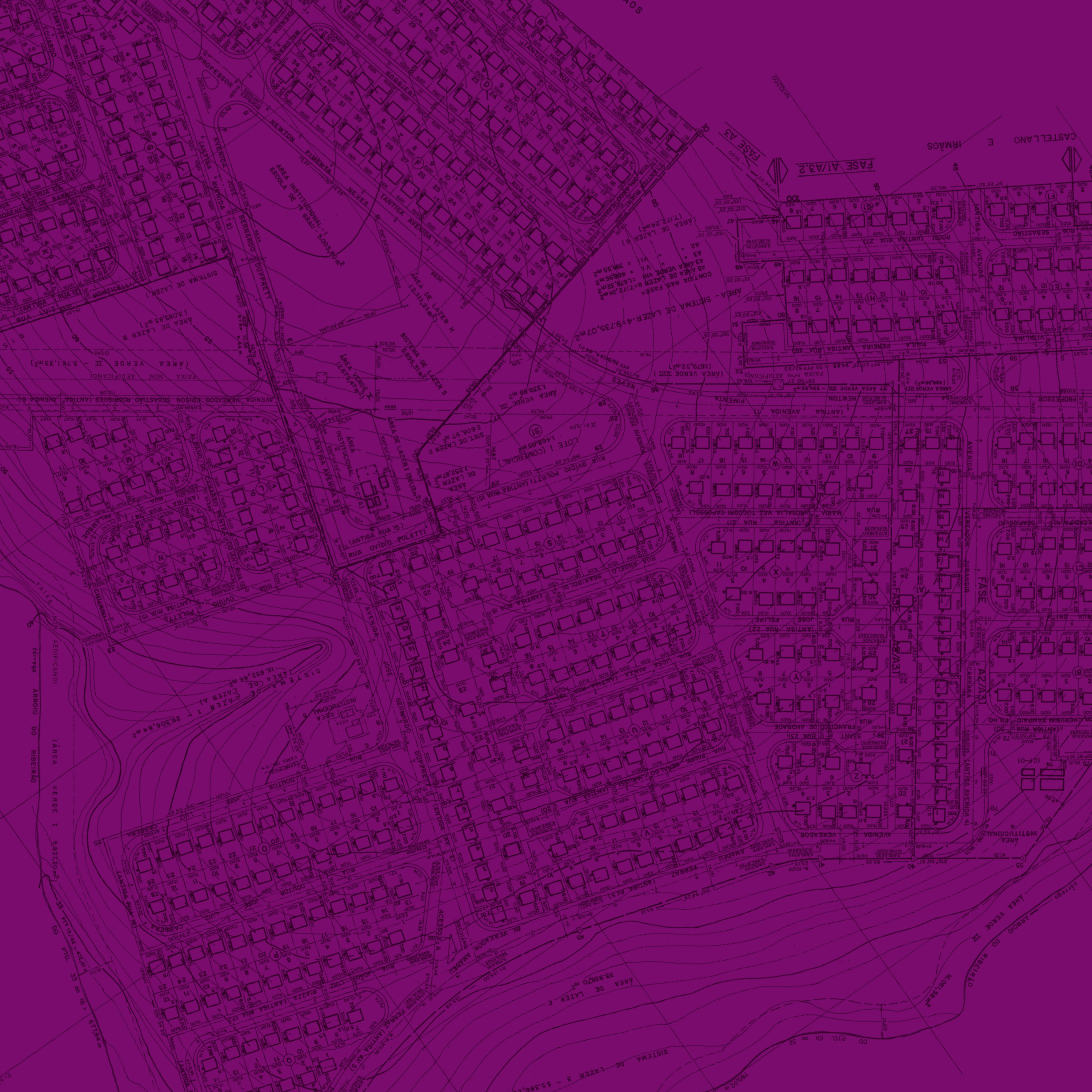


Acervo CDHU.





Calder e Gaggetti. Cubatão B.


FASE A3
FASE A1/A3.2
FASE A2/A3.1
AVENIDA JOSE BERNARDO DUFFREY
RUA PROFESSOR NEWTON PIMENTA NEVES
AVENIDA VEREADOR EDISON SEBASTIÃO RODRIGUES (ANTIGA AVENIDA 6)
RUA ANTIGA RUA 15
RUA OVÍDIO POLETTI (ANTIGA RUA 15)
RUA ANGELO SGARBOLDI (ANTIGA RUA 18)
AVENIDA ANTIGA AVENIDA 2
AVENIDA ANTIGA AVENIDA 4
AVENIDA ANTIGA AVENIDA 7
AVENIDA ANTIGA AVENIDA 11
RUA ANTIGA RUA 22
RUA ANTIGA RUA 23
RUA ANTIGA RUA 27
RUA ANTIGA RUA 25
RUA ANTIGA RUA 21
RUA ANTIGA RUA 2
RUA ANTIGA RUA 1
RUA ANTIGA RUA 7
RUA ANTIGA RUA 6
RUA ANTIGA RUA 5
RUA ANTIGA RUA 4
RUA ANTIGA RUA 3
RUA ANTIGA RUA 2
RUA ANTIGA RUA 1
RUA ANTIGA RUA 11
RUA ANTIGA RUA 12
RUA ANTIGA RUA 13
RUA ANTIGA RUA 14
RUA ANTIGA RUA 15
RUA ANTIGA RUA 16
RUA ANTIGA RUA 17
RUA ANTIGA RUA 18
RUA ANTIGA RUA 19
RUA ANTIGA RUA 20
RUA ANTIGA RUA

Quarto Período

1989-1994

A Vinculação do ICMS para a Habitação Social

A construção de moradias em larga escala tornou-se uma das prioridades do governo paulista entre o final dos anos 1980 e o início da década de 1990. O período anterior, ainda sob a gestão de Orestes Quércia, havia promovido reformas administrativas que integraram CDH, EMTU, EMPLASA e CPO na mesma Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, o que possibilitou a ampliação da captação de recursos para o setor por meio da Loteria Estadual, na tentativa de superar a crise do SFH/BNH.

No momento de mudança e vinculação da CDH à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, o nome da Companhia foi alterado para Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, passando a utilizar a sigla CDHU[16], que vigora até hoje. Nesse mesmo período, não sendo mais possível comportar o número recorde de funcionários (1.080 foram admitidos somente no período 1989-1994) a sede da Companhia foi transferida para a Rua Haddock Lobo nº 479 e para mais dois outros endereços nas ruas Frei Caneca nº 1.178 e Rua Bela Cintra nº 256.

Ainda em 1989, o Governo do Estado promoveu uma mudança histórica na disponibilização de recursos para habitação. Após a implantação da Loteria da Habitação ter-se mostrado ineficaz diante do pequeno volume de recursos arrecadados, buscou-se uma nova fonte de receita para financiar a produção de habitação social.

O momento de crise econômica, envolto na espiral inflacionária que chegou à taxa 85% no mês de outubro de 1989, propiciou, de certo modo, uma medida fiscal excepcional para fomentar o setor de construção de moradias. Fruto de um acordo político entre representantes do governo e do Legislativo estadual com os setores econômicos voltados para a construção civil no Estado de São Paulo, ficou pactuado um aumento de 1% da carga tributária do ICMS para a cesta de produtos com alíquota de 17%, vinculando-se a aplicação dos recursos dessa majoração a programas de habitação de interesse social. Em 30 de novembro publicou-se a Lei nº 6.556/1989, conhecida posteriormente como Lei do ICMS Habitação.

Essa foi uma ação inédita e inovadora do Governo do Estado de São Paulo, colocando-o como o único ente da Federação que foi capaz de aplicar recursos públicos de vulto, nos últimos 26 anos, na produção de moradias sociais e na concessão de subsídios às famílias de menor renda.

Além disso, a CDHU, que já havia incorporado parte das atividades do antigo Departamento de Edifícios e Obras Públicas (DOP) no período anterior, passava a ser responsável por todas as suas atribuições a partir do Decreto nº 30.052, de 15 de junho de 1989, a saber:

I – os projetos em elaboração e os concluídos, ainda não executados, bem como os respectivos convênios e contratos;
II – as construções e ampliações dos próprios projetos do estado que se encontram em andamento, bem como seus respectivos contratos e convênios;
III – os convênios e contratos celebrados e ainda não iniciados.

Assim, no âmbito organizacional, a CDHU precisava estruturar-se para atender às novas atribuições recebidas, e uma das medidas imediatamente tomadas pela presidência da Companhia foi a alteração das funções e denominações de algumas das diretorias. A antiga Diretoria de Engenharia e Construções passou a denominar-se Diretoria de Engenharia de Obras Habitacionais e a chamada Diretoria Técnica passou a designar-se Diretoria de Engenharia de Obras Públicas e Construções Escolares.

Com isso, a CDHU passou a ser responsável pela execução das antigas atribuições da Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), assim como pela construção de escolas públicas, delegacias de polícia, penitenciárias e reformas de edifícios públicos estaduais em todo o Estado de São Paulo.

Em 1991, já sob a gestão de Luiz Antonio Fleury Filho, a Lei nº 7.646/1991 estabeleceu diretrizes para a atuação da CDHU com os recursos do ICMS, formalizando legalmente que o atendimento habitacional priorizasse os segmentos com rendimento familiar entre 1 e 3 salários mínimos e assegurasse recursos para projetos de urbanização de favelas. A legislação também previu a adoção de uma regra para o financiamento habitacional, limitando o valor máximo das prestações ao rendimento mensal das famílias a serem beneficiadas.

Com isso, famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos poderiam comprometer no máximo 15% de sua renda para o financiamento imobiliário; as que possuíam entre 3 e 5 salários mínimos poderiam comprometer de 15% a 20%; aquelas com renda entre 5 e 8,5 salários mínimos poderiam comprometer de 20% a 25% de sua renda; e, por fim, famílias com renda entre 8,5 e 10 salários mínimos poderiam comprometer entre 25% e 30% de sua renda familiar.

Para que o comprometimento da renda das famílias com a prestação não ultrapassasse sua capacidade de pagamento, foi implementada uma política de concessão de subsídios conhecida como Política de Subsídios Cruzados. Esse modelo determinava que os descontos sobre as prestações dos financiamentos concedidos às famílias com capacidade de pagamento insuficiente fossem compensados pela majoração, em até 10%, do encargo das prestações das famílias com capacidade de pagamento suficiente. Essa taxa de incremento sobre a prestação foi denominada Taxa de Compensação da Prestação (TCP).

De acordo com a Política de Subsídios, os descontos concedidos, denominados "bônus", são regressivos durante o prazo de financiamento, extinguindo-se após alcançar o valor completo da prestação. Inicialmente, o prazo limite para regressão do subsídio era de oito anos, mas terminou estendendo-se para praticamente todo o período de financiamento – 23 anos, de modo a adequar-se às condições das famílias de baixa renda.

Esse modelo de financiamento e concessão de subsídios permitia que em unidades iguais de um mesmo empreendimento coexistissem prestações diferenciadas, determinadas pela aplicação dos percentuais máximos de comprometimento da renda familiar. Mas a busca inicial de equilíbrio financeiro pela geração de receita extraordinária com a aplicação da Taxa de Compensação da Prestação (TCP) – majoração em 10% do encargo mensal das famílias com capacidade de endividamento – não se confirmou ao longo dos anos. Na verdade, foram exigidos volumes crescentes de recursos públicos a título de concessão de subsídios, em face dos crescentes e elevados custos de produção.

A Grande Expansão da CDHU

Com recursos disponíveis a partir dos repasses da arrecadação do ICMS e com a determinação do governo em produzir unidades habitacionais em massa, os anos que se seguiram, entre 1989 e 1994, corresponderam a um dos períodos de maior volume de produção da CDHU. O fluxo de trabalho nesse período foi extremamente intenso. Cada arquiteto da CDHU era responsável por coordenar um grupo de projetos em andamento e, ao mesmo tempo, supervisionar os trabalhos de cerca de 20 escritórios de arquitetura contratados para desenvolver projetos para a Companhia.

Era um momento de grande produção, que exigia do Departamento de Terras da CDHU um esforço redobrado na aquisição de terrenos para a viabilização da implantação dos projetos – seja por meio de compra de grandes glebas, seja a partir da doação de terrenos pelas prefeituras.

Na época, para compatibilizar as ações das diferentes frentes de trabalho e dos escritórios de arquitetura e construtoras que passavam a trabalhar para a CDHU, o corpo técnico da Companhia começou a desenvolver diretrizes e parâmetros para a contratação tanto dos projetos quanto das obras no interior e na Região Metropolitana. Com isso, foi possível racionalizar os processos construtivos e otimizar a utilização dos recursos para ampliar a capacidade de produção.

Como a quantidade da produção estava no topo das prioridades de governo, a produção dos projetos teve que se adaptar a essa diretriz, conferindo uma maior padronização das tipologias adotadas, para a diminuir custos e agilizar processo construtivo.
A área média construída das unidades teve redução, sem prejuízo da funcionalidade dos espaços internos de uso privativo.
Focou-se na concepção de unidades unifamiliares evolutivas, com plantas modulares para três e quatro dormitórios. Do mesmo modo, com o objetivo de facilitar a construção, os acabamentos internos, como as opções de pisos e esquadrias, também foram adequados aos parâmetros orçamentários e aos cronogramas de obras dos empreendimentos.

Em contraposição às restrições de custos na concepção das unidades habitacionais, esse período representou uma fase de soluções criativas e diferenciadas nas implantações urbanísticas propostas pelos arquitetos da CDHU. Diante da avaliação técnica dos terrenos e da viabilidade dos projetos, desenvolviam-se concepções voltadas à integração do conjunto habitacional com seu entorno, com áreas reservadas para implantação de equipamentos públicos e sistema de lazer. Os projetos implantados nesse período demonstravam claramente essa tendência e contribuíram para a qualificação do tecido urbano de inúmeras cidades do interior.

Entre os casos mais emblemáticos, é possível citar o empreendimento de Ribeirão Preto – "João Rossi" –, cujo projeto implantado pela CDHU promoveu a continuidade de uma importante avenida da cidade, desenvolvendo toda a região, que era de difícil acesso na época. Hoje, o local é um bairro de grande circulação e de atividades muito valorizadas na cidade, com uma série de equipamentos públicos, comerciais, socioeducativos e de lazer.

Em menos de uma década – de 1989 a 1994 –, a produção da CDHU se ampliou de tal forma que a empresa se tornou a maior companhia de habitação do país. Isso exigiu que a própria estrutura administrativa fosse reorganizada, para que as equipes técnicas pudessem acompanhar melhor os diversos empreendimentos que estavam em andamento na capital e no interior.

Regionalização das Atividades da CDHU

A expansão das atividades da CDHU demandou mais organização para a Companhia. Então, para conduzir melhor as ações da empresa no interior do estado, em julho de 1991 foi aprovada a criação de Escritórios de Apoio Técnico (EATs) nas cidades de Araçatuba, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Taubaté.

Os EATs davam suporte às atividades de obras e ao trabalho social desenvolvido para o Programa SH2, implementado em parceria com os municípios. As diretrizes de atuação, a formulação dos programas habitacionais e os critérios de atendimento habitacional eram definidos na sede da Companhia e os escritórios regionais atuavam como agentes executores, de forma constante e mais próxima do dia a dia dos trabalhos.

Inicialmente, a estrutura organizacional dos escritórios contava com um representante indicado pela CDHU e uma equipe técnica formada por um engenheiro – responsável pelo acompanhamento das obras habitacionais – e um técnico para desenvolver as atividades de pós-ocupação e acompanhar a cobrança dos encargos mensais. Essas atividades tinham como propósito principal reduzir a inadimplência e evitar comercializações indevidas das unidades habitacionais. Na época, os técnicos que atuavam nas regionais eram conhecidos como Agentes de Comercialização.

Em 1992, a CDHU constituiu um grupo de trabalho para organizar o atendimento aos EATs, com o objetivo de dotá-los com a infraestrutura administrativa necessária para seu funcionamento.

Em 1994, havia 12 EATs em todo o estado e, nesse mesmo ano, o Governo de São Paulo promulgou a Lei Complementar nº 760/94, afirmando a necessidade de promover o planejamento regional.
O objetivo da lei era coordenar e compatibilizar os planos e sistemas regionais nas áreas de planejamento e uso de solo; transporte e sistema viário regionais; habitação, saneamento básico; e meio ambiente, desenvolvimento econômico e atendimento social.
A lei reforçava a criação das representações regionais dos setores públicos, entre elas a de habitação, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais regionais.

Programas de Atendimento à Demanda Habitacional

Enquanto a CDHU reorganizava suas atividades no interior do estado por meio da criação dos EATs, na Região Metropolitana continuava o atendimento às famílias que ocuparam mais de 200 terrenos nas chamadas "grandes invasões" ocorridas em 1987.
As invasões das glebas haviam sido organizadas por movimentos

de moradia e os esforços realizados pela CDHU para cadastrar as famílias perduraram até 1990.

Depois de concluído o cadastramento, a análise dos dados levantados permitiu que a Companhia organizasse um importante diagnóstico socioeconômico das famílias, que subsidiou as ações das equipes de desenvolvimento social, que incluíam sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, engenheiros, entre outros. Além disso, a observação criteriosa dessas informações permitiu que a CDHU definisse uma nova estratégia para a seleção das famílias que seriam contempladas pelo atendimento habitacional em seus programas, priorizando aquelas com situação socioeconômica e habitacional mais vulnerável.

Esse método de seleção teve grande repercussão na época, pois rompeu com a tradição das companhias habitacionais de organizar a demanda pela ordem de chegada, ou seja, atendendo aqueles que primeiramente manifestavam interesse. Com isso, buscava-se garantir que as demandas mais urgentes preponderassem entre todas as que se apresentavam para o atendimento.

De uma maneira geral, para cada um dos programas denominados SH, o trabalho social tinha metas e objetivos distintos, definidos de acordo com as características específicas das demandas.

No Programa SH1, o trabalho do desenvolvimento social tinha como meta a organização e capacitação da população-alvo; o diagnóstico das áreas reivindicadas pelos movimentos populares e negociação para a liberação quando fosse o caso; a remoção de famílias de áreas invadidas; e a orientação de caráter educativo junto à população beneficiária. No SH2, a atuação do desenvolvimento social concentrava-se na orientação técnica para a convocação e o cadastramento da população-alvo, desenvolvendo seminários e treinamento dos técnicos locais para atuar junto ao grupo beneficiário do Programa.

Já no Programa SH3, que possuía obras na RMSP e no interior, as atividades do desenvolvimento social eram distintas. Na Região Metropolitana, voltavam-se ao desenvolvimento da programação educativa com a população beneficiária e, no interior, aos contratos com as prefeituras conveniadas para orientação dos procedimentos para a convocação da população demandante e as formas de execução dos cadastramentos. Também fazia parte do trabalho social do SH3 no interior o treinamento dos técnicos locais para a manutenção do relacionamento com a população selecionada.

SH3

Em 1990, o Governo do Estado decide lançar o programa SH3, com o objetivo de ampliar a escala dos programas SH1 e SH2, unindo esforços para a construção de empreendimentos tanto na Região Metropolitana de São Paulo quanto no interior.

A estrutura do SH3 seguia os mesmos parâmetros dos dois programas que o antecederam. Em grande parte dos empreendimentos, as prefeituras eram responsáveis pela viabilização dos terrenos, realização de obras de infraestrutura e implantação de futuros equipamentos públicos, enquanto a CDHU ficava responsável pela elaboração dos projetos, pela execução das obras de construção dos conjuntos, pelo cadastramento e seleção do público-alvo e pela comercialização das unidades.

Mais de uma modalidade de construção foi empregada na execução dos empreendimentos. No entanto, uma das mais utilizadas no período foi a Empreitada Global (EG). Estima-se que 90% dos projetos executados pelo SH3 entre 1989 e 1994 tenham sido licitados pela CDHU nessa modalidade, pois, para atender à grande demanda que existia com a agilidade estipulada pelo governo, esse era o caminho mais adequado.

Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, apenas em 1992 foram entregues mais de 33 mil unidades habitacionais. Os números eram animadores e respondiam às reivindicações dos movimentos de moradia que pressionavam o governo em busca de atendimento habitacional. Um dos conjuntos mais importantes iniciados nesse período na Região Metropolitana foi o de Brasilândia, cujos projetos estão apresentados nas páginas seguintes.

No interior, os resultados não foram diferentes. Em menos de uma década foram construídos 470 empreendimentos de variadas escalas. Alguns, com mais de mil unidades habitacionais, se tornaram extremamente emblemáticos da atuação da Companhia nesse período, como foi o caso de "Ribeirão Preto B".

Implantado em seis etapas de construção, esse conjunto, com 1.696 unidades, foi um dos primeiros verticalizados construídos no interior do estado pela CDHU. O terreno estava localizado em uma área de difícil acesso, no final de uma importante avenida, por onde seguia uma antiga estrada de terra que ligava um sanatório ao centro da cidade.

O desafio dos arquitetos da CDHU era, então, promover a expansão da região, fazendo com o que o conjunto não ficasse isolado da área urbana; afinal, a própria conformação territorial da área no perímetro urbano revelava a sua vocação como eixo de desenvolvimento.

Com a implantação do conjunto, a CDHU acabou por promover a continuidade da avenida, o que alavancou o crescimento de todo o entorno dos edifícios construídos. O projeto tinha um programa complexo. Além das unidades habitacionais, os arquitetos reservaram áreas para equipamentos institucionais, áreas comerciais e,

ainda, a preservação de uma grande área verde – garantindo lazer e qualidade de vida às famílias.

Alguns anos depois, um *shopping center* foi instalado nos arredores do conjunto, assim como creches, escolas, supermercados, áreas de lazer, centros de saúde e outros equipamentos de serviços, o que transformou a região em uma das mais valorizadas de Ribeirão Preto.

Ao longo do tempo, os moradores se organizaram e se apropriaram de tal forma do empreendimento que foi possível implantar inúmeras benfeitorias coletivas, como a construção de churrasqueiras para os condomínios e áreas de lazer para as crianças, com brinquedos e área livre.

A tipologia da unidade habitacional VI22b já tinha sido utilizada em outros empreendimentos da CDHU e, na composição do conjunto, permitiu que a concepção da implantação dos edifícios se adequasse perfeitamente ao plano urbanístico da região, incorporando a expansão da cidade.

As áreas do conjunto reservadas para a instalação de equipamentos institucionais foram as que levaram mais tempo para ser implantadas, em virtude das questões operacionais e jurídicas que permeiam essa tramitação. A partir da terceira fase de implantação do projeto, as negociações começaram a acontecer ainda no decorrer das obras. Assim, quando a Prefeitura de Ribeirão Preto solicitou a reserva de área para a construção de uma escola, a CDHU iniciou o processo de elaboração de um convênio para a cessão desse espaço para o município, que construiu e ainda hoje administra o equipamento.

Programas e Modalidades de Construção

Com a expansão da CDHU, tornava-se cada vez mais importante a organização dos trabalhos da Companhia tanto na capital quanto no interior. Os repasses dos recursos provenientes da arrecadação do ICMS pelo Governo do Estado eram divididos em dois montantes: 75% para a CDHU e 25% para os municípios – sempre de acordo com a participação na arrecadação total desse imposto.

Então, para definir melhor a distribuição desses recursos e aumentar a produtividade da Companhia, a CDHU instituiu uma série de programas habitacionais e de modalidades de construção, com o objetivo de facilitar a gestão dos projetos, das obras e da própria execução orçamentária.

Entre os principais programas desse período estavam os já citados PMH, SH1, SH2 e SH3, e também os programas de Mutirão. Os programas tinham como finalidade organizar um conjunto de ações para atender às necessidades habitacionais da população com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos.

Em geral, cada programa possuía uma modalidade de construção predominante, isto é, um modo pelo qual o processo de produção habitacional era organizado, determinando as responsabilidades de cada agente envolvido. Entre as principais modalidades estavam:

– Autoconstrução (AC): modalidade em que as famílias beneficiadas participam de atividades do canteiro de obras e as prefeituras organizam o canteiro e a produção da infraestrutura;
– Administração Direta (AD): modalidade em que as prefeituras contratam, por meio de licitações, uma empreiteira para a construção do conjunto habitacional. Nesse processo, a CDHU atua como agente financeiro e de assistência técnica, repassando recursos para o financiamento das obras;
– Empreitada Global (EG): modalidade em que a produção do empreendimento é contratada e financiada diretamente pela CDHU, com recursos da própria Companhia ou empréstimos de outros órgãos financiadores;
– Empreitada Integral (EI): modalidade em que, além da produção do empreendimento, a compra e financiamento dos terrenos também era realizada pela CDHU, com recursos próprios ou empréstimos de outros órgãos financiadores;
– Mutirão (MUT): modalidade em que as obras eram contratadas e financiadas pela CDHU e as famílias beneficiadas se organizavam para trabalhar no canteiro de obras para a produção do conjunto – o que significava trabalhar para todo o empreendimento, e não necessariamente em sua própria unidade.

Entre 1989 e 1994, a CDHU realizou uma série de grandes licitações utilizando como modalidade de construção a Empreitada Global. Isso permitiu que a Companhia produzisse empreendimentos de maior escala, alguns com mais de mil unidades habitacionais, somando-se as fases de entrega. Esses foram os casos de projetos como "Limeira B" e "C", "Ribeirão Preto B", "São José dos Campos B", entre outros.

Favelas e Urbanização: um Novo Impulso

Na década de 1990, as favelas já estavam consolidadas e eram uma questão urgente nas grandes cidades brasileiras. Em São Paulo, elas representavam um problema habitacional complexo, que envolvia desde a questão da terra até a vulnerabilidade socioeconômica das famílias.

As propostas de desfavelamento de alguns municípios da Região Metropolitana não haviam surtido os efeitos desejados de dar mais qualidade de vida aos moradores e, diante disso, a urbani-

zação passou a ser uma alternativa fundamental para o processo urbano. Afinal, era preciso integrar formalmente essas áreas às cidades, implementando infraestrutura, eliminando situações de risco e construindo moradias adequadas para as famílias.

Em 1994, o governador Fleury Filho, já no final de seu mandato, promulgou uma lei determinando que 5% dos recursos da CDHU fossem aplicados exclusivamente em programas de urbanização de favelas. Isso garantiu recursos exclusivos para que a CDHU atuasse diretamente nesses assentamentos, dando continuidade a ações de urbanização de forma semelhante à que havia sido realizada no ABC Paulista, na década anterior.

Nota

16. Decreto Estadual nº 30.052/1989, artigo 7º.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Quarto Período

SH2 (Programa Secretaria da Habitação 2)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina C	Pres. Prudente	44	1990
Adamantina D	Pres. Prudente	60	1991
Adamantina F	Pres. Prudente	96	1991
Adolfo A	S. J. do Rio Preto	45	1990
Aguaí B	Campinas	191	1990
Alfredo Marcondes A	Pres. Prudente	38	1989
Álvares Florence A	S. J. do Rio Preto	40	1989
Andradina B	Araçatuba	165	1990
Angatuba A	Sorocaba	55	1990
Aparecida d'Oeste B	S. J. do Rio Preto	40	1988
Araraquara C	Central	100	1990
Avaré A1	Sorocaba	100	1990
Avaré A2	Sorocaba	200	1990
Barão de Antonina A	Sorocaba	50	1990
Bariri A	Bauru	80	1991
Bariri B	Bauru	251	1991
Barretos B4	Barretos	354	1992
Barretos B5	Barretos	251	1992
Bastos B	Marília	125	1990
Batatais D	Franca	280	1990
Birigui B	Araçatuba	163	1990
Bocaina C1	Bauru	100	1990
Bocaina C2	Bauru	100	1991
Boraceia A	Bauru	44	1990
Brotas A	Campinas	100	1992
Buri A	Sorocaba	100	1992
Buritama A	Araçatuba	105	1991

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Buritizal A	Franca	60	1990
Cachoeira Paulista A2	S. J. dos Campos	200	1991
Caiabu A1	Pres. Prudente	40	1990
Cândido Mota A1	Marília	150	1990
Catanduva B2	S. J. do Rio Preto	374	1989
Catanduva I	S. J. do Rio Preto	166	1992
Catiguá B	S. J. do Rio Preto	100	1991
Cerquilho B	Sorocaba	100	1990
Chavantes C	Marília	50	1990
Colina B1	Barretos	130	1993
Cordeirópolis C	Campinas	71	1989
Cordeirópolis D	Campinas	58	1989
Corumbataí A	Campinas	50	1991
Divinolândia A1	Campinas	135	1992
Dois Córregos B	Bauru	257	1991
Dolcinópolis A	S. J. do Rio Preto	28	1989
Dracena B	Pres. Prudente	120	1991
Elisiário A	S. J. do Rio Preto	109	1990
Fernandópolis C	S. J. do Rio Preto	200	1990
Florínea A	Marília	50	1990
Franca B4	Franca	80	1989
Franca B4.1	Franca	80	1989
Franca B4.2	Franca	80	1989
Franca B4.3	Franca	80	1989
Garça B	Marília	250	1990
Guaimbê B	Bauru	104	1990
Guaíra C	Barretos	200	1990

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Guaraçaí A2	Araçatuba	40	1989
Guaratinguetá B2.1	S. J. dos Campos	151	1991
Guaratinguetá B3/B5	S. J. dos Campos	289	1993
Iacri B	Marília	50	1989
Icem A	S. J. do Rio Preto	60	1990
Iepe C	Pres. Prudente	50	1992
Igaratá A	S. J. dos Campos	20	1991
Indiana A	Pres. Prudente	45	1989
Indiaporã A	S. J. do Rio Preto	40	1991
Ipaussu B	Marília	46	1990
Itabera A	Sorocaba	200	1992
Itaí A	Sorocaba	100	1990
Itanhaem A1/A2	Santos	116	1990
Itápolis C	Central	116	1990
Itariri I	Registro	50	1988
Itatiba A2	RM Campinas	348	1993
Itatinga C	Sorocaba	152	1991
Itupeva A	Campinas	69	1991
Itupeva B	Campinas	18	1990
Jaguariuna A	RM Campinas	118	1990
Jaú F(Iii)	Bauru	199	1990
Jaú G1	Bauru	98	1990
Jaú G2	Bauru	128	1990
Jeriquara A	Franca	28	1990
Júlio de Mesquita B	Marília	60	1990
Junqueirópolis	Pres. Prudente	120	1992
Leme B	Campinas	40	1990
Leme I	Campinas	80	1990
Lençóis Paulista B1*	Bauru	300	1991
Limeira B*	Campinas	1.500	1990
Limeira C(II)*	Campinas	1.034	1990
Lorena A3.1	S. J. dos Campos	44	1992
Lorena A3.2	S. J. dos Campos	256	1992
Macedônia A	S. J. do Rio Preto	39	1990
Marinópolis B	S. J. do Rio Preto	20	1989
Matão D	Central	111	1989
Matão E	Central	248	1990
Meridiano A1	S. J. do Rio Preto	28	1989
Meridiano A2	S. J. do Rio Preto	20	1989
Mesópolis A1	S. J. do Rio Preto	28	1991
Mesópolis B	S. J. do Rio Preto	12	1990
Miguelópolis B	Franca	120	1990
Mira Estrela A	S. J. do Rio Preto	40	1991
Mirante do Paranapanema A	Pres. Prudente	100	1992
Moji Mirim B	Campinas	399	1992
Mongaguá B	Santos	104	1990
Monte Aprazível A1	S. J. do Rio Preto	100	1990
Monte Azul Paulista A3	Barretos	90	1989
Monte Castelo A	Pres. Prudente	40	1989
Murutinga do Sul B	Araçatuba	48	1991

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Nova Granada B	S. J. do Rio Preto	86	1990
Novo Horizonte A2	S. J. do Rio Preto	83	1991
Nuporanga A	Franca	100	1991
Olímpia B	Barretos	91	1990
Onda Verde	S. J. do Rio Preto	66	1990
Oscar Bressane A	Marília	50	1990
Ourinhos A2	Marília	228	1990
Ourinhos C	Marília	72	1990
Palmeira do Oeste B	S. J. do Rio Preto	46	1991
Palmeira do Oeste C	S. J. do Rio Preto	22	1989
Paraguaçu Paulista A2	Marília	104	1989
Paraguaçu Paulista C	Marília	16	1989
Parapuã A	Marília	80	1989
Paulo de Faria C	S. J. do Rio Preto	90	1990
Pederneiras A	Bauru	100	1989
Pedranópolis	S. J. do Rio Preto	32	1990
Pedranópolis	S. J. do Rio Preto	32	1992
Penápolis C	Araçatuba	300	1990
Pereira Barreto C	Araçatuba	200	1992
Peruíbe A1	Santos	64	1992
Piedade B2	Sorocaba	120	1992
Pindorama A	S. J. do Rio Preto	80	1989
Piquete	S. J. dos Campos	16	1992
Piquete	S. J. dos Campos	61	1993
Pirangi A	Barretos	100	1991
Piratininga A	Bauru	118	1990
Pitangueiras A	Ribeirão Preto	80	1990
Pongaí A	Bauru	70	1991
Pontes Gestal A	S. J. do Rio Preto	100	1990
Porangaba	Sorocaba	50	1992
Potirendaba	S. J. do Rio Preto	179	1989
Presidente Venceslau C	Pres. Prudente	120	1991
Quintana A	Marília	50	1991
Rafard A	Campinas	120	1992
Regente Feijó C	Pres. Prudente	71	1990
Restinga A	Franca	50	1989
Ribeirão Bonito D	Central	25	1990
Ribeirão Branco A	Sorocaba	46	1991
Ribeirão do Sul A	Marília	50	1991
Rinópolis A	Marília	100	1990
Sales B	S. J. do Rio Preto	32	1989
Sales Oliveira B	Franca	84	1991
Salto B4	Sorocaba	340	1990
Santa Adélia B	S. J. do Rio Preto	186	1990
Santa Adélia C	S. J. do Rio Preto	128	1990
Santa Cruz da Conceição A	Campinas	50	1990
Santa Cruz do Rio Pardo E	Marília	200	1990
Santa Fé do Sul C	S. J. do Rio Preto	138	1991
Santa Gertrudes A	Campinas	102	1990
Santa Maria da Serra A1	Campinas	36	1989

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Santa Rita do Passa Quatro	Central	150	1990
Santo Antônio do Pinhal A	S. J. dos Campos	19	1991
São Francisco A	S. J. do Rio Preto	30	1990
São João da Boa Vista B1	Campinas	176	1989
São José do Rio Pardo B	Campinas	300	1990
São José do Rio Preto C1	S. J. do Rio Preto	404	1990
São Manuel B	Sorocaba	210	1991
São Sebastião C1*	S. J. dos Campos	96	1990
São Sebastião da Grama A	Campinas	69	1990
Serrana A	Ribeirão Preto	120	1990
Sertãozinho A	Ribeirão Preto	68	1991
Sertãozinho B	Ribeirão Preto	214	1991
Sud Mennucci A	Araçatuba	100	1990
Taiacu A	Barretos	100	1990
Tambaú B	Campinas	55	1990
Tambaú C	Campinas	34	1991
Taquaritinga B	Central	250	1992
Terra Roxa B	Barretos	100	1991
Timburi A	Marília	60	1990
Torrinha A	Campinas	26	1991
Torrinha B	Campinas	20	1991
Torrinha C	Campinas	10	1991
Torrinha D	Campinas	5	1991
Três Fronteiras A	S. J. do Rio Preto	34	1990
Três Fronteiras B	S. J. do Rio Preto	26	1990
Tupã C	Marília	216	1991
Tupi Paulista A	Pres. Prudente	114	1991
Urupês A	S. J. do Rio Preto	46	1991
Valentim Gentil A1	S. J. do Rio Preto	80	1989
Vargem Grande do Sul A	Campinas	150	1990
Vinhedo A	RM Campinas	150	1991
		22.307	

SH3 (Programa Secretaria da Habitação 3)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina G1	Pres. Prudente	236	1992
Adamantina G2	Pres. Prudente	6	1992
Aguaí C	Campinas	464	1992
Águas da Prata C	Campinas	90	1993
Águas de Lindoia A1 e A2	Campinas	352	1993
Alfredo Marcondes B	Pres. Prudente	33	1992
Altinópolis B1	Ribeirão Preto	152	1992
Altinópolis B2	Ribeirão Preto	49	1992
Alto Alegre A	Araçatuba	60	1992
Álvares Florence B	S. J. do Rio Preto	68	1992
Álvares Machado B	Pres. Prudente	70	1994
Álvaro de Carvalho A	Marília	156	1993
Alvinlândia A	Marília	104	1993
Americana C	RM Campinas	700	1994
Américo Brasiliense B	Central	100	1992
Américo de Campos A	S. J. do Rio Preto	85	1992
Américo de Campos B1	S. J. do Rio Preto	84	1996
Américo de Campos C	S. J. do Rio Preto	45	1996
Amparo B	Campinas	190	1994
Andradina C	Araçatuba	20	1992
Andradina D	Araçatuba	350	1992
Andradina E	Araçatuba	141	1992
Angatuba B	Sorocaba	138	1993
Anhembi C	Sorocaba	92	1992
Anhembi D	Sorocaba	48	1992
Anhumas B	Pres. Prudente	84	1992
Aparecida d'Oeste C	S. J. do Rio Preto	63	1992
Apiaí B	Sorocaba	128	1997
Araçatuba B2/B3	Araçatuba	606	1993
Araçatuba B4	Araçatuba	74	1993
Araçatuba B4	Araçatuba	160	1994
Araçatuba C1.1	Araçatuba	250	1992
Araçatuba C1.2	Araçatuba	250	1992
Araçoiaba da Serra B	Sorocaba	181	1992
Aramina A	Franca	150	1993
Arandu A	Sorocaba	140	1992
Araraquara F	Central	256	1993
Araras C	Campinas	123	1992
Arealva A/B	Bauru	119	1992
Ariranha A1	S. J. do Rio Preto	190	1993
Ariranha A2/A3	S. J. do Rio Preto	110	1993
Artur Nogueira B	RM Campinas	300	1993
Assis A3	Marília	35	1996
Assis C	Marília	115	1996
Auriflama A2	Araçatuba	32	1993
Auriflama C	Araçatuba	390	1993
Avaí A2	Bauru	89	1992
Avaré A3	Sorocaba	54	1991
Avaré B	Sorocaba	304	1993
Balbinos A	Bauru	50	1993
Barão de Antonina A2	Sorocaba	26	1992
Barra Bonita B	Bauru	162	1994
Barretos B6	Barretos	416	1995
Barrinha B	Ribeirão Preto	496	1996
Barueri A1*	RMSP	288	1994
Barueri A1*	RMSP	64	1995
Barueri A2*	RMSP	288	1994
Barueri A3*	RMSP	448	1994
Bastos C	Marília	92	1991
Batatais F	Franca	192	1994
Bebedouro C	Barretos	30	1995
Bebedouro D	Barretos	26	1997
Bebedouro E	Barretos	32	1995

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Bebedouro F	Barretos	482	1995
Bernardino de Campos A	Marília	240	1993
Bilac A	Araçatuba	50	1992
Bocaina D1	Bauru	310	1992
Bofete A1	Sorocaba	152	1992
Boituva C	Sorocaba	165	1992
Botucatu B1	Sorocaba	146	1994
Botucatu C	Sorocaba	254	1992
Bragança Paulista B1	Campinas	416	1995
Bragança Paulista B2	Campinas	416	1995
Buri C	Sorocaba	210	1994
Buritama B	Araçatuba	151	1993
Cabrália Paulista A	Bauru	170	1992
Cabreúva B*	Campinas	49	1994
Cachoeira Paulista A3	S. J. dos Campos	262	1992
Caconde A	Campinas	200	1993
Caiabu A2	Pres. Prudente	20	1994
Caiabu B	Pres. Prudente	28	1992
Caiabu C	Pres. Prudente	31	1994
Caieiras A1	RMSP	500	1993
Caiuá B	Pres. Prudente	20	1993
Cajamar B1*	RMSP	192	1992
Cajamar B2*	RMSP	224	1992
Cajobi A1	Barretos	155	1992
Cajuru A2	Ribeirão Preto	67	1991
Cajuru B1	Ribeirão Preto	71	1993
Cajuru B2	Ribeirão Preto	78	1993
Campinas C1 e C2	RM Campinas	233	1997
Campos Novos Paulista A	Marília	100	1994
Cândido Mota A2	Marília	40	1992
Cândido Rodrigues A	Central	140	1992
Canitar A1	Marília	10	1991
Capão Bonito D	Sorocaba	173	1994
Capela do Alto A1	Sorocaba	156	1993
Capivari A1*	Campinas	250	1992
Capivari A2 E A3.1*	Campinas	285	1994
Capivari A3.2*	Campinas	38	1996
Caraguatatuba A	S. J. dos Campos	84	1994
Cardoso A2 e B	S. J. do Rio Preto	100	1993
Casa Branca B	Campinas	101	1992
Casa Branca C	Campinas	32	1991
Casa Branca D	Campinas	44	1992
Casa Branca E	Campinas	68	1992
Casa Branca F	Campinas	31	1992
Cássia dos Coqueiros A	Ribeirão Preto	50	1992
Castilho B1	Araçatuba	124	1993
Catanduva F	S. J. do Rio Preto	424	1993
Catanduva G	S. J. do Rio Preto	128	1994
Catiguá D	S. J. do Rio Preto	36	1996
Cedral B	S. J. do Rio Preto	50	

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Cerqueira César B1	Sorocaba	220	1992
Cerqueira César B2	Sorocaba	60	1992
Cerquilho C	Sorocaba	204	1994
Charqueada B	Campinas	125	1994
Colina B2	Barretos	15	1993
Colômbia A	Barretos	56	1994
Conchal A	Campinas	334	1993
Conchas A	Sorocaba	26	1993
Conchas B1	Sorocaba	28	1993
Cordeirópolis E	Campinas	199	1992
Coroados A	Araçatuba	45	1993
Corumbataí B	Campinas	51	1993
Cosmorama A1	S. J. do Rio Preto	100	1992
Cruzeiro C2	S. J. dos Campos	82	1993
Cubatão F	Santos	429	1995
Cubatão H	Santos	94	1994
Cubatão O3	Santos	32	1995
Descalvado C	Central	238	1992
Diadema D	RMSP	187	1994
Diadema D	RMSP	320	1996
Divinolândia A2	Campinas	59	1992
Dolcinópolis A2	S. J. do Rio Preto	28	1991
Dourado A1	Central	210	1992
Dourado A2	Central	130	1992
Dumont A	Ribeirão Preto	131	1994
Echaporã B	Marília	44	1991
Echaporã C	Marília	70	1991
Elias Fausto A	Campinas	118	1992
Elias Fausto B	Campinas	26	1992
Elias Fausto C	Campinas	52	1992
Estiva Gerbi A	Campinas	96	1993
Estiva Gerbi B	Campinas	150	1993
Estrela do Norte A	Pres. Prudente	75	1992
Estrela d'Oeste B1/B2/B3	S. J. do Rio Preto	150	1992
Euclides da Cunha Paulista A1	Pres. Prudente	100	1992
Euclides da Cunha Paulista A2	Pres. Prudente	90	1994
Fartura B1	Sorocaba	150	1992
Fartura B2	Sorocaba	113	1992
Fernando Prestes A	Central	69	1992
Fernandópolis B2	S. J. do Rio Preto	46	1992
Fernandópolis D1	S. J. do Rio Preto	54	1991
Fernandópolis D2	S. J. do Rio Preto	106	1993
Fernandópolis E	S. J. do Rio Preto	30	1992
Fernão A	Marília	54	1992
Ferraz de Vasconcelos A1/A2*	RMSP	544	1993
Ferraz de Vasconcelos A3*	RMSP	764	1994
Ferraz de Vasconcelos A4*	RMSP	848	1994
Flora Rica A	Pres. Prudente	30	1991
Flórida Paulista A	Pres. Prudente	66	1994
Franca B5.1	Franca	320	1994

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Franca B5.1	Franca	64	1997
Franca B5.2	Franca	304	1993
Franca C, D, E E F	Franca	1.208	1997
Gália B	Marília	71	1992
Gália D1	Marília	41	1992
Gália E01	Marília	58	1996
Gália E02	Marília	190	1996
Garça C1*	Marília	300	1992
Garça C2*	Marília	52	1992
General Salgado A	Araçatuba	189	1995
Glicério A	Araçatuba	62	1992
Guaicara B	Bauru	196	1994
Guaimbé C	Bauru	42	1993
Guaíra B3	Barretos	9	1991
Guaíra D	Barretos	301	1991
Guaíra E	Barretos	200	1993
Guará A	Franca	125	1995
Guará B	Franca	30	1994
Guaraçai A3/C	Araçatuba	72	1994
Guaraçai A3/C	Araçatuba	26	1994
Guarani d'Oeste B	S. J. do Rio Preto	24	1992
Guararapes A	Araçatuba	360	1992
Guararema A	RMSP	52	1992
Guarei B	Sorocaba	147	1994
Guariba A4	Ribeirão Preto	35	1992
Guarujá D	Santos	480	1993
Guarujá E	Santos	320	1993
Guarulhos B*	RMSP	688	1992
Guzolândia A1	Araçatuba	50	1992
Guzolândia A2	Araçatuba	104	1992
Herculândia A	Marília	60	1992
Iacri C	Marília	40	1991
Iacri D	Marília	40	1992
Ibate A	Central	307	1993
Ibira A	S. J. do Rio Preto	70	1993
Ibirarema A	Marília	96	1993
Ibiúna A2	Sorocaba	125	1993
Ibiúna A3	Sorocaba	40	1994
Icém B	S. J. do Rio Preto	139	1993
Igaracu do Tietê B	Bauru	176	1994
Igarapava B1	Franca	100	1993
Igarapava B2/C	Franca	103	1993
Igarapava C	Franca	77	1996
Iguape A	Registro	179	1993
Ilha Solteira A	Araçatuba	116	1991
Indiana B	Pres. Prudente	82	1992
Inúbia Paulista A	Pres. Prudente	80	1992
Inúbia Paulista B	Pres. Prudente	24	1992
Ipaussu C	Marília	200	1992
Ipaussu D*	Marília	270	1994

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Iperó A	Sorocaba	138	1993
Ipeúna A	Campinas	80	1993
Ipiguá A	S. J. do Rio Preto	102	1992
Ipuã B	Franca	323	1992
Iracemápolis A1	Campinas	300	1992
Iracemápolis A2	Campinas	50	1993
Irapuã A	S. J. do Rio Preto	69	1991
Irapuru B	Pres. Prudente	90	1992
Itajobi A	S. J. do Rio Preto	160	1992
Itanhaém C1	Santos	224	1992
Itapetininga C1	Sorocaba	160	1992
Itapetininga C2	Sorocaba	128	1992
Itapetininga E	Sorocaba	167	1992
Itapeva B	Sorocaba	667	1993
Itapira A	Campinas	394	1992
Itapira B	Campinas	179	1992
Itápolis D1	Central	322	1992
Itápolis D2	Central	113	1994
Itápolis E	Central	100	1992
Itapuí A	Bauru	45	1993
Itaquaquecetuba E01	RMSP	278	1997
Itatiba A03	RM Campinas	384	1995
Itirapuã A	Franca	124	1992
Ituverava A2	Franca	94	1991
Jaguariúna B	RM Campinas	221	1992
Jales C1	S. J. do Rio Preto	96	1993
Jales C2	S. J. do Rio Preto	32	1993
Jales D*	S. J. do Rio Preto	330	1992
Jarinu B	Campinas	140	1992
Jau E	Bauru	162	1996
Jau G3	Bauru	200	1992
Jau G4	Bauru	112	1992
Jau H	Bauru	112	1994
Jau L	Bauru	64	1996
Jeriquara C	Franca	64	1994
Joanópolis A	Campinas	100	1994
Joanópolis B	Campinas	150	1996
José Bonifácio B1	S. J. do Rio Preto	100	1992
José Bonifácio B2	S. J. do Rio Preto	55	1994
Júlio de Mesquita C	Marília	78	1993
Jundiaí A2	Campinas	736	1995
Jundiaí A3	Campinas	512	1995
Jundiaí A4	Campinas	576	1995
Jundiaí A5	Campinas	544	1995
Jundiaí A6	Campinas	288	1995
Lavrinhas B	S. J. dos Campos	6	1991
Lavrinhas D	S. J. dos Campos	34	1991
Leme C	Campinas	365	1997
Lençóis Paulista B2	Bauru	246	1992
Limeira B2	Campinas	106	1993

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Limeira C2.1	Campinas	555	1992
Limeira C2.2	Campinas	533	1992
Lindoia A1	Campinas	71	1992
Lins B	Bauru	500	1992
Lorena A4	S. J. dos Campos	182	1994
Louveira A	Campinas	157	1992
Lucianópolis B1	Bauru	100	1992
Lupércio B	Marília	64	1992
Lupércio C	Marília	32	1992
Lutécia A	Marília	46	1992
Macaubal A	S. J. do Rio Preto	116	1993
Magda A	S. J. do Rio Preto	100	1993
Manduri A	Sorocaba	68	1993
Manduri B	Sorocaba	129	1993
Marabá Paulista A	Pres. Prudente	64	1992
Maracaí A	Marília	120	1992
Maracaí B1 e B2	Marília	75	1994
Maracaí C1 e C2	Marília	75	1994
Mariápolis A	Pres. Prudente	60	1992
Marília I	Marília	33	1992
Marília J	Marília	42	1991
Marília L	Marília	13	1991
Marília M	Marília	27	1991
Marília N1*	Marília	438	1996
Marília N2*	Marília	500	1996
Marinópolis C	S. J. do Rio Preto	50	1994
Marinópolis C	S. J. do Rio Preto	39	1995
Martinópolis B	Pres. Prudente	136	1992
Matão F	Central	155	1994
Mendonça A	S. J. do Rio Preto	76	1992
Meridiano B	S. J. do Rio Preto	64	1992
Mesópolis A2	S. J. do Rio Preto	2	1992
Miguelópolis A2	Franca	20	1992
Miguelópolis B2	Franca	47	1992
Mineiros do Tietê A	Bauru	102	1996
Miracatu A	Registro	60	1993
Mirandópolis A	Araçatuba	246	1996
Mirassol B	S. J. do Rio Preto	224	1993
Mirassol B	S. J. do Rio Preto	32	1996
Mirassolândia A	S. J. do Rio Preto	72	1992
Mococa C	Campinas	116	1992
Mogi das Cruzes B2	RMSP	288	1992
Mogi das Cruzes B3	RMSP	150	1995
Mogi das Cruzes B4	RMSP	170	1995
Mogi Guaçu C	Campinas	158	1994
Mogi Guaçu D	Campinas	550	1994
Mogi Guaçu F	Campinas	409	1995
Mogi Guaçu G	Campinas	96	1993
Mongaguá C	Santos	130	1994
Monte Alegre do Sul A	Campinas	31	1991

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Monte Alto A	Ribeirão Preto	275	1994
Monte Aprazível B	S. J. do Rio Preto	172	1994
Monte Azul Paulista C*	Barretos	263	1994
Monte Azul Paulista C E D	Barretos	34	1995
Monte Mor B	RM Campinas	202	1994
Morro Agudo A	Franca	302	1993
Murutinga do Sul C	Araçatuba	70	1992
Narandiba A	Pres. Prudente	101	1993
Nazaré Paulista A	Campinas	86	1993
Neves Paulista A	S. J. do Rio Preto	190	1992
Nhandeara B	S. J. do Rio Preto	131	1993
Nhandeara C	S. J. do Rio Preto	51	1993
Nipoa A	S. J. do Rio Preto	100	1992
Nova Europa A	Central	214	1991
Nova Granada C	S. J. do Rio Pretoo	199	1993
Nova Guataporanga B	Pres. Prudente	50	1992
Nova Independência A	Araçatuba	30	1992
Nova Independência B	Araçatuba	20	1992
Nova Luzitânia A1 e A2	Araçatuba	107	1992
Nova Odessa A	RM Campinas	296	1992
Óleo A	Marília	63	1991
Olímpia D	Barretos	70	1995
Olímpia E	Barretos	98	1995
Olímpia F	Barretos	202	1994
Orindiúva A	S. J. do Rio Preto	133	1993
Orlândia B	Franca	540	1994
Oscar Bressane B	Marília	48	1992
Osvaldo Cruz C	Pres. Prudente	300	1994
Ourinhos D1*	Marília	500	1992
Ourinhos D2*	Marília	84	1995
Ouro Verde A1	Pres. Prudente	36	1991
Ouro Verde A2	Pres. Prudente	36	1991
Ouroeste A	S. J. do Rio Preto	82	1992
Palestina A1	S. J. do Rio Preto	200	1993
Palestina A2	S. J. do Rio Preto	44	1993
Panorama A	Pres. Prudente	30	1992
Panorama C	Pres. Prudente	260	1992
Panorama D	Pres. Prudente	34	1992
Paraguaçu Paulista D1	Marília	300	1991
Paraguaçu Paulista D2	Marília	300	1991
Paraguaçu Paulista D3	Marília	207	1992
Paraguaçu Paulista E	Marília	40	1993
Paranapuã C	S. J. do Rio Preto	30	1992
Parapuã A2	Marília	40	1992
Parapuã B	Marília	50	1991
Pardinho A1	Sorocaba	100	1991
Pardinho A2	Sorocaba	105	1993
Patrocínio Paulista A	Franca	150	1993
Pauliceia A	Pres. Prudente	60	1992
Paulo de Faria D1	S. J. do Rio Preto	278	1993

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Pederneiras B1	Bauru	250	1992
Pederneiras B2	Bauru	175	1992
Pedregulho A	Franca	300	1992
Pedreira C	RM Campinas	200	1993
Pedreira D	RM Campinas	180	1994
Penápolis C3	Araçatuba	73	1992
Penápolis D2	Araçatuba	102	1992
Penápolis E	Araçatuba	162	1992
Penápolis F	Araçatuba	240	1993
Pereira Barreto D	Araçatuba	178	1994
Pereiras A	Sorocaba	90	1993
Peruíbe A2	Santos	14	1992
Peruíbe B	Santos	109	1997
Pilar do Sul A	Sorocaba	164	1994
Pinhalzinho A	Campinas	88	1994
Piquerobi B	Pres. Prudente	52	1992
Piraju C1	Sorocaba	322	1992
Piraju C2	Sorocaba	135	1992
Pirapozinho A	Pres. Prudente	54	1994
Pirapozinho C	Pres. Prudente	218	1993
Pirassununga A2	Campinas	200	1992
Pirassununga A3	Campinas	350	1993
Pitangueiras B	Ribeirão Preto	200	1994
Planalto A	S. J. do Rio Preto	50	1991
Platina A	Marília	46	1992
Poloni A	S. J. do Rio Preto	40	1992
Pontal A1	Ribeirão Preto	70	1993
Pontes Gestal B	S. J. do Rio Preto	108	1994
Populina A	S. J. do Rio Preto	70	1992
Porangaba A2	Sorocaba	54	1992
Porto Feliz A	Sorocaba	101	1991
Porto Ferreira B	Central	334	1992
Potirendaba C	S. J. do Rio Preto	226	1994
Presidente Alves A	Bauru	48	1991
Presidente Epitácio B	Pres. Prudente	50	1994
Presidente Epitácio D1	Pres. Prudente	50	1996
Presidente Prudente D	Pres. Prudente	43	1992
Presidente Prudente E	Pres. Prudente	383	1992
Presidente Prudente F	Pres. Prudente	54	1992
Presidente Prudente G	Pres. Prudente	202	1992
Presidente Prudente H	Pres. Prudente	103	1992
Presidente Prudente I	Pres. Prudente	248	1992
Presidente Venceslau D	Pres. Prudente	100	1994
Queluz A	S. J. dos Campos	85	1992
Rancharia C/F	Pres. Prudente	348	1994
Rancharia C/F	Pres. Prudente	40	1997
Regente Feijó B2	Pres. Prudente	15	1994
Regente Feijó B2.2	Pres. Prudente	6	1994
Regente Feijó C2	Pres. Prudente	44	1992
Restinga B	Franca	120	1992

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Ribeirao Bonito E*	Central	266	1996
Ribeirao Bonito F	Central	49	1996
Ribeirao do Sul A2	Marília	100	1992
Ribeirao Preto B1*	Ribeirão Preto	288	1994
Ribeirao Preto B1*	Ribeirão Preto	64	1996
Ribeirao Preto B3*	Ribeirão Preto	608	1994
Ribeirao Preto B4*	Ribeirão Preto	224	1994
Ribeirao Preto B4*	Ribeirão Preto	32	1996
Ribeirao Preto B5 E B6*	Ribeirão Preto	800	1994
Rifaina A	Franca	70	1992
Rio Claro B1	Campinas	350	1994
Rio Claro B2	Campinas	70	1905
Rio Claro E	Campinas	224	1997
Riolândia B	S. J. do Rio Preto	61	1992
Riolândia C	S. J. do Rio Preto	21	1992
Riolândia D	S. J. do Rio Preto	14	1992
Riolândia E	S. J. do Rio Preto	9	1992
Riversul A	Sorocaba	50	1992
Rosana A1	Pres. Prudente	200	1992
Roseira B	S. J. dos Campos	61	1992
Rubineia A	S. J. do Rio Preto	105	1992
Sabino A1	Bauru	150	1993
Sabino A2	Bauru	36	1993
Sagres A	Pres. Prudente	30	1992
Sales C1/C2	S. J. do Rio Preto	126	1992
Sales Oliveira C	Franca	68	1992
Salto A3	Sorocaba	185	1994
Salto B3	Sorocaba	98	1992
Salto B5	Sorocaba	317	1992
Salto de Pirapora	Sorocaba	142	1990
Salto de Pirapora C	Sorocaba	79	1991
Sandovalina A1 e A2	Pres. Prudente	54	1992
Santa Adélia D1	S. J. do Rio Preto	76	1992
Santa Adélia D2	S. J. do Rio Preto	25	1994
Santa Albertina A	S. J. do Rio Preto	48	1992
Santa Barbara d'Oeste C1/C2	RM Campinas	1.614	1996
Santa Branca A	S. J. dos Campos	36	1992
Santa Cruz das Palmeiras E	Campinas	198	1993
Santa Cruz das Palmeiras F	Campinas	19	1993
Santa Cruz do Rio Pardo F	Marília	264	1993
Santa Fé do Sul E	S. J. do Rio Preto	150	1993
Santa Fé do Sul F	S. J. do Rio Preto	78	1997
Santa Maria da Serra A2	Campinas	48	1991
Santa Maria da Serra B2	Campinas	25	1992
Santa Rita do Passa Quatro A2	Central	120	1993
Santa Rita do Passa Quatro A3	Central	69	1992
Santa Rosa de Viterbo A1	Ribeirão Preto	200	1991
Santa Rosa de Viterbo A2	Ribeirão Preto	46	1991
Santo André A02	RMSP	96	1995
Santo André A03	RMSP	208	1996

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Santo Antônio da Alegria A	Ribeirão Preto	81	1992
Santo Antônio de Posse A1	RM Campinas	116	1992
Santo Antônio de Posse A2	RM Campinas	100	1996
Santo Antônio do Jardim A	Campinas	197	1991
Santo Expedito A	Pres. Prudente	54	1992
São Bernardo do Campo F1*	RMSP	128	1993
São Bernardo do Campo K2	RMSP	108	1997
São João da Boa Vista E1*	Campinas	250	1993
São João da Boa Vista E2*	Campinas	375	1994
São João da Boa Vista E3*	Campinas	60	1993
São João das Duas Pontes A	S. J. do Rio Preto	21	1993
São Joaquim da Barra B	Franca	426	1993
São José da Bela Vista B1	Franca	80	1992
São José da Bela Vista B2	Franca	80	1992
São José do Rio Pardo C	Campinas	250	1992
São José do Rio Pardo D	Campinas	250	1992
São José do Rio Preto C2.1	S. J. do Rio Preto	320	1994
São José do Rio Preto C2.1	S. J. do Rio Preto	64	1997
São José do Rio Preto C2.2	S. J. do Rio Preto	256	1993
São José do Rio Preto E	S. J. do Rio Preto	1.000	1992
São José dos Campos A1	S. J. dos Campos	388	1998
São José dos Campos B	S. J. dos Campos	1.726	1997
São Miguel Arcanjo A	Sorocaba	150	1993
São Miguel Arcanjo B	Sorocaba	150	1993
São Pedro do Turvo C	Marília	50	1996
São Roque B	Sorocaba	114	1994
São Simão B1	Ribeirão Preto	141	1992
São Simão B2	Ribeirão Preto	7	1994
Sarapuí A	Sorocaba	60	1993
Sarutaia A	Sorocaba	75	1991
Sebastianópolis do Sul A	S. J. do Rio Preto	100	1992
Serra Azul B1	Ribeirão Preto	180	1992
Serra Azul C	Ribeirão Preto	20	1992
Serrana A2	Ribeirão Preto	300	1994
Serrana B1	Ribeirão Preto	192	1996
Sete Barras A	Registro	55	1993
Severinia A	Barretos	245	1992
Silveiras A2	S. J. dos Campos	6	1992
Silveiras B	S. J. dos Campos	30	1992
Socorro C	Campinas	192	1994
Sorocaba B1	Sorocaba	485	1994
SP-Brasilândia A*	RMSP	608	1994
SP-Brasilândia B01	RMSP	606	1994
SP-Butantã D*	RMSP	544	1993
SP-Campo Limpo A*	RMSP	320	1994
SP-Campo Limpo A*	RMSP	160	1995
SP-Campo Limpo B02	RMSP	160	1995
SP-Cangaíba A01	RMSP	352	1994
SP-Itaquera C01	RMSP	574	1994
SP-Jaraguá A01	RMSP	576	1996

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
SP-Jardim São Luiz B1	RMSP	416	1994
SP-Jardim São Luiz B2	RMSP	576	1993
SP-Santo Amaro A (Feitiço da Vila)*	RMSP	91	1995
SP-Santo Amaro B (Jardim Martinez)	RMSP	640	1994
SP-São Miguel Paulista D02 (Faz. Itaim)	RMSP	268	1994
SP-São Miguel Paulista D02 (Faz. Itaim)	RMSP	254	1996
Sp-S. Miguel Paulista E03.I (Enc. Norte E3.I)	RMSP	664	1994
SP-S. Miguel Paulista E03.II (Enc. Norte E3.II)	RMSP	448	1994
SP-S. Miguel Paulista E03.II (Enc. Norte E3.II)	RMSP	64	1996
SP-São Miguel Paulista G1 (Limoeiro)	RMSP	319	1994
SP-São Miguel Paulista I (V. Progresso I)	RMSP	92	1994
SP-São Miguel Paulista L (V. Progressol)	RMSP	80	1994
SP-Saúde A (Sítio Caraguatá)	RMSP	150	1994
SP-Tucuruvi B03 (Jova Rural B3)	RMSP	725	1992
SP-Tucuruvi B03 (Jova Rural)	RMSP	40	1994
SP-Vila Prudente B (Jardim Colorado)*	RMSP	624	1995
Sud Mennucci B	Araçatuba	44	1992
Tabapuã B	S. J. do Rio Preto	41	1991
Tabapuã C	S. J. do Rio Preto	37	1992
Tabatinga A2	Central	14	1991
Tabatinga B	Central	40	1992
Tabatinga C	Central	27	1992
Taboão da Serra (Pq. Laguna)	RMSP	496	1994
Taciba B	Pres. Prudente	125	1991
Taiacu B	Barretos	87	1992
Taiuva A	Barretos	130	1994
Tambaú D	Campinas	261	1992
Tapiraí A	Sorocaba	50	1994
Taquaritinga A2	Central	80	1992
Taquarituba A	Sorocaba	82	1992
Tarabaí A	Pres. Prudente	86	1991
Tatuí B	Sorocaba	476	1993
Taubaté A2	S. J. dos Campos	500	1993
Tejupá A	Sorocaba	41	1994
Tejupá B	Sorocaba	30	1995
Tejupá C	Sorocaba	40	1994
Terra Roxa C	Barretos	100	1992
Tietê C	Sorocaba	175	1995
Timburi B	Marília	71	1993
Tupã B1	Marília	94	1992
Tupã B2	Marília	94	1992
Turiúba A1 e B	Araçatuba	74	1992
Turiúba A2	Araçatuba	45	1992
Turmalina A	S. J. do Rio Preto	29	1992
Turmalina B	S. J. do Rio Preto	71	1992
Ubatuba C	S. J. dos Campos	196	1994
Ubatuba D1	S. J. dos Campos	97	1997
Ubirajara B	Bauru	116	1992
Uchoa C	S. J. do Rio Preto	192	1992
Uru A	Bauru	96	1993

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Urupês B	S. J. do Rio Preto	120	1992
Valentim Gentil A3	S. J. do Rio Preto	68	1993
Valentim Gentil B	S. J. do Rio Preto	80	1993
Valentim Gentil B2 e C	S. J. do Rio Preto	162	1994
Valinhos B	RM Campinas	903	1992
Valparaíso B	Araçatuba	66	1992
Valparaíso C	Araçatuba	109	1994
Vargem Grande do Sul B	Campinas	150	1993
Viradouro B1	Barretos	55	1992
Viradouro B2	Barretos	211	1993
Votuporanga C	S. J. do Rio Preto	98	1994
Votuporanga D	S. J. do Rio Preto	13	1993
Votuporanga E	S. J. do Rio Preto	52	1996
		98.849	

MUT (Programa Mutirão)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Caieiras A2	RMSP	160	1997
Campinas I	RM Campinas	160	2001
Diadema F*	RMSP	500	2000
Dracena F	Pres. Prudente	150	2002
Embu N01	RMSP	160	2002
Embu N02-B	RMSP	112	2002
Ferraz de Vasconcelos C01	RMSP	134	2002
Ferraz de Vasconcelos C02	RMSP	120	2002
Ferraz de Vasconcelos C04	RMSP	101	2002
Ferraz de Vasconcelos C06	RMSP	160	2001
Ferraz de Vasconcelos C07	RMSP	140	2002
Ferraz de Vasconcelos C08	RMSP	140	2002
Ferraz de Vasconcelos C09	RMSP	40	2002
Guarulhos C02	RMSP	120	1998
Guarulhos C02-B (C3)	RMSP	40	2000
Guarulhos C03-A (C13)	RMSP	100	2000
Guarulhos C09	RMSP	120	2002
Guarulhos H	RMSP	180	1998
Itaquaquecetuba E02	RMSP	192	1998
Itaquaquecetuba E03	RMSP	200	1998
Itaquaquecetuba E05	RMSP	76	1998
Itaquaquecetuba E06	RMSP	40	1998
Itaquaquecetuba E07	RMSP	80	1998
Itaquaquecetuba E08	RMSP	60	2001
Itatiba B2	RM Campinas	134	1998
Mogi das Cruzes B4	RMSP	40	1997
Mogi das Cruzes C2-A/C	RMSP	80	1999
Osasco D1*	RMSP	160	1996
Osasco D2*	RMSP	540	1997
Osasco F	RMSP	120	2002
Praia Grande A*	Santos	192	2002

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
SP-Brasilândia B02*	RMSP	448	1996
SP-Brasilândia B03*	RMSP	300	1997
SP-Brasilândia B04*	RMSP	160	1997
SP-Brasilândia B05*	RMSP	160	1998
SP-Brasilândia B06*	RMSP	128	1998
SP-Brasilândia B07*	RMSP	160	1998
SP-Brasilândia B09*	RMSP	112	2002
SP-Brasilândia B11*	RMSP	112	2002
SP-Brasilândia B12*	RMSP	160	1997
SP-Brasilândia B13*	RMSP	64	1998
SP-Brasilândia B14*	RMSP	64	1998
SP-Brasilândia B16*	RMSP	56	2002
SP-Brasilândia B17*	RMSP	40	2000
SP-Brasilândia B18*	RMSP	96	2002
SP-Brasilândia B19*	RMSP	40	2002
SP-Brasilândia B20*	RMSP	68	2001
SP-Brasilândia B21*	RMSP	128	2009
SP-Brasilândia B22*	RMSP	140	2009
SP-Brasilândia B23*	RMSP	168	2009
SP-Campo Limpo A03	RMSP	160	1997
SP-Campo Limpo A07	RMSP	40	1998
SP-Campo Limpo B03	RMSP	32	1999
SP-Campo Limpo L01	RMSP	100	2002
SP-Campo Limpo L02	RMSP	120	2002
SP-Campo Limpo L03/L04	RMSP	160	2002
SP-Cangaíba A02	RMSP	160	1996
SP-Cangaíba A03	RMSP	404	2001
SP-Cangaíba A04/A09	RMSP	256	1999
SP-Cangaíba A05	RMSP	80	1997
SP-Cangaíba A06	RMSP	180	1998
SP-Cangaíba A07	RMSP	120	1998
SP-Cangaíba A08	RMSP	40	1998
SP-Cangaíba A10	RMSP	140	1999
SP-Cangaíba A11	RMSP	140	1999
SP-Cangaíba A12	RMSP	180	1998
SP-Cangaíba A13	RMSP	180	1998
SP-Cangaíba A14	RMSP	180	1999
SP-Cangaíba A15	RMSP	220	2002
SP-Cangaíba A16	RMSP	180	1999
SP-Guaianazes A01*	RMSP	320	1999
SP-Guaianazes A02*	RMSP	240	2002
SP-Guaianazes A04*	RMSP	27	1998
SP-Guaianazes A05*	RMSP	200	2001
SP-Guaianazes A06*	RMSP	160	1999
SP-Guaianazes A07*	RMSP	200	1999
SP-Guaianazes A08*	RMSP	200	2002
SP-Guaianazes A12*	RMSP	176	2002
SP-Guaianazes A15*	RMSP	140	2001
SP-Guaianazes A16*	RMSP	160	2001
SP-Guaianazes A17*	RMSP	128	2001

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
SP-Guaianazes A18*	RMSP	160	2001
SP-Guaianazes A19*	RMSP	136	2001
SP-Guaianazes A20*	RMSP	120	2001
SP-Guaianazes B01	RMSP	135	2002
SP-Guaianazes B02	RMSP	105	2002
SP-Guaianazes B03	RMSP	160	2002
SP-Guaianazes C0	RMSP	466	1997
SP-Guaianazes C02	RMSP	400	1998
SP-Guaianazes H02 (A3)	RMSP	359	1997
SP-Itaquera B02 – I*	RMSP	544	1998
SP-Itaquera B02 – II*	RMSP	480	1998
SP-Itaquera B04*	RMSP	160	1998
SP-Itaquera B12*	RMSP	160	1999
SP-Itaquera B13*	RMSP	200	1999
SP-Itaquera B14*	RMSP	200	1998
SP-Itaquera B15*	RMSP	120	1998
SP-Itaquera B16*	RMSP	120	1998
SP-Itaquera B17*	RMSP	120	1998
SP-Itaquera C02	RMSP	160	1998
SP-Itaquera C03 (C3/C4/C6)	RMSP	500	2000
SP-Jaraguá A02*	RMSP	256	1998
SP-Jaraguá A03*	RMSP	96	1997
SP-Jaraguá A05*	RMSP	96	1997
SP-Jaraguá A06*	RMSP	40	1997
SP-Jaraguá A07*	RMSP	80	1997
SP-Jaraguá A08*	RMSP	100	1997
SP-Jaraguá A09*	RMSP	84	2002
SP-Jaraguá A10*	RMSP	112	2002
SP-Jaraguá A11/1*	RMSP	112	2000
SP-Jaraguá A11/2*	RMSP	112	2002
SP-Jaraguá A12*	RMSP	56	2002
SP-Jaraguá A13*	RMSP	80	2001
SP-Santo Amaro A	RMSP	581	1996
SP-Sao Miguel Paulista E05	RMSP	200	1998
SP-São Miguel Paulista E07	RMSP	128	1996
SP-São Miguel Paulista E08	RMSP	128	1998
SP-São Miguel Paulista E09	RMSP	64	1998
SP-São Miguel Paulista E10/E11	RMSP	60	1997
SP-São Miguel Paulista H1	RMSP	475	1997
SP-São Miguel Paulista H3	RMSP	40	1997
SP-São Miguel Paulista P01	RMSP	84	2002
SP-São Miguel Paulista P02	RMSP	280	1999
SP-São Miguel Paulista P03	RMSP	180	2001
SP-São Miguel Paulista P04	RMSP	84	2002
SP-São Miguel Paulista P05	RMSP	148	2002
SP-São Miguel Paulista P06	RMSP	220	2001
SP-São Miguel Paulista P07	RMSP	200	2002
SP-São Miguel Paulista P08	RMSP	80	2000
SP-São Miguel Paulista P09	RMSP	240	2001
SP-Tucuruvi B03 e B04	RMSP	33	1997
SP-Vila Prudente B2	RMSP	128	2001
		21.560	

*Projetos incluídos no livro

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 190



Limeira B e C

PÁG. 191



Lençóis Paulista B1

PÁG. 192



São Sebastião C1

PÁG. 193



Monte Azul Paulista C

PÁG. 193



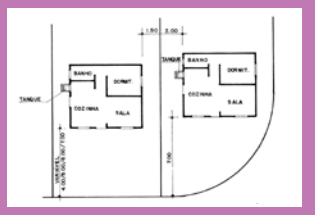
Ribeirão Bonito E

PÁG. 194



Cabreúva B

PÁG. 195



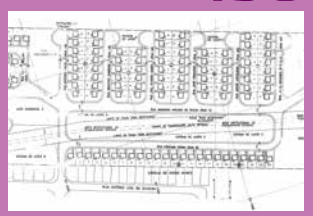
Capivari A

PÁG. 196



Ipaussu D

PÁG. 196



Garça C

PÁG. 197



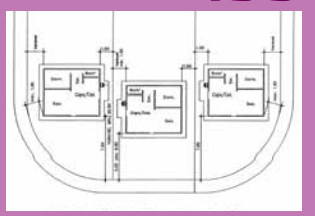
Jales D

PÁG. 198



Ourinhos D1 e D2

PÁG. 199



São João da Boa Vista E

PÁG. 200



Marília N

PÁG. 201

S. Bernardo do Campo F1
Vila Ferreira

PÁG. 202

Ribeirão Preto B

PÁG. 204

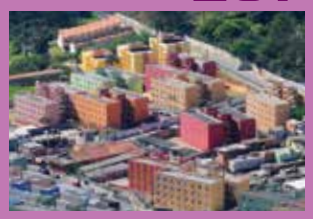
Guarulhos B1 e B2
Padre Bento

PÁG. 205

Cajamar B

PÁG. 206

SP Butantã D

PÁG. 207

Ferraz de Vasconcelos A

PÁG. 208

Diadema D
Vila Socialista I e II

PÁG. 210

Barueri A

PÁG. 211

SP Brasilândia A
Sítio dos Francos

PÁG. 212

SP Campo Limpo A
Jardim São Luiz I

PÁG. 213

SP Vila Prudente B
Jardim Colorado

PÁG. 214

SP Santo Amaro A
Feitiço da Vila

PÁG. 215

Osasco D1 e D2
Jardim Piratininga

PÁG. 216

SP Brasilândia B

PÁG. 230

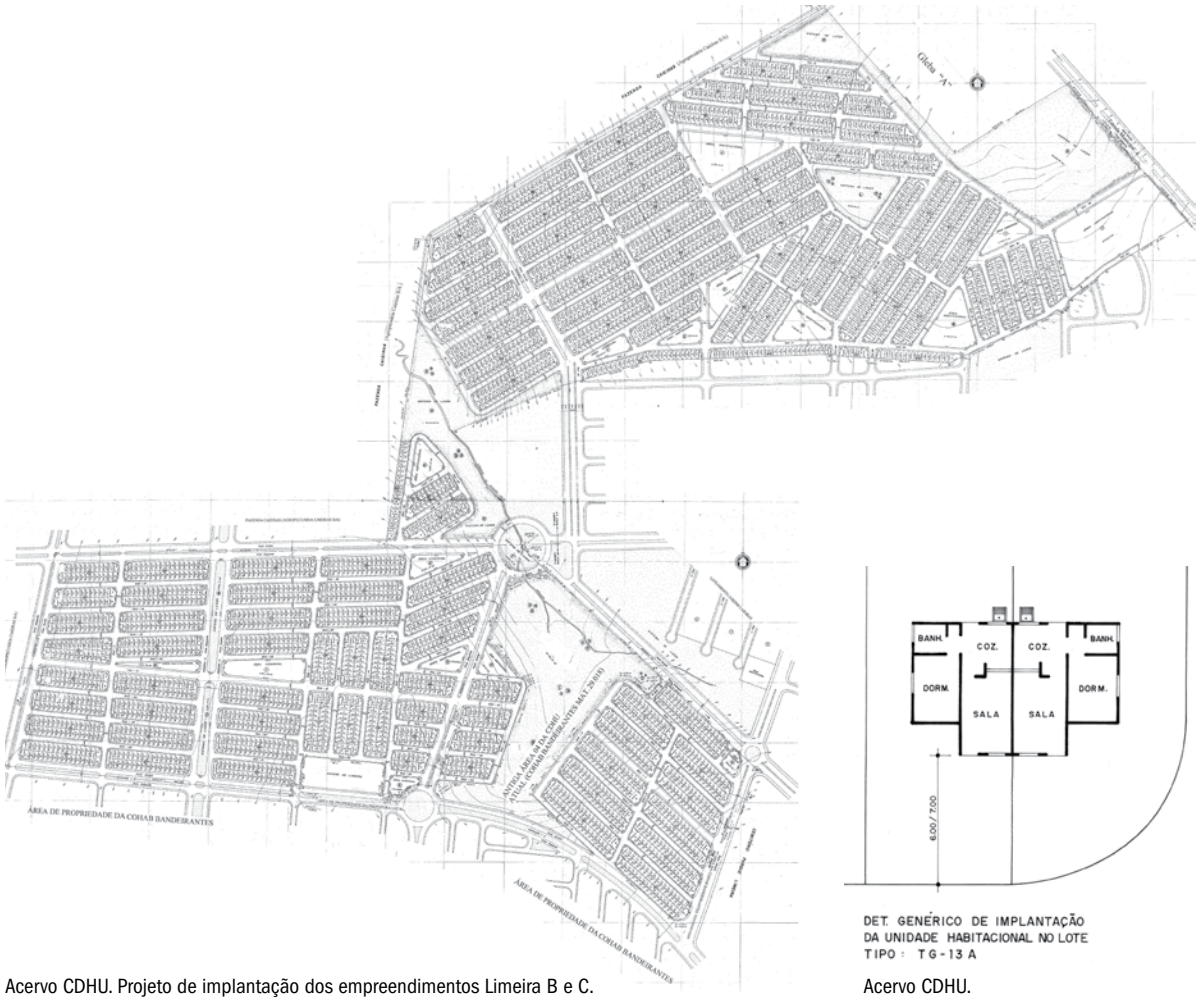
SP Jaraguá A

Limeira B e C

MUNICÍPIO: Limeira
ENTREGA: 1990
TERRENO: 941.076,28 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 473.474,49 m²
COTA RESID.: 186,85 m²
TIPOLOGIA: TG13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 3.622 – 1.500 (B) e 2.122 (C)
PROJETO: Arthur Lozano Filho



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Projeto de implantação dos empreendimentos Limeira B e C.

Acervo CDHU.

Este projeto foi elaborado pela CDH e Prefeitura do Município de Limeira dentro do Programa SH2 (Sistema Habitacional Interior). Foram construídas casas isoladas e casas geminadas utilizando estrutura pré-moldada e alvenaria convencional.



Acervo CDHU, 1994. Unidade térrea geminada, quatro anos após a entrega do empreendimento.

Lençóis Paulista B1

MUNICÍPIO: Lençóis Paulista
ENTREGA: 1991
TERRENO: 406.781,14 m² (total)
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 213.623,30 m² (total)
COTA RESID.: 203,64 m² (total)
TIPOLOGIA: 07/88 V1
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 300 (Primeira fase)
PROJETO: Irene Borges Rizzo



Acervo CDHU. Projeto de implantação.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O projeto original de Lençóis Paulista propõe unidades de vizinhança em que articula várias quadras residenciais em torno de um sistema de lazer linear, onde estariam equipamentos e seria priorizada a circulação dos pedestres, levando uma nova concepção de urbanismo para a cidade. A Prefeitura refez o projeto para os padrões usuais do munícipio, adotando projeto da CDHU apenas na implantação da creche pré-escolar.



Acervo CDHU. Equipamento CP2A, projetado pelos arquitetos Vitor Augusto dos Santos, Lia Affonso Barros e Mariangela Lamana Barrella.









Acervo CDHU, 2001. Creche pré-escolar em uso (CP2A).





Acervo CDHU, 1991. Unidades 07/88.

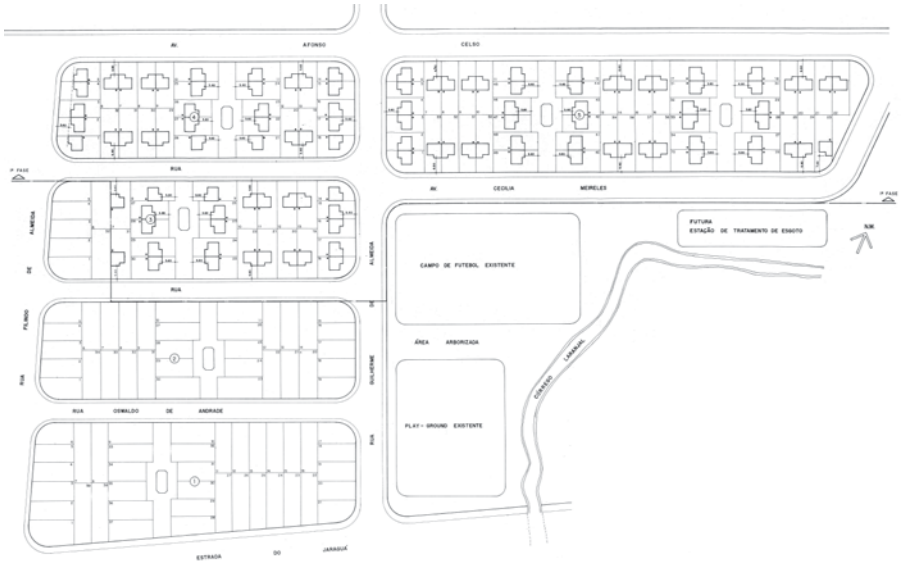




Chahinian, 2014. Transformações das unidades ao longo dos anos.

São Sebastião C1

MUNICÍPIO: São Sebastião
ENTREGA: 1990
TERRENO: 35.561,49 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 13.440,00 m²
COTA RESID.: 140,00 m²
TIPOLOGIA: TG 13 A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 96
PROJETO: Maria Alzira M. Monfré e José M. Romero

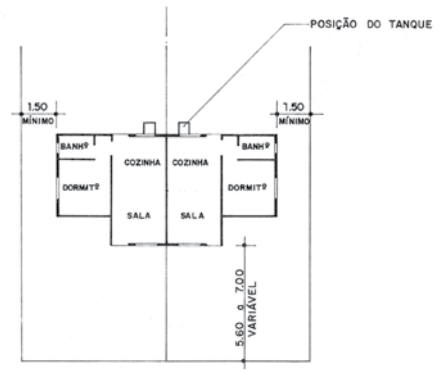


Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Todo o sistema viário deste projeto foi implantado pela Prefeitura de São Sebastião. Nas áreas centrais das quadras foram planejadas vias exclusivas para acessos de pedestres com pequenas pracinhas no centro. Este Programa (SH2) era uma parceria com a Prefeitura flexibilizando o projeto para as intervenções que considerasse de seu interesse. Neste caso, o município optou pela alteração do desenho das quadras do projeto na fase 2, acarretando uma redução no número de unidades habitacionais.



DET. GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL NO LOTE.
ESC. 1 : 200

Acervo CDHU. Planta da TG13A.



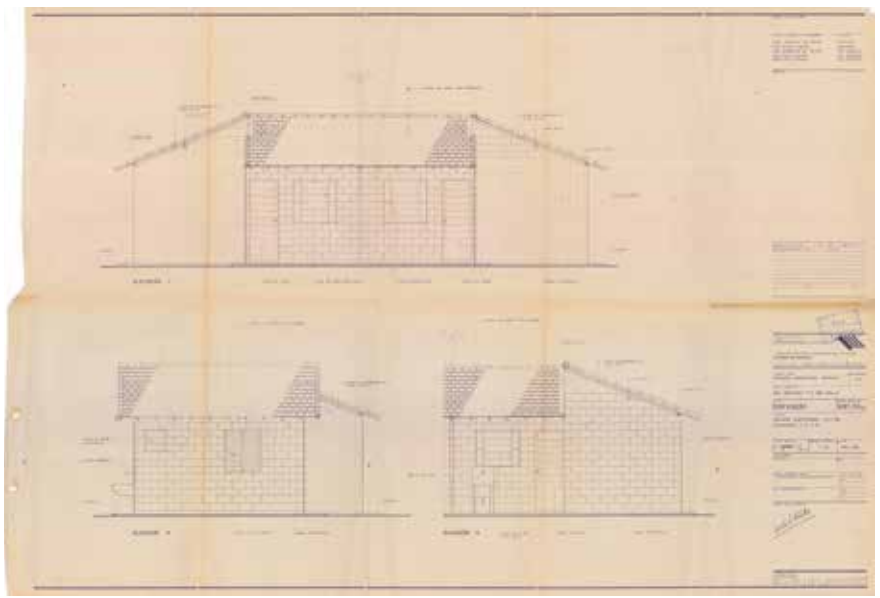




Acervo CDHU, 1991. Unidades originais.



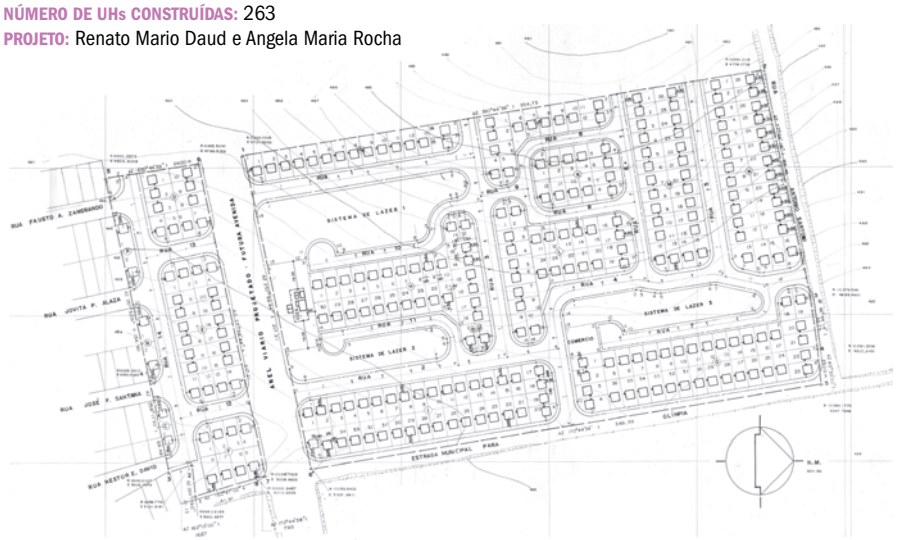
Chahinian, 2014. Intervenções feitas pela população ao longo do tempo.



Elevações da tipologia TG13A (térreo geminado, de um a três dormitórios).

Monte Azul Paulista C

MUNICÍPIO: Monte Azul Paulista
ENTREGA: 1994
TERRENO: 90.066,49 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 51.535,39 m²
COTA RESID.: 195,95 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 263
PROJETO: Renato Mario Daud e Angela Maria Rocha



Acervo CDHU. Projeto de implantação.

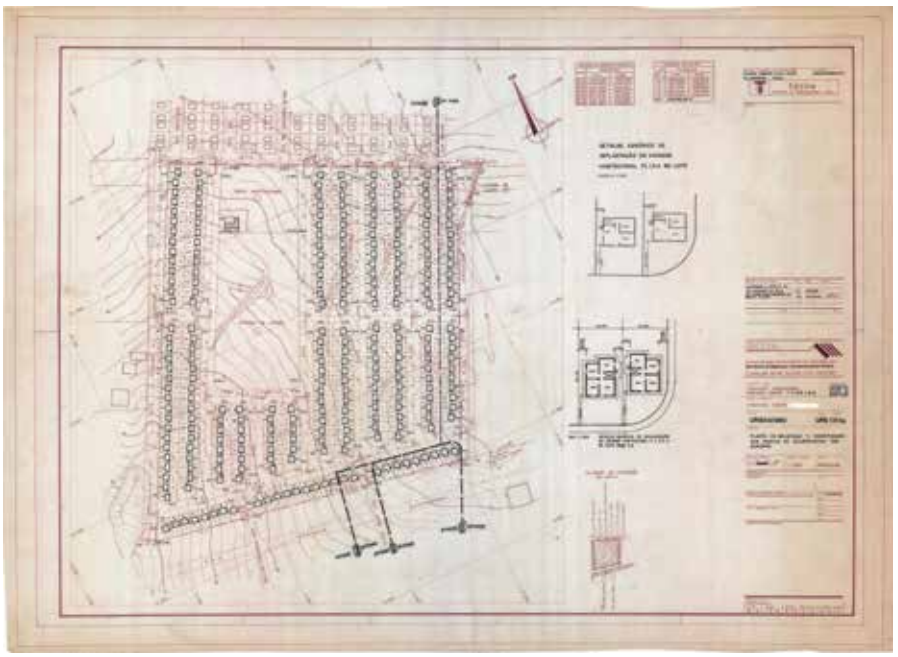


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O partido adotado rompe a repetição de quadras padrão criando praças entre as quadras e constituindo um tecido urbano diferenciado que ainda se mantém como áreas de recreação e lazer. As unidades construídas com um dormitório tinham projeto de ampliação, que, como se pode observar pela ortofoto, ocorreu ao longo do tempo.

Ribeirão Bonito E

MUNICÍPIO: Ribeirão Bonito
ENTREGA: 1996
TERRENO: 102.485,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 55.000,00 m²
COTA RESID.: 200,00 m²
TIPOLOGIAS: TI13A e TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 266
PROJETO: Claudio Gimenez Filho



Acervo CDHU. Projeto de implantação.

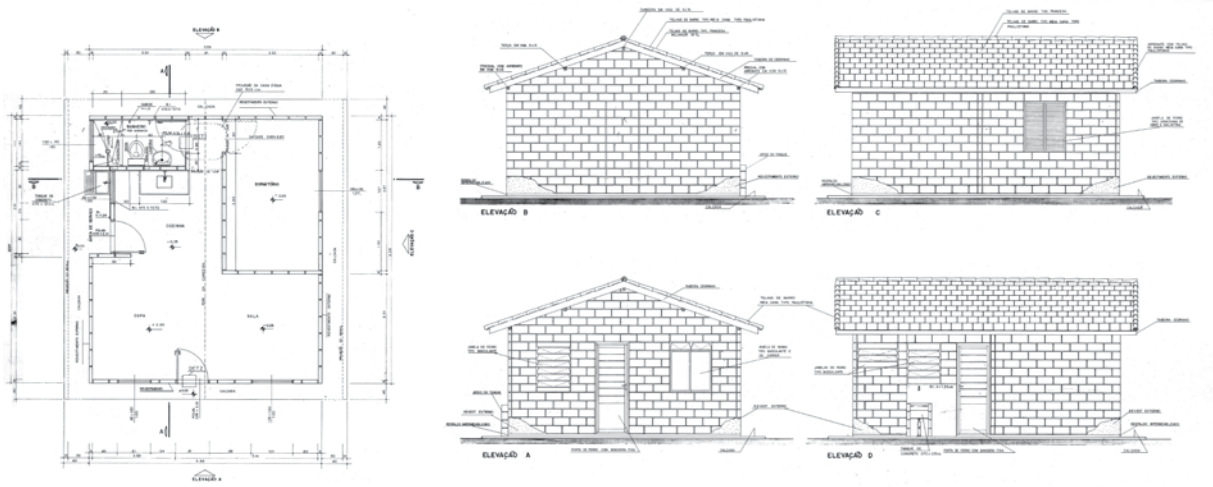


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Em Ribeirão Bonito, após o estudo preliminar e o projeto básico, foram contratado os projetos executivos. Existia um problema de erosão do solo que necessitou tratamento para contenção com a compactação das vias e quadras. O partido adotado foi o de concentrar as áreas de praças, lazer e equipamentos públicos, criando uma grande área de convívio urbano com quadras regulares e dispostas em eixos ortogonais.

Cabreúva B

MUNICÍPIO: Cabreúva
ENTREGA: 1994
TERRENO: 26.999,71 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 11.862,16 m²
COTA RESID.: 242,08 m²
TIPOLOGIA: 07/88
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 49
PROJETO: Denise Cesar Ruprecht e Luiz Flavio Gaggetti

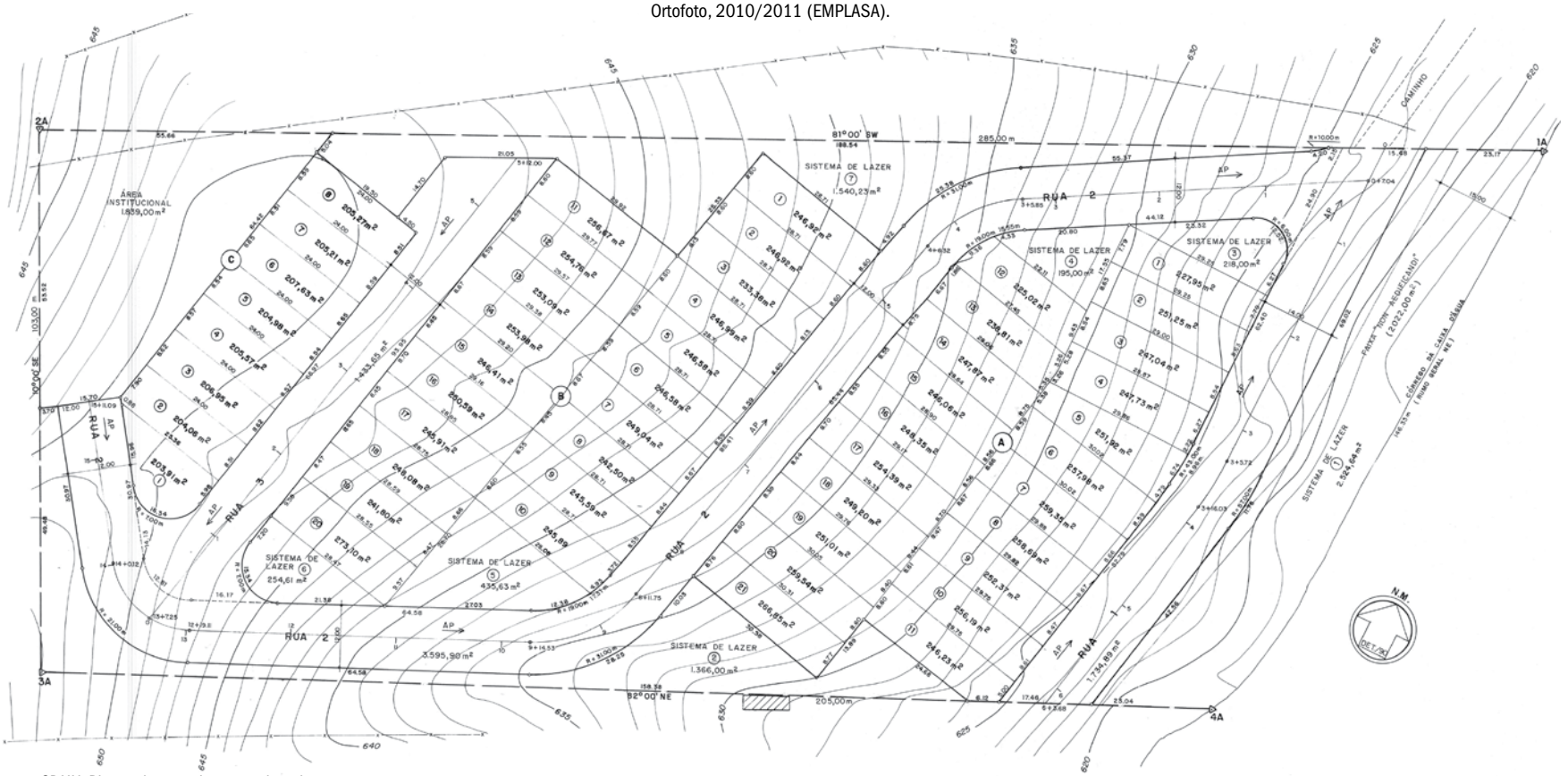


Acervo CDHU. Prancha de edificação da unidade 07/88. Projeto de Maria Alzina Monfre Mazagão.

O partido adotado em face da declividade do terreno foi o de definir uma via principal que, subindo o morro, garantia a declividade recomendada e o acesso às unidades que estão implantadas por cinco quadras. Na parte mais alta foram localizados os equipamentos comunitários e na várzea, dando continuidade à faixa de preservação do meio ambiente, foi definida a área verde. As casas tinham inicialmente um dormitório e a implantação considerou recuos diferentes, propiciando uma quebra de monotonia.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Planta de parcelamento do solo.

Capivari A

MUNICÍPIO: Capivari
ENTREGAS: 1992, 1994 e 1996
TERRENO: 333.303,21 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 128.058,20 m²
COTA RESID.: 223,49 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 573 – 250 (Primeira fase), 285 (Segunda fase) e 38 (Terceira fase)
PROJETO: Irene Borges Rizzo e Mônica Pimentel Vassimon

A gleba apresentava várias dificuldades para sua solução de projeto: alta declividade, córrego ao longo de duas divisas e faixa de alta-tensão. O partido urbanístico definiu uma grande área central estruturadora dos eixos principais de circulação. No projeto, o foco é dado pelo centro comunitário, creches, escolas, praças, quadras esportivas e áreas verdes.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

Acervo CDHU. Implantação.

Ipaussu D

MUNICÍPIO: Ipaussu
ENTREGA: 1994
TERRENO: 103.417,65 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 54.000,00 m²
COTA RESID.: 200 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 270
PROJETO: Andrea Costa Ribeiro



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Neste projeto, o partido urbanístico adotado foi o de não utilizar o tecido ortogonal de vias longas, procurando preservar a área residencial de trânsito de passagem e criando praças locais de recreação. O conjunto está situado próximo à divisa com o Estado do Paraná e com o Rio Paranapanema, e as casas são isoladas.

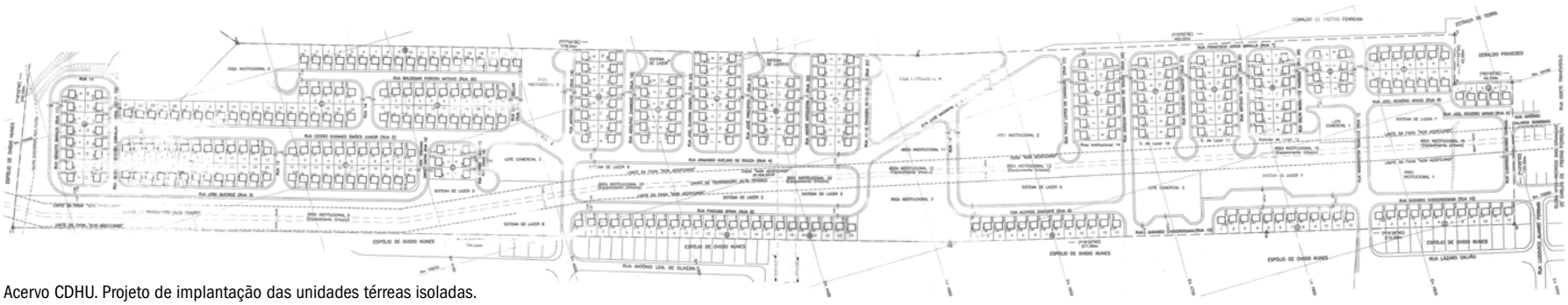
Garça C

MUNICÍPIO: Garça
ENTREGA: 1992
TERRENO: 193.600,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 71.500,59 m²
COTA RESID.: 203,13 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHS CONSTRUÍDAS: 300 (Primeira fase) e 52 (Segunda fase)
PROJETO: David Caravieri Neto



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Neste projeto, a Prefeitura de Garça repassou o terreno e implantou a infraestrutura. A Companhia desenvolveu o projeto e construiu as casas, as praças e os equipamentos comunitários. O partido adotou a solução de praça linear que integra todas as áreas públicas, configurando uma grande praça linear contínua.



Acervo CDHU. Projeto de implantação das unidades térreas isoladas.

Jales D

MUNICÍPIO: Jales
ENTREGA: 1992
TERRENO: 145.200,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 68.412,24 m²
COTA RESID.: 207,31 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 330
PROJETO: Irene Borges Rizzo





Acervo CDHU, 2014. Centro Integrado da Cidadania (CIC).

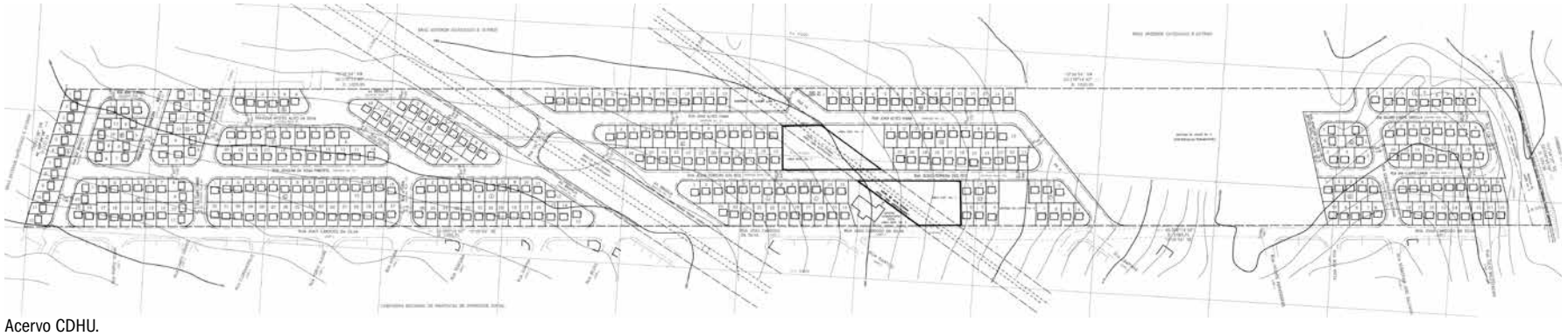






Acervo CDHU. Projeto do CIC, 1990.
Projetado pela arq. Lia Affonso Barros.

O terreno apresentava três interrupções, sendo duas linhas de alta-tensão e uma mata a ser preservada. A forma do terreno com predominância longitudinal e largura gerou uma dificuldade para o projeto. O equipamento implantado segue uma nova concepção da CDH de atendimento: o de ser um Centro Integrado de Cidadania (CIC), projeto realizado pela Companhia, embrião do Poupatempo.



Acervo CDHU.







Chahinian, 2014. Transformações das unidades realizadas pelos moradores.

Ourinhos D1 e D2

MUNICÍPIO: Ourinhos
ENTREGA: 1992
TERRENO: 149.689,80 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 116.800,00 m²
COTA RESID.: 200,00 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 500 (Primeira fase) e 84 (Segunda fase)
PROJETO: Denise Cesar Ruprecht



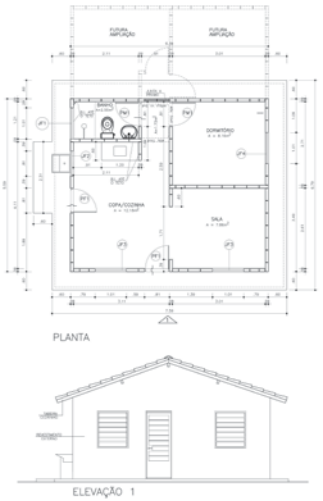
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



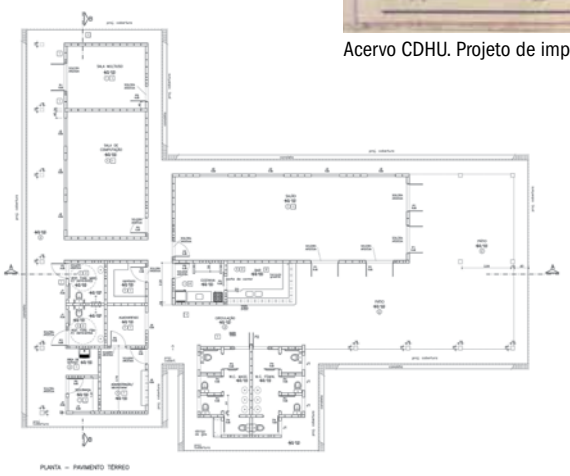




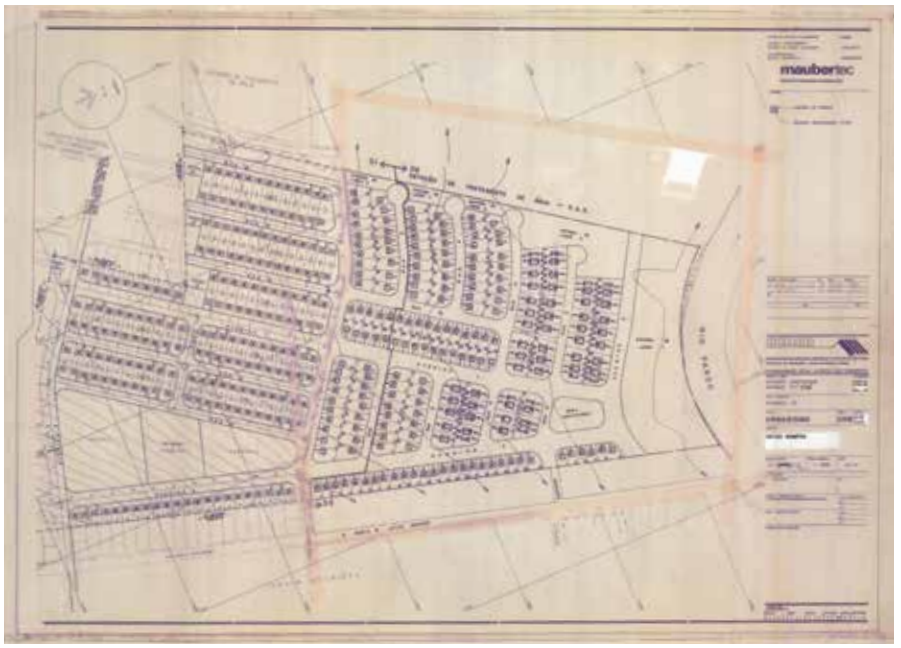
Chahinian, 2014. Unidades em meados de 2014.



Acervo CDHU. Planta e elevação da unidade térrea isolada, de um a três dormitórios, projeto de autoria da Arq. Monica Pimentel Vassimon.



Acervo CDHU. Centro Comunitário CC4A, projetado pelos arq. Vitor Augusto dos Santos, Lia Affonso Barros e Mariangela Lamana Barrella.



Acervo CDHU. Projeto de implantação da fase D1.





Chahinian, 2014. Centro comunitário.

Este projeto foi implementado no âmbito do Programa SH3, em um terreno cedido pela Prefeitura de Ourinhos, que também foi responsável pela infraestrutura e seleção dos moradores. O empreendimento localiza-se entre o Rio Pardo e a Rodovia Raposo Tavares adotou como partido a centralização dos equipamentos públicos ao longo de uma via principal, concentrando as áreas verdes próximas à faixa de proteção do rio. Na área pública foram implantadas creche, escola municipal e área comercial.

São João da Boa Vista E

MUNICÍPIO: São João da Boa Vista
ENTREGA: 1993 e 1994
TERRENO: 338.366,87 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 137.000,00 m²
COTA RESID.: 200,00 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 250 (Primeira fase), 375 (Segunda fase) e 60 (Terceira fase)
PROJETO: Moyses Aldo Nascimento e Nelson Luiz Assumpção

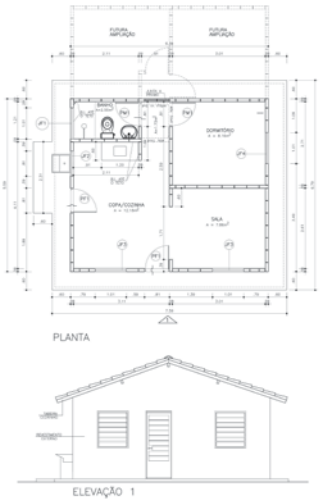


Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Por se tratar de uma gleba em região montanhosa, o projeto implantado em São João da Boa Vista estabeleceu um sistema viário com 45º de inclinação para as vias principais, contornando quadras de tamanho médio, com cantos arredondados. Como havia trechos com desníveis, optou-se por uma tipologia de casas isoladas, facilitando a implantação nos lotes. As nascentes de água e a mata ciliar ao redor do conjunto foram preservadas e compõem uma faixa de proteção e recreação contemplativa.



Acervo CDHU. Planta e elevação da unidade térrea isolada, de um a três dormitórios.

Marília N

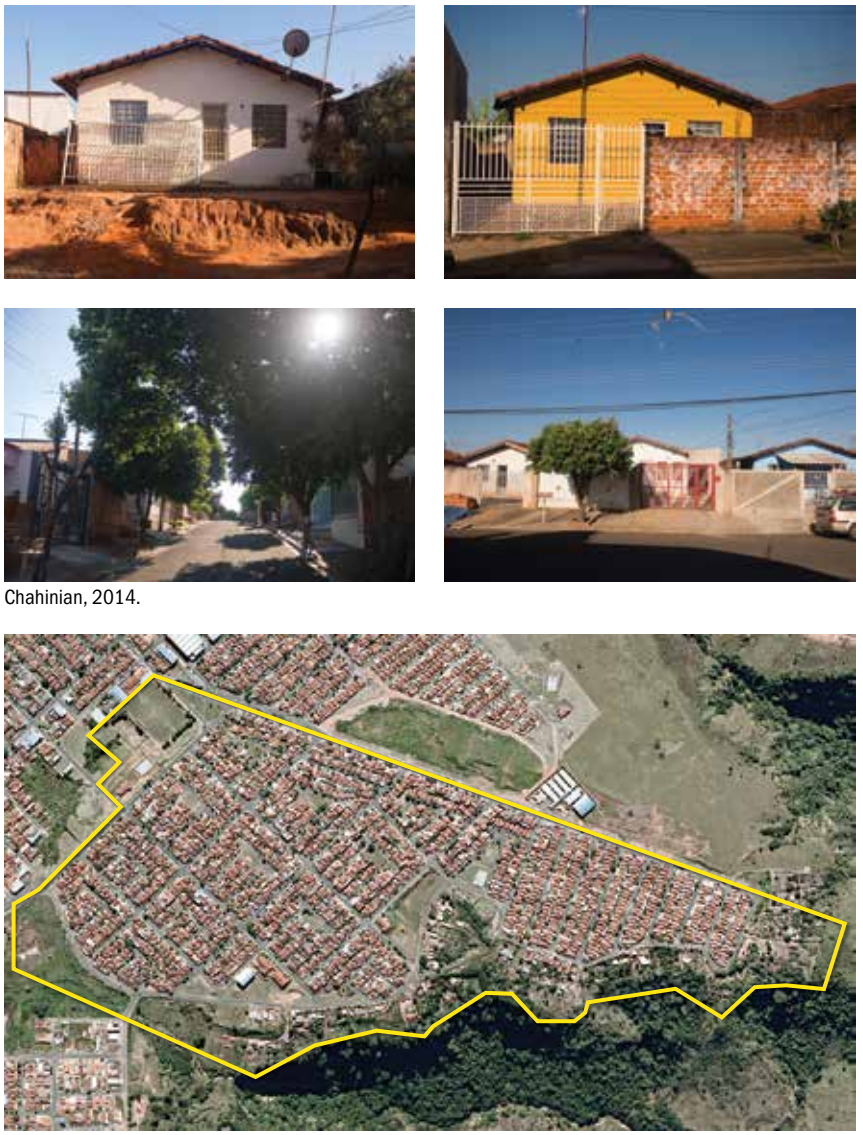
MUNICÍPIO: Marília
ENTREGA: 1996
TERRENO: 422.259,88 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 180.908,74 m²
COTA RESID.: 192,87 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 938 = 438 (N1) e 500 (N2)
PROJETO: Arthur Lozano Filho

O partido urbanístico adotado busca constituir unidades de vizinhança que têm uma área de recreação local protegida por vias em alça que servem ao tráfego de passagem. A segurança para as crianças se completa com a clara visibilidade do local de brincadeiras.



DET. GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL NO LOTE
TIPO: TI 13A
ESC. 1: 200

Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.

Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



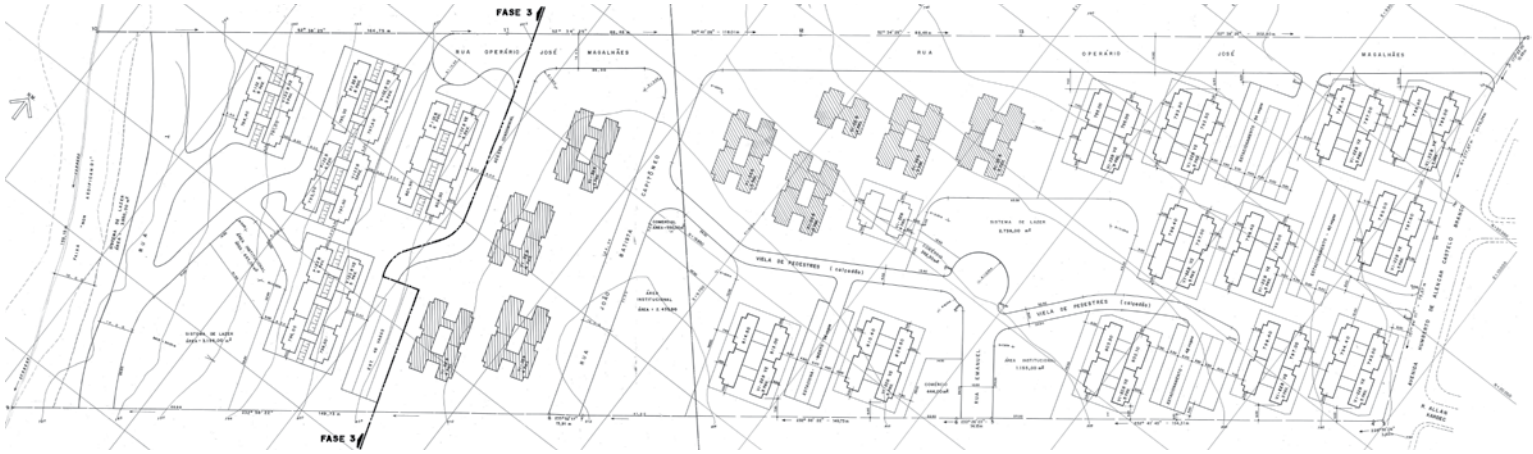
Acervo CDHU. Projeto de implantação.

São Bernardo do Campo F1

Vila Ferreira

MUNICÍPIO: São Bernardo do Campo
ENTREGA: 1993
TERRENO: 83.444,40 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 53.161,50 m²
COTA RESID.: 52,74 m²
TIPOLOGIAS: VI22B-V2 e PI22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 128
PROJETO: José Fábio Calazans, Iracema Miguel e Mônica Pimentel Assimon

A CDHU adquiriu este terreno em São Bernardo do Campo e elaborou um projeto onde se previa a construção de 1.008 unidades habitacionais. Contudo, no início da construção das primeiras 128 unidades (F1), a gleba se encontrava irregularmente ocupada por famílias que viviam em situação precária, impedindo que os demais condomínios fossem executados na sequência. Isso exigiu que o projeto fosse desenvolvido em fases, de acordo com o andamento das negociações com as famílias. As fases F2, F3 e F4 foram entregues entre 2001 e 2008. A última fase, F5, está apresentada no Sétimo Período deste livro.



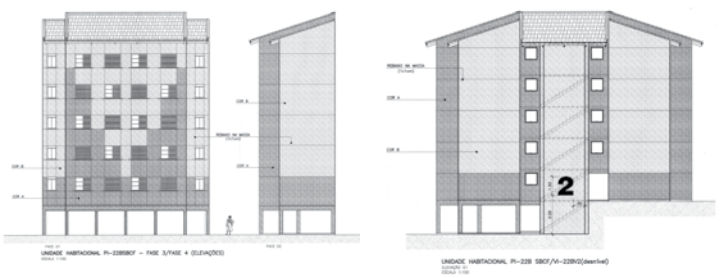
Acervo CDHU. Projeto de implantação.


Acervo CDHU, 2005. Vista aérea do conjunto.


Chahinian, 2014. Novas unidades entregues.



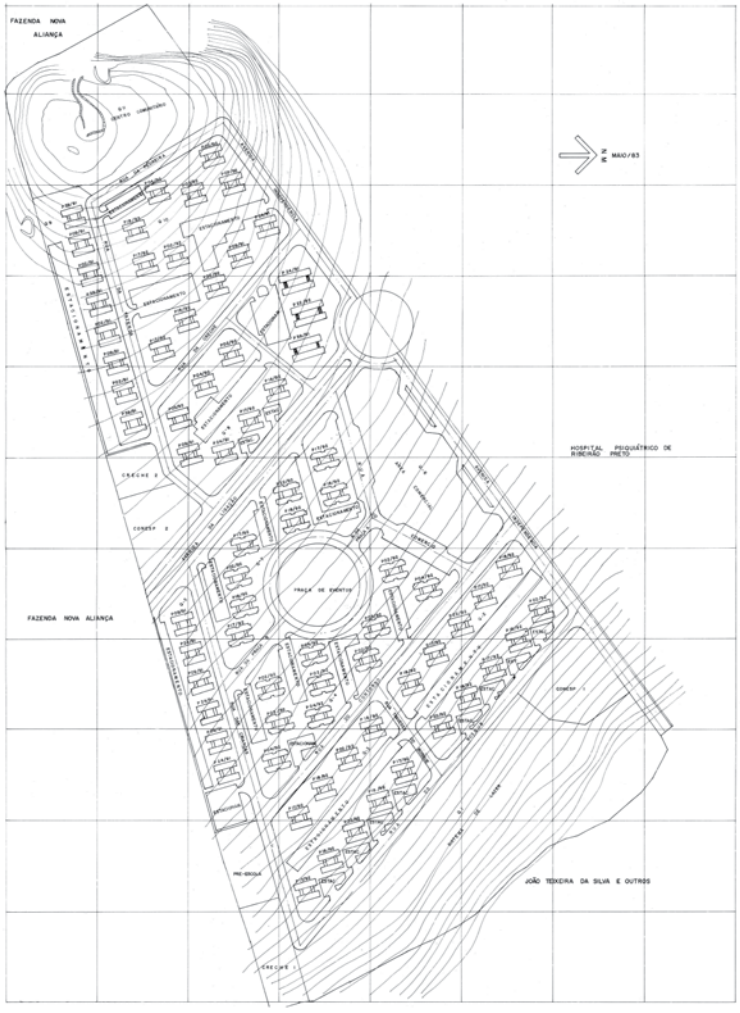
Acervo CDHU. Projeto de unidade vertical de cinco pavimentos e dois dormitórios (VI22B-V2).



Acervo CDHU. Unidade vertical sobre pilotis (PI22B).

Ribeirão Preto B

MUNICÍPIO: Ribeirão Preto
ENTREGAS: 1994 e 1996
TERRENO: 379.152,38 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 185.456,90 m²
COTA RESID.: 79,39 m²
TIPOLOGIAS: VI22B, VI22F, V042C-01 e V042C-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.696 = 64 (B1), 608 (B2 e B3), 224 (B4) e 800 (B5 e B6)
PROJETO: Luiz Flavio Gaggetti, Moysés Aldo Nascimento, Paulo Eduardo Pignanelli e Renato Mario Daud



Acervo CDHU. Projeto de implantação do empreendimento.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

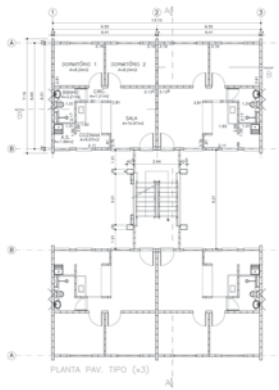
A aquisição de grandes glebas foi uma possibilidade adotada pela Companhia durante muito anos. Como era feita uma estimativa de demanda, o conjunto era projetado integralmente e a implantação se fazia em etapas. Esta gleba foi construída em três etapas: as primeiras foram entregues em 1994/1996. Em 2009, foi entregue a última etapa. O conjunto foi destinado ao atendimento de funcionários públicos de diversas áreas, incluindo policiais militares, agentes de saúde, entre outros. Entre os equipamentos implantados estão creches pré-escolares, escolas de ensino fundamental e médio, e grandes áreas arborizadas. No início, essa área era totalmente isolada e seu acesso era feito por uma via sem asfalto.



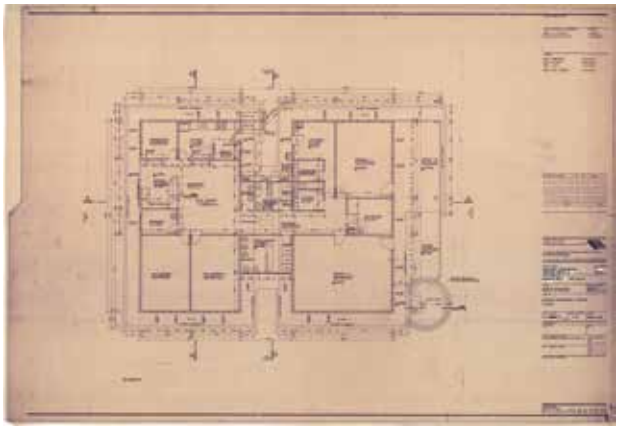
Chahinian, 2014.

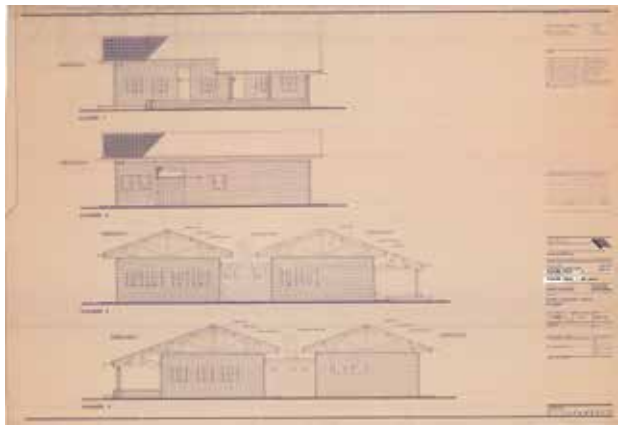






Acervo CDHU. Planta da tipologia vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios (VI22F).





Acervo CDHU. Centro comunitário e creche. Projeto de Nelson Luiz Assumpção. Área construída de 270,32 m², área coberta de 394,05 m², abril de 1998.







Acervo CDHU, 1998. Creche em funcionamento.

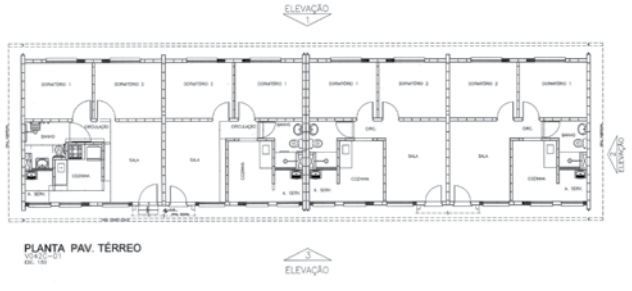


Acervo CDHU. Creche e pré-escola (CP3A) projetadas pelos arquitetos Vitor Augusto dos Santos, Lia Affonso Barros e Mariangela Lamana Barrella.



Acervo CDHU. Projeto para área reservada na gleba B, fases B2/B3. Projeto de Ana Maria Coelho.





Acervo CDHU. Unidade vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios (V042C-01).

Guarulhos B1 e B2

Padre Bento

MUNICÍPIO: Guarulhos
ENTREGA: 1992
TERRENO: 127.566,40 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 63.545,54 m²
COTA RESID.: 90,01 m²
TIPOLOGIAS: VI22A e PI22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.136
PROJETO: Moysés Aldo Nascimento, Luís Flávio Gaggetti, Maria Alzira Marzagão Monfret, Fúlvio Guglielmi e Virginia Steed



Acervo CDHU. Projeto de implantação.

O conjunto Guarulhos B teve sua primeira fase (B1) entregue em 1992, com 688 unidades de apartamento (VI22A e VI22B). Na segunda fase, foram entregues 448 unidades (PI22B), prédios sobre pilotis, com Centro de Apoio ao Condomínio (CAC) em cada condomínio, conforme exigia a legislação. O objetivo era melhorar o padrão dos empreendimentos, possibilitando uma maior organização dos moradores na gestão condominial e nas atividades comunitárias. A partir de 1998, os CACs passaram a ser implantados nos projetos da CDHU, complementando os equipamentos dos empreendimentos. Em Guarulhos B, além dos CACs foram construídas creches (CR-PE), escolas e centro comunitário público (CC4). A infraestrutura implantada beneficiou parte da captação de esgoto do Hospital Padre Bento, lindeiro ao conjunto.



Acervo CDHU, 1995.



Acervo Geribello Engenharia.



Acervo CDHU, 1995.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

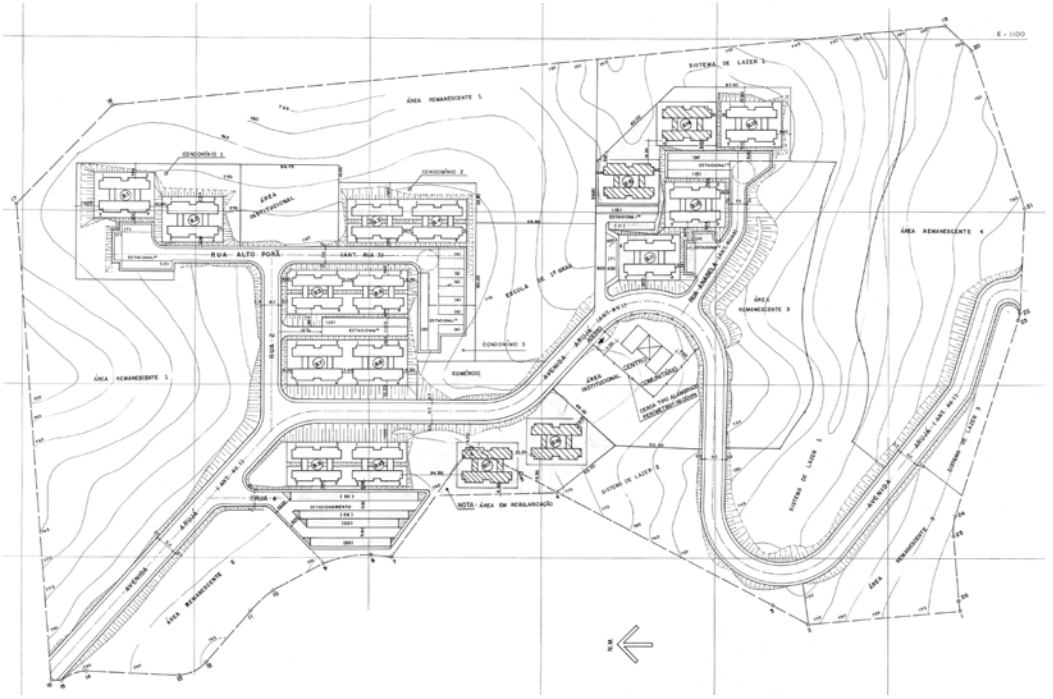
Cajamar B

MUNICÍPIO: Cajamar
ENTREGA: 1992
TERRENO: 163.800,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 65.871,32 m²
COTA RESID.: 158,34 m²
TIPOLOGIAS: VI22B e VI22F
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 416 = 192 (B1) e 224 (B2)
PROJETO BÁSICO: Moysés Aldo Nascimento, Vitor Augusto dos Santos e Monica Pimentel Vassimon

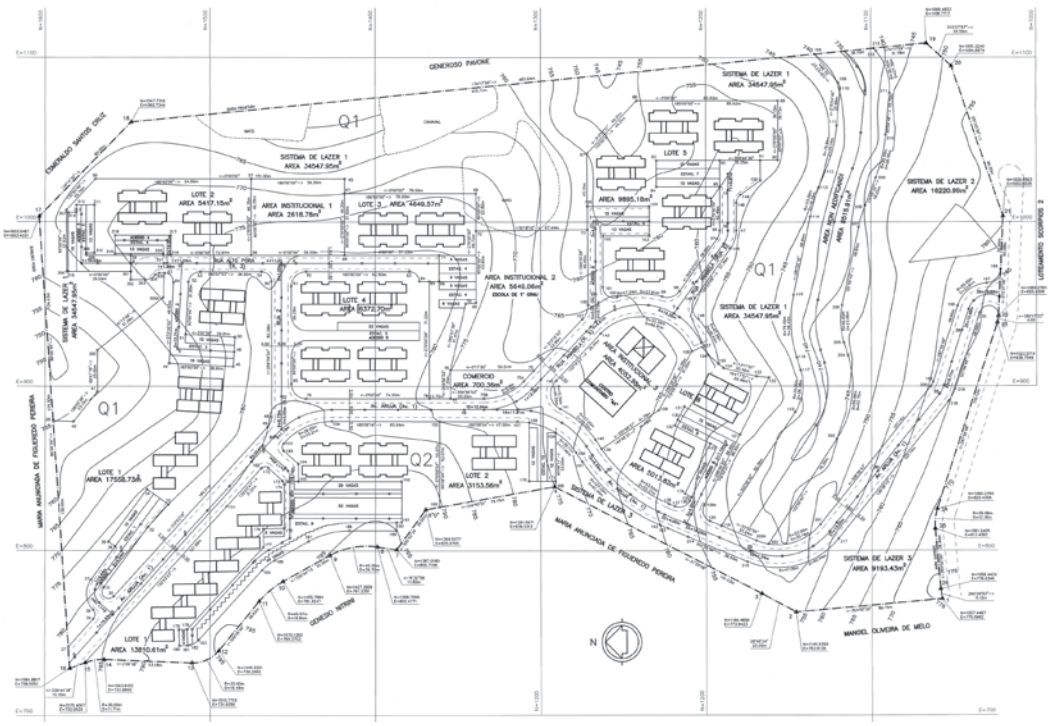


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

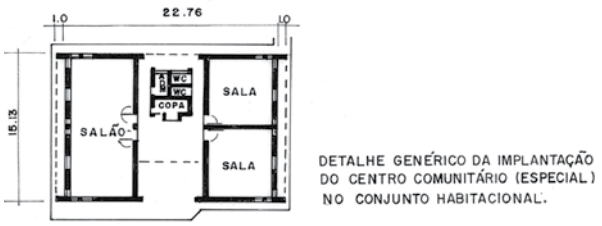
O partido inicial adotado no conjunto Cajamar B (B1) foi de implantação dos prédios (VI22B), aproveitando as cotas mais altas para formar os platôs e preservar a vegetação, formando ilhas ligadas por vias que serpenteavam entre os morros e deixando área para os equipamentos. Posteriormente (B2), foram aproveitadas as franjas para a implantação da tipologia VI22F, que, embora com a mesma área e o mesmo número de dormitórios, possui articulação diferente entre as áreas e não tem recorte de fachada. O conjunto tem centro comunitário, escola de ensino fundamental e creche pré-escolar. Além disso, o adensamento da área demandou a implantação de linhas de ônibus com diferentes trajetos, incluindo linhas intermunicipais que saem de Cajamar em direção a Francisco Morato, Jundiaí, Campinas e São Paulo.



Acervo CDHU. Primeira fase de implantação, B1.



Acervo CDHU. Segunda fase de implantação, B2.



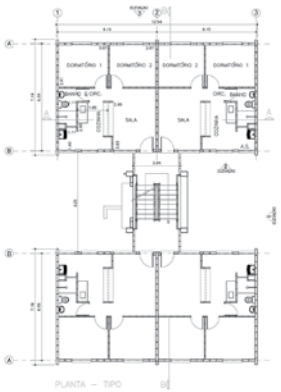
DETALHE GENÉRICO DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO (ESPECIAL) NO CONJUNTO HABITACIONAL.

Acervo CDHU.

SP **Butantã D**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1993
TERRENO: 211.085,89 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 119.072,94 m²
COTA RESID.: 111,08 m²
TIPOLOGIA: VG22A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.188
PROJETO: Pascoal Mario Costa Guglielmi e Iracema Miguel

O partido urbanístico buscou compatibilizar a topografia acidentada do terreno com o menor movimento de terra; para isso definiu microterraplanagem para formação de pequenos platôs. A forma de geminação da tipologia foi alterada de modo a dar acesso a todos os blocos e se ajustar com flexibilidade aos platôs. O resultado foi um desenho casado com a topografia. O sistema viário serpenteia o terreno com baixa declividade, garantindo compatibilidade com o Plano Diretor da cidade. As vias de acesso local aos estacionamentos se conectam à via circular hierarquizando o sistema viário. O projeto do conjunto habitacional foi implantado em três etapas: D1, com 544 UHs, entregues em 1993; D2, com 344 UHs, entregues em 1998; e D3, com 300 UHs, concluídas em 2009.



Acervo CDHU. Unidade vertical geminada de quatro pavimentos e dois dormitórios (VG22A).



Acervo CDHU. Vista para o conjunto.



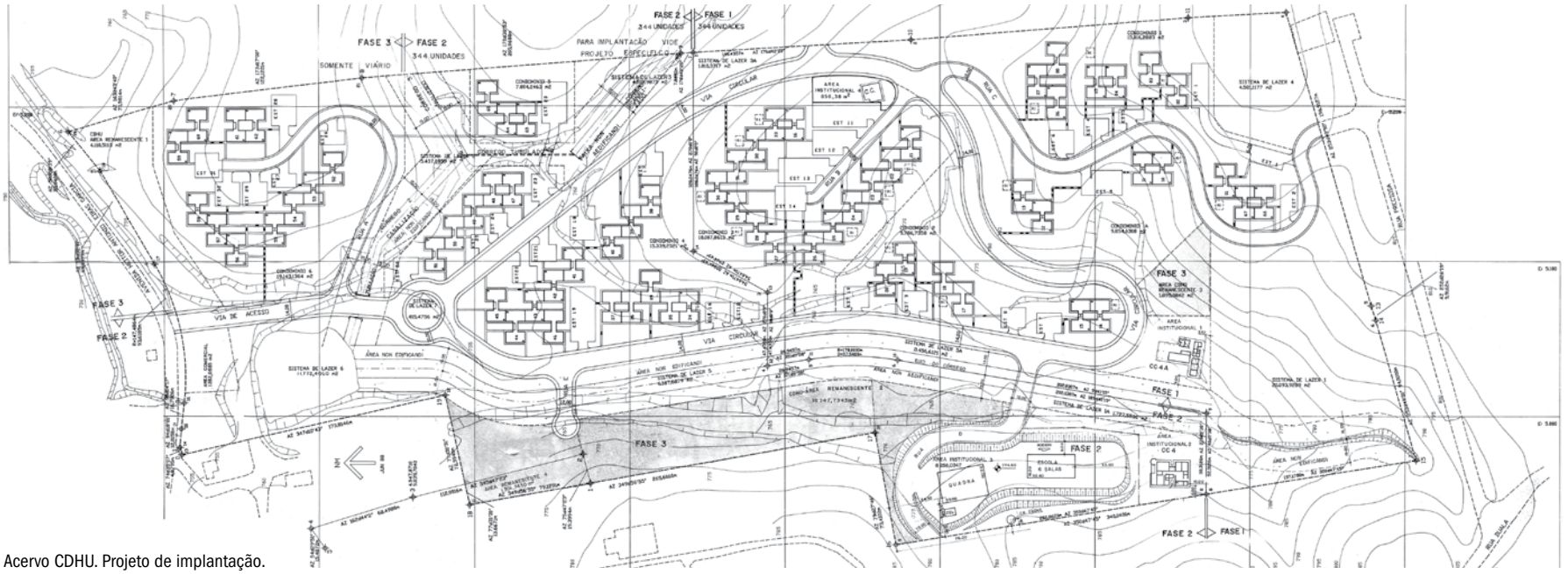
Chahinian, 2014.



Chahinian, 2014.



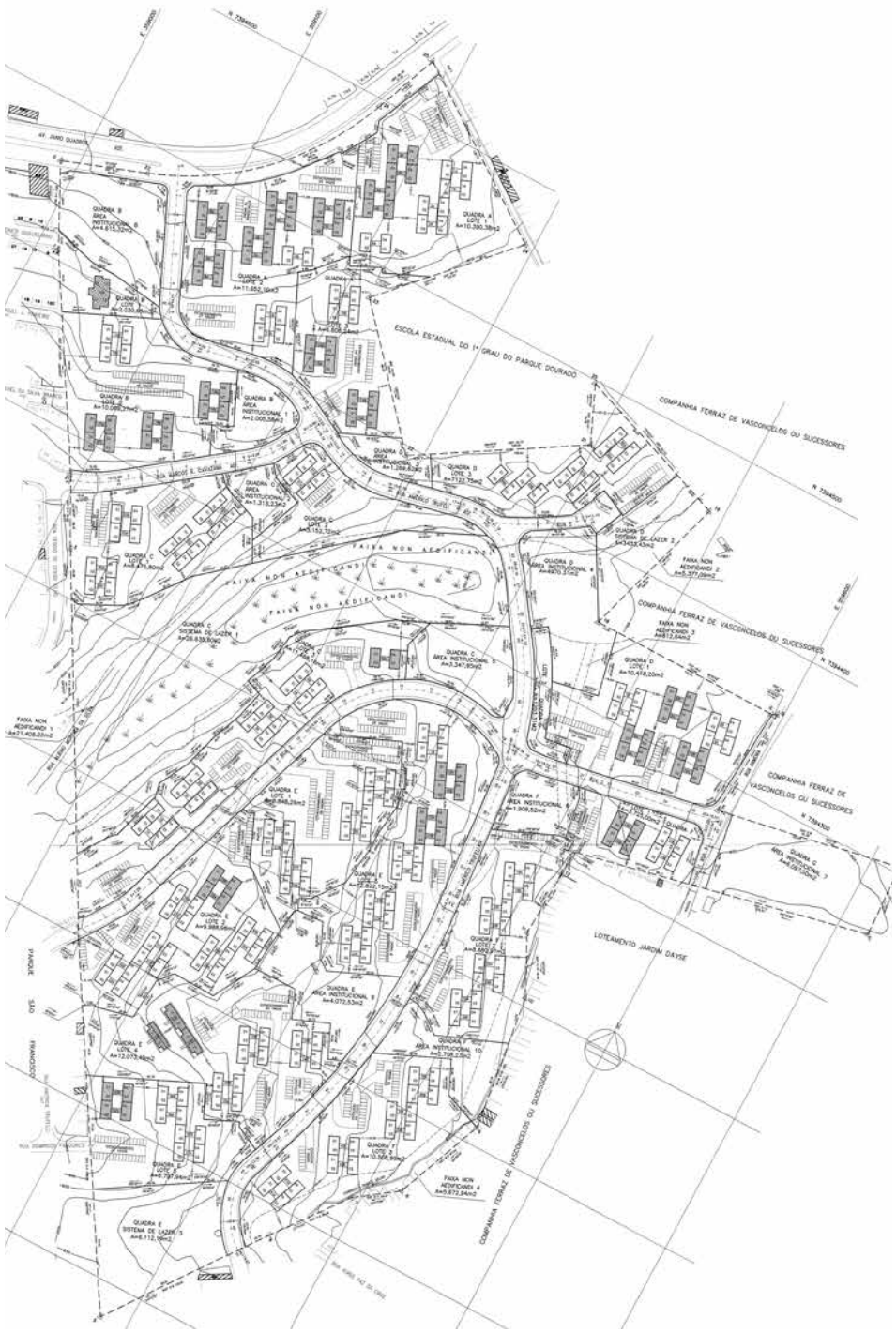
Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto de implantação.

Ferraz de Vasconcelos A

MUNICÍPIO: Ferraz de Vasconcelos
ENTREGA: 1993 e 1994
TERRENO: 251.872,60 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 158.037,39 m²
COTA RESID.: 73,30 m²
TIPOLOGIAS: VG22A, VI22K e V052A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 2.156 = 544 (A1 e A2), 764 (A3) e 848 (A4)
PROJETO: Arthur Lozano Filho e Moysés Aldo Nascimento



Acervo CDHU. Projeto de implantação.



A gleba de Ferraz de Vasconcelos foi adquirida em 1989. O projeto foi elaborado dentro das diretrizes do Programa SH3. A primeira fase foi entregue em 1993 e a última em 2006. Foram implantadas três tipologias e a construção de todas as fases foi através de licitação Empreitada Global, com projeto elaborado pela equipe da Companhia. Foram reservadas áreas para Posto Policial, Posto de Saúde, creches (três), centro comunitário, escola de ensino fundamental e médio e um CIC.





Acervo CDHU, 2002. Os equipamentos estão localizados no eixo viário principal constituindo uma polarização.

Diadema D

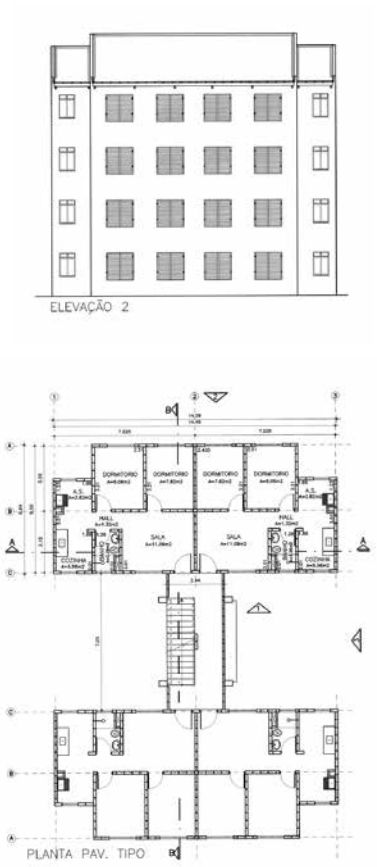
Vila Socialista I e II

MUNICÍPIO: Diadema
ENTREGA: 1994 e 1996
TERRENO: 53.707,15 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 36.682,27 m²
COTA RESID.: 72,35 m²
TIPOLOGIA: VI22B-V2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 507 = 187 (Primeira fase) e 320 (Segunda fase)
PROJETO: Danilo Nicodemos de Jesus

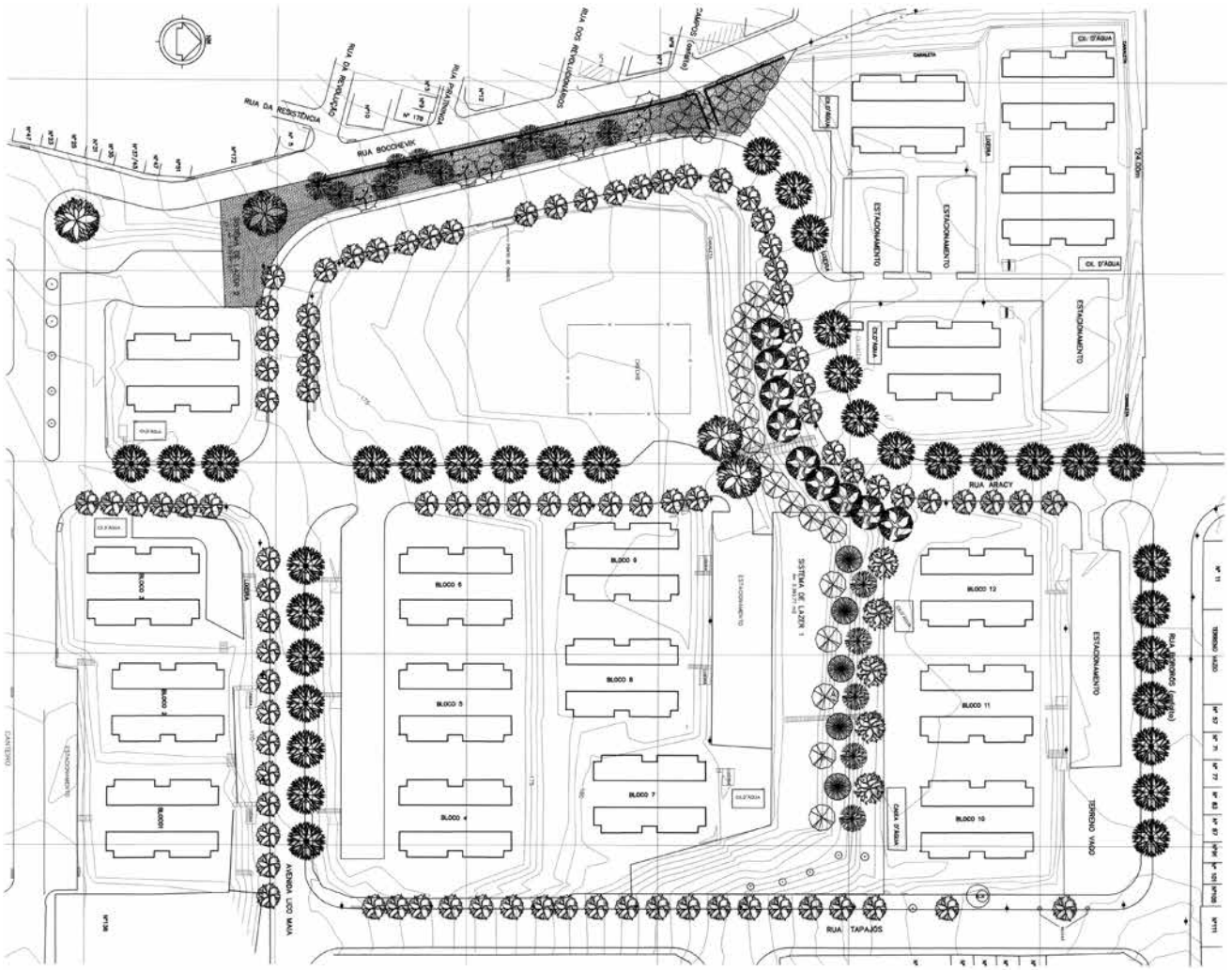


Acervo CDHU.

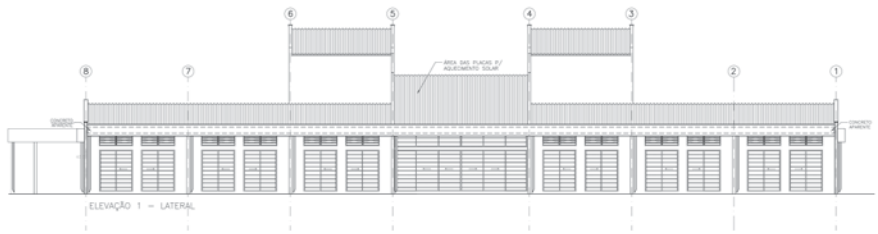
Uma das marcas deste projeto realizado foi a intensa participação dos futuros moradores, que faziam parte de movimentos em prol de moradia. Ruas do conjunto receberam o nome de homens e mulheres que participaram desse movimento. Foram construídos edifícios de quatro pavimentos e apartamentos de dois dormitórios. O terreno apresentava um considerável desnível e foi necessário um grande movimento de terra para formação dos patamares adequando a implantação da tipologia escolhida e a melhor insolação para os apartamentos. Entre os equipamentos, destaca-se uma padaria comunitária, implantada em parceria com um programa do Governo do Estado gerido pelo Fundo Social de Solidariedade, que proporcionou a qualificação profissional de moradores do conjunto com cursos de capacitação realizados pelo SENAI-SP. Com isso, eles mesmos puderam gerenciar o negócio e executar a produção de pães e doces, gerando trabalho e renda, além de atender à demanda desse serviço no bairro.



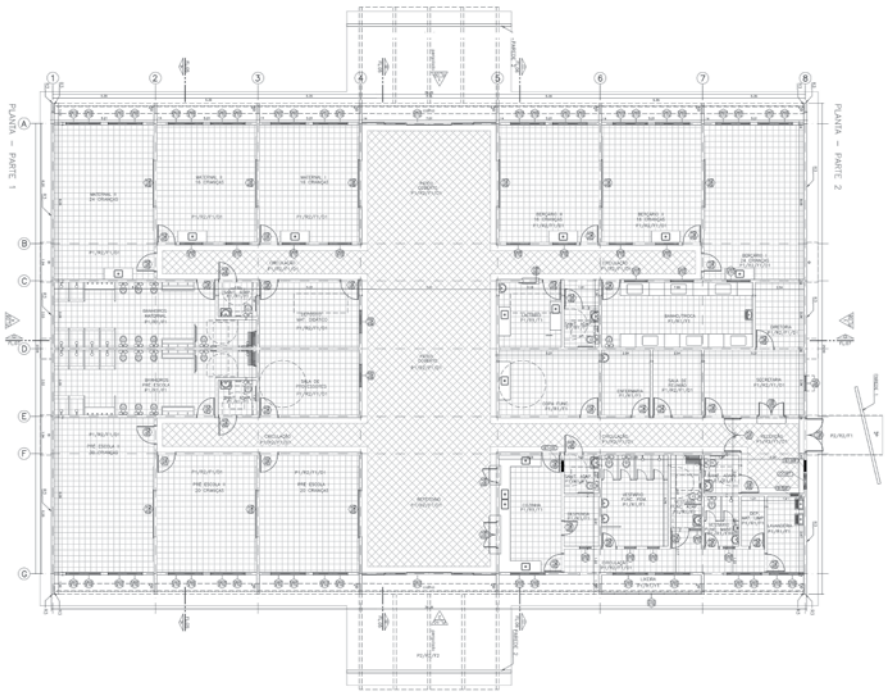
Acervo CDHU. Projeto da unidade vertical isolada de 4 pavimentos e 2 dormitórios (VI22B).



Acervo CDHU. Projeto de paisagismo.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia CP3A-01, do arquiteto Léo Tomchinsky.





Acervo CDHU. Reforma de um módulo da creche para implantação da Padaria Comunitária, 2005.



Acervo CDHU. Inauguração da padaria comunitária, 2006. Observa-se ao lado a obra de construção da Escola Estadual Vila Socialista.



Acervo CDHU. Em 2015, a padaria e a escola estavam implantadas.









Acervo CDHU. Padaria comunitária, Diadema.

Barueri A

MUNICÍPIO: Barueri
ENTREGA: 1994
TERRENO: 154.226,42 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 105.957,48 m²
COTA RESID.: 77,00 m²
TIPOLOGIAS: VG22A e VG22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.088 = 352 (A1), 288 (A2) e 448 (A3)
PROJETO: Iracema Miguel e Paschoal Guglielmi



Acervo CDHU.





Chahinian, 2014. Áreas de lazer.

Foi erguido em um terreno de topografia irregular e o projeto foi elaborado com o objetivo de acomodar o maior número de moradores possível, em virtude do grande déficit habitacional que havia na região. O terreno foi dividido em cinco grandes áreas para a implantação do projeto, todas elas servidas por estacionamentos. Os prédios têm quatro pavimentos e os apartamentos, dois dormitórios. Duas grandes áreas foram reservadas: uma para equipamentos institucionais e outra para o lazer. O campo de futebol, uma referência do bairro, foi preservado pelo projeto a pedido da comunidade, foram também previstas, complementando a área de recreação, duas quadras esportivas e uma pista de *skate*. Na CDHU foi criado um programa em parceria com a Secretaria de Esportes, para implantação de quadras em vários empreendimentos, após essa experiência bem-sucedida.



Acervo CDHU. Vista aérea do campo de futebol que a comunidade solicitou que fosse preservado.









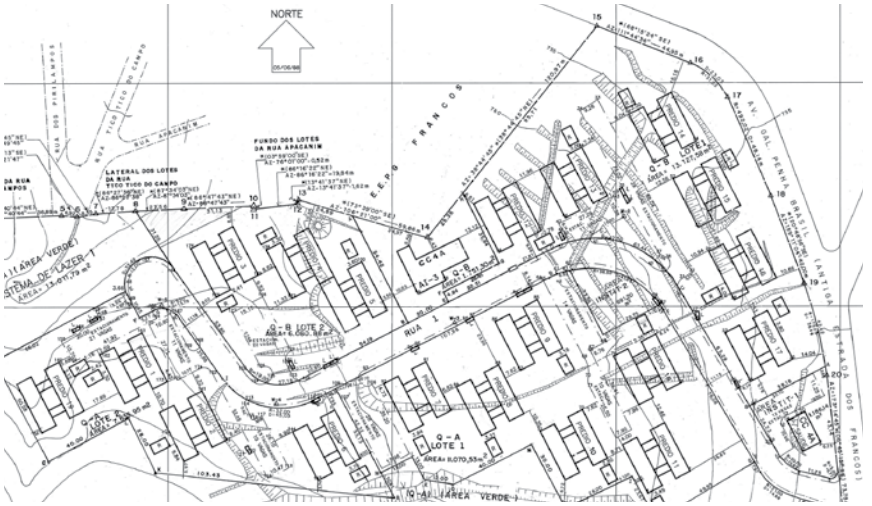


Chahinian, 2014. Unidades verticais geminadas.

SP **Brasilândia A**

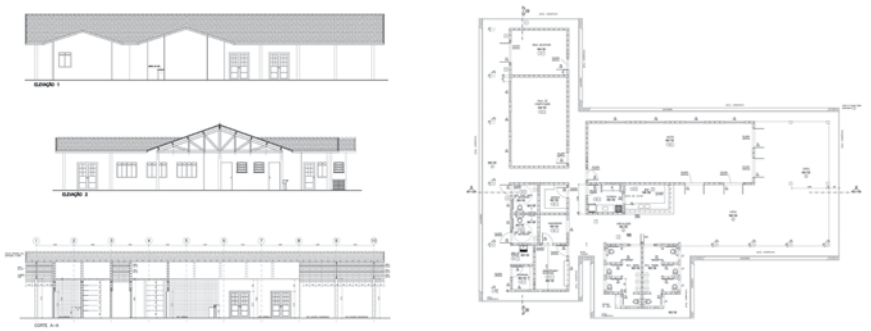
Sítio dos Francos

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1994
TERRENO: 59.697,26 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 38.114,94 m²
COTA RESID.: 62,69 m²
TIPOLOGIA: VG22A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 608
PROJETO: David Caravieri Neto



Acervo CDHU.

Brasilândia é uma das primeiras e maiores glebas adquiridas pela CDHU no final dos anos 1980, tendo como marco a construção deste primeiro conjunto em um dos bairros mais adensados de toda a cidade. O terreno tem como limite uma linha de transmissão da Eletropaulo numa das laterais e, no sentido oposto, uma escola estadual. O projeto procurou adensar os conjuntos condominiais, tirando o melhor proveito possível do espaço disponível, intercalando áreas públicas e de lazer. Uma única rua adentra o conjunto, possibilitando acesso às unidades habitacionais e aos espaços comuns (centro comunitário). São dezenove blocos, com prédios de quatro pavimentos unidos dois a dois por uma caixa de escada. Os apartamento têm dois dormitórios.


Acervo CDHU. Projeto do centro comunitário CC4A, projetado pelos arquitetos Vitor Augusto dos Santos, Lia Affonso Barros e Mariangela Lamana Barrella.


Chahinian, 2014. Quadra poliesportiva na área de lazer.


Chahinian, 2014. Centro comunitário.


Chahinian, 2014. Área de lazer infantil, parquinho.


Chahinian, 2014. Fechamento do condomínio.


Chahinian, 2014.

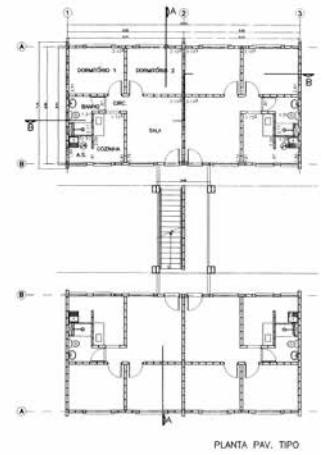




SP **Campo Limpo A**

Jardim São Luiz I

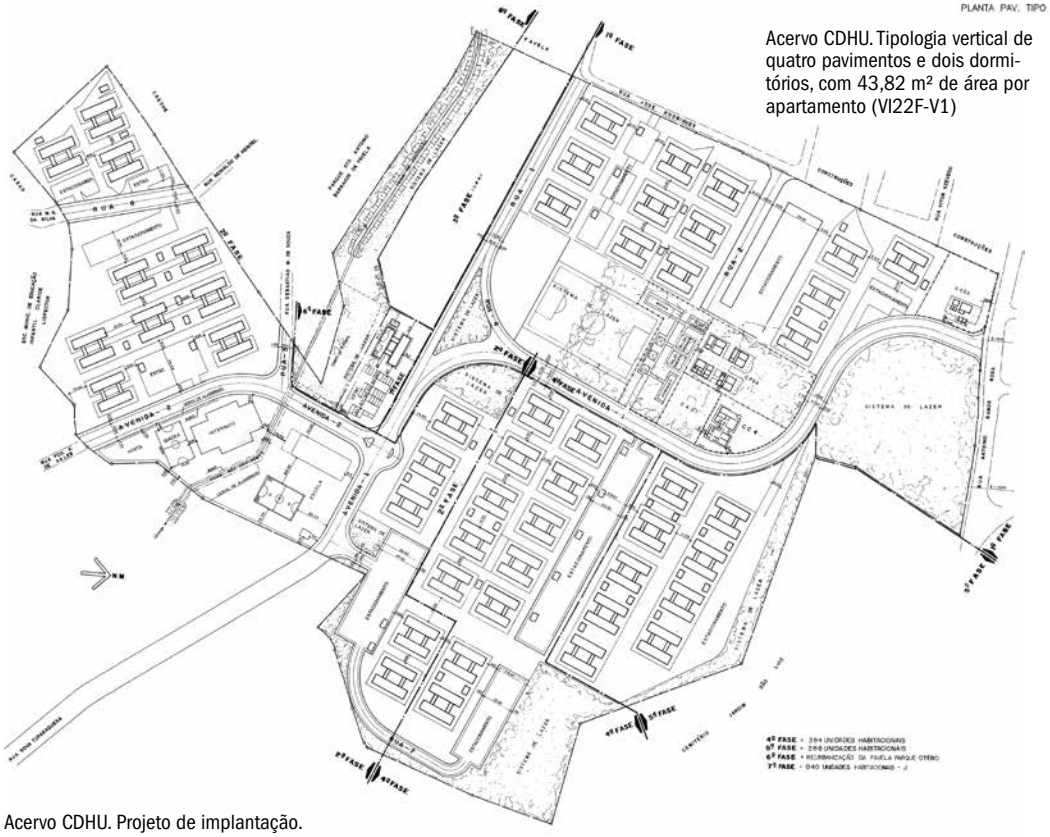
MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1995
TERRENO: 192.254,28 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 118.432,15 m²
COTA RESID.: 66,99 m²
TIPOLOGIAS: VI22A, VI22F e V052 – VIA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.608 = 896 (A1 e A2), 160 (A3) e 672 (A4 e A5)
PROJETO: Arthur Lozano Filho



Acervo CDHU. Tipologia vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios, com 43,82 m² de área por apartamento (VI22F-V1)



Acervo CDHU, 2005.



Acervo CDHU. Projeto de implantação.

Este empreendimento foi destinado a moradores oriundos de favelas removidas por reintegrações de posses. Embora tenha sido parcialmente concluído em sua fase inicial, o sistema viário implantado pela CDHU tinha ruas de porte maior que as existentes na região, o que melhorou o tráfego e as conexões entre bairros. Entre as obras de infraestrutura, a Companhia realizou a canalização do córrego que passava pelo conjunto, o que possibilitou a implantação de um campo de futebol reivindicado pela população. Foram implantados ainda um CIC, uma Fábrica de Cultura, escolas (oito salas), creches e pré-escolas (CP-2A), dois centros comunitários (CC4A e CC2A) e uma quadra coberta para desenvolvimento de um programa da Secretaria Municipal de Esportes, que contava com o apoio da ex-jogadora da Seleção Brasileira de Voleibol, Ana Moser.





Acervo CDHU.

SP Vila Prudente B

Jardim Colorado

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1995
TERRENO: 95.339,91 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 60.955,97 m²
COTA RESID.: 81,06 m²
TIPOLOGIA: VI22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 624
PROJETO: Iracema Miguel, Moysés Aldo Nascimento e Claudio Gimenez Filho



Acervo CDHU.







Chahinian, 2014. Edifício da tipologia VI22B.

Este conjunto ocupa a área de uma antiga chácara que, abandonada, passou a ser alvo de constantes invasões na década de 1980. Após a licitação, a equipe social da CDHU cadastrou as famílias e organizou o grupo-alvo que poderia ser atendido. Os contemplados foram escolhidos por meio de sorteio. O conjunto se destaca pelo paisagismo que não só valoriza as áreas verdes entre os edifícios, mas também todas as áreas livres e institucionais.







Acervo CDHU. Padaria comunitária.

SP **Santo Amaro A**

Feitiço da Vila

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1995
TERRENO: 90.927,69 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 48.601,12 m²
COTA RESID.: 63,28 m²
TIPOLOGIA: VI22A STO AMARO A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 672
PROJETO: Arthur Lozano Filho



Acervo CDHU.

Antes da construção do empreendimento, esta área era ocupada por chácaras, onde se plantavam jabuticabeiras, ipês, castanheiras, entre outras árvores. O terreno, localizado em um fundo de vale, tinha trechos alagados. O partido adotado respeitou essas condicionantes ao definir as áreas de lazer e dos equipamentos, envolvendo os condomínios pelas áreas verdes. A tipologia adotada foi sendo articulada de diferentes modos, ajustando-se ao terreno para otimizar a terraplanagem e garantir a preservação da vegetação e das nascentes de água.



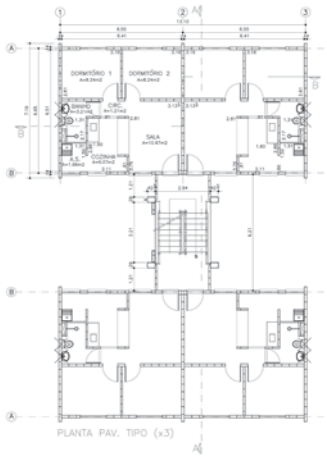
Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.







Acervo CDHU. Tipologia vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios (VI22A).

Osasco D1 e D2

Jardim Piratininga

MUNICÍPIO: Osasco
ENTREGA: 1996
TERRENO: 53.530,87 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 53.530,87 m²

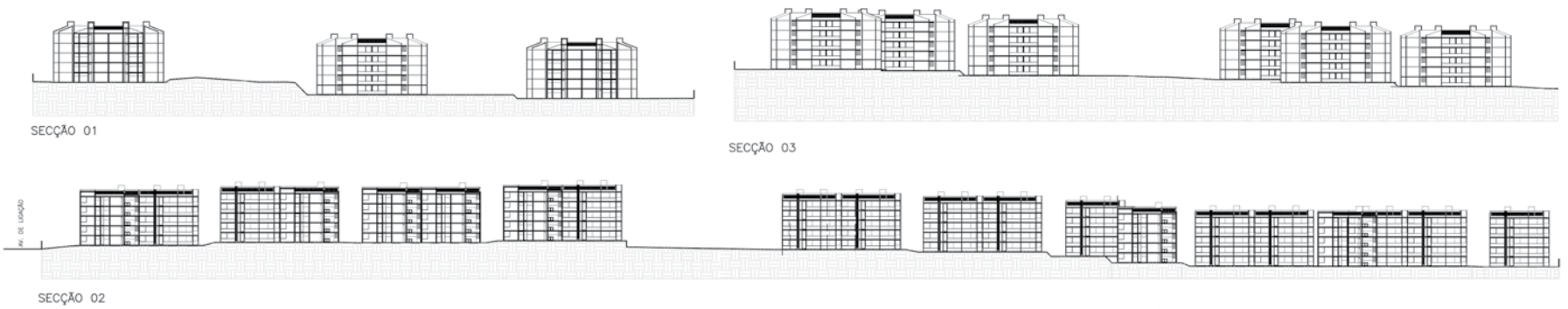
COTA RESID.: 53,53 m²
TIPOLOGIA: V052 COPROMO
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.000
PROJETO: USINA



Acervo CDHU. Caixas de circulação vertical feitas em estrutura metálica.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. As secções mostram o perfil dos terrenos com a implantação dos edifícios.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Tipologia V052 Copromo, projeto da USINA.



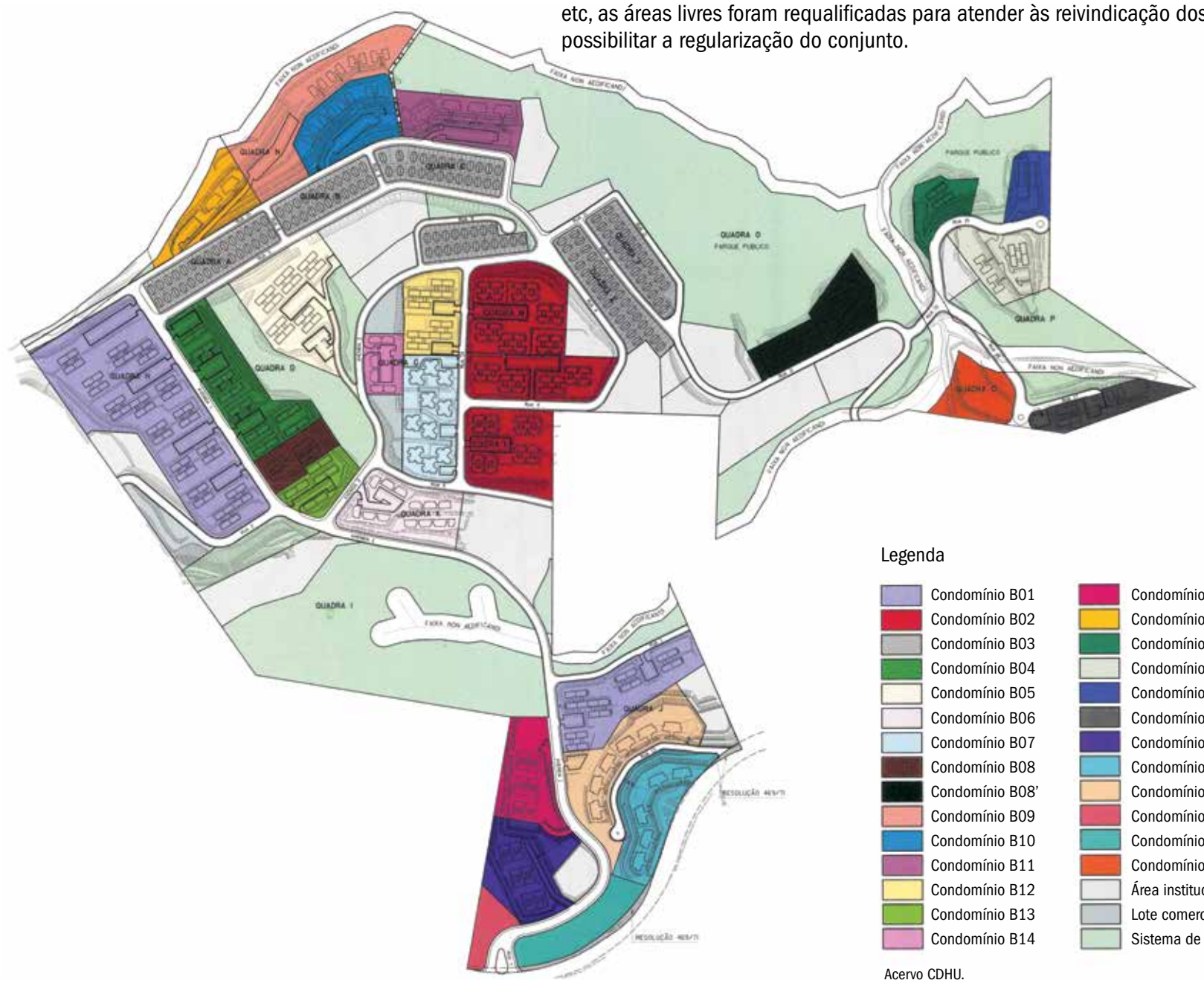
Acervo CDHU. Vista aérea do conjunto.

Este projeto é do Programa Mutirão (MUT) no qual a CDHU repassa os recursos financeiros à associação comunitária, no caso a Copromo. Foi construído primeiro 160 unidades e depois outras 540 numa segunda etapa. Ao todo, são 50 prédios de cinco pavimentos. Os equipamentos comunitários e de lazer ocupam o centro do terreno, onde não há sequer divisões internas, uma opção dos moradores para favorecer a integração e os laços sociais de toda a comunidade. O mutirão envolveu diretamente cerca de mil pessoas trabalhando semanalmente.

SP **Brasilândia B**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1994
TERRENO: 658.750,86 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 382.795,39 m²
COTA RESID.: 84,97 m²
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 4.505
PROJETO: Nelson Luiz Assumpção, Moyses Aldo Nascimento e Marta Junqueira da Silva

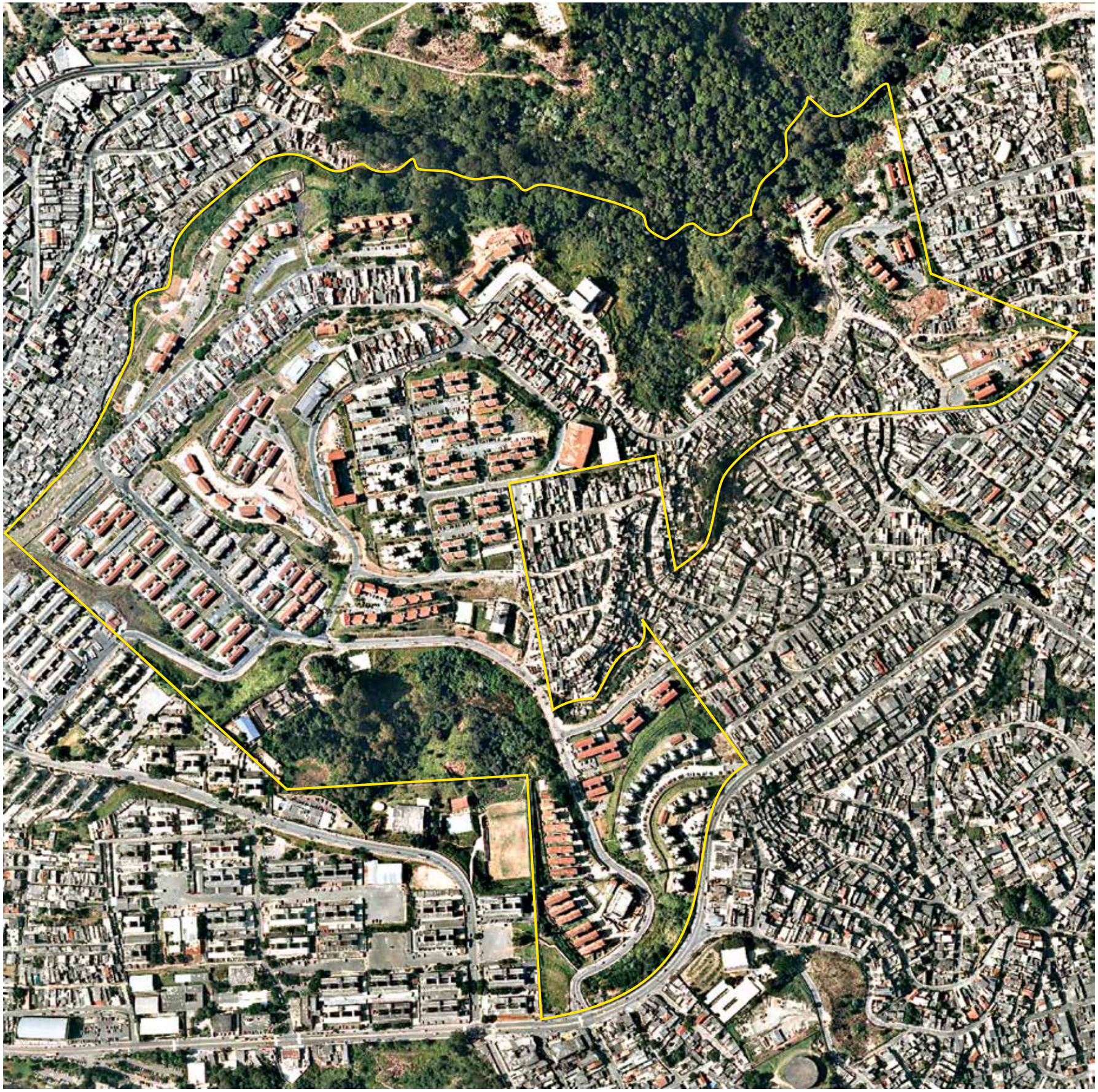
Brasilândia B foi uma das maiores glebas adquiridas no final dos anos 1980 e a sua implantação foi um marco local. O terreno, que se localiza na Zona Noroeste da cidade de São Paulo, região montanhosa, foi um dos primeiros conjuntos construídos em regime de mutirão com autogestão. O Projeto de Urbanismo foi configurado a partir da geografia do território e se estruturou por meio de tecido formado por lotes para habitação unifamiliar na área central do conjunto e para condomínios, ocupados por blocos de edifícios agrupados, que formam quadras ou se organizam ao longo do sistema viário. Com declividade acentuada e vários córregos, predominam as tipologias verticais, com prédios de quatro a cinco pavimentos e apartamentos com dois dormitórios. Uma característica do conjunto são as tipologias que foram construídas na primeira etapa do Programa de Mutirão, como as das fases B4, B6, B13 e B14. Em 2004, durante a gerência do arq. Moyses Aldo Nascimento e de autoria da arq. Marta Junqueira da Silva, iniciaram-se os projetos de requalificação dos espaços livres condominiais. Por meio da implantação de espaços e equipamentos para lazer, acessos, rampas, centros de apoio ao condomínio etc, as áreas livres foram requalificadas para atender às reivindicação dos moradores e possibilitar a regularização do conjunto.



Legenda

- Condomínio B01
- Condomínio B02
- Condomínio B03
- Condomínio B04
- Condomínio B05
- Condomínio B06
- Condomínio B07
- Condomínio B08
- Condomínio B08'
- Condomínio B09
- Condomínio B10
- Condomínio B11
- Condomínio B12
- Condomínio B13
- Condomínio B14
- Condomínio B15
- Condomínio B16
- Condomínio B17
- Condomínio B18
- Condomínio B19
- Condomínio B20
- Condomínio B21
- Condomínio B22
- Condomínio B23
- Condomínio B24
- Condomínio B25
- Condomínio B26
- Área institucional
- Lote comercial
- Sistema de lazer/Área verde

Acervo CDHU.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). A implantação do conjunto, em face da dimensão da área, foi feita por etapas, denominadas fases. Estão em projeto as últimas fases a implantar.
Hoje, trechos de sua área, que estavam inicialmente destinados a espaços públicos foram ocupados irregularmente.

B1 Ilha da Juventude SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1994
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 448
PROJETO: Nelson Assumpção
CONVÊNIO: Associação dos Moradores Edifício Céu Azul
TIPOLOGIA: VG22A





Junqueira da Silva. O projeto valorizou as áreas livres para o lazer, com a construção de quadras de esporte e pequenas praças com bancos e piso em grama, para facilitar a absorção das águas pluviais.



Acervo CDHU.

B1 Expedito SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1994
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 608
PROJETO: Nelson Assumpção
CONVÊNIO: Associação dos Moradores Edifício Céu Azul
TIPOLOGIA: VG22A

Esta etapa abrangeu dois grandes lotes, um na Av. Ilha da Juventude e outro na Rua Expedito Ribeiro de Souza, que posteriormente foram subdivididos em lotes menores. Foi utilizada a planta geminada de duas lâminas interligadas por escada central.

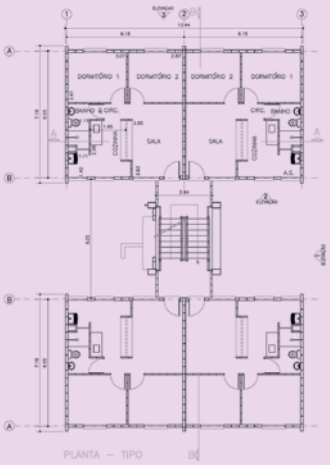


Acervo CDHU.

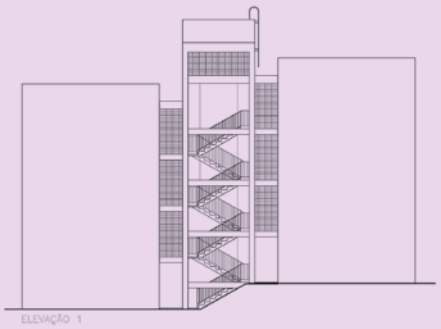


Acervo CDHU.

Tipologia







Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical geminada, dois dormitórios, VG22A de autoria de Luís Flávio Gaggetti.

B2 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1996
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 448
PROJETO: Nelson Assumpção
CONVÊNIO: Assoc. Mulheres da Casa Verde
TIPOLOGIA: VG22B



Junqueira da Silva.



Acervo CDHU.

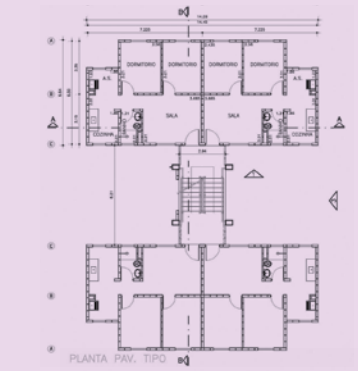


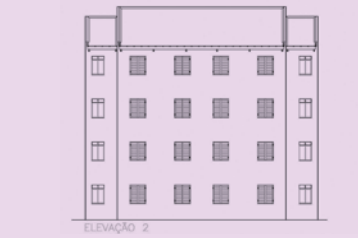
Acervo CDHU.

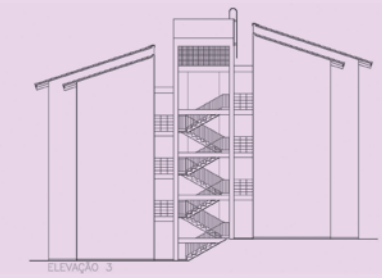
Fase localizada na porção mais plana e central do conjunto, cujos condomínios se organizaram ao redor das áreas comuns, em blocos geminados dois a dois.



Junqueira da Silva. Observa-se melhorias na segurança do condomínio, como a implantação do gradil.







Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical geminada, dois dormitórios, autoria de Vitor Augusto dos Santos.

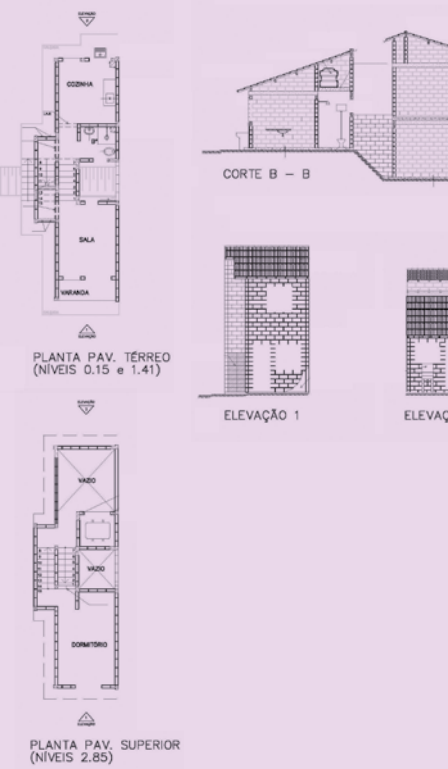
B3 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1997
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 300
PROJETO: Miriam Escobar
CONVÊNIO: Associação Pró-Favelas
TIPOLOGIA: Sobrado embrião

Formadas por casas unifamiliares, geminadas duas a duas, foram construídas seis quadras nesta fase. A tipologia, batizada de Embrião B3, iniciava-se com um dormitório e, se ampliada, poderia chegar a quatro. A alteração de muitas delas para uso comercial e outros propiciou alternativas à falta destas áreas dentro do conjunto, embora com prejuízo para a preservação das moradias.



Acervo CDHU. Projeto de implantação.



Acervo CDHU. Projeto do sobrado, embrião de um dormitório, Autoria de Miriam Escobar.

B4 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1997
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 160
PROJETO: Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado
CONVÊNIO: UMM – Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste
TIPOLOGIAS: VG42-UMM* e VG52-UMM*

Os edifícios construídos em blocos cerâmicos hoje estão pintados. Os apartamentos, com janelas nas duas faces, têm a ventilação cruzada. A frente do lote ocupa grande trecho da quadra, formado por um conjunto de apartamentos geminados, implantados paralelamente às curvas de nível. Para a integração dos espaços livres do condomínio, em patamares diferentes, foram construídos passeios e rampas.



Junqueira da Silva. Observa-se o corpo da escada em estrutura metálica destacando-se no plano frontal.





Acervo CDHU.

Tipologia



Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios, VG42-UMM* autoria de Maria Isabel de Souza.

B5 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1998
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 160
PROJETO: Nelson Assumpção
CONVÊNIO: Associação Mutirão Renascer
TIPOLOGIA: VI22FV1



Acervo CDHU.



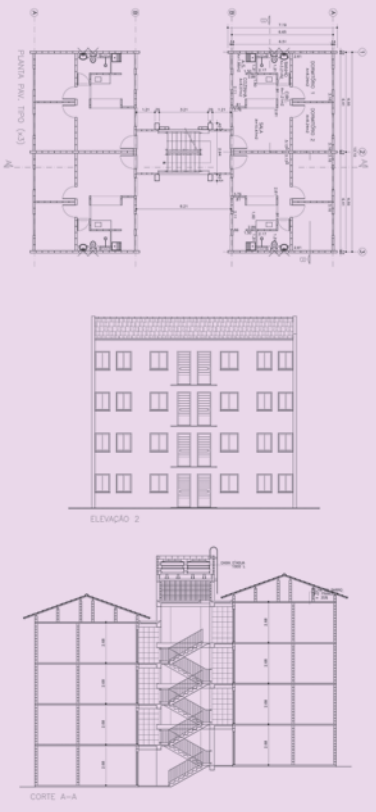
Acervo Junqueira da Silva.



Junqueira da Silva. Áreas de lazer infantil.

Os edifícios são geminados e dispostos ao redor dos espaços comuns localizados na área central e junto à entrada do conjunto, como o lazer infantil e o centro de apoio ao condomínio.

Tipologia



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios, VI22F autoria de Luís Flávio Gaggetti.

B6 SP Brasilândia

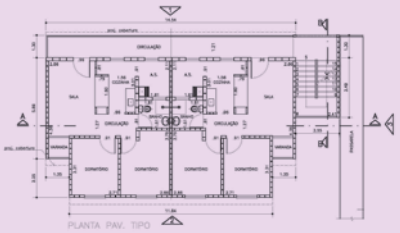
CONCLUÍDO: 1998
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 128
PROJETO: Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado
CONVÊNIO: UMM – Associação de construção por Mutirão Bela Morada
TIPOLOGIAS: VG 52 V1-UMM** e VG 62 V1-UMM**

A partir das características do território e do desenho do lote, os conjuntos laminares, quase todos com cinco andares, têm a circulação externa aberta e foram implantados, primeiro convergindo, configurando um espaço para estacionamento, e depois seguindo em paralelo, delimitando um canteiro com plantas na linha central. O conjunto final resultou em volume com escala visual acessível, agradável ao morador.



Junqueira da Silva. As fotos mostram o conjunto de planos horizontais, destacados pelas circulações externas.


Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical, dois dormitórios, VG52-UMM** autoria de Maria Isabel de Souza.

B7 SP Brasilândia

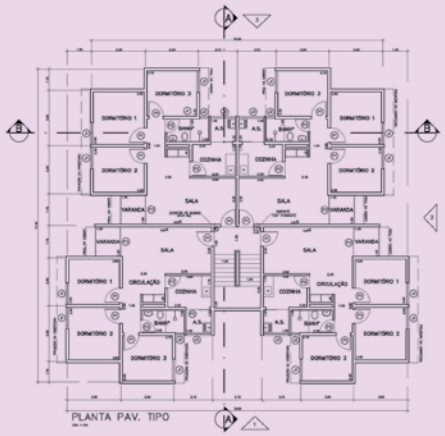
CONCLUÍDO: 1998
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 160
PROJETO: Sérgio Vieira de Campos e Luiz Fernando de Almeida
CONVÊNIO: UMM – Associação de Construção por Mutirão Conquista Popular
TIPOLOGIA: VI43-UMM***

Conjunto constituído por blocos de apartamentos com três dormitórios, quatro andares, cuja planta não se repetiu, e pelos generosos espaços destinados ao lazer, como quadras de esporte, *playground* e uma edificação para atividades coletivas.




Junqueira da Silva. Áreas de lazer: quadras esportivas e equipamentos urbanos.


Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical, três dormitórios, VI43-UMM*** autoria de Sérgio Luís Fernando.

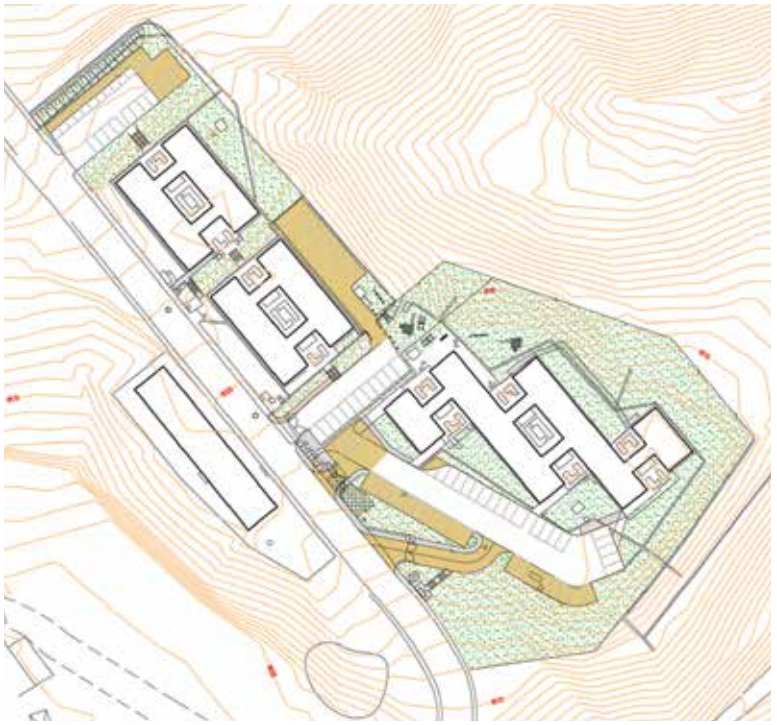
B8 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2002
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 392
PROJETO: Flávio Pessoa Mendes Correa
CONVÊNIO: Associação Sem Teto Zona Oeste
TIPOLOGIA: VI22F-V2


Acervo CDHU.

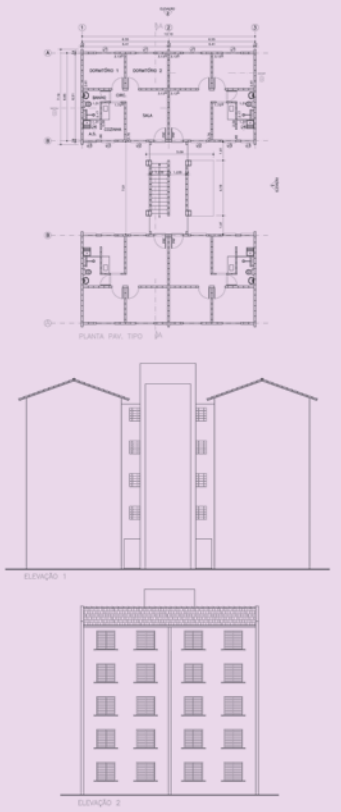



Junqueira da Silva.


Acervo CDHU.

Esta fase foi implantada em lotes distintos e o maior deles foi posteriormente dividido para auxiliar a gestão dos moradores. As fotos mostram a etapa inicial e após a implantação de áreas de lazer.

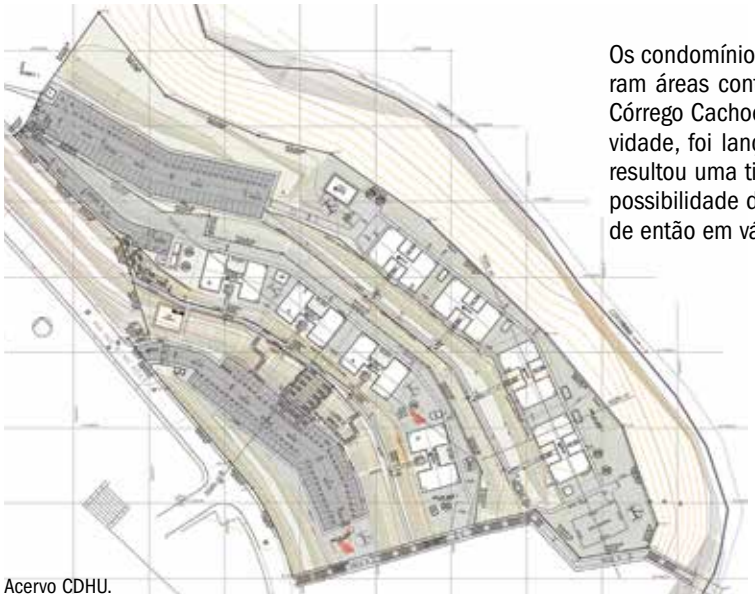
Tipologia


Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical, dois dormitórios.

B9 e B10 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2002
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 224
PROJETO: JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento S/C Ltda.
CONVÊNIO: Assoc. Mães Chora Menino (B9) e Assoc. Centro Soc. Ben. Bernardes
TIPOLOGIA: V072-CBPO

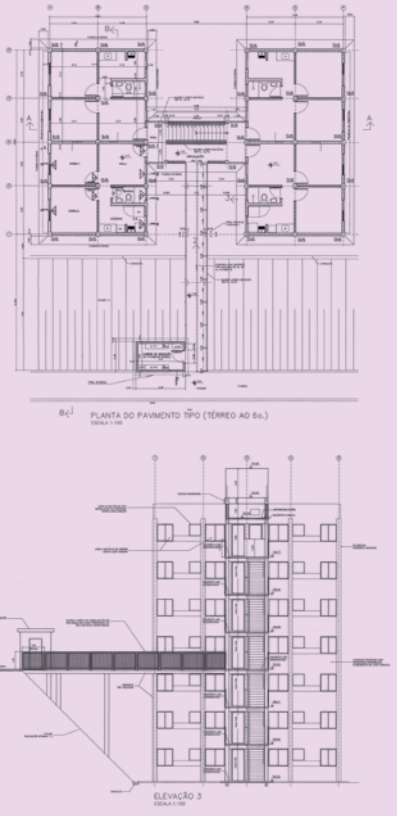

Junqueira da Silva.


Acervo CDHU.

Os condomínios das fases B9, B10, B11 e B16 ocuparam áreas contíguas, íngremes, paralelas ao curso do Córrego Cachoeira. Para responder à questão da declividade, foi lançado pela CDHU um concurso, do qual resultou uma tipologia com sete pavimentos (VI22K) e possibilidade de acessos intermediários, utilizada desde então em vários outros locais.


Junqueira da Silva. Passeio interligando os acessos às edificações da fase B9.

Tipologia



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios, com acesso pelo quarto pavimento.

B11 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2002
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 112
PROJETO: JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento S/C Ltda.
CONVÊNIO: Associação Sem Teto Zona Oeste
TIPOLOGIA: VI22K

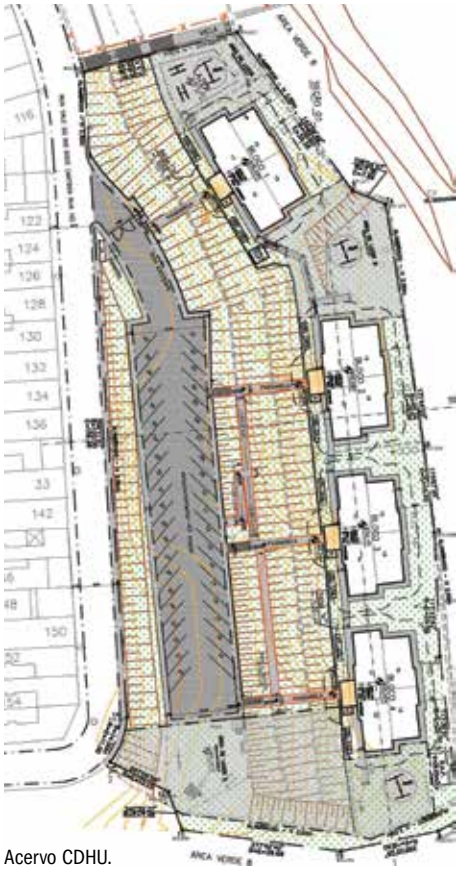
Condomínio com edificações de quatro apartamentos por andar, sete pavimentos e acesso pelo nível intermediário onde se interliga ao estacionamento.



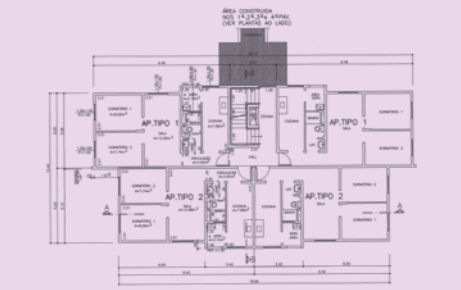
Junqueira da Silva, 2013. Rampas permitem acessibilidade aos usuários.

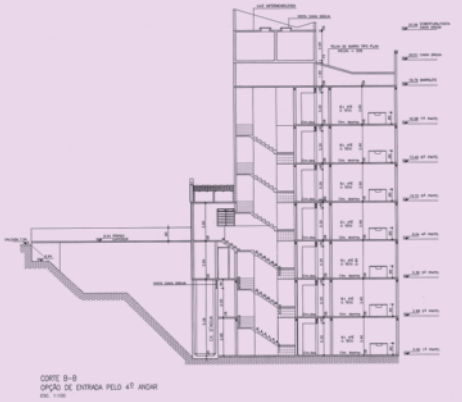


Acervo Junqueira da Silva.



Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios, com acesso pelo terceiro pavimento, VI22K autoria de Flávio Mendes Corrêa.

Tipologia

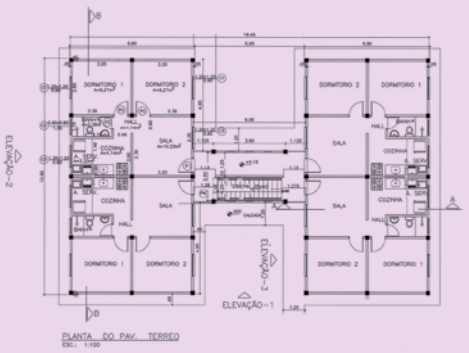
B12 SP Brasilândia

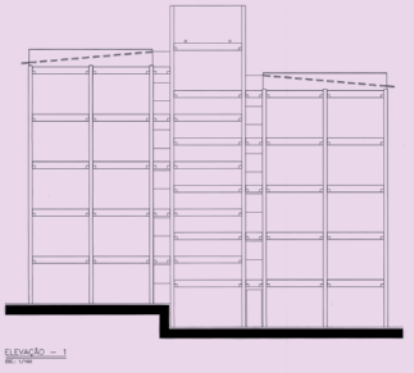
CONCLUÍDO: 1997
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 160
PROJETO: Nelson Assumpção
CONVÊNIO: Associacão União Moradores Aluguel de Favela
TIPOLOGIA: V052A-VIA NÍVEL E DESNÍVEL



Acervo CDHU.

Inicialmente, o conjunto foi projetado como um único condomínio e posteriormente o lote foi dividido. Neste conjunto, a tipologia, lâmina unida ao seu espelho por escada central, foi construída parcialmente com estrutura pré-fabricada, caracterizando uma das etapas da construção do conjunto.



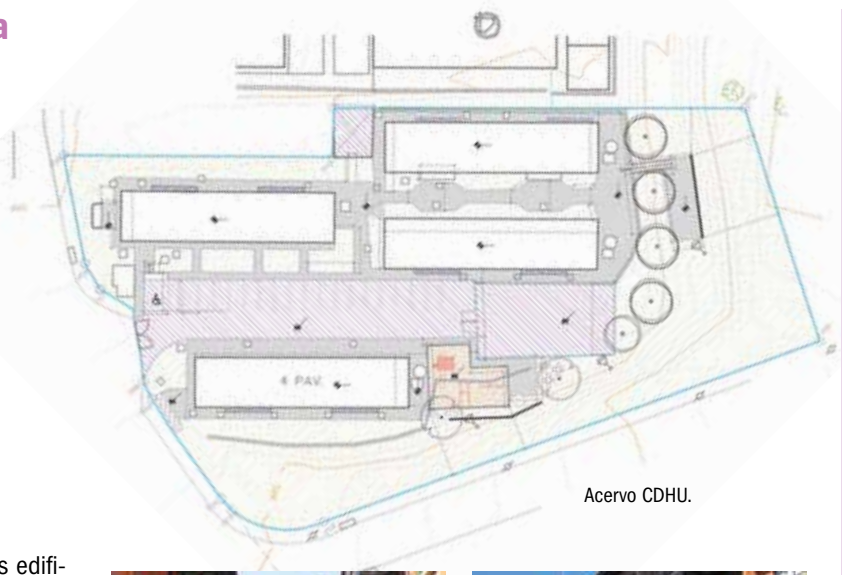


Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios.

Tipologia

B13 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1998
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 64
PROJETO: Assessoria Ambiente
CONVÊNIO: UMM – Associação para Moradia Popular Vila Albertina e Vila Rosa
TIPOLOGIA: VG42 V2-UMM****



Acervo CDHU.

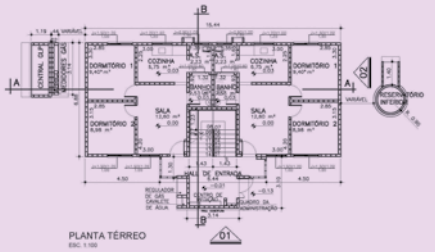
Este condomínio destaca-se pelas edificações construídas em tijolo cerâmico, cuja circulação vertical se faz por meio de escadas com patamares-varanda em estrutura metálica e pelo projeto de implantação que valoriza o espaço para a circulação de pedestres. Observa-se o grau de preservação e o cuidado demonstrado pelos moradores com o local, que pode ser lido como a sua identificação com o construído.

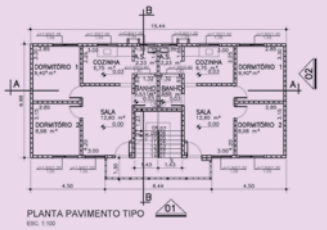


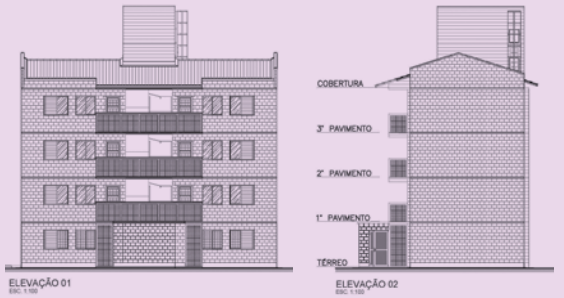


Junqueira da Silva, 2012. A caixa de circulação vertical é vedada parcialmente por pano contínuo, em estrutura metálica aberta, criando pequena varanda.

Tipologia





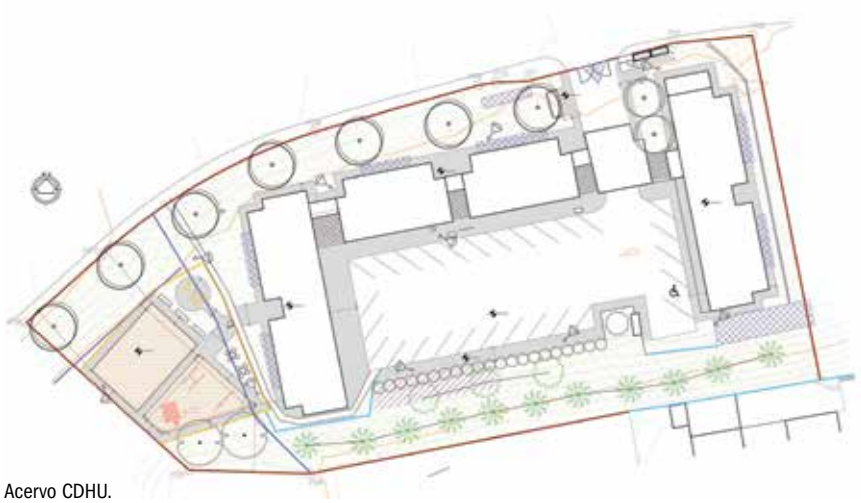


Acervo CDHU. Projeto de unidade de dois dormitórios desenvolvido por mutirantes, VG42-UMM**** autoria de Maria Isabel de Souza.

B14 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 1998
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 64
PROJETO: Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado
CONVÊNIO: UMM – Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste
TIPOLOGIA: VG42 V1-UMM**

Conjunto interessante pela planta e pelo volume, construído em tijolos cerâmicos, hoje pintados, formado por plantas justapostas que acompanham parcialmente o limite do lote e configuram um pátio interno.



Acervo CDHU.

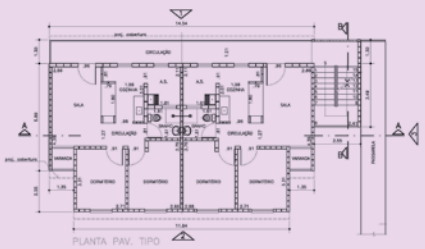






Junqueira da Silva, 2012. A circulação externa é aberta e similar à fase B6.

Tipologia





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical, dois dormitórios.

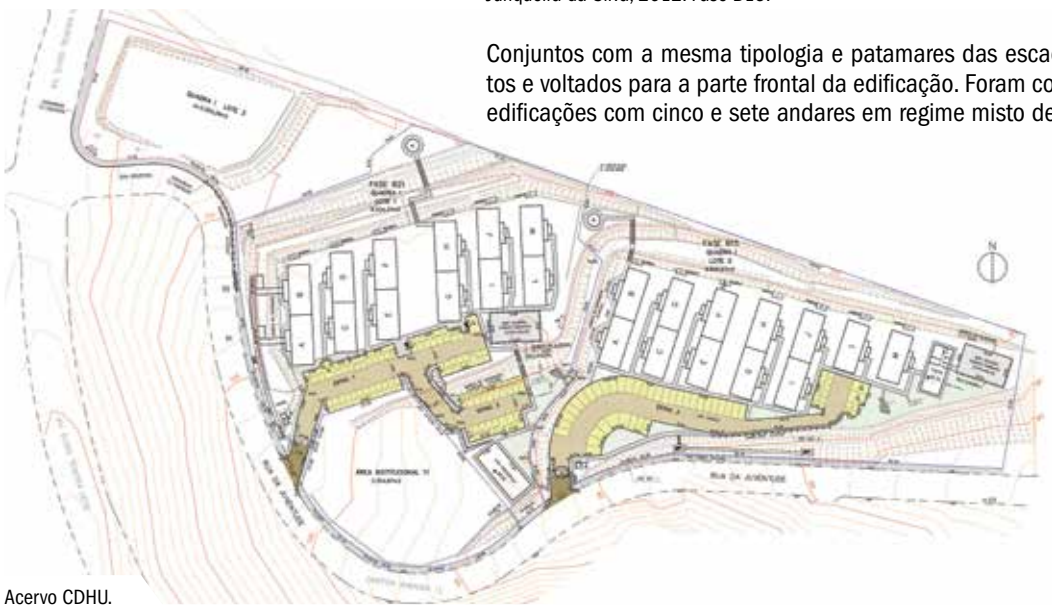
B15 e B21 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2008/2009
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 120 (B15) e 128 (B21)
PROJETO: Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado, Maria Isabel N. de Souza Cabral e Neli Yumi Shimizu
CONVÊNIO: Associação Novo Milênio (B15); Associação Res. Vitória (B21)
TIPOLOGIAS: V052C (B15); V052C (B21) e V072B (B21)





Junqueira da Silva, 2012. Fase B15.



Acervo CDHU.

Conjuntos com a mesma tipologia e patamares das escadas abertos e voltados para a parte frontal da edificação. Foram construídas edificações com cinco e sete andares em regime misto de mutirão.

B16 SP Brasilândia

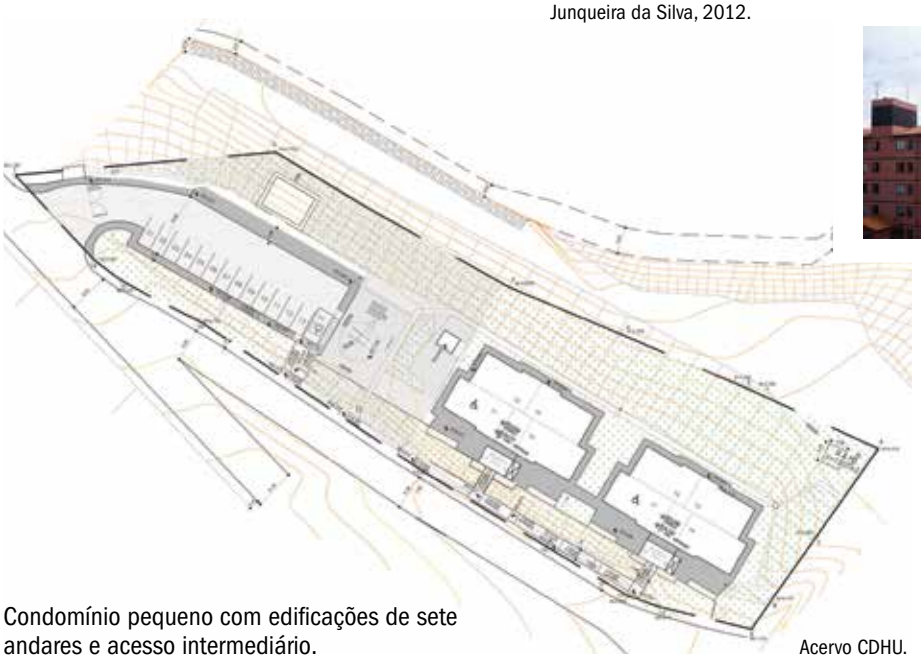
CONCLUÍDO: 2002
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 56
PROJETO: JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento S/C Ltda.
CONVÊNIO: Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste
TIPOLOGIA: VI22K





Junqueira da Silva, 2012.

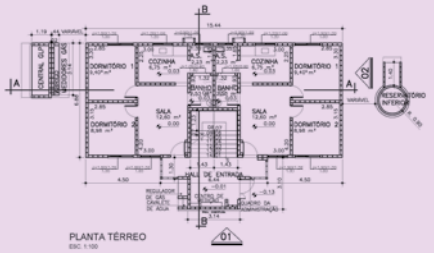


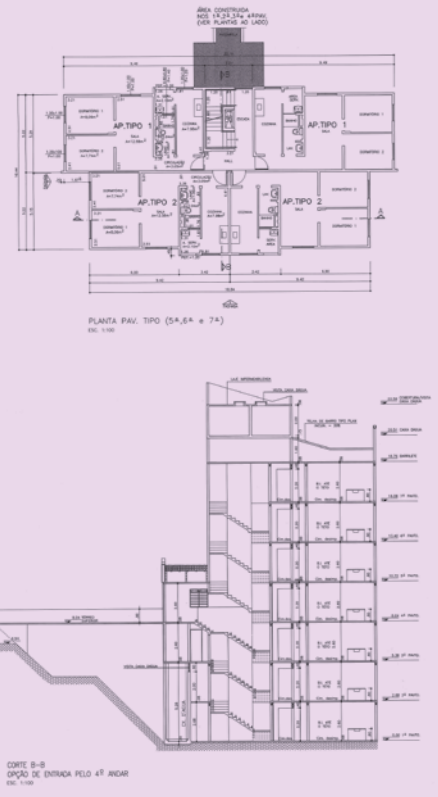


Condomínio pequeno com edificações de sete andares e acesso intermediário.

Acervo CDHU.

Tipologia





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios, com acesso pelo terceiro pavimento, VI22K autoria de Flávio Mendes Corrêa.

Tipologia

B17 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2000
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 40
PROJETO: Flávio Pessoa Mendes Correa
CONVÊNIO: Mutirão Sociedade Amigos Bortolândia
TIPOLOGIA: V052-CBPO

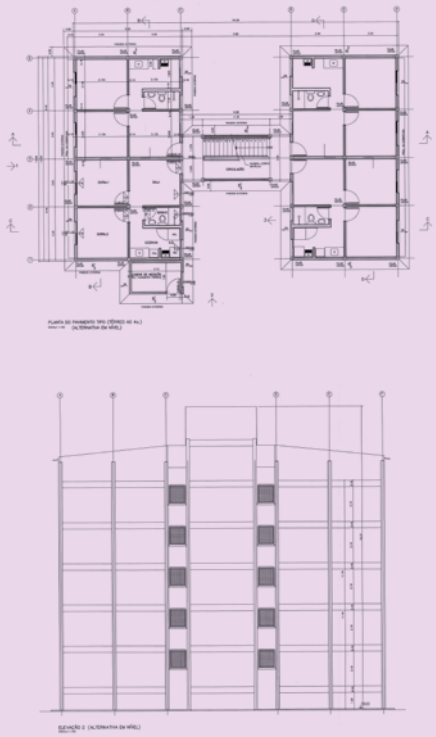

Junqueira da Silva. Área de lazer infantil.


Junqueira da Silva.


Acervo CDHU.

Estes conjuntos foram projetados pelos mesmos autores. Para vencer grandes diferenças de cotas, a solução foi trabalhar com tipologias com acesso intermediário, caso da fase B18 e B20. As fases B17 e B19 foram construídas em lotes menores, delimitados pelas condições físicas existentes. Os espaços de lazer foram equipados posteriormente.

Tipologia


Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios.

B18 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2002
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 96
PROJETO: Flávio Pessoa Mendes Correa
CONVÊNIO: Associação Clube Mães do Alto
TIPOLOGIA: V052-CBPO


Junqueira da Silva.


Junqueira da Silva. Área de lazer condominial ao longo da lateral das edificações.

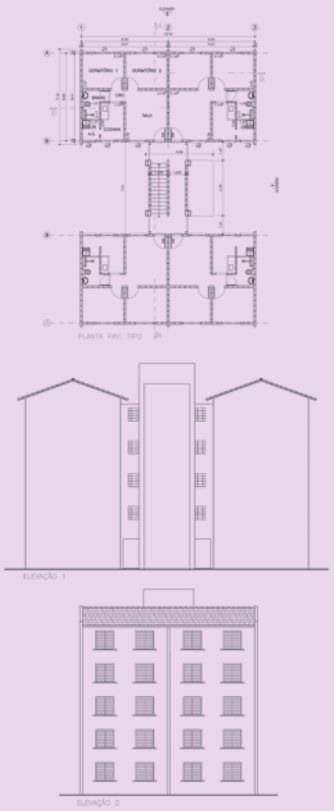

Acervo CDHU.

B19 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2002
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 40
PROJETO: Flávio Pessoa Mendes Correa
CONVÊNIO: Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Leste 1
TIPOLOGIA: VI22F-V2



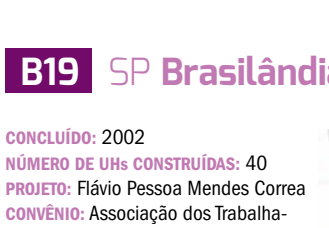
Acervo CDHU. Implantação da tipologia vertical geminada.

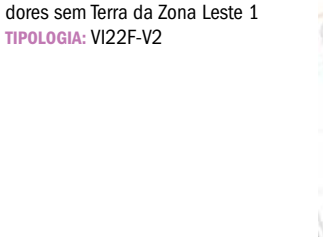


Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical, dois dormitórios.

B20 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2001
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 68
PROJETO: Flávio Pessoa Mendes Correa
CONVÊNIO: Assoc. Mutirão Mulher Sagrada Família
TIPOLOGIAS: V052-CBPO e V072-CBPO



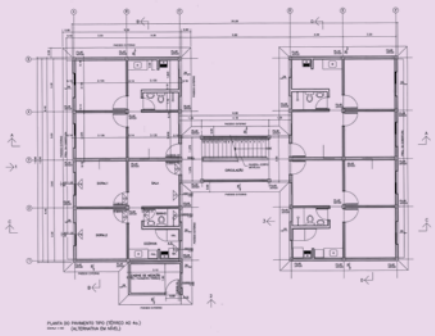


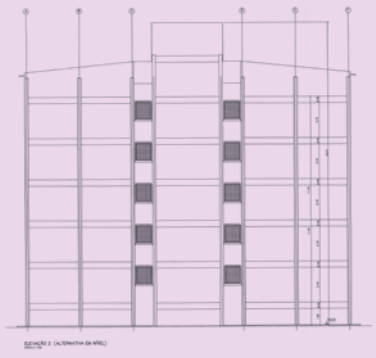


Acervo CDHU, 2012.



Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios.

A área deste condomínio, formado por blocos de cinco e sete andares, localiza-se ao sul de Brasilândia B, próxima aos corpos d'água existentes, hoje ocupados em grande parte por assentamentos irregulares.

B22 e B23 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2009
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 308
PROJETO: TecSteel Engenharia e Consultoria Técnica, Jaime Gonçalves de Souza, Alusa-Brastubo-Sergus e Marta J. da Silva.
CONVÊNIO: Associação dos Moradores do Jardim Vivan (B22) e Associação Comissão de Mães Formadas (B23)
TIPOLOGIA: V072-AC 3º piso Cosipa/Alusa



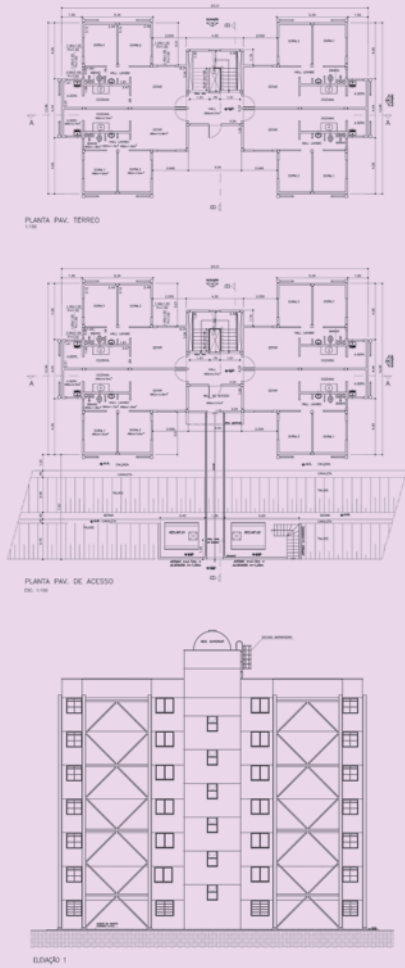
Junqueira da Silva, 2014. Edifício em estrutura metálica, áreas de lazer e acessos pelo terceiro pavimento.

As edificações foram construídas parcialmente com estrutura metálica, que constituíram uma alternativa ao sistema usualmente utilizado de blocos estruturais de concreto. O projeto se inicia em um ponto central junto à Av. Elísio T. Leite, a partir do qual são traçados eixos radiais e perpendiculares aos passeios e vias, que estruturam a implantação das edificações, segundo as curvas de nível, todas com sete pavimentos e acesso pelo terceiro piso.



Acervo CDHU.

Tipologia



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de dois dormitórios, com acesso pelo terceiro pavimento.

B30 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2011
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 224
PROJETO: Marta Junqueira da Silva
TIPOLOGIA: V072C



Junqueira da Silva, 2014.



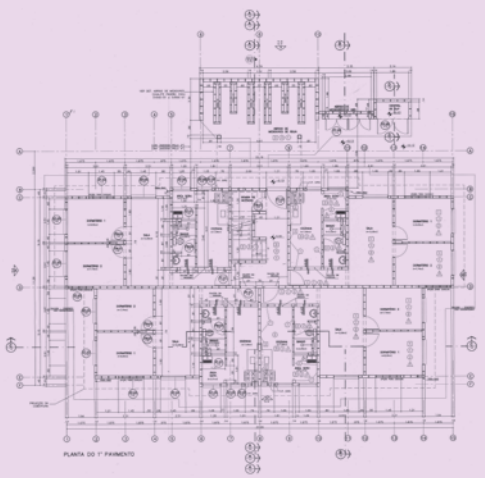
Acervo CDHU.

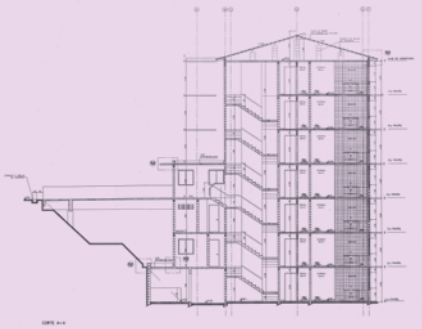
B34 SP Brasilândia

CONCLUÍDO: 2011
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 224
PROJETO: Marta Junqueira da Silva
TIPOLOGIA: V072C



Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da tipologia de dois dormitórios, com acesso pelo terceiro pavimento, V072C autoria de Flávio Mendes Corrêa.

SP **Jaraguá A**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1996
TERRENO: 257.888,80 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 152.935,58 m²
COTA RESID.: 71,60 m²
TIPOLOGIAS: VI22F V1, VI22K, V042, V052 CBPO, V072 CBPO, V052 COSIPA, V072 COSIPA e V052 VIA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 2.136
PROJETO: Décio Tozzi, Moysés Aldo Nascimento, Luiz Flávio Gaggetti, Maria Isabel Bertoncello e Lienne Maria Liarte

Todo o partido urbanístico desenvolvido no conjunto Jaraguá A foi pensado pelo arquiteto Décio Tozzi. Ele elaborou os estudos do viário e das fases iniciais implantadas, de forma que acarretasse mínima movimentação de terra, ajustando o sistema viário à topografia do terreno. Inicialmente, o projeto foi implantado por meio de Empreitada Global, mas as reivindicações das associações de moradores eram de que as demais etapas fossem executadas por meio de mutirão. A ação do mutirão gerou uma diversidade de tipologias que enriqueceu todo o urbanismo do empreendimento. Além da implantação das unidades habitacionais, as áreas institucionais formaram um importante complexo de equipamentos para a região, com escolas, centros comerciais, CIC, entre outros. Também foi executada a fase inicial da implantação de um parque – uma parceria entre a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, a comunidade local e a CDHU. Durante a implantação das fases do terreno, houve uma preocupação ambiental com a conservação da vegetação existente e o plantio de novas espécies, garantindo sua preservação.



Acervo CDHU. Vista aérea do conjunto, com o Pico do Jaraguá aos fundos.



Acervo CDHU. Projeto de implantação do conjunto na gleba.



Acervo CDHU. Para o conjunto foram previstos equipamentos, como: creche, EMEI, EMEF, escolas estaduais, CIC, posto policial e campo de futebol. Localizados nas vias perimetrais da gleba, os equipamentos atendem as famílias do conjunto e os moradores do entorno.



Acervo CDHU. O viário sinuoso que se adequa à topografia do terreno tornou-se um marco urbano do bairro.

O sistema viário implantando no conjunto contribuiu para a melhoria de todo o sistema de tráfego da região. Por meio das intervenções da CDHU, as vias principais – Estrada de Taipas e Estrada do Corredor – tiveram seu traçado readequado e foram alargadas, o que possibilitou o aumento do número de pistas para os veículos.



Acervo CDHU. Preservação das áreas arborizadas e paisagem urbana.



Acervo CDHU. Respeito à topografia.

Como o sistema de mutirão possuía liberdade na escolha das tipologias, os edifícios apresentam uma variação grande de modelos entre si. Eles se destacam na paisagem da região, dando ao conjunto uma característica de cidade, que possui ainda um espaço urbano conjugado com muitas áreas verdes e áreas de estacionamento. Com isso, embora seja um conjunto adensado, os grandes espaços entre condomínios garantem áreas livres para os moradores.

A integração da população no processo de elaboração e construção do empreendimento permitiu uma ação conjunta para a implantação de um parque na região, em terrenos que pertenciam à CDHU e à Prefeitura. A dinâmica foi tão importante que houve, inclusive, um concurso para a definição do nome do parque: Pinheirinho d'Água. A CDHU iniciou o levantamento topográfico para a implantação do Parque e executou as primeiras obras de contenção e implantação dos primeiros equipamentos. Com reuniões conjuntas entre a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, a população e a CDHU, foi possível preservar as áreas do Parque. A população se apropriou do espaço, evitando que ele fosse ocupado ou se tornasse depósito de lixo.



Acervo CDHU. Na imagem é possível ver a área do Parque Pinheirinho d'Água.

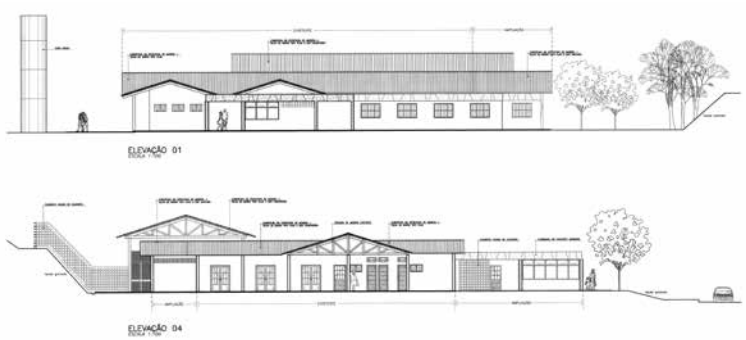


Acervo CDHU. O Parque se integra aos espaços do conjunto nos quais existem a praça e equipamentos.

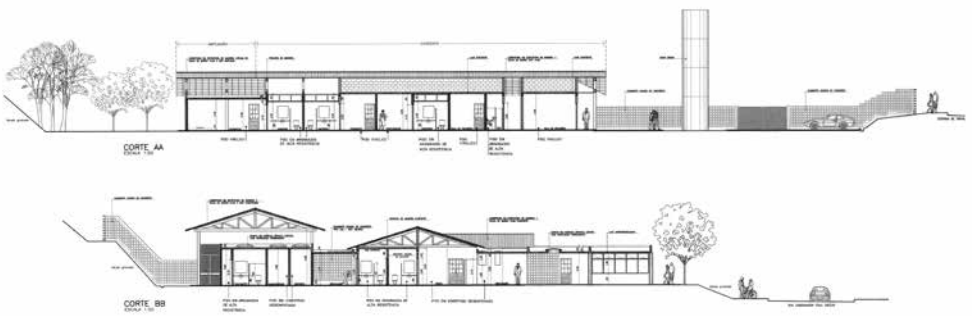
Entre os equipamentos foram implantados no conjunto posto policial, creche, escolas municipais, escolas estaduais e um Centro de Integração da Cidadania (CIC). O CIC foi um dos mais importantes equipamentos da região, pois como possuía uma série de serviços à população – similares aos que hoje são encontrados nos Poupatempo –, tornou-se um polo regional, atraindo moradores dos bairros e municípios vizinhos, como Cajamar, Jundiaí, Franco da Rocha, Mairiporã, Caieiras, Campo Limpo Paulista, Carapicuíba, Osasco, entre outros.



Acervo CDHU. Escola Estadual.



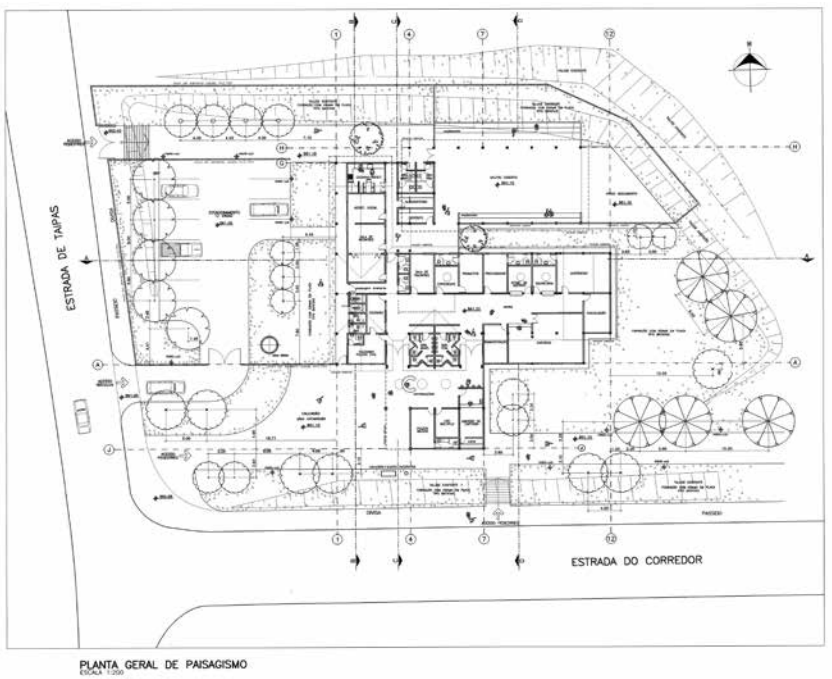
Acervo CDHU. Cortes do Centro de Cidadania Integrada (CIC).



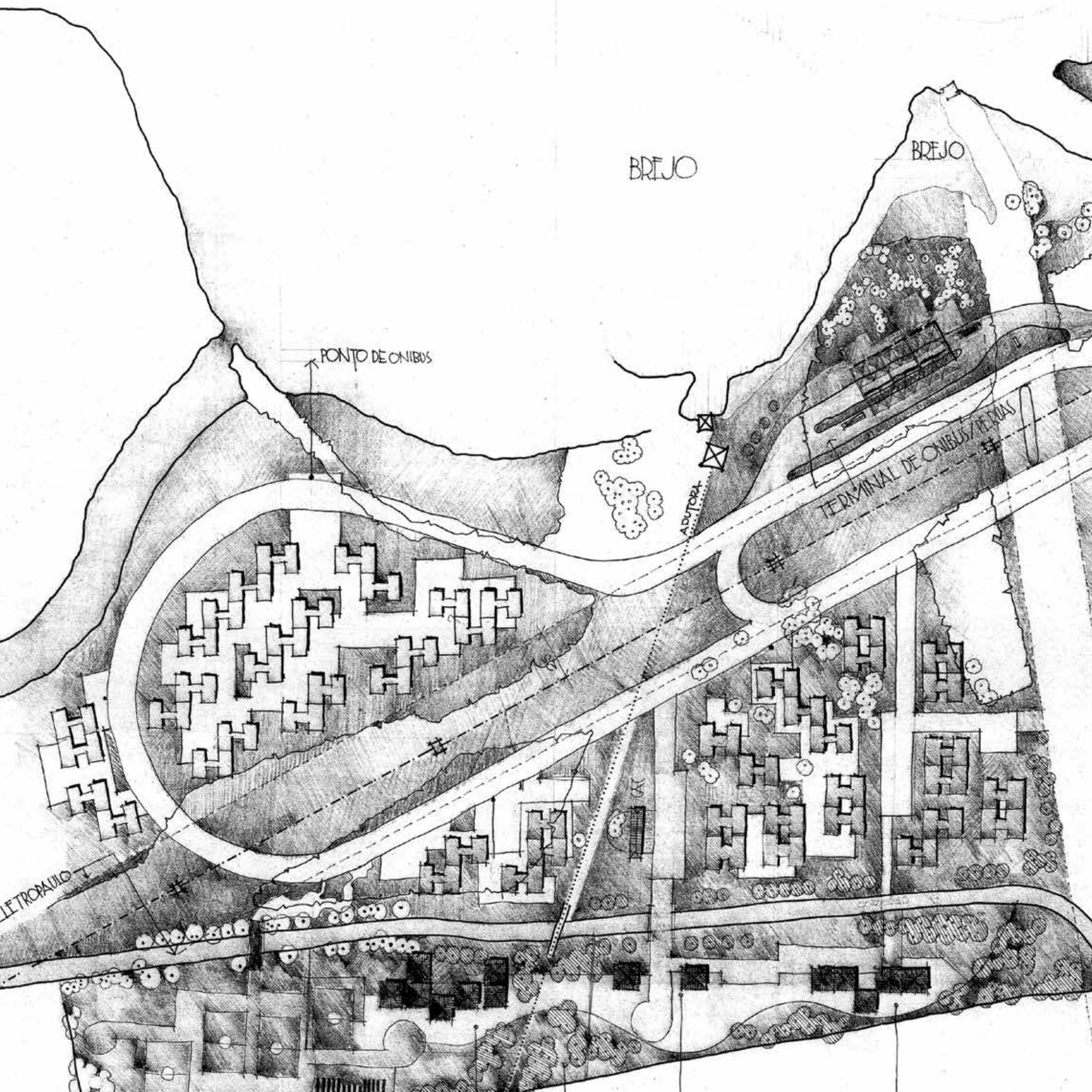
Acervo CDHU. Elevações do CIC. Projeto do arq. Benno Perelmutter.

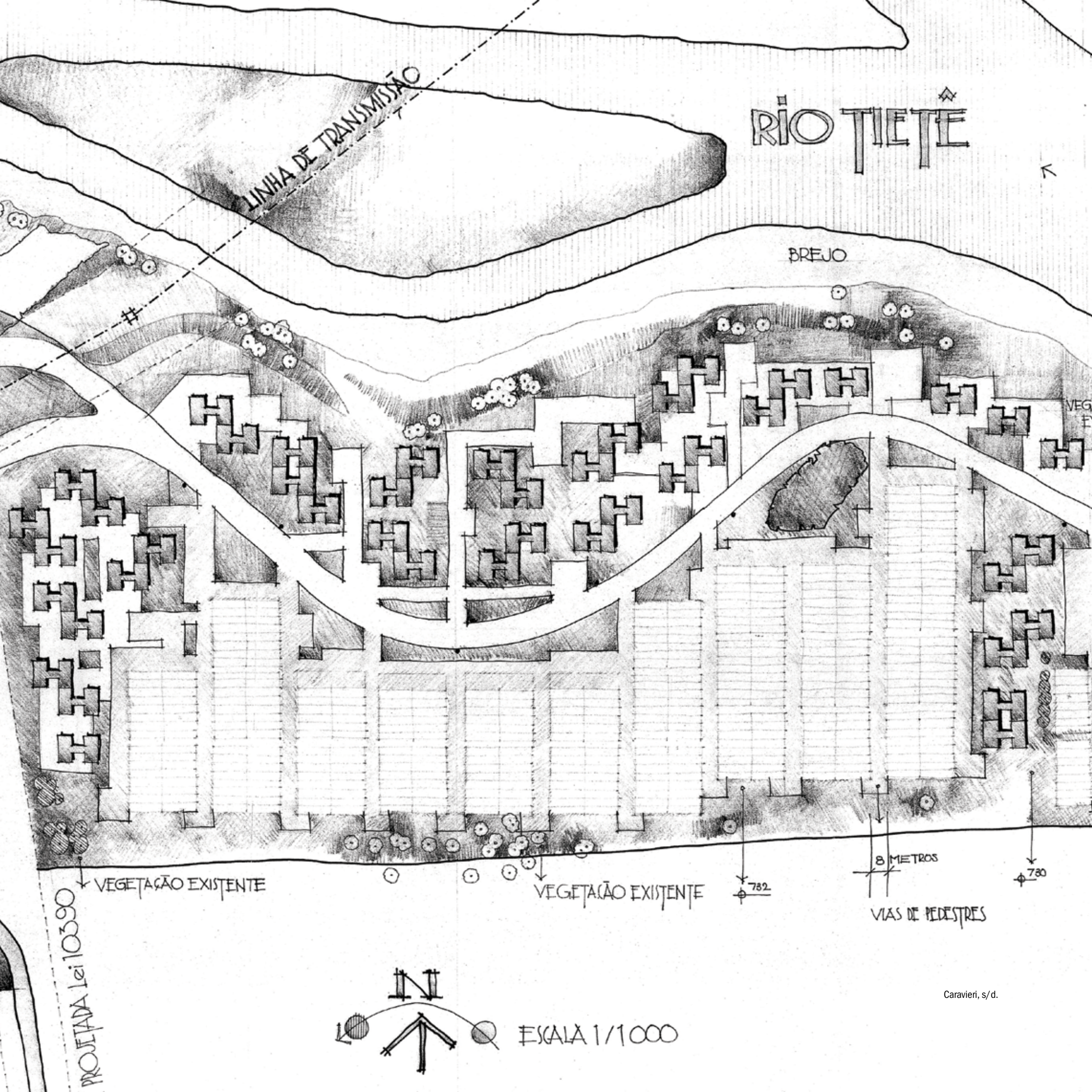


Acervo CDHU. Vista aérea da implantação do CIC Jaraguá.



Acervo CDHU. Projeto de implantação do CIC, com área total construída de 873 m².


BREJO
BREJO
PONTO DE ONIBUS
TERMINAL DE ONIBUS/PEDRAS
ADUTORA
LETROPAULO

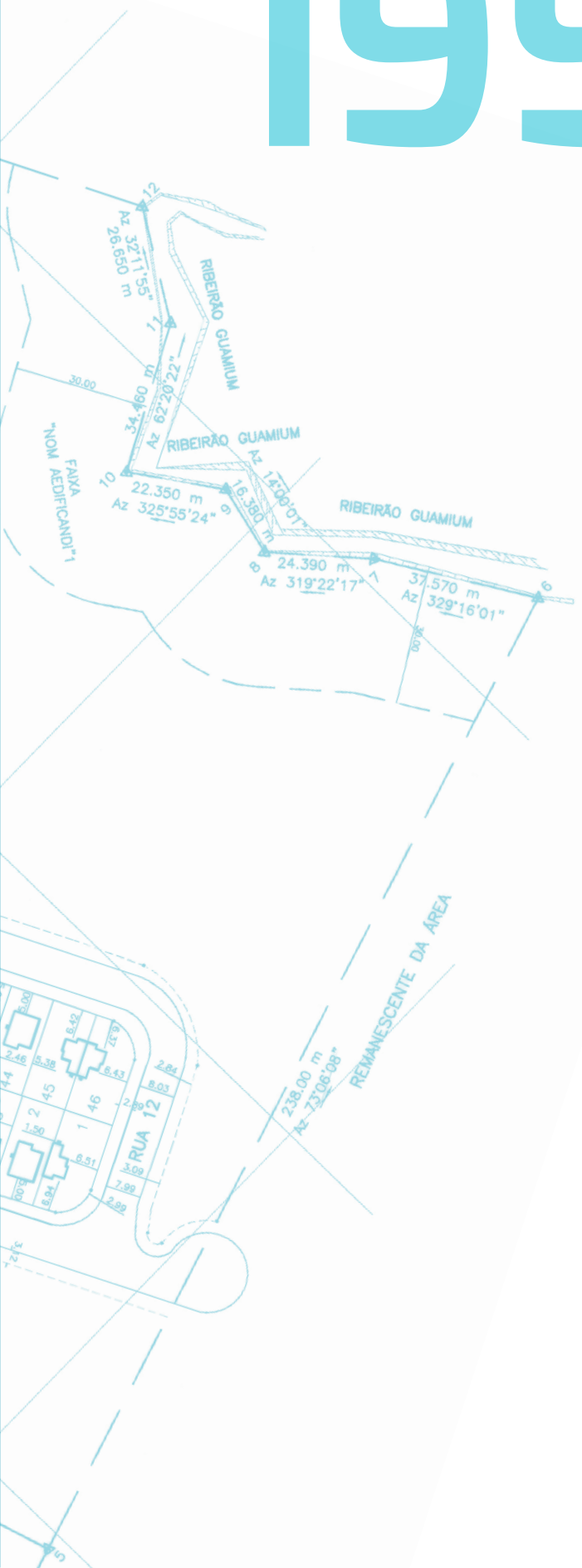


Caravieri, s/d.



ÁREA REMANESCENTE
RUA 9
RUA 10
RUA 11
RUA 12
RUA 13
RUA 7
RUA 6
RUA 5
RUA 4
SISTEMA DE LAZER 2
SISTEMA DE LAZER 1
ÁREA INSTITUCIONAL 1
SESI
AV. LUIS RALF BENATTI
AV. LUIS RALF BENATTI (ANTIGA AVENIDA DE ACESSO AO SESI)
AV. LUIS RALF BENATTI (ANTIGA AVENIDA DE ACESSO AO SESI)
AEDIFICANDI"2
"NON
FAIXA
ALTA TENSÃO
CANTEIRO
458.25 m
Az 334°10'11"
373.63 m
Az 163°06'08"

Quinto Período
1995-2000



Reorganização Institucional e Programática da CDHU

A destinação de recursos do ICMS para habitação, iniciada a partir da Lei no 6.556/1989, permitiu que a produção da CDHU aumentasse consideravelmente a partir dos anos 1990. Entre 1967 e 1988, a média de produção e entrega de unidades habitacionais da Companhia girava em torno de 2.400 por ano; com o acréscimo dos recursos do ICMS, a média anual de entregas, no período 1989-2000 chegou a 22 mil unidades[17].

Se entre 1967 e 1988 a maior parte da produção da Companhia estava distribuída no interior do estado (85% das unidades entregues, em comparação com 15% na Região Metropolitana de São Paulo), no período seguinte, ou seja, de 1989 a 2000, a distribuição buscou concentrar mais investimentos na Região Metropolitana, que passou a receber 27% das unidades habitacionais entregues e um número ainda mais expressivo se consideradas as unidades em canteiro[18].

Nesse quadro, a ampliação de escala de produção e seu incremento na Região Metropolitana de São Paulo, além de expressarem uma nova orientação e prioridade de atendimento, passaram a demandar um ajuste das estruturas de gestão e dos procedimentos de atuação para focalização do atendimento, visando às demandas prioritárias por moradia no estado.

Foi nesse contexto que, em 1995, Mário Covas assumiu o Governo do Estado de São Paulo e uma de suas primeiras ações foi dar início a um plano abrangente de revisão orçamentária e administrativa. Esse direcionamento teve impacto direto na CDHU, que, assim como outros órgãos e entidades da administração pública indireta do estado, iniciou um processo de revisão das obras contratadas, de seus procedimentos de realização e de sua estrutura organizacional.

Inicialmente, o quadro de funcionários passou por uma reformulação. No final de 1994, a Companhia contava com um total de 1.366 empregados em regime CLT e, no final de 1995, havia ocorrido uma redução para 1.074 funcionários, ou seja, cerca de 20% do quadro funcional foi reduzido em um ano[19].

Nesse mesmo período, foi realizada uma revisão dos contratos firmados e dos processos licitatórios em andamento. Por meio de uma análise conjunta das áreas técnicas, foram reavaliadas todas as obras que tinham menos de 20% do cronograma cumprido, definindo-se suas condições para continuidade ou revisão. Com isso, parte das obras foi temporariamente paralisada enquanto se procedia a um balanço geral da produção.

O resultado desse processo foi uma ampla revisão do canteiro e da programação das obras a serem iniciadas, buscando-se uma aplicação de recursos com acompanhamento continuado.

Tal avaliação foi apenas um primeiro movimento de um conjunto de medidas iniciado naquele período que teria expressiva repercussão nos períodos posteriores da Companhia, dando início a procedimentos e critérios de atendimento que até hoje norteiam sua atuação, como o aprimoramento de sua ação regional.

Em abril de 1995, a Companhia criou um grupo de trabalho para avaliação das estruturas regionalizadas de atendimento e, como resultado, foi indicada a necessidade de promover uma revisão da distribuição dos Escritórios de Apoio Técnico, os EATs. Como decorrência desses estudos, os escritórios tiveram sua denominação alterada para Gerências Regionais, em outubro do mesmo ano, e também tiveram sua organização geográfica alterada. Por meio de Atos da Presidência da CDHU, foram instituídas 11 Gerências Regionais em substituição aos 12 EATs anteriormente vigentes. As principais alterações foram a supressão dos EATs de Barretos e Franca, e a criação da regional da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)[20].

Dessa maneira, a Companhia buscou estruturar-se para atender com mais agilidade às demandas nas diversas regiões do estado, incluindo a RMSP, que passava a ter um direcionamento mais expressivo na aplicação de recursos e nas prioridades de ação. O processo de descentralização estava direcionado para apoiar as atividades relacionadas à produção e à comercialização das unidades habitacionais, tornando o atendimento mais próximo à população.

Nesse período, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi contratada para realizar estudos que subsidiaram a revisão de outros pontos da estrutura organizacional e dos fluxos de trabalho da empresa como um todo. Em 1996, relatório da consultoria apontava a necessidade de que essa atuação fosse desenvolvida em três eixos de atividades: a) atendimento à população; b) apoio aos trabalhos técnicos, incluindo vistorias de terrenos, verificação de projetos, acompanhamento de obras e outros; e c) apoio administrativo e logístico à ação regional.

Com base nesse estudo e com o objetivo de aprimorar a qualidade da gestão empresarial e da produção da Companhia, a estrutura de Diretorias foi ampliada, passando a incluir, a partir de 1997 e até 2003, nove diretorias: Presidência, Vice-Presidência, Diretoria de Desenvolvimento Empresarial, Diretoria de Mutirão, Diretoria de Ação Regional, Diretoria de Planejamento e Projetos, Diretoria de Obras, Diretoria Administrativa e Diretoria Financeira.

Em novembro de 1997, a supervisão das Gerências Regionais foi transferida da Presidência para a recém-criada Diretoria de Ação Regional, que substituiu a antiga Diretoria de Desenvolvimento Socioeconômico. A reorganização da CDHU foi bastante expressiva nesse período, em especial no tratamento dado às novas gerências regionais.

Essa nova estrutura e a criação de um conjunto de fóruns e comitês de integração e organização de procedimentos de atuação (como comitês de entrega de unidades habitacionais, de revisão de programas e procedimentos, e de apoio ao desenvolvimento de projetos especiais) lastrearam o desenvolvimento dos programas e ações da CDHU para as metas pretendidas.

Desde o final da gestão anterior, estava em curso um processo de avaliação e revisão da estrutura dos programas habitacionais da CDHU. As demandas crescentes e cada vez mais estruturadas das associações de moradia, o peso das necessidades habitacionais representadas pelas favelas e assentamentos precários e outras questões similares requeriam uma ampla revisão do modelo de atendimento pautado no atendimento à demanda geral.

Nesse processo, buscou-se dar continuidade aos modelos iniciados em períodos anteriores, mas incrementando expressivamente a implantação de novos programas voltados para as demandas de grupos-alvo, específicos em cada região.

A proposta de novos rumos para a CDHU tinha uma meta ousada: manter e ampliar a escala de produção de unidades habitacionais e, ao mesmo tempo, diversificar a abrangência dos programas de atendimento, acompanhada do aperfeiçoamento da estrutura técnica e organizacional da Companhia.

Do ponto de vista programático, ganharam importância novas modalidades de ação que passaram a incluir, com peso muito mais expressivo, os mutirões associativos na metrópole paulistana, a autoconstrução organizada na forma de ajuda-mútua no interior do estado, assim como um novo impulso às ações em favelas e cortiços – ainda que com menor volume que as anteriores.

Os mutirões, que até então tinham produzido empreendimentos de porte relativamente restrito, passaram a ser prioritários – ganhando, inclusive, uma diretoria própria, responsável por gerir e transformar este em um dos principais programas da Companhia, cujos esforços resultaram em numerosos empreendimentos nos exercícios seguintes.

Os diagnósticos realizados com a participação da FGV permitiam, ainda, agregar a função de gestão na coordenação dos processos e fluxos técnicos de viabilização de empreendimentos em outros programas, como: Programa Habiteto, Programa Sonho Meu, Programa Mananciais/Guarapiranga, Programa de Atuação em Cortiços, entre outros.

Mutirão e Habitação

Desde a gestão de Franco Montoro (1983-1987), os mutirões estiveram presentes nas ações da CDHU, especialmente em programas e projetos realizados no interior do estado. Nas gestões de Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury Filho, eles ganharam ainda mais força na Companhia, impulsionados especialmente pela pressão dos Movimentos de Moradia.

Ao assumir o Governo do Estado, Covas deu continuidade à experiência. Acreditando no potencial de crescimento da modalidade na CDHU, orientou para a criação da Diretoria de Mutirão, indicando claramente a expressividade que esses projetos teriam em sua gestão, pois, além de serem projetos econômicos, valorizavam a participação popular.

Nas gestões de Quércia e Fleury, os mutirões haviam sido desenvolvidos para atendimento habitacional dos movimentos populares na Região Metropolitana de São Paulo. No programa criado para atender às reivindicações da União dos Movimentos de Moradia (UMM), a CDHU iniciou uma nova fase de atuação, repassando recursos diretamente às associações comunitárias.

Essa configuração estabeleceu uma nova modalidade de organização e construção, denominada Mutirão Autogestionário, na qual cabia à CDHU repassar os recursos financeiros, sempre através de medições do andamento da obra; e às associações comunitárias cabia a responsabilidade de organização e conclusão dos projetos. Os terrenos destinados aos projetos eram, em sua maior parte, propriedade da CDHU, mas também havia casos de prefeituras que os doavam para a construção das unidades ou, em número menor, terrenos de propriedade das próprias associações – que se organizavam para tal aquisição.

Esse modelo de gestão participativa inspirou-se em experiências de êxito ocorridas no Uruguai. Na década de 1980, membros das associações comunitárias dos movimentos de moradia da Região Metropolitana tiveram conhecimento dos projetos habitacionais construídos por trabalhadores de Montevidéu com um modelo autogestionário de mutirão. Líderes dos movimentos da capital realizaram visitas aos locais onde se davam essas experiências, com vistas a conhecer a prática e, posteriormente, a replicaram em empreendimentos promovidos pelo Estado e pelo Município de São Paulo.

Assim, os primeiros contratos assinados com as lideranças da UMM no estado ocorreram durante a gestão de Fleury, para a construção de 3 mil unidades habitacionais na cidade de São Paulo. Essas unidades começaram a ser entregues anos depois, já na gestão Covas. No processo autogestionário, as associações indicavam as famílias beneficiadas, contratavam assessorias técnicas de arquitetos, além de profissionais que auxiliavam na gestão do empreendimento, organizando o repasse do material de construção, administração do canteiro e obra.

A avaliação feita pelos técnicos da CDHU sobre o Programa Mutirão UMM era positiva, mas constatava limitações, sobretudo na organização da população beneficiada e na contratação de assessorias técnicas qualificadas para a elaboração e o acompanhamento dos projetos.

Tendo como base a experiência com bons resultados do Programa Mutirão UMM e considerando as experiências de promoção de obras por mutirão em sua gestão como prefeito do Município de São Paulo, o governador Mário Covas lançou o Programa Paulista de Mutirão (PPM), reputando-o como programa prioritário do governo, em eventos com centenas de pessoas presentes no Palácio dos Bandeirantes e no Memorial da América Latina.

Em 1995 foi estabelecida a Lei Estadual nº 9.142, destinando parte dos recursos dos programas habitacionais do Estado de São Paulo às associações comunitárias e cooperativas habitacionais sem fins lucrativos, em percentual não inferior a 10% dos recursos captados. A lei definia que, para receber o financiamento, as entidades sociais – associações e cooperativas – deveriam adotar a autogestão e ajuda mútua, além de se habilitarem por meio de atos constitutivos e certidões especificadas.

O Regulamento de Registro das Associações Comunitárias no PPM/1a etapa, na RMSP, previa investimentos de R$ 180 milhões entre 1995 e 1998, ou seja, montante três vezes superior ao do Programa Mutirão UMM.

Os objetivos do registro e credenciamento das entidades sociais foram os de facilitar o acesso ao Programa, garantir um atendimento mais justo e adequado às necessidades da população e permitir a aplicação de critérios claros para a definição de quem seria atendido, uma vez que o número de unidades previsto em cada etapa do Programa era limitado em função da capacidade de atendimento da CDHU.

Esse regulamento resultou na contratação de obras somente em terrenos da CDHU, com projetos feitos pela Companhia,

e adotou-se um modelo de projeto com adoção de pré-moldados para a estrutura dos edifícios construídos pela associação.

Para superar entraves que haviam sido identificados, a Companhia lançou algumas novidades em relação ao Mutirão UMM: se antes o projeto arquitetônico devia ser feito por uma assessoria técnica contratada pela comunidade e apenas validado pela CDHU, no caso do PPM a CDHU passava a ser responsável pelo projeto arquitetônico, pela execução das fundações e também da estrutura dos edifícios. O Programa ainda contemplava o repasse de verbas às associações comunitárias, que, por sua vez, faziam a gestão financeira do empreendimento habitacional.

O Programa não atendia apenas à faixas de renda entre 1 e 3 salários mínimos. Ele se estendia às famílias com renda entre 4 e 10 salários mínimos. Em ambos os casos, adotava-se a premissa de que esses moradores deveriam estar devidamente cadastrados em uma associação comunitária e estimulava-se a participação dos movimentos sociais, reforçando a atuação das associações comunitárias e de entidades de representação.

Para participar do Programa e se tornar gestoras dos empreendimentos, as associações comunitárias deveriam se inscrever por meio de editais de convocação. Entre 1995 e 1998, a Diretoria de Mutirão cadastrou 146 associações e atendeu mais de 14 mil famílias, sendo que os resultados desses esforços redundaram em mais de 16 mil unidades entregues no período 2001-2006.

Alguns dos empreendimentos mais significativos desse período estão apresentados a seguir neste livro, como: "Itaquera B" e "Guaianases A", em São Paulo; "Diadema F", em Diadema; e "Praia Grande A", na Baixada Santista. Eles destacam o caráter diferencial desses mutirões, inclusive em relação às questões arquitetônicas e urbanísticas dos próprios projetos.

No caso de "Itaquera B", por exemplo, foram utilizadas tipologias da própria CDHU e outras apresentadas pelas assessorias técnicas contratadas pelos mutirantes. Para este empreendimento foi realizado ainda um concurso de novas tipologias. Uma delas, a V072, com edifício de sete andares e dois dormitórios, foi implantada e se tornou uma tipologia padrão na Companhia.

Os projetos incluíam também a instalação de áreas de lazer e esporte e de equipamentos públicos, como creches, escolas, postos de saúde, centros comunitários, postos policiais, entre outros.

Para auxiliar as famílias foram criados Centros de Atendimento ao Condomínio (CACs), que se tornaram referência para os moradores dos conjuntos, onde as associações comunitárias, em parceria com órgãos públicos, passaram a desenvolver diversos projetos sociais, levando à população melhorias em sua qualidade de vida.

O sistema construtivo incluía, inicialmente, o método convencional, com alvenaria estrutural com blocos de concreto ou cerâmico, mas logo depois se optou pelo sistema com pré-moldados e pré-fabricados, apelidados de "paliteiro". Com áreas construídas menores do que aquelas praticadas pela Companhia, esses projetos contavam com a mão de obra dos futuros moradores para a conclusão dos empreendimentos, desde a construção das paredes até os acabamentos.

O Programa incluía dois tipos de assessorias especializadas em empreendimentos habitacionais: a Técnica e a Gerenciadora, ambas contratadas para promover e auxiliar a autogestão feita pelas associações. A Assessoria Técnica tinha a função de administrar, junto com a associação, o canteiro de obras, atuando em três frentes: 1. Contabilidade Financeira, auxiliando a associação na prestação de contas do recurso repassado pela CDHU; 2. Gestão do Empreendimento, disponibilizando um engenheiro ou arquiteto que cuidava especificadamente da obra; 3. Assistência Social aos Mutirantes, privilegiando a qualidade de vida do condomínio e promovendo a estabilidade do canteiro.

A Assessoria Gerenciadora, por sua vez, era contratada para administrar os empreendimentos de uma forma geral, atuando desde no controle de qualidade da obra e medições físico-financeiras, até na interface entre a Companhia e o empreendimento.
Tal assessoria tinha, ainda, a função de supervisionar toda a infraestrutura das glebas e dos conjuntos, além de manter o controle das obras.

Esse modelo gerou uma significativa economia nos custos da construção, mas apresentou a complexidade das contratações, e, muitas vezes, a informalidade das associações contribuiu para uma série de dificuldades operacionais durante as obras, medições e prestações de contas. Ao analisar tais casos, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público determinaram que a CDHU deveria alterar tanto a forma de contratação como o modelo de repasse de recursos para esse Programa.

No total dos períodos, foram entregues mais de 48 mil unidades habitacionais construídas por mutirões autogestionários na capital e no interior do estado, das quais quase 90% a partir de 1995.

Habiteto

Se a prioridade para as regiões metropolitanas era o mutirão associativo, a nova gestão previu, para os municípios do interior, uma revisão da modalidade anteriormente denominada "cesta de materiais de construção", que foi denominada como Programa Habiteto.

Essa nova modalidade, de certo modo, buscou recuperar os princípios do PMH, desenvolvido nos anos 1980. Por meio do Programa Habiteto, foram construídas unidades habitacionais em regime de autoconstrução e ajuda mútua.

Na organização da produção, a Companhia repassava os recursos e as prefeituras administravam as obras, viabilizavam os terrenos e eram responsáveis pela implantação da infraestrutura básica e pelo repasse dos materiais de construção, prestando também orientação e assistência técnica.

A CDHU orientava as prefeituras a adotar processos de pré-fabricação em canteiro, fazendo os elementos estruturais necessários, como pilares e vigas para as unidades. Essa modalidade agilizava e racionalizava as soluções de autoconstrução dos empreendimentos em parceria com os municípios do interior paulista.

Esse esforço de produção culminou, no período seguinte, na entrega de 19 mil moradias viabilizadas em parceria com os municípios paulistas, número que teve ampliação expressiva nos anos seguintes, sendo o Programa objeto de diversos ajustes e aprimoramentos ao longo do tempo.

Atendimento à Demanda Geral

Paralelamente ao desenvolvimento das modalidades de atendimento voltadas a públicos-alvo pré-selecionados e organizados por meio de associações ou pelos municípios, prosseguiu nesse período o desenvolvimento de empreendimentos contratados na forma de empreitada, tanto no interior do estado como nas regiões metropolitas, dando sequência à ocupação de glebas da Companhia, além da promoção de novos empreendimentos.

A principal inovação nesse período, no que tange ao atendimento da demanda geral, diz respeito à revisão e institucionalização das regras de seleção e atribuição das moradias, com foco específico na busca da isonomia, sem perder de vista o tratamento especial às situações de maior vulnerabilidade. Essa alteração foi profunda e está vigente – com adequações pontuais – até nossos dias, como descrito a seguir.

Quanto às formas de produção, foi lançado o programa Chamamento Empresarial, que, ao final de 2000, teve seu nome alterado para Empreitada Integral. Seu edital foi revisado de modo a sanar questões que dificultavam a primeira versão dessa modalidade, possibilitando a construção de empreendimentos novos, fundamentalmente nas regiões metropolitanas.

Parte da produção viabilizada nas metrópoles por meio do SH4 e do Chamamento Empresarial/Empreitada Integral acabou por vincular-se a demandas de atendimento específicas, como grupos-alvo de servidores públicos, famílias removidas de assentamentos precários e outros, tendo como exemplo eloquente o atendimento às famílias reassentadas das áreas inundáveis do Jardim Pantanal, na Zona Leste da capital.

Novas Regras de Contrato e a Lei do Sorteio

Com base no propósito de aprimoramento do atendimento habitacional no Estado de São Paulo, a partir de 1995 foram iniciados três procedimentos que tiveram grande impacto na atuação da CDHU:

– Assinatura do contrato de financiamento sempre em nome da mulher;
– Destinação das unidades habitacionais dos empreendimentos da Companhia por meio de sorteio público.
– Destinação de cotas de unidades habitacionais nos empreendimentos para grupos sociais vulneráveis, como idosos e deficientes.

Até a década de 1990, os contratos das unidades habitacionais da CDHU eram emitidos em nome do titular do financiamento, ou seja, de forma geral àquele que contribuía com a maior renda para o pagamento – homens, na maioria dos casos.

A partir dessa nova definição do governo, as mulheres passaram a figurar como titulares nos contratos de financiamento firmados com a CDHU, independentemente de apresentarem rendimentos para tanto. Essa deliberação teve por objetivo resguardar a família no caso de separações.

Essa decisão partiu da constatação de que, embora o Código Civil estabeleça que a venda de imóveis deve contar com a anuência de todos os envolvidos (titular e/ou componentes e respectivos cônjuges ou companheiros), os titulares atendidos pela CDHU vendiam seus imóveis sem anuência dos demais beneficiários e, às vezes, abandonavam a família, que ficava desamparada quanto à moradia.

Ao definir a mulher como titular do contrato, o objetivo foi de – nos casos de interesse em vender o imóvel – assegurar que o comprador tivesse ciência da necessidade de concordância da mulher com a operação.

Hoje, decorridas quase duas décadas da deliberação, a avaliação dessa medida é muito positiva, seja pela redução de queixas das ex-esposas ou companheiras sobre irregularidades cometidas por seus pares nos contratos firmados desde então pela Companhia, seja pela adoção dessa medida pelo governo federal no Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009.

A Companhia também promoveu outra importante alteração em sua metodologia de seleção das famílias beneficiadas no final dos anos 1990, instituindo o sorteio público das unidades habitacionais. Por meio da Lei nº 10.310, de 12 de maio de 1999[21], foi estabelecido que os imóveis administrados ou executados pela CDHU, destinados a projetos habitacionais, deveriam ser distribuídos entre as famílias previamente inscritas e selecionadas pela Companhia mediante sorteio realizado em local público de fácil acesso, em procedimento amplamente divulgado.

O intuito era tornar mais transparente o processo de atribuição das moradias, criando ampla publicidade para o processo, o que incluiu a previsão de editais de chamamento público para inscrições, vinculados a cada empreendimento habitacional, bem como a realização de sorteio entre os inscritos em condições de acesso à unidade habitacional.

Sem dúvida, tal decisão poderia parecer inusitada diante da complexidade das questões habitacionais. Barjas Negri, ex-presidente da CDHU, em entrevista concedida durante as pesquisas para este livro, comentou que, até ele mesmo presenciar um sorteio público, tinha dúvidas em relação à aceitação da metodologia. Ele acreditava que as famílias poderiam se sentir frustradas com essa forma de atribuição, mas, ao contrário, constatou que mesmo as pessoas que não eram contempladas com uma unidade durante o sorteio julgavam muito bem o processo, considerando-o justo. Para Negri, esse foi um dos grandes aprendizados de sua gestão[22].

O novo regramento de sorteio público demandou um processo de aprimoramento nos anos posteriores, de modo a buscar soluções de atendimento habitacional aos grupos-alvo específicos, como as associações comunitárias, ou aos atendimentos habitacionais para reassentamento de famílias provenientes de áreas de risco e favelas.

Tal adequação foi concluída em 2008, com a edição de uma nova lei que complementou a anterior e estendeu sua aplicação para todos os imóveis construídos ou financiados com recursos públicos, no âmbito dos programas promovidos pela política estadual para a habitação de interesse social.

Atendimento aos Idosos, Deficientes e Policiais

Juntamente com a seleção dos beneficiários por sorteio público, para atendimento em empreendimentos destinados à demanda aberta de acordo com a legislação vigente e com os contratos celebrados em nome da mulher, passaram a ser reservadas, a partir desse período, cotas de unidades para o atendimento a demandas especiais.

Em 1996, a CDHU passou a destinar 5% das unidades habitacionais para deficientes, sendo esse percentual ampliado para 7% em 2001, quando a matéria foi regulamentada pela Lei Estadual nº 10.844/01, atualizada pela Lei Estadual nº 12.907/08.

Com isso, há quase duas décadas a CDHU tem promovido o atendimento às famílias em cuja composição existem pessoas com necessidades especiais, sendo que as famílias participam de dois sorteios: um para todas as famílias inscritas e outro especial para as famílias com pessoas portadoras de deficiência. Para os cadeirantes, as moradias são adaptadas de forma a garantir conforto, autonomia e acessibilidade.

Complementando esse quadro, a partir de 1999 a CDHU passou a destinar 5% das UHs para idosos, com 60 anos ou mais, e renda entre 1 e 5 salários mínimos. Por entender que a presença dos familiares e a convivência com eles são importantes para o idoso, que geralmente necessita de apoio e assistência, é permitido que, caso o beneficiado seja viúvo, até quatro familiares morem na mesma unidade; já no caso de casais de idosos, outros três familiares podem residir no imóvel.

Também por determinação legal de 2001, destinam-se 4% das unidades para policiais civis, militares, agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária. A seleção dos candidatos é feita por sorteio público, conforme a Lei Estadual nº 11.023/2001, na redação que lhe foi dada pela Lei Estadual nº 11.818/2005.

Juntas, tais medidas buscaram reformular a política de atendimento habitacional do estado, estabelecendo garantias para grupos sociais vulneráveis e tendo em conta as principais necessidades da população. Foram as adaptações iniciadas nesse período que se mostraram convergentes com as novas demandas de grupos sociais, considerando uma maior expectativa de vida e o envelhecimento da população.

Tais critérios de destinação anteciparam-se aos diplomas legais de cunho estadual ou nacional e atualmente são incluídos amplamente nas políticas de seleção de demanda habitacional pela União e pelos municípios.

Ações em Favelas: Programa Guarapiranga, Projeto Pantanal e Jardim Santo André

Programa Guarapiranga (GUA)

Pode-se dizer que até a década de 1990 as questões ambientais não eram claramente presentes como pauta preponderante no

universo da habitação social, ainda que já constituíssem problema claramente identificado no âmbito do planejamento metropolitano e das políticas urbanas e regionais. Juntamente com a expansão urbana periférica e precária na metrópole paulistana, foi marcante o crescimento e a consolidação dos assentamentos informais, que se expandiram sobre áreas de baixa valorização imobiliária, estendendo-se sobre áreas de preservação, margens e leitos de rios, entorno de represas e áreas de proteção ambiental. Essas ocupações traziam risco para os moradores e para a conservação do meio ambiente.

Os esforços de gestão do território e de regulamentação da ocupação urbana mostraram-se insuficientes e, por vezes, até mesmo perversos, por terem como resultado o inverso dos objetivos pretendidos, mostrando-se incapazes de coibir a expansão urbana predatória. Tornava-se cada vez mais urgente a realização de projetos que garantissem habitação adequada às famílias de mais baixa renda que ocupavam essas áreas de forma crescente e irregular e, ao mesmo tempo, promovessem a recuperação de áreas de preservação, córregos, represas e rios. Esse foi o objetivo do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga.

Situada na Região Metropolitana de São Paulo, a área da Bacia do Guarapiranga abrange parte dos municípios de São Paulo, Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba e São Lourenço da Serra[23]. Juntamente com a Represa Billings, a Guarapiranga é responsável por abastecer 5,6 milhões de pessoas nas zonas Sul e Sudoeste da capital[24].

Em 1991, o Censo IBGE indicava que cerca de 600 mil pessoas viviam na região da Bacia do Guarapiranga, 450 mil apenas no Município de São Paulo, o que correspondia a 73% do total de habitantes da Bacia e 5% da população da capital do estado.
A legislação vigente na época não permitia a ampliação da área passível de implantação de redes de água e esgoto nas proximidades da Bacia, com o intuito de protegê-la. Contudo, a proliferação e a consolidação dos assentamentos informais constituíam um imenso bolsão de pobreza, que contribuía para a poluição do manancial.

Em janeiro de 1991, uma floração extraordinária de algas tomou conta da Represa. Era o sinal do imenso comprometimento das águas. A SABESP, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, iniciou o Programa de Saneamento e Recuperação Ambiental da Bacia do Guarapiranga, com o objetivo de executar uma série de obras de infraestrutura para reduzir a poluição do reservatório, priorizando especialmente equacionar a questão do esgoto e diminuir processos erosivos.

Paralelamente, o Governo do Estado buscava efetivar um contrato de financiamento com o Grupo Banco Mundial, por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para viabilizar a realização de uma série de ações e obras de recuperação socioambiental. Em dezembro de 1992 foi assinado o contrato de financiamento entre o Governo do Estado de São Paulo e o BIRD, além dos demais contratos de repasse entre o governo estadual e os órgãos executores (SABESP, CDHU, Secretaria do Meio Ambiente e Prefeitura de São Paulo), tendo a Unidade de Gestão do Programa (UGP), vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos.

O contrato estipulou um orçamento inicial de US$ 262 milhões – dos quais US$ 130,9 milhões financiados pelo BIRD – para a implementação conjunta de obras com um cronograma de execução previsto para cinco anos, entre os períodos que se estenderiam de 1993 a 1997[25].

A atuação da CDHU no Programa foi um marco significativo para revisão e definição de novos paradigmas de projeto e intervenção.

Em uma ação intersetorial, coordenada pela Secretaria de Recursos Hídricos e com a ativa participação da Prefeitura do Município de São Paulo, a CDHU assumiu duas frentes de atuação:

– A realização da urbanização de favelas nos municípios de Itapecerica da Serra, Embu das Artes e Embu Guaçu, uma vez que os municípios não tinham condições técnicas e administrativo-financeiras para assumir o financiamento do BIRD;
– A promoção de empreendimentos de reassentamento habitacional de apoio às intervenções, tanto nesses municípios como no município da capital.

A realização de projetos de urbanização de favelas, numa área crítica como a de proteção dos mananciais da Represa de Guarapiranga, demandou a criação de estruturas especiais e uma intensa discussão dos procedimentos de ação na Companhia.

Incialmente situada numa área de Projetos Especiais, que incluía em sua estrutura uma Gerência de Projetos, além da gestão do Programa propriamente dito, a responsabilidade sobre o Programa Guarapiranga foi transferida para uma área de Gestão de Programas, e a Unidade de Projetos acabou por ser reintegrada à Superintendência de Projetos da CDHU, ambas na mesma Diretoria de Planejamento e Projetos. Posteriormente, a área de gestão foi transferida para a Vice-Presidência.

Foi necessário um esforço expressivo no que se refere tanto à aplicação e prestação de contas de recursos do financiamento internacional (Banco Mundial) quanto a posteriores iniciativas adotadas que redundaram na captação de recursos federais (Programa Habitar Brasil), para suprir com recursos não onerosos parte da contrapartida estadual.

Parcerias foram estabelecidas no processo de gestão com os municípios, tanto para o repasse das obras de urbanização após sua conclusão como para definição de soluções também especiais de

reassentamento habitacional. Em Itapecerica da Serra, por exemplo, após um processo de análise de viabilidade e diálogo com a população, algumas famílias foram atendidas em um empreendimento da CDHU em Embu das Artes, seguindo com os cronogramas integrados de urbanização e reassentamento. Outras soluções envolveram a produção de empreendimentos em área de mananciais que foram definidos como não passíveis de venda e compra – para serem mantidos como propriedade e de gestão pública – e originaram modelagem de cessão onerosa sem opção de compra, com o devido acompanhamento social e com possibilidade de transmissão hereditária e resguardo do amplo direito à moradia dos beneficiários.

Os prazos iniciais previstos para a realização do Programa foram insuficientes e estenderam-se até o período seguinte. Em dezembro de 2002 registravam-se 1.481 unidades entregues, divididas entre os seguintes municípios: 1.133 em São Paulo; 81 em Itapecerica da Serra; 263 em Embu das Artes; e 4 em Embu Guaçu[26]. Nos núcleos urbanizados, 2.491 domicílios foram beneficiados por obras de infraestrutura urbana e reconstruções pontuais de moradias.

Urbanização de Favelas (UFAV)

Os investimentos para equacionar os problemas habitacionais em assentamentos precários tiveram seu primeiro impulso ainda em 1994, quando foi definido por lei estadual que 5% do total da arrecadação do adicional da alíquota do ICMS fosse destinado para a urbanização de favelas[27].

Nesse período, e tendo em vista o incremento expressivo dos assentamentos precários no estado, a urbanização se estabelece como alternativa viável para garantir mais qualidade de vida aos moradores desses assentamentos e minimizar o impacto ambiental de muitas ocupações – mesmo que sua efetivação dependesse do reassentamento parcial das famílias para novos empreendimentos habitacionais.

Um dos exemplos relevantes dessa linha de atuação, como já mencionado, foi o Programa Guarapiranga. Décadas depois das obras de intervenção e recuperação urbana, os antigos assentamentos precários da região foram consolidados em verdadeiros bairros integrados à malha urbana, com implantação de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos.

Seguindo essa mesma linha de atuação e aprimorando suas formas de abordagem, intervenção e recuperação urbana, a CDHU retomou e reformulou vários projetos de intervenção em favelas que já tinham tido seu início previsto no final da década de 1980, especialmente em São Bernardo do Campo e outros municípios do Grande ABC. Os de maior porte que tiveram impulso nesse período foram os desenvolvidos no Jardim Santo André (Santo André) e Vila Jacuí/União de Vila Nova (São Paulo).

O Jardim Santo André, localizado no Município de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, na divisa com áreas de mananciais e com o Parque do Pedroso, constituiu-se como um dos mais expressivos conjuntos de assentamentos precários nessa região. Esse conjunto de núcleos de favelas teve como origem a ocupação irregular de uma gleba adquirida pela CDHU para construção de conjuntos habitacionais. Sob forte pressão dos movimentos de moradia da região, as primeiras intervenções nessa área tiveram início ainda na década de 1980, com a construção de conjuntos habitacionais.

Entretanto, por volta de 1987, iniciou-se um massivo processo de invasões que resultou em um conjunto de ocupações com cerca de 32 mil habitantes, distribuídas em várias glebas, com um relevo extremamente acidentado. As primeiras intervenções da CDHU no Jardim Santo André, acontecidas nos anos 1980 com a implantação de unidades habitacionais, compunham um grande projeto que foi interrompido diante do fato consumado e do porte das ocupações realizadas.

A partir de 1997, com o início de configuração de uma área de gestão de programas especiais na CDHU e tendo por base o início de trabalhos técnicos interdisciplinares que vinham buscando uma solução para reencaminhar a ação na área, houve a oportunidade de captação de recursos federais a fundo perdido para dar início à urbanização e recuperação de favelas nessa área, por meio do Programa Habitar Brasil.

A contratação foi firmada no final do ano e, a partir de 1998, uma nova diretriz de intervenção foi configurada para esses assentamentos, passando a incluir empreendimentos de reassentamento habitacional para substituição de parte das moradias e dos projetos de urbanização e recuperação das áreas passíveis de consolidação, contratados de forma articulada com o desenvolvimento do cadastramento das famílias e estratégia de trabalho social de apoio à intervenção. As diretrizes de ação envolveram intensa interlocução com a administração municipal, como o Ministério Público e órgãos ambientais, e o projeto – denominado Urbanização Integrada do Jardim Santo André – passou a incluir não só as modalidades de atendimento habitacional e urbanização dos assentamentos como também a necessária implantação de um parque para recuperação e preservação das faixas limites da gleba – inviáveis para qualquer ocupação urbana e imprescindíveis à qualidade ambiental da região.

A despeito dos esforços realizados, entretanto, a área se manteve sob intensa pressão de ocupação, e o ritmo de viabilização das novas unidades não alcançou a agilidade pretendida. Com isso, no início de 2000, um mapeamento do IPT identificou 30 setores

em áreas de risco, com graus médio, alto e muito alto, ocupados por 2.500 famílias. As intervenções passaram a se dedicar à estabilização dessas áreas, ao mesmo tempo que prosseguiam o reassentamento das famílias e as obras de urbanização, com implantação de infraestrutura urbana de água, esgoto, sistema viário, áreas de lazer.

Mesmo com essa série de intervenções, os assentamentos precários continuaram a crescer e a se consolidar, exigindo uma revisão do plano de intervenções. Assim, em 2008, a CDHU deu início a um novo período de intervenções no Jardim Santo André com término previsto entre 2018 e 2020, o que o torna um dos principais projetos de urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental já executados pela CDHU na Região Metropolitana de São Paulo.

No caso de Vila Jacuí/União de Vila Nova, localizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, a intervenção foi iniciada no âmbito de uma ampla ação de governo, configurada a partir de 1995, quando ocorreram intensas inundações na área conhecida como Jardim Pantanal.

Essa ocorrência, que manteve vários bairros irregulares e precários na Zona Leste da capital sob as águas por meses, chamou a atenção para a necessidade de uma atuação mais articulada entre a preservação e a recuperação da Várzea do Rio Tietê e o equacionamento da expansão urbana que vinha ocorrendo na região por meio de aterros e construções irregulares.

Em 1995, o início dessa ação envolveu a CDHU e o DAEE. Para os setores inundáveis, com base no Decreto nº 42.789/98 foram previstas ações de remoção de famílias, implantação de parques e medidas de drenagem. A ação da SH/CDHU nesses setores concentrou-se na viabilização do arrolamento e cadastramento das famílias que ocupavam as áreas mais problemáticos dos setores inundáveis e na remoção daquelas que ocupavam áreas críticas de inundação indicadas e delimitadas pelo DAEE. Essas famílias foram reassentadas em novas unidades habitacionais promovidas pela CDHU, com apoio de um conjunto de alojamentos instalado sobre uma parcela do Parque Ecológico que estava descaracterizada para a função de Parque.

Cerca de mil famílias foram removidas dessas áreas críticas nos anos seguintes, aproximadamente metade delas para unidades da Companhia em empreendimentos em conclusão na época, sem público-alvo definido:

– São Miguel Paulista E 6: 51 unidades entregues para as famílias do Jardim Novo Horizonte (out/1998);
– Itaquera B6: 448 unidades entregues para as famílias do Jardim Romano, Chácara Três Meninas, Jardim Pantanal e Cotovelo do Pantanal (out/1998 a dez/1998).

As demais 500 famílias foram para alojamentos provisórios instalados pela Defesa Civil do estado em área do Parque Ecológico do Tietê, que havia tido sua função como Parque descaracterizada, em função de aterros e bota-fora realizados ao longo do tempo e da própria retificação do Rio Tietê nesse trecho da várzea.

A sugestão dessa implantação partiu da própria Secretaria de Recursos Hídricos, e as demais secretarias de governo aceitaram tal proposição, pois esses alojamentos funcionariam como "pulmão" para a intervenção.

Tais alojamentos foram destinados às famílias removidas do Pantanal São Martinho e Cotovelo do Pantanal, entre novembro e dezembro de 1998.

No mesmo período, houve uma diretriz de governo para que a CDHU assumisse duas responsabilidades nesse trecho do Parque descaracterizado de suas funções originais: a implantação de unidades habitacionais em empreendimentos a serem edificados no trecho depois denominado Vila Jacuí A; e a urbanização e recuperação dos assentamentos irregulares que haviam tomado todo o restante da área – denominada Vila Jacuí B.

Assim, as famílias removidas para esses alojamentos provisórios foram reassentadas em novas unidades (sobrados) construídas pela CDHU na Vila Jacuí e entregues entre agosto de 2001 e dezembro de 2002.

Merece destaque nesse quadro a urbanização da área da Vila Jacuí B. Essa área tem uma superfície de 908 mil metros quadrados e nela residem cerca de 32 mil pessoas, tendo sido definida – após o escopo da intervenção do estado – como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pela legislação municipal. Além da precariedade das moradias, o local sofria alagamentos constantes na época de chuvas, colocando as famílias em situação de risco e extrema vulnerabilidade.

Conceber a proposta de urbanização desses assentamentos irregulares demandou ação integrada com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. A implantação da urbanização deu-se ao longo dos períodos seguintes, tendo suas obras concluídas após 2007. Apenas depois da conclusão dos estudos hidrológicos e da viabilização de soluções para a drenagem da área é que a CDHU pôde planejar as intervenções e passar à urbanização efetiva. Um eficiente sistema de microdrenagem foi projetado e executado, constituindo-se de canais superficiais a céu aberto, complementados pelos dispositivos de escoamento superficial da águas pluviais através das vias públicas.

Foram executadas obras de infraestrutura viária, implantação de parques e outras áreas de lazer, além de novas unidades habita-

cionais para atender as famílias que viviam em áreas de risco. Ao todo, 8.310 famílias foram atendidas e toda a área foi urbanizada. Entre elas, 3.010 receberam novas unidades habitacionais, e 5.300 residências que permaneceram no local receberam infraestrutura completa a partir das obras de urbanização.

Programa de Atuação em Cortiços (COR)

Em 1998, a CDHU havia iniciado o Programa de Atuação em Cortiços. Para orientar a realização desse Programa, a Companhia promoveu em 2001 a realização de uma pesquisa da Fundação SEADE que apontou a existência de 24 mil cortiços na cidade de São Paulo, onde viviam 160 mil famílias (cerca de 590 mil pessoas), significando que 6% da população urbana vivia em condições precárias, com sérias dificuldades de convívio, sujeitas à violência e ao precário uso coletivo de serviços sanitários em geral. Os dados revelavam ainda que essa população possuía renda muito baixa, com 54% sobrevivendo com renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos.

Em 2002, foi firmado contrato de financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que permitiu um aporte de recursos ao Programa na ordem de US$ 59 milhões, sendo US$ 23 milhões de financiamento do BID e US$ 36 milhões de contrapartida do Governo do Estado, por meio da CDHU.
Com isso, foi possível aprimorar e ampliar a intervenção nesse tipo de sub-habitação.

Na época, com metodologia própria, foi feito largo levantamento diagnóstico avaliando características urbanas, fundiárias e sociais, como concentração de edificações encortiçadas contíguas e a possibilidade de intervenção imediata. A partir de então foram definidos nove setores básicos para a intervenção na capital: Belém, Brás, Barra Funda, Bela Vista, Cambuci, Mooca, Liberdade, Santa Cecília, Pari, e um na cidade de Santos.

Diferentemente do trabalho em outros programas e projetos habitacionais do estado, cada grupo específico teve um tipo de atendimento, como:

1. Unidade construída e/ou reformada pela CDHU;
2. Carta de Crédito destinada à aquisição de imóvel existente no mercado formal;
3. Ajuda de Custo para famílias com renda insuficiente ou sem interesse em assumir financiamento habitacional.

Em qualquer alternativa, o trabalho técnico da equipe social da CDHU foi fundamental para o sucesso do Programa, pois os cortiços apresentavam inúmeras dificuldades e alta rotatividade ocupacional, o que tornava mais difícil o estabelecimento de vínculos e convivência entre os moradores.

Por isso, além do atendimento habitacional, foi instituído um conjunto de ações pedagógicas para auxiliar as famílias, como apoio à gestão do condomínio e programas de geração de renda.

Os projetos de arquitetura e urbanismo desenvolvidos no âmbito do Programa – tanto por técnicos da Companhia como por escritórios contratados e supervisionados pela CDHU – foram implementados em terrenos com diferentes dimensões e potenciais de ocupação, resultando em várias tipologias construtivas de edifícios de cinco pavimentos a outros com até 14 pavimentos e elevadores. Os apartamentos tiveram também diversificação em seu programa arquitetônico, incluindo unidades habitacionais com um ou dois dormitórios ou quitinete.

As tipologias concebidas foram diferenciadas e inéditas na CDHU e configuraram importantes exemplos de projetos de habitação social em lotes urbanos – resultando na reabilitação e revitalização das áreas centrais da cidade.

Neste Programa, a CDHU retomou experiência da década de 1980 com projetos de reciclagem de edifícios na área central. A meta previa atendimento a 5 mil famílias, mas a revisão de aportes em 2009 – tanto do BID quanto da CDHU – determinou sua redução. Desse modo, somadas as modalidades Carta de Crédito e unidades em empreendimentos construídos e reformados pela CDHU, em 2010 o Programa atingiu o total de 2.740 famílias atendidas.

Programa QUALIHAB

Foi neste período que teve início outra inovação paulista para a qualidade das moradias: o QUALIHAB – Programa da Qualidade da Construção Habitacional do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto nº 41.337, de 25 de novembro de 1996, voltado para a melhoria contínua da produção habitacional de interesse social.

O Programa foi estruturado contando com uma Coordenação Geral e três comitês:

– Comitê de Projetos e Obras – congregava as entidades representativas das empresas de construção e projetos;
– Comitê de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – reunia as entidades dos produtores de insumos para as obras e de sistemas construtivos;
– Comitê Interno – encarregado de implantar um sistema de Gestão da Qualidade na CDHU.

Com suporte técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) e utilizando o poder de compra da Companhia no mercado da construção civil, o Programa QUALIHAB buscou estimular os segmentos do meio produtivo a estabelecer

um processo contínuo de melhoria, formalizado ao longo do tempo por meio de acordos setoriais para o alcance das metas de qualidade de cada um dos setores representados.

Garantir a qualidade das habitações construídas pelo estado foi o compromisso central do QUALIHAB, tendo como princípio garantir à população de baixa renda o direito à moradia de boa qualidade, durável e adaptável à evolução familiar. O objetivo era assegurar que a qualidade do produto final da CDHU estivesse presente em todas as suas fases, desde a concepção até a execução.

Além disso, ao estabelecer padrões de qualidade para o mercado, o QUALIHAB beneficiou não apenas o público atendido pela CDHU, mas todos os consumidores de materiais de construção.

Entre as entidades que aderiram ao Programa e firmaram acordos setoriais, vale destacar as dos setores de barras e fios de aço, tubos e conexões de PVC, esquadrias metálicas, blocos de concreto, blocos e telhas de cerâmica, fios e cabos elétricos, louças e metais sanitários, e tintas imobiliárias, para citar apenas os produtos de maior incidência nas obras da Companhia. Além dessas, firmaram acordos também diversas entidades de engenharia e arquitetura para desenvolver programas nos campos de geotécnica, fundações, topografia, construção civil e gerenciamento de obras.

A partir de 2007 foi criada a Comissão de Avaliação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos, subordinada ao Comitê de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (CMCS) do QUALIHAB, responsável por promover, avaliar e recomendar materiais, componentes e sistemas construtivos para os empreendimentos habitacionais da CDHU que não estivessem participando de Programas Setoriais da Qualidade do Programa QUALIHAB.

O modelo desenvolvido em São Paulo de forma pioneira na década de 1990 foi adotado por outros estados e também deu origem a iniciativas do governo federal, através dos Programas Brasileiros de Qualidade e Produtividade – PBQP-H Habitat. A Caixa Econômica Federal, inspirada no Programa, decidiu exigir certificação da qualidade das empresas construtoras nos financiamentos habitacionais, medida que entrou em vigor em julho de 2001.

Em suma, o período 1995-2000 lançou muitas das bases da atuação da CDHU, que são verificadas até o período atual. Além das mais de 130 mil unidades entregues e da ênfase ao mutirão associativo, as inovações representadas pela Lei do Sorteio, pela criação do QUALIHAB, pela implementação de ações em favelas e cortiços e pela revisão da atuação regional tiveram prosseguimento e se mantêm até o período atual.

Notas

17. A média anual de 22 mil unidades foi verificada tanto no período 1989-1994 como no intervalo entre 1995 e 2000.
18. Fonte: Dados SSI/GGI.
19. Dados fornecidos pela área de Gestão de Pessoas da CDHU.
20. Fonte: NP 04 – Estrutura Organizacional da Companhia, janeiro de 2015, e Ato da Presidência nº 195 de dezembro de 1995.
21. O Projeto de Lei do Sorteio foi apresentado em 1995 e aprovado e promulgado em 1999.
22. Fonte: Entrevista concedida em 2014 por Barjas Negri, ex-presidente da CDHU.
23. SMA. Guarapiranga Sustentável. In:<http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/Default.aspx?idPagina=7756>.
24. In: <www.sabesp.com.br>Complexo Metropolitano > Guarapiranga>.
25. Projeto de Lei no 01-0264/1992. Anexo III, Folha 10. In:<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1992/00/00/07/QW/000007QWR.PDF>.
26. Estavam em obras ainda mais 735 unidades na cidade de São Paulo, que, somadas às anteriores, totalizaram 2.216 unidades de reassentamento.
27. III – o artigo 7º da Leinº 6.556, de 30 de novembro de 1989, alterado pela Lei no. 7.003, de 27 de dezembro de 1990.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Quinto Período

SH4 (Programa Secretaria da Habitação 4)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina H	Pres. Prudente	112	1996
Adamantina I	Pres. Prudente	199	1996
Adolfo B	S. J. do Rio Preto	18	1996
Adolfo C	S. J. do Rio Preto	76	1996
Águas da Prata C2	Campinas	64	1997
Águas de Santa Bárbara A	Sorocaba	130	1997
Altair A	Barretos	15	1994
Altair B	Barretos	33	1994
Altinópolis C	Ribeirão Preto	300	1997
Alto Alegre B	Araçatuba	60	1996
Alto Alegre C	Araçatuba	27	1998
Álvares Florence C	S. J. do Rio Preto	20	1995
Anhembi E01	Sorocaba	140	1996
Anhembi E02	Sorocaba	50	1997
Anhumas C	Pres. Prudente	16	1996
Anhumas D	Pres. Prudente	42	1996
Aparecida A	S. J. dos Campos	160	1997
Aparecida d'Oeste D	S. J. do Rio Preto	79	1997
Araçatuba A02	Araçatuba	10	1996
Aramina C	Franca	116	1998
Arandu B1	Sorocaba	100	1997
Araraquara G	Central	352	1997
Araraquara H1	Central	160	1997
Araraquara H2	Central	256	1997
Areiópolis A e B	Sorocaba	261	1997
Ariranha B	S. J. do Rio Preto	98	1998
Atibaia C	Campinas	125	1997
Avaré C	Sorocaba	91	1995
Balbinos B	Bauru	24	1996
Barbosa C	Araçatuba	58	1995
Barra Bonita C01	Bauru	456	1997
Barretos B7	Barretos	480	1998
Bastos D	Marília	166	1996
Batatais G01 e G02	Franca	260	1998
Birigui C01	Araçatuba	1.215	1996
Bocaina D2	Bauru	107	1996
Bofete A2	Sorocaba	74	1996
Bom Sucesso de Itararé A	Sorocaba	150	1998
Boraceia B	Bauru	143	1997
Borborema A	Central	59	1997
Borebi A	Bauru	80	1996
Bragança Paulista C1	Campinas	302	1997
Bragança Paulista C2	Campinas	210	1997
Brotas B	Campinas	193	1997
Brotas C	Campinas	52	1995
Buritizal B	Franca	100	1995
Caçapava B	S. J. dos Campos	84	1997
Caçapava C	S. J. dos Campos	119	1997
Cachoeira Paulista B1	S. J. dos Campos	180	1997
Cafelândia A	Bauru	320	1996
Cafelândia B	Bauru	30	1995
Caieiras A3	RMSP	568	1997
Caiuá C	Pres. Prudente	65	1996
Cajamar B3	RMSP	280	1998

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Cajati A e C	Registro	475	1998
Cajobi A03	Barretos	95	1996
Canitar A2	Marília	9	1994
Capela do Alto A2	Sorocaba	156	1994
Capivari A3	Campinas	42	1996
Casa Branca G	Campinas	64	1996
Cássia dos Coqueiros A2	Ribeirão Preto	15	1995
Cerqueira César C	Sorocaba	62	1997
Cerquilho D	Sorocaba	300	1997
Charqueada B2	Campinas	14	1996
Colômbia B	Barretos	80	1997
Colômbia C	Barretos	38	1997
Conchas D1	Sorocaba	208	1996
Cosmorama A2	S. J. do Rio Preto	63	1997
Cruzália A1	Marília	118	1996
Cruzeiro F	S. J. dos Campos	52	1997
Descalvado D	Central	238	1998
Divinolândia A3 e B	Campinas	54	1997
Dois Córregos C	Bauru	145	1998
Duartina B1	Bauru	375	1996
Duartina B2	Bauru	150	1996
Echaporã D	Marília	43	1996
Elias Fausto D	Campinas	150	1997
Embaúba A01	Barretos	72	1997
Embu K	RMSP	304	1998
Emilianópolis A	Pres. Prudente	81	1996
Espirito Santo do Pinhal A	Campinas	373	1998
Estrela d'Oeste D e E	S. J. do Rio Preto	54	1997
Fernando Prestes A02	Central	10	1996
Floreal A	S. J. do Rio Preto	86	1996
Florinea B	Marília	94	1996
Francisco Morato A*	RMSP	288	1996
Francisco Morato C*	RMSP	200	1997
Garça D01	Marília	60	1996
Getulina A	Bauru	46	1997
Guaimbê D	Bauru	42	1997
Guapiaçu B1	S. J. do Rio Preto	52	1996
Guapiara A	Sorocaba	57	1996
Guaratinguetá B4	S. J. dos Campos	400	1997
Guaratinguetá B6	S. J. dos Campos	229	1997
Guarulhos B02	RMSP	448	1998
Herculândia B	Marília	245	1998
Iacri E	Marília	56	1996
Iacri F	Marília	63	1996
Ibirá B	S. J. do Rio Preto	64	1996
Ibirá C	S. J. do Rio Preto	16	1996
Icem C1	S. J. do Rio Preto	162	1997
Igaraçu do Tietê C	Bauru	200	1998
Igarapava D	Franca	72	1996
Iguape B	Registro	300	1998
Indaiatuba C1*	RM Campinas	584	1997
Indaiatuba D1	RM Campinas	150	1996
Indaiatuba D2	RM Campinas	177	1996
Indiana C	Pres. Prudente	28	1997
Iperó B1	Sorocaba	160	1998
Ipuã C	Franca	300	1997
Ipuã D	Franca	50	1995
Irapuã B	S. J. do Rio Preto	78	1996
Irapuã C1	S. J. do Rio Preto	128	1996
Irapuru C	Pres. Prudente	182	1994
Itabera C1	Sorocaba	100	1996
Itaí B	Sorocaba	162	1997
Itaju A	Bauru	44	1995
Itanhaém C2	Santos	580	1996
Itaoca A1	Sorocaba	48	1997
Itapetininga F1	Sorocaba	101	1996
Itapetininga F2	Sorocaba	160	1998
Itapira C	Campinas	25	1996
Itapira D	Campinas	39	1996
Itapira F	Campinas	32	1996
Itapira G1	Campinas	300	1997
Itápolis D3	Central	182	1997
Itaporanga A	Sorocaba	159	1997
Itapuí B1	Bauru	161	1998
Itapura A, B e C	Araçatuba	4	1994
Itaquaquecetuba E04	RMSP	224	1998
Itararé B	Sorocaba	151	1997
Itariri B	Registro	44	1996
Itariri C	Registro	55	1996
Itatiba A04	RM Campinas	140	1998
Itatiba B1*	RM Campinas	177	1998
Itirapina A	Campinas	96	1996
Ituverava B	Franca	113	1993
Ituverava C, D1, E, F1 e G1	Franca	849	1998
Jaborandi B	Barretos	64	1996
Jaboticabal A*	Ribeirão Preto	604	1996
Jacareí D	S. J. dos Campos	600	1998
Jaci A1	S. J. do Rio Preto	100	1997
Jales E	S. J. do Rio Preto	466	1997
Jandira A	RMSP	128	1998
Jarinu C1	Campinas	11	1995
Jarinu C2	Campinas	9	1995
Jumirim A	Sorocaba	69	1998
Junqueirópolis A2	Pres. Prudente	40	1994
Laranjal Paulista A	Sorocaba	107	1998
Laranjal Paulista C	Sorocaba	61	1998
Lençóis Paulista B3	Bauru	250	1996
Limeira E	Campinas	1.200	1998
Lindoia A2	Campinas	64	1995
Lourdes A2	Araçatuba	9	1996

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Lourdes B	Araçatuba	36	1996
Lucélia B1	Pres. Prudente	300	1997
Lucianópolis B2	Bauru	92	1996
Lupércio D	Marília	32	1997
Lutécia B1	Marília	100	1997
Macedônia B	S. J. do Rio Preto	68	1997
Martinópolis C, D, E e F	Pres. Prudente	85	1996
Martinópolis C, D, E e F	Pres. Prudente	245	1994
Matão H	Central	64	1996
Matão I	Central	128	1996
Mauá C1	RMSP	1.024	1997
Mesópolis C	S. J. do Rio Preto	54	1996
Miguelópolis C	Franca	163	1997
Mira Estrela B	S. J. do Rio Preto	50	1995
Miracatu A2	Registro	33	1996
Miracatu B	Registro	87	1901
Mirassolândia B	S. J. do Rio Preto	67	1997
Mogi das Cruzes C1	RMSP	580	1998
Mogi das Cruzes D	RMSP	200	1998
Mombuca B	Campinas	58	1995
Monções A	S. J. do Rio Preto	79	1998
Mongaguá D	Santos	352	1900
Monte Alegre do Sul B	Campinas	14	1997
Monte Alto B1	Ribeirão Preto	54	1998
Monte Castelo B	Pres. Prudente	64	1996
Nipoã B1	S. J. do Rio Preto	50	1996
Nova Aliança A	S. J. do Rio Preto	107	1996
Nova Aliança B	S. J. do Rio Preto	32	1996
Nova Campina A	Sorocaba	180	1997
Nova Europa A2	Central	34	1994
Óleo B1	Marília	25	1997
Onda Verde B	S. J. do Rio Preto	150	1997
Orindiúva B	S. J. do Rio Preto	192	1997
Orlândia C	Franca	233	1997
Oscar Bressane C	Marília	48	1994
Oscar Bressane D	Marília	43	1998
Ouro Verde B	Pres. Prudente	90	1996
Pacaembu A	Pres. Prudente	164	1997
Pacaembu B	Pres. Prudente	147	1998
Palestina B	S. J. do Rio Preto	99	1997
Palmares Paulista A1	S. J. do Rio Preto	140	1996
Palmares Paulista A2	S. J. do Rio Preto	80	1998
Palmital B1	Marília	202	1997
Panorama E1	Pres. Prudente	64	1998
Paraguaçu Paulista F*	Marília	252	1997
Paraguaçu Paulista G	Marília	26	1998
Pariquera Açu A	Registro	96	1994
Parisi A	S. J. do Rio Preto	69	1997
Patrocínio Paulista B	Franca	200	1997
Paulínia A	RM Campinas	210	1998

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Paulo de Faria D2	S. J. do Rio Preto	52	1995
Paulo de Faria E1	S. J. do Rio Preto	206	1997
Pederneiras C1 e C2	Bauru	600	1997
Pedranópolis B	S. J. do Rio Preto	21	1997
Pedreira C2, E1, F1 e G*	RM Campinas	450	1998
Pedrinhas Paulista A	Marília	100	1997
Piedade C1	Sorocaba	200	1997
Pindamonhangaba C	S. J. dos Campos	418	1997
Pindorama C	S. J. do Rio Preto	221	1998
Piquerobi C	Pres. Prudente	33	1997
Piracicaba C*	Campinas	500	1997
Piraju D	Sorocaba	100	1996
Pirangi A2	Barretos	7	1992
Pirangi B	Barretos	100	1997
Pirassununga C1, D e E	Campinas	76	1997
Poloni B1	S. J. do Rio Preto	100	1996
Pompeia A	Marília	288	1997
Pongai B1	Bauru	59	1997
Pontal B	Ribeirão Preto	380	1997
Populina B	S. J. do Rio Preto	142	1997
Porangaba A3	Sorocaba	22	1995
Porto Feliz B1 (C)	Sorocaba	110	1997
Pratania A (São Manuel C)	Sorocaba	32	1996
Presidente Bernardes B	Pres. Prudente	240	1998
Presidente Bernardes D	Pres. Prudente	56	1996
Presidente Epitácio C	Pres. Prudente	205	1996
Presidente Prudente J	Pres. Prudente	304	1997
Presidente Prudente L	Pres. Prudente	256	1997
Presidente Venceslau D2 e F	Pres. Prudente	194	1998
Promissão A	Bauru	316	1996
Queluz B	S. J. dos Campos	32	1998
Quintana B	Marília	92	1996
Rancharia D e E	Pres. Prudente	80	1998
Registro B	Registro	342	1998
Ribeirão Corrente A	Franca	77	1996
Ribeirão dos Índios A1*	Pres. Prudente	30	1994
Rifaina B	Franca	77	1996
Rinópolis B E C	Marília	64	1998
Rosana A2	Pres. Prudente	16	1997
Sabino B1	Bauru	114	1997
Sagres B	Pres. Prudente	32	1996
Sales D1	S. J. do Rio Preto	150	1996
Salto C1	Sorocaba	200	1998
Salto C2	Sorocaba	203	1996
Salto Grande B	Marília	81	1997
Sandovalina B	Pres. Prudente	60	1997
Santa Albertina B	S. J. do Rio Preto	117	1997
Santa Lúcia A	Central	165	1998
Santa Mercedes A	Pres. Prudente	102	1996
Santo Anastácio B	Pres. Prudente	80	1996

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Santo Anastácio C	Pres. Prudente	107	1996
Santo André A05, A06 e A07	RMSP	860	1999
Santos B*	Santos	504	1998
São Bento do Sapucaí A	S. J. dos Campos	42	1996
São Carlos G	Central	60	1997
São Francisco D	S. J. do Rio Preto	67	1997
São João das Duas Pontes B	S. J. do Rio Preto	64	1997
São José da Bela Vista C	Franca	200	1996
São José do Rio Pardo E1	Campinas	250	1997
São José do Rio Preto F	S. J. do Rio Preto	247	1998
São José do Rio Preto G	S. J. do Rio Preto	490	1998
São José dos Campos A2	S. J. dos Campos	40	1998
São Luiz do Paraitinga A	S. J. dos Campos	31	1996
São Miguel Arcanjo E	Sorocaba	177	1997
São Pedro do Turvo E1	Marília	20	1998
São Sebastião C2	S. J. dos Campos	85	1997
São Sebastião da Grama C	Campinas	212	1997
São Simão D	Ribeirão Preto	160	1997
Serrana B2	Ribeirão Preto	192	1998
Sorocaba D1	Sorocaba	515	1997
Sorocaba D2	Sorocaba	56	1996
SP-Brasilândia B08	RMSP	224	1998
SP-Butantã D02	RMSP	344	1998
SP-Campo Limpo A04	RMSP	384	1997
SP-Campo Limpo A05	RMSP	288	1997
SP-Campo Limpo C02	RMSP	256	1997
SP-Itaquera B06	RMSP	448	1998
SP-Jaraguá A04/CIC	RMSP	240	1998
SP-São Miguel Paulista E06	RMSP	368	1998
Taciba B2/C1	Pres. Prudente	200	1998
Tapiraí B	Sorocaba	106	1997
Taquaritinga D	Central	170	1996
Taquaritinga E	Central	213	1998
Taquarituba B	Sorocaba	93	1997
Taquarituba B2, C e D	Sorocaba	232	1997
Taubaté A3	S. J. dos Campos	512	1998
Taubaté A4	S. J. dos Campos	512	1998
Torrinha E	Campinas	222	1998
Três Fronteiras D	S. J. do Rio Preto	173	1997
Tupi Paulista B	Pres. Prudente	108	1997
Urania A	S. J. do Rio Preto	65	1997
Urupês C	S. J. do Rio Preto	50	1996
Valinhos G, H e I	RM Campinas	25	1993
Valinhos G, H e I	RM Campinas	250	1997
Viradouro C	Barretos	261	1997
Votorantim B1	Sorocaba	194	1998
Zacarias A	S. J. do Rio Preto	57	1995
		50.908	

SM (Programa Sonho Meu)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina J1	Pres. Prudente	300	2002
Aguaí F	Campinas	155	2002
Águas de Santa Bárbara A2	Sorocaba	13	1999
Águas de Santa Bárbara B1	Sorocaba	37	2002
Águas de Santa Bárbara B2	Sorocaba	5	2002
Agudos A1	Bauru	42	2002
Agudos A2	Bauru	60	2001
Alambari A	Sorocaba	80	2002
Alfredo Marcondes C	Pres. Prudente	90	2001
Altair C	Barretos	98	2002
Altinópolis F	Ribeirão Preto	50	2002
Alto Alegre B2	Araçatuba	12	1998
Alvinlândia B	Marília	54	2002
Amparo C	Campinas	83	2002
Angatuba C1 e C2	Sorocaba	238	2001
Angatuba D	Sorocaba	51	2001
Anhembi E03	Sorocaba	30	1998
Anhembi E04	Sorocaba	58	2001
Araçatuba B05	Araçatuba	160	2001
Araçatuba D	Araçatuba	288	2002
Arandu B2	Sorocaba	75	2000
Arapeí A	S. J. dos Campos	35	2003
Arco-Íris A	Marília	69	2001
Arealva C	Bauru	184	2000
Aspásia A	S. J. do Rio Preto	33	1998
Assis D1	Marília	256	2002
Assis D2	Marília	128	2002
Assis D3	Marília	128	2002
Auriflama A3	Araçatuba	96	2001
Avanhandava A	Araçatuba	70	2002
Bálsamo A	S. J. do Rio Preto	95	2000
Bananal A	S. J. dos Campos	128	2001
Barbosa A	Araçatuba	104	2002
Barrinha C01	Ribeirão Preto	120	2000
Bauru G	Bauru	448	2097
Bilac C	Araçatuba	21	2001
Birigui C02	Araçatuba	69	2001
Boa Esperança do Sul D	Central	52	2001
Boituva E1	Sorocaba	120	2002
Borborema B	Central	16	2002
Borebi A02	Bauru	29	1998
Botucatu B02 e B03	Sorocaba	504	1998
Botucatu D	Sorocaba	86	1998
Bragança Paulista D	Campinas	236	2001
Braúna	Araçatuba	22	2002
Braúna A	Araçatuba	50	2000
Braúna A2	Araçatuba	28	2002
Buri E	Sorocaba	42	1999

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Buritama C1	Araçatuba	150	2002
Buritama C2	Araçatuba	32	2002
Cachoeira Paulista B2	S. J. dos Campos	60	1999
Caconde A2	Campinas	30	2000
Caconde C	Campinas	65	2001
Cafelândia A2	Bauru	47	2000
Cafelândia B2	Bauru	10	1996
Caiuá D	Pres. Prudente	65	1999
Cajobi A02	Barretos	71	1998
Cajobi B	Barretos	70	1998
Campina do Monte Alegre A	Sorocaba	55	1996
Campina do Monte Alegre B	Sorocaba	139	2002
Campinas C3*	RM Campinas	96	2000
Campos do Jordão D	S. J. dos Campos	100	2000
Campos do Jordão E	S. J. dos Campos	240	2001
Campos do Jordão F	S. J. dos Campos	100	2001
Canas A1	S. J. dos Campos	75	2002
Cândido Mota B	Marília	108	1998
Cardoso C e D	S. J. do Rio Preto	51	2001
Cardoso E	S. J. do Rio Preto	112	1998
Casa Branca H	Campinas	134	2002
Cerqueira César D1	Sorocaba	198	2002
Cerqueira César D2	Sorocaba	99	2002
Clementina A	Araçatuba	76	1997
Clementina B e C	Araçatuba	92	2002
Conchas B2	Sorocaba	28	2002
Conchas B4	Sorocaba	21	2002
Coronel Macedo A1	Sorocaba	35	2002
Coronel Macedo A2	Sorocaba	64	2002
Cubatão A3	Santos	720	2002
Cubatão F e F2	Santos	48	2000
Cunha A	S. J. dos Campos	15	2002
Diadema F2 (Sanko)	RMSP	660	2002
Dirce Reis B	S. J. do Rio Preto	29	2002
Dolcinópolis B e C	S. J. do Rio Preto	82	1998
Dracena D	Pres. Prudente	92	1998
Dracena E	Pres. Prudente	76	1998
Echapora E	Marília	156	2000
Eldorado C	Registro	20	2001
Elias Fausto E	Campinas	70	2002
Elisiário B1	S. J. do Rio Preto	80	2000
Espírito Santo do Pinhal B	Campinas	23	2002
Estrela d'Oeste F1	S. J. do Rio Preto	50	2002
Estrela d'Oeste F2	S. J. do Rio Preto	64	2002
Fernandópolis D3	S. J. do Rio Preto	180	2002
Franca H1	Franca	256	2001
Franca H2	Franca	127	2001
Garça D02	Marília	31	1998
Garça F e G	Marília	276	2001
Glicério B, C e F	Araçatuba	99	1999

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Guaíra F	Barretos	106	1996
Guaíra H	Barretos	151	1998
Guaíra H2	Barretos	50	1998
Guaíra I	Barretos	31	2000
Guapiaçu C	S. J. do Rio Preto	104	2002
Guará D	Franca	27	2001
Guará E2	Franca	11	2002
Guaraçaí E	Araçatuba	177	2002
Guararema C	RMSP	60	2001
Guatapara A	Ribeirão Preto	32	1998
Hortolândia A	RM Campinas	1.465	1998
Iacri G	Marília	121	2002
Iaras A	Sorocaba	89	2002
Ibira A2	S. J. do Rio Preto	20	2000
Ibira E	S. J. do Rio Preto	18	2002
Ibirarema B1	Marília	40	2000
Ibirarema B2	Marília	60	2002
Icem C2	S. J. do Rio Preto	6	2000
Iepe D	Pres. Prudente	111	2002
Igarapava C2	Franca	59	2002
Igarapava D2	Franca	16	2001
Igarata B	S. J. dos Campos	18	2002
Iguape B2	Registro	23	2002
Ilha Solteira B1	Araçatuba	60	2001
Ilha Solteira B2	Araçatuba	60	2002
Indaiatuba C2	RM Campinas	80	2001
Indiaporã B, C e F	S. J. do Rio Preto	44	1998
Iperó B2	Sorocaba	80	2001
Ipiguá B	S. J. do Rio Preto	60	2002
Irapuã D	S. J. do Rio Preto	90	2000
Irapuru C2	Pres. Prudente	55	2002
Itabera C2	Sorocaba	26	2001
Itaí A2	Sorocaba	143	2000
Itapetininga C3	Sorocaba	288	2001
Itapetininga F3	Sorocaba	158	2001
Itapetininga G	Sorocaba	223	1999
Itapira G2	Campinas	57	2000
Itaporanga B1	Sorocaba	100	2002
Itariri D	Registro	30	2002
Itatinga E1	Sorocaba	102	2001
Itatinga E2	Sorocaba	100	2002
Itirapuã B	Franca	102	2003
Itu F1	Sorocaba	448	2002
Itupeva C	Campinas	160	2002
Ituverava G2	Franca	98	2001
Ituverava G3	Franca	35	2001
Jaborandi B2	Barretos	7	1996
Jaborandi C	Barretos	150	1999
Jaboticabal C1	Ribeirão Preto	45	2001
Jaci A2	S. J. do Rio Preto	17	2000

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Jaci B	S. J. do Rio Preto	60	2002
Jaci B2	S. J. do Rio Preto	30	2002
Jacupiranga D1	Registro	168	2002
Jacupiranga D2	Registro	67	2002
Jales G	S. J. do Rio Preto	96	1997
Jales J	S. J. do Rio Preto	70	2002
Jambeiro A	S. J. dos Campos	63	2001
Jardinópolis D	Ribeirão Preto	100	2002
Jaú J	Bauru	243	2000
Lagoinha A*	S. J. dos Campos	34	2002
Lavínia A	Araçatuba	64	1997
Lavrinhas E e F	S. J. dos Campos	53	2000
Lindoia B1*	Campinas	96	2002
Lorena A5	S. J. dos Campos	295	1997
Lourdes B	Araçatuba	2	1996
Lucélia C1	Pres. Prudente	156	2002
Lucélia D	Pres. Prudente	37	2002
Luiziânia A	Araçatuba	44	1996
Macatuba A	Bauru	160	1998
Macedônia C	S. J. do Rio Preto	20	1998
Macedônia D	S. J. do Rio Preto	41	1998
Mairinque A3	Sorocaba	33	2000
Meridiano C	S. J. do Rio Preto	146	1997
Meridiano D	S. J. do Rio Preto	29	1998
Mesópolis D	S. J. do Rio Preto	40	2002
Mineiros do Tietê C2 E C3	Bauru	75	2001
Mirandópolis B1	Araçatuba	200	2001
Mirassol C1	S. J. do Rio Preto	192	2001
Monções A2	S. J. do Rio Preto	7	2000
Mongaguá D2	Santos	48	2002
Morro Agudo B	Franca	16	1996
Morro Agudo C	Franca	16	1998
Morro Agudo D	Franca	47	2000
Motuca A	Central	89	1997
Murutinga do Sul D	Araçatuba	50	2001
Murutinga do Sul D2	Araçatuba	16	2002
Nantes C	Pres. Prudente	60	2001
Nhandeara F	S. J. do Rio Preto	75	2001
Nipoã B2	S. J. do Rio Preto	79	1998
Nova Aliança C	S. J. do Rio Preto	29	2000
Nova Aliança D	S. J. do Rio Preto	100	2002
Nova Aliança D2	S. J. do Rio Preto	30	2002
Nova Campina B1	Sorocaba	30	2002
Nova Canaã Paulista A	S. J. do Rio Preto	33	1998
Nova Guataporanga C	Pres. Prudente	50	2002
Nova Luzitânia B	Araçatuba	58	2001
Novais B	S. J. do Rio Preto	42	1998
Novais C	S. J. do Rio Preto	64	2002
Novo Horizonte B	S. J. do Rio Preto	251	1999
Novo Horizonte D	S. J. do Rio Preto	234	2001

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Ocauçu A	Marília	30	2002
Onda Verde B2	S. J. do Rio Preto	11	2001
Orlândia C2	Franca	75	2000
Orlândia D	Franca	183	2003
Oscar Bressane D3	Marília	49	2001
Osvaldo Cruz E	Pres. Prudente	130	2002
Osvaldo Cruz F	Pres. Prudente	124	2002
Ourinhos F	Marília	523	2000
Ouroeste B	S. J. do Rio Preto	71	2002
Palmares Paulista A3	S. J. do Rio Preto	40	2000
Palmares Paulista B	S. J. do Rio Preto	35	2002
Palmeira d'Oeste V D	S. J. do Rio Preto	250	2001
Palmital A	Marília	50	2001
Palmital B2	Marília	65	1998
Panorama E2	Pres. Prudente	48	2001
Panorama F	Pres. Prudente	34	2002
Paranapanema A e B	Sorocaba	250	1998
Paranapanema A2	Sorocaba	50	2000
Paranapanema A3	Sorocaba	60	2002
Paranapanema A4	Sorocaba	60	2002
Paranapanema A5	Sorocaba	60	2002
Paranapanema B2	Sorocaba	38	1999
Paranapanema D	Sorocaba	54	2002
Paranapuã D	S. J. do Rio Preto	98	2002
Pardinho B1	Sorocaba	123	2001
Pardinho B2	Sorocaba	11	2002
Patrocínio Paulista B2	Franca	78	2002
Paulistânia B	Bauru	54	2002
Paulo de Faria F	S. J. do Rio Preto	91	2002
Pederneiras C3	Bauru	205	2000
Pederneiras C4	Bauru	115	2005
Pedra Bela A	Campinas	84	1999
Pedranópolis C	S. J. do Rio Preto	32	2002
Pedregulho B	Franca	27	2001
Pedrinhas Paulista A2	Marília	18	2000
Pedro de Toledo A	Registro	54	2002
Penápolis G*	Araçatuba	500	1996
Penápolis H	Araçatuba	364	2002
Penápolis H2	Araçatuba	136	2002
Pereira Barreto E	Araçatuba	147	2002
Piacatu A	Araçatuba	68	2001
Piedade C2	Sorocaba	64	2001
Pilar do Sul B1	Sorocaba	115	2002
Pilar do Sul B2	Sorocaba	50	2002
Pindamonhangaba D e E	S. J. dos Campos	758	2002
Pindorama B	S. J. do Rio Preto	83	1997
Pindorama D1	S. J. do Rio Preto	151	2002
Pindorama D2	S. J. do Rio Preto	144	2002
Piquete B	S. J. dos Campos	64	2001
Piraju E	Sorocaba	202	2001

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Pirassununga C2	Campinas	203	2002
Piratininga B	Bauru	100	1992
Piratininga B	Bauru	1	1996
Piratininga C	Bauru	152	2002
Poloni B2 e B3	S. J. do Rio Preto	98	1998
Pompeia B	Marília	62	2001
Pontalinda B	S. J. do Rio Preto	69	2000
Pracinha A	Pres. Prudente	26	2000
Presidente Epitácio B2	Pres. Prudente	25	1998
Presidente Epitácio D2	Pres. Prudente	111	1998
Presidente Epitácio E	Pres. Prudente	60	2002
Presidente Prudente O, P e Q	Pres. Prudente	43	2003
Presidente Venceslau D2	Pres. Prudente	25	1998
Presidente Venceslau F2	Pres. Prudente	54	2001
Promissão C	Bauru	148	1999
Queiroz A	Marília	70	2002
Restinga D1	Franca	93	2002
Restinga D2	Franca	12	2002
Ribeirão Branco B	Sorocaba	55	2002
Ribeirão do Sul B	Marília	64	1998
Ribeirão dos Índios A2	Pres. Prudente	36	1997
Rinópolis D1	Marília	150	2002
Rio Claro E2	Campinas	64	2002
Riolândia F	S. J. do Rio Preto	124	2002
Roseira D	S. J. dos Campos	68	1998
Rubineia B	S. J. do Rio Preto	26	2002
Sales D2	S. J. do Rio Preto	20	1997
Sales Oliveira D	Franca	132	2001
Santa Adélia E	S. J. do Rio Preto	54	1997
Santa Cruz da Conceição B1	Campinas	40	2002
Santa Cruz das Palmeiras G	Campinas	176	2003
Santa Gertrudes B	Campinas	49	2002
Santa Maria da Serra C	Campinas	54	2001
Santo Anastácio B2	Pres. Prudente	56	2001
Santo André A04	RMSP	112	2000
Santo André A06	RMSP	160	2002
Santo André A08 e A11	RMSP	364	2001
Santo André A09 e A10	RMSP	252	2001
Santo André A12	RMSP	200	2002
Santo Expedito B	Pres. Prudente	45	2001
Santópolis do Aguapeí A	Araçatuba	54	1998
São Bernardo do Campo F2	RMSP	144	2001
São Bernardo do Campo F2	RMSP	16	2002
São Bernardo do Campo K3	RMSP	85	2001
São Carlos G2	Central	30	2002
São Carlos H1	Central	448	2002
São João da Boa Vista A2	Campinas	256	1998
São João de Iracema A	Araçatuba	65	1996
São Joaquim da Barra B2	Franca	22	2000
São José da Bela Vista C2	Franca	12	2000
São José do Barreiro A e B	S. J. dos Campos	58	2002
São José do Rio Pardo E2	Campinas	100	1998
São José do Rio Pardo F e G	Campinas	388	2003
São José do Rio Preto H	S. J. do Rio Preto	331	1998
São José do Rio Preto I 1	S. J. do Rio Preto	304	2002
São José do Rio Preto I 2	S. J. do Rio Preto	112	2002
São José dos Campos C	S. J. dos Campos	300	2002
São Pedro A	Campinas	121	1998
São Pedro do Turvo A2 e C2	Marília	52	2000
São Vicente D1	Santos	56	1998
Sebastianópolis do Sul B1	S. J. do Rio Preto	70	2002
Serra Azul B2	Ribeirão Preto	32	2002
Serra Negra B	Campinas	60	2002
Serra Negra C	Campinas	48	2002
Silveiras C	S. J. dos Campos	48	2001
SP-Aldeia Jaraguá	RMSP	5	2002
SP-Itaquera F	RMSP	4.355	1998
SP-Santo Amaro F	RMSP	48	2002
SP-São Luiz A1	RMSP	160	2002
SP-Vila Jacuí A1*	RMSP	572	2003
Sud Mennucci C	Araçatuba	50	2002
Tabatinga D	Central	118	1996
Tabatinga E	Central	127	1998
Taguaí A	Sorocaba	36	2002
Taquarituba F	Sorocaba	58	2002
Taquarivai A1	Sorocaba	47	2000
Taquarivai A2	Sorocaba	32	2002
Tarabaí B	Pres. Prudente	48	1999
Taubaté D	S. J. dos Campos	600	2001
Terra Roxa D	Barretos	150	2002
Tietê E	Sorocaba	50	2002
Torre de Pedra C	Sorocaba	57	2001
Tuiuti A	Campinas	26	2001
Turiúba E	Araçatuba	50	2002
Ubatuba D2	S. J. dos Campos	64	2001
Uchoa D	S. J. do Rio Preto	140	2002
Valentim Gentil E1	S. J. do Rio Preto	84	2001
Valentim Gentil E2	S. J. do Rio Preto	68	2002
Valentim Gentil F	S. J. do Rio Preto	61	2002
Valparaíso C2	Araçatuba	126	2001
Vinhedo D	RM Campinas	192	2001
Viradouro D	Barretos	156	2003
Vitória Brasil A	S. J. do Rio Preto	29	1997
Votorantim B2	Sorocaba	32	2001
Votorantim C	Sorocaba	180	2002
Zacarias B	S. J. do Rio Preto	36	1998
		41.174	

CE (Programa Chamamento Empresarial)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Araçatuba E	Araçatuba	500	1997
Araraquara I	Central	496	1998
Araraquara J	Central	496	1998
Bariri C	Bauru	334	1997
Barretos C01	Barretos	269	1996
Batatais H	Franca	500	1998
Bilac B	Araçatuba	100	1997
Bocaina E	Bauru	205	1997
Campinas H	RM Campinas	620	1998
Catanduva I	S. J. do Rio Preto	101	1994
Catanduva I	S. J. do Rio Preto	304	1998
Colina E	Barretos	300	1997
Fartura C	Sorocaba	300	1998
Fernandópolis G	S. J. do Rio Preto	296	1998
Francisco Morato F	RMSP	320	1999
Gabriel Monteiro A	Araçatuba	127	1997
Garça E	Marília	500	1997
Gastão Vidigal B	Araçatuba	113	1997
Guaíra G	Barretos	248	1996
Guará E	Franca	200	1997
Guarantã B	Bauru	150	1997
Itapeva D	Sorocaba	400	1998
Itapevi A1	RMSP	600	1998
Itapevi A2	RMSP	600	1998
Jacareí G1	S. J. dos Campos	320	2000
Jacareí G2	S. J. dos Campos	320	2000
Jardinópolis	Ribeirão Preto	150	1997
José Bonifácio C	S. J. do Rio Preto	250	1997
Junqueirópolis B	Pres. Prudente	200	1997
Lins D	Bauru	500	1997
Macaubal	S. J. do Rio Preto	187	1998
Marília O	Marília	880	1998
Matão	Central	192	1998
Mendonça B	S. J. do Rio Preto	61	1997
Mineiros do Tietê C1	Bauru	150	1998
Paraguaçu Paulista H*	Marília	300	1997
Pinhalzinho B	Campinas	170	1997
Pirajuí C	Bauru	380	1998
Poá A*	RMSP	200	1997
Potirendaba E	S. J. do Rio Preto	240	1998
Presidente Prudente K*	Pres. Prudente	304	1998
Presidente Prudente N	Pres. Prudente	304	1999
Registro C	Registro	500	1999
Rincão	Central	100	1997
Santa Clara d'Oeste A	S. J. do Rio Preto	65	1997
Santa Rosa de Viterbo C	Ribeirão Preto	297	1997
Santo Antônio da Alegria B	Ribeirão Preto	150	1997
São Manuel D	Sorocaba	400	1997
Sertãozinho C	Ribeirão Preto	600	1996
Sorocaba E	Sorocaba	320	1998
Sorocaba G	Sorocaba	608	1998
SP-Brasilândia C1	RMSP	514	1998
SP-Brasilândia D	RMSP	748	1999
SP-Guaianazes D	RMSP	540	1998
SP-Guaianazes E01	RMSP	700	1999
SP-Guaianazes E02	RMSP	640	1999
SP-Guaianazes G01	RMSP	600	1998
SP-Guaianazes G02	RMSP	600	1998
SP-Jaraguá B01	RMSP	720	2000
SP-Jaraguá B02	RMSP	640	1999
SP-Jaraguá B03	RMSP	640	2004
SP-Jaraguá C	RMSP	480	1998
SP-Jaraguá D	RMSP	430	1998
SP-Jaraguá F	RMSP	700	1998
SP-Perus A	RMSP	700	1998
SP-Perus B	RMSP	616	2000
SP-Pirituba A*	RMSP	252	1999
SP-Santo Amaro C	RMSP	584	1998
SP-Santo Amaro D	RMSP	546	1998
SP-Santo Amaro G	RMSP	238	1998
SP-São Miguel Paulista Q1	RMSP	720	1998
SP-São Miguel Paulista Q2	RMSP	720	1998
Sumaré (Leste B)	RM Campinas	500	1997
Tabapuã D	S. J. do Rio Preto	165	1997
Taboão da Serra C	RMSP	500	1998
Taquaritinga F	Central	400	1998
Tupã D	Marília	500	1997
Ubarana A	S. J. do Rio Preto	112	1998
Votorantim D	Sorocaba	224	1997
Votuporanga I	S. J. do Rio Preto	432	1998
		31.388	

*Projetos incluídos no livro

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 258



Jaboticabal A

PÁG. 258



Paraguaçu Paulista F

PÁG. 259



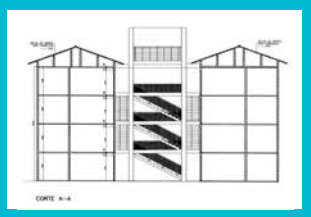
Piracicaba C

PÁG. 260



Pedreira C

PÁG. 260



Indaiatuba C

PÁG. 261



Itatiba B

PÁG. 262



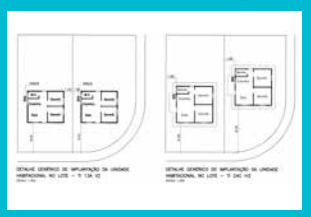
Francisco Morato A e C

PÁG. 263



Santos B

PÁG. 264



Penápolis G

PÁG. 264



Lagoinha A

PÁG. 265



Arapeí A

PÁG. 266



Lindoia B

PÁG. 267



Campinas C3
Unicamp

PÁG. 268



SP Vila Jacuí A1 e A2

PÁG. 271



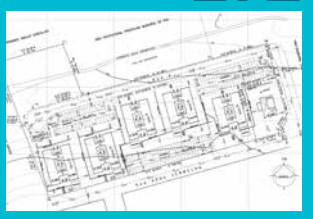
SP Pirituba A

PÁG. 272



Paraguaçu Paulista H

PÁG. 272



Poá A

PÁG. 273



Presidente Prudente K

PÁG. 274



SP Itaquera B

PÁG. 280



SP Guaianazes A

PÁG. 284



Diadema F1
Sanko

PÁG. 285



Praia Grande A

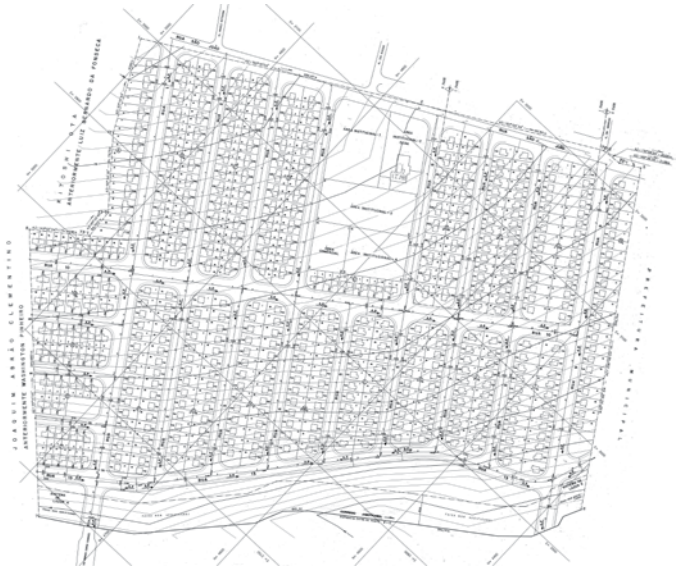
Jaboticabal A

MUNICÍPIO: Jaboticabal
ENTREGA: 1996
TERRENO: 231.440,43 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 120.800,00 m²
COTA RESID.: 200,00 m²
TIPOLOGIAS: TI24A, TG13A e TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 604
PROJETO: Maria Angélica A. Villaça e Moyses Aldo Nascimento

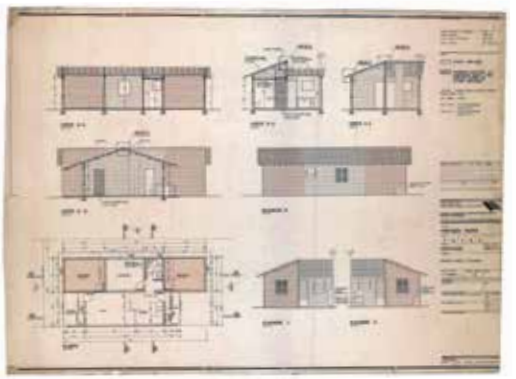
Em Jaboticabal, o projeto propôs quadras regulares, servidas por três vias principais, uma como eixo central e outras duas contornando a área, ligadas a vias secundárias formando a malha ortogonal. Hoje, ele se encontra em uma área densamente povoada da cidade e plenamente articulada à malha urbana. As áreas verdes e institucionais, tais como escola, creche e centro comunitário, ocupam o centro do conjunto e tiveram a proposta do projeto plenamente efetivada, atendendo ao entorno. São diferentes tipos de casas, geminadas e isoladas, com dois e três dormitórios e passíveis de ampliações.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto da unidade TG13A (Térrea geminada de um dormitório, com possibilidade de ampliação para até três dormitórios). Projeto do arq. Vitor Augusto dos Santos.

Paraguaçu Paulista F

MUNICÍPIO: Paraguaçu Paulista
ENTREGA: 1997
TERRENO: 84.700,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 47.007,12 m²
COTA RESID.: 186,54 m²
TIPOLOGIAS: TI13A, TG13A e TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 252
PROJETO: José Quaresma e Andrea Costa Ribeiro

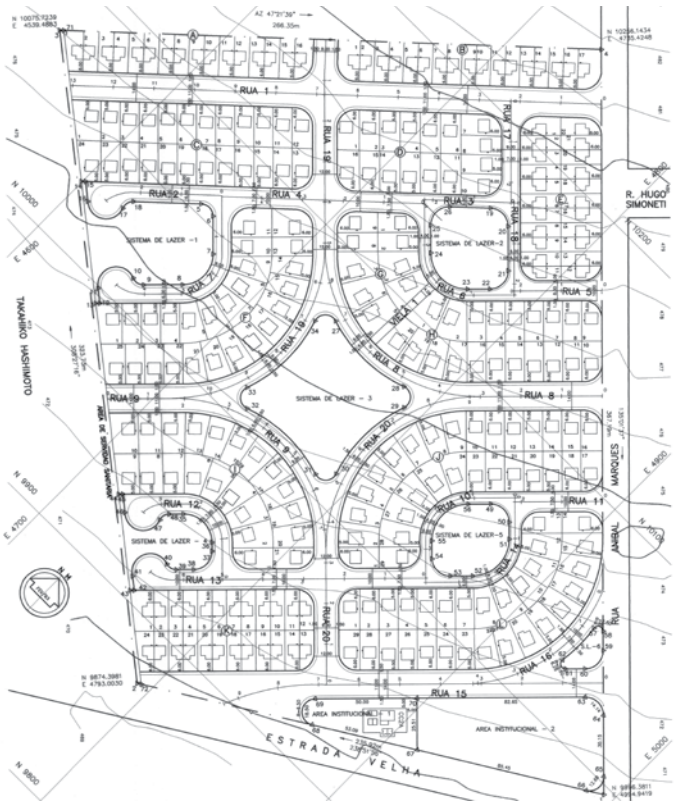






Chahinian, 2014. Casas térreas isoladas, de um a três dormitórios e praça central do conjunto.

O sistema viário inovador tem concepção de convergência das quadras em torno das praças, formando quadras curvas, praças internas pequenas e uma maior situada na área central. As áreas institucionais foram deslocadas para a extremidade da gleba de modo a atender moradores do entorno. Tem-se aqui três tipologias, duas isoladas (TI24A e TI13A) e uma geminada (TG13A).

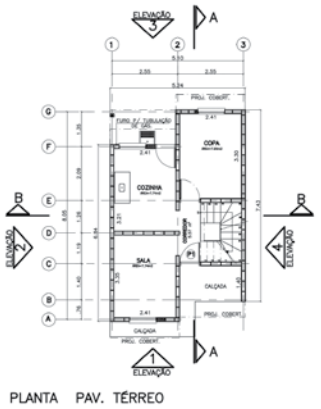


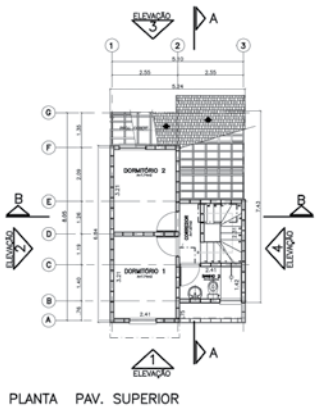
Piracicaba C

MUNICÍPIO: Piracicaba
ENTREGA: 1997
TERRENO: 164.075,75 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 85.994,49 m²
COTA RESID.: 171,99 m²
TIPOLOGIAS: TI24A, TI13A, TG13A, SR23A e SG25A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 500
PROJETO: Iracema Miguel



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).





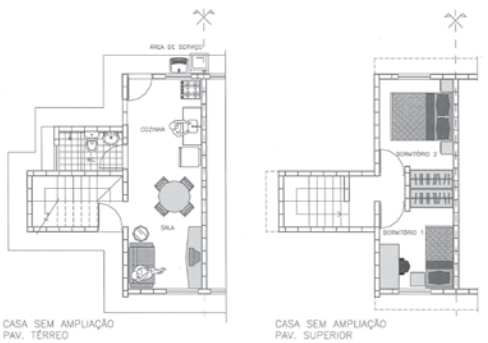
Acervo CDHU. Sobrado em renque de dois dormitórios, com possibilidade de ampliação para até três (SR23A). Projeto da arq. Irene Borges Rizzo.



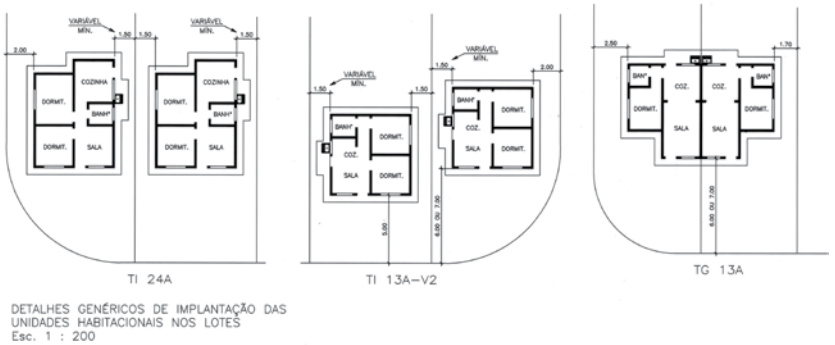
Acervo CDHU.

Chahinian, 2014.

Chahinian, 2014. Sobrados geminados.



Acervo CDHU. Sobrada geminado de dois dormitórios, com possibilidade de ampliação para até cinco (SG25A). Projeto arq. Vitor Augusto dos Santos.



Acervo CDHU. Projetos das unidades térreas e das unidades geminadas.

Neste conjunto existem cinco diferentes tipologias: casas geminadas (um dormitório), casas isoladas (dois dormitórios em duas plantas diferentes) e sobrados geminados. Com essa variedade foi possível tirar o melhor proveito do terreno, de forma racional e equilibrada, atendendo as famílias de acordo com suas expectativas e planos de crescimento. O sistema viário tem ruas de acesso local com balões de retorno e áreas de lazer ao final das vias, permitindo uso mais seguro para brincadeiras infantis, já que induz os automóveis a uma circulação em velocidade reduzida. Essas ruas estão conectadas à avenida principal que atravessa o empreendimento e que foi definida pela malha urbana, fazendo a integração do sistema viário local com a cidade.

Pedreira C

MUNICÍPIO: Pedreira
ENTREGA: 1998
TERRENO: 114.379,30 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 49.117,19 m²
COTA RESID.: 199,66 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 253
PROJETO: Lia Affonso Ferreira e Lygia Tupy Caldas



Acervo CDHU. Unidade térrea isolada de um dormitório, com possibilidade de ampliação para até três (TI13A). Projeto do arq. Vitor Augusto dos Santos.





Chahinian, 2014.

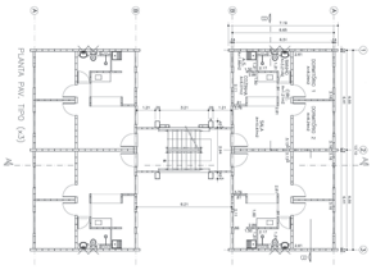


Acervo CDHU.

Para otimizar o aproveitamento do terreno, com maior número de lotes habitacionais, e atender ao programa do projeto pré-definido e à legislação vigente, este projeto priorizou a adequação do desnível topográfico por meio de uma patamarização dos lotes, em decorrência de um sistema viário sinuoso. As ruas com balão de retorno são uma solução para minimizar o fluxo de carros na área residencial, e a avenida faz a ligação entre os acessos do empreendimento.

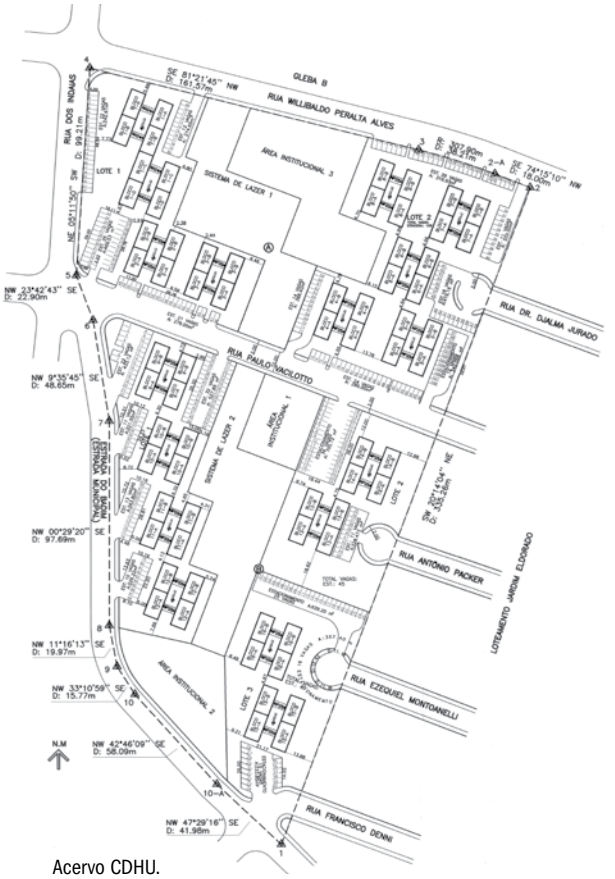
Indaiatuba C

MUNICÍPIO: Indaiatuba
ENTREGA: 1997
TERRENO: 48.532,35 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 690,00 m²
COTA RESID.: 43,12 m²
TIPOLOGIA: VI22F
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 664
PROJETO: Denise Gomes César Ruprecht





Unidade vertical de quatro pavimentos isolados e dois dormitórios (VI22F). Projeto do arq. Luiz Flavio Gaggetti.



Acervo CDHU.

Trata-se de um conjunto de grande porte, com mais de cinco centenas de unidades habitacionais, que propõe condomínios com possibilidade de individualização organizada em torno do sistema de lazer, privilegiando a circulação de pedestres. São prédios de quatro pavimentos ligados por uma caixa de escada. Uma via principal corta o conjunto, conectando-se a outra via que circunda o empreendimento e faz ligação com a malha viária. Há uma ampla área central, onde se concentram os equipamentos de lazer, facilitando a integração e as atividades sociais dos moradores.

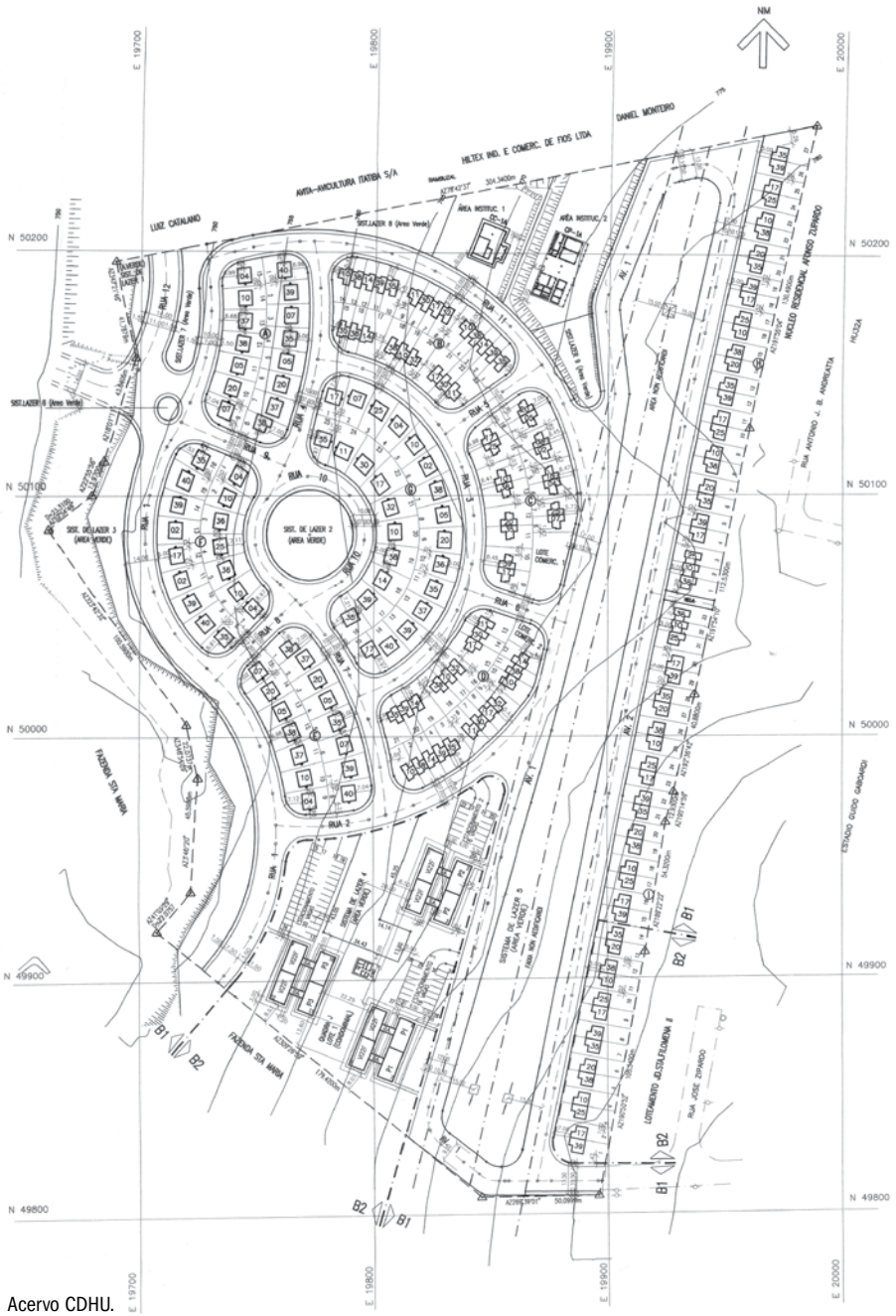
Itatiba B

MUNICÍPIO: Itatiba
ENTREGA: 1998
TERRENO: 92.371,07 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 38.596,25 m²
COTA RESID.: 198,05 m²
TIPOLOGIAS: TI13A, SG25A, VI22F, TG13A e SR23A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 311
PROJETO: Virginia Steed

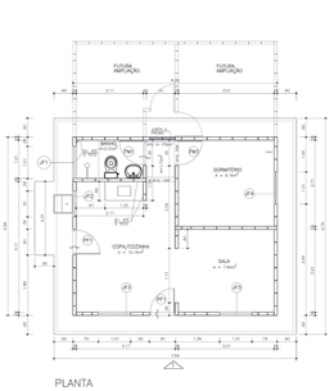


Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

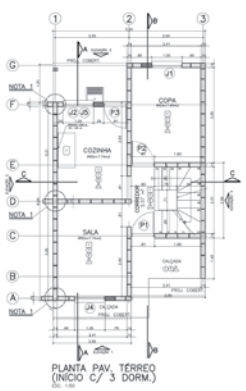
Uma linha de transmissão e um córrego estão situados dentro do sítio de implantação do conjunto urbano em Itatiba, fatores físicos e circunstanciais que colocam questões a serem solucionadas pelo projeto. As ruas têm inclinação máxima de 10%, com desenhos sinuosos que permitem uma alteração de perspectiva das quadras, que confluem para uma praça central. Para diversificar o bairro, foram implantadas diferentes tipos de unidades: casas térreas isoladas de um dormitório, que permitem a ampliação de dois quartos ao fundo do lote; casas térreas geminadas de um dormitório, com diferentes possibilidades de ampliação na frente ou no fundo do lote; sobrados geminados dois a dois; e sobrados em renque, compostos de três a cinco casas.



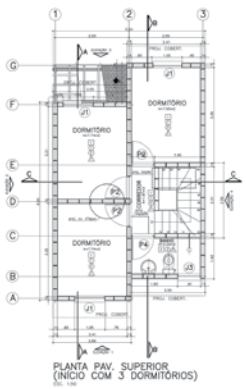
Acervo CDHU.

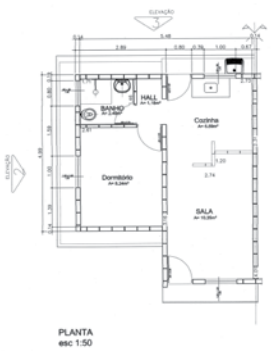


TI13A

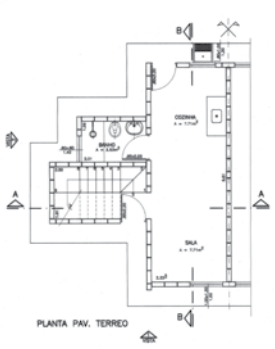


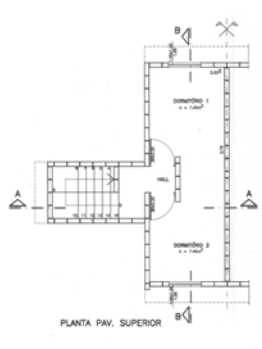
SR23A





TG13A





SG25A

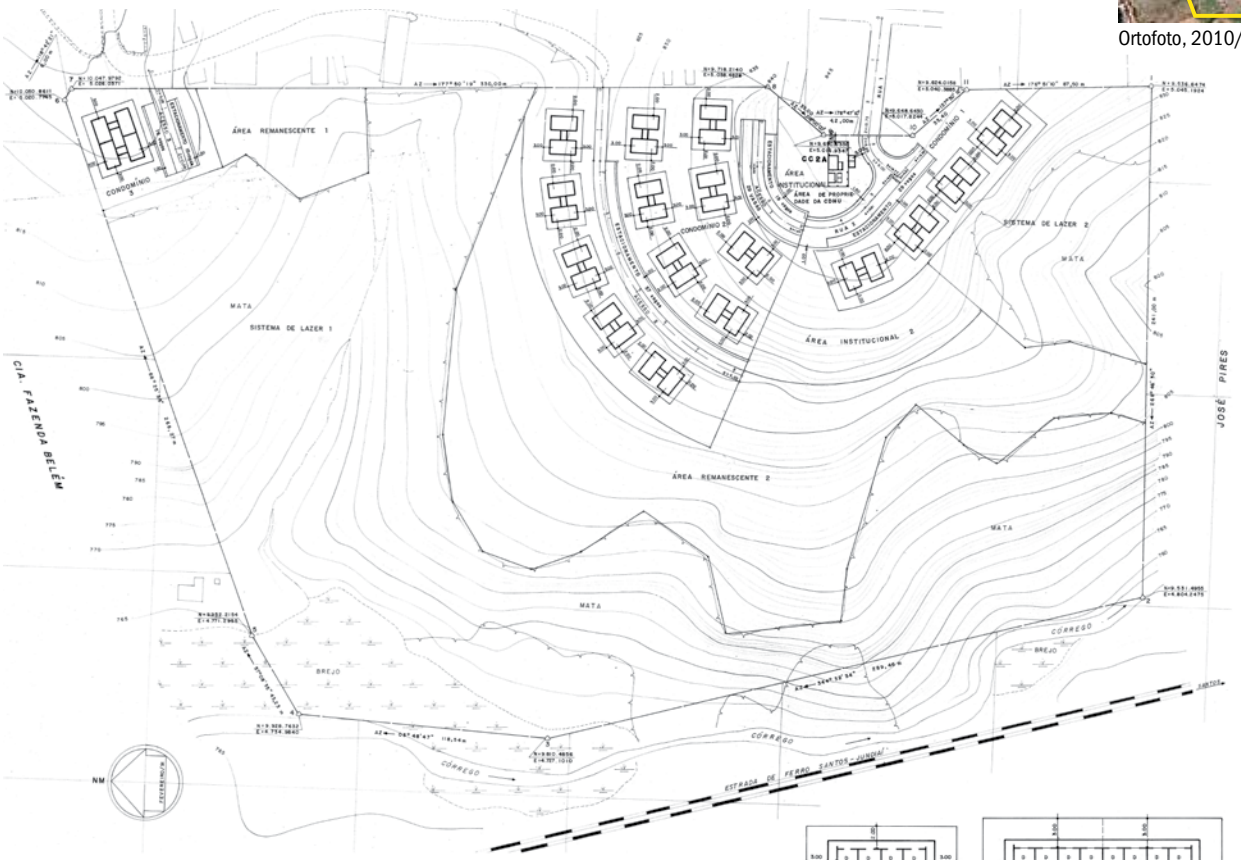
Acervo CDHU.

Francisco Morato A e C

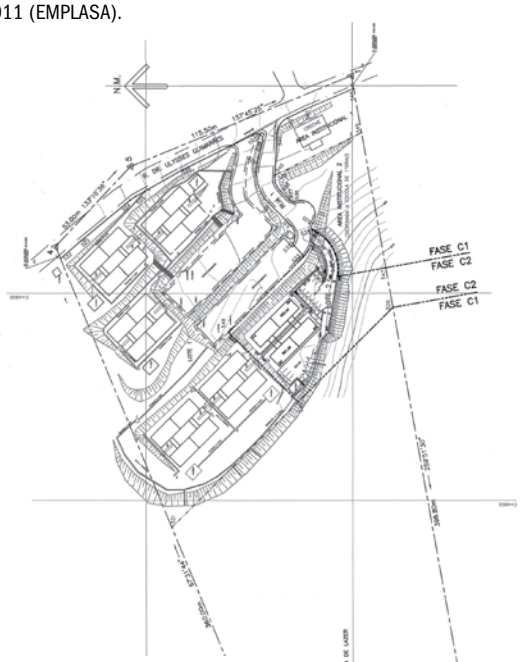
MUNICÍPIO: Francisco Morato
ENTREGA: 1996-1997
TERRENO: 132.520,00 m² (A) e 48.400,00 m² (C)
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 3.900,00 m² (A) e 15.339,50 m² (C)
COTA RESID.: 60,93 m² (A) e 76,70 m² (C)
TIPOLOGIAS: VI22A (A) e VI22F (C)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 488 = 288 (A) e 200 (C)
PROJETO: Arthur Lozano Filho e Nadia Oliveira Cahen



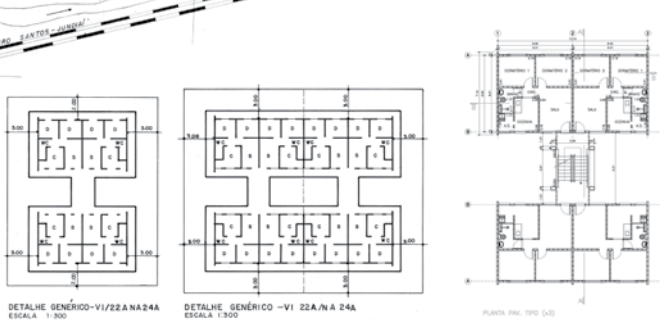
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Projeto para Gleba A.



Acervo CDHU. Projeto para Gleba C.



Unidades verticais de quatro andares, isoladas e geminadas, com dois dormitórios (VI22A e VI22F). Projeto do arq. Luiz Flavio Gaggetti.





Acervo CDHU. Vista aérea do conjunto após entrega das obras.

Este empreendimento foi construído em um terreno de topografia com alta declividade, 30 m de desnível, e o sistema viário foi estruturado para atender a essa exigência. O acesso principal se dá pela parte superior, onde estão os prédios escalonados em forma de semicírculo, ligados dois a dois por uma caixa de escada. No limite inferior, a gleba confronta com a linha férrea e deixou resguardadas as áreas de proteção do córrego e da mata, preservando o patrimônio do meio ambiente.

Santos B

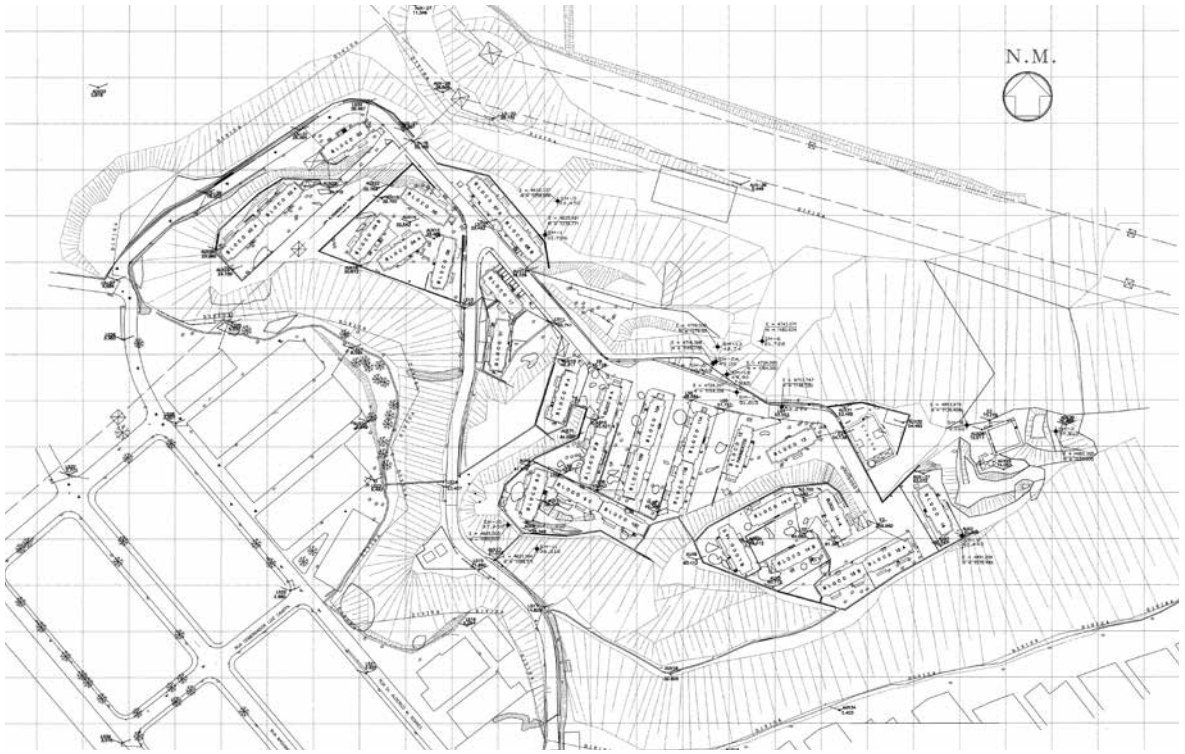
MUNICÍPIO: Santos
ENTREGA: 1998
TERRENO: 148.164,24 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 26.195,20 m²
COTA RESID.: 51,97 m²
TIPOLOGIAS: Específica CV1/CV2/CV3
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 504
PROJETO: Lygia Tupy Caldas







Chahinian, 2014. Em 2015, este conjunto passou por uma recuperação urbana, requalificação dos edifícios, condomínios e áreas verdes. Prédios verticais de quatro andares com dois dormitórios.

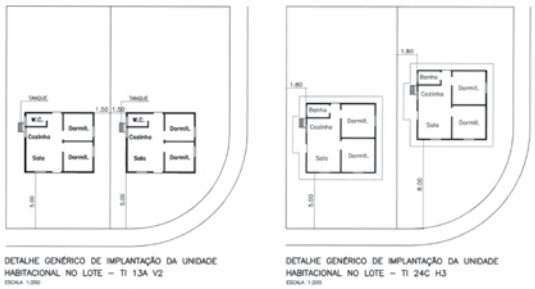


Acervo CDHU.

Para a implantação deste projeto, os estudos preliminares e o trabalho de sondagem foram feitos em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) da USP. Esse tipo de enraizamento só foi possível porque a rocha não era laminar e, portanto, não sofria processo de escorregamento. A infraestrutura (redes de água e esgoto) teve um projeto especial, desenvolvido pelo arquiteto Vitor Augusto dos Santos em parceria com a Sabesp, em que as tubulações foram encamisadas e grampeadas em cima da rocha. A implantação dos edifícios sobre as rochas que têm um perfil irregular exigiu a adaptação da tipologia VI22F e VI22A com variações de quatro a sete pavimentos em projeto desenvolvido especificamente para este conjunto.

Penápolis G

MUNICÍPIO: Penápolis
ENTREGA: 1996
TERRENO: 193.825,18 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 98.828,73 m²
COTA RESID.: 191,90 m²
TIPOLOGIAS: TI13A e TI24C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 500
PROJETO: Marco Antonio Ferrandini Garcia e PREFEITURA



Acervo CDHU. Projeto das unidades térreas isoladas, de um a três dormitórios, e de dois a quatro dormitórios.

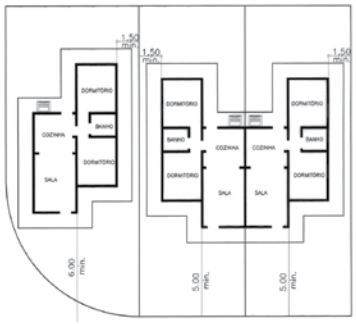
Este conjunto foi empreendido no âmbito do Programa Sonho Meu, por meio de uma parceria entre a CDHU e a Prefeitura de Penápolis. As casas são térreas e isoladas, com dois dormitórios e com possibilidade de ampliações ao fundo do lote. O empreendimento conta com áreas institucionais, áreas de lazer e áreas comerciais.



Acervo CDHU.

Lagoinha A

MUNICÍPIO: Lagoinha
ENTREGA: 2002
TERRENO: 6.097,41 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 5.301,21 m²
COTA RESID.: 155,92 m²
TIPOLOGIA: TG23A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 34
PROJETO: José Roberto Leite



Acervo CDHU.

Neste conjunto predominam as casas geminadas, duas a duas, com sala, cozinha, dois dormitórios, um banheiro e uma área de serviço coberta. De acordo com as demandas dos moradores, a planta permite ainda a construção de um terceiro dormitório. Neste terreno foi possível implantar duas quadras esportivas, uma escola e uma área de lazer. O conjunto se destaca por uma implantação compatível com a topografia.

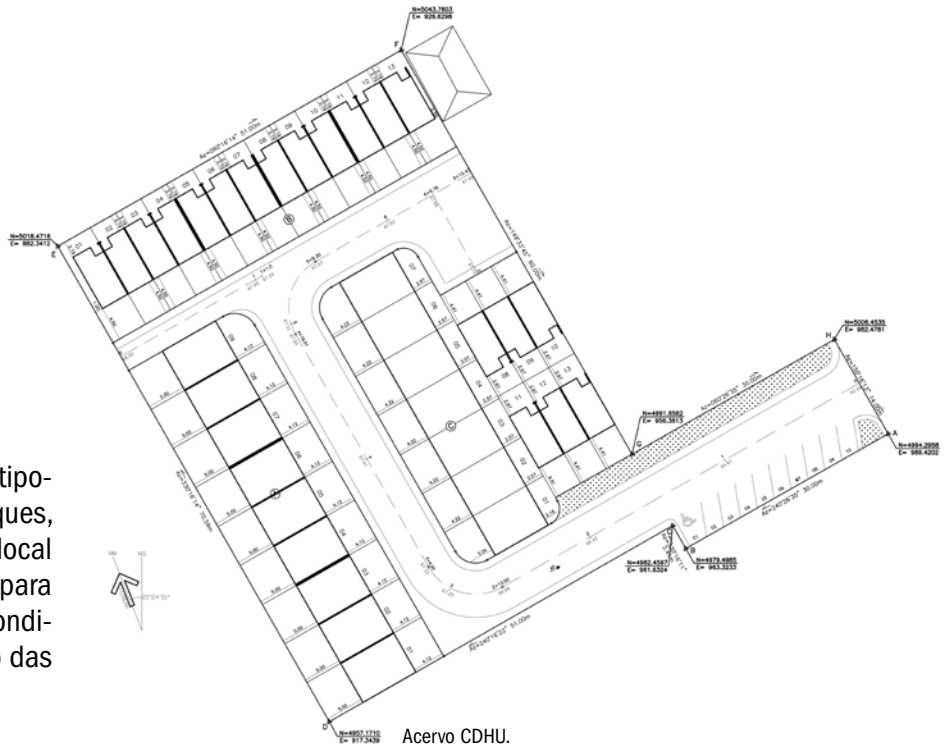


Acervo CDHU.

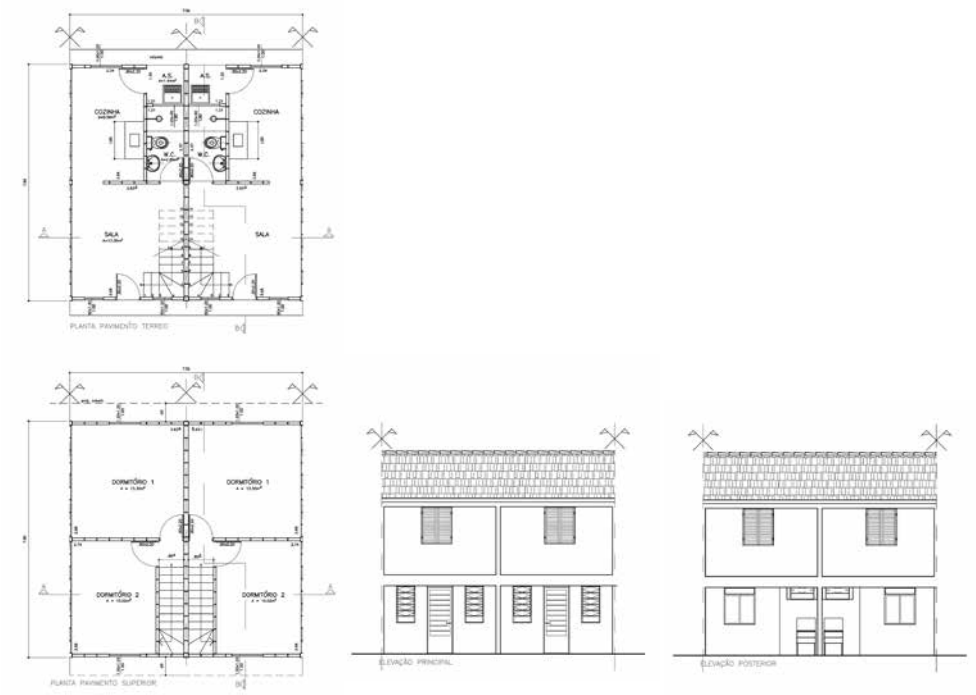
Arapeí A

MUNICÍPIO: Arapeí
ENTREGA: 2003
TERRENO: 4.020,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 2.303,22 m²
COTA RESID.: 115,16 m²
TIPOLOGIAS: SR22A e TR22A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 35
PROJETO: Arthur Lozano Filho e Carmem Lúcia F. Sampaio

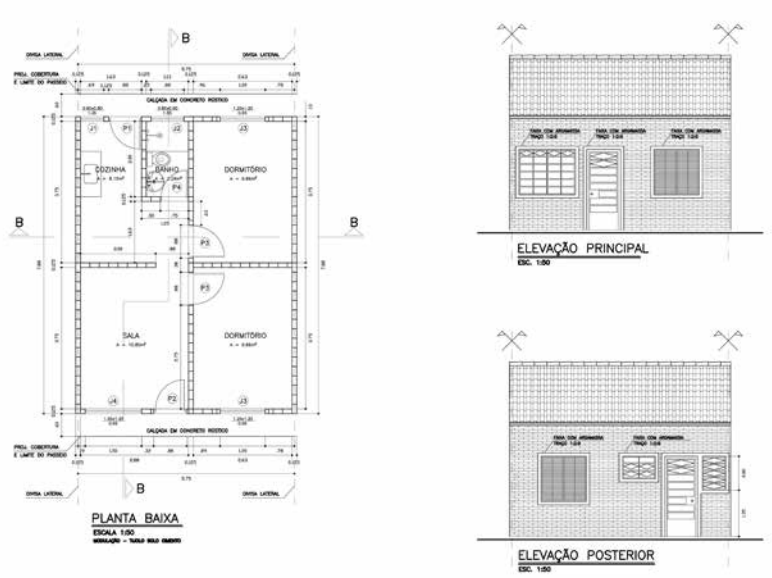
Este projeto de Arapeí foi desenvolvido em parceria com a Prefeitura. As tipologias escolhidas foram as de sobrados geminados, dispostos em renques, e casas térreas geminadas. Os sobrados foram entregues à população local com dois quartos na parte superior, mas a planta permitia a ampliação para até três dormitórios. As casas térreas possuíam dois dormitórios. As condições para o acesso ao terreno, bem como seu formato e a implantação das unidades, levaram o conjunto a uma situação de vila.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Sobrado em renque de dois dormitórios (SR22A), de 56,51 m². Projeto do arq. Eduardo Teixeira.



Acervo CDHU. Unidade térrea em renque de dois dormitórios (TR22A), de 40,93 m².
Projeto do arq. Eduardo Teixeira.





Acervo CDHU. Sobrado em renque.



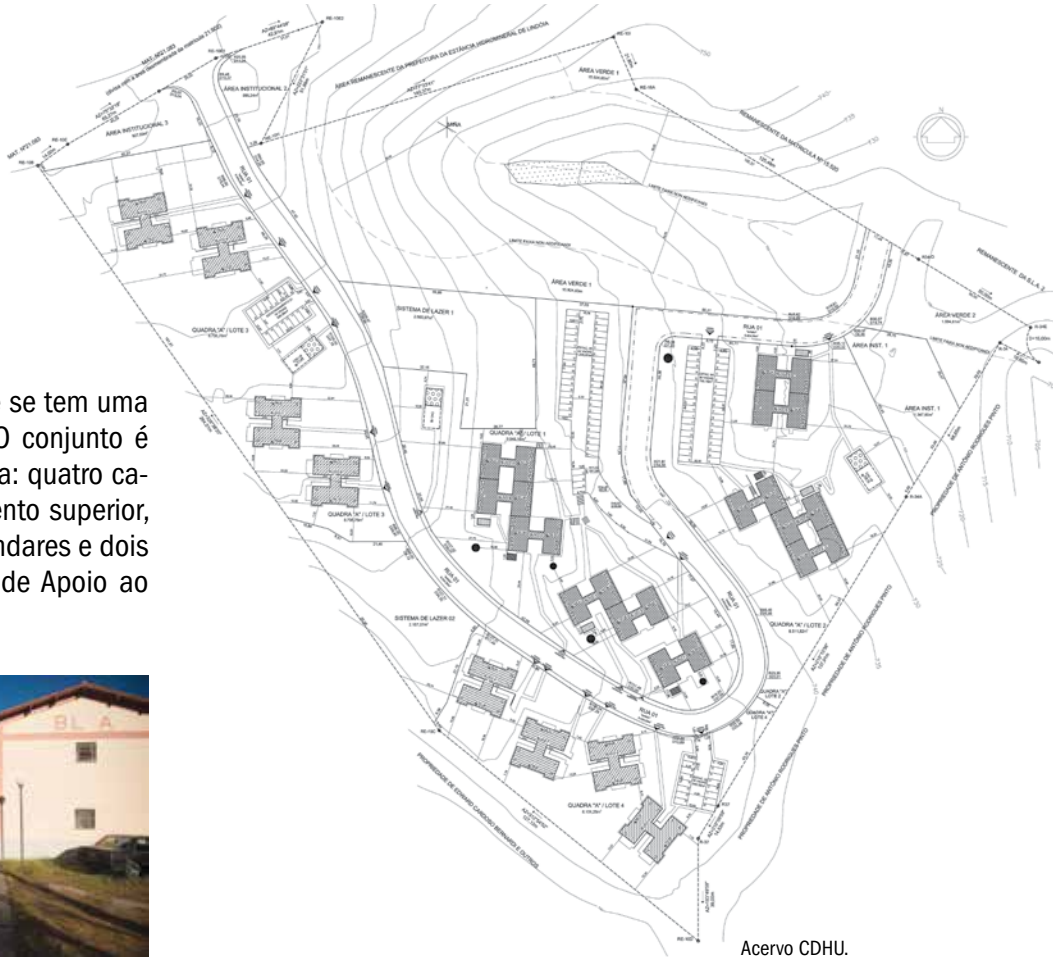


Acervo CDHU. Casas térreas em renque.

Lindoia B

MUNICÍPIO: Lindóia
ENTREGA: 2002
TERRENO: 65.199,37 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 36.177,13 m²
COTA RESID.: 226,11 m²
TIPOLOGIAS: SB22A, VI22F e CAC 1B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 240
PROJETO: Lygia Tupy Caldas

Este projeto foi implantando em um ponto da cidade de onde se tem uma vista privilegiada para toda a área montanhosa da região. O conjunto é composto por casas sobrepostas, dispostas da seguinte forma: quatro casas no pavimento térreo e outras quatro unidades no pavimento superior, acessadas por uma escada central; e por prédios de quatro andares e dois dormitórios. No conjunto há espaços de lazer e um Centro de Apoio ao Condomínio, para a realização de atividades comunitárias.



Acervo CDHU.





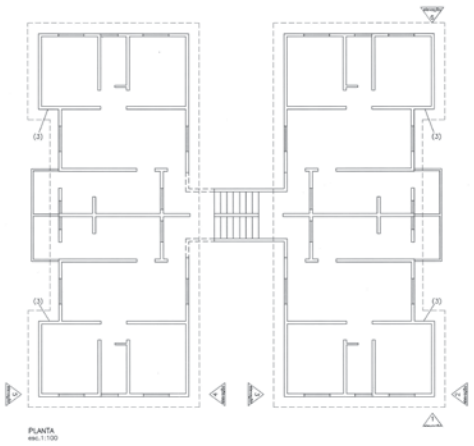


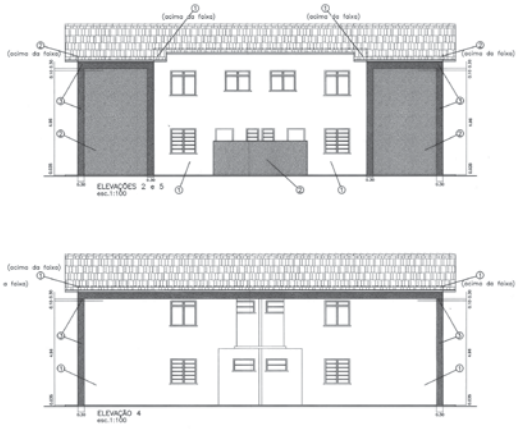




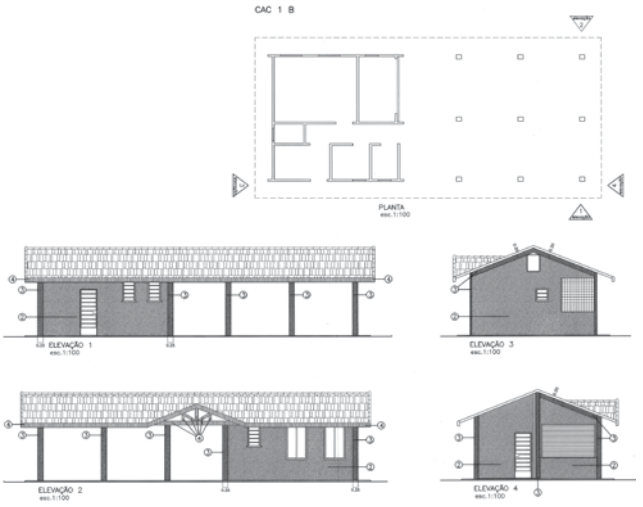


Chahinian, 2014. Sobrados de dois dormitórios e unidades verticais, quatro pavimentos e dois dormitórios.





Acervo CDHU. Projeto das unidades assobradadas da fase B2, com área de 57,64 m².



Acervo CDHU. Projeto do Centro de Apoio ao Condomínio (CAC).

Campinas C3

Unicamp

MUNICÍPIO: Campinas
ENTREGA: 2000
TERRENO: 12.696,25 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 11.049,06 m²
COTA RESID.: 115,09 m²
TIPOLOGIA: Triplex
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 96
PROJETO: Antonio Luiz Tabalde Castellano e Lygia Tupy Caldas

Para a terceira fase deste conjunto foi desenvolvido um novo projeto específico de três andares, com unidades de dois dormitórios. O lote se integra à malha urbana e as unidades foram destinadas aos funcionários da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).





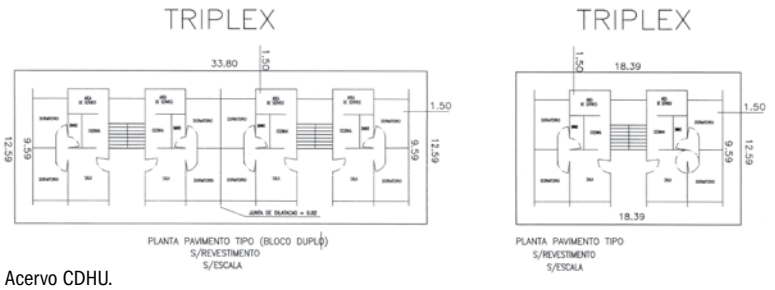
Acervo CDHU, 2015.



Acervo CDHU. Projeto de implantação, fase C3.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

SP **Vila Jacuí A1 e A2**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2003 (A1) e 2004 (A2)
TERRENO: 108.568,12 m² (A1) e 62.513,92 m² (A2)
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 35.679,27 m² (A1) e 26.682,46 m² (A2)
COTA RESID.: 53,02 m² (A1) e 51,31 m² (A2)
TIPOLOGIAS: SR22A, VI22B, VI22F-V2 e PI22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 572 (A1) e 600 (A2)
PROJETO: David Caravieri Neto, Renato Mario Daud e Sandra Chechter



Caravieri. Estudos de implantação para a Gleba A, elaborados pelo arquiteto David Caravieri.

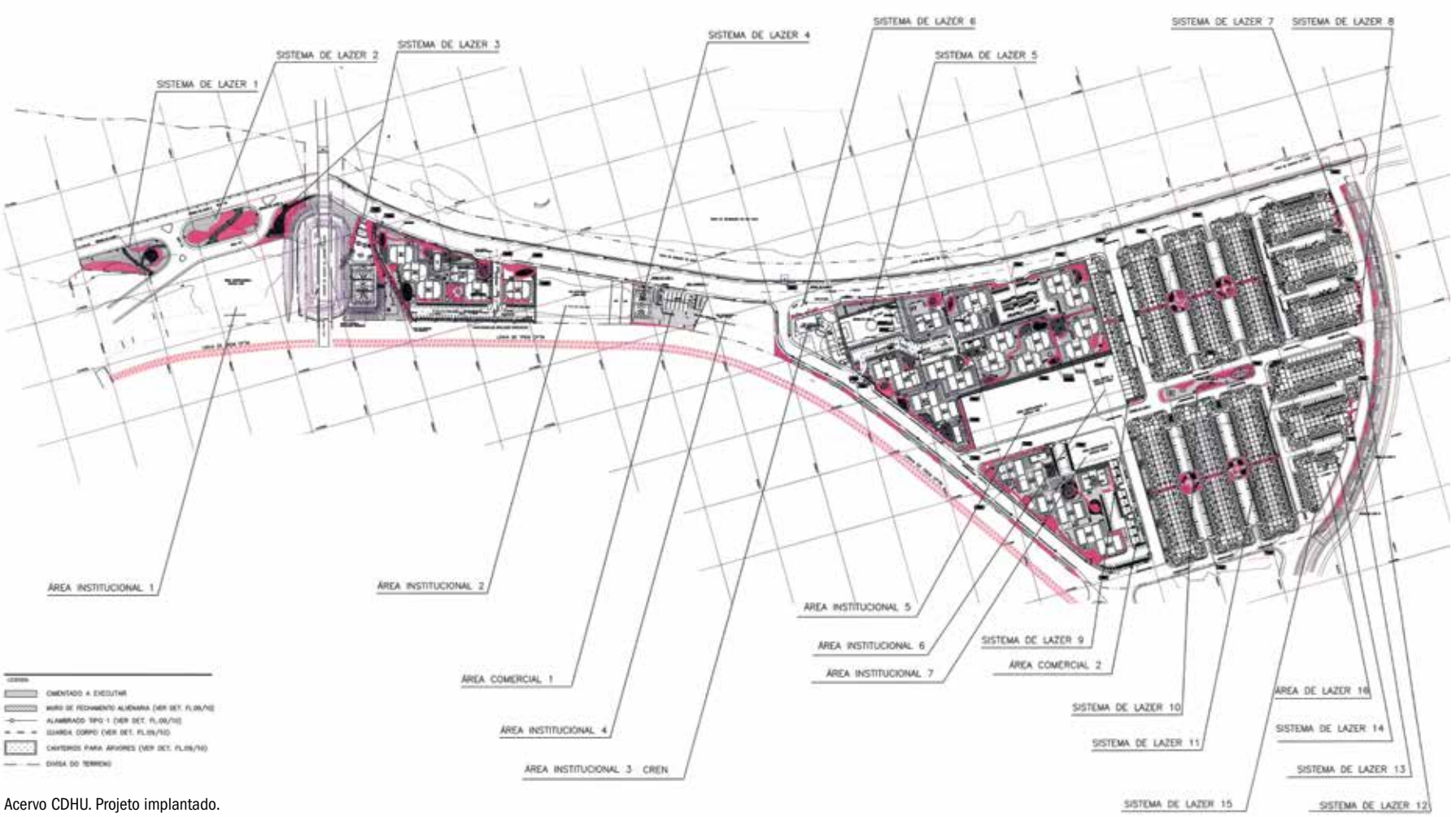


Acervo CDHU. Fases A1 e A2 em obras.



Acervo CDHU. Fases A1 e A2, 2012.



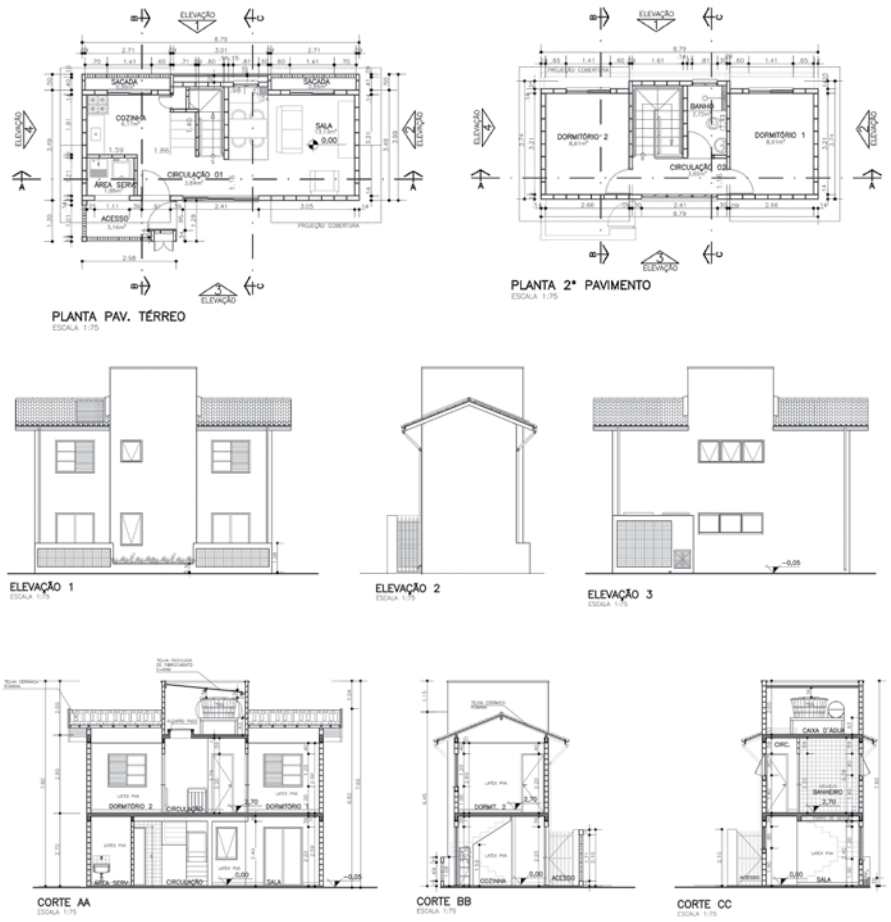


Acervo CDHU. Projeto implantado.

O Projeto Pantanal se desenvolveu em uma ampla área constituída pelos núcleos União de Vila Nova, Vila Nair e Vila Jacuí A, situada no extremo leste da cidade de São Paulo, em região próxima ao Parque Ecológico do Tietê. O núcleo Vila Jacuí abrigava pessoas que viviam em condições precárias e sem infraestrutura urbana, sob risco de constante inundação e em uma espécie de confinamento urbano, pois a área não tinha interligação com o restante da cidade. O processo de recuperação socioambiental realizado pela CDHU teve como base a requalificação urbanística do espaço, instituindo um novo sistema viário, ruas principais e secundárias, alinhamento de edificações, estabelecimento de espaços de convívio e lazer, como praças, campo de futebol e paradas de ônibus, além de recuperação ambiental e desenvolvimento de projetos sociais com as famílias. Foram implantados equipamentos públicos, como escolas de ensino fundamental e médio, unidades básicas de saúde, creches pré-escolares, entre outros.



Acervo CDHU, 2002. Obras em andamento.



Acervo CDHU. Sobrado de dois dormitórios. Projeto do arq. Eduardo Teixeira.

A área era sujeita a constantes inundações devido à cheia do Rio Tietê. A cota do terreno teve que ser alterada visando corrigir este problema.

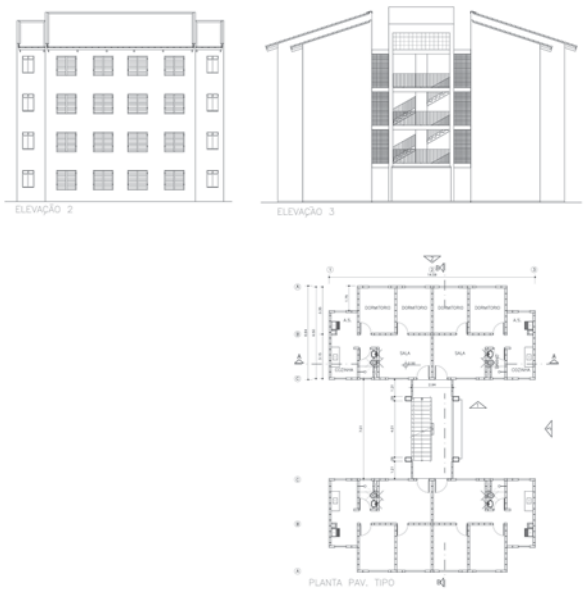


Acervo CDHU. Sobrados implantados na primeira fase já ocupados.





Acervo CDHU, 2014. Unidades verticais.



Acervo CDHU. Unidade vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios (VI22B-V1). Projeto do arq. Luiz Flavio Gaggetti.



Acervo CDHU. Unidade vertical de cinco pavimentos (VI22B-V2).







Acervo CDHU. Unidade vertical de cinco pavimentos e dois dormitórios (VI22F-V2).



Acervo CDHU. Edifícios implantados na Fase A2.

SP **Pirituba A**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1999
TERRENO: 7.767,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 7.767,00 m²
COTA RESID.: 30,82 m²
TIPOLOGIA: prédio com elevador
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 252
PROJETO: C-Arq Projeto e Consultoria S/C Ltda.

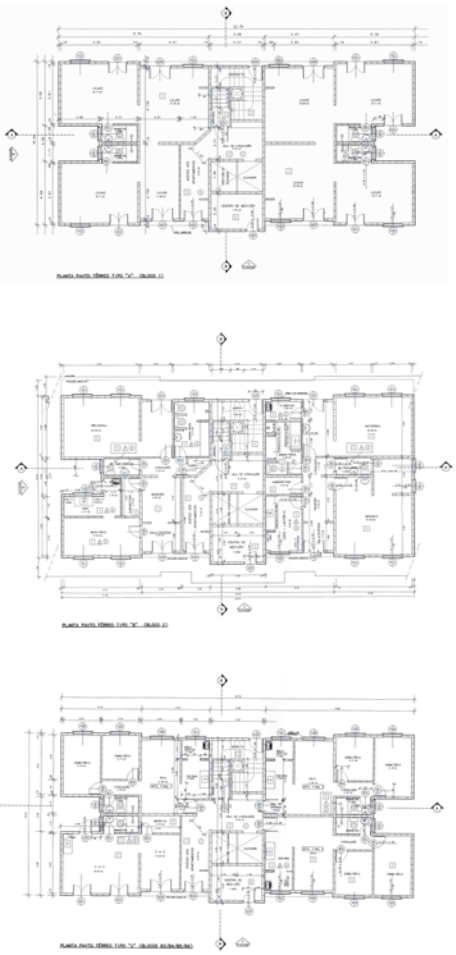
Este conjunto foi construído em um terreno irregular e de alta declividade. Os edifícios possuem três tipologias diferenciadas e 10/11 pavimentos. Um deles está implantado na entrada do conjunto; os demais, no fundo do terreno. A topografia irregular demandou a implantação de rampas para permitir melhor acesso às unidades habitacionais. No centro do terreno estão localizados amplos bolsões de estacionamento e uma área verde para lazer e atividades comunitárias.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Plantas dos três tipos de térreo implantados nos edifícios. Os apartamentos são de dois dormitórios, projetados pelos arquitetos. Cicero A. Ribeiro e Marliza E. Bfeiffer.

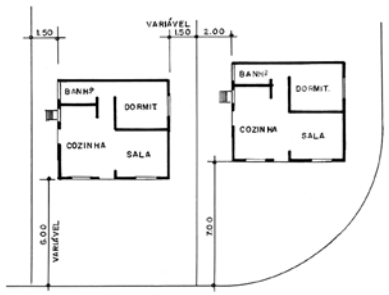
Paraguaçu Paulista H

MUNICÍPIO: Paraguaçu Paulista
ENTREGA: 1997
TERRENO: 96.800,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 48.000,00 m²
COTA RESID.: 160,00 m²
TIPOLOGIA: TI13A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 300
PROJETO: CAS Construtora Alfredo Soncini Ltda.; Décio Tozzi, Luiz Flávio Gaggetti e Maria Isabel Bertoncelo



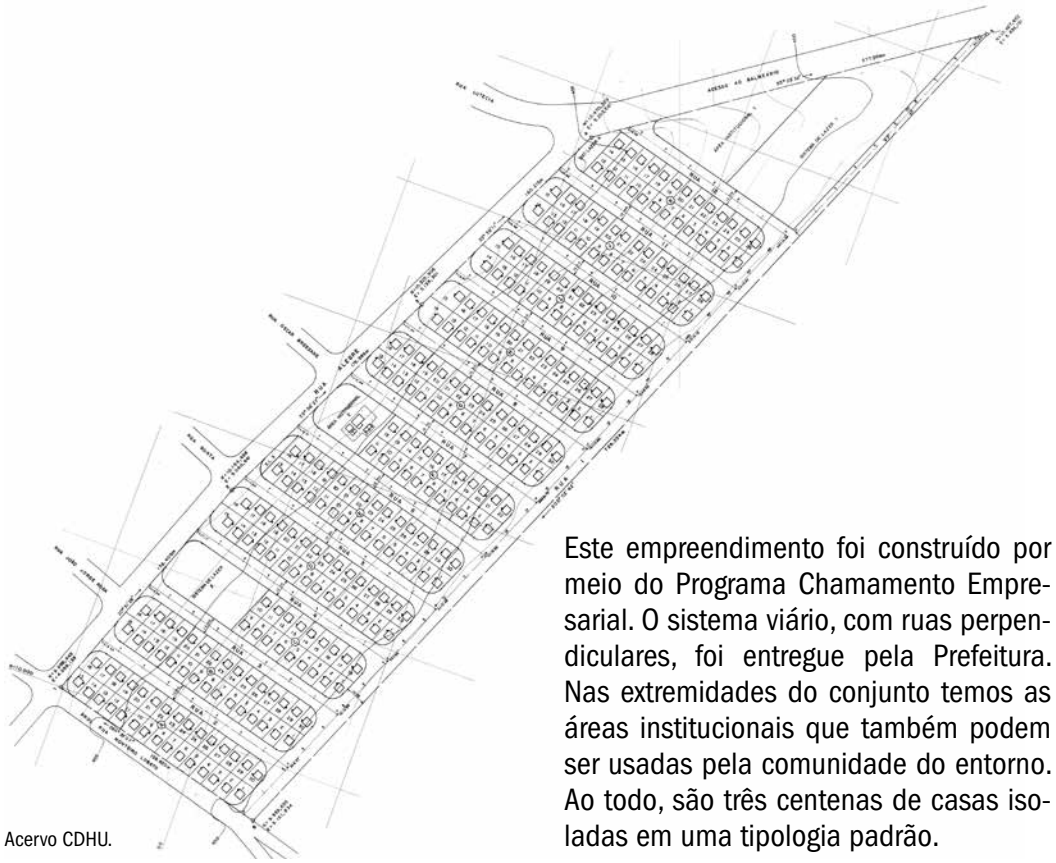


Chahinian, 2014.



DET. GENÉRICO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HABITACIONAL NO LOTE
TIPO : TI 13A ESC. 1:200

Acervo CDHU.

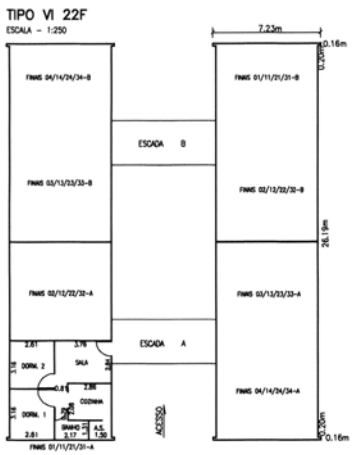


Acervo CDHU.

Este empreendimento foi construído por meio do Programa Chamamento Empresarial. O sistema viário, com ruas perpendiculares, foi entregue pela Prefeitura. Nas extremidades do conjunto temos as áreas institucionais que também podem ser usadas pela comunidade do entorno. Ao todo, são três centenas de casas isoladas em uma tipologia padrão.

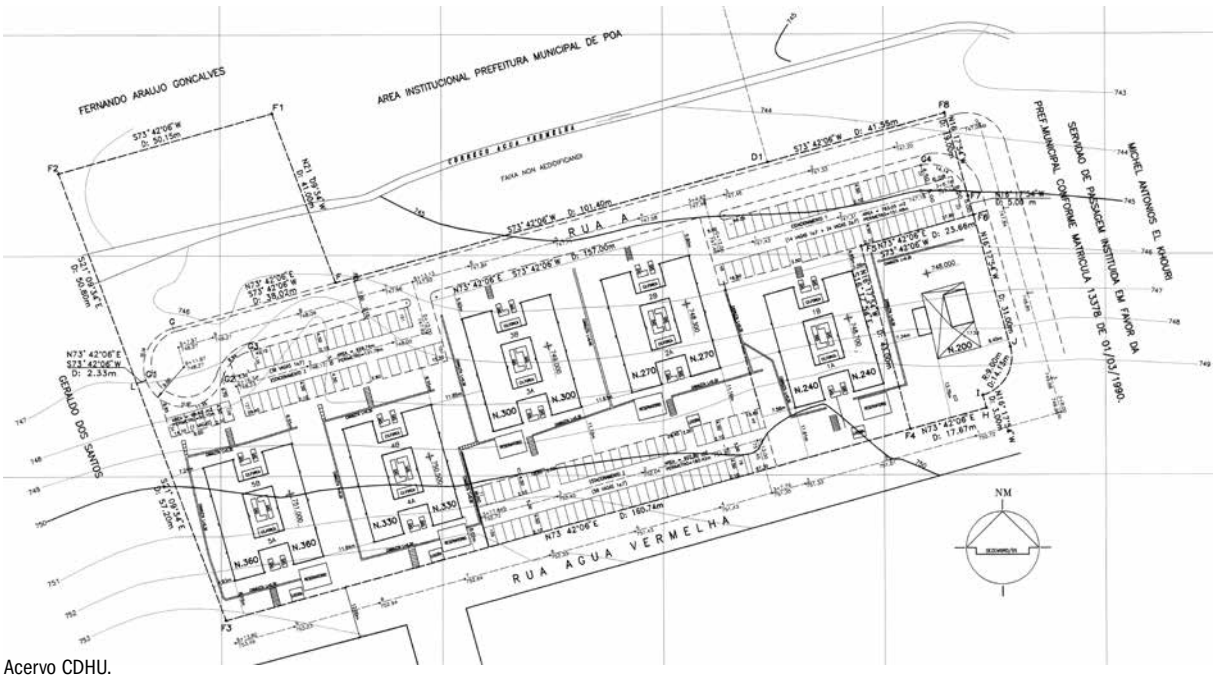
Poá A

MUNICÍPIO: Poá
ENTREGA: 1997
TERRENO: 14.758,37 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 14.758,37 m²
COTA RESID.: 92,24 m²
TIPOLOGIA: VI22F
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 200
PROJETO: Nádia O. Cahen (N&C Assessoria e Consultoria S/C Ltda.)



DET.GENERICO DE IMPLANTACAO DA UNIDADE HABITACIONAL VI 22F

Acervo CDHU.



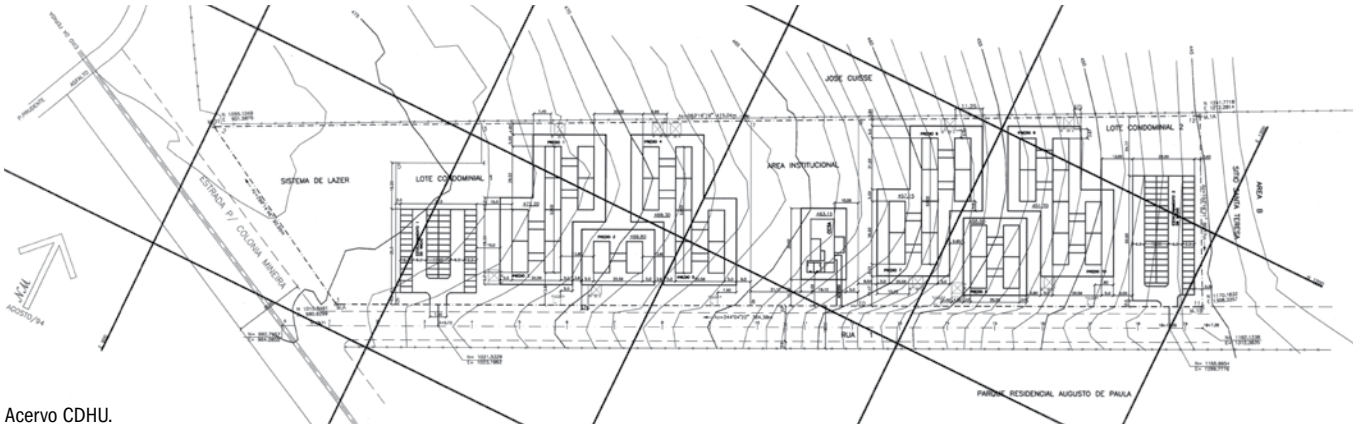
Acervo CDHU.

O projeto concebeu três condomínios, sendo dois com dois blocos geminados de quatro pavimentos e um de um bloco geminado; os apartamentos possuem dois dormitórios. O conjunto está localizado na Rua Água Vermelha, próximo ao córrego do mesmo nome, e possui acesso à malha urbana da cidade. No terreno foi reservado um espaço para implantação de equipamentos institucionais.

Presidente Prudente K

MUNICÍPIO: Presidente Prudente
ENTREGA: 1998
TERRENO: 30.185,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 22.256,89 m²
COTA RESID.: 73,21 m²
TIPOLOGIAS: VI22F V1 e V2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 304
PROJETO: SODEMCO

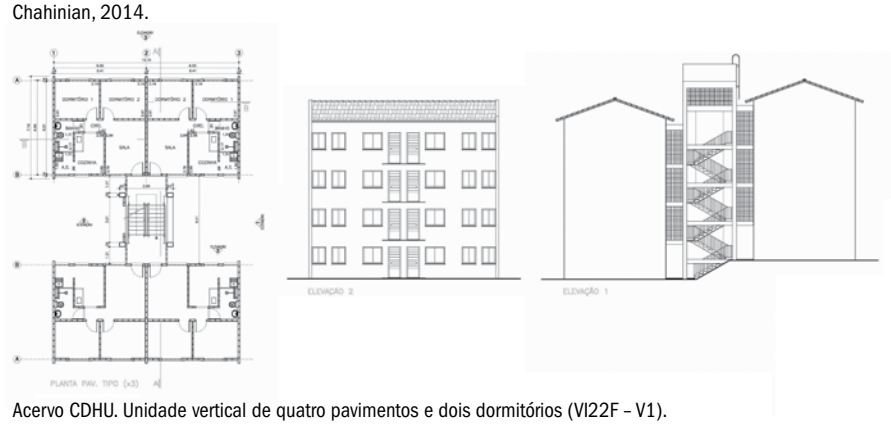
Este projeto apresenta um bom coeficiente de aproveitamento do terreno, marcado por uma declividade média. O conjunto tem dois grandes blocos de condomínios, com prédios paralelos de cinco pavimentos, ligados por caixas de escadas. Na entrada do conjunto há um estacionamento e uma área destinada ao lazer; no centro, há outro espaço exclusivo para equipamentos institucionais. Um segundo bolsão de estacionamento fica no outro extremo do terreno. Os apartamentos tem área média de 45 m², com dois dormitórios.



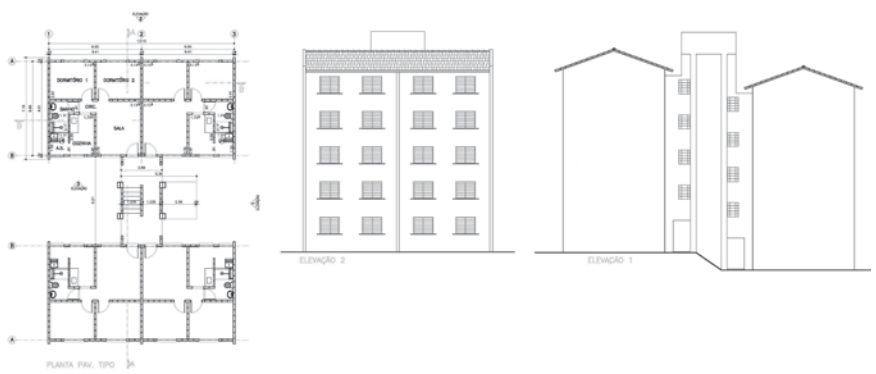
Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.



Acervo CDHU. Unidade vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios (VI22F – V1).
Projeto do arq. Luiz Flavio Gaggetti.



Acervo CDHU. Unidade vertical de cinco pavimentos e dois dormitórios (Vi22F-V2).
Projeto do arq. Luiz Flavio Gaggetti.

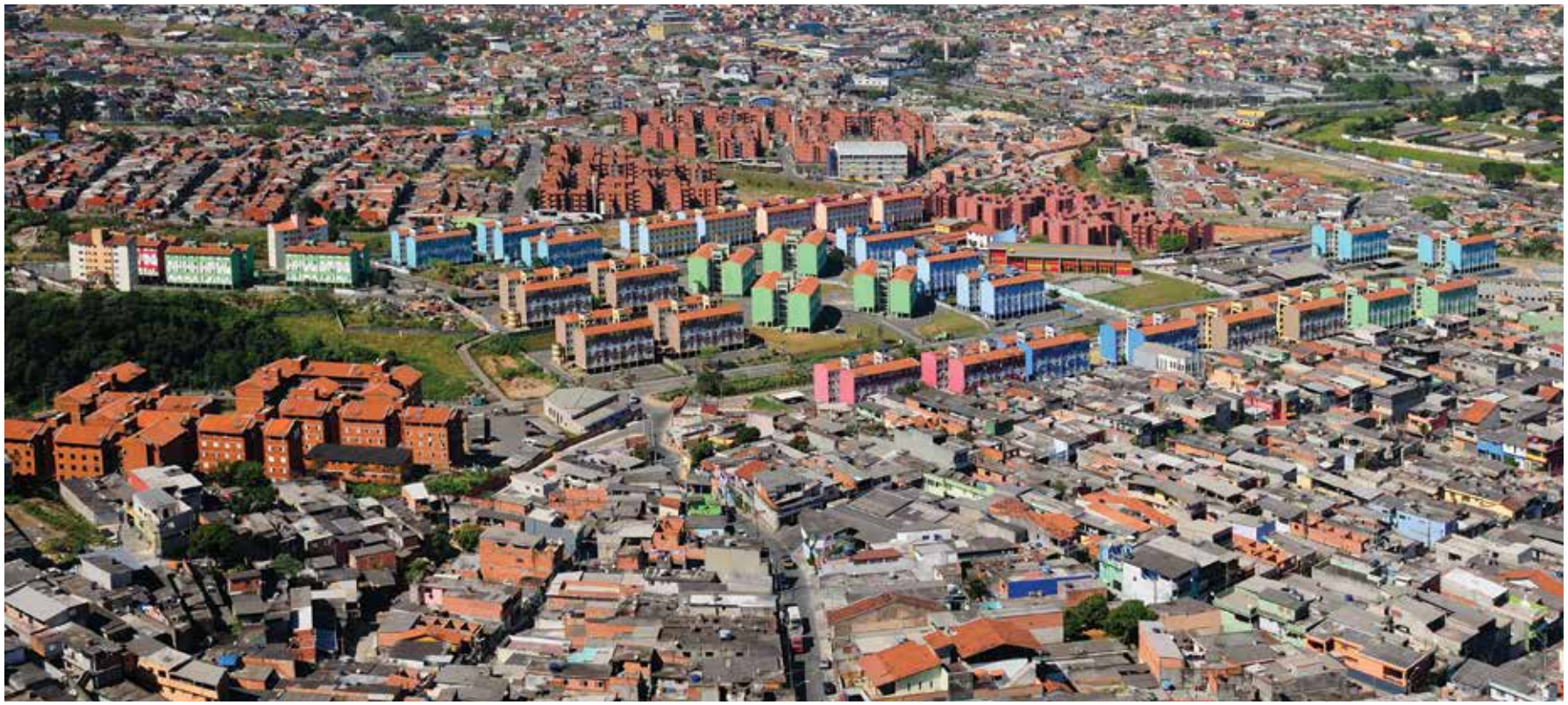
SP **Itaquera B**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1998
TERRENO: 665.561,58 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 393.621,59 m²
COTA RESID.: 87,57 m²
TIPOLOGIAS: PI22A-N/D, PI22F, V052 VIA N, V052A, VI22F V2 N, VI22K e V072
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 3.640
PROJETO: Moyses Aldo Nascimento, Rogério Bataglini, Denise Cesar Ruprecht, Yara Aparecida Rigon e Paulo Eduardo Pigmanelli; Usina – João Marcos Lopes

A implantação deste projeto vem ocorrendo ao longo de muitos anos, em várias fases de implantação e em diferentes programas, incluindo a modalidade Empreitada Global e Mutirão. A primeira fase de implantação foi de lotes urbanizados e a construção das unidades feita por mutirão com financiamento municipal. Foram realizados mutirões através de associações que se organizavam de forma diferente. A entidade União da Juta foi a primeira a construir prédios exigindo treinamentos especiais de segurança na obra. Neste projeto foram reservadas áreas para escolas técnicas, creches, centro cultural (Fábrica de Cultura de Sapopemba), posto de saúde, entre outros, transformando o conjunto de condomínios num bairro estruturado.



Acervo CDHU.



Nobre, 2014.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). Foram preservadas duas áreas verdes com maciços arbóreos para, no futuro, serem transformadas em parques urbanos.



Nobre, 2014.



Nobre, 2014. Principal via do conjunto (Rua Augustin Luberti), já com a ponte de transposição do córrego.



Nobre, 2014.

Definida a primeira fase, o projeto avançou com a abertura do sistema viário para as demais fases. Foi projetada uma via de conexão entre o acesso de São Paulo e Santo André que facilitou a integração intermunicipal. A transposição do Córrego Oratório não foi possível de início, por falta de uma ponte cuja responsabilidade pela implantação era do DAEE. Após a construção dessa ponte, o tráfego na região foi facilitado, economizando percursos e tempo nos trajetos entre municípios. O projeto da CDHU considerou também o alargamento da Estrada de Sapopemba, buscando melhorar o tráfego na região, preocupação permanente da ação urbana.



Nobre, 2014.



Nobre, 2014.



Nobre, 2014.

A participação efetiva dos movimentos por moradia mais uma vez possibilitou uma diversidade de tipologias no empreendimento. Foram utilizadas tipologias da CDHU e outras apresentadas pelos próprios movimentos através das assessorias técnicas, como as que foram implantadas nas fases B4 e B5, de autoria dos arquitetos João Marcos Lopes (USINA). Para este empreendimento a CDHU ainda realizou um concurso de novas tipologias. Uma delas, a V072, com edifício de sete andares e dois dormitórios, foi implantada e se tornou uma tipologia padrão na Companhia.



Nobre, 2014. Ao longo da Av. Sapopemba foram reservadas áreas para implantação de equipamentos públicos.



Nobre, 2014. Fábrica de Cultura de Sapopemba.



Nobre, 2014. EMEF Fazenda da Juta.



Nobre, 2014. E. E. Fazenda da Juta VI e posto policial.



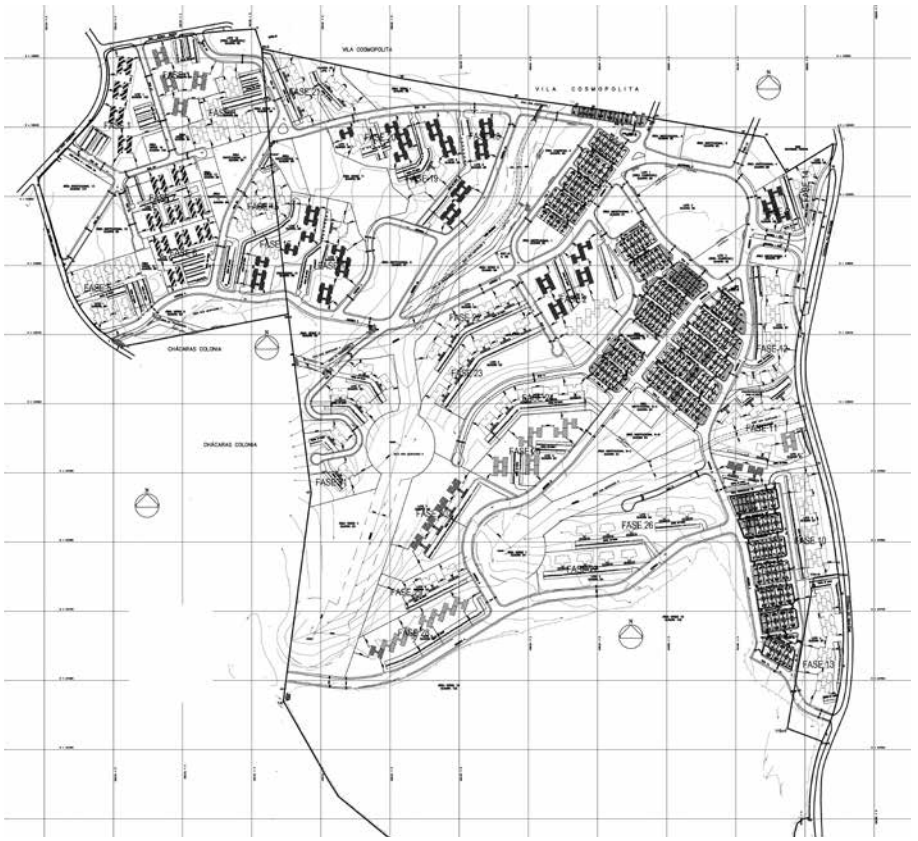
Nobre, 2014.

Este conjunto de Itaquera possui diversos equipamentos que atendem não só os moradores, mas também a população do entorno. São escolas municipais, escolas estaduais, creches, posto de saúde e centro comunitário. Além disso, os equipamento implantados junto à Avenida Sapopemba, de caráter mais regional, estendem seu atendimento aos bairros e municípios vizinhos. Ali estão uma sede da Polícia Militar, ETEC, Fábrica de Cultura, UBS, creches e escolas de grande porte, áreas de lazer e duas áreas de preservação reservadas para parques.

SP **Guaianazes A**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 1999
TERRENO: 1.024.787,45 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 391.228,79 m²
COTA RESID.: 78,89 m²
TIPOLOGIAS: SR13A, V072 – Via – Dragados, V072 – Via – Dragados, VI22BV2, V052CBPO, V052 – VIA, V052 – Via – Dragados, VI22F, V052C, VI22K e V072CBPO
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 4.959
PROJETO: Moyses Aldo Nascimento e Danilo Nicodemos de Jesus

O terreno deste projeto incorpora uma Área de Proteção Ambiental (APA), no extremo leste da cidade, com acesso pela Avenida Ragueb Chohfi (antiga Estrada do Iguatemi). O conjunto foi erguido em regime de mutirão, com os moradores organizados por meio de associações. Na primeira fase do projeto, foi adotada uma tipologia de casas isoladas (TR13A), com os moradores recebendo uma cesta de materiais de construção. As casas foram construídas com um único dormitório, mas tinham a possibilidade de expansão futura. Nas fases seguintes, a gama de tipologias é ampliada: de sobrados renqueados (SR13A) até edifícios de cinco e sete pavimentos. Esse conjunto foi sendo construído em mais de trinta etapas, algumas serão entregues em 2016.



Acervo CDHU.


Nobre, 2014.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). Na ortofoto observa-se parte da APA Iguatemi localizada no perímetro do conjunto.



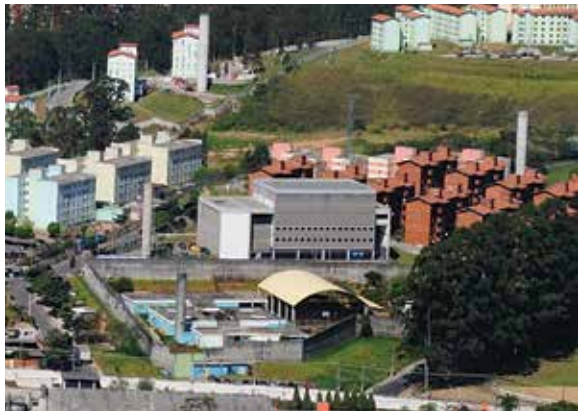
Nobre, 2014.

O conjunto está localizado na Avenida Ragueb Chohfi e seu sistema viário, com vias mais largas que as existentes na região, favoreceu a melhoria do tráfego, ampliando a fluidez para os veículos e oferecendo alternativas de percursos para o transporte coletivo. Com isso, o trânsito da região melhorou, inclusive nas vias antigas, que passaram a ter um fluxo menor de veículos.



Nobre, 2014.

Devido à demanda para a implantação verticalizada, o projeto manteve a proposta inicial do sistema viário elaborado pela Engeconsult e definiu novas ocupações dos lotes com prédios. A variedade de tipologias apresentadas pelas associações deu uma perspectiva interessante à paisagem. A relação entre os moradores, as associações e a CDHU proporcionou uma importante troca de experiência, condensada na formação da Rede Social – um programa estabelecido pela CDHU que buscava partilhar entre as diferentes associações de moradores e regiões (capital e interior), as soluções adotadas em variadas situações. Com isso, foi possível trocar informações, aprimorar processos e melhorar a execução dos projetos como um todo.



Nobre, 2014. Fábrica de Cultura Cidade Tiradentes.



Nobre, 2014.

A região de Guaianazes era extremamente adensada e carente de equipamentos públicos. O projeto realizou a implantação de várias escolas, creches e uma Fábrica de Cultura na região, pois a demanda era grande e era necessário suprir esse atendimento à população.



Nobre, 2014.

Diadema F1

Sanko

MUNICÍPIO: Diadema
ENTREGA: 2000
TERRENO: 96.800,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 50.493,32 m²
COTA RESID.: 100,99 m²
TIPOLOGIAS: VI22F, TLE/05G, TLE/07G e TLE/07
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 500
PROJETO: Dania Brajato, Jaime Bahamon e Ana Claudia Galeazzo

A primeira fase deste projeto entregou 500 unidades habitacionais aos moradores, que contrataram uma assessoria técnica para elaborar o projeto. As obras foram realizadas de acordo com os parâmetros básicos do Programa de Mutirão, mas na modalidade Empreitada Global. São apartamentos com área de 50 m², num padrão retangular, com dois dormitórios. Além das unidades da primeira fase, foram construídos outros 120 apartamentos numa segunda etapa, em 2008. As áreas de lazer e equipamentos comunitários incluem academia, quadras de areia (uma de vôlei e uma de futsal) e uma pista de caminhada.



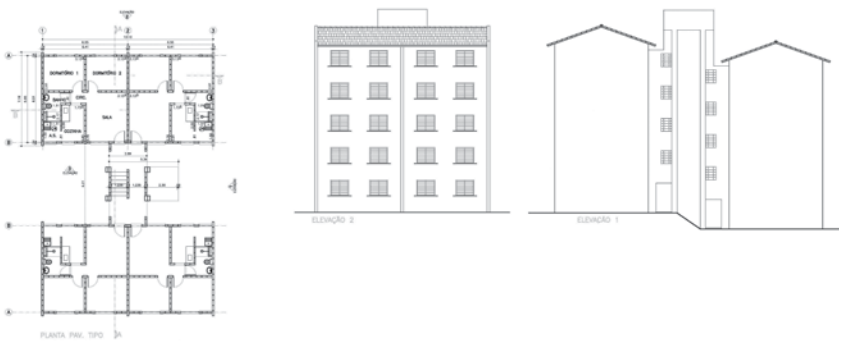
Acervo CDHU.



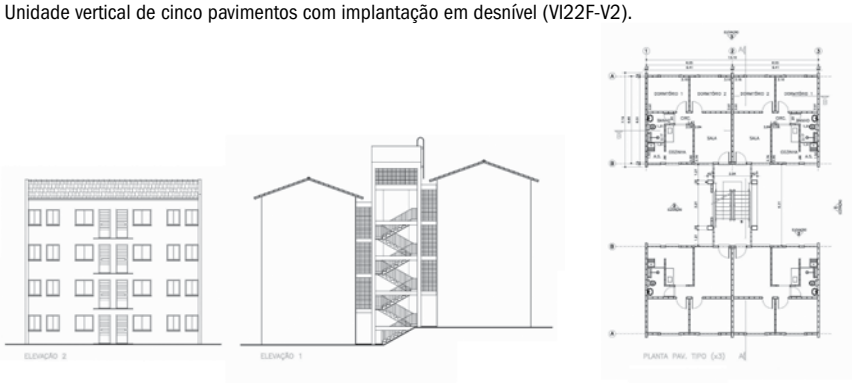
Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Unidade vertical de cinco pavimentos com implantação em desnível (VI22F-V2).

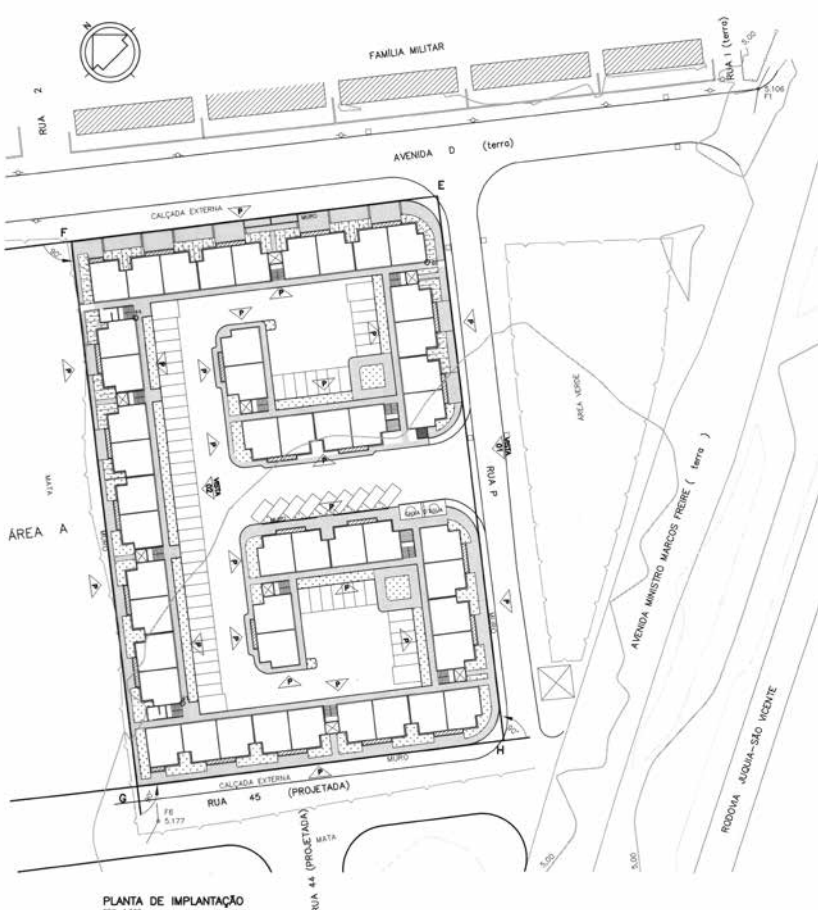


Unidade vertical de quatro pavimentos com implantação em desnível (VI22-V1).

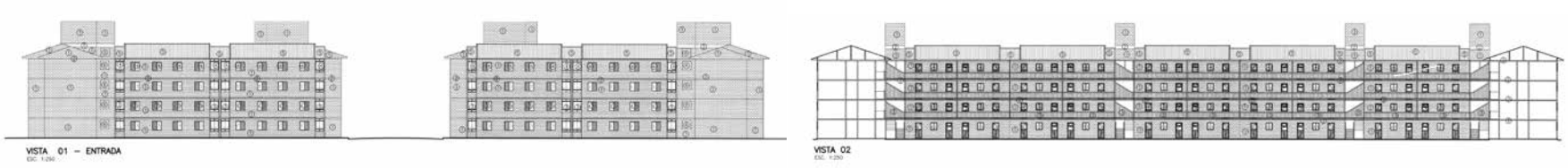
Praia Grande A

MUNICÍPIO: Praia Grande
ENTREGA: 2002
TERRENO: 8.265,57 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 3.107,35 m²
COTA RESID.: 16,18 m²
TIPOLOGIA: V042 – PRAIA GRANDE A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 192
PROJETO: Maria Isabel N. de Souza Cabral e Virginia Steed

Para a construção deste empreendimento, a CDHU repassou recursos à União dos Movimentos de Moradia (UMM), que ficou responsável pela seleção das famílias beneficiadas que trabalhariam na obra em regime de mutirão. O conjunto ocupa uma única quadra, com módulos interligados de quatro pavimentos, geminados e unidos por escadas. Destacam-se no conjunto a adoção de blocos cerâmicos, o uso de gradis metálicos e os corredores nos pavimentos. Além de dispensar pintura, a variação de tonalidades desse tipo de bloco produz um efeito estético agradável.



Acervo CDHU.



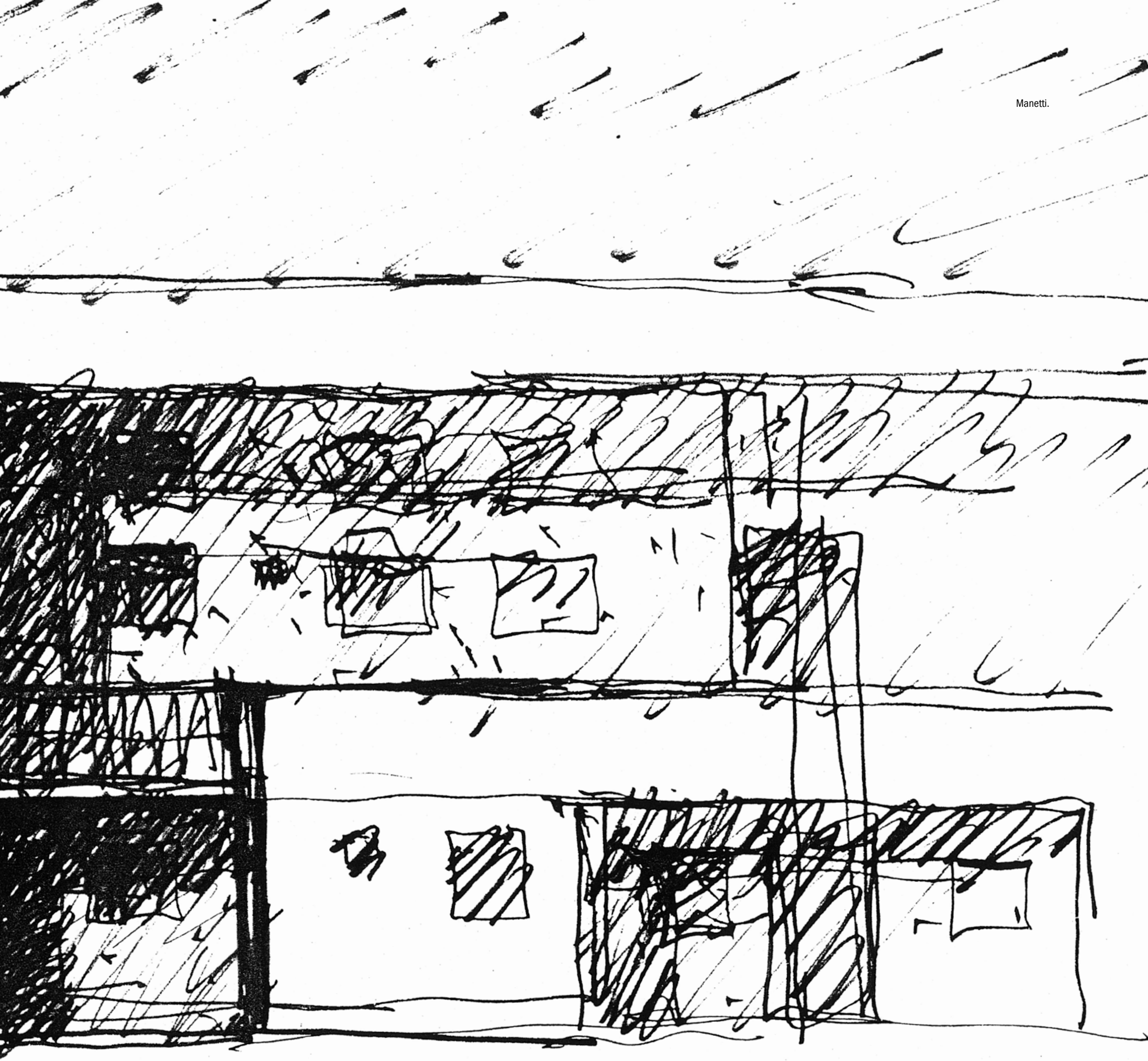
Acervo CDHU. Unidade vertical de quatro pavimentos e dois dormitórios (V042). Projeto da Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado.



Chahinian, 2014. Condomínios com boa infraestrutura de estacionamento, projeto de paisagismo e iluminação.



Manetti.





RUA JOÃO EDUETA
ACESSO DE PEDESTRES
ACESSO DE VEÍCULOS
MARINHA
1555
1565
1575
1585
1595
1605
CIM.
TERRA
PVAP
hidrômetro
guarita
lixeira
reserv.
Nº DO APTO. TÉRREO
LOTE 1
LOTE 2
645
ESTACIONAMENTO 1
ESTACIONAMENTO 2
32 VAGAS
ESTACIONAMENTO 3
21 VAGAS
ESTACIONAMENTO 4
17 VAGAS
26 VAGAS
31 VAGAS
PLAY-GROUND
MURO DE AP
97,53m
88,97m
80,74m
92,70m
(PRESERVAÇÃO PERMANENTE)
"NON AEDIFICANDI"
2.384,41m2
(INCLUSA NA ÁREA DO LOTE 2)
(PRESERVAÇÃO PERMANENTE)
"NON AEDIFICANDI"
2.413,72m2
(INCLUSA NA ÁREA DO LOTE 1)
R.N.
SÍTIO ÁGUAS LINDAS

Sexto Período 2001-2006

O ano 2001 foi marcado pela substituição no comando do Governo do Estado de São Paulo. No âmbito habitacional, Geraldo Alckmin deu sequência aos programas que vinham sendo desenvolvidos por Mário Covas e as atividades na CDHU prosseguiram na capital e no interior.

Nesse mesmo período, culminava uma importante mudança na política de desenvolvimento urbano e habitacional em âmbito federal: a aprovação e a instituição do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

O Estatuto da Cidade foi resultado de um longo processo de debates que envolveu intensamente diversos setores da sociedade e formuladores de políticas públicas no Brasil. O Estatuto regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, os quais estabelecem a necessidade de políticas de desenvolvimento urbano para a realização da "função social das cidades", visando ao bem-estar de seus habitantes. Com essa regulação, criou-se base institucional para formulação e aplicação de instrumentos de desenvolvimento urbano, tais como planos diretores obrigatórios, expropriação de propriedades que não estivessem cumprindo sua "função social", criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para o desenvolvimento de habitação, entre outros.

Sua edição foi antecedida pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000, que alterou o art. 6º da Constituição Federal, estabelecendo: "São direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição". Assim, com essa reforma constitucional, o direito à moradia passou a figurar literalmente no rol dos direitos sociais, dimensão dos direitos fundamentais, que são aqueles que exigem do Estado uma prestação, ou seja, uma política pública voltada para sua consecução[28].

Para a efetivação desse direito, o Estatuto da Cidade previu e organizou as possibilidades de aplicação de uma gama de instrumentos, entre os quais se destacam: a) Zona Especial de Interesse Social (ZEIS); b) concessão de direito especial de uso para fins de moradia; c) usucapião especial urbana; d) usucapião coletiva; e) regularização fundiária; e f) gestão democrática

participativa, estabelecendo as bases para normas de ordem pública e interesse social que regulem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

O Estatuto da Cidade configurou um marco fundamental no longo processo de modernização da legislação urbana no país, que se desenvolve até os dias de hoje com constantes desafios para seu aprimoramento e efetividade.

Nesse contexto ganharam nova fundamentação e alcance as pautas de urgência para o atendimento habitacional, estabelecendo-se um quadro normativo para a implementação de projetos de recuperação urbana e iniciativas de urbanização de favelas e regularização fundiária.

Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, que reuniu no âmbito nacional a gestão das políticas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, promovendo o início de uma renovação das estruturas de gestão e estimulando a aplicação de normas para políticas públicas referentes às cidades, com o propósito de combater as desigualdades e humanizar os espaços urbanos, contribuindo para ampliação do acesso à moradia[29].

Como decorrência dos esforços destacados no período anterior, e de forma concomitante com a emergência das pautas sociais urbanas no Estado de São Paulo, a CDHU, que historicamente possuía uma forte atuação no interior, começou a ver resultados da inversão dessa tendência preponderante, fruto da diversificação e intensificação das ações habitacionais nas regiões metropolitanas, especialmente nas décadas 1980 e 1990. Os cortiços e as favelas paulatinamente foram se configurando como parte essencial do foco da política habitacional do estado, juntamente com a regularização fundiária[30].

O Programa Guarapiranga, descrito no capítulo anterior, desenvolvido por meio da parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura da capital, contando com financiamento do Banco Mundial (BIRD), prosseguia para a finalização de sua primeira etapa e, a despeito dos inúmeros desafios enfrentados, evidenciou resultados inovadores na combinação de ações habitacionais diversificadas (reassentamento habitacional, urbanização de assentamentos etc.), com recuperação socioambiental e urbana. Tendo sua coordenação numa Unidade de Gestão vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, um dos fatos marcantes do Programa foram os esforços de articulação das ações entre SABESP, CDHU e Secretaria do Meio Ambiente, combinadas com os investimentos realizados pelos municípios na região dos mananciais da Represa Guarapiranga. Com a participação da CDHU no Programa, os benefícios do atendimento habitacional associado ao saneamento ambiental foram estendidos a um conjunto expressivo de áreas nos municípios de Embu das Artes, Embu Guaçu e Itapecerica da Serra, objeto de urbanização e desadensamento articulados com obras de infraestrutura para recuperação dos mananciais e para a promoção da qualidade de vida.

As diretrizes, a implementação e os resultados do Programa demonstraram que a prática poderia e deveria ser replicada. Os benefícios da urbanização no Programa Guarapiranga se tornaram subsídios para que a CDHU desenvolvesse uma metodologia de atuação em assentamentos precários. Com esse impulso e os primeiros resultados das intervenções iniciadas ou retomadas no período anterior, como citado, as intervenções em áreas de risco e favelas foram sendo gradativamente ampliadas e a Companhia passou a ter em seu portfólio uma série de ações de urbanização e recuperação urbana nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

Considerando o conjunto de intervenções dessa natureza, em curso com a participação da CDHU, em dezembro de 2002[31] o montante das intervenções envolvia cerca de 46,8 mil atendimentos, dos quais aproximadamente 8,8 mil já tinham sido realizados até aquele momento (por meio de substituição de moradias, reassentamento habitacional e urbanização de assentamentos) e quase 38 mil tinhamprevisão de desenvolvimento a partir de 2003.

Ainda que essas ações fossem identificadas em sua maioria como "projetos especiais", estava latente a necessidade de rever os procedimentos de trabalho da empresa, com adequação das estruturas e linhas de produção vigentes, para que essas ações de urbanização e reassentamento habitacional – recuperação ou substituição de cortiços e atendimento a demandas específicas – propiciassem a ampliação do leque de ações e formas de atendimento habitacional da Companhia.

Com os processos de atendimento a essas demandas, novos tópicos passaram a compor as pautas de debate do estado em habitação, incluindo questões como locação social, concessão ou permissão onerosa de uso sem transferência de propriedade, entre outras. Essas questões conviviam com outras marcantes nos programas habitacionais em desenvolvimento, como a autogestão e o mutirão; os requisitos para promover a autoconstrução assistida; os constantes desafios da busca de tecnologias alternativas de produção; padronização e melhoria do projeto arquitetônico e urbanístico; e a integração dos empreendimentos habitacionais em novos contextos de requalificação urbana e urbanização de favelas.

Na gestão iniciada em 2003, Barjas Negri assumiu a presidência da Companhia e a chefia da Secretaria da Habitação, de forma concomitante, o que promoveu uma orientação única para as ações da Pasta.

Esforços foram feitos para aprimorar o quadro de funcionários da CDHU. Com o concurso público realizado em 2002, a Companhia

teve a oportunidade de ampliar e renovar parte do quadro de funcionários, que passaram de 903 no final de 2002 para 1.054 em dezembro de 2003.

A estrutura de Gerências Regionais prosseguiu com o desenho que havia sido formalizado em 1998, mantendo sua vinculação às duas Superintendências de Ação Regional – uma referente ao interior do estado e outra às regiões da Baixada Santista, Região Metropolitana de São Paulo e capital – e todas vinculadas à Diretoria de Ação Regional, cuja denominação havia sido definida em 1997, substituindo a então chamada Diretoria de Desenvolvimento Socioeconômico. Esse quadro sofreria alterações a partir de 2007.

Entretanto, houve um grande ajuste na estrutura de Diretorias da CDHU em 2003. Foram extintas as diretorias da Vice-Presidência, de Desenvolvimento Empresarial e de Mutirão. Simultaneamente, as diretorias Administrativa e Financeira foram fundidas, constituindo a nova Diretoria Administrativo-Financeira. Com isso, a CDHU passou a ter cinco diretorias, número inferior ao total existente antes de 1995.

Houve também uma reorganização das funções de Planejamento e Produção. A Diretoria de Planejamento perdeu as atividades de Projetos, que se somaram às Obras, compondo a nova Diretoria da Produção a partir de 2005.

Com esse quadro diretivo mais enxuto, os programas habitacionais também foram reorganizados e passaram a compor um conjunto único, sob a denominação geral Programa de Governo – Pró-Lar.

Essa reorganização foi feita em dois conjuntos básicos de programas: os voltados para demandas de áreas ocupadas e grupos sociais específicos, e aqueles voltados para a demanda geral ou para grupos organizados por entidades.

Para o primeiro conjunto, das demandas de áreas ocupadas e grupos-alvo específicos, um conjunto de programas foi identificado e teve sua estruturação reformulada, inserindo em novo contexto de modalidades de atendimento habitacional anteriormente desenvolvidas com o caráter de projetos especiais. Nesse quadro podem ser destacados o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), o de Atuação em Favelas e Áreas de Risco, o de Moradias Indígenas e o de Moradia para Quilombolas.

Já na vertente de atendimento à demanda geral, ou de populações organizadas, merecem destaque programas desenvolvidos em parceria com os municípios paulistas do interior – inclusive aqueles com foco na demanda rural –, os realizados com associações comunitárias, em continuidade ao Programa Paulista de Mutirão, além dos empreendimentos realizados pela própria Companhia por meio de empreitada. Somam-se a eles soluções de crédito habitacional, retomadas ou desenvolvidas nesse período.

Demandas Específicas

Programa Atuação em Favelas e Áreas de Risco (PLAFR)

Conforme relatado, houve no período um reforço das ações de saneamento e remediação de áreas de risco, como foi o caso da Favela Paraguai, na Vila Prudente, Zona Leste da capital. Instalada num aterro industrial que gerava gás em um solo altamente poluído, as famílias dessa favela estavam constantemente expostas à contaminação. Após a emissão de um laudo da CETESB, o governo decidiu remover os resíduos tóxicos localizados no subsolo dessa área de 94 mil m^2, onde se estimava que aproximadamente 15 milhões de litros de substâncias tóxicas houvessem sido despejados durante o período em que a área era um lixão (até 1980).

Para garantir a saúde e a qualidade de vida das 450 famílias da Favela Paraguai, elas foram reassentadas em um conjunto habitacional no bairro Iguatemi, também na Zona Leste da cidade, construído pela CDHU. Outros habitantes da Favela da Paz e do Viaduto Grande São Paulo também foram reassentados nesse conjunto, totalizando 849 famílias que deixaram de viver em situações de risco e alta vulnerabilidade social.

Nesse mesmo período, vários projetos de intervenção tiveram continuidade ou foram iniciados em outros grandes assentamentos precários, nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

Programa de Atuação em Cortiços (COR)

O Programa de Atuação em Cortiços – iniciado e descrito no Quinto Período – intensificou suas ações nesse período, por meio de financiamento de recursos obtidos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), voltados para promover empreendimentos habitacionais e para a compra de imóveis disponíveis no mercado por meio de cartas de crédito. Foram firmados convênios com as prefeituras da capital e de Santos, o que viabilizou a seleção dos setores encortiçados – objeto de intervenção –, a identificação e indicação das famílias beneficiárias,promovendo amplo apoio às intervenções.

Programa Moradia Indígena (MI)

Em 1998, a CDHU promoveu, em parceria com a Comunidade Solidária e a FUNAI, o "1º Encontro Estadual da Moradia Indígena – A Voz do Índio", ocasião em que foi apresentada a situação habitacional das aldeias do Estado de São Paulo; e também quando foi assinado um Termo de Compromisso entre a Secretaria da Habitação, a CDHU e a FUNAI, definindo atribuições aos diversos órgãos

e prefeituras envolvidas, visando à implementação do Programa de Moradia Indígena.

O Programa de Moradia Indígena foi desenvolvido pela CDHU para garantir melhores condições de vida à população indígena residente no Estado de São Paul, sendo elegíveis apenas terras de comunidades indígenas homologadas e reconhecidas pela legislação federal. Tratou-se de substituir antigas habitações precárias por novas unidades habitacionais, adotando-se tipologias adequadas às necessidades das inúmeras comunidades situadas na capital, no interior e no litoral.

Como a terra – suporte da vida social – está diretamente ligada ao sistema de crenças e saberes indígenas, todos os detalhes devem ser levados em conta; por isso, a escolha da tipologia e a localização das casas devem respeitar as tradições e os costumes de cada comunidade.

Foram construídas moradias em aldeias nos municípios de Avaí, Arco-Íris, Braúna, São Paulo, São Sebastião, Itariri, Itanhaém, Peruíbe, Ubatuba e Mongaguá.

O Programa foi tão bem-sucedido que a CDHU foi contemplada com o Selo de Mérito 2014, concedido pela Associação Brasileira de COHABs (ABC), e, durante o 61º Fórum Nacional de Habitação, foi vencedora do prêmio na categoria "Atendimento a Grupos Sociais Específicos".

Programa Moradias Quilombolas (MQ)

Outro programa especial que tem apresentado resultados positivos é o Moradias Quilombolas. Desenvolvido em parceria com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), objetiva atender famílias moradoras em áreas remanescentes de quilombos, com processo de regularização fundiária concluído.

O programa prevê repasse de recursos e projetos arquitetônicos da CDHU para as prefeituras construírem moradias adequadas ao modo de vida desses coletivos, considerando sua cultura e costumes.

Em São Paulo, existem 28 comunidades quilombolas reconhecidas e apenas seis tituladas, ou seja, com o processo de regularização concluído. Dessas seis já atendemos cinco e a outra se encontra em processo de planejamento da intervenção.

A primeira região contemplada pelo programa foi o Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo, uma área de beleza exuberante, com parques e reservas naturais de Mata Atlântica.

O programa entregou 191 unidades habitacionais, sendo 120 no Município de Eldorado e 71 unidades no Município de Iporanga.

As unidades foram entregues a partir de 2008 e estão apresentadas no capítulo seguinte deste livro (Sétimo Período).

Melhorias Urbanas e Habitacionais

Complementado o quadro de atuação em áreas ocupadas, essas ações foram desenvolvidas para serem realizadas tanto pela Secretaria da Habitação quanto pela CDHU (sendo nesse caso voltadas para conjuntos habitacionais da própria Companhia) e tiverem por objetivo a implantação de infraestrutura básica, equipamentos coletivos e melhorias habitacionais mediante reformas e ampliações, fomentando a implementação de serviços públicos .

República da Melhor Idade

O Projeto Condomínio República da Melhor Idade surgiu em 2005 a partir da mobilização da Caravana da Terceira Idade, movimento social com origem na Zona Leste da capital. O atendimento habitacional ao idoso de baixa renda era um dos itens da extensa pauta de reivindicações do movimento encaminhadas ao governador. A demanda foi acolhida e o empreendimento Cambuci A, em fase de finalização, foi então destinado para a estruturação de um projeto com objetivos mais amplos que o acesso à moradia digna.

Nesse sentido, estruturou-se uma parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social com o objetivo de possibilitar ao idoso de baixa renda, no convívio com seu núcleo familiar, o acesso à moradia digna, adequada às necessidades do seu ciclo vital, garantindo melhor qualidade de vida, participação comunitária e integração social.

O prédio, com 66 apartamentos, cada um com de cerca de 48 m^2, 11 pavimentos e 2 elevadores, foi adaptado para receber a população idosa e atender aos objetivos propostos. Foram instalados piso antiderrapante, interruptor paralelo nos quartos, interfones na cozinha, quarto e banheiro, e barras de apoio no boxe. Além disso, o vão da porta do banheiro foi alargado, melhorando a acessibilidade. Os espaços no térreo foram reformulados para possibilitar o desenvolvimento de atividades socioculturais e terapêuticas (quatro salas com um total de 346 m^2), e a área descoberta (895 m^2) foi reformada, eliminando o parque infantil inicialmente projetado e, em seu lugar, foram implantados jardins com pérgola e bancos.

A maior inovação, contudo, foi na concepção da gestão do Projeto. Por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), foi conveniada a Sociedade Pró-Moradia São Vicente de Paula para implantar o trabalho social e fazer a administração condominial. Assim, desde sua inauguração, são desenvolvidas nas áreas comuns atividades que propiciam a integração intergeracional e convivência social, minimizando o isolamento e a solidão. Além de atendi-

mentos individuais, são realizadas atividades físicas, culturais e ocupacionais (trabalhos manuais etc.).

Dadas as características sociais do Projeto e sua localização privilegiada no centro de São Paulo, o processo de inscrição e a ocupação dos apartamentos também tiveram tratamento específico. Para melhor focalização do grupo-alvo, foi realizada uma primeira etapa de seleção de entidades sociais com atuação com idosos nos distritos centrais de São Paulo. As entidades selecionadas por critérios definidos em edital pela SEDS fizeram uma pré-seleção de candidatos, que depois foram encaminhados para cadastramento pela CDHU. Em evento no Memorial da América Latina, foram então sorteados titulares e suplentes.

Entre os critérios de elegibilidade, além da idade mínima (60 anos) e de ter sido pré-selecionado por entidade social habilitada pela SEDS, o idoso deveria ser acompanhado obrigatoriamente de cônjuge ou familiares na moradia, ser independente para o desempenho das atividades da vida diária e prática, e comprovar renda individual entre 1 e 2 salários mínimos e familiar entre 1 e 5. Os idosos também deveriam comprovar pelo menos três anos de moradia nos distritos de Bela Vista, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Pari, República, Santa Cecília e Sé, do Município de São Paulo, e não possuir imóvel ou financiamento em qualquer parte do território nacional.

A renda do idoso no limite de 2 salários mínimos foi um requisito para alinhar o atendimento habitacional às políticas da área de assistência social voltadas à proteção especial. Também com o objetivo de garantir a sustentabilidade do projeto social, as unidades foram destinadas aos idosos em regime de concessão onerosa de uso, sem opção de compra, com subsídio integral aos custos condominiais, isentando o idoso e sua família de quaisquer obrigações e tarifas a título de taxa de manutenção, fundo de reserva ou cota-parte condominial. Todas as unidades foram ocupadas, com uma delas destinada em comodato para uso residencial da Sociedade Pró-Moradia São Vicente de Paula

O Projeto Condomínio República da Melhor Idade passou por uma importante alteração em 2008, quando todos os convênios no âmbito da política de assistência social foram municipalizados. Com isso, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da capital passou a fazer a gestão do convênio, segundo normas próprias. O serviço social oferecido foi então enquadrado como Instituição de Longa Permanência do Idoso (ILPI), na falta de outro regulamento mais apropriado ao Projeto. Essa situação provisória se estendeu até janeiro de 2011, quando o órgão municipal da assistência oficiou a CDHU manifestando a decisão de descontinuar o convênio. A partir desse momento, a Companhia passou a administrar integralmente o Projeto, assumindo tanto os custos condominiais quanto de gestão social.

Um aprendizado importante decorrente da implantação do Condomínio República da Melhor Idade foi o entendimento de que o atendimento habitacional para o público idoso mais vulnerável requer serviços continuados no campo da assistência social. Esse enfoque da moradia para o público idoso como *equipamento público de moradia assistida* foi posteriormente adotado, com outra modelagem, na concepção do Programa Vila Dignidade, também em parceria com a SEDS, mas envolvendo as prefeituras com a responsabilidade de implantar o projeto social e inserir o idoso na rede local de atenção a essa população.

Atendimento à Demanda Geral

Programa Autoconstrução (PLAC)

O Programa Autoconstrução iniciou-se em 2003, dando continuidade ao modelo de cesta de materiais de construção e ao Programa Habiteto, de gestões anteriores.

O Programa envolveu o Governo do Estado, por intermédio da CDHU, as prefeituras e a participação direta das famílias, previamente sorteadas para a construção de moradias. As prefeituras doavam os terrenos e executavam toda a infraestrutura. A CDHU, por sua vez, repassava recursos para compra de cestas de material de construção e supervisionava as obras. As famílias construíam as moradias em regime de autoconstrução, devendo cumprir uma carga semanal de trabalho no canteiro de obras de 16 horas, geralmente nos finais de semana.

No geral, o Programa foi responsável pela produção e entrega de unidades em numerosos municípios do interior do estado. O Programa previa a composição de uma cesta de materiais de construção para uma casa térrea isolada, com pouco mais de 40 m^2. Em períodos posteriores, o Programa foi revisto, reduzindo as demandas para os municípios e para os beneficiários, buscando agilizar a produção de moradias.

Programa Mutirão Associativo (PLMUT)

Entre 2004 e 2006 foi desenvolvido o Mutirão Associativo, com os mesmos princípios da etapa desenvolvida anteriormente, ou seja, com características de autogestão pelas entidades sociais. Nessa etapa, atenderam-se compromissos firmados anteriormente e que haviam sido formalizados por meio de Termos de Compromissos, Declarações ou comprometimentos do governador Mário Covas em evento histórico ocorrido na Praça do Forró, na Zona Leste do Município de São Paulo[32].

O avanço dessa etapa foi o estabelecimento de um novo regulamento do Programa, após vários questionamentos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que recomendava o estabelecimento de procedimento de seleção pública. A proposta de lançamento de edital para seleção de associações comunitárias e entidades sociais buscava, mais uma vez, o princípio de proporcionar critérios claros para seleção das entidades sociais.

Nesse novo regulamento, o governo continuou a repassar recursos às entidades sociais, sendo por elas contratadas as assessorias técnicas para apoiar a administração dos recursos, a elaboração dos projetos e a direção técnica das obras.

Entretanto, o Programa apresentava novidades em relação a outras modalidades de mutirões associativos, tais como o Mutirão UMM (1990 a 1994) e o PPM (1995 a 1998 e 1999 a 2003), estabelecendo, basicamente, algumas limitações para a forma de autogestão pelas entidades sociais.

Inicialmente, a CDHU lançou um edital para a seleção de associações comunitárias e entidades sociais, e o projeto passou a ser desenvolvido exclusivamente pela própria CDHU.

O modelo de gestão adotado apresentava uma divisão de atribuições entre a CDHU, as prefeituras e os mutirantes. Cabia à CDHU a realização das obras de infraestrutura, ou seja, terraplenagem, drenagem e construção da estrutura pré-moldada em sistema de empreitada.

Os repasses às associações excluíam o projeto e os recursos referentes às obras contratadas pela CDHU, mas mantinham outros itens, como material de construção, mão de obra especializada, administração e canteiro de obras para as etapas de responsabilidade das associações.

Como resultado dessas definições, o Programa teve sua organização institucional aprimorada e, dando prosseguimento aos projetos definidos no período anterior, foi responsável pela continuidade do ritmo de produção em parceria com entidades organizadoras, com um volume de entregas médio, que permaneceu no patamar de cerca de 2,3 mil unidades por ano no período 2001-2006 (o mesmo do período anterior), ritmo esse que teria seu declínio nos períodos subsequentes.

Programa Crédito Habitacional (PLCRH)

Nesse período, buscou-se organizar as diversas modalidades de concessão de crédito habitacional que a CDHU já havia operado como projetos e operações isoladas. Com isso, foram estruturadas modalidades de fornecimento de créditos habitacionais para construção de moradias em lotes próprios, regularizados e quitados, ou créditos para aquisição de imóvel residencial novo ou usado no mercado por meio da concessão de cartas de crédito pela CDHU.

No caso de crédito para construção em lotes próprios, a Prefeitura viabilizava a assessoria técnica por meio de parcerias com entidades de profissionais de arquitetura e engenharia, e disponibilizava equipe de fiscalização e acompanhamento das obras. A CDHU repassava recursos para compra de materiais, contratação de serviços especializados dos profissionais necessários, despesas cartorárias, administração e gerenciamento das obras.

No caso do crédito habitacional para aquisição de moradias, esse foi modelado em parceria com o Banco Nossa Caixa e, por intermédio desse banco, a CDHU disponibilizava os recursos na conta do beneficiário para a aquisição de imóvel no mercado imobiliário, por meio de cartas de crédito. Essa modalidade buscou atender a segmentos sociais específicos como policiais militares, civis, científicos e outros.

Programa Microcrédito Habitacional

A busca de diversificação de soluções habitacionais, incluindo aquelas voltadas à melhoria de moradias já construídas, levou a CDHU a operar essa nova modalidade: Microcrédito Habitacional – especialmente em virtude dos bons resultados e da ênfase do governo ao microcrédito.

O Programa tratava da linha de crédito oferecida à população de baixa renda, para que tivesse a oportunidade de reformar e ampliar a casa própria. Realizado pela Secretaria da Habitação, em parceria com a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, via Banco do Povo Paulista e Banco Nossa Caixa, foram atendidas famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, sem restrições de crédito e sem serem beneficiárias de outros financiamento habitacionais.

De forma geral, o crédito e o microcrédito – as duas modalidades em conjunto – tiveram como resultado a entrega de uma média anual de 500 benefícios.

Programa Rural (MRU)

Ainda no escopo da diversificação dos públicos-alvo no atendimento habitacional, esse Programa visava oferecer à população de baixa renda, que morasse ou trabalhasse na área rural, a oportunidade de construir sua moradia.

O objetivo era atender famílias de trabalhadores rurais residentes em áreas urbanas ou rurais ou famílias ocupantes de lotes de assentamentos rurais administrados pelo Instituto de Terras do

Estado de São Paulo (ITESP). As moradias eram construídas em regime de autoconstrução e a CDHU repassava às prefeituras recursos destinados ao financiamento de cestas de material de construção. Os resultados tiveram pequena expressão numérica, mas representaram uma nova vertente para os atendimentos habitacionais no estado.

Programa Núcleo Habitacional por Empreitada (PLNHE)

Essa modalidade prosseguiu no período e foi a responsável pelo maior número de entregas de moradias entre 2001 e 2006 – cerca de 50 mil unidades no período. Esse número, entretanto, era metade dos resultados do período anterior, o que demonstra que a diversificação das modalidades de produção e de públicos-alvo foi expressiva nesse período.

Nesse Programa, o objetivo era oferecer moradias construídas por meio de empreitada. No interior, eram feitas parcerias com prefeituras para viabilização de terrenos; na Região Metropolitana de São Paulo, os terrenos eram disponibilizados pela própria CDHU. Em ambos os casos, a CDHU responsabilizava-se tanto pela inscrição das famílias, selecionadas por sorteio público, quanto pela comercialização das unidades habitacionais.

Rede de Compromisso Social

No início dos anos 2000, a CDHU promoveu a implementação de um projeto social inovador, fora dos padrões das empresas de habitação popular, ao criar a Rede de Compromisso Social, com vistas à melhoria socioambiental dos conjuntos habitacionais.

Assim, em setembro de 2000 os funcionários da recém-criada Gerência de Ação Institucional Integrada (GAII), subordinada à antiga Diretoria de Ação Regional, buscaram estimular oficialmente o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, prefeituras, organizações governamentais e não governamentais. Para tanto analisavam e propunham formas de uso e gestão dos equipamentos comunitários construídos pela CDHU (antigos, novos ou em fase de edificação), articulando as organizações governamentais e não governamentais (inclusive associações de moradores) para ali implantar projetos, programas e ações voltadas à melhoria das condições de vida da população moradora dos conjuntos da CDHU.

As associações comunitárias dos conjuntos habitacionais destacaram frentes de trabalho, para as quais formavam comissões com a participação de pelo menos um representante de cada região geográfica.

Cada comissão desenvolvia ações e trabalhos a partir de demandas de todas as cerca de 40 associações que chegaram a integrar a Rede. As demandas eram expressas em pesquisas feitas a cada dois anos e, a partir delas, definiam-se as prioridades de ação.

Ao longo de cerca de dez anos de funcionamento, a Rede manteve pelo menos cinco grupos de trabalho, cada qual com no mínimo um representante de cada região:

– Educação
– Saúde
– Cultura
– Esportes, lazer e meio ambiente
– Ensino profissionalizante

Para vencer as distâncias entre os conjuntos habitacionais, a Rede formou subgrupos nas regiões Norte, Leste I, Leste II, Sul/SO.

Os subgrupos faziam suas agendas de reuniões locais e os encontros aconteciam nos próprios conjuntos habitacionais,



Acervo CDHU. *Revista Parceria* criada pela CDHU para divulgar e incentivar os projetos sociais bem-sucedidos.

cada encontro ocorrendo em um conjunto diferente, de modo que, em cada região, todos os líderes e dirigentes passassem a conhecer os conjuntos e trabalhos das demais associações. Essa forma de organização regional facilitava os deslocamentos e criava vínculos regionais com interesses específicos.

Nos grandes encontros trimestrais em que compareciam as associações e lideranças de todas as regiões e grupos de trabalho, além de seus parceiros (do setor público, privado ou do terceiro setor), eram feitos os balanços das ações em curso, dos resultados positivos e negativos, com intuito de detectar novos problemas e oportunidades.

Ao negociarem com a CDHU a definição de uso prioritário para terrenos desocupados, resultando na construção de escolas, creches, postos de saúde, centros culturais e outros equipamentos públicos e comunitários, agiam diretamente sobre o ambiente da cidade, sendo protagonistas de ações de qualificação urbana relevantes nas regiões que mais necessitam desses investimentos.

A criação da *Revista Parceria* pela CDHU foi uma forma de divulgação e incentivo dos projetos sociais bem-sucedidos, tanto os próprios das associações como outros dos quais as comunidades dos conjuntos puderam se beneficiar diretamente ou como ideias a serem adotadas. A revista, que se produziu por cerca de dez anos, não era utilizada para divulgar projetos habitacionais e/ou institucionais da Companhia.

Um reconhecimento de destaque veio em 2006, quando o Prêmio Mário Covas foi concedido à Rede de Compromisso Social.

Sistema Estadual de Habitação

Entre 2001 e 2006, a produção total registrada na CDHU foi ligeiramente inferior aos montantes do período anterior, mas manteve-se ainda no patamar de mais de 100 mil moradias entregues que se estabeleceu a partir da disponibilidade de recursos do ICMS para habitação de forma continuada.

Contudo, é importante destacar que esse foi um período marcado pela diversificação das destinações de moradias para públicos e áreas diversas, bem como o início de uma fase de ações expressivas em projetos de urbanização de favelas. Essa diversificação prosseguiu e intensificou-se nos anos posteriores, criando a possibilidades de um enfrentamento mais preciso das necessidades habitacionais do estado e de um registro desse atendimento.

Além disso, dois trabalhos merecem destaque nesse período, pois seus resultados seriam significativos para os próximos passos da Companhia.

Em primeiro lugar, cabe destacar os trabalhos desenvolvidos para a formatação de um Sistema Estadual de Habitação, no qual ficassem mais claros os papéis da Secretaria da Habitação e da CDHU, permitindo que fosse previsto um Fundo Estadual de Habitação que tornasse mais transparente e adequada a destinação de recursos estaduais a título de subsídio habitacional.

Os estudos configuraram uma minuta de projeto de lei que foi encaminhada ao governo, por meio de sua Casa Civil. O documento foi apresentado pelo governador na Conferência das Cidades, e o modelo desenhado deu concretude a um antigo anseio cultivado de estabelecer uma estruturação institucional para a política de habitação que convergisse para uma atuação em sistema – a exemplo do que vinha sendo construído para as políticas de saúde e assistência social, todas com definições de responsabilidades compartilhadas entre os três níveis de governo.

Outro estudo fundamental foi desenvolvido a partir do final de 2005, denominado Plano Estadual de Desenvolvimento Habitacional (PDEH) em 2006.

Esse estudo, mesmo tendo sido desenvolvido internamente na Secretaria de Habitação, estabeleceu as bases para dois importantes marcos institucionais e programáticos orientadores das ações dos próximos períodos, que foram: o Plano Estadual de Habitação 2011-2023[33], desenvolvido a partir das bases do plano de 2006, e o Plano Plurianual 2008-2011, elaborado em 2007, que se apoiou na estrutura programática daquele plano inicial e constituiu um avanço para a orientação dos focos de ação da habitação no Estado de São Paulo.

Esses dois trabalhos evidenciavam a maturidade da CDHU não apenas como agente promotor e financeiro de habitação social, mas também como agente técnico de excelência do Sistema Estadual de Habitação.

Notas

28. Fonte:<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/77/132>.
29. O Ministério das Cidades iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 2003. In: <http://www.cidades.gov.br/index.php/o-ministerio.html>
30. TRANI, E.; SOUZA, M. C. P. "Plano Estadual de Habitação: instrumentos para o desenvolvimento habitacional sustentável dos municípios paulistas". In: DENALDI, R. *Planejamento Habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação.* São Paulo: Annablume, 2013. p. 49.
31. Fonte: Relação dos Programas Especiais em gestão pela Superintendência de Gestão de Programas (SGP) – posição 31/12/2012.
32. Esse evento ocorreu em 7 de julho de 1998.
33. O Plano Estadual de Habitação foi elaborado com ampla participação das diversas instâncias da administração pública e da sociedade civil.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Sexto Período

GUA (Programa Guarapiranga)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Embu das Artes (Lote 1)	RMSP	39	2002
Embu das Artes (Lote 2)	RMSP	7	1998
Embu das Artes (Lote 2)	RMSP	12	2002
Embu das Artes (Lote 3)	RMSP	3	1998
Embu das Artes (Lote 3)	RMSP	13	2002
Embu das Artes (Lote 4)	RMSP	15	1998
Embu das Artes (Lote 4)	RMSP	33	2002
Embu Guaçu A	RMSP	4	2002
Embu Guaçu A	RMSP	10	2006
Itapecerica da Serra (Lote A)	RMSP	12	1998
Itapecerica da Serra (Lote A)	RMSP	22	2002
Itapecerica da Serra (Lote B)	RMSP	22	1998
Itapecerica da Serra (Lote B)	RMSP	63	2002
Itapecerica da Serra (Sta. Amélia)	RMSP	81	2001
SP-Campo Limpo G*	RMSP	198	2002
		534	

UPAR (Programa Urbanização Paraisópolis)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
SP-Campo Limpo G2*	RMSP	56	2011
SP-Campo Limpo I*	RMSP	278	2008
SP-Campo Limpo N*	RMSP	438	2011
Andrade B	RMSP	172	2013
SP-Vila Andrade D	RMSP	56	2011
SP-Vila Andrade G	RMSP	116	2013
		1.116	

PLAFR (Programa Atuação em Favelas e Áreas de Risco)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Bertioga B	Santos	44	2006
Brejo Alegre A2	Araçatuba	30	2006
Catanduva L	S. J. do Rio Preto	300	2003
Conchal B	Campinas	84	2005
Cosmorama B	S. J. do Rio Preto	14	2006
Diadema K1 e K2*	RMSP	320	2005
Fartura D	Sorocaba	34	2004
Guarulhos J	RMSP	410	2003
Guarulhos K e L	RMSP	440	2005
Indaiatuba E	RM Campinas	36	2005
Jacareí I	S. J. dos Campos	20	2006
Lençóis Paulista A3	Bauru	17	2005
Marília R1	Marília	20	2006
Marília R2	Marília	50	2006
Mauá F1 e F2	RMSP	240	2006
Osasco U1 e U2	RMSP	300	2004
Presidente Bernardes F3	Pres. Prudente	12	2006
Reginópolis A	Bauru	47	2005
Sales E3	S. J. do Rio Preto	16	2005
Santa Rosa de Viterbo D	Ribeirão Preto	13	2005
Santo André A (Lamartine e Dominicanos)	RMSP	41	2006
Santo André A (L2 Toledanos)	RMSP	6	2003
Santo André A13 e A15	RMSP	164	2004
Santo André A14	RMSP	40	2004
Santo André A16	RMSP	56	2005
Santos D*	Santos	260	2004

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
São Bernardo do Campo F3	RMSP	120	2003
São Bernardo do Campo K4	RMSP	44	2003
São Bernardo do Campo K5	RMSP	112	2006
S. B. do Campo U1, U2 e U3	RMSP	320	2006
São José dos Campos C2	S. J. dos Campos	158	2005
São José dos Campos H	S. J. dos Campos	342	2006
São José dos Campos I	S. J. dos Campos	110	2006
São José dos Campos J	S. J. dos Campos	21	2006
São Vicente F2	Santos	304	2006
SP-Campo Limpo M	RMSP	418	2004
SP-Capão Redondo B	RMSP	120	2003
SP-C. Tiradentes A/B e S. Rafael B	RMSP	370	2003
SP-Ermelino Matarazzo H	RMSP	170	2003
SP-Iguatemi A	RMSP	480	2004
SP-Iguatemi B	RMSP	500	2004
SP-Iguatemi D	RMSP	480	2005
SP-Itaim Paulista B	RMSP	464	2003
SP-José Bonifácio F	RMSP	340	2006
SP-Lajeado A/V. Curuça A	RMSP	280	2005
SP-Lajeado H1	RMSP	400	2003
SP-Pirituba B – Jaraguá I	RMSP	310	2005
SP-São Luiz A2	RMSP	180	2004
SP-São Luiz A3	RMSP	208	2006
SP-São Luiz A4	RMSP	140	2004
SP-Vila Jacuí A2	RMSP	600	2004
Tabapuã E	S. J. do Rio Preto	12	2006
Tabapuã F	S. J. do Rio Preto	14	2006
Votuporanga J	S. J. do Rio Preto	151	2006
		10.254	

PLMUT (Programa Mutirão Associativo)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Diadema F3	RMSP	220	2005
Embu N02-A	RMSP	112	2005
Ferraz de Vasconcelos C03	RMSP	140	2003
Ferraz de Vasconcelos C05	RMSP	140	2003
Guarulhos C03	RMSP	100	2003
Guarulhos C04	RMSP	240	2003
Guarulhos C05	RMSP	40	2003
Guarulhos C06	RMSP	100	2005
Guarulhos C07	RMSP	180	2005
Guarulhos C08	RMSP	260	2003
Guarulhos C14	RMSP	120	2003
Guarulhos C15	RMSP	140	2003
Itaquaquecetuba E09	RMSP	40	2003
Itaquaquecetuba F	RMSP	260	2004
Itatiba A06	RM Campinas	114	2006
Jundiaí D	Campinas	91	2005
Mogi das Cruzes C2-B	RMSP	40	2003
Mogi das Cruzes C2-D	RMSP	40	2006
Presidente Prudente S*	Pres. Prudente	220	2005
SP-Brasilândia B10	RMSP	112	2005
SP-Cangaíba A17	RMSP	140	2005
SP-Cangaíba A18	RMSP	84	2005
SP-Cangaíba A19	RMSP	84	2005
SP-Guaianazes A09	RMSP	80	2003
SP-Guaianazes A10	RMSP	160	2003
SP-Guaianazes A11	RMSP	208	2006
SP-Guaianazes A22	RMSP	140	2006
SP-Guaianazes A23	RMSP	168	2006
SP-Guaianazes A24	RMSP	140	2006
SP-Guaianazes A27	RMSP	112	2006
SP-Guaianazes A29	RMSP	84	2006
SP-Guaianazes A30	RMSP	112	2006
SP-Guaianazes B04*	RMSP	220	2005
SP-Guaianazes B07*	RMSP	80	2005
SP-Guaianazes B08*	RMSP	160	2005
SP-Guaianazes B09*	RMSP	80	2005
SP-Guaianazes B10*	RMSP	224	2005
SP-Guaianazes B11*	RMSP	140	2006
SP-Guaianazes B12*	RMSP	112	2006
SP-Guaianazes B14*	RMSP	168	2006
SP-Guaianazes B18*	RMSP	112	2006
SP-Guaianazes B19*	RMSP	168	2006
SP-Guaianazes B23*	RMSP	168	2006
SP-Guaianazes I	RMSP	980	2004
SP-Itaim Paulista A01 a A04	RMSP	408	2005
SP-Itaim Paulista A06	RMSP	100	2005
SP-Itaim Paulista A07	RMSP	160	2005
SP-Itaim Paulista A09	RMSP	120	2006
SP-Itaim Paulista A11	RMSP	160	2006
SP-Itaim Paulista A15	RMSP	100	2006
SP-Itaim Paulista A16	RMSP	100	2006
SP-Itaquera B05	RMSP	512	2005
SP-Itaquera B07	RMSP	96	2006
SP-Itaquera B08	RMSP	160	2003
SP-Itaquera B09	RMSP	40	2003
SP-Itaquera B10	RMSP	120	2003
SP-Itaquera B11	RMSP	160	2005
SP-São Miguel Paulista E12	RMSP	160	2003
SP-São Miguel Paulista E13	RMSP	28	2006
SP-São Miguel Paulista H2	RMSP	80	2003
		9.337	

PLAC (Programa Autoconstrução)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Águas da Prata D	Campinas	22	2005
Altinópolis F2	Ribeirão Preto	61	2003

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Alto Alegre D	Araçatuba	65	2005
Alto Alegre E	Araçatuba	5	2005
Álvares Florence F	S. J. do Rio Preto	59	2005
Álvares Machado C	Pres. Prudente	42	2004
Álvaro de Carvalho B	Marília	50	2003
Álvaro de Carvalho B2	Marília	12	2004
Américo de Campos E	S. J. do Rio Preto	122	2005
Analândia A	Campinas	143	2006
Angatuba E	Sorocaba	38	2005
Angatuba E2	Sorocaba	11	2006
Arealva D	Bauru	50	2005
Barão de Antonina B	Sorocaba	52	2005
Bento de Abreu A	Araçatuba	77	2006
Bilac D	Araçatuba	60	2003
Bocaina F	Bauru	48	2006
Bom Sucesso de Itararé A2	Sorocaba	42	2005
Boraceia D	Bauru	39	2005
Braúna B	Araçatuba	106	2006
Brejo Alegre A1	Araçatuba	55	2006
Brodowski C	Ribeirão Preto	337	2006
Caçapava D1	S. J. dos Campos	80	2003
Caçapava D2 e D3	S. J. dos Campos	160	2004
Cachoeira Paulista C	S. J. dos Campos	80	2005
Cafelândia C1	Bauru	50	2005
Caiabu E	Pres. Prudente	66	2003
Caiabu F	Pres. Prudente	27	2003
Caiuá E	Pres. Prudente	67	2004
Canas A2	S. J. dos Campos	27	2004
Cândido Mota C	Marília	129	2003
Canitar B	Marília	108	2005
Cardoso F	S. J. do Rio Preto	242	2005
Cássia dos Coqueiros C	Ribeirão Preto	43	2006
Castilho C	Araçatuba	50	2006
Clementina B2	Araçatuba	6	2004
Corumbataí C	Campinas	83	2003
Cubatão A4	Santos	620	2006
Cunha B	S. J. dos Campos	21	2005
Dirce Reis C	S. J. do Rio Preto	34	2005
Dolcinópolis D	S. J. do Rio Preto	73	2005
Dracena G	Pres. Prudente	142	2005
Duartina B3	Bauru	52	2004
Embaúba B	Barretos	50	2004
Fernão B	Marília	20	2003
Florinea C	Marília	54	2005
Gabriel Monteiro B1	Araçatuba	40	2003
Gabriel Monteiro B2	Araçatuba	40	2005
Getulina D	Bauru	56	2005
Glicério G	Araçatuba	38	2006
Guarani d'Oeste F	S. J. do Rio Preto	51	2005
Guarantã C	Bauru	18	2005

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Guaratinguetá E	S. J. dos Campos	187	2005
Ibirarema C	Marília	180	2005
Ibiúna B	Sorocaba	100	2006
Iepe F	Pres. Prudente	46	2006
Igaraçu do Tietê D	Bauru	182	2005
Ilha Solteira B3	Araçatuba	11	2003
Ilha Solteira C	Araçatuba	44	2005
Indiaporã G	S. J. do Rio Preto	140	2005
Inúbia Paulista C	Pres. Prudente	106	2006
Irapuru C3	Pres. Prudente	11	2005
Irapuru D1	Pres. Prudente	74	2005
Itajobi B	S. J. do Rio Preto	70	2003
Itajobi C	S. J. do Rio Preto	20	2004
Itápolis G	Central	200	2006
Itaporanga B2	Sorocaba	108	2003
Itararé D	Sorocaba	110	2004
Itobi A	Campinas	98	2005
Jaborandi D	Barretos	71	2005
Jaborandi E	Barretos	20	2004
Jales K	S. J. do Rio Preto	250	2006
Jambeiro B	S. J. dos Campos	60	2005
Jambeiro B2	S. J. dos Campos	25	2006
Jaú J2	Bauru	45	2004
Junqueirópolis C	Pres. Prudente	59	2006
Lavínia B	Araçatuba	62	2005
Lavínia B2	Araçatuba	22	2005
Lavrinhas F	S. J. dos Campos	54	2005
Lorena A6	S. J. dos Campos	280	2005
Lourdes C	Araçatuba	50	2003
Lourdes D	Araçatuba	48	2005
Lucélia C2	Pres. Prudente	30	2004
Lucélia E	Pres. Prudente	192	2006
Luiziânia B	Araçatuba	55	2005
Lupércio E	Marília	88	2003
Lupércio F	Marília	40	2003
Lutécia C	Marília	33	2006
Magda B	S. J. do Rio Preto	37	2004
Mariápolis B	Pres. Prudente	40	2005
Martinópolis G	Pres. Prudente	260	2004
Mendonça B2	S. J. do Rio Preto	6	2004
Mendonça C	S. J. do Rio Preto	64	2004
Mendonça C2	S. J. do Rio Preto	60	2006
Mesópolis E	S. J. do Rio Preto	30	2005
Miguelópolis D1	Franca	100	2004
Miguelópolis D2	Franca	94	2006
Mirandópolis B2	Araçatuba	70	2003
Mirante do Paranapanema B1	Pres. Prudente	66	2004
Mirante do Paranapanema B2	Pres. Prudente	39	2004
Mirassolândia C	S. J. do Rio Preto	60	2004
Mirassolândia C2	S. J. do Rio Preto	26	2004

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Mogi Guaçu J	Campinas	70	2003
Mogi Guacu L	Campinas	76	2003
Mogi Guaçu M	Campinas	100	2003
Mogi Guaçu N	Campinas	102	2003
Moji Mirim C	Campinas	47	2006
Morro Agudo D2	Franca	50	2004
Motuca B	Central	53	2004
Nantes D	Pres. Prudente	58	2005
Narandiba B	Pres. Prudente	64	2006
Nipoã C1	S. J. do Rio Preto	32	2005
Nipoã C2	S. J. do Rio Preto	42	2005
Nova Castilho A	Araçatuba	51	2005
Nova Europa C	Central	50	2004
Nova Europa D	Central	50	2006
Nova Granada D	S. J. do Rio Preto	200	2004
Nova Independência C	Araçatuba	24	2004
Nova Independência D	Araçatuba	60	2005
Nova Luzitânia C	Araçatuba	155	2004
Novo Horizonte E	S. J. do Rio Preto	98	2006
Olímpia G	Barretos	140	2006
Oriente A	Marília	81	2003
Oscar Bressane E	Marília	54	2006
Osvaldo Cruz D	Pres. Prudente	35	2004
Osvaldo Cruz G	Pres. Prudente	302	2005
Ouro Verde C	Pres. Prudente	108	2006
Ouroeste C	S. J. do Rio Preto	47	2004
Ouroeste D	S. J. do Rio Preto	103	2004
Pacaembu D	Pres. Prudente	44	2005
Palmital C	Marília	95	2005
Paraguaçu Paulista I	Marília	120	2006
Parapuã C	Marília	40	2006
Parapuã E	Marília	16	2004
Pedrinhas Paulista B	Marília	67	2003
Penápolis G2	Araçatuba	15	2004
Penápolis I	Araçatuba	200	2006
Pereira Barreto F	Araçatuba	150	2005
Piacatu B e C	Araçatuba	64	2003
Piacatu D	Araçatuba	64	2005
Planalto B	S. J. do Rio Preto	60	2004
Platina B	Marília	64	2005
Pongai C	Bauru	58	2003
Pontalinda C	S. J. do Rio Preto	58	2005
Pontes Gestal D	S. J. do Rio Preto	30	2004
Populina E	S. J. do Rio Preto	15	2006
Pracinha B	Pres. Prudente	26	2006
Pradópolis A	Ribeirão Preto	150	2006
Presidente Bernardes E	Pres. Prudente	24	2004
Presidente Bernardes F1	Pres. Prudente	130	2006
Presidente Bernardes F2	Pres. Prudente	61	2006
Promissão E	Bauru	92	2005

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Quintana D	Marília	100	2005
Quintana D2	Marília	30	2006
Rancharia I	Pres. Prudente	66	2006
Regente Feijó D	Pres. Prudente	32	2003
Ribeirão do Sul C	Marília	60	2005
Ribeirão dos Índios B	Pres. Prudente	31	2005
Rio Claro B3	Campinas	36	2006
Riolândia G	S. J. do Rio Preto	28	2005
Riolândia H	S. J. do Rio Preto	18	2005
Rosana D	Pres. Prudente	32	2004
Rubiácea A*	Araçatuba	71	2006
Sabino C1	Bauru	50	2003
Sabino C2	Bauru	50	2003
Sagres C	Pres. Prudente	30	2005
Sales E	S. J. do Rio Preto	97	2004
Salmourão A	Pres. Prudente	49	2004
Salmourão B	Pres. Prudente	30	2006
Salto Grande C	Marília	80	2005
Santa Albertina C	S. J. do Rio Preto	87	2005
Santa Maria da Serra D	Campinas	25	2006
Santa Mercedes B	Pres. Prudente	34	2006
Santa Rita d'Oeste A	S. J. do Rio Preto	94	2006
Santa Salete A	S. J. do Rio Preto	27	2006
Santo Anastácio E	Pres. Prudente	77	2006
Santo Antônio do Aracanguá B	Araçatuba	72	2006
São Bento do Sapucaí B	S. J. dos Campos	50	2005
São Carlos G3	Central	20	2004
São João de Iracema B	Araçatuba	57	2004
São Miguel Arcanjo E2	Sorocaba	17	2004
São Pedro do Turvo E2	Marília	22	2005
Sarutaia B	Sorocaba	80	2003
Sebastianópolis do Sul B2	S. J. do Rio Preto	70	2004
Sertãozinho D	Ribeirão Preto	193	2005
Sud Mennucci C2	Araçatuba	100	2005
Suzanápolis A	Araçatuba	44	2003
Taciba D	Pres. Prudente	99	2006
Tapiratiba B	Campinas	119	2003
Taquaritinga G	Central	70	2004
Tarabai C	Pres. Prudente	56	2005
Taruma B	Marília	100	2003
Tejupa A2, B2 e C2	Sorocaba	54	2004
Terra Roxa E	Barretos	150	2005
Terra Roxa F	Barretos	109	2006
Tietê E2*	Sorocaba	120	2005
Timburi C	Marília	17	2005
Três Fronteiras E	S. J. do Rio Preto	120	2006
Turiuba D	Araçatuba	35	2005
Turiuba F	Araçatuba	26	2005
Ubarana B	S. J. do Rio Preto	102	2004
Urânia C	S. J. do Rio Preto	62	2005

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Vargem A	Campinas	100	2006
		15.349	

UFAV (Programa Urbanização de Favelas)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Bertioga D	Santos	71	2013
Bertioga D	Santos	37	2014
Bertioga D	Santos	40	2014
Bertioga D01	Santos	501	2009
Bertioga D02	Santos	525	2011
Bertioga D02	Santos	226	2012
Guarulhos C23	RMSP	80	2009
Guarulhos Z	RMSP	146	2013
Guarulhos Z	RMSP	24	2014
Guarulhos Z	RMSP	25	2014
Hortolândia A1* **	RM Campinas	254	2010
Hortolândia A1* **	RM Campinas	790	2011
Hortolândia A1* **	RM Campinas	20	2012
Hortolândia A2	RM Campinas	2	2012
Hortolândia A2	RM Campinas	154	2011
Hortolândia A2	RM Campinas	132	2012
Piracicaba (Favela Cantagalo)	RM Campinas	600	2009
Santo André A (Toledanos)* **	RMSP	190	2006
Santo André A (Toledanos)* **	RMSP	80	2009
Santo André A17* **	RMSP	30	2007
Santo André A17* **	RMSP	10	2008
Santo André A17* **	RMSP	58	2008
São Bernardo do Campo F4	RMSP	100	2008
São Bernardo do Campo F5* **	RMSP	187	2014
São Bernardo do Campo K1	RMSP	188	2011
São Bernardo do Campo K5	RMSP	42	2011
São Bernardo do Campo T	RMSP	799	2015
São Bernardo do Campo T	RMSP	76	2012
São Bernardo do Campo T	RMSP	336	2013
São Bernardo do Campo T	RMSP	196	2013
São Bernardo do Campo W	RMSP	96	2014
São Bernardo do Campo Y	RMSP	460	2012
São Bernardo do Campo Y	RMSP	80	2012
São Bernardo do Campo Z	RMSP	68	2012
São Vicente F*	Santos	191	2001
São Vicente F*	Santos	212	2002
São Vicente F*	Santos	82	2003
São Vicente F*	Santos	39	2005
São Vicente F*	Santos	34	2005
São Vicente F*	Santos	11	2009
São Vicente F*	Santos	496	2009
São Vicente F*	Santos	104	2010
São Vicente F4*	Santos	120	2008
SP-2 de Maio	RMSP	100	2008
SP-2 de Maio	RMSP	537	2010
SP-2 de Maio	RMSP	60	2010
SP-Jardim Olinda	RMSP	120	2006
SP-Jardim Olinda	RMSP	564	2008
SP-Jardim Olinda	RMSP	641	2008
SP-Jardim Olinda	RMSP	103	2008
SP-Jardim Olinda	RMSP	52	2010
SP-Jardim Olinda	RMSP	339	2010
SP-Jardim Pabreu e Prainha	RMSP	826	2013
SP-Jd. Pabreu e Prainha	RMSP	229	2014
SP-Monte Taó, Vergueirinho e São Francisco	RMSP	1.391	2008
SP-Monte Taó, Vergueirinho e São Francisco	RMSP	304	2008
SP-Monte Taó, Vergueirinho e São Francisco	RMSP	14	2008
SP-Monte Taó, Vergueirinho e São Francisco	RMSP	58	2009
SP-Monte Taó, Vergueirinho e São Francisco	RMSP	22	2010
SP-Nossa Senhora Aparecida	RMSP	760	2008
SP-Nossa Senhora Aparecida	RMSP	96	2008
SP-Nossa Senhora Aparecida	RMSP	1.783	2008
SP-Nova Jaguaré	RMSP	180	2008
SP-Nova Jaguaré	RMSP	89	2009
SP-Nova Jaguaré	RMSP	1.000	2010
SP-Nova Jaguaré	RMSP	2.739	2010
SP-Nova Jaguaré	RMSP	198	2008
SP-Nova Jaguaré	RMSP	105	2008
SP-Nova Jaguaré	RMSP	57	2009
SP-Nova Jaguaré	RMSP	295	2009
SP-Nova Jaguaré	RMSP	132	2010
SP-Nova Jaguaré	RMSP	110	2010
SP-Nova Jaguaré	RMSP	95	2010
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	205	2008
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	1.000	2008
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	244	2008
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	71	2008
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	128	2009
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	810	2009
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	59	2010
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	533	2010
SP-Sacomã (Heliópolis A e N)	RMSP	267	2010
SP-Vila Nilo	RMSP	136	2008
SP-Vila Nilo	RMSP	400	2008
Taboão da Serra	RMSP	1.426	2009
Total de UHs		**6.587**	
Total de Famílias Urbanizadas		**19.603**	

MI (Programa Moradia Indígena)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Arco-Íris B	Marília	59	2005
Avaí B*	Bauru	30	2004

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Avaí D*	Bauru	22	2007
Avaí D2, E3, F3 e G3*	Bauru	14	2014
Avaí D2, E3, F3 e G3*	Bauru	15	2014
Avaí D2, E3, F3 e G3*	Bauru	9	2015
Avaí E*	Bauru	10	2007
Avaí E2*	Bauru	3	2007
Avaí F*	Bauru	10	2007
Avaí F2*	Bauru	5	2007
Avaí G*	Bauru	9	2007
Avaí G2*	Bauru	12	2007
Braúna D*	Araçatuba	10	2007
Itanhaém E*	Santos	20	2012
Itanhaém E*	Santos	3	2015
Itariri F*	Registro	12	2008
Itariri G*	Registro	3	2015
Mongaguá E*	Santos	23	2012
Peruíbe G*	Santos	15	2012
São Sebastião D*	S. J. dos Campos	59	2006
SP-Parelheiros*	RMSP	110	2008
Ubatuba*	S. J. dos Campos	50	2009
		503	

PLNHE (Prog. Núcleo Habitacional por Empreitada)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Americana D	RM Campinas	143	2004
Americana E	RM Campinas	144	2004
Americana F	RM Campinas	160	2004
Américo Brasiliense C	Central	80	2004
Apiaí C1	Sorocaba	58	2003
Araçatuba H	Araçatuba	160	2004
Araçatuba I	Araçatuba	131	2004
Araraquara L	Central	160	2005
Araraquara M	Central	160	2006
Avaré D1*	Sorocaba	414	2003
Avaré D2*	Sorocaba	197	2003
Barretos B3	Barretos	288	2003
Bauru H	Bauru	240	2005
Boituva E2	Sorocaba	120	2003
Borebi B	Bauru	52	2004
Bragança Paulista E	Campinas	224	2005
Buri E2	Sorocaba	61	2004
Cajamar B4	RMSP	140	2003
Cajamar D	RMSP	200	2004
Campinas E13	RM Campinas	400	2003
Campinas E14	RM Campinas	400	2003
Campinas E15	RM Campinas	380	2003
Campinas E16	RM Campinas	400	2003
Campinas E17	RM Campinas	380	2003
Campinas E18	RM Campinas	380	2003

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Campinas F1	RM Campinas	360	2005
Campinas F2	RM Campinas	400	2005
Campinas F3	RM Campinas	400	2005
Campinas L	RM Campinas	159	2006
Campinas M	RM Campinas	160	2006
Carapicuíba	RMSP	297	2004
Carapicuíba C	RMSP	240	2005
Carapicuíba D1 e D2	RMSP	276	2005
Carapicuíba E	RMSP	320	2003
Carapicuíba F, G1 e G2	RMSP	378	2006
Carapicuíba H1, H2 e H3	RMSP	474	2005
Cotia C	RMSP	224	2005
Diadema G e H	RMSP	300	2004
Diadema I e J	RMSP	320	2004
Eldorado E1	Registro	90	2006
Franca I	Franca	256	2005
Franco da Rocha E	RMSP	168	2003
Franco da Rocha F	RMSP	168	2004
Franco da Rocha G1, 2 e 3	RMSP	444	2005
Franco da Rocha H	RMSP	312	2005
Guaíra H3 e H4	Barretos	301	2003
Guarulhos O, P e Q	RMSP	414	2006
Herculândia C	Marília	250	2005
Ilhabela A	S. J. dos Campos	80	2006
Itabera D	Sorocaba	142	2004
Itanhaém C3	Santos	208	2006
Itapevi E	RMSP	440	2004
Itapevi F	RMSP	260	2003
Itapevi G1 e G2	RMSP	220	2004
Itapira I	Campinas	130	2004
Itaquaquecetuba J	RMSP	260	2003
Itaquaquecetuba M	RMSP	220	2003
Itaquaquecetuba N	RMSP	170	2005
Itaquaquecetuba O, P e Q	RMSP	300	2005
Itatiba A5, A7, A8 e A9	RM Campinas	464	2005
Itatiba A10, A11 e A12	RM Campinas	332	2005
Itatinga E3	Sorocaba	54	2003
Itu F2	Sorocaba	336	2003
Jales H	S. J. do Rio Preto	96	2004
Jandira B	RMSP	236	2005
Joanópolis C	Campinas	70	2004
Jundiaí E	Campinas	160	2006
Jundiaí F	Campinas	148	2006
Jundiaí G	Campinas	154	2006
Jundiaí H	Campinas	143	2006
Jundiaí I	Campinas	130	2006
Juquiá B	Registro	125	2004
Lençóis Paulista B4	Bauru	231	2003
Limeira G	Campinas	160	2004
Limeira H	Campinas	128	2004

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Limeira I	Campinas	160	2004
Limeira J	Campinas	128	2004
Lindoia B3	Campinas	64	2006
Lorena A7	S. J. dos Campos	200	2006
Luiz Antônio B	Ribeirão Preto	200	2003
Mairinque C	Sorocaba	160	2006
Marília S	Marília	159	2005
Marília T	Marília	160	2005
Mauá E	RMSP	120	2004
Mirassol C2	S. J. do Rio Preto	160	2003
Mogi das Cruzes H	RMSP	340	2003
Mogi das Cruzes I	RMSP	340	2003
Mogi das Cruzes J	RMSP	340	2003
Mogi das Cruzes K	RMSP	340	2003
Mogi das Cruzes M1 e M2	RMSP	500	2006
Mogi das Cruzes P	RMSP	320	2004
Mogi das Cruzes Q	RMSP	480	2006
Monte Alegre do Sul D	Campinas	65	2004
Nova Campina B2	Sorocaba	23	2004
Osasco	RMSP	566	2003
Osasco	RMSP	226	2004
Osasco L	RMSP	72	2004
Osasco O e P	RMSP	320	2006
Osasco Q	RMSP	160	2003
Osasco S	RMSP	250	2003
Pederneiras C5	Bauru	206	2003
Peruíbe C*	Santos	224	2006
Piedade D	Sorocaba	115	2006
Poá C e D	RMSP	200	2003
Presidente Prudente T	Pres. Prudente	98	2004
Registro D1*	Registro	314	2006
Ribeirão Preto E	Ribeirão Preto	224	2005
Ribeirão Preto F	Ribeirão Preto	128	2005
Rinópolis D2	Marília	65	2005
Rio Claro H	Campinas	141	2006
Santa Cruz da Conceição A2/B2	Campinas	22	2004
Santos G	Santos	160	2005
São Carlos H2	Central	480	2003
São José do Rio Preto J	S. J. do Rio Preto	128	2005
São José do Rio Preto K	S. J. do Rio Preto	208	2005
São José do Rio Preto L	S. J. do Rio Preto	48	2005
São Pedro A	Campinas	133	2004
Sorocaba K	Sorocaba	160	2005
SP-Belém A	RMSP	120	2006
SP-Brás E*	RMSP	186	2006
SP-Brás F1 e F2*	RMSP	200	2004
SP-Brás L*	RMSP	180	2006
SP-Cachoeirinha A	RMSP	330	2003
SP-Cambuci A*	RMSP	66	2004
SP-Campo Limpo B03	RMSP	150	2003
SP-Capão Redondo A	RMSP	256	2004
SP-Jaraguá H	RMSP	236	2003
SP-Lajeado B	RMSP	320	2003
SP-Mooca D	RMSP	128	2006
SP-Mooca E	RMSP	128	2006
Tatuí C e D	Sorocaba	289	2005
Taubaté D2	S. J. dos Campos	228	2003
Teodoro Sampaio F1 e F2	Pres. Prudente	88	2006
Vinhedo E*	RM Campinas	192	2004
		29.584	

COR (Programa Atuação em Cortiços)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Santos F**	Santos	60	2008
Santos H**	Santos	53	2008
SP-Bela Vista A**	RMSP	57	2011
SP-Bela Vista D**	RMSP	59	2011
SP-Belém H	RMSP	44	2014
SP-Belém I	RMSP	62	2013
SP-Belém K**	RMSP	53	2012
SP-Belém L**	RMSP	38	2011
SP-Bom Retiro C	RMSP	73	2013
SP-Bom Retiro D**	RMSP	63	2012
SP-Brás G1 e G2*	RMSP	200	2004
SP-Brás M	RMSP	66	2006
SP-Guaianazes A14	RMSP	40	2001
SP-Mooca A**	RMSP	238	2009
SP-Mooca B*	RMSP	140	2005
SP-Mooca C*	RMSP	128	2005
SP-Pari A*	RMSP	160	2002
SP-Pari A2*	RMSP	160	2009
SP-Pari D**	RMSP	42	2008
SP-Pari E**	RMSP	51	2012
SP-Pari F**	RMSP	17	2008
SP-Pari G**	RMSP	26	2008
SP-Santa Cecília A*	RMSP	28	2003
SP-Santa Cecília C*	RMSP	70	2006
		1.928	

*Projetos incluídos no livro

**Projetos inseridos no Período 7

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 306



SP Campo Limpo G1

PÁG. 307



SP Campo Limpo G2

PÁG. 308



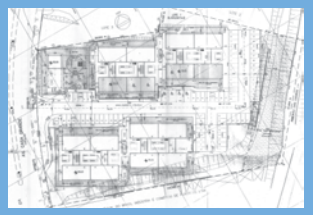
SP Campo Limpo N

PÁG. 309



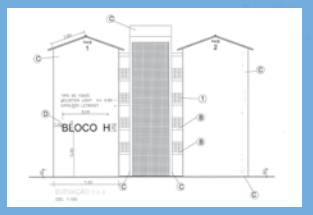
SP Campo Limpo I

PÁG. 310



Diadema K1 e K2

PÁG. 310



Santos D

PÁG. 311



Presidente Prudente S

PÁG. 312



SP Guaianazes B
Fazenda do Carmo

PÁG. 315



Rubiácea A

PÁG. 315



Tietê E

PÁG. 316



São Vicente F
México 70

PÁG. 320



Santo André A2 a A16

PÁG. 323



Moradias Indígenas

PÁG. 326



SP Brás E

PÁG. 327



SP Brás F1 e F2

PÁG. 327



SP Brás L

PÁG. 328



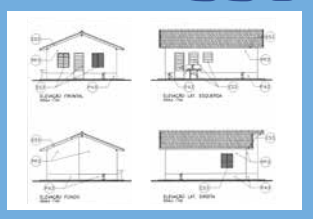
SP Cambuci A

PÁG. 329



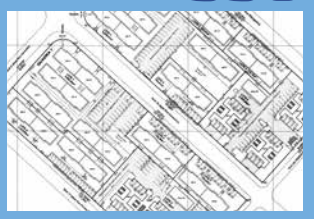
Avaré D1

PÁG. 330



Registro D

PÁG. 330



Peruíbe C

PÁG. 331



Vinhedo E

PÁG. 332



SP Brás G1 e G2

PÁG. 333



SP Pari A1 e A2

PÁG. 334



SP Santa Cecília A

PÁG. 335



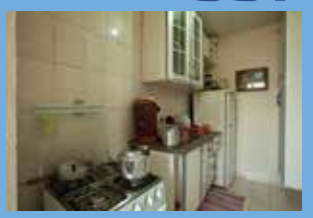
SP Santa Cecília C

PÁG. 336



SP Mooca B

PÁG. 337



SP Mooca C

SP **Campo Limpo G1**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2002
TERRENO: 23.704,47 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 17.751,03 m²
COTA RESID.: 69,89 m²
TIPOLOGIAS: V05/V06-1D-2D e 3D-Benno
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 198
PROJETO: Benno Perelmutter



Planta Campo Limpo G, fases G1 e G2 implantadas.

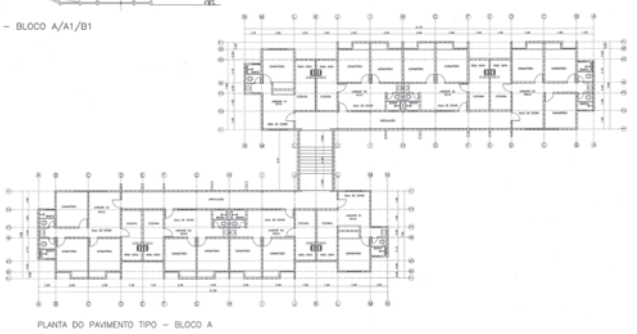


Implantação da fase G1, arquiteto Benno Perelmutter.



CORTE TRANSVERSAL AA – BLOCO A/A1/B1

Unidade vertical de térreo mais quatro e cinco pavimentos (V05 e V06), com apartamentos de um dormitório (32 m²), dois dormitórios (42 m²) e três dormitórios (58 m²).



PLANTA DO PAVIMENTO TIPO – BLOCO A

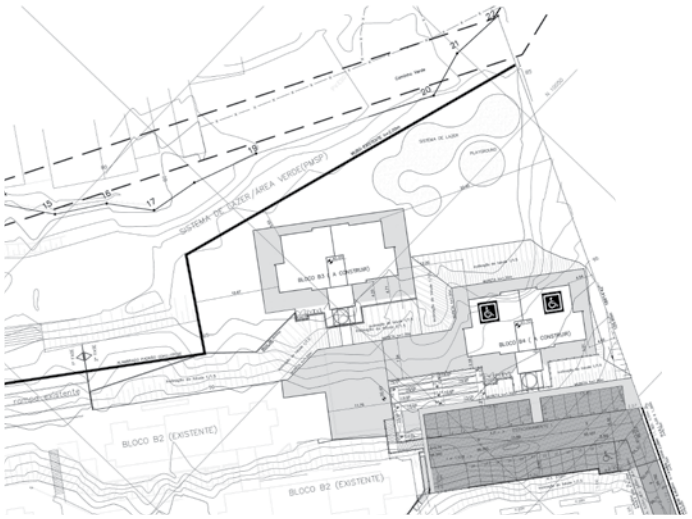




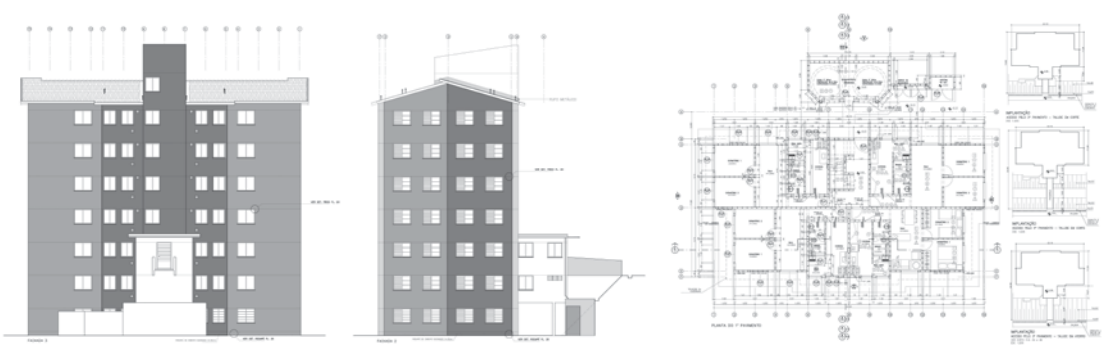
Acervo CDHU. Primeira fase de implantação.

SP Campo Limpo G2

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2011
TERRENO: 23.704,47 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 17.751,03 m²
COTA RESID.: 69,89 m²
TIPOLOGIA: V072C-02
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 56
PROJETO: Marco Antonio Ferrandini Garcia



Acervo CDHU. Implantação da segunda fase, G2. Projeto Marco Antonio Ferrandini Garcia



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical, sete andares com três dormitórios. Acesso pelo terceiro pavimento.





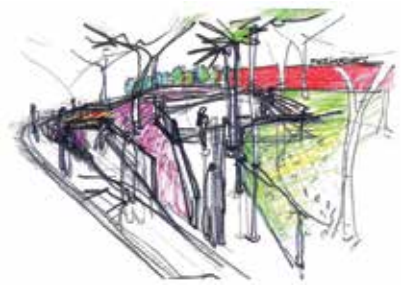
Acervo CDHU. As áreas condominiais têm rampas para acessibilidade, áreas gramadas e postes para iluminação dos percursos.

Este projeto faz parte de várias soluções de remoções emergenciais adotadas para a proteção do manancial da Represa do Guarapiranga. Com recursos do Banco Mundial foi possível reassentar moradores que ocupavam terrenos públicos e privados em condições precárias. O projeto foi desenvolvido pelo escritório Benno Perelmutter Arquitetura e Planejamento. O conjunto Campo Limpo G compreende prédios de cinco pavimentos, com apartamentos de um, dois e três dormitórios. Na segunda fase de implantação, houve a necessidade de modificar o projeto devido à construção de um parque linear pela Prefeitura em uma parte do terreno. O projeto foi elaborado pelo arquiteto Marco Antônio e foram implantados prédios de sete pavimentos, com passarelas e rampas que facilitam o acesso.





Acervo CDHU. Registro das áreas de lazer infantil nos condomínios.



Acervo Rech. Croquis da arq. Ana Lucia Rech para praça do conjunto.



Acervo Rech. Estudos cromáticos para a praça, 2010.











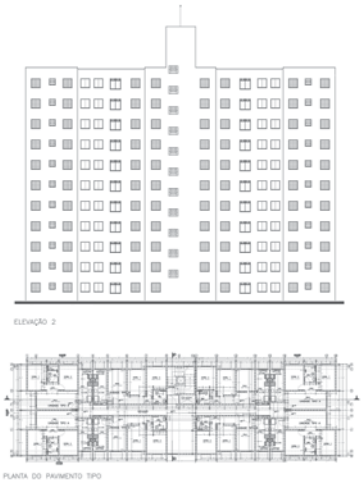


Acervo Rech. Imagens da praça em obra e concluída, 2011.

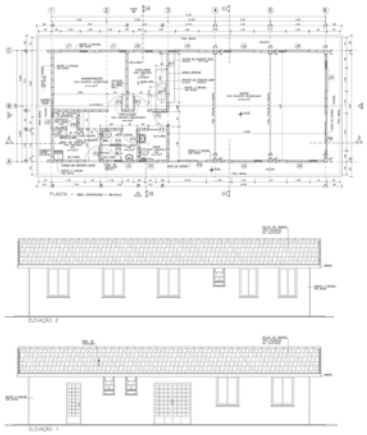
SP **Campo Limpo N**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2011
TERRENO: 40.233,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 16.641,25 m²

COTA RESID.: 37,99 m²
TIPOLOGIAS: V5, V6 e V11
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 438
PROJETO: Turolla Ribeiro Arquitetos Associados



Acervo CDHU. Unidade vertical de 11 andares e dois dormitórios (V11-B). Projeto da Turolla Ribeiro.



Acervo CDHU. Projeto do Centro de Apoio ao Condomínio.



Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU. Projeto da unidade vertical de cinco andares e dois dormitórios (V52). Projeto da Turolla Ribeiro.

Neste conjunto foram construídos vários edifícios geminados de dois a quatro blocos com cinco e 11 pavimentos implantados em uma área de declividade variada. Foi previsto área para equipamentos sociais e os três centros de apoio ao condomínio (CAC). No conjunto há uma área verde central de reflorestamento e outra área destinada à faixa de proteção ambiental do córrego.









Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Apartamentos com acessibilidade, seguindo as normas do Desenho Universal.

SP **Campo Limpo I**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.928,64 m²
COTA RESID.: 123,11 m²
TIPOLOGIA: V052 Campo Limpo I
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 278
PROJETO: Norte Assessoria dos Movimentos Populares por Habitação



Acervo CDHU.

O terreno do projeto Campo Limpo I é composto de quatro matrículas independentes e a implantação urbanística respeitou essa divisão. Foi elaborado um projeto de edificação específico, a partir da tipologia V052, para o empreendimento composto de 14 blocos residenciais de cinco pavimentos, com apartamentos de dois dormitórios. O conjunto possui bolsões de estacionamento, CAC e áreas de lazer. O empreendimento se localiza numa região bastante adensada e dotada de infraestrutura de comércio e serviços.



Acervo CDHU, 2014.

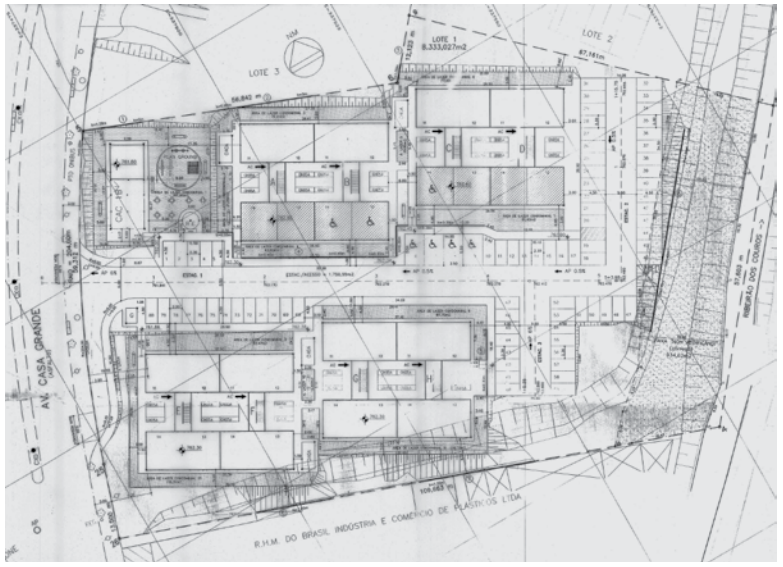


Acervo CDHU. Unidade vertical de Térreo mais quatro pavimentos e dois dormitórios (V052).

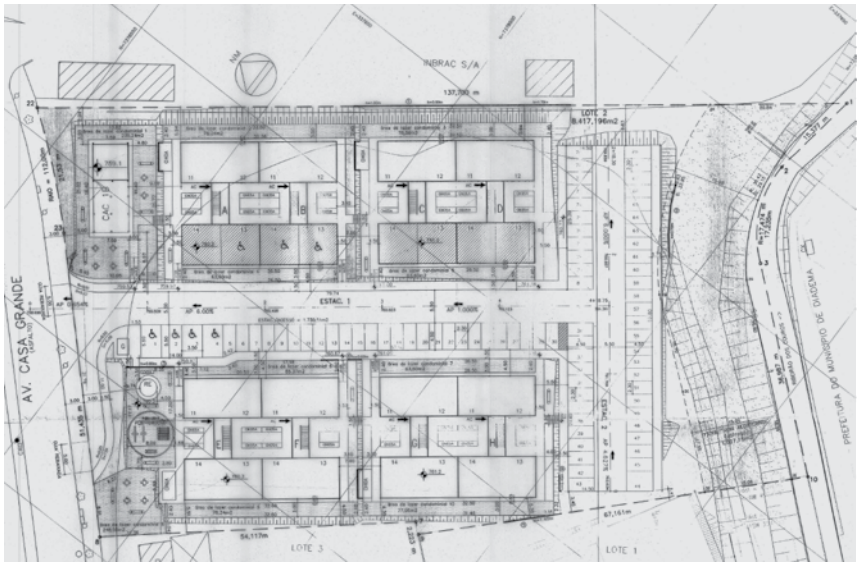
Diadema K1 e K2

MUNICÍPIO: Diadema
ENTREGA: 2005
TERRENO: 16.750,22 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 16.750,22 m²
COTA RESID.: 52,34 m²
TIPOLOGIA: VI22F–V2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 320
PROJETO: Rubio Comin Arquitetura e Construção Ltda.

Este conjunto possui oito diferentes blocos de prédios, com caixas de escadas ligando-os dois a dois, e os apartamentos têm dois dormitórios. O acesso ao conjunto se dá pela Avenida Casa Grande, com duas vias internas cortando o empreendimento, que possui dois Centros de Apoio do Condomínio (CAC). Um dos limites do conjunto é feito pelo bolsão de estacionamento e por um córrego.



Acervo CDHU.



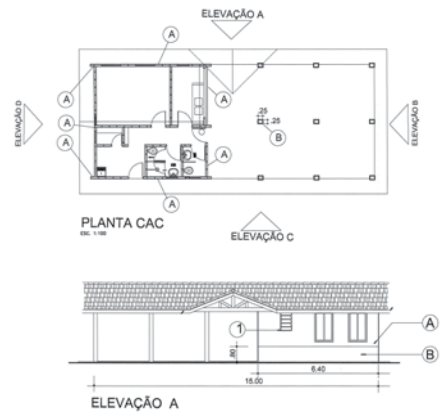
Acervo CDHU.

Santos D

MUNICÍPIO: Santos
ENTREGA: 2004
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 11.550,629 m²
COTA RESID.: 44,43 m²
TIPOLOGIA: VI22FN (V2)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 260
PROJETO: COHAB Santos

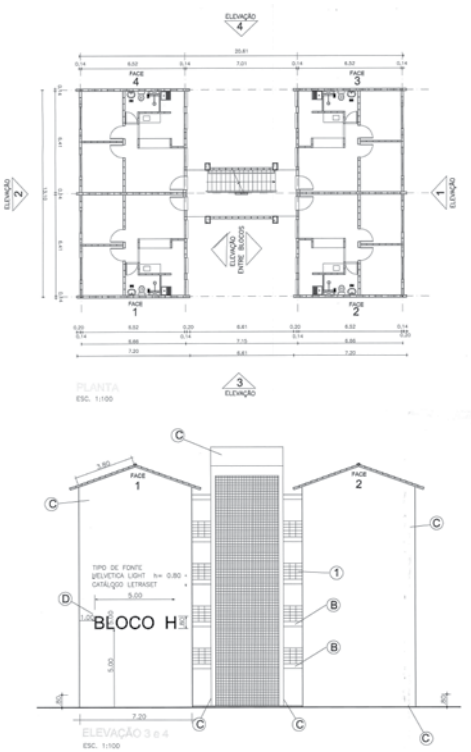


Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto do Centro de Apoio ao Condomínio (CAC), autoria da arq. Lia Affonso Ferreira.

Este conjunto fez parte do Programa de Atuação em Favelas e Áreas de Risco. A CDHU fornecia o projeto e repassava os recursos para a Prefeitura através da COHAB Santos, para realização do empreendimento. Foi feito convênio entre CDHU e a CPFL para implementação de projeto de uso eficiente e seguro de energia elétrica mediante a instalação de aquecedores solares e lâmpadas de alta eficiência energética e luminosa.

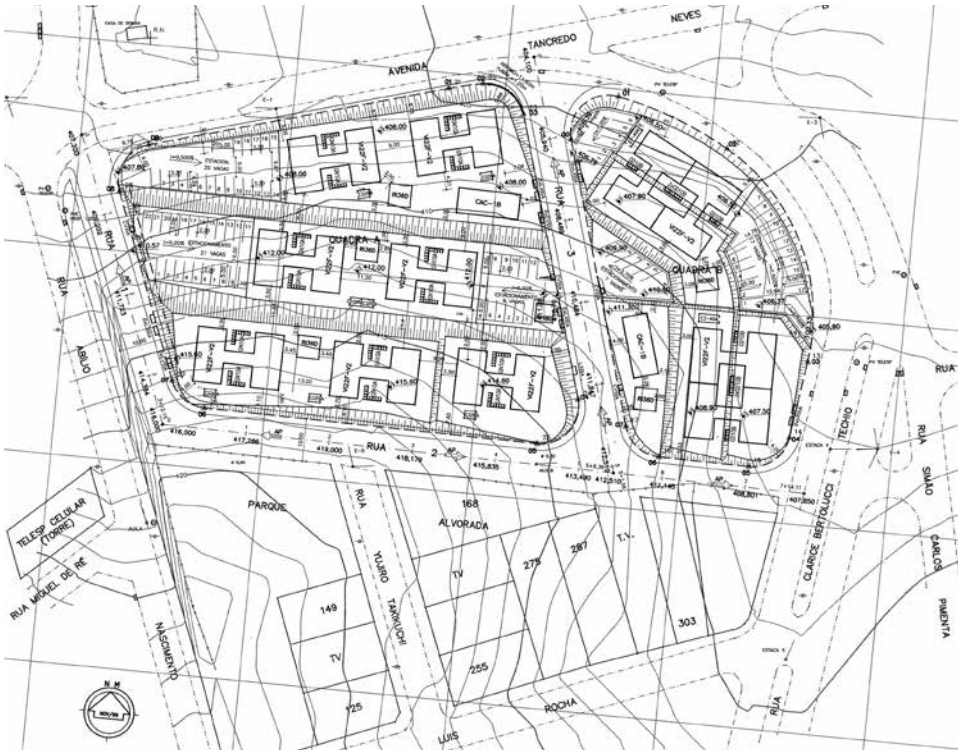


Acervo CDHU. Unidade vertical de térreo mais quatro pavimentos e dois dormitórios (VI22F-v2), projeto do arq. Luiz Flavio Gaggetti.

Presidente Prudente S

MUNICÍPIO: Presidente Prudente
ENTREGA: 2005
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 11.033,47 m²
COTA RESID.: 50,15 m²
TIPOLOGIA: VI22F-V2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 220
PROJETO: Valdir Coelho

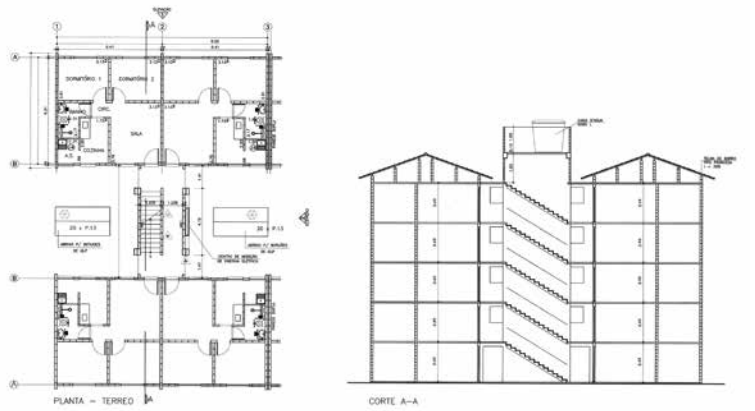
O partido adotado considerou condomínios de dois e três prédios, com bolsões de estacionamento e centro de apoio ao condomínio para atendimento a cada quadra definida pelo sistema viário. Os taludes receberam tratamento paisagístico integrado com a arborização das ruas e da praça.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de cinco andares e dois dormitórios.











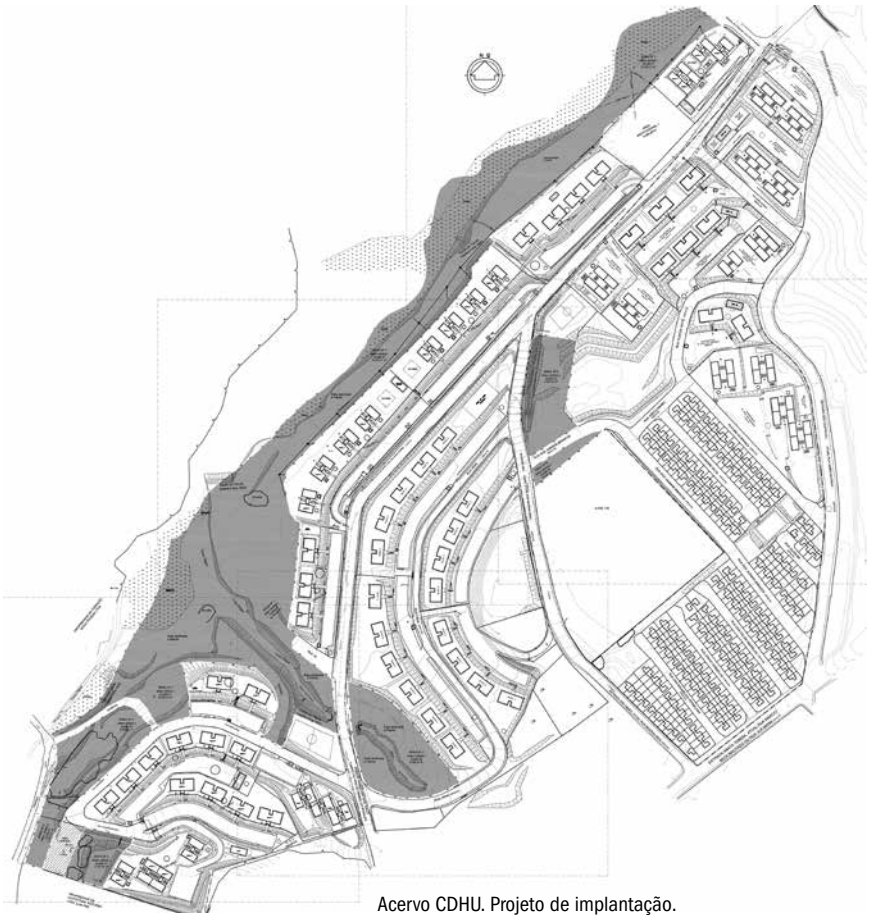
Chahinian, 2014. Nos condomínios as áreas gramadas são predominantes, facilitando a permeabilidade da água.

SP Guaianazes B

Fazenda do Carmo

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2002 a 2010
TERRENO: 358.473,44 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 196.399,37 m²
COTA RESID.: 81,43 m²
TIPOLOGIAS: VI22F-V2, V052 e SR24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 2.412
PROJETO: Moysés Alves Nascimento, Siumara Farah, Denise Gomes Ruprecht, Iracema Miguel e Tatiana Daher Rocha

Na primeira etapa deste conjunto foram implantados sobrados (SR24A). Devido a uma situação emergencial, os sobrados foram ocupados por sem-teto que haviam sido removidos de outras áreas da cidade em virtude de reintegrações de posse. Nas etapas seguintes, foram construídos prédios de cinco e sete andares, com tipologias da Companhia, em sistema de mutirão, em quadras definidas, de modo, a acompanhar as curvas de nível para reduzir a movimentação de terras e compor o projeto de urbanismo do conjunto.



Acervo CDHU. Projeto de implantação.



Nobre, 2012.



Nobre, 2012.



Nobre, 2012.

Antes da intervenção, a Rua Santa Teresinha era o único acesso à área e o cruzamento dessa rua com a Avenida dos Metalúrgicos e Avenida Ragueb Chohfi, em virtude do grande adensamento dos bairros e da falta de alternativas de tráfego, gerava grandes e constantes congestionamentos. O sistema viário implantado pela CDHU melhorou o tráfego de toda a região, com a construção de vias por onde parte do fluxo de veículos pôde ser desviado, diminuindo os índices de lentidão da região nos horários de pico. Além disso, a CDHU ainda pavimentou e alargou a própria Rua Santa Teresinha, aumentando o número de pistas da via.



Nobre, 2012.


Nobre, 2012.


Nobre, 2012.

Foram implantados diversos equipamentos públicos e de lazer no conjunto: escolas, creches, quadras esportivas e também um Centro de Apoio ao Condomínio em cada um dos condomínios do conjunto.

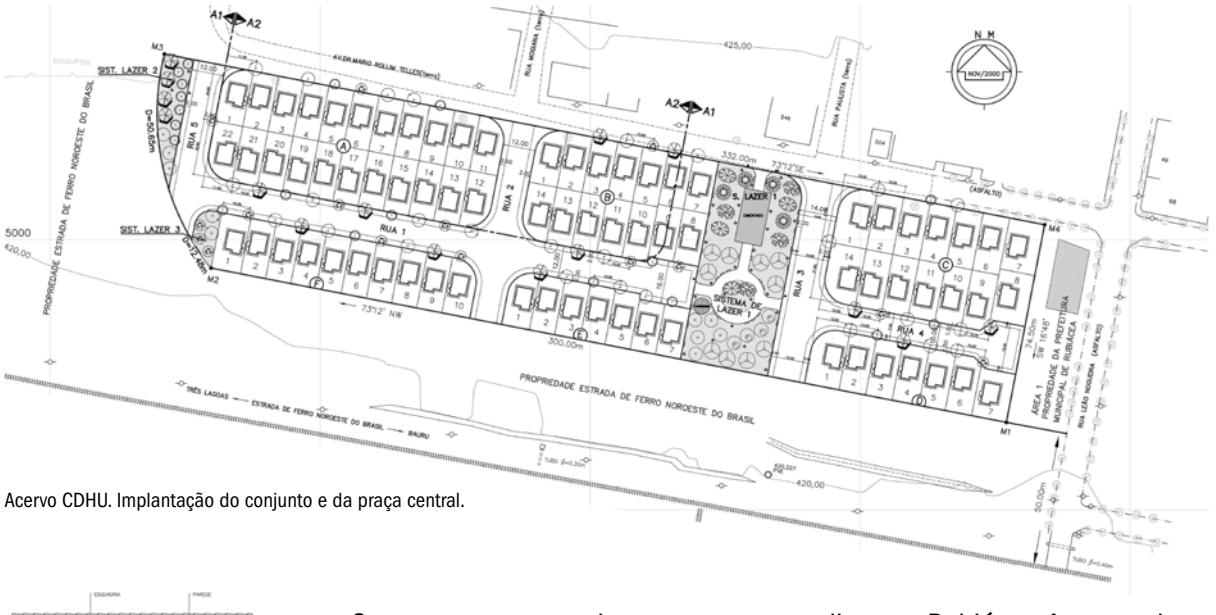

Nobre, 2012. À direita, E. E. Pedra Branca; à esquerda, creche pré-escolar.


Nobre, 2012.

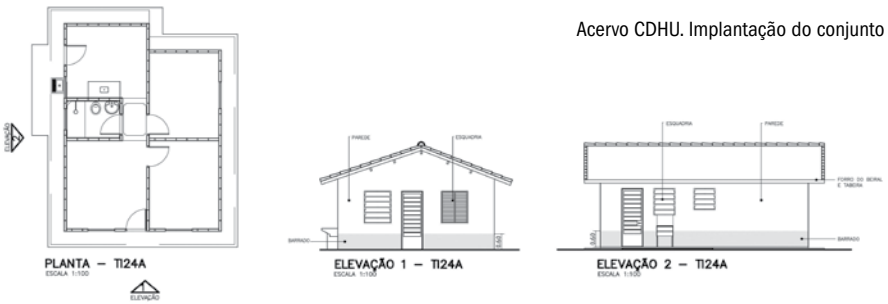
Este conjunto faz divisa com a APA do Iguatemi e no projeto do empreendimento foram preservadas áreas de córregos, uma nascente (bem como sua faixa de preservação), e trechos de maciços arbóreos.

Rubiácea A

MUNICÍPIO: Rubiácea
ENTREGA: 2006
TERRENO: 25.600,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 14.029,60 m²
COTA RESID.: 197,60 m²
TIPOLOGIA: TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 71
PROJETO: Claudia Lacorte



Acervo CDHU. Implantação do conjunto e da praça central.

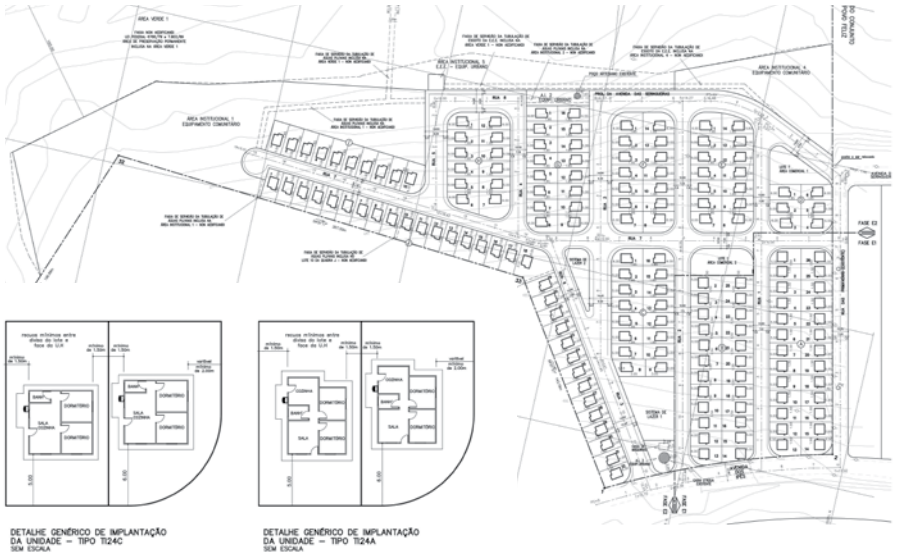


Acervo CDHU. Projeto da tipologia térrea isolada, de dois a quatro dormitórios.

O terreno apresentado para o empreendimento Rubiácea A estava bem inserido na malha urbana da cidade. Como na área central da gleba existia uma massa arbórea significativa, foi criada uma praça central cujo projeto de paisagismo incorporou as árvores existentes nas áreas de permanência e circulação local. O desenho do viário e das quadras surgiu a partir dessa praça, conectando o conjunto ao traçado urbano existente.

Tietê E

MUNICÍPIO: Tietê
ENTREGA: 2005
TERRENO: 149.820,32 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 35.678,05 m²
COTA RESID.: 207,43 m²
TIPOLOGIAS: TI24A e TI24C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 170
PROJETO: Virgina Steed



Acervo CDHU. Projeto das tipologias térreas isoladas, de dois a quatro dormitórios.



Chahinian, 2014. Unidades térreas pós-ocupação.

Este conjunto, construído por meio do Programa Pró-Lar Autoconstrução (PLAC), também teve suas unidades erguidas pelos moradores em regime de autoconstrução assistida. A CDHU repassou recursos à Prefeitura Municipal para aquisição de cesta composta por: materiais de construção, taxa de administração da obra, aquisição de ferramentas, treinamento de mão de obra e implantação de infraestrutura básica, com contrapartidas municipais em itens de investimentos e administração do canteiro de obras. Por este Programa, os compromissos de parcerias buscaram viabilizar o atendimento às necessidades habitacionais dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso a moradias de baixo custo.

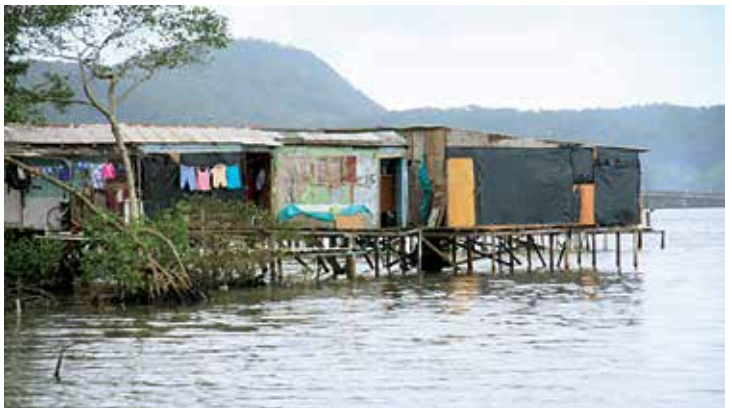
São Vicente F

México 70

MUNICÍPIO: São Vicente
ENTREGA: 2008, 2009 e 2010
TERRENO: 1.068.189,41 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 71.545,81 m²
COTA RESID.: 51,54 m²
TIPOLOGIAS: SR22A, SR22B, PI22B e V032A-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.388 = 928 (F1), 304 (F2), 120 (F4) e 36 (F5)
PROJETO: Pedro Taddei Neto, Eduardo Henrique Santos Teixeira, Miriam Elwing e Renato Mario Daud



Acervo CDHU.





Acervo CDHU.

No Município de São Vicente, as áreas entre o Canal da Vila Margarida e o Canal dos Barreiros são alagadiças, remanescentes de mangues. A ocupação dessas áreas teve início já na década de 1950, tendo se intensificado nos anos 1970, dando origem à Favela México 70. Na porção alagadiça da área, o assentamento se deu por palafitas, um tipo de submoradia construída acima das águas por meio de alicerces de madeira. A precariedade se tornou alarmante com o contínuo lançamento pelos moradores do esgoto e todo tipo de resíduo na água, o que aumentava a ocorrência de doenças e a degradação ambiental, constituindo a péssima qualidade de vida dessa população. A circulação de pessoas entre as moradias se dava por meio de passarelas de madeira frágeis e inseguras. Urbanização e reassentamento: dois fatores foram determinantes para a divisão da forma de intervenção em dois grandes setores. No primeiro setor, o nível de consolidação das edificações em alvenaria e a cota de 1 a 1,5 metro acima do nível do mar permitiam a urbanização. E no outro setor havia a necessidade de criar o solo em cota compatível para a implantação das unidades e estabelecimento do sistema de drenagem, possibilitando que os moradores das palafitas continuassem a habitar de forma adequada no mesmo local.

Setor de Urbanização

Drenagem: para a implantação da drenagem, a elevação do nível do solo foi essencial. Foram construídos canais superficiais ao longo das vias, encaminhando as águas até o Canal de Acumulação, no dique do Canal do Mar Pequeno, onde se localiza uma comporta.






Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

Pavimentação: foram executados os serviços e as obras de infraestrutura e de melhorias no sistema viário, abertura de novas vias no interior de algumas quadras, para garantir o acesso adequado e o atendimento a todas as moradias pelas redes de saneamento.





Acervo CDHU.

Setor de Reassentamento

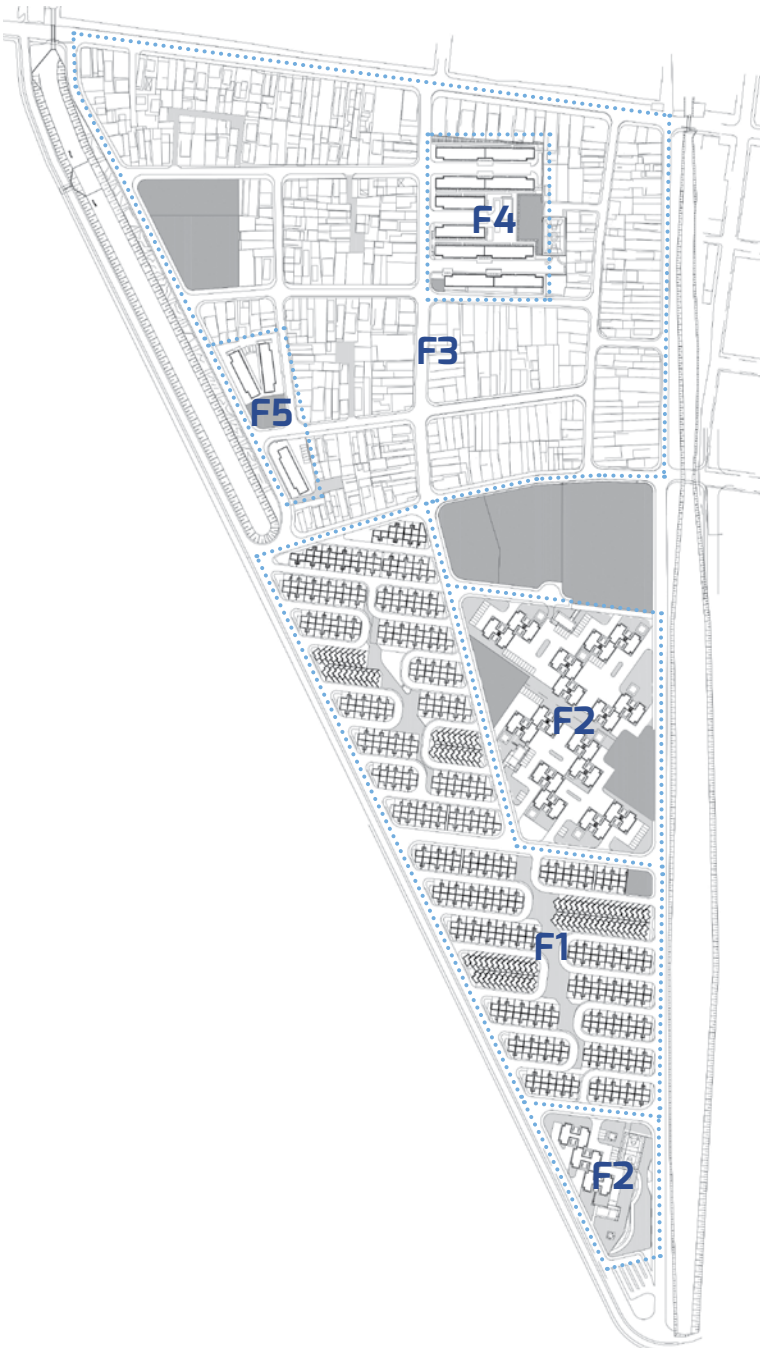
Solo criado: o que exigiu maior planejamento e preparação para obras foi a necessidade literal de se criar terreno, pois grande parte das moradias se situava em área alagadiça. Definida a estratégia de intervenção de atender tanto por meio da urbanização da área de ocupação mais consolidada quanto pela implantação de novas unidades habitacionais, cabia buscar a viabilidade de um sistema de drenagem eficaz para a definição do projeto.




Acervo CDHU.

Setor de Reassentamento (implantação)

Após a erradicação das moradias foi executado o aterro hidráulico para a elevação do terreno, possibilitando que a drenagem pudesse se dar superficialmente em direção aos diques e daí aos canais que limitam a área. Esta intervenção propiciou a implantação dos edifícios, dos sobrados e das vias. Para a estabilização do solo, o aterro foi executado com a colocação de material de sobrecarga, simulando as cargas das moradias. O processo de adenssamento e estabilização do solo foi permanentemente monitorado para liberação do início das obras de construção das unidades com a remoção da sobrecarga até as cotas previstas em projeto.





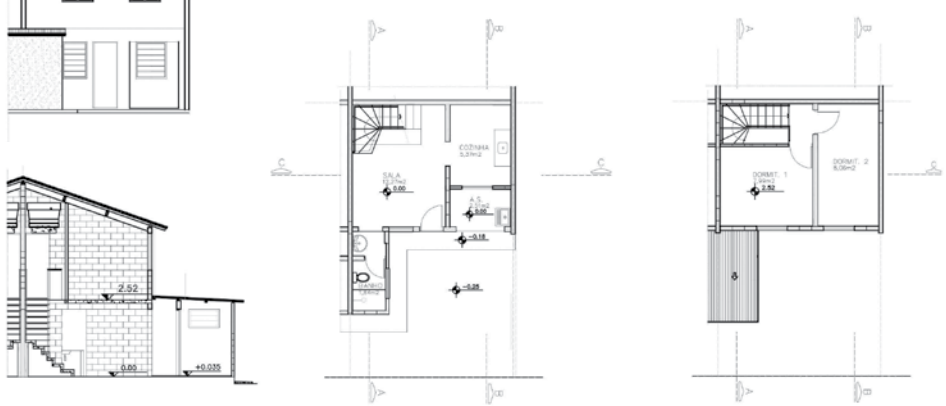
Acervo CDHU.

F1

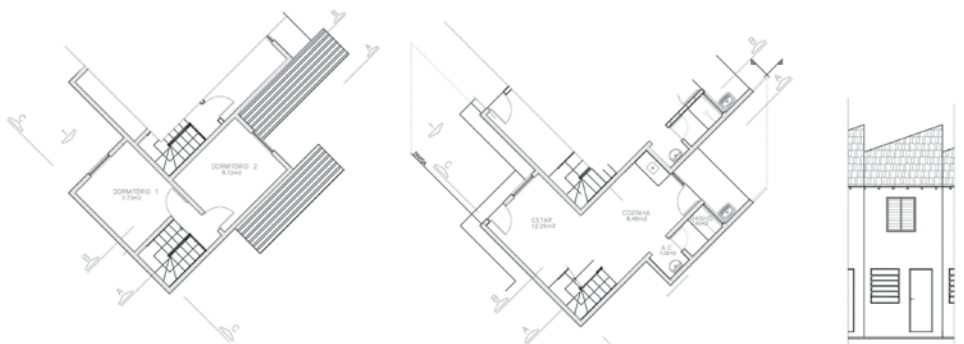
MUNICÍPIO: São Vicente
ENTREGA: 2009
TERRENO: 113.483,54 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 45.792,68 m²
COTA RESID.: 49,35 m²
TIPOLOGIAS: SR22A e SR22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 928
PROJETO: Pedro Taddei Neto



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Tipologia SR22A.



Acervo CDHU. Tipologia SR22B.



Acervo CDHU.

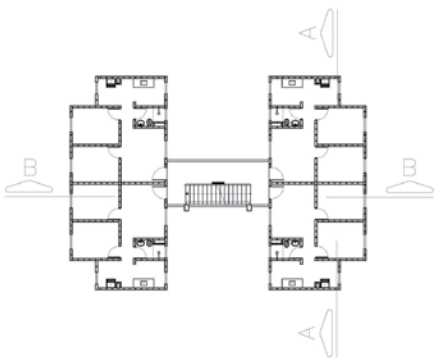
F2

MUNICÍPIO: São Vicente
ENTREGA: 2006
TERRENO: 26.079,15 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.406,84 m²
COTA RESID.: 67,12 m²
TIPOLOGIA: PI22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 304
PROJETO: Eduardo Henrique Santos Teixeira



Acervo CDHU.















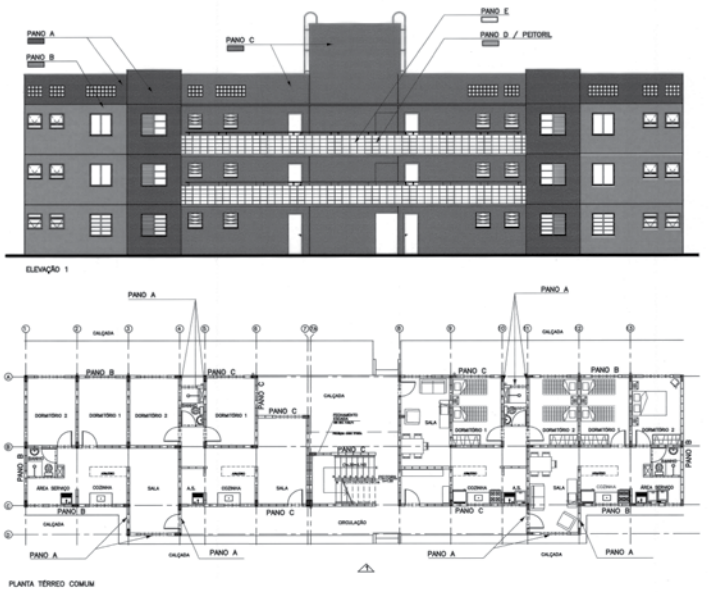
Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

F4

MUNICÍPIO: São Vicente
ENTREGA: 2008
TERRENO: 3.043,22 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 2.658,27 m²
COTA RESID.: 22,15 m²
TIPOLOGIA: V032A-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 120
PROJETO: Renato Mario Daud



Acervo CDHU. Projeto Paulo Eduardo B. Pignanelli.

Equipamentos: além das novas unidades, para apoio às famílias foram construídos Centros de Apoio ao Condomínio (CACs), centros comunitários, uma creche e um posto de saúde, em cooperação com a Prefeitura, além de equipamentos de esporte, com a implantação de um campo de futebol de dimensões oficiais e quadras poliesportivas.

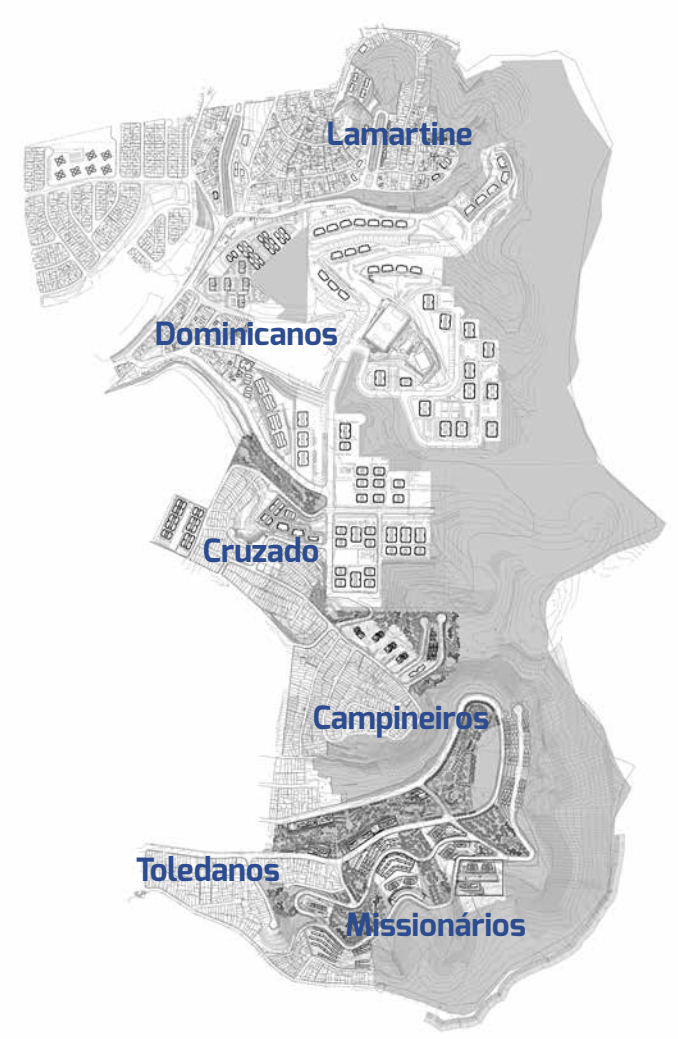




Santo André A2 a A16

MUNICÍPIO: Santo André
TERRENO: 748.348,81 m²
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 2.498
PROJETO: Vitor Augusto dos Santos, Julio Camargo Artigas, Denise Gomes César.

O Jardim Santo André situa-se na fronteira sudeste da zona urbana do Município de Santo André, localizado no ABC Paulista, porção sul da Região Metropolitana de São Paulo. A ocupação irregular começou nos anos 1970 e se intensificou a partir dos anos 1980. A área possui cerca de 32 mil habitantes, 1.5 milhão de metros quadrados e um relevo acidentado que apresenta, em sua menor extensão, cerca de 140 m de diferença de altitude entre o ponto mais baixo e o ponto mais alto. Os assentamentos se formaram de várias maneiras. Existem seis núcleos de assentamentos irregulares que, junto com os conjuntos construídos pela CDHU, compõem a área como se segue: (1) o Núcleo Missionários é um dos mais antigos da região e teve início nos fim dos anos 1960 e inicialmente era ocupado por residências e pequenas plantações; (2) o Núcleo Lamartine teve início em 1979 com um grupo de moradores organizados que tinham sido despejados de uma área particular; (3) o Núcleo Toledanos se formou ao redor de uma nascente por famílias que buscavam água no local; (4) o Núcleo Campineiros surgiu em 1984 ocupando parte de uma chácara; (5) o Núcleo Dominicanos cresceu em 1996 quando o prefeito autorizou a vinda das famílias retiradas do Parque do Pedroso para a área; (6) Os núcleos Cruzado 1 e 2 resultam de ocupações organizadas de 152 famílias em 1987; (7) a CDHU foi construindo condomínios novos para transferência das famílias oriundas dos assentamentos. Foram entregues 304 unidades em 1995 e 1996 e 860 unidades em 1999. De 2000 a 2002, através do Programa Sonho Meu, foram entregues 1.088 unidades e 851 unidades foram contempladas com lotes de reurbanização.





Acervo CDHU.



Ducci, 2014. EMEIEI.

Escola EMEIEI Cora Coralina: com atendimento previsto para alunos da educação infantil, do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. O programa da escola prevê atendimento para: (1) educação infantil, (2) ensino fundamental – da 1ª à 4ª série e anos iniciais, (3) educação de jovens e adultos – da 1ª à 4ª série, (4) educação de jovens e adultos – da 5ª à 8ª série.



Nobre, 2009. Vista da escola e da Praça Lamartine.

Equipamentos: como parte do projeto de urbanização integrada foi implantado um espaço de convívio contemplando uma escola, quadras esportivas, pistas de *skate*, arquibancadas, mesas para jogos e praças de uso múltiplo. Foi criada uma agenda de atividades com jovens visando dar sustentabilidade ao espaço público.







Acervo CDHU.

O Projeto Amigos da Praça Lamartine integra um conjunto de iniciativas voltadas às áreas de uso comum, executando espaços de convivência e lazer. Trata-se de uma intervenção complexa para formação de parcerias. A inserção dos moradores auxilia na eficácia e manutenção e consolida noções de direito e cidadania. A Superintendência de Projetos Sociais para Recuperação Urbana da CDHU desenvolveu um longo processo de atenção permanente com a população de modo a mantê-la envolvida, no entanto, observa-se a ausência de jovens (15 a 24 anos) nas atividades. Foi pensando na necessidade e importância da integração de crianças e adolescentes no Projeto que elaborou a proposta da "Praça Lamartine" com o objetivo de desenvolver atividades monitoradas de arte e educação para valorizar o espaço e propiciar a intervenção direta dos adolescentes no local: pista de *skate* com mosaico e grafite; muro de arrimo, com mosaico e pintura; escadaria azul com mosaico nos espelhos; áreas verdes com esculturas em blocos de concreto pintados; pracinha "do meio" com assentamento de ladrilhos etc.





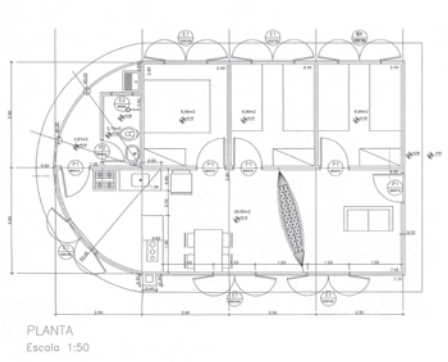
Acervo CDHU.

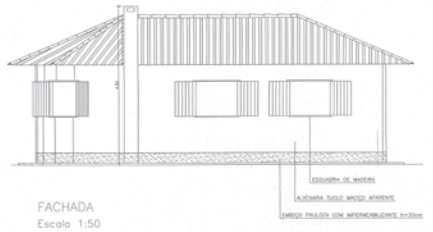
Moradias Indígenas

O Programa de Moradia Indígena foi desenvolvido para garantir melhores condições de vida à população indígena que reside em comunidades reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em terras já homologadas pela legislação federal. A CDHU promove a construção de novas moradias, respeitando-se os costumes, a cultura e a vontade dos moradores dessas comunidades instaladas no Vale do Ribeira, Litoral Norte e Sul e capital, além do Oeste Paulista. Trata-se de substituir antigas habitações precárias, muitas vezes improvisadas, por uma nova unidade habitacional, adotando-se novas tipologias mais adequadas às necessidades das inúmeras comunidades indígenas. Tanto a escolha da tipologia das unidades unifamiliares como os detalhes quanto à localização são definidos em parceria com cada comunidade, respeitando os seus direitos e costumes. Todos os recursos são investidos a fundo perdido, podendo ser estabelecidas parcerias com as prefeituras para execução das obras e outros serviços complementares.

Parelheiros Aldeia Morro da Saudade

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2008
TERRA INDÍGENA: 260.000,00 m²
TIPOLOGIA: Morro da Saudade
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 110
PROJETO: Erika Borges





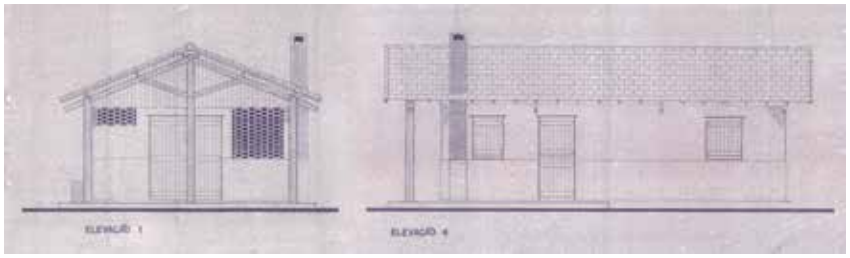






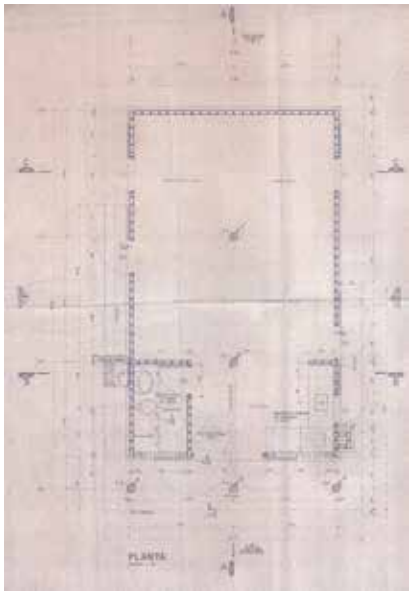


Acervo CDHU.



Braúna D Aldeia Icatu

MUNICÍPIO: Braúna
ENTREGA: 2007
TERRA INDÍGENA: 3.010,00 m²
TIPOLOGIA: Guarani
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 10
PROJETO: Irene Borges Rizzo



Acervo CDHU.

Avaí B, D, E, F e G Aldeias Ekerua, Kopenoty, Nimuendaju e Tereguá

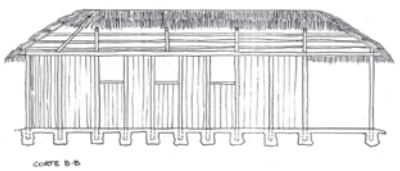
MUNICÍPIO: Avaí
ENTREGA: 2004/2007
TERRA INDÍGENA: 19.300,00 m²
TIPOLOGIA: Guarani
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 101
PROJETO: Erika Borges

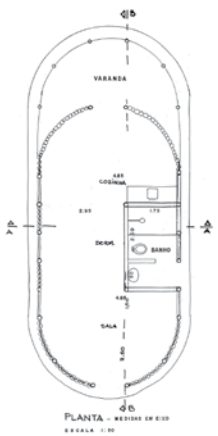


Acervo CDHU.

São Sebastião D Aldeia Rio Silveira

MUNICÍPIO: São Sebastião
ENTREGA: 2006
TERRA INDÍGENA: 85.000,00 m²
TIPOLOGIA: Rio Silveira
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 59
PROJETO: PREFEITURA



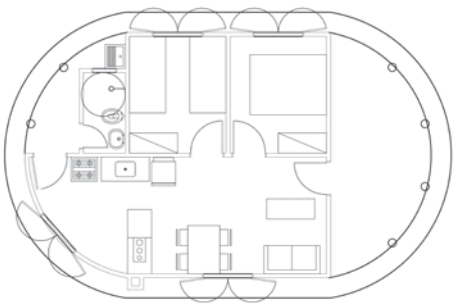




Acervo CDHU.

Ubatuba Aldeia Boa Vista

MUNICÍPIO: Ubatuba
ENTREGA: 2009
TERRA INDÍGENA: 9.060,00 m²
TIPOLOGIA: Boa Vista
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 50
PROJETO: Erika Borges





Acervo CDHU.

Itariri F Aldeia Rio do Azeite

MUNICÍPIO: Itariri
ENTREGA: 2008
TERRA INDÍGENA: 12.120,00 m²
TIPOLOGIA: Rio Branco
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 24 = 12 (Itariri F) e 12 (Itariri G)
PROJETO: Erika Borges



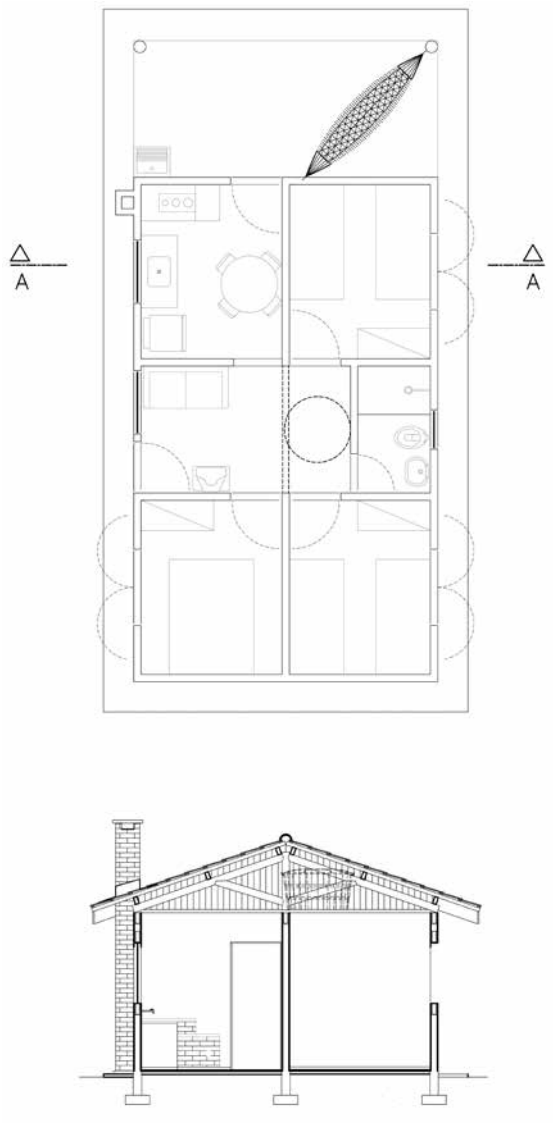




Acervo CDHU.

Mongaguá E Aldeia Guarani do Aguapeú

MUNICÍPIO: Mongaguá
ENTREGA: 2012
TERRA INDÍGENA: 5.330,00 m²
TIPOLOGIA: Rio Branco
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 20
PROJETO: Erika Borges



Itanhaém E Aldeia Rio Branco

MUNICÍPIO: Itanhaém
ENTREGA: 2012
TERRA INDÍGENA: 28.560,00 m²
TIPOLOGIA: Rio Branco
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 20
PROJETO: Erika Borges

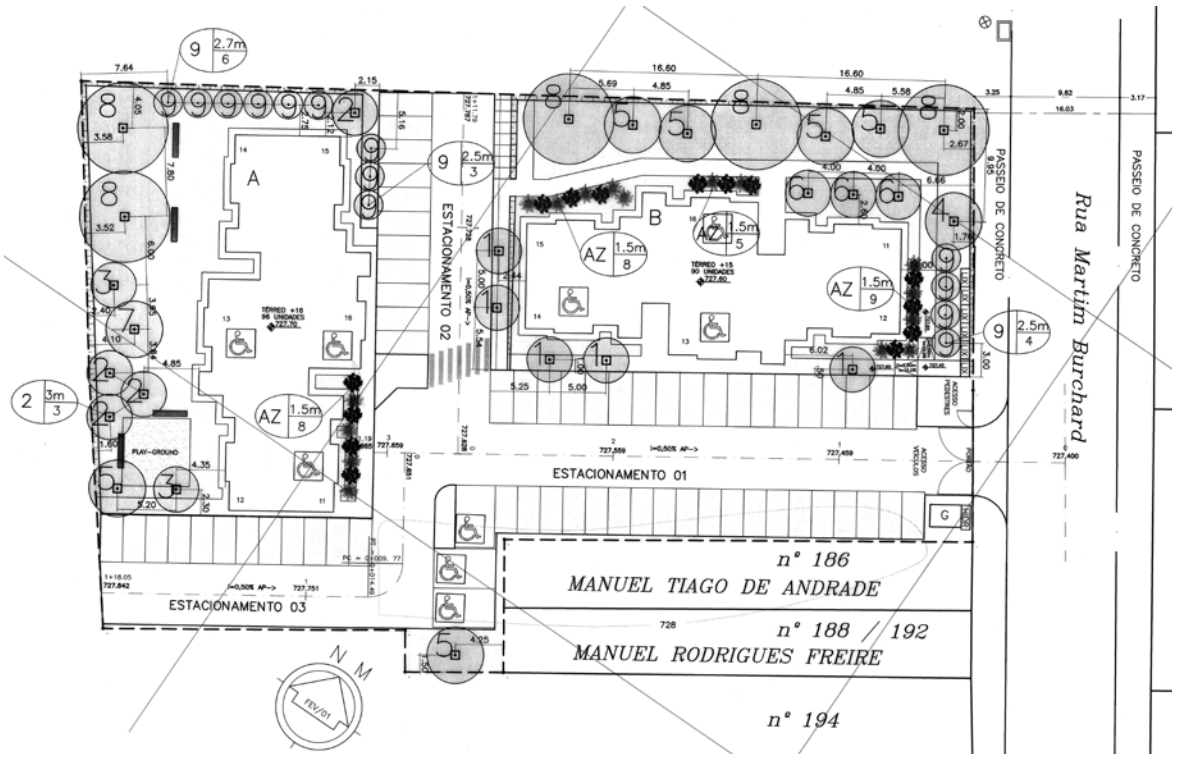
Peruíbe G Aldeia Bananal

MUNICÍPIO: Peruíbe
ENTREGA: 2012
TERRA INDÍGENA: 4.800,00 m²
TIPOLOGIA: Rio Branco
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 15
PROJETO: Erika Borges

SP **Brás E**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 11.446,36 m²
COTA RESID.: 61,54 m²
TIPOLOGIA: V152-BRÁS E
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 186
PROJETO: Luís Augusto Oliveira Martins

Este empreedimento está localizado em uma área da cidade que hoje passa por uma intensa requalificação. O conjunto é composto por duas torres, de 15 e 16 andares, respectivamente, com seis apartamentos em cada andar, servidos por elevador. Os edifícios também possuem vagas no estacionamento e as unidades têm em média 48 m². Parte delas foi destinada a atender funcionários da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.



Acervo CDHU. Lote de implantação das duas torres do Brás E.



Acervo CDHU. Elevação.







Chahinian, 2014.

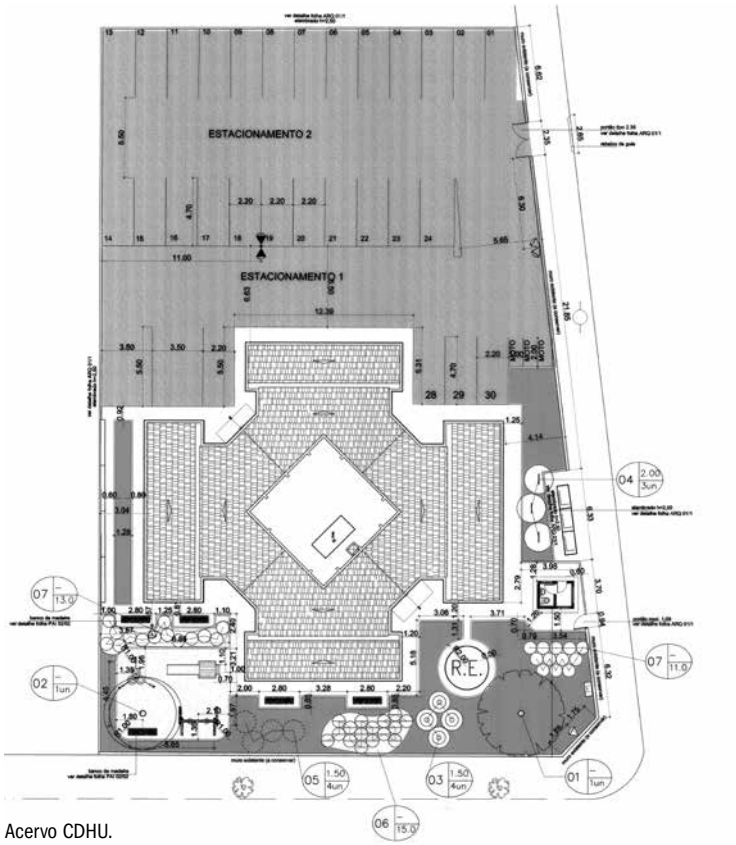
SP **Brás F1 e F2**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2004
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 5.805,15 m²
COTA RESID.: 57,79 m²
TIPOLOGIAS: SAMPAIO UNID. AUT. 1 e SAMPAIO UNID. AUT. 2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 200
PROJETO: Casa do Arquiteto Projetos, Planejamento e Construções Ltda.; Patrícia de Toledo Ribeiro e Manoel Carlos Rodrigues Carvalho



Chahinian, 2014.

Este conjunto foi destinado ao atendimento de funcionários públicos. Os apartamentos têm tipologias que variam de um a dois dormitórios. No andar térreo estão a portaria, área de lazer, *playground*, salão de festas e bolsão de estacionamento.



Acervo CDHU.

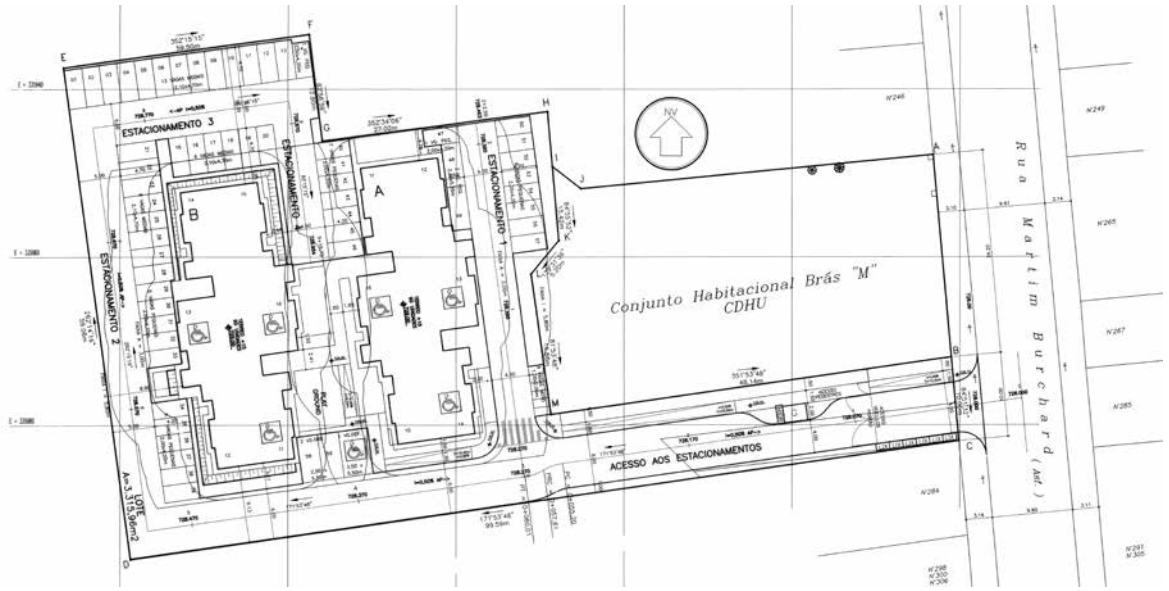
SP **Brás L**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 11.106,74 m²
COTA RESID.: 61,70 m²
TIPOLOGIA: V152-BRÁS L
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 180
PROJETO: Luís Augusto Oliveira Martins

Este conjunto possui duas torres com elevadores, o edifício tem o andar térreo mais 15 pavimentos, com seis unidades habitacionais em cada andar. Como se trata de um terreno estreito, o projeto buscou acomodar o maior número de unidades. Foram destinadas áreas para estacionamento.



Acervo CDHU. Elevação.



Acervo CDHU. Implantação

SP **Cambuci A**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2004
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.224,42 m²
COTA RESID.: 18,55 m²
TIPOLOGIA: PROJETO ESPECIAL
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 66
PROJETO: Rubio Comin Arquitetura e Construção Ltda.









Acervo Deangelo.



Acervo CDHU. Elevação.

Este empreendimento foi construído para atender exclusivamente moradores idosos e fez parte do projeto República da Melhor Idade. O edifício tem 11 pavimentos e 66 apartamentos com sala, dois dormitórios, cozinha e banheiro totalmente adaptado, com pisos antiderrapantes e barras de apoio. O vão da porta do banheiro é maior e as janelas são mais baixas para facilitar o dia a dia dos moradores. No condomínio são desenvolvidas atividades como exercícios físicos, fisioterapia, massagem, dança, festas comunitárias, entre outras, visando melhorar a qualidade de vida dos moradores.

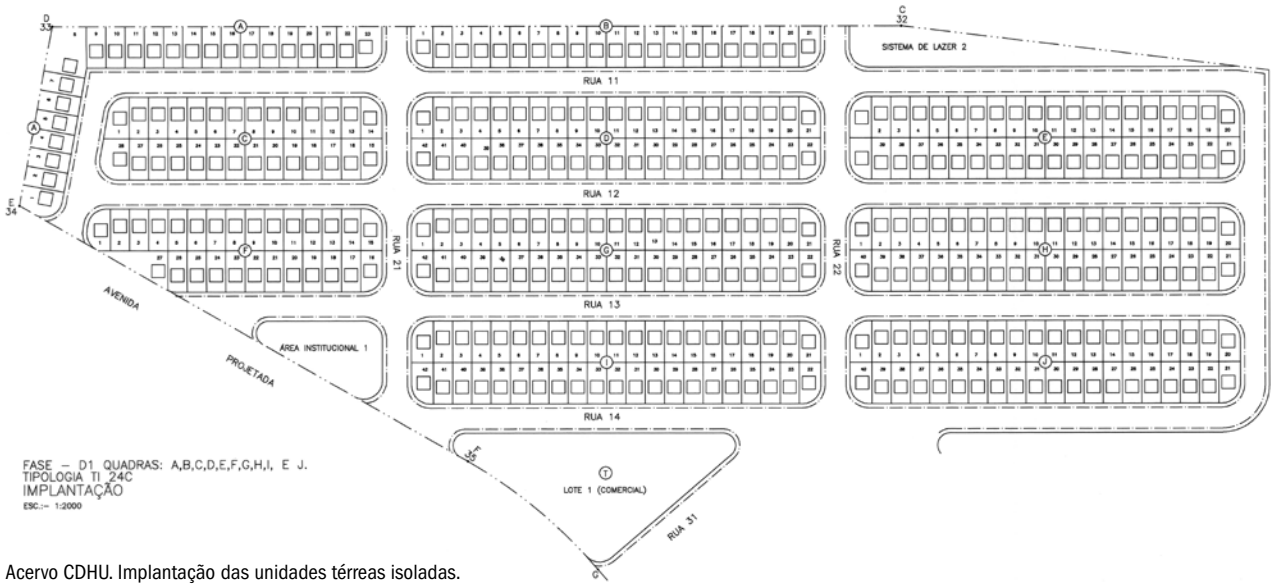


Acervo CDHU. Planta do térreo.

Avaré D1

MUNICÍPIO: Avaré
ENTREGA: 2003
TERRENO: 250.613,37 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 141.200,00 m²
COTA RESID.: 231,10 m²
TIPOLOGIA: TI24C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 414
PROJETO: Lygia Tupy Caldas e Aldo Francisco Alves Filho

Este projeto foi realizado em parceria com a Prefeitura e os imóveis foram construídos em regime de autoconstrução. São casas térreas isoladas, dispostas em lotes grandes. A tipologia é a de dois dormitórios, com possibilidade de ampliação para até quatro quartos. Há ainda duas áreas previstas para equipamentos institucionais e comércios.



Acervo CDHU. Implantação das unidades térreas isoladas.



Chahinian, 2014.



Chahinian, 2014.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia térrea isolada de dois dormitórios.

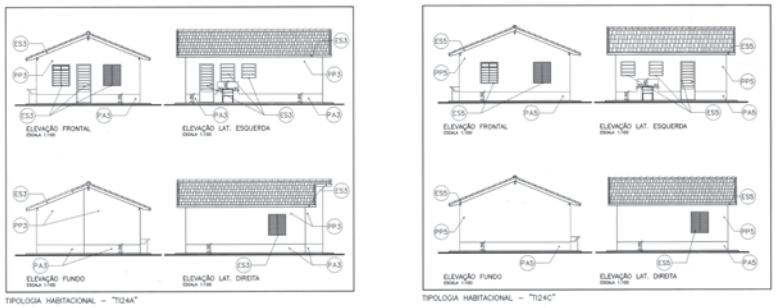


Chahinian, 2014.

Registro D

MUNICÍPIO: Registro
ENTREGA: 2006
TERRENO: 356.817,34 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 127.103,29 m²
COTA RESID.: 211,84 m²
TIPOLOGIAS: TI24A e TI24C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 314
PROJETO: Eduardo Teixeira

Este empreendimento foi construído em parceria com a Prefeitura. As áreas de lazer e as institucionais foram distribuídas ao longo de todo o conjunto e o sistema viário se adequa à topografia local, com quadras irregulares de diferentes tamanhos. As unidades são casas térreas isoladas, com diferentes tipologias.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia térrea de dois a quatro dormitórios.



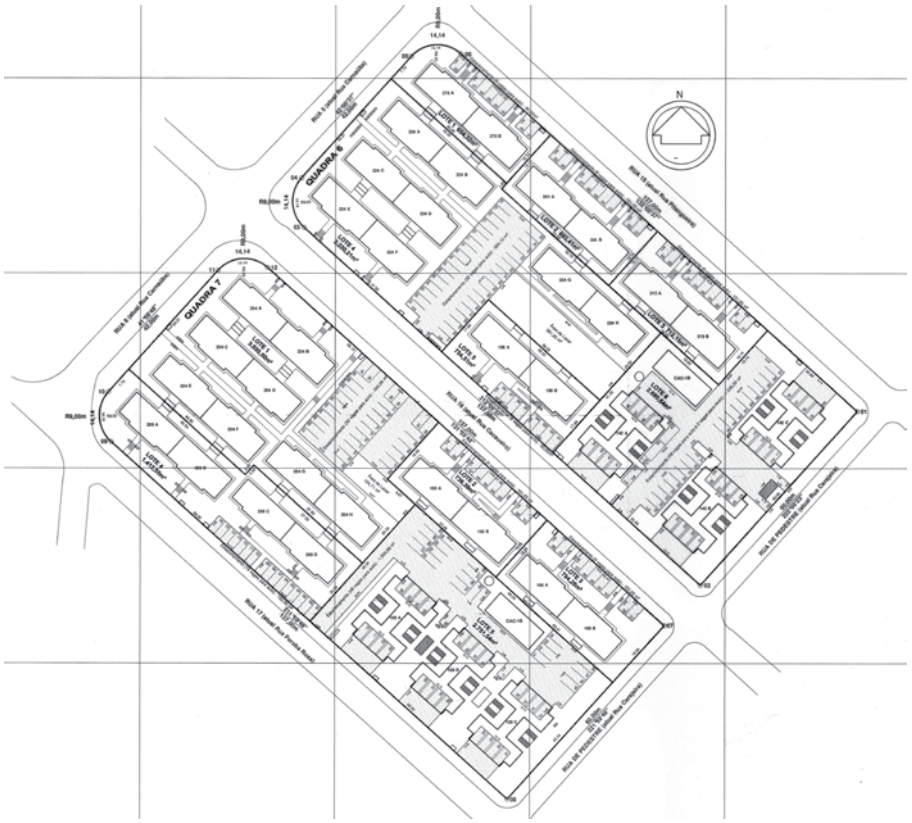
Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Acervo CDHU.

Peruíbe C

MUNICÍPIO: Peruíbe
ENTREGA: 2006
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 17.450,40 m²
COTA RESID.: 77,90 m²
TIPOLOGIAS: PI22B e SB22B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 224
PROJETO: Marta Junqueira da Silva

Projeto implantado a partir da junção de lotes existentes em duas quadras, que posteriormente foram aglutinados e resultaram em cinco lotes na quadra 7 e em seis na quadra 6. Foram construídas 224 unidades com a implantação da tipologia SB22B e PI22B, nos 128 sobrados, agrupados dois a dois, e nas 96 unidades em seis blocos de apartamentos. As diretrizes foram facilitar a gestão do espaço pelos moradores, evitar a monotonia e possibilitar uma relação dos moradores com a rua, enquanto espaço de convívio, seja via interna, privada ou via pública. Dessa forma, a ênfase na circulação de pedestres estruturou a implantação das unidades. De modo a atender à solicitação da Prefeitura, que exigia cota de soleira mínima de 1 metro, foi necessário um movimento de terra e serviços de aterro para a construção das moradias.



Acervo CDHU.

Vinhedo E

MUNICÍPIO: Vinhedo
ENTREGA: 2004
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.033,14 m²
COTA RESID.: 104,34 m²
TIPOLOGIA: VI22F–V1
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 192
PROJETO: Roseli G. P. de Vincenzo e Wladimir Bemincasa

Os blocos de apartamentos deste conjunto estão ligados por uma caixa de escada, com bom aproveitamento da área e do espaço entre eles. Os apartamentos têm dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. As unidades exclusivas para portadores de necessidades especiais foram projetadas para garantir o conforto e acessibilidade, respeitando as exigências do Desenho Universal. O projeto também assegurou uma faixa de área verde que dá continuidade à reserva existente.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de quatro andares e dois dormitórios.

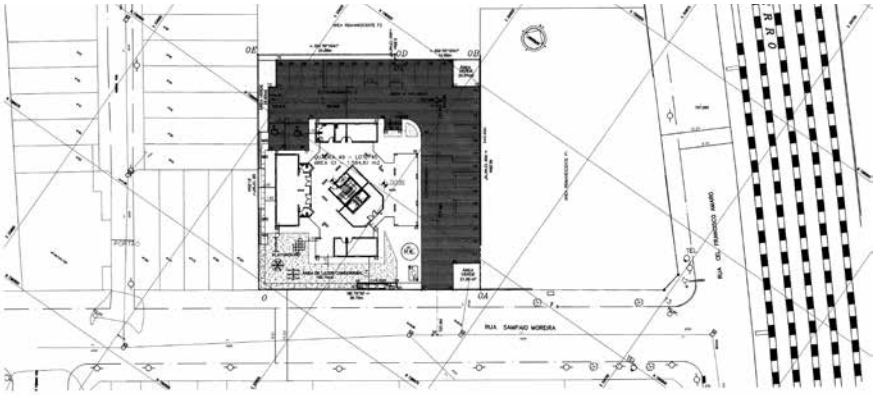


Acervo CDHU.

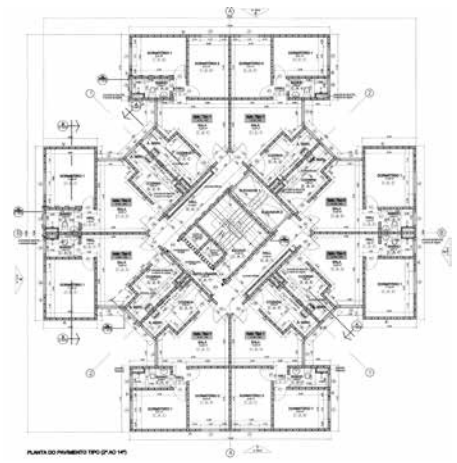
SP **Brás G1 e G2**

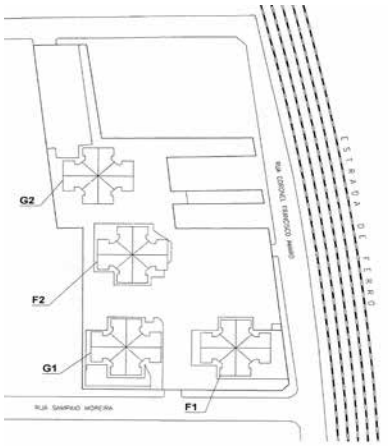
MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2004
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.584,31 m² (G1) e 2.156,14 m² (G2)
COTA RESID.: 18,00 m² (G1) e 19,25 m² (G2)
TIPOLOGIAS: V11-1D e 2D BRÁS G
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 88 (G1) e 112 (G2)
PROJETO: Casa do Arquiteto Projetos, Planejamento e Construções Ltda.; Patrícia de Toledo Ribeiro e Manoel Carlos Rodrigues Carvalho

Este projeto foi implantado em um terreno de 1.560 m² na Rua Sampaio Moreira, próximo à Estação Brás da CPTM/Metrô. Os edifícios possuem 11 pavimentos, com elevadores no centro e os vãos de ventilação voltados para duas faces, o que facilita a circulação de ar. De um total de duas centenas de apartamentos, metade possui área de 35 m² e um dormitório; a outra metade tem área em torno de 42 m².

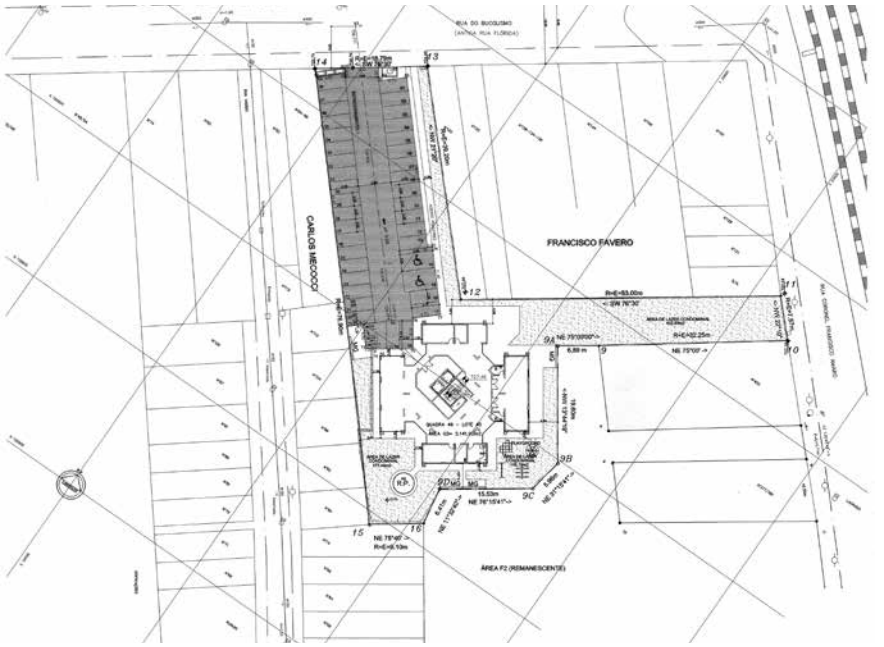


Acervo CDHU. G1


Acervo CDHU. Tipologia vertical de 11 andares.



Acervo CDHU. Implantação do conjunto.



Acervo CDHU. G2


Acervo Deangelo.

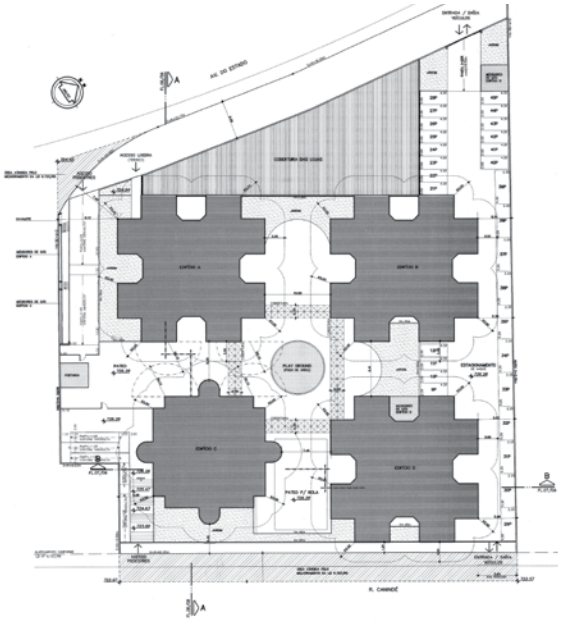

Chahinian, 2014.



SP **Pari A1 e A2**

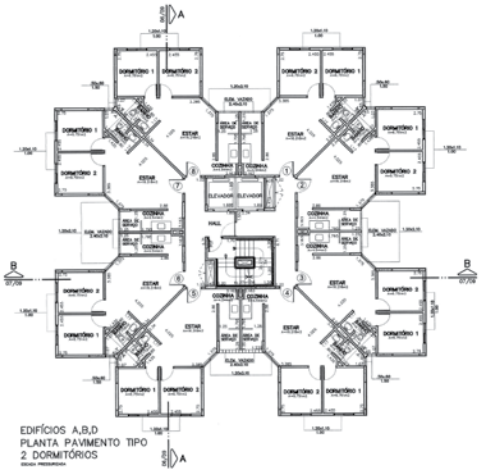
MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2002
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 21.446,00 m²
COTA RESID.: 67,02 m²
TIPOLOGIAS: V10-1D e 2D PARI A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 320
PROJETO: Leo Bonfin Jr. e Nelson Trezza

Pari A1: este foi o primeiro conjunto concluído no bairro, situado na junção da Rua Canindé com a Avenida do Estado, próximo ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, onde, no passado, funcionavam inúmeros pátios de manobras da antiga ferrovia. Nessa primeira fase, foram construídas duas torres, com apartamentos de um e dois dormitórios.
Pari A2: este conjunto também possui duas torres de apartamentos e destaca-se pela fachada em tons pastel, que contrasta com a paisagem acizentada do entorno. As cores quebram a monotonia visual da região marcada pelos entrepostos comerciais.

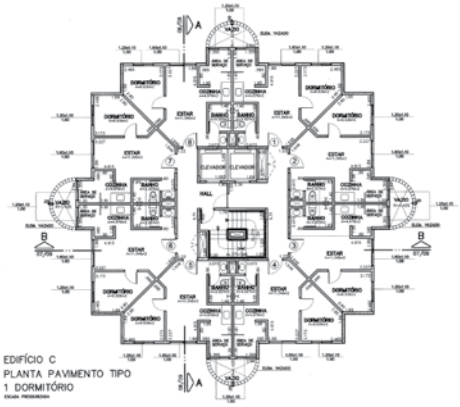


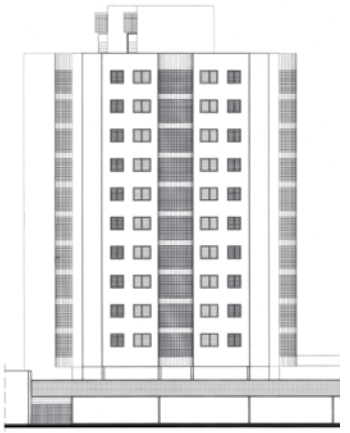
Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de 10 andares e dois dormitórios.

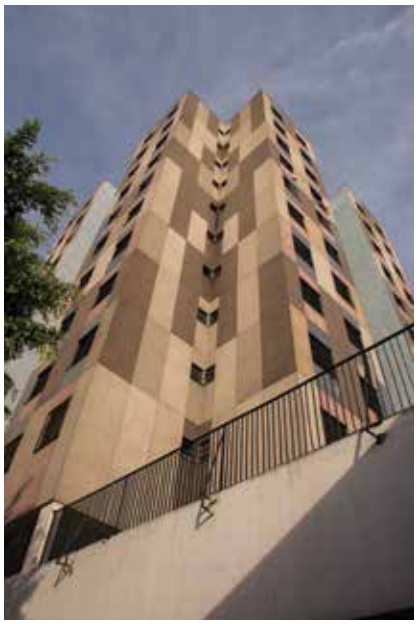




Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de 10 andares e um dormitório.



Acervo CDHU. Pari A2.



Chahinian, 2014. Pari A1.



Chahinian, 2014. Pari A1.





Acervo CDHU. Cozinha e sala de um dos apartamentos.

SP Santa Cecília A

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2003
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 330,70 m²
COTA RESID.: 11,81 m²
TIPOLOGIA: VR51 SANTA CECÍLIA A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 28
PROJETO: Maria Isabel N. de Souza Cabral, Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado e Maria Isabel Bertoncello



Chahinian, 2014. Painel produzido pela Oficina de Mosaicos com autoria de Isabel Ruas.

Localizado a uma quadra da Estação Marechal Deodoro do Metrô, este empreendimento ocupa um lote de 330,70 m², sendo um dos menores do Programa de Cortiços da CDHU. No edifício foi utilizado tijolo cerâmico envernizado e estrutura de concreto aparente – um projeto composto de térreo mais cinco pavimentos e 28 apartamentos de 45 m², com um dormitório. Aqui foram atendidos moradores de associações comunitárias realocados de outras regiões da cidade.

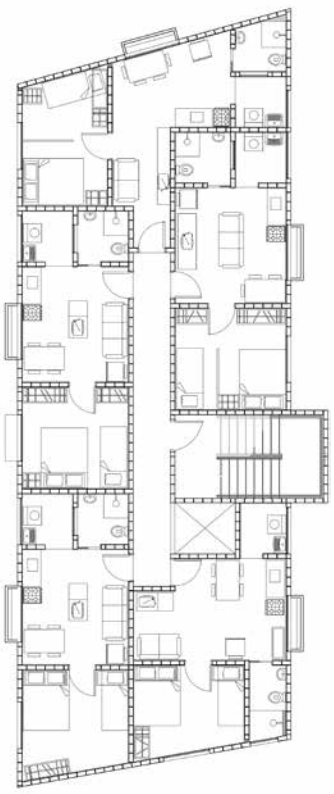
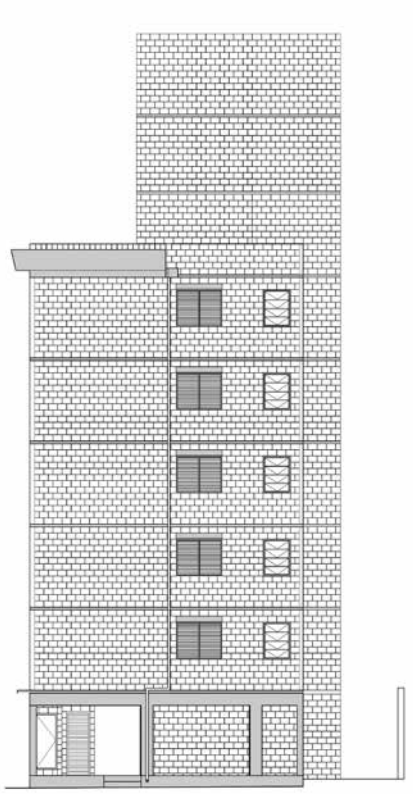




Acervo CDHU. Imagens internas de uma das unidades.



Chahinian, 2014.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de seis andares com dois dormitórios.

SP Santa Cecília C

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 670,00 m²
COTA RESID.: 95,71 m²

TIPOLOGIAS: VR11-1D e 2D SANTA CECÍLIA C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 70
PROJETO: Alberto Bunduki



Acervo CDHU.

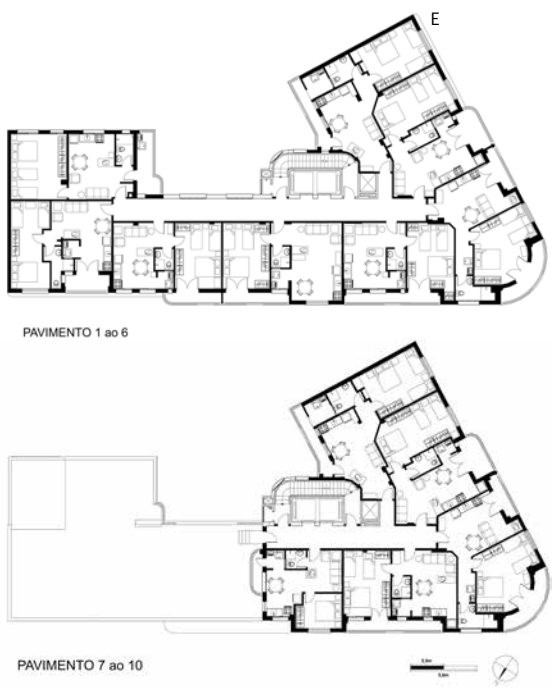


Acervo CDHU.

O projeto Santa Cecília C trata de um caso de requalificação de um antigo prédio desocupado que, na década de 1940, abrigava moradias de alto padrão. O edifício possui um bloco de 11 andares e outro de seis. Os 70 apartamentos estão divididos em três tipologias básicas, incluindo quitinetes e unidades de um e de dois dormitórios, com área média variando entre 35 m² e 69 m². No andar térreo funciona uma escola de moda mantida pelo Governo do Estado para formação profissional, que atende alunos de baixa renda.



Chahinian, 2014.



Acervo CDHU.



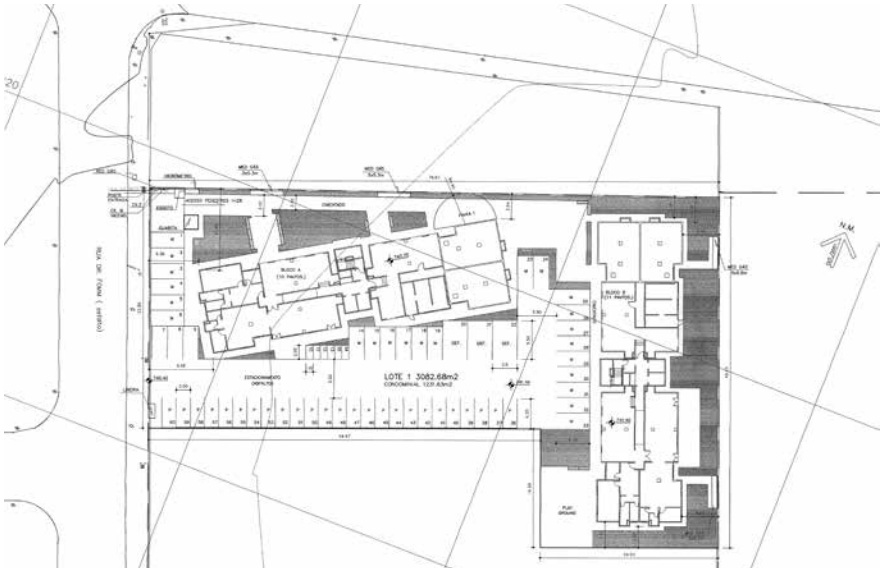
Chahinian, 2014.



Chahinian, 2014.

SP **Mooca B**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2005
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 2.540,57 m²
COTA RESID.: 18,147 m²
TIPOLOGIA: V10-2D MOOCA B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 140
PROJETO: Luiz Cutait Arquitetura e Urbanismo Ltda.



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.

Este empreendimento localizado na Rua Dr. Fomm, travessa da Avenida Alcântara Machado (Radial Leste), é composto de duas torres com unidades de dois dormitórios: uma com 10 andares, com 80 apartamentos e uma segunda, menor, com outras 60 unidades. Em ambos os casos são apartamentos com área média de 58 m². Todos os seus moradores dispõem de uma vaga exclusiva de garagem, bicicletário, salão de festas, *playground* e uma quadra poliesportiva.













Knoll, 2014.

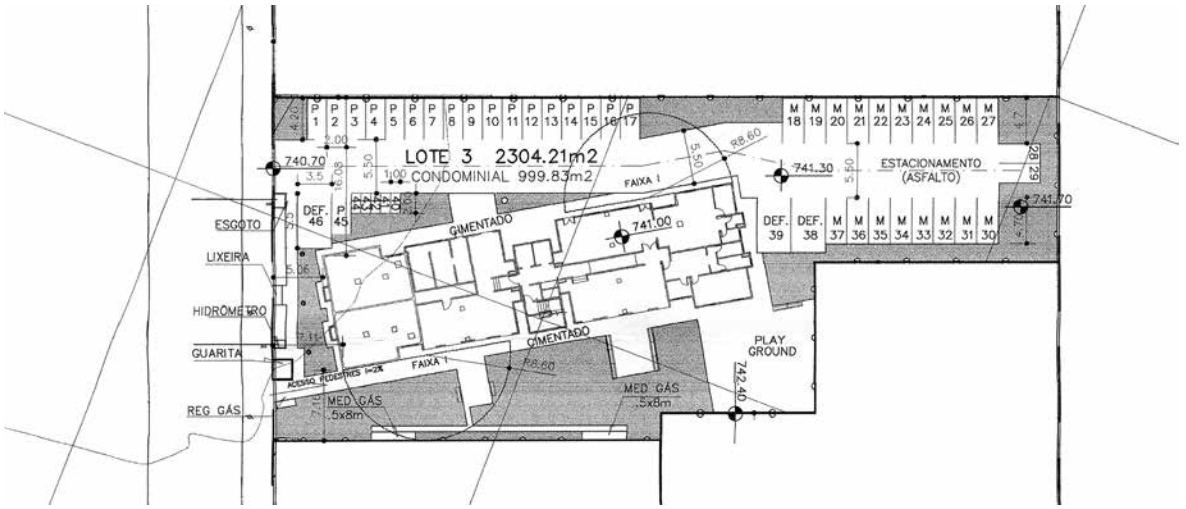
SP **Mooca C**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2005
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 2.306,23 m²
COTA RESID.: 18,017 m²
TIPOLOGIA: V16-2D MOOCA C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 128
PROJETO: Luiz Cutait Arquitetura e Urbanismo Ltda.

Este edifício tem 16 pavimentos, com oito apartamentos por andar. Além dos elevadores para circulação vertical, o empreendimento apresenta instalações para convívio condominial, com salão de festas, sala de jogos e *playground*. As famílias contam com vagas reservadas de garagem.



Knoll, 2014.



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.





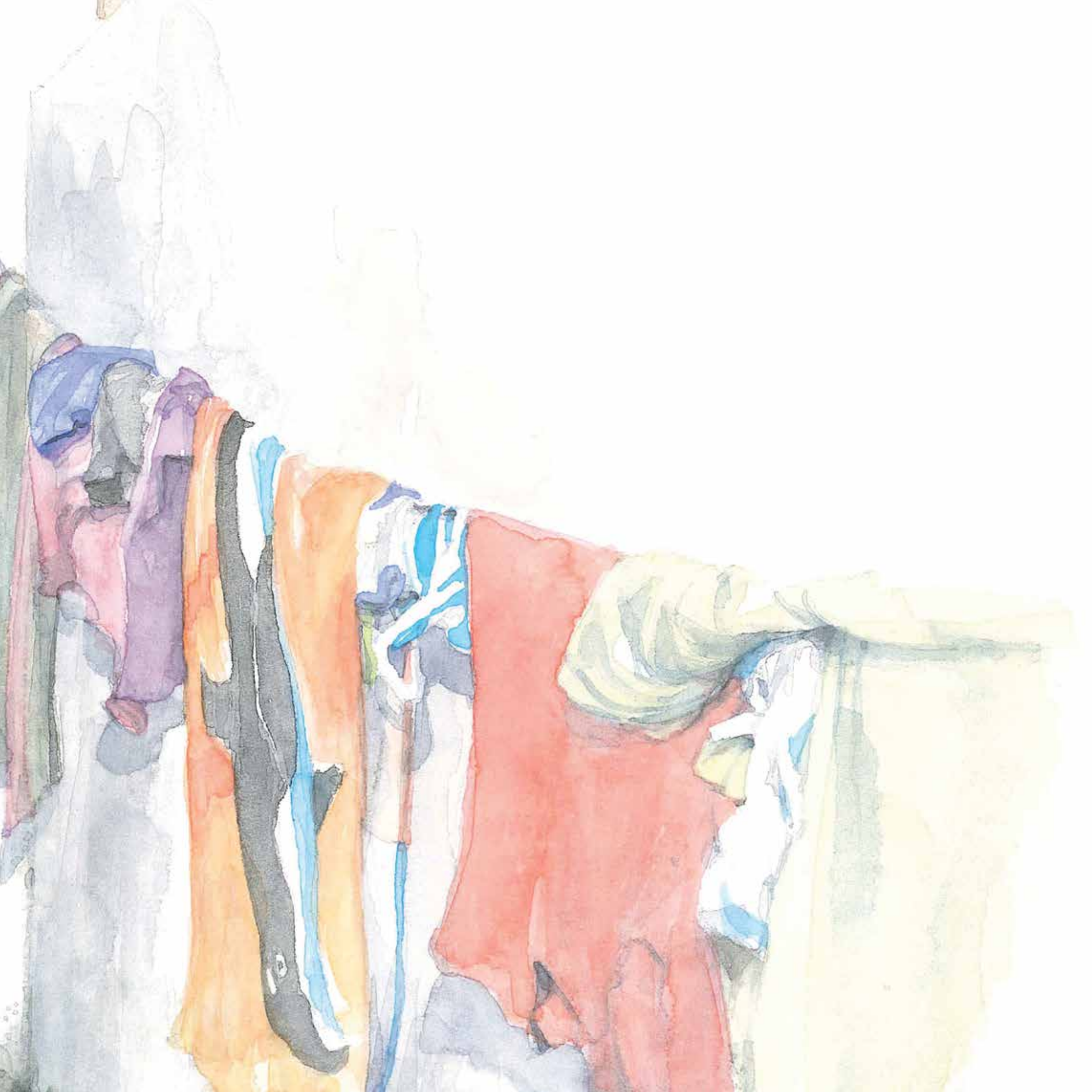


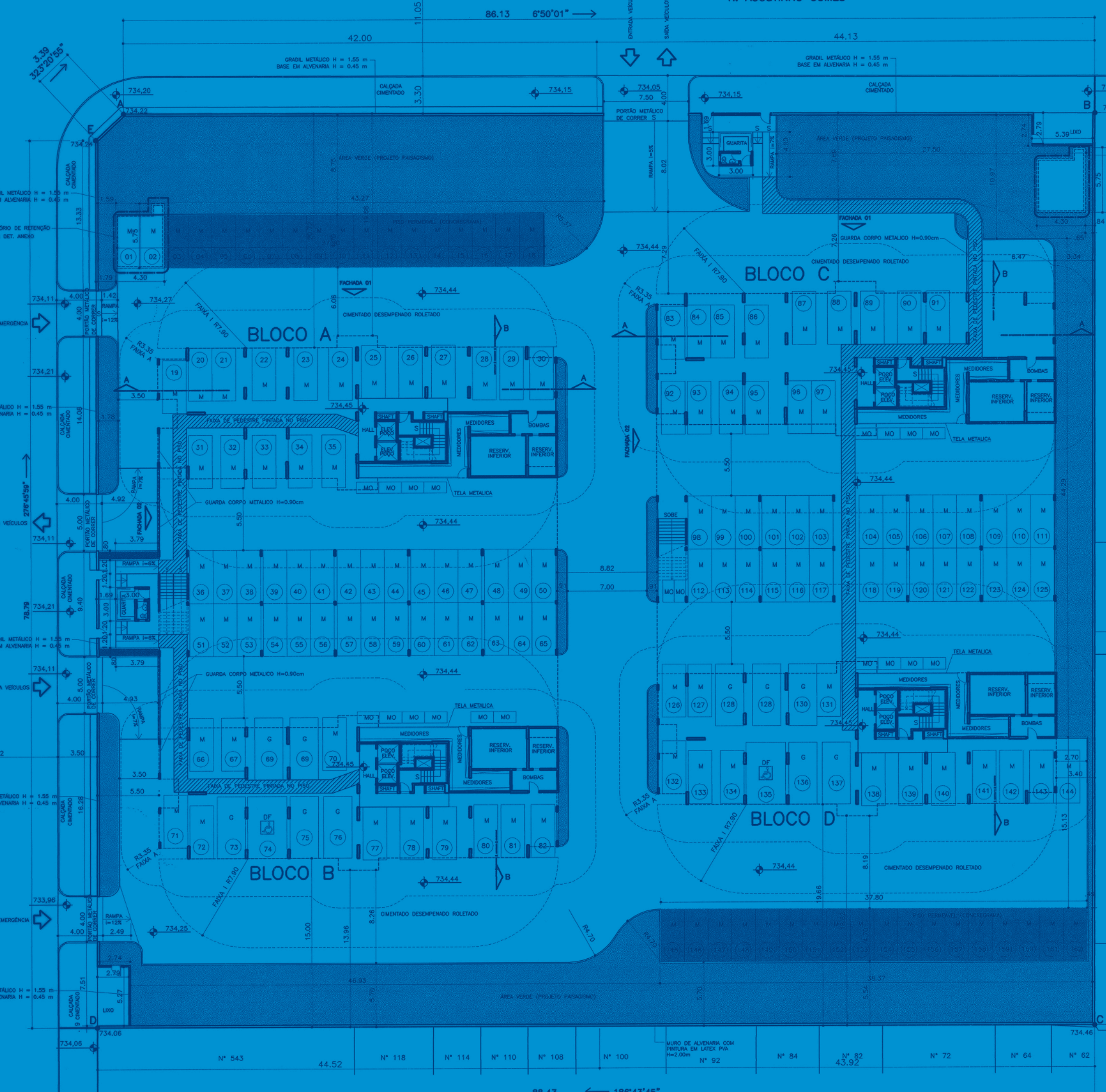
Knoll, 2014.

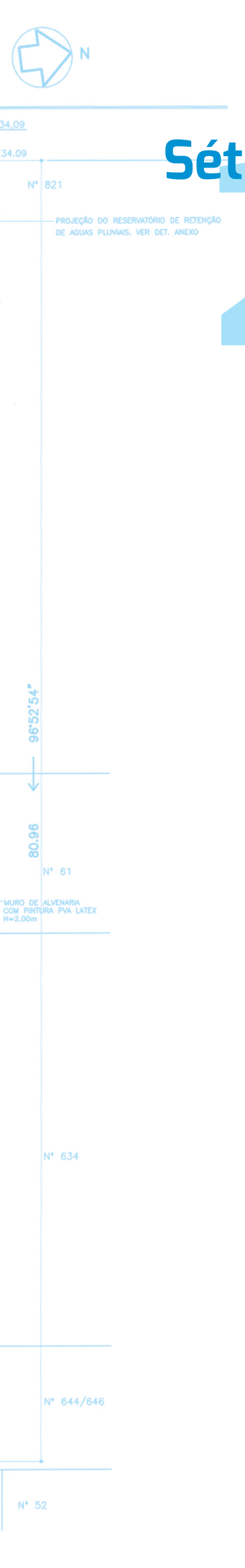




Meire de Oliveira, 2012. Cortiço Baixada Santista.




BLOCO A
BLOCO B
BLOCO C
BLOCO D
CIMENTADO DESEMPENADO ROLETADO
PISO PERMEAVEL (CONCREGRAMA)
ÁREA VERDE (PROJETO PAISAGISMO)
GRADIL METÁLICO H = 1.55 m
BASE EM ALVENARIA H = 0.45 m
CALÇADA CIMENTADO
PORTÃO METÁLICO DE CORRER S
GUARITA
LIXO
FACHADA 01
FACHADA 02
GUARDA CORPO METALICO H=0.90cm
FAIXA DE PEDESTRE PINTADA NO PISO
FAIXA 1 R7.90
R3.35 FAIXA A
TELA METALICA
SHAFT
POÇO ELEV.
HALL
MEDIDORES
BOMBAS
RESERV. INFERIOR
RAMPA i=12%
RAMPA i=7%
RAMPA i=6%
RAMPA i=5%
MURO DE ALVENARIA COM PINTURA EM LATEX PVA H=2.00m
Nº 543
Nº 118
Nº 114
Nº 110
Nº 108
Nº 100
Nº 92
Nº 84
Nº 82
Nº 72
Nº 64
Nº 62
44.52
43.92
88.43
186°43'45"
276°45'59"
323°20'55"
86.13
6°50'01"
42.00
44.13



Sétimo Período 2007-2013

Em janeiro de 2007, José Serra assumiu o Governo do Estado de São Paulo. Entre seus planos para a área habitacional estava um maior direcionamento de esforços para a recuperação urbana e socioambiental, decorrente, entre outros fatores, de sua experiência à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo, em que esteve em contato com projetos inovadores nessa esfera.

Assim, os projetos de urbanização de grandes assentamentos precários iniciados em outros períodos – como Jardim Santo André e União de Vila Nova, localizados na Região Metropolitana de São Paulo – passaram a ter novas fases de continuidade. Do mesmo modo, um amplo conjunto de ações de reassentamento habitacional, vinculado a obras públicas de mobilidade, saneamento e recuperação ambiental, ganhou mais peso entre as atividades da CDHU. A parceria com o Município de São Paulo, que já havia dado passos largos no período anterior, foi intensificada e novas pautas socioambientais ganharam destaque na política habitacional paulista.

Para conduzir essa nova fase, Lair Krähenbühl foi designado Presidente da CDHU e Secretário de Estado da Habitação, mantendo-se nessas funções por toda a gestão, o que fez com que as atividades da Companhia e da Secretaria se tornassem ainda mais integradas.

Desde os anos 1990, a CDHU vinha aprimorando seu processo de produção habitacional em relação à quantidade de unidades produzidas e à qualidade dos projetos de arquitetura e urbanismo. Contudo, a partir desse período, tais questões se tornaram ainda mais importantes, pois as boas práticas desenvolvidas ao longo das décadas renderam à Companhia uma experiência acumulada que, nesse momento, possibilitou avanços em diversas áreas.

Assim, foram reforçadas as ações de planejamento, bem como de integração das políticas habitacionais e ambientais. Também foram adotadas novas medidas socioeducativas, de acessibilidade e mobilidade, geração de renda, entre outras.

Concomitantemente vivia-se, no âmbito federal, a institucionalização e o início da operação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com a organização do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Esses novos instrumentos da política

nacional de habitação tornaram-se estímulos importantes para que os estados e municípios também organizassem suas estratégias para uma atuação mais coesa no território urbano, com ações integradas entre os três governos: federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, em 2007, o Estado de São Paulo fez sua adesão formal ao SNHIS e, com essa adesão, comprometeu-se a criar um Fundo Habitacional de Interesse Social, com respectivo Conselho Gestor, e a desenvolver o Plano Estadual de Habitação.

Os estudos desenvolvidos no período anterior referentes ao Sistema Estadual de Habitação foram retomados e intensificados ainda no primeiro ano de gestão, possibilitando que em janeiro do ano seguinte fosse editada a Lei Estadual nº 12.801/2008, regulamentada pelo Decreto nº 53.823/2008, que autorizaram o Executivo a adotar as medidas necessárias para a participação do estado no Sistema Nacional de Habitação (SNHIS). Essa nova legislação criou e regulamentou a implantação do Conselho Estadual de Habitação (CEH), do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) e do Fundo Garantidor Habitacional (FGH), estabelecendo as condições para o relacionamento com o Sistema Nacional de Habitação e para a aplicação dos recursos estaduais em habitação.

O Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) tinha a função essencial de ser o receptor dos recursos de subsídio e o Fundo Garantidor Habitacional (FGH) deveria fomentar o aporte de recursos da iniciativa privada, concedendo aval e garantia de crédito para atender as famílias de menor renda, tendo cada um desses fundos a composição de um conselho gestor próprio.

Já o Conselho Estadual de Habitação (CEH), criado em 2008, só foi instalado efetivamente em dezembro de 2010, sendo composto por seis representantes do poder público estadual, um representante do poder público municipal e sete representantes da sociedade civil – dos quais quatro de organizações populares com atuação comprovada na área de moradia popular, dois de organizações de agentes promotores privados empresariais de HIS e um representante de organização de agentes financeiros privados[34].

Entre as atribuições do CEH deveriam estar: proposição de programas e ações que visassem ao desenvolvimento da política estadual para HIS; acompanhamento e avaliação desses programas, bem como da regularização fundiária de áreas habitacionais ocupadas por populações de baixo poder aquisitivo; promoção da cooperação dos governos federal, estadual e municipais com a sociedade civil organizada; incentivo à criação, estruturação e fortalecimento institucional de conselhos voltados à política de HIS nos níveis municipal e regional do estado.

O Conselho Estadual de Habitação também deveria tornar públicos e divulgar seus trabalhos e decisões, bem como incentivar a criação de fóruns temáticos, câmaras técnicas, grupos técnicos e comissões especiais. Poderia, ainda, promover conferências regionais e estaduais de habitação.

Essas mudanças na organização da Política Habitacional do Estado de São Paulo promoveram avanços e modernizaram o sistema habitacional, trazendo mais transparência e participação aos processos de decisão e implementação dos programas habitacionais em todo o estado.

A partir de tal composição, foi possível elaborar e aprovar um novo Plano Estadual de Habitação, visando equacionar as questões habitacionais paulistas num horizonte de 12 anos, de 2011 a 2023.

Plano Estadual de Habitação (PEH) 2011-2023

A história de formação, expansão e desenvolvimento do território paulista fez com que o estado tivesse uma pluralidade socioeconômica e urbana, o que lhe proporcionou uma imensa riqueza cultural e de produção. No entanto, ao mesmo tempo, essa pluralidade trouxe desafios ao planejamento e ao avanço da implementação de políticas públicas. Em muitas áreas, como a habitação, houve uma grande concentração de carências nas regiões de maior densidade populacional, que precisariam ter grande prioridade no direcionamento dos esforços do poder público. Contudo, isso absolutamente não deve significar prescindir de ações voltadas para os municípios onde as questões que envolvem a habitação social estão mais próximas de uma situação adequada.

O Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) foi elaborado a partir dos trabalhos do Plano Estadual de Desenvolvimento Habitacional (PEDH), formulado pela CDHU entre 2005 e 2006.

Para atualização e complementação das informações de base foram realizados, a partir de 2008, quatro importantes trabalhos que diagnosticaram as principais condições socioeconômicas e habitacionais do território paulista: 1. Pesquisa de Condições de Vida (PCV)[35]; 2. Pesquisa Municipal Unificada – Habitação[36]; 3. Tipologia Socioeconômica e Habitacional; 4. Análise Territorial das Regiões Metropolitanas. Os três primeiros estudos foram desenvolvidos pela Fundação SEADE e o último pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA).

Em 2006, o Estado de São Paulo tinha um parque domiciliar de cerca de 12 milhões de moradias, das quais 33% apresentavam algum tipo de carência classificada como necessidade habitacional. Para melhor identificá-las, as necessidades habitacionais foram agrupadas em duas ordens: Déficit Habitacional e Inadequação Habitacional. O primeiro grupo caracterizava problemas que requeriam a substituição do domicílio; o segundo identificava

problemas que poderiam ser solucionados mediante ações alternativas à substituição da unidade, como reformas, ampliações ou outras melhorias habitacionais e urbanas.

Com os municípios classificados nesses grupos foi possível delimitar os cenários e as projeções de intervenção até 2023. Os componentes dessa estimativa foram agrupados e hierarquizados segundo o método de "problemas em cascata", eleitos a partir de uma escala de gravidade que vai do déficit até a inadequação habitacional: barracos isolados ou em favelas; áreas sob risco de desmoronamento e de enchentes; moradia de alvenaria em favela ou cortiço; moradia com espaço interno insuficiente; moradia com congestionamento domiciliar; moradia com infraestrutura insuficiente; moradia sem documentação de posse; e moradia alugada, com renda domiciliar inferior a 3 salários mínimos.

A essas informações foram adicionadas referências de intervenção habitacional decorrentes das práticas da Companhia e também identificadas as necessidades habitacionais com uma correspondência com as linhas programáticas que lhes fossem correlatas.

Os resultados evidenciaram as indicações de que se dispunha, possibilitando quantificá-las e localizá-las mais adequadamente. Como era previsto, verificou-se que as regiões metropolitanas concentravam as situações mais críticas de vulnerabilidade, pois reuniam simultaneamente o maior número de domicílios em favelas (764.282) e o maior percentual de domicílios em áreas de risco: 82% do total no estado.

As estratégias estabelecidas para equacionar as situações de déficit e inadequação habitacional foram organizadas em cinco linhas programáticas: 1. Recuperação Urbana de Assentamentos Precários; 2. Provisão de Moradias; 3. Requalificação Urbana e Habitacional; 4. Regularização Fundiária; 5. Assistência Técnica e Desenvolvimento Institucional. Essa agregação guardava correspondência tanto com as linhas programáticas do Plano Nacional de Habitação (PlanHab) – divulgado em 2008 como instrumento orientador dos demais planos regionais e locais – quanto com o que fora definido para o PPA do estado para o período 2008-2011, pelos estudos da própria CDHU.

Com isso, buscou-se estabelecer ações de médio e longo prazo para adotar medidas de articulação e complementaridade das formas de atendimento habitacional, potencializando os esforços já empreendidos pelos municípios e ampliando a integração da gestão entre as diferentes esferas de governo.

Com a previsão de ação combinada e articulada das três esferas de governo, que deveriam compartilhar a competência de equacionamento das questões habitacionais, foi possível estabelecer as metas de atendimento em todo o estado e estimar os recursos necessários para tal. O resultado desse dimensionamento inferiu que cerca de R$ 123 bilhões deveriam ser mobilizados no período entre 2011 e 2023 para o atendimento das famílias.

Para avaliar a capacidade de investimentos, foram estimadas as possibilidades de disponibilização de recursos das três instâncias de governo – federal, estadual, municipal – nesse período. Tratava-se de um período de intensas inversões para habitação – a União lançara o Programa Minha Casa Minha Vida e o Município de São Paulo realizava investimentos em montantes muito expressivos. Assim, se somados os recursos que estavam sendo disponibilizados pelos três níveis de governo para habitação naquele período, os resultados revelariam que eles constituíam um montante superior ao necessário para o atendimento das metas estabelecidas no PEH: R$ 153,6 bilhões, respectivamente R$ 120 bilhões (União), R$ 20,4 bilhões (Estado), R$ 13,2 bilhões (município). Entretanto, o Plano já identificava que esse quadro seria alterado se houvesse modificação nas médias de recursos então aplicadas e também verificava um desbalanceamento entre recursos onerosos e não onerosos que demandariam correções.

Isso significava que, com o comprometimento e a integração necessários, as políticas públicas habitacionais – se tivessem continuidade, inclusive na destinação de recursos – poderiam contribuir efetivamente para equacionar uma parcela significativa das questões de déficit e inadequação no Estado de São Paulo ao longo desses 12 anos.

Buscando a ampla participação de todas as instâncias vinculadas à habitação e ao desenvolvimento urbano no estado, em sua elaboração o PEH 2012-2023 foi apresentado e debatido em oito Encontros Regionais, entre setembro e dezembro de 2010. Os encontros aconteceram nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, e nas sedes regionais de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Sorocaba e São José dos Campos. Os Encontros Regionais foram organizados com o objetivo de promover a troca de experiências entre os municípios sobre a elaboração dos Planos Locais e Regionais de Habitação, e sobre a relação desses planos com o Plano Estadual de Habitação.

Os municípios foram convidados a expor e a debater a metodologia para construção dos diagnósticos locais de habitação, os resultados dos levantamentos e estudos realizados, os problemas regionais, com especial destaque para as questões metropolitanas e para aquelas que indicassem interfaces e prioridades para integração com o PEH 2012-2023 e programas federais. Cerca de 70% dos municípios do estado tiveram representantes que participaram dos Encontros, o que revela uma representatividade expressiva.

Essa participação, somada à de mais de 500 pessoas de diversos segmentos que participaram do debate nesses eventos (cidadãos, membros de secretarias municipais e estaduais, agências metropolitanas, empresas e instituições públicas e privadas), permitiu obter

contribuições dos municípios e das regiões para a composição da agenda do PEH 2012-2023.

Após uma nova rodada de Encontros Regionais para debate das propostas e programas prioritários do PEH, realizados com intensa participação dos representantes regionais, o documento foi debatido em Câmara Técnica do Conselho Estadual de Habitação e submetido e validado pelo plenário do Conselho em 2011 – sendo publicado e divulgado desde então.

Além da estruturação e início do funcionamento dos Conselhos e Fundos e da elaboração participativa do Plano Estadual de Habitação, outros aspectos da política estadual de habitação também foram objeto de aprimoramento nesse período.

No âmbito da legislação específica para o setor da habitação, foram realizadas mudanças importantes na Lei do Sorteio, que permitiram prever as condições para o atendimento prioritário às famílias que mais necessitam, estabelecendo a dispensa de sorteio para atendimento a públicos-alvo de áreas de risco, assentamentos precários, áreas de cortiços, áreas de influência de obras de infraestrutura urbana, de saneamento ou proteção ambiental que exijam ações de erradicação, urbanização ou regularização fundiária. Do mesmo modo, foi regulamentada a destinação a entidades associativas – membros de associações, cooperativas ou sindicatos credenciados na Secretaria da Habitação ou na CDHU.

Tal revisão foi configurada na nova Lei nº 13.094, de 24 de junho de 2008, que passou a regular não apenas a destinação dos imóveis produzidos pela CDHU, mas a de todos os imóveis construídos ou financiados com recursos públicos, no âmbito dos programas promovidos pela política estadual para a habitação de interesse social. Essa lei também traria inovação para outros casos de dispensa de sorteio que poderiam ser definidos pelos Conselhos criados pela Lei Estadual nº 12.801/2008.

Outro foco de ação importante da gestão foi a regularização fundiária em todas as suas facetas. Para isso, um instrumento importante foi a Lei nº 13.290, de 22 de dezembro de 2008 – Lei de Emolumentos –, que reduziu de forma drástica as cobranças dos registros, imprescindíveis à regularização, diminuindo em cerca de 90% o custo para registrar um imóvel de interesse social[37].

Com isso, a população beneficiada com as ações de regularização do Governo do Estado obteve importantes conquistas. Entre elas o acesso à legalização plena do imóvel, a garantia de poder transferir a propriedade por herança ou por venda, a possibilidade de oferecer o bem para obter financiamentos e a integração ao sistema econômico formal.

Assim, a partir de 2007 a Política Estadual de Habitação conferiu prioridade a quatro linhas de atuação:

– A urbanização de favelas, para recuperar passivos habitacionais e urbanos, promover a adequação urbanística e melhorar as condições de infraestrutura urbana;
– A regularização fundiária, cujo intuito é a legalização e a inclusão dos imóveis no mercado imobiliário;
– O desenvolvimento de um novo padrão de moradias populares, para aprimorar a qualidade do produto e promover a sustentabilidade;
– O incremento de parcerias para provisão de novas moradias, com a otimização orçamentária e a captação de novos recursos.

Para isso, foram estabelecidas metas expressivas, vinculadas a programas definidos no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) em habitação para o período 2008/2011 (Lei Estadual nº 13.123/2008). Os focos de atuação do PPA foram delineados em três grandes linhas, definidas em função das prioridades e diretrizes estabelecidas pela gestão. A essas linhas vincularam-se os programas e modalidades de atuação da CDHU.

A primeira linha referia-se a ações corretivas para atender famílias que vivem em favelas, cortiços ou áreas ocupadas irregularmente, como mananciais ou regiões de proteção ambiental, além da demanda proveniente de locais que são alvo de obras de infraestrutura e/ou urbanização. Uma parcela expressiva dessas necessidades encontra-se especialmente nas regiões metropolitanas.
Para atendê-las, foram delineados no PPA os programas:

– Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários;
– Requalificação de Moradias;
– Regularização Fundiária de Interesse Social (que incluiu a regularização de conjuntos habitacionais da CDHU e um novo programa de apoio da Secretaria da Habitação aos municípios para regularização de núcleos de moradias – o Cidade Legal);
– Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional.

A segunda linha de atuação foi dirigida ao atendimento a famílias que não se enquadrassem nos perfis anteriores, mas compusessem o público-alvo da Secretaria da Habitação e da CDHU (população em unidades alugadas, domicílios congestionados e/ou em coabitação, com renda de até 10 salários mínimos, além de segmentos sociais específicos).

Para esse público, a Secretaria de Habitação e a CDHU ampliaram o atendimento com a oferta de novos imóveis ou concedendo cartas de crédito para a compra de moradias disponíveis no mercado.

No PPA, todas essas modalidades de atuação, voltadas à demanda habitacional de interesse social, compuseram um amplo programa denominado Provisão de Moradias.

A terceira e última linha teve como prioridade o apoio à capacitação e ao fortalecimento dos agentes que promovem a política

habitacional, especificamente municípios e entidades organizadoras, como os movimentos de moradia. Essa ação foi prevista no PPA por meio do Programa de Desenvolvimento Institucional.

Em resumo, as diretrizes do PPA resultaram em uma programação de investimentos, com volume significativo de recursos, cuja prioridade foi voltada a intensificar o atendimento habitacional nas regiões metropolitanas, articulando ações em parceria com municípios, entidades associativas, governo federal e iniciativa privada.

Estrutura Institucional: Secretaria Estadual de Habitação, CDHU e Agência Casa Paulista

É importante destacar as expressivas transformações da organização institucional da Secretaria da Habitação ao longo do período 2007-2013.

Na CDHU, houve uma redução de cerca de 30% do corpo de empregados, decorrente de diversos fatores externos e internos. Tendo iniciado 2007 com 960 funcionários, a CDHU encerrou o período com cerca de 680 empregados. O aquecimento do setor de projetos e da construção civil, a partir de 2009, somado à não realização de novos concursos para reposição do quadro, foi um dos fatores que contribuíram para essa redução.

Entretanto, houve uma grande diversificação das formas e objetos de trabalho na Companhia, intensificando a participação do corpo técnico na concepção de diversos instrumentos e produtos inovadores, de forma marcante nos primeiros quatro anos desse período.

Quanto à estrutura das diretorias da CDHU, houve uma ampliação de cinco para seis diretorias, com a criação da Diretoria de Assuntos Jurídicos e de Regularização Fundiária, a partir de 2008.

As demais diretorias foram mantidas, com ajustes na denominação e no escopo. A Diretoria de Ação Regional transformou-se em Diretoria de Atendimento Habitacional – indicando a ênfase da gestão para a intensificação das diversas vertentes de trabalho social, desenvolvimento sociocomunitário e inclusão social.

A organização regional da SH/CDHU foi unificada a partir de 2011 – com a edição do Decreto Estadual nº 57.017 e a Resolução SH nº 029 de 2011, detalhados em atos da CDHU. Resultou daí a transformação dos Escritórios Regionais em Unidades de Ação Regional (UAR), representadas por Núcleos Regionais e Postos de Atendimento Habitacional, que passaram a compor a estrutura descentralizada de atuação da Pasta. As unidades estão voltadas para o atendimento ao mutuário e à população em geral e para o acompanhamento da implantação de empreendimentos em todas as suas fases.

A Diretoria de Produção, que já tinha tido sua denominação alterada para Diretoria Técnica em 2006, manteve a nova denominação e continuou a agregar as funções de projetos, orçamentos e obras, para cuja realização foram revistos os modelos de contratação de projetos e gerenciamento e fiscalização de obras.

Por fim, a Diretoria de Planejamento, que havia ganhado em 2006 o qualificativo de Planejamento e Gestão, teve sua denominação alterada para Diretoria de Planejamento e Fomento (DPF), prevendo-se que deveria desempenhar um papel especial no novo modelo institucional que passava a agregar os novos Fundos Habitacionais.

Ficou a cargo dessa diretoria a elaboração das bases para toda a nova legislação editada em 2008 e também os aportes e orientação técnica para o desenvolvimento do PEH 2011-2023.

No processo de estabelecimento e implantação da nova estrutura institucional, os estudos realizados até 2010 cogitaram que a função de agente operador do FPHIS e FGH ficasse a cargo da CDHU, e a previsão seria de importante participação da DPF nesse processo.

Enquanto a implantação das novas estruturas foi tendo seu desenvolvimento, a SH e a CDHU ensaiaram novas formas de operação já desde o início da gestão.

Assim, desde 2007, para ampliar a capacidade de investimento no setor habitacional, a SH e a CDHU estabeleceram parcerias inéditas com o governo federal em programas de interesse social, desenvolvidos com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Desenvolvimento Federal (FDS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e com a adesão ao Programa Minha Casa Minha Vida.

O processo de estabelecimento dessas parcerias iniciou-se com a adesão ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual o Governo de São Paulo participou inicialmente com uma contrapartida de cerca de 70% do total de recursos contratados.

Antes mesmo dos recursos do PAC, o estado submeteu projetos e captou recursos, a partir de 2007, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cuja participação do estado é ainda maior, com cerca de 80% do total de recursos providos.

Em outra vertente de busca de integração de ações e recursos, a CDHU adquiriu cerca de 4 mil moradias do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal, como iniciativa importante que permitiu agilizar o atendimento a

famílias removidas de áreas de urbanização em favelas ou de áreas inundadas.

Aprimorando esse desenho de parcerias, outros programas federais contaram com aporte de recursos estaduais adicionais não onerosos da SH, operados com apoio da CDHU. Esses recursos, na forma de subsídio, atenderam aos programas Crédito Solidário, sucedido pelo Programa Minha Casa Minha Vida – entidades para construção nas regiões metropolitanas e Operações Coletivas de crédito para moradia rural de agricultores familiares ou reassentados, cujo prosseguimento vinha sendo realizado pelo Programa Nacional de Habitação Rural, vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Em paralelo a essas parcerias, a SH e CDHU estabeleceram novas modelagens de parceria entre a Secretaria e a Companhia, de modo a organizar e explicitar o repasse de recursos não onerosos para subsídio à produção habitacional.

Entre essas modelagens destacam-se os repasses de recursos da SH à CDHU em formatos como: a) Convênio entre a CDHU e a SH firmado para repasse de recursos de subsídios (não onerosos) para diversas ações do PPA 2008-2011; b) Programa Vila Dignidade, para promoção de moradias para idosos independentes – não onerosas – e com gestão a cargo dos municípios paulistas, como será apresentado a seguir; e c) Programa São Paulo de Cara Nova, com repasses para que a CDHU promovesse melhorias em conjuntos habitacionais destinadas a garantir sua acessibilidade, salubridade e sustentabilidade.

Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista

O desenho inicialmente previsto para a habitação paulista – com a CDHU no apoio à função de agente operador dos Fundos – foi revisto a partir de 2011. Nesse ano, com o início do funcionamento mais efetivo do Conselho Estadual da Habitação, do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social e do Fundo Garantidor Habitacional e seus respectivos Conselhos Gestores, foi instituída na estrutura básica da Secretaria da Habitação uma subsecretaria: a Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista, designada como Agente Operador desses Fundos[38].

A Casa Paulista, vinculada à Secretaria da Habitação do Estado, sob a gestão do secretário Silvio Torres e de Marcos Penido, presidente da CDHU, teve por missão fomentar programas habitacionais, o que somou esforços ao trabalho já desenvolvido pela CDHU ao longo de décadas. A Casa Paulista foi estruturada como um braço da SH para atuar em parceria com outros agentes e, em especial, com o setor privado, que seria estimulado a produzir habitações de interesse social.

Com a instituição da Casa Paulista como parte integrante da estrutura da Secretaria da Habitação e o início do funcionamento do FPHIS no período do PPA 2012-2015, foi possível ao estado realizar aporte de subsídios para viabilizar parcerias com a União, com municípios e com agentes financeiros para aportes de recursos não onerosos para programas de produção de habitação e para apoio ao crédito habitacional, para aquisição de moradias e microcrédito para melhorias habitacionais.

A destinação de recursos de fundos e subsídios (por meio do FPHIS) pela Casa Paulista teve como ênfase ampliar o atendimento com moradias novas – tendo em conta o massivo aporte de recursos do governo federal que era feito, então, ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Vale ressaltar, entretanto, que somente a partir da destinação de um montante expressivo de recursos estaduais do FPHIS, operados pela Casa Paulista, foi que o programa federal Minha Casa Minha Vida ganhou efetividade no território paulista para as famílias de menor renda (viabilizaram a faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, ou seja, atendimento a famílias com renda bruta mensal de até R$ 1.600,00), prevendo-se a destinação de recursos não onerosos do estado em complementação aos recursos federais (até R$ 20 mil por unidade habitacional).

Para isso, em janeiro de 2012, o Governo do Estado de São Paulo assinou um Termo de Cooperação com a União, com o objetivo de possibilitar a produção de 100 mil moradias populares no Estado de São Paulo, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida. Esse montante foi ampliado posteriormente para 120 mil moradias, contando também com a possibilidade de participação da Prefeitura do Município de São Paulo.

Ao direcionar a aplicação dos subsídios públicos estaduais em complementação aos recursos federais e iniciativas locais, a gestão estadual priorizou algumas modalidades de ação, cujo destaque mais expressivo foi esse conferido às parcerias com o governo federal, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

A Casa Paulista, no período 2011-2014, desenvolveu parceria com o governo federal, Programas de Lotes Urbanizados, Programa Servidor Público Estadual, além de fomentar parcerias público-privadas. Nesse sentido, os estudos e trabalhos desenvolvidos pela Casa Paulista inovaram com a previsão de uma PPP Habitacional.

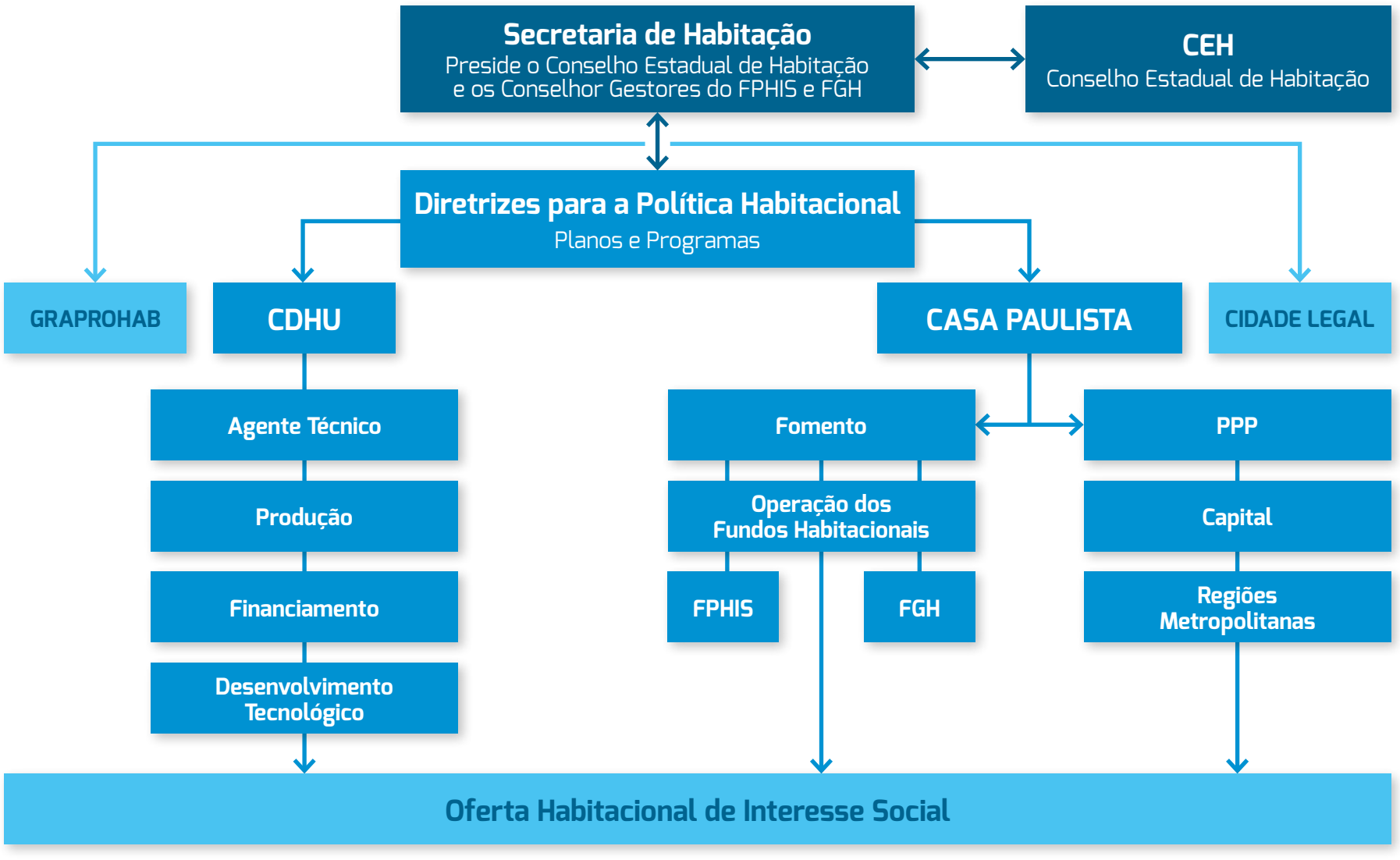
Aprovada pelo Conselho Gestor das Parcerias Público-Privadas (CGPPP) do Governo do Estado, proposta da SH por meio da Casa Paulista, a PPP Habitacional avançou e concretizou etapas importantes e fundamentais para seu sucesso. O projeto teve como foco a Área Central do Município de São Paulo e seguiu as etapas necessárias com o lançamento, em abril de 2012, do Chamamento Público nº 004, com a finalidade de receber

estudos de Parceria Público-Privada para oferta de unidades habitacionais de interesse social na área central da cidade de São Paulo (PPP Habitacional). O resultado do Chamamento foi o cadastramento de 32 empresas e, findado o prazo para apresentação de estudos, cinco delas o fizeram.

Superada a etapa de Chamamento Público, realizou-se a publicação de seus editais, seguindo-se a discussão com a sociedade civil, por meio de painéis, audiências e interlocuções com órgãos de classe, associações, Poder Legislativo – Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores –, universidades e outras instituições. Nesses debates foi possível amealhar inúmeras contribuições ao aprimoramento da proposta.

Após a inserção dessas melhorias na modelagem jurídica e econômico-financeira, com o aprofundamento dos estudos, lançou-se, em 2014, o Edital Público de Concorrência Internacional, contendo quatro Lotes que contemplaram um total de 14.124 unidades habitacionais, dos quais houve apresentação de licitante para o Lote 1, que previa a construção de 3.683 UHs divididas entre Habitações de Interesse Social (HIS) e Habitações de Mercado Popular (HMP), com intervenções futuras no Distrito da Barra Funda.
Em março de 2015, foi celebrado o contrato com a empresa vencedora do certame.

Ao final do período e nos anos subsequentes, o desenho da estrutura institucional do setor habitacional do estado pode ser resumido no esquema a seguir:



Estrutura Institucional do Setor Habitacional.

Novas Estratégias para a Qualidade da Produção Habitacional: Desenho Universal, Sustentabilidade e Concurso de Tipologias

Impulsionada pelas discussões do PEH, pela integração com outras secretarias e instâncias de governo, órgãos privados e movimentos de moradia, bem como pelos recentes resultados de seus programas e projetos, a CDHU intensificou seus esforços na busca de novos padrões de construção, com base nos avanços tecnológicos que têm agregado mais qualidade e inovação à arquitetura e ao urbanismo.

Surgiu, assim, desde 2008, a preocupação com a adoção dos princípios do Desenho Universal para as unidades habitacionais. Desenvolvido por uma parceria entre a CDHU e a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (ASBEA), o modelo de projeto baseado nesse preceito prima pela inclusão e acessibilidade de todos os moradores, com parâmetros que permitem a circulação fácil e segura de crianças, idosos, portadores de deficiência física e outros, tanto na unidade habitacional quanto nas áreas comuns e de acesso ao empreendimento.

Para as unidades – casas e apartamentos – foram propostas e passaram a ser obrigatórias diretrizes como: portas com 90 centímetros de largura, cozinhas e banheiros com espaços adequados para a movimentação de cadeiras de rodas, pontos de tomadas e interruptores em alturas convenientes e com sinais luminosos. Nas áreas comuns e de circulação, foram determinadas a adoção de rampas de acesso, pisos antiderrapantes e guias rebaixadas para facilitar a travessia das ruas.

O protótipo da unidade com desenho universal foi exposto no estande da CDHU durante a 3ª Semana Imobiliária de São Paulo, em 2008, incluindo revestimento cerâmico no piso de todos os cômodos, azulejos na cozinha e no banheiro e aquecimento solar, entre outras adequações[39].

Sem dúvida, foi algo inovador. Embora tais questões estivessem sendo debatidas há tempos e em curso em diversas cidades do mundo, o Estado de São Paulo, por meio da CDHU, foi o primeiro no Brasil a adotar esses princípios na sua política de habitação.

Além do Desenho Universal, outras ações da CDHU aprimoraram os projetos de habitação em todo o estado, trazendo mais conforto aos moradores e sustentabilidade no uso de recursos naturais, incluindo dispositivos como medidores individuais de consumo de água, pavimentos drenantes, pé-direito mais alto, maior ventilação e iluminação natural dos ambientes. Também foram adotados equipamentos de lazer infantil, trabalho paisagístico nas áreas de convivência, estruturas de comércio, entre outros.

No final de 2009, a CDHU organizou o "Habitação para todos – Concurso Nacional de projetos de Arquitetura de Novas Tipologias para Habitação de Interesse Social Sustentáveis", em parceria com o IAB-SP. O intuito era elaborar tipologias de moradias a partir dos conceitos sustentáveis que a CDHU vinha desenvolvendo, tornando obrigatória a busca de alternativas que privilegiassem os conceitos do Desenho Universal, tendo em vista a otimização de recursos, diminuição de consumo energético, redução de emissões de resíduos e menores custos em despesas com manutenção.

O concurso foi destinado aos arquitetos e escritórios de arquitetura de todo o país e possuía seis categorias. Na categoria "Casas térreas", o projeto apresentado pelos arquitetos campineiros Gustavo Tenca, Inácio Cardona e Giuliano Pelagio, do Escritório 24.7 Arquitetura, foi o escolhido.

Todos os projetos foram avaliados por um júri constituído por profissionais da CDHU e do IAB. Os vencedores seguiram os critérios apresentados do edital: viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental, urbanidade, soluções de acessibilidade com base no Desenho Universal, entre outros aspectos.

Essas iniciativas retomaram e potencializaram a preocupação com a qualidade e a durabilidade das moradias, levando o Governo do Estado a instituir o Programa QUALIHAB, desenvolvido pela CDHU. Entre as entidades representativas da construção civil, 41 ligadas às indústrias de cimento, cal, tubos e conexões de PVC, esquadrias metálicas, blocos de concreto, blocos e telhas de cerâmica, além de entidades de engenharia e arquitetura que desenvolvem projetos de geotecnia, fundações, topografia, construção civil, entre outras, já aderiram ao Programa.

Aquecimento solar e medição individualizada do consumo de água – iniciativas da SH e CDHU – trouxeram grandes benefícios social e ambiental. Os imóveis passaram a dispor de sistemas de energia solar para aquecimento da água do chuveiro e medidores individualizados do consumo de água. Com isso, além de beneficiar o meio ambiente com a redução no consumo desses recursos, tem sido possível reduzir em até 30% o valor da conta de energia elétrica.

Nesse sentido, vale destacar o projeto Mogi Mirim E, F, G, H, que foi um importante piloto para a Companhia. Nele foram instalados aquecedores híbrido, solar-elétrico, em um sistema mais moderno que possui uma placa e um reservatório acoplados para cada apartamento, instalados no telhado dos edifícios. Nesse sistema, foi possível controlar fluidos, pressão e fluxos através de um *software* acoplado ao chuveiro[40], que identifica a temperatura da água, considerando os fluxos de água preaquecida pelo sistema de aquecimento solar e enviando a informação ao *software*, que faz a modulação da resistência do chuveiro. Com isso, garante-se o necessário conforto para o banho, independentemente do controle do usuário.

Já a instalação de medidores de consumo de água em cada unidade tem permitido aos consumidores controlar os gastos e evitar os problemas decorrentes da medição coletiva, como a eventual inadimplência por parte de alguns, causando o risco de corte no fornecimento. Outra ação para racionalizar o uso da água foi a adoção de bacias sanitárias com volume de descarga reduzido (VDR).

Programas de Destaque no Período

Como visto anteriormente, a partir do PPA 2008-2011 os programas e modalidades de atuação da CDHU organizaram-se em grandes linhas de ação.

Em paralelo às ações corretivas referentes aos programas de atuação em favelas, cortiços, apoio à recuperação ambiental e obras públicas estruturantes, assim como regularização fundiária, prosseguiu, no Programa PPA Provisão de Moradias, o atendimento à demanda geral de interesse social do estado.

Nesse programa do PPA e como parte da Ação Produção de Unidades Habitacionais, merecem destaque os programas da CDHU denominados Parceria com Municípios e Parceria com Associações e Cooperativas, apresentados a seguir. Além destes, outro programa de produção de unidades habitacionais desenvolvido pela Secretaria da Habitação em parceria com a CDHU foi o Programa Vila Dignidade.

Programa Parceria com Municípios (PPM)

O Programa Parceria com Municípios (PPM) foi estruturado para unir forças do Governo do Estado de São Paulo e de seus municípios, visando oferecer à população de baixa renda a oportunidade de adquirir sua moradia por meio da produção de empreendimentos habitacionais em terrenos disponibilizados pelos municípios, doados à CDHU, providos de infraestrutura (água, luz, esgoto, asfalto), serviços (comércio, transporte) e equipamentos coletivos (escolas, postos de saúde, creches).

Além da doação do terreno, a contrapartida dos municípios passou a incluir a realização de trabalho social com orientação da CDHU.

Partindo do princípio de que a sustentabilidade da Habitação de Interesse Social (HIS) exige ação social coletiva contínua, o Programa Parceria com Municípios condicionava as medições ao cumprimento da programação social, com a mesma exigência aplicada às demais implicações das obras. Para tanto, as prefeituras conveniadas tinham de designar um técnico social especialmente qualificado para acompanhar os beneficiários em todas as etapas, desde as destinações e o período de acompanhamento das obras até a fase de pós-ocupação e avaliação do empreendimento.

Como contrapartida, a CDHU garantia a capacitação dos técnicos sociais municipais, em cursos intensivos e de profundidade, ministrados por sociólogos, engenheiros, economistas e arquitetos.

Na prática, o envolvimento dos técnicos sociais foi bastante satisfatório e bem recebido nos municípios, com destaque para a elaboração de um pequeno "guia" com as características do Programa e do município.

Um benefício adicional do Programa foi promover ações institucionais com os Escritórios Regionais, capacitando a quase totalidade dos técnicos sociais designados para todas as regiões de intervenção da CDHU no interior do estado.

O Programa foi destinado ao atendimento da demanda geral por novas moradias de interesse social do estado, sendo seus beneficiários selecionados por meio de sorteio, disponibilizando-se cotas para segmentos especiais, de acordo com as legislações e normativas que definem os critérios de atendimento da CDHU, sendo 5% para famílias compostas por pessoas idosas (maiores de 60 anos), 7% para famílias com pessoas portadoras de deficiência e 4% para policiais civis, policiais militares, agentes de segurança penitenciária e agentes de escolta e vigilância penitenciária.

O Programa Parceria com Municípios também foi estruturado com uma variante destinada ao reassentamento habitacional, ou seja, ao atendimento da demanda formada por famílias removidas de áreas de favelas em urbanização, de áreas de risco objeto de recuperação ou de outras situações impróprias à ocupação habitacional, que exigem o reassentamento em novas moradias. Nesses casos, a urbanização, a erradicação de favelas ou a recuperação das áreas de remoção estão sob a responsabilidade do município.

Programa Parceria com Associações Cooperativas (PAC)

Nesse período foi reorganizado o modelo de atuação em parceria com entidades. O programa, destinado a prover moradia para o segmento da demanda de interesse social representada pela população organizada em associações e cooperativas habitacionais, prosseguiu atuando prioritariamente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde se concentra a maioria das entidades do terceiro setor com fins habitacionais.

Na nova modelagem, as entidades organizadoras passaram a ter sua seleção definida por meio de edital, sendo responsáveis pela indicação, entre seus associados, dos beneficiados pelo Programa, em conformidade com as regras estabelecidas em regulamento

interno e nas assembleias, devidamente registradas em ata, e com os critérios de atendimento estabelecidos pela SH/CDHU.

Uma novidade foi a previsão de que os empreendimentos caracterizados como condomínio passariam a ser objeto de registro de incorporação imobiliária, e os beneficiários celebrariam instrumento jurídico individual com a SH/CDHU, com garantia fiduciária.

As entidades teriam sua atuação prevista em todas as etapas de produção do empreendimento pela CDHU, desde a indicação do terreno até a implantação do condomínio e a realização do trabalho social no período pós-obra.

Os empreendimentos habitacionais passaram a ser executados por meio da modalidade Empreitada Global, pela qual a CDHU licita a execução das obras e contrata empresas construtoras. Nesse programa, a entidade poderia optar pelo mutirão para a execução dos acabamentos finais das unidades.

Programa Serra do Mar – Recuperação Socioambiental e Habitação (SERRA)

A Serra do Mar é um dos maiores patrimônios ambientais, históricos e culturais do Estado de São Paulo. Sua ocupação por centenas de famílias remonta ao período de construção da Via Anchieta, no final dos anos 1930. Originaram-se nesse período os chamados bairros-cota no Município de Cubatão, localizados no meio da Serra, entre as rodovias Anchieta e Imigrantes, que, ao longo das décadas, se expandiram na área do Parque Estadual da Serra do Mar.

Não bastasse a precariedade de muitas construções, o adensamento dessas áreas trouxe prejuízos não só à preservação do Parque, mas também à própria população moradora. Os bairros-cota constituíram-se em um dos pontos de estreitamento da Serra do Mar – portanto, em uma das áreas mais frágeis da floresta, com alto risco geotécnico.

Em virtude dessa alta probabilidade de acidentes socioambientais, o Ministério Público moveu, em 1999, uma Ação Civil Pública (Processo nº 944/1999) contra o Estado de São Paulo e a Prefeitura de Cubatão, exigindo que os milhares de domicílios localizados nessas áreas de risco fossem removidos do Parque. O estado se tornou co-réu da ação por ser o responsável legal pela área do Parque Estadual, tendo de apresentar uma solução adequada para que as famílias pudessem deixar essas áreas.

Em 2007, a CDHU encomendou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).um relatório técnico sobre os bairros-cota. O escopo básico adotado pelo IPT avaliava as condições geotécnicas da área segundo critérios que envolviam indicadores geométricos (declividades, alturas), naturais (encosta natural) e antrópicos (taludes de escavação). A análise conjunta permitiu um mapeamento dos bairros-cota, classificando as áreas de risco em quatro graus: R1 baixo, R2 médio, R3 alto, R4 muito alto. O resultado constatou que a maior parte dos domicílios estava localizada em áreas de risco alto e muito alto.

A CDHU iniciou, então, um planejamento para as ações de intervenção na área. A primeira delas foi o cadastramento das famílias, que identificou 7.242 domicílios nos bairros-cota em 2007, estabelecendo um diagnóstico preciso das condições socioeconômicas da população. Na sequência, foi estabelecido o congelamento da área em parceria com a Polícia Militar Ambiental, ou seja, os bairros-cota passaram a ser monitorados e sua expansão foi interrompida. Nenhuma nova família poderia se mudar para um dos bairros e nenhum novo cômodo ou domicílio poderia ser construído.

A partir daí, o Governo do Estado de São Paulo deu início ao Programa Recuperação Socioambiental em Áreas de Proteção Permanente no Município de Cubatão, que ficou conhecido como Programa Serra do Mar. No escopo desse Programa, a CDHU iniciou ações de educação ambiental com a população, realizou o processo de arrolamento e selagem das edificações, contratou os projetos básicos de arquitetura e urbanismo para o reassentamento das famílias, aprovou os projetos na Prefeitura de Cubatão, entre tantos outros trabalhos.

Em 2008, o Governo do Estado passou a negociar um financiamento de parte do Programa com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo era ampliar e tornar essas ações ainda mais abrangentes. Em dezembro de 2010, o contrato com o BID foi assinado e as atividades do Programa passaram a ser planejadas no âmbito total da Mata Atlântica paulista, estendendo-se por todo o Parque Estadual da Serra do Mar (de norte a sul), para o território da Jureia-Itatins e para as unidades de conservação marinhas, passando a se chamar Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica.

Com isso, o Programa se tornou ainda mais complexo. No total, seriam investidos recursos da ordem de mais de R$ 1 bilhão, provenientes do Governo do Estado de São Paulo e de outras fontes (65%) e do BID (35%).

Para atuar em todo o território, foram definidas as linhas de atuação, com ações detalhadas e agrupadas em três grandes componentes: 1. Proteção das Unidades de Conservação; 2. Investimentos Sociais no Parque Estadual da Serra do Mar; 3. Fiscalização das Unidades de Conservação. O primeiro e o terceiro seriam executados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio da Fundação Florestal e da Polícia Militar Ambiental; o segundo, pela Secretaria de Estado da Habitação, por meio da CDHU. Para coordenar esse trabalho de integração entre os diferentes órgãos

e secretarias, foi instituída uma Unidade de Gerenciamento do Programa (UGP), vinculada à Secretaria de Planejamento.

O componente executado pela CDHU passou a compreender não só os moradores dos bairros-cota em Cubatão, mas também as famílias residentes em outras regiões do Parque. No total, aproximadamente 9.100 famílias deveriam ser beneficiadas por ações de reassentamento e urbanização. Para organizar melhor as atividades, a atuação da CDHU foi dividida em duas fases: a primeira concentrada no reassentamento das famílias dos bairros-cota; a segunda, nos municípios dos litorais Norte e Sul do estado.

Na região de Cubatão, o Plano de Reassentamento para os bairros-cota 500, 400, 200, 95/100, Pinhal do Miranda, Sítio do Queiróz e Água Fria compreendeu 5.300 famílias. Já a consolidação de parte da Cota 200 e Pinhal do Miranda, com obras de infraestrutura e urbanização, beneficiou diretamente outras 2.400 famílias.

Vale ressaltar que todo processo de urbanização e reassentamento envolve uma série de embates entre o poder público e a população. O descrédito diante das ações, em virtude do histórico das intervenções urbanas do Brasil, faz com que muitas famílias não acreditem na implantação dos projetos. No caso dos bairros-cota, essa percepção era corroborada pela desconfiança, insegurança e uma série de dúvidas por parte dos moradores.

Para reverter esse juízo de valor, foi fundamental o trabalho da equipe social – formada por um grupo multidisciplinar de profissionais, como engenheiros, assistentes sociais, arquitetos, policiais ambientais, psicólogos, pedagogos, geólogos, historiadores, entre outros. Essa equipe iniciou um processo de diálogo com a população e implantou 11 escritórios técnicos de trabalho espalhados pelos bairros-cota para atender as famílias.

Entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011 foram realizadas 41 reuniões nas áreas, com a presença de mais de 1.800 moradores, para apresentação do Programa. Nessas reuniões, a população era informada sobre os aspectos que envolviam a necessidade do reassentamento, desde a recuperação ambiental até as situações de risco. Na sequência, eram apresentadas as possibilidades de atendimento habitacional, bem como os projetos de arquitetura e urbanismo dos novos conjuntos habitacionais que estavam sendo construídos pela CDHU em Cubatão: Residencial Rubens Lara, Residencial Parque dos Sonhos e Residencial Vila Harmonia.

Entre março de 2010 e janeiro de 2014, o Programa reassentou 3.908 famílias em novas unidades habitacionais e outras 571 estavam recebendo auxílio moradia, aguardando a finalização das obras dos novos conjuntos em andamento. Até 2016, outras 737 famílias deixarão as áreas do Parque Estadual para residir em um dos empreendimentos que estão sendo construídos pela CDHU.

Os resultados positivos desse Programa são avaliados a partir de dois importantes aspectos: o primeiro, a qualidade dos projetos de arquitetura desenvolvidos para atender as famílias no reassentamento; o segundo, as atividades sociais desenvolvidas com a comunidade dos bairros-cota.

Os projetos de arquitetura desenvolvidos para atender as famílias do Programa primaram pelos critérios de qualidade implementados pela CDHU: Desenho Universal das unidades, aquecimento solar, medidores individuais de consumo de água, pavimentos drenantes, pé-direito mais alto, maior ventilação e iluminação dos ambientes, elevadores nos prédios de quatro ou mais andares, equipamentos de lazer, áreas de convivência e comércio e trabalho paisagístico nos empreendimentos.

Além disso, os moradores podiam optar por uma das diversas tipologias oferecidas. A partir de critérios preestabelecidos, as famílias podiam escolher entre apartamentos de dois ou de três dormitórios em edifícios de quatro ou nove andares, casas, casas sobrepostas, sobrados etc. Além disso, houve uma grande articulação com outras secretarias de Estado, como Saúde, Educação e Transportes, para a implantação de escolas, creches, UBS, linhas de ônibus, entre outros serviços que pudessem suprir as demandas da população.

No caso das atividades sociais, foi implementada e coordenada pela CDHU uma série de projetos para fomentar a cidadania, inclusão social dos moradores, por meio de trabalhos de geração de renda, organização comunitária, desenvolvimento local e sustentável, como é o caso do Ateliê Arte nas Cotas, Projeto ComCom, Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local (NESDEL), Projeto Cota Viva e as Feiras Gastronômicas realizadas nos bairros.

O sucesso foi tamanho que, em junho de 2014, o Príncipe Harry do Reino Unido, em visita ao Brasil por ocasião da Copa do Mundo de Futebol, pediu para visitar os bairros-cota e os projetos desenvolvidos pelos moradores. Ele plantou uma árvore, comeu os quitutes preparados pelas senhoras do NESDEL, caminhou por toda a área. A repercussão ganhou o mundo e os moradores se demonstraram extremamente orgulhosos de sua comunidade.

Programa de Reassentamento Habitacional (RH)

O Governo do Estado de São Paulo agiu com rapidez para enfrentar as consequências das intensas chuvas que incidiram de forma concentrada, entre o final de 2009 e o início de 2010, sobre diversos municípios, gerando um grande número de desalojados e desabrigados, em especial famílias de baixa renda.

O equacionamento dessas situações se deu por meio de um conjunto de medidas: a instituição do Auxílio Moradia Emergencial

e do Programa Novo Começo; a construção de empreendimentos habitacionais em regime de emergência; a destinação de unidades habitacionais em empreendimentos prontos, além da concessão de créditos para reforma de moradias de interesse social que foram atingidas pelas inundações, mas que são passíveis de recuperação ou reconstrução. Entre os casos mais emblemáticos é possível destacar o de São Luiz do Paraitinga.

São Luiz do Paraitinga[41]

Entre o final de 2009 e o início de 2010, fortes chuvas causaram inundações e quase destruíram o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga, a 180 km de São Paulo. A cidade, então, foi tomada por andaimes e tapumes, numa tentativa urgente de consertar os muitos estragos. Com um grande número de desabrigados, sobretudo pessoas pobres e carentes, o Governo do Estado agiu rápido.

Num prazo de apenas sete meses, a CDHU construiu 151 moradias com uma inovação: a adoção do sistema RBS (*Royal Building Systems*), usando PVC e concreto, sendo possível, assim, agilizar a entrega dos imóveis às famílias. Nesse modelo, os painéis de PVC atuam como fôrma, recebendo o concreto que constitui a edificação sem necessidade de sobrepor blocos. A construção das casas foi realizada em nove etapas: fundação, fixação e ancoragem das barras de aço, montagem do PVC, fixação dos reforços de aço verticais e horizontais, instalação hidráulica e elétrica, alinhamento e prumo, enchimento de concreto, cobertura e acabamentos.

Também foi oferecida uma alternativa de crédito para reconstrução ou recuperação de moradias em áreas passíveis de consolidação, com acompanhamento e assistência técnica do município ou com apoio da Secretaria de Cultura do município, no caso de imóveis situados no Centro Histórico. Foi montado um escritório de atendimento da CDHU para fazer o cadastramento de 226 famílias para assistência nos programas habitacionais do Governo do Estado, incluindo reformas das moradias ou novos imóveis da Companhia (109 pleitearam). Os recursos da linha de crédito destinados à compra de material de construção beneficiaram famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos, proprietárias de imóveis localizados fora do Centro Histórico da cidade. O valor limite para o financiamento foi de R$ 25 mil.

Programa Vila Dignidade (VD)

O Programa Vila Dignidade foi instituído pelo Decreto nº 54.285, de 29 de abril de 2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 56.448, de 29 de novembro de 2010. Busca oferecer moradia digna com serviços socioassistenciais ao idoso, em equipamentos públicos com até 28 unidades habitacionais e centro de convivência, conforme projeto elaborado pela CDHU. Seus objetivos principais são a promoção da independência e autonomia do idoso e o fortalecimento dos municípios nas ações locais voltadas ao idoso independente, mas em situação de vulnerabilidade, em razão da perda de autonomia e renda e da fragilidade dos vínculos familiares. O Vila Dignidade alinha-se ao Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso, que conjuga esforços das várias secretarias de estado e entidades da administração direta e indireta na promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa

Feito em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, o Programa foi concebido a partir do conceito de "envelhecimento ativo", da Organização Mundial da Saúde, entendido como processo de otimização de oportunidades de saúde, participação, segurança e educação continuada, para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem.

O Programa está voltado ao atendimento dos idosos mais fragilizados e necessitados da proteção do Estado, seja pela ausência de renda, seja pela falta de proteção da família de origem. A solução arquitetônica e urbanística adequada ao ciclo de vida e o projeto social sob responsabilidade da Prefeitura têm em comum a busca da promoção da independência dos idosos atendidos e, com ela, a melhoria dos demais aspectos que afetam o processo de envelhecimento.

Assim, são condições de elegibilidade dos idosos: ter 60 anos ou mais, ser independente para a realização das atividades da vida diária, possuir renda individual no limite de 1 salário mínimo, ser preferencialmente só ou sem vínculos familiares sólidos, residir há pelo menos dois anos no município.

Os equipamentos podem ter no mínimo 14 e no máximo 28 moradias, que são projetadas com base no Desenho Universal. Cada unidade tem em média 43 m² de área útil, com sala conjugada à cozinha, um dormitório, banheiro, área de serviço e área externa para jardim e horta. Foram introduzidos itens de segurança e acessibilidade, tais como barras de apoio, pias e louças sanitárias em altura adequada, portas e corredores mais largos, interruptores em quantidade e altura ideais, rampas e pisos antiderrapantes.

As áreas comuns têm projetos paisagísticos diferenciados que buscam proporcionar um ambiente agradável, contando com equipamento de ginástica, mesas de jogos e área verde. As vilas contam com Centro de Convivência, prevendo que a gestão use o espaço para promover atividades que favoreçam o convívio e o processo de envelhecimento ativo.

São órgãos partícipes do convênio: a Secretaria da Habitação, que repassa recursos não onerosos para a construção; a CDHU, que se responsabiliza pelos projetos e execução das obras; a Secretaria de Desenvolvimento Social, que supervisiona a elaboração e execução do projeto social; e as prefeituras conve-

niadas, que oferecem o terreno e elaboram e executam o projeto social. O equipamento de moradia assistida é averbado em nome da Prefeitura, que passa a ser integralmente responsável pela gestão social e ocupação das unidades.

Programa Cidade Legal

Para que proprietários de imóveis construídos em loteamentos ou empreendimentos irregulares pudessem obter a escritura definitiva de seu bem, a SH criou o Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais Cidade Legal. O Programa conta com o importante apoio do Ministério Público Estadual e com parceria da Corregedoria de Justiça e dos Registradores de Imóveis.

Instituído pelo Decreto nº 52.052, o Programa Cidade Legal tem auxiliado tecnicamente as prefeituras nos processos de regularização e averbação de parcelamentos de solo, conjuntos habitacionais, condomínios residenciais e, inclusive, imóveis em assentamentos precários e favelas que estão sendo urbanizadas.

Registrar um imóvel em cartório exigia uma despesa financeira difícil de ser assumida pela população de menor poder aquisitivo. Por isso, a SH, a CDHU e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC) apresentaram ao governador um projeto de lei para reduzir os custos do primeiro registro de imóveis de interesse social, como citado anteriormente.

Além disso, uma das metas da SH e da CDHU é realizar a regularização fundiária dos empreendimentos da Companhia, eliminando o passivo de imóveis que precisam ser regularizados. Para isso, foram contratadas empresas especializadas que estão intensificando a regularização dos empreendimentos nessa situação.

Projetos de Destaque no Período

A estrutura de programas e ações adotada nos PPAs 2008-2011 e 2012-2015 – reiterando as previsões do PEH – indica as prioridades de aplicação de recursos para os programas e projetos da SH e CDHU. Nesse período, projetos de habitação integrada ao desenvolvimento socioambiental e urbano merecem destaque e exemplificam as novas diretrizes e estratégias adotadas.

Hortolândia – Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários

O projeto realizado no Município de Hortolândia, Região Metropolitana de Campinas, teve como objetivo atender cerca de 1.400 famílias que haviam ocupado um terreno que pertencia à antiga FEPASA, em duas glebas contíguas localizadas nos municípios de Hortolândia e Sumaré.

A aquisição dessas glebas pela CDHU foi concluída no final de 1998, que passaram a ser denominadas Hortolândia A e B e Sumaré C. As intervenções na gleba Sumaré C incluíram obras de urbanização, como implantação de redes de água e esgoto, drenagem, pavimentação, paisagismo, regularização fundiária e urbanística, e a construção de novas unidades habitacionais.

Na primeira fase do projeto foram produzidas 342 unidades – das quais 182 foram ocupadas por famílias do projeto da CDHU e 160 indicadas pela Prefeitura de Hortolândia. Além disso, foram executadas obras de urbanização, beneficiando 900 domicílios distribuídos entre os bairros Jardim Santiago, Vila Guedes, Jardim Aline e Sítio São João.

Na segunda etapa estão sendo complementadas as obras de urbanização do bairro Jardim Conceição, com a execução da pavimentação, e será construída uma creche e um parque para que a população tenha um espaço dedicado ao esporte e ao lazer.

O projeto já beneficiou 1.849 famílias, incluindo a remoção em áreas de risco ou de proteção ambiental, além do atendimento habitacional por meio da construção de novas unidades habitacionais.

Parque Jequitiba (Parque Tizo)[42]

Criado em 2006 pelo Decreto Estadual nº 50.597, de 27/3/2006, o Parque Jequitiba ocupa uma área de 1,3 milhão de m² de remanescentes de Mata Atlântica, na Zona Oeste de São Paulo, em Osasco e Cotia, próximo de Embu das Artes e Taboão da Serra, integrando a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo.

Possui importantes remanescentes de Mata Atlântica, bem conservados e bastante relevantes no contexto da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo, e que abrigam espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. Sua transformação em parque visa preservar a vegetação e os mananciais ali existentes e, ao mesmo tempo, representa uma oportunidade para oferecer à população lazer e recreação em contato com a natureza.

A contratação e o acompanhamento do projeto executivo do Parque ficaram a cargo da CDHU, mediante Termo de Cooperação com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Toda a proposta obedeceu a diretrizes previstas no Plano Diretor do Parque, elaborado com a participação da comunidade através de reuniões de projeto participativo e do Conselho de Orientação, integrado por representantes do Governo do Estado, de prefeituras e da sociedade civil (associação de moradores e organizações ambientalistas das cidades).

O projeto tem ênfase na sustentabilidade e busca o menor impacto possível das obras, com instalações apenas nas áreas já alteradas e sem presença de vegetação. Conta com acesso pelo Município de São Paulo, onde se localiza a principal portaria para pedestres com uma praça de acesso permanentemente aberta. Devido às características do local, o acesso de veículos se dará apenas pela portaria localizada no Município de Cotia, dotada de estacionamento para veículos e estruturas necessárias para recepção e visitação de grupos, além de viveiro de produção de mudas de plantas.

Na parte central do Parque, em dois diferentes platôs interligados por passarelas suspensas, localizam-se o Centro de Educação Ambiental, a administração do Parque, a lanchonete, o parque infantil e o Jardim de Borboletas. Os espaços de estar e recreação distinguem-se dos espaços de mata por serem abertos, ensolarados e com visuais mais amplos. A partir desses locais será possível acessar as trilhas existentes pelo interior da mata. Todas as edificações foram concebidas com estrutura de madeira de reflorestamento pré-fabricada, para minimizar os impactos no canteiro de obras. Está prevista ainda a preservação de águas pluviais, o uso eficiente de energia e água, e reuso de água. Além disso, também haverá aproveitamento de energia solar, sistema de tratamento local de efluentes nas áreas onde não há rede pública de coleta, uso de materiais certificados e acessibilidade para pessoas portadoras de deficiênciasa todos os equipamentos.

Bairro dos Pimentas (Guarulhos)

O bairro do Pimentas está localizado no Município de Guarulhos, próximo às rodovias Presidente Dutra, Fernão Dias e Ayrton Senna, onde, nos anos 1980, se instalaram muitas indústrias que atraíram uma grande população. As famílias ocuparam o terreno de forma desordenada, sem planejamento ou qualquer tipo de infraestrutura. Parte do assentamento, inclusive, ocupou uma área da Petrobras, onde passava um oleoduto, e também uma faixa de alta-tensão de uma concessionária de energia. Outra parte do assentamento foi instalada em áreas de preservação ambiental, com nascentes e cursos d'água que deveriam ser protegidos.

Diante desse quadro, a CDHU iniciou, em 2009, um projeto amplo para a área, denominado Projeto Pimentas. O intuito era realizar uma completa urbanização do local, com a construção de novas unidades habitacionais e a implantação de infraestrutura básica, com rede de água e esgoto, incluindo coletores-tronco, drenagem e a regularização e complementação do sistema viário. O atendimento às famílias tinha como base a regularização de 2.542 unidades habitacionais já entregues, urbanização da área de 1.492 moradias e 234 lotes, e, finalmente, a produção de 1.500 novas moradias até dezembro de 2016, das quais 727 já foram concluídas.

Os conjuntos habitacionais implantados em áreas próximas ao perímetro do bairro terão unidades com dois ou três dormitórios, aquecimento solar, áreas de lazer e convivência, tratamento paisagístico e o conceito de desenho universal, que traz mais conforto e acessibilidade a todos os moradores. Também serão implantadas diversas vias secundárias internas e eixos de maior porte, como a Avenida Norte-Sul, para a plena integração da área com sua macrorregião.

Produção no Período

Com a diversificação de ações e inovações ocorridas nesse período, foi possível, entretanto, manter as entregas de moradias – incluindo a urbanização de assentamentos – no mesmo patamar dos exercícios anteriores, registrando-se cerca de 116 mil unidades entregues, com uma distribuição equilibrada entre as unidades destinadas à demanda geral e aquelas referentes aos programas de urbanização e recuperação de assentamentos precários.

Notas

34. Fonte: <http://perfil.sp.gov.br/site/exibe.asp?entidadecodigoid=8834&ttt=CONSELHO%20ESTADUAL%20DE%20HABITA%C7%C3O%20-%20CEH>.
35. A PCV foi aplicada em 2006 pela Fundação SEADE em todo o Estado de São Paulo em caráter amostral.
36. Fundação SEADE, 2010.
37. O valor previsto a partir da aprovação da lei era de R$ 192,60. Antes, esse custo poderia ultrapassar R$ 2.300,00.
38. Conforme Decreto Estadual nº57.370, de 27/11/2011.
39. Fonte: <http://www.jornalspnorte.com.br/materia.asp?cid=32&nid=558>.
40. O sistema é constituído de automação, sensor de fluxo e temperatura, potenciômetro e chuveiro elétrico.
41. Fonte: Panorama de HIS 2007 a 2010, p. 78.
42. Fonte: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,governo-implanta-parque-tizo-para-preservacao-ambiental-em-sao-paulo,840143>.

Empreendimentos entregues pela CDHU

Sétimo Período

PHAI (Programa Habitação Servidor Público)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Cotia E	RMSP	160	2009
Cotia G*	RMSP	200	2009
Guarulhos A7	RMSP	224	2011
Itaquaquecetuba T1, T2 e T3*	RMSP	360	2012
Praia Grande D*	Santos	160	2009
SP-Ipiranga A*	RMSP	382	2009
SP-Raposo Tavares C e D	RMSP	840	2011
SP-Sacomã A	RMSP	387	2008
SP-Sacomã C*	RMSP	384	2008
SP-São Miguel Paulista G2	RMSP	162	2009
		3.259	

MRU (Programa Moradia Rural)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Caiuá (Maturi)	Pres. Prudente	32	2011
Caiuá (Santa Angelina)	Pres. Prudente	1	2011
Caiuá (Santa Rita)	Pres. Prudente	2	2011
Clementina D	Araçatuba	60	2008
Espírito Santo do Turvo C	Marília	84	2008
Flórida Paulista C	Pres. Prudente	40	2006
Luiziânia C	Araçatuba	14	2006
Marabá Paulista (Santo Antônio)	Pres. Prudente	7	2010
Martinópolis H	Pres. Prudente	48	2006
Martinópolis I	Pres. Prudente	54	2006
Mirante do Paranapanema (Canaã)	Pres. Prudente	8	2012
Mirante do Paranapanema (Che Guevara)	Pres. Prudente	9	2012
Mirante do Paranapanema (Estrela d'Alva)	Pres. Prudente	1	2012
Mirante do Paranapanema (Flor Roxa)	Pres. Prudente	2	2012
Mirante do Paranapanema (Haroldina)	Pres. Prudente	1	2012
Mirante do Paranapanema (Marco II)	Pres. Prudente	2	2012
Mirante do Paranapanema (Novo Horizonte)	Pres. Prudente	4	2012
Mirante do Paranapanema (Sta. Apolônia)	Pres. Prudente	10	2012
Mirante do Paranapanema (Sta. Carmem)	Pres. Prudente	1	2012
Mirante do Paranapanema (Sta. Rosa I)	Pres. Prudente	2	2012
Mirante do Paranapanema (São Bento)	Pres. Prudente	11	2012
Mirante do Paranapanema (Sta. Cristina)	Pres. Prudente	2	2012
Mirante do Paranapanema (Sta. Lúcia)	Pres. Prudente	1	2013
Mirante do Paranapanema (Sto. Antônio I)	Pres. Prudente	1	2012
Mirante do Paranapanema (Vale dos Sonhos)	Pres. Prudente	2	2012
Piquerobi (Santa Rita)	Pres. Prudente	1	2007
Piquerobi (Santo Antônio da Lagoa)	Pres. Prudente	6	2007
Piquerobi (São José da Lagoa)	Pres. Prudente	3	2007
Presidente Bernardes (Água Limpa 1 e 2)	Pres. Prudente	12	2010
Presidente Bernardes (Florestan Fernandes)	Pres. Prudente	7	2010
Presidente Bernardes (Palu)	Pres. Prudente	7	2010
Presidente Bernardes (Quatro Irmãs)	Pres. Prudente	2	2010
Presidente Bernardes (Rodeio)	Pres. Prudente	3	2010
Presidente Bernardes (Santa Eudóxia)	Pres. Prudente	2	2010
Presidente Venceslau (Primavera 1)	Pres. Prudente	10	2011
Presidente Venceslau (Primavera 2)	Pres. Prudente	4	2011
Presidente Venceslau (Radar)	Pres. Prudente	5	2011
Presidente Venceslau (Tupanciretã)	Pres. Prudente	4	2011

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Ribeirão dos Índios (Yapinari)	Pres. Prudente	9	2006
Sandovalina (Guarany)	Pres. Prudente	3	2012
Santo Antônio do Aracanguá C	Araçatuba	70	2006
Tarumã C*	Marília	100	2007
Tupi Paulista (Santa Rita)	Pres. Prudente	3	2009
Valparaíso D	Araçatuba	64	2011
		714	

MQ (Programa Moradia Quilombola)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Eldorado F*	Registro	39	2008
Eldorado G*	Registro	39	2008
Eldorado H*	Registro	41	2014
Iporanga B*	Itapeva	20	2008
Iporanga C*	Itapeva	51	2008
		190	

PD (Programa Produção Direta)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Campinas	Campinas	96	2013
Embu K2	RMSP	70	2010
Embu K3	RMSP	48	2009
Ferraz de Vasconcelos A5	RMSP	28	2009
Franca N	Franca	160	2007
Guarulhos R1/2/3	RMSP	374	2007
Itanhaém H	Santos	160	2009
Itanhaém I	Santos	160	2009
Itanhaém J	Santos	176	2009
Itanhaém K	Santos	176	2009
Itaquaquecetuba X	RMSP	100	2009
Itaquaquecetuba C	RMSP	200	2009
Peruíbe H	Santos	192	2009
Peruíbe I*	Santos	195	2009
SP-Brasilândia B30 e B34	RMSP	224	2011
Suzano B	RMSP	160	2010
Suzano C	RMSP	160	2010
		2.679	

PAC (Programa Parcerias Assoc. e Cooperativas)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Apiaí	Sorocaba	27	2010
Apiaí/Itaoca	Sorocaba	20	2009
Apiaí	Sorocaba	20	2008
Araraquara/Motuca	Central	27	2008
Barra do Chapéu	Sorocaba	13	2010
Barra do Turvo I	Registro	21	2009
Barra do Turvo II	Registro	17	2009
Barra do Turvo II	Registro	28	2010
Barra do Turvo III	Registro	15	2009
Barra do Turvo IV	Registro	47	2009
Barra do Turvo V	Registro	47	2009
Barra do Turvo VI	Registro	13	2009
Barra do Turvo	Registro	25	2008
Barra do Turvo	Registro	24	2010
Barra do Turvo	Registro	17	2008
Barra do Turvo	Registro	15	2008
Buri	Sorocaba	14	2010
Cajati	Registro	16	2010
Campinas	RM Campinas	65	2008
Campinas J	RM Campinas	100	2010
Capão Bonito	Sorocaba	11	2008
Diadema	RMSP	60	2008
Diadema F2	RMSP	120	2008
Eldorado	Registro	28	2008
Eldorado	Registro	36	2009
Eldorado	Registro	11	2010
Embu*	RMSP	140	2008
Embu N04*	RMSP	112	2009
Embu N05*	RMSP	160	2011
Embu N06*	RMSP	120	2008
Embu N07*	RMSP	140	2010
Embu N08*	RMSP	140	2008
Embu N09*	RMSP	80	2009
Embu N10*	RMSP	112	2009
Guapiara	Sorocaba	40	2010
Guapiara I	Sorocaba	23	2009
Guapiara	Sorocaba	33	2008
Guapiara	Sorocaba	27	2009
Guarulhos	RMSP	218	2010
Iporanga	Sorocaba	10	2010
Itabera	Sorocaba	34	2010
Itabera	Sorocaba	30	2008
Itabera	Sorocaba	50	2009
Itaoca	Sorocaba	11	2010
Itapeva	Sorocaba	17	2010
Itapeva I	Sorocaba	4	2009
Itapeva II	Sorocaba	5	2009
Itapeva III	Sorocaba	6	2009
Itapeva IV	Sorocaba	5	2009
Itapeva V	Sorocaba	10	2009
Itapeva VI	Sorocaba	40	2009
Itapeva	Sorocaba	16	2008
Itaquaquecetuba	RMSP	138	2011
Itaquaquecetuba B2 e B3	RMSP	220	2012

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Itaquaquecetuba I01	RMSP	160	2008
Itaquaquecetuba I02	RMSP	160	2008
Itaquaquecetuba I03	RMSP	160	2008
Itaquaquecetuba I04	RMSP	160	2011
Jacupiranga	Registro	11	2008
Jacupiranga	Registro	10	2009
Jacupiranga	Registro	29	2010
Jandira	RMSP	128	2008
Jundiaí D2	Campinas	56	2012
Mauá	RMSP	200	2008
Mauá C2	RMSP	60	2009
Miracatu	Registro	10	2010
Mogi Guaçu I	Campinas	23	2009
Nova Campina	Sorocaba	14	2010
Osasco	RMSP	284	2008
Osasco I01	RMSP	480	2011
Osasco I02	RMSP	368	2013
Osasco I02	RMSP	94	2015
Osasco I02	RMSP	18	2015
Presidente Epitácio G1, G2 E G3	Pres. Prudente	442	2011
Registro	Registro	22	2008
Registro	Registro	12	2009
Registro	Registro	15	2010
Ribeirão Branco	Sorocaba	39	2010
Ribeirão Branco I	Sorocaba	25	2009
Ribeirão Branco II	Sorocaba	25	2009
Ribeirão Branco	Sorocaba	40	2008
Ribeirão Grande	Sorocaba	19	2010
Santo André	RMSP	40	2008
Santo Andre	RMSP	66	2008
Santo André H	RMSP	60	2013
Santos	Santos	113	2008
Sete Barras	Registro	6	2008
Sete Barras	Registro	15	2009
Sete Barras	Registro	20	2010
SP-Brasilândia B15	RMSP	120	2008
SP-Brasilândia B21	RMSP	128	2009
SP-Brasilândia B22	RMSP	140	2009
SP-Brasilândia B23	RMSP	168	2009
SP-Butantã D03 e D04	RMSP	300	2009
SP-Capão Redondo	RMSP	180	2008
SP-Cidade Ademar	RMSP	100	2008
SP-Guaianazes A21	RMSP	140	2008
SP-Guaianazes A25	RMSP	160	2010
SP-Guaianazes A26	RMSP	140	2009
SP-Guaianazes A28	RMSP	160	2010
SP-Guaianazes A31	RMSP	168	2009
SP-Guaianazes B13	RMSP	112	2010
SP-Guaianazes B17	RMSP	60	2009
SP-Guaianazes B20	RMSP	60	2008
SP-Guaianazes B21	RMSP	56	2008
SP-Guaianazes B22	RMSP	80	2008
SP-Guaianazes B24	RMSP	84	2008
SP-Guaianazes B25	RMSP	56	2008
SP-Guaianazes B26	RMSP	112	2010
SP-Iguatemi D2	RMSP	160	2008
SP-Itaim Paulista A05	RMSP	160	2009
SP-Itaim Paulista A08	RMSP	120	2008
SP-Itaim Paulista A10	RMSP	160	2007
SP-Itaim Paulista A12	RMSP	112	2009
SP-Itaim Paulista A13	RMSP	140	2009
SP-Itaim Paulista A14	RMSP	112	2009
SP-Itaquera C05	RMSP	400	2011
SP-Jacanã	RMSP	120	2008
SP-Jaraguá	RMSP	200	2008
SP-Jaraguá	RMSP	63	2008
SP-Jaraguá A14 e A15	RMSP	96	2009
SP-Jaraguá F2	RMSP	84	2014
SP-Lajeado F	RMSP	116	2012
SP-Pirituba	RMSP	113	2009
SP-Sacomã D	RMSP	128	2011
SP-São Miguel Paulista E14	RMSP	80	2009
SP-São Miguel Paulista P09B	RMSP	60	2010
SP-São Paulo (Conj. José Maria Amaral)	RMSP	198	2010
SP-São Paulo (Conj. Florestan Fernandes)	RMSP	198	2010
SP-Sé (Residencial Conquista)	RMSP	27	2008
SP-Sé (Residencial Novo Horizonte)	RMSP	63	2008
SP-Tucuruvi B08	RMSP	96	2010
SP-Tucuruvi B09	RMSP	140	2010
SP-Tucuruvi B13	RMSP	56	2011
SP-Tucuruvi B16 E B17	RMSP	40	2010
SP-Tucuruvi B19	RMSP	84	2010
SP-Vila Curuçá G	RMSP	240	2009
Suzano A3	RMSP	120	2010
Suzano A4	RMSP	60	2008
Taboão da Serra F	RMSP	76	2013
Taquarivaí I	Sorocaba	4	2009
Taquarivaí II	Sorocaba	6	2009
Taquarivaí	Sorocaba	5	2008
Taquarivaí	Sorocaba	14	2010
		12.637	

RH (Programa de Reassentamento Habitacional)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Agudos E	Bauru	97	2010
Assis E	Marília	18	2008
Atibaia D1*	Campinas	140	2009
Avaré F2	Sorocaba	75	2009

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Bertioga C	Santos	176	2009
Bertioga D1	Santos	32	2015
Brotas D	Campinas	150	2008
Buritama E		13	2013
Campo Limpo Paulista C	Campinas	130	2012
Cananeia VIII B		113	2014
Capão Bonito E2	Sorocaba	49	2010
Capão Bonito G1	Sorocaba	30	2010
Capão Bonito G2	Sorocaba	30	2013
Carapicuíba L	RMSP	252	2013
Carapicuíba L	RMSP	140	2014
Carapicuíba L	RMSP	140	2014
Colina F	RMSP	33	2015
Cotia	RMSP	116	2011
Cotia	RMSP	200	2011
Cubatão	Santos	940	2012
Cunha C	Taubaté	52	2015
Descalvado E	Central	35	2010
Divinolândia A4	Campinas	13	2010
Embu N13 (Pedro Basile)	RMSP	56	2009
Franca P01	Franca	72	2011
Franca P2, P3 e P4	Franca	30	2014
Franca P2, P3 e P4	Franca	70	2015
Getulina E2	Bauru	35	2010
Guapiaçu D2	S. J. do Rio Preto	14	2008
Guarulhos C11, C16, C17 e C18	RMSP	392	2012
Guarulhos C24	RMSP	140	2012
Guzolândia C	Araçatuba	24	2008
Ibirá Vi F		16	2015
Itaí D		90	2015
Itaquaquecetuba A	RMSP	200	2009
Itaquaquecetuba	RMSP	200	2009
Itaquaquecetuba	RMSP	200	2009
Itaquaquecetuba V	RMSP	180	2009
Itaquaquecetuba Z	RMSP	100	2009
Jaú M	Bauru	83	2010
Jundiaí J (Pq. Centenário)	Campinas	368	2008
Jundiaí K	Campinas	60	2008
Juquiá D	Registro	60	2014
Lavrinhas H		20	2013
Lavrinhas H		30	2014
Lins G	Bauru	9	2008
Lins H	Bauru	38	2012
Marília Y	Marília	18	2014
Marília Y	Marília	36	2014
Mirandópolis C2	Araçatuba	120	2010
Mombuca C	Campinas	88	2009
Panorama G2		54	2014
Pedreira G2	RM Campinas	6	2012
Rancharia F2	Pres. Prudente	9	2010
Rancharia K2	Pres. Prudente	178	2011
Restinga E		60	2014
Restinga E		105	2014
Ribeirão Bonito E2	Central	9	2009
Ribeirão Preto I e J	Ribeirão Preto	372	2013
Ribeirão Preto M	Ribeirão Preto	692	2012
Santo André G		194	2014
Santo André M		40	2015
Santo Antônio do Aracanguá D	Araçatuba	5	2009
Santos Q	Santos	160	2009
São Bernardo do Campo Q	RMSP	170	2009
São Bernardo do Campo S1	RMSP	168	2009
Santos U		160	2014
Santos U		120	2015
São Bernardo do Campo F5		40	2015
São Bernardo do Campo S2	RMSP	420	2009
São Bernardo do Campo T		172	2015
São Bernardo do Campo W		88	2015
São Bernardo do Campo V1 e V2	RMSP	320	2008
São João das Duas Pontes C	S. J. do Rio Preto	50	2010
São José dos Campos B2	S. J. dos Campos	11	2009
São José dos Campos N	S. J. dos Campos	33	2009
São José dos Campos W	S. J. dos Campos	256	2010
São José dos Campos X	S. J. dos Campos	120	2010
São Luiz do Paraitinga C*	S. J. dos Campos	151	2010
São Vicente F5	Santos	36	2011
São Vicente I	Santos	198	2009
São Vicente L	Santos	200	2009
Sarapuí B2	Sorocaba	20	2009
Sertãozinho E	Ribeirão Preto	452	2009
Sertaozinho F	Ribeirão Preto	120	2009
Socorro E	Campinas	25	2008
Sorocaba H	Sorocaba	484	2009
SP-Artur Alvim A	RMSP	105	2008
SP-Cachoeirinha B	RMSP	200	2008
SP-Campo Limpo B05	RMSP	29	2010
SP-Campo Limpo O	RMSP	404	2009
SP-Cidade Líder C	RMSP	58	2008
SP-Cidade Tiradentes D	RMSP	33	2009
SP-Cidade Tiradentes E	RMSP	60	2008
SP-Cidade Tiradentes F	RMSP	60	2008
SP-Cidade Tiradentes G	RMSP	84	2008
SP-Cidade Tiradentes H	RMSP	98	2008
SP-Cidade Tiradentes J	RMSP	32	2008
SP-Cidade Tiradentes K	RMSP	20	2008
SP-Cidade Tiradentes L	RMSP	24	2009
SP-Cidade Tiradentes M	RMSP	20	2008
SP-Cidade Tiradentes N	RMSP	30	2007
SP-Cidade Tiradentes P	RMSP	20	2008
SP-Cidade Tiradentes R1	RMSP	12	2009

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
SP-Cidade Tiradentes R2	RMSP	28	2007
SP-Cidade Tiradentes R3, R4 e R5	RMSP	192	2009
SP-Cidade Tiradentes Z	RMSP	260	2010
SP-Heliópolis H	RMSP	98	2012
SP-Heliópolis H		102	2013
SP-Iguatemi E		160	2013
SP-Itaim Paulista C e D	RMSP	466	2011
SP-Itaquera B18	RMSP	56	2008
SP-Itaquera B23	RMSP	24	2008
SP-Itaquera B24	RMSP	28	2008
SP-Itaquera B26	RMSP	28	2008
SP-Jaraguá M	RMSP	444	2008
SP-José Bonifácio G	RMSP	420	2008
SP-José Bonifácio H1 E H2	RMSP	320	2010
SP-José Bonifácio K	RMSP	160	2008
SP-Lajeado C, D e E	RMSP	360	2008
SP-Raposo Tavares E	RMSP	240	2008
SP-Santa Etelvina I E Vi A	RMSP	200	2009
SP-São Luiz E	RMSP	680	2009
Sumaré C	RM Campinas	393	2007
Suzano A1	RMSP	120	2008
Suzano A2	RMSP	160	2009
Suzano A5	RMSP	120	2009
Suzano A6	RMSP	180	2009
Tabatinga F1	Central	37	2009
Tabatinga F2	Central	61	2009
Tapiratiba C2	Campinas	60	2008
Urupês E	S. J. do Rio Preto	12	2009
		18.129	

VD (Programa Vila Dignidade)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Araraquara N	Central	20	2015
Avaré D*	Sorocaba	22	2009
Botucatu G	Sorocaba	16	2015
Caraguatatuba E*	S. J. dos Campos	20	2011
Itapetininga M	Sorocaba	16	2014
Itapeva H	Sorocaba	18	2011
Ituverava I	Ribeirão Preto	24	2014
Jaú Q	Bauru	24	2014
Jundiaí N	Campinas	16	2014
Laranjal Paulista D	Sorocaba	18	2014
Limeira L	Campinas	22	2013
Mogi das Cruzes S	RMSP	22	2015
Mogi Mirim I	Campinas	24	2014
Presidente Prudente AA*	Pres. Prudente	24	2011
Ribeirão Preto O*	Ribeirão Preto	18	2011
Sao José do Rio Preto G	S. J. do Rio Preto	14	2015
Tupã I	Marília	18	2014
		336	

UPAN (Programa Urbanização Pantanal)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	715	2009
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	530	2006
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	3	2010
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	1.140	2006
SP-Vila Jacuí B*	RMSP	8	2010
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	700	2009
SP-Vila Jacuí B*	RMSP	11	2010
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	1.050	2010
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	466	2009
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	10	2010
SP-Vila Jacuí B0*	RMSP	699	2010
SP-Vila Jacuí B1*	RMSP	192	2008
SP-Vila Jacuí B2*	RMSP	372	2009
SP-Vila Jacuí B3*	RMSP	72	2008
		5.300	

SERRA (Programa de Recuperação Socioambiental Serra do Mar)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Cubatão A2*	Santos	66	2011
Cubatão A2*	Santos	97	2011
Cubatão A2*	Santos	233	2011
Cubatão A2*	Santos	112	2012
Cubatão A2*	Santos	270	2012
Cubatão A2*	Santos	376	2013
Cubatão A5*	Santos	32	2011
Cubatão A5*	Santos	48	2011
Cubatão A5*	Santos	117	2011
Cubatão A5*	Santos	217	2011
Cubatão A5*	Santos	186	2011
Cubatão J*	Santos		2011
Cubatão M*	Santos		2012
Cubatão Q*	Santos	96	2010
Cubatão Q*	Santos	48	2010
Cubatão Q*	Santos	62	2011
Cubatão Q*	Santos	127	2011
Cubatão Q*	Santos	167	2011
Cubatão Q*	Santos	365	2011
Cubatão Q*	Santos	406	2012
Cubatão Q*	Santos	569	2012

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Itanhaém G	Santos	176	2009
Itanhaém L	Santos	64	2009
Itaquaquecetuba I	RMSP	60	2009
Praia Grande E*	Santos	160	2009
Praia Grande H	Santos	160	2009
		4.214	

PPM (Programa Parcerias com Municípios)

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Adamantina L	Pres. Prudente	129	2011
Adamantina M	Pres. Prudente	50	2013
Águas da Prata D2	Campinas	25	2011
Águas da Prata E	Campinas	30	2015
Alfredo Marcondes D	Pres. Prudente	54	2012
Altair D	Barretos	61	2014
Altinópolis XIV H	Ribeirão Preto	80	2014
Altinópolis XIV H	Ribeirão Preto	111	2014
Alto Alegre F	Araçatuba	54	2008
Álvares Florence F2	S. J. do Rio Preto	20	2008
Álvares Florence G	S. J. do Rio Preto	20	2011
Álvares Machado F	Pres. Prudente	148	2012
Álvares Machado G1	Pres. Prudente	156	2012
Álvares Machado G2	Pres. Prudente	487	2012
Álvares Machado H	Pres. Prudente	150	2012
Alvinlândia D	Marília	56	2011
Amparo E	Campinas	20	2011
Andradina F	Araçatuba	252	2013
Anhembi I	Sorocaba	112	2013
Anhembi IV F	Sorocaba	68	2014
Anhembi G	Sorocaba	160	2009
Anhembi H	Sorocaba	70	2009
Aparecida d'Oeste E	S. J. do Rio Preto	87	2011
Apiaí C2	Sorocaba	40	2008
Apiaí D	Sorocaba	36	2009
Araçatuba G	Araçatuba	502	2012
Araçatuba G	Araçatuba	10	2013
Araçoiaba da Serra C	Sorocaba	201	2008
Araçoiaba da Serra D	Sorocaba	202	2012
Araraquara K	Central	192	2008
Arco-Íris C	Marília	47	2011
Arealva E	Bauru	150	2010
Areiópolis III D	Sorocaba	141	2014
Aspásia B	S. J. do Rio Preto	52	2015
Assis F	Marília	188	2008
Atibaia D2	Campinas	228	2009
Auriflama D	Araçatuba	155	2012
Avaí C	Bauru	77	2010
Avanhandava B	Araçatuba	135	2008

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Avaré E	Sorocaba	75	2008
Avaré F1	Sorocaba	115	2009
Avaré G	Sorocaba	22	2012
Bananal B	S. J. dos Campos	64	2008
Barão de Antonina C	Sorocaba	25	2012
Barbosa D	Araçatuba	180	2015
Bariri D	Bauru	22	2011
Barra do Chapéu A	Sorocaba	64	2009
Barretos E e F	Barretos	38	2010
Barretos H	Barretos	11	2010
Barretos I	Barretos	18	2010
Barretos J	Barretos	19	2010
Bastos G	Marília	185	2008
Bastos H	Marília	224	2013
Bastos H	Marília	121	2014
Batatais I	Franca	452	2010
Bebedouro G	Barretos	57	2009
Bento de Abreu II C	Araçatuba	70	2014
Bernardino de Campos B	Marília	115	2012
Bilac E	Araçatuba	52	2008
Biritiba-Mirim A2	RMSP	8	2015
Bocaina G	Bauru	152	2012
Boituva F	Sorocaba	178	2014
Bofete B	Sorocaba	109	2013
Bora A1	Marília	51	2013
Bora A2	Marília	50	2013
Boraceia E	Bauru	62	2012
Borebi C	Bauru	94	2013
Borborema C	Central	143	2008
Botucatu H	Sorocaba	71	2015
Bragança Paulista E2	Campinas	56	2009
Bragança Paulista F	Campinas	84	2011
Bragança Paulista F2	Campinas	51	2014
Bragança Paulista F2	Campinas	155	2015
Braúna E	Araçatuba	95	2008
Buri F	Sorocaba	140	2009
Buritama D1	Araçatuba	151	2007
Buritizal IV D	Franca	80	2014
Cabrália Paulista B	Bauru	46	2009
Caçapava E	S. J. dos Campos	174	2011
Cachoeira Paulista D1	S. J. dos Campos	50	2014
Caconde D	Campinas	125	2013
Caconde IV E	Campinas	50	2015
Cafelândia C2	Bauru	86	2008
Cafelândia D	Bauru	33	2012
Cajuru D*	Ribeirão Preto	218	2012
Campina do Monte Alegre C	Sorocaba	100	2007
Campina do Monte Alegre D	Sorocaba	18	2011
Campos Novos Paulista B	Marília	105	2011
Campos Novos Paulista B	Marília	1	2014

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Canas A3 (B)	S. J. dos Campos	60	2010
Canas A4	S. J. dos Campos	48	2010
Cândido Mota E	Marília	146	2015
Cândido Rodrigues B	Central	79	2010
Capão Bonito E	Sorocaba	100	2009
Capivari C1, C2 e C3*	Campinas	289	2010
Capivari C1, C2 e C3*	Campinas	34	2013
Casa Branca I	Campinas	38	2014
Castilho C2	Araçatuba	50	2010
Castilho D	Araçatuba	220	2015
Caraguatatuba C	S. J. dos Campos	47	2013
Catiguá E	S. J. do Rio Preto	199	2013
Catiguá F	S. J. do Rio Preto	74	2015
Catanduva M	S. J. do Rio Preto	643	2011
Cedral D	S. J. do Rio Preto	57	2015
Chavantes H	Marília	138	2010
Colina D	Barretos	46	2013
Colina D	Barretos	93	2014
Colômbia D	Barretos	40	2011
Colômbia E	Barretos	117	2014
Conchal B2	Campinas	144	2014
Conchas F	Sorocaba	132	2009
Cosmorama C	S. J. do Rio Preto	51	2011
Cosmorama VI D	S. J. do Rio Preto	30	2014
Cravinhos A	Ribeirão Preto	440	2009
Cristais Paulista C	Franca	80	2013
Cruzeiro G	S. J. dos Campos	112	2009
Cubatão G	Santos	400	2014
Descalvado V F	Central	76	2013
Dirce Reis D	S. J. do Rio Preto	67	2010
Dois Córregos D	Bauru	66	2011
Dolcinópolis E	S. J. do Rio Preto	41	2011
Dolcinópolis V F	S. J. do Rio Preto	29	2014
Dracena F2	Pres. Prudente	113	2010
Dracena F2	Pres. Prudente	30	2013
Duartina B4	Bauru	64	2009
Duartina B5	Bauru	40	2010
Echaporã F	Marília	167	2014
Elias Fausto F	Campinas	50	2009
Elias Fausto F2	Campinas	43	2013
Elias Fausto G	Campinas	142	2009
Elisiário C2	S. J. do Rio Preto	15	2014
Elisiário III C	S. J. do Rio Preto	120	2014
Emilianópolis B	Pres. Prudente	110	2012
Espírito Santo do Pinhal D	Campinas	211	2011
Espírito Santo do Turvo D	Marília	94	2013
Estrela d'Oeste G	S. J. do Rio Preto	45	2007
Estrela d'Oeste H	S. J. do Rio Preto	300	2011
Estrela do Norte B	Pres. Prudente	106	2013
Euclides da Cunha Paulista A3	Pres. Prudente	164	2010

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Euclides da Cunha Paulista B	Pres. Prudente	102	2014
Fartura E	Sorocaba	200	2008
Fartura F	Sorocaba	81	2011
Fernando Prestes B	Central	23	2008
Fernando Prestes C	Central	40	2008
Fernando Prestes D	Central	120	2015
Fernandópolis H	S. J. do Rio Preto	253	2011
Fernandópolis H	S. J. do Rio Preto	15	2014
Fernandópolis H	S. J. do Rio Preto	5	2014
Fernandópolis H	S. J. do Rio Preto	5	2014
Fernandópolis H	S. J. do Rio Preto	22	2014
Fernão C	Marília	20	2007
Floreal B	S. J. do Rio Preto	77	2014
Floreal B02	S. J. do Rio Preto	6	2015
Flórida Paulista B	Pres. Prudente	102	2009
Florínea D	Marília	38	2011
Franca J	Franca	192	2008
Gabriel Monteiro C	Araçatuba	76	2014
Gália G e H	Marília	9	2015
Gália G e H	Marília	109	2015
Garça H, I e J	Marília	124	2010
Garça K	Marília	15	2012
General Salgado C	Araçatuba	53	2007
General Salgado D	Araçatuba	51	2014
Getulina E1	Bauru	70	2010
Glicério H	Araçatuba	174	2011
Glicério XIII J	Araçatuba	40	2014
Guaiçara C	Bauru	180	2012
Guaimbê	Bauru	25	2009
Guaimbê	Bauru	46	2012
Guaimbê	Bauru	12	2015
Guapiaçu D1	S. J. do Rio Preto	38	2008
Guaraci A1	Barretos	50	2015
Guaraci A2	Barretos	60	2015
Guarantã C	Bauru	82	2008
Guarantã V D	Bauru	98	2013
Guararapes B	Araçatuba	250	2008
Guararapes V C	Araçatuba	106	2014
Guararema D	RMSP	77	2009
Guaratinguetá F	S. J. dos Campos	288	2009
Guareí III C	Sorocaba	92	2014
Guariba B01	Ribeirão Preto	71	2015
Guzolândia B	Araçatuba	60	2008
Guzolândia V D	Araçatuba	72	2014
Hortolândia B	RM Campinas	320	2009
Iacanga A	Bauru	70	2008
Iacanga B	Bauru	106	2012
Iacanga B	Bauru	75	2013
Iacri H	Marília	104	2015
Ibitinga D	Central	295	2008

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Ibitinga D2	Central	44	2013
Icem D	S. J. do Rio Preto	238	2011
Iepe G	Pres. Prudente	139	2012
Igaraçu do Tietê E	Bauru	100	2008
Igaraçu do Tietê E2	Bauru	23	2014
Igaraçu do Tietê E2	Bauru	30	2014
Igaraçu do Tietê E2	Bauru	24	2015
Igaraçu do Tietê E2	Bauru	23	2015
Igaraçu do Tietê E3	Bauru	37	2014
Igaraçu do Tietê E3	Bauru	48	2014
Igaraçu do Tietê E3	Bauru	20	2015
Igaraçu do Tietê E3	Bauru	27	2015
Igarapava E	Franca	150	2012
Indiana D	Pres. Prudente	49	2014
Ipaussu E	Marília	241	2008
Ipaussu F	Marília	154	2014
Iperó B3	Sorocaba	40	2008
Ipeúna B	Campinas	44	2011
Ipuã E	Franca	111	2008
Ipuã F	Franca	30	2011
Irapuã E	S. J. do Rio Preto	69	2009
Itaberá E	Sorocaba	16	2008
Itaberá F	Itapeva	55	2015
Itaí C	Sorocaba	195	2007
Itajobi E	S. J. do Rio Preto	98	2012
Itaju B	Bauru	50	2010
Itapetininga I	Sorocaba	100	2011
Itapeva E	Sorocaba	282	2008
Itapeva F	Itapeva	212	2014
Itaporanga C	Itapeva	55	2014
Itápolis H	Central	150	2009
Itapura D	Araçatuba	15	2009
Itapura VI E	Araçatuba	68	2014
Itaquaquecetuba B4	RMSP	10	2007
Itariri E	Registro	72	2008
Itatiba A11	RM Campinas	124	2009
Itirapuã C	Franca	102	2011
Itobi B	Campinas	54	2013
Itupeva D	Campinas	144	2012
Jaborandi F	Barretos	137	2010
Jaboticabal D	Ribeirão Preto	351	2012
Jaci C	S. J. do Rio Preto	95	2008
Jardinópolis D2	Ribeirão Preto	124	2010
Jaú N	Bauru	158	2012
Jaú O	Bauru	135	2013
Jeriquara D	Franca	40	2008
João Ramalho A	Marília	57	2010
João Ramalho B	Marília	53	2014
Junqueirópolis D*	Pres. Prudente	219	2011
Lavínia C	Araçatuba	50	2008

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Lavínia D	Araçatuba	100	2008
Lavínia E	Araçatuba	82	2014
Lençóis Paulista C	Bauru	24	2010
Lençóis Paulista D	Bauru	201	2011
Limeira G2	Campinas	10	2011
Limeira I2	Campinas	9	2011
Lindoia B2	Campinas	80	2009
Lourdes V E	Araçatuba	47	2014
Lucianópolis C	Bauru	57	2014
Luiziânia D	Araçatuba	60	2012
Lutécia D	Marília	55	2012
Lupércio VI H	Marília	67	2015
Lupércio VII G	Marília	37	2015
Macedônia E	S. J. do Rio Preto	92	2008
Maracaí E	Marília	30	2015
Mariápolis C	Pres. Prudente	66	2012
Marília U	Marília	30	2012
Marília V	Marília	22	2012
Marília V2	Marília	22	2012
Martinópolis J	Pres. Prudente	316	2013
Mauá I	RMSP	38	2010
Meridiano E	S. J. do Rio Preto	130	2012
Mesópolis Vi F	S. J. do Rio Preto	50	2013
Miguelópolis E	Franca	150	2012
Mira Estrela E	S. J. do Rio Preto	100	2007
Mira Estrela F	S. J. do Rio Preto	22	2010
Mirandópolis C1	Araçatuba	80	2010
Mirante do Paranapanema C	Pres. Prudente	111	2010
Mirante do Paranapanema D	Pres. Prudente	24	2013
Mococa E	Campinas	57	2009
Mogi Guaçu O	Campinas	195	2012
Mogi Mirim E, F, G e H*	Campinas	433	2010
Monções B	S. J. do Rio Preto	44	2013
Monte Aprazível C	S. J. do Rio Preto	110	2008
Monte Aprazível D1	S. J. do Rio Preto	125	2012
Monte Aprazível D2	S. J. do Rio Preto	94	2011
Monte Azul Paulista F	Barretos	83	2012
Monte Castelo E	Pres. Prudente	99	2011
Monte Castelo E2	Pres. Prudente	38	2011
Monte Mor C	RM Campinas	298	2010
Morro Agudo D3	Franca	19	2008
Morro Agudo E	Franca	32	2007
Morro Agudo F	Franca	102	2011
Morro Agudo F2	Franca	145	2012
Morro Agudo F2	Franca	47	2013
Murutinga do Sul E	Araçatuba	105	2012
Narandiba C	Pres. Prudente	57	2012
Nova Aliança E	S. J. do Rio Preto	100	2008
Nova Aliança E2	S. J. do Rio Preto	100	2008
Nova Aliança F	S. J. do Rio Preto	27	2013

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Nova Alianca G	S. J. do Rio Preto	69	2014
Nova Castilho B	Araçatuba	60	2014
Nova Europa B	Central	50	2011
Nova Guataporanga D	Pres. Prudente	86	2012
Nova Independência E	Araçatuba	30	2008
Nova Independência F	Araçatuba	105	2010
Nova Luzitânia D	Araçatuba	20	2008
Nova Luzitânia E	Araçatuba	14	2008
Nova Luzitânia F	Araçatuba	25	2013
Nuporanga C	Franca	66	2007
Ocauçu B1	Marília	56	2007
Ocauçu B2	Marília	56	2007
Ocauçu C	Marília	15	2010
Ocauçu D	Marília	70	2014
Olímpia G2	Barretos	109	2013
Onda Verde C	S. J. do Rio Preto	156	2012
Onda Verde IV D	S. J. do Rio Preto	40	2015
Oriente B	Marília	79	2015
Orindiúva C	S. J. do Rio Preto	183	2009
Orlândia E	Franca	112	2010
Orlândia F	Franca	336	2013
Oscar Bressane F	Marília	33	2009
Osvaldo Cruz H	Pres. Prudente	101	2011
Ourinhos G*	Marília	596	2010
Ourinhos H	Marília	81	2013
Ourinhos I	Marília	64	2013
Ouroeste E	S. J. do Rio Preto	110	2010
Ouroeste F	S. J. do Rio Preto	19	2010
Ouroeste IX G	S. J. do Rio Preto	108	2014
Palestina C	S. J. do Rio Preto	84	2012
Palmital D	Marília	50	2011
Palmital E	Marília	148	2015
Panorama G1	Pres. Prudente	152	2013
Panorama G1	Pres. Prudente	100	2014
Panorama G3	Pres. Prudente	24	2013
Paraguaçu Paulista I2	Marília	127	2007
Paraguaçu Paulista J01	Marília	250	2014
Parapuã D	Marília	119	2012
Pardinho VI C	Sorocaba	160	2015
Parisi II B	S. J. do Rio Preto	90	2015
Pauliceia B	Pres. Prudente	50	2012
Pauliceia C	Pres. Prudente	120	2013
Paulistânia C	Bauru	24	2009
Paulistânia D	Bauru	26	2012
Paulo de Faria G	S. J. do Rio Preto	120	2012
Pederneiras E	Bauru	34	2010
Pederneiras F	Bauru	21	2011
Pederneiras I	Bauru	62	2014
Pederneiras I	Bauru	80	2015
Pedranópolis D	S. J. do Rio Preto	42	2011

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Pedregulho C	Franca	41	2008
Pedregulho III D	Franca	93	2014
Pedregulho III D	Franca	168	2014
Pedreira H	RM Campinas	17	2010
Pedreira D2	RM Campinas	112	2014
Pedrinhas Paulista C	Marília	53	2013
Penápolis J	Araçatuba	234	2014
Pereira Barreto F2	Araçatuba	278	2009
Piacatu E	Araçatuba	26	2008
Piacatu F	Araçatuba	40	2014
Pilar do Sul C	RM Sorocaba	83	2013
Pilar do Sul C2	RM Sorocaba	8	2013
Pindamonhangaba F	S. J. dos Campos	40	2008
Pindamonhangaba G	S. J. dos Campos	112	2009
Pindamonhangaba VIII H	S. J. dos Campos	94	2015
Pindorama E	S. J. do Rio Preto	72	2013
Piquerobi D	Pres. Prudente	22	2011
Piquete C	S. J. dos Campos	40	2008
Piquete D	S. J. dos Campos	20	2014
Piracicaba H	Campinas	477	2009
Piracicaba H	Campinas	13	2014
Piracicaba H	Campinas	174	2015
Piracicaba I	Campinas	951	2009
Piraju F	Sorocaba	299	2010
Pirajuí D	Bauru	17	2009
Pirajuí E	Bauru	233	2011
Pirangi C	Barretos	69	2014
Pirapozinho D	Pres. Prudente	197	2011
Pirapozinho E2	Pres. Prudente	32	2012
Pirassununga F	Campinas	76	2012
Piratininga IV D	Bauru	141	2013
Planalto C	S. J. do Rio Preto	106	2015
Poloni C	S. J. do Rio Preto	150	2015
Pompeia C1	Marília	200	2007
Pompeia C2	Marília	173	2009
Pompeia D	Marília	100	2014
Pongaí D	Bauru	37	2008
Pontalinda D	S. J. do Rio Preto	24	2008
Pontes Gestal V E	S. J. do Rio Preto	7	2013
Pontes Gestal VI F	S. J. do Rio Preto	14	2013
Populina D	S. J. do Rio Preto	50	2007
Populina II C	S. J. do Rio Preto	28	2014
Populina VI F	S. J. do Rio Preto	100	2015
Porangaba B	Sorocaba	89	2009
Porto Feliz D	Sorocaba	86	2011
Porto Ferreira C e D	Central	69	2014
Potim A	S. J. dos Campos	299	2008
Potirendaba G	S. J. do Rio Preto	230	2011
Pracinha C	Pres. Prudente	19	2014
Pracinha D	Pres. Prudente	18	2012

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Pratânia C	Sorocaba	89	2011
Presidente Prudente A2	Pres. Prudente	33	2010
Presidente Prudente V	Pres. Prudente	142	2009
Presidente Prudente X	Pres. Prudente	95	2008
Presidente Venceslau E	Pres. Prudente	100	2007
Presidente Venceslau E2	Pres. Prudente	110	2014
Promissão F	Bauru	160	2012
Quatá B	Marília	212	2008
Queiroz B	Marília	40	2007
Queiroz Iv C	Marília	66	2014
Quintana E	Marília	108	2015
Rancharia D2	Pres. Prudente	35	2014
Rancharia E2	Pres. Prudente	45	2010
Rancharia J	Pres. Prudente	180	2011
Rancharia K1	Pres. Prudente	350	2011
Regente Feijó F	Pres. Prudente	54	2010
Regente Feijó G	Pres. Prudente	280	2011
Reginópolis B	Bauru	164	2012
Registro D2	Registro	194	2012
Registro D2	Registro	92	2013
Ribeirão do Sul D	Marília	51	2010
Ribeirão dos Índios C	Pres. Prudente	63	2012
Ribeirão Preto B2	Ribeirão Preto	224	2009
Ribeirão Preto D	Ribeirão Preto	2.095	2008
Ribeirão Preto N	Ribeirão Preto	29	2009
Rifaina C	Franca	58	2008
Rifaina D	Franca	75	2014
Rinópolis E	Marília	108	2013
Rio das Pedras B	Campinas	206	2014
Riolândia I	S. J. do Rio Preto	104	2009
Riolândia J	S. J. do Rio Preto	100	2015
Riolândia X e K	S. J. do Rio Preto	10	2015
Rosana E	Pres. Prudente	230	2007
Rosana E	Pres. Prudente	65	2015
Rosana E	Pres. Prudente	3	2015
Roseira E	S. J. dos Campos	65	2015
Sabino D	Bauru	94	2014
Sagres D	Pres. Prudente	34	2015
Sales E2	S. J. do Rio Preto	75	2007
Salto D	Sorocaba	170	2009
Salto Grande D	Marília	66	2010
Santa Adélia F	S. J. do Rio Preto	200	2015
Santa Cruz da Esperança A	Ribeirão Preto	65	2014
Santa Cruz das Palmeiras H	Campinas	181	2011
Santa Cruz do Rio Pardo I	Marília	75	2014
Santa Fé do Sul G	S. J. do Rio Preto	106	2010
Santa Isabel A	RMSP	260	2012
Santa Mercedes D	Pres. Prudente	85	2015
Santa Rita d'Oeste B	S. J. do Rio Preto	56	2014
Santa Rosa de Viterbo E	Ribeirão Preto	96	2012
Santa Rosa de Viterbo E	Ribeirão Preto	192	2013
Santa Rosa de Viterbo F	Ribeirão Preto	10	2011
Santana da Ponte Pensa C	S. J. do Rio Preto	64	2012
Santana de Parnaíba A	RMSP	244	2009
Santo Anastácio F	Pres. Prudente	102	2015
Santo Antônio da Alegria	Ribeirão Preto	50	2008
Santo Antônio do Aracanguá A	Araçatuba	30	2007
Santo Antônio do Aracanguá E	Araçatuba	55	2014
Santo Expedito C	Pres. Prudente	115	2014
Santópolis do Aguapeí B	Araçatuba	68	2008
Santópolis do Aguapeí C	Araçatuba	70	2010
Santópolis do Aguapeí D	Araçatuba	28	2014
Santos C	Santos	320	2009
Santos N	Santos	180	2009
São Caetano do Sul A	RMSP	97	2011
São Francisco	S. J. do Rio Preto	29	2008
São Francisco V E	S. J. do Rio Preto	40	2014
São João da Boa Vista H	Campinas	273	2014
São João das Duas Pontes D	S. J. do Rio Preto	59	2013
São João do Pau d'Alho A	Pres. Prudente	51	2013
São José do Rio Pardo H	Campinas	291	2010
São José do Rio Preto O	S. J. do Rio Preto	101	2014
São José do Rio Preto P	S. J. do Rio Preto	40	2014
São José dos Campos	S. J. dos Campos	16	2009
São José dos Campos K	S. J. dos Campos	524	2011
São José dos Campos L	S. J. dos Campos	372	2014
São José dos Campos L	S. J. dos Campos	186	2015
São José dos Campos L	S. J. dos Campos	186	2013
São José dos Campos M	S. J. dos Campos	128	2010
São José dos Campos R	S. J. dos Campos	20	2009
São José dos Campos S	S. J. dos Campos	30	2009
São José dos Campos T	S. J. dos Campos	177	2009
São José dos Campos U	S. J. dos Campos	416	2010
São José dos Campos V	S. J. dos Campos	110	2010
São José dos Campos Y	S. J. dos Campos	93	2014
São José dos Campos Y	S. J. dos Campos	93	2014
São José dos Campos Y	S. J. dos Campos	132	2014
São José dos Campos Y	S. J. dos Campos	7	2015
São José dos Campos Y	S. J. dos Campos	248	2015
São Luiz do Paraitinga B	S. J. dos Campos	29	2009
São Miguel Arcanjo G	Sorocaba	176	2012
São Pedro do Turvo F	Marília	119	2012
São Sebastião da Grama C2	Campinas	16	2007
São Sebastião E	S. J. dos Campos	30	2008
São Simão C	Ribeirão Preto	51	2012
São Vicente I2	Santos	122	2011
Sarapuí B	Sorocaba	30	2009
Sebastianópolis do Sul III C	S. J. do Rio Preto	51	2014
Sertãozinho G	Ribeirão Preto	498	2010
Sete Barras E	Registro	14	2015

EMPREENDIMENTO	RA	Nº UHs	ENTREGA
Socorro D	Campinas	80	2010
Socorro F	Campinas	160	2011
Sorocaba R	Sorocaba	272	2010
SP-Jaraguá F3	RMSP	40	2008
SP-Limão B	RMSP	100	2014
Sud Mennucci D	Araçatuba	186	2014
Suzanápolis B	Araçatuba	41	2012
Tabapuã VI G	S. J. do Rio Preto	47	2015
Tabatinga H (ex G)	Central	168	2013
Taguaí B	Sorocaba	192	2010
Tapiraí C	RM Sorocaba	24	2013
Tapiratiba C1	Campinas	101	2011
Tapiratiba C3	Campinas	60	2010
Taquaral C	Ribeirão Preto	57	2015
Taquarituba G1	Itapeva	300	2014
Tarabai D	Pres. Prudente	108	2007
Tarumã D	Marília	72	2009
Tatuí E1	Sorocaba	432	2011
Tatuí E2	Sorocaba	300	2011
Taubaté E	S. J. dos Campos	630	2008
Terra Roxa G	Barretos	173	2008
Timburi D	Marília	16	2009
Timburi E	Marília	15	2009
Trabiju A	Central	21	2007
Trabiju B	Central	26	2008
Trabiju C	Central	55	2011
Tremembé B	S. J. dos Campos	50	2012
Três Fronteiras VI F	S. J. do Rio Preto	103	2015
Tupã E	Marília	135	2009
Tupã F	Marília	22	2011
Tupã G	Marília	12	2011
Tupã H	Marília	20	2011
Tupi Paulista D	Pres. Prudente	209	2012
Turmalina VI D	S. J. do Rio Preto	48	2013
Ubatuba F	S. J. dos Campos	144	2014
Ubirajara C	Bauru	38	2012
Uchoa E	S. J. do Rio Preto	198	2010
União Paulista A	S. J. do Rio Preto	23	2007
União Paulista B	S. J. do Rio Preto	7	2007
Urânia D	S. J. do Rio Preto	172	2014
Uru B	Bauru	50	2009
Urupês F	S. J. do Rio Preto	150	2014
Valentim Gentil G	S. J. do Rio Preto	75	2009
Valentim Gentil G2	S. J. do Rio Preto	84	2009
Valinhos E	RM Campinas	7	2010
Valinhos F	RM Campinas	11	2010
Valparaíso E	Araçatuba	50	2014
Vargem Grande do Sul C1	Campinas	150	2008
Vargem Grande do Sul C2	Campinas	106	2011
Vargem Grande do Sul D	Campinas	224	2014
Vargem Grande do Sul E	Campinas	32	2014
Vinhedo F	RM Campinas	93	2013
Viradouro E	Barretos	251	2011
Vitória Brasil B	S. J. do Rio Preto	22	2010
Vitória Brasil C	S. J. do Rio Preto	13	2010
Votuporanga K	S. J. do Rio Preto	10	2010
Votuporanga L	S. J. do Rio Preto	422	2012
Votuporanga M	S. J. do Rio Preto	22	2014
Votuporanga N	S. J. do Rio Preto	24	2014
Zacarias C	S. J. do Rio Preto	40	2007
Zacarias D	S. J. do Rio Preto	50	2014
		60.791	

*Projetos incluídos no livro

Sumário Visual

Projetos

PÁG. 368

Santos F

PÁG. 368

Santos H

PÁG. 369

SP Bela Vista A

PÁG. 370

SP Bela Vista D

PÁG. 371

SP Bom Retiro D

PÁG. 372

SP Belém K

PÁG. 373

SP Belém L

PÁG. 374

SP Pari D

PÁG. 374

SP Pari E

PÁG. 375

SP Pari F

PÁG. 375

SP Pari G

PÁG. 376

SP Mooca A

PÁG. 377

Itaquaquecetuba T

PÁG. 378

Cotia G
Vila das Flores

PÁG. 378

Praia Grande D

PÁG. 379

SP Ipiranga A

PÁG. 380

SP Sacomã C

PÁG. 381

Tarumã C

PÁG. 382

Quilombolas

PÁG. 383

Peruíbe I

PÁG. 384



Embu N

PÁG. 386



São Luiz do Paraitinga C

PÁG. 387



Atibaia D

PÁG. 388



Vila Dignidade

PÁG. 393



Santo André A17

PÁG. 398



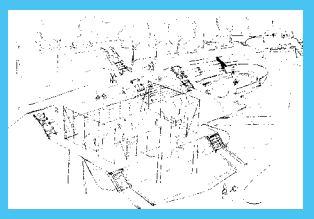
Hortolândia A

PÁG. 400



S. Bernardo do Campo F5

PÁG. 402



S. Bernardo do Campo F

PÁG. 404



SP Vila Jacuí B
(União de Vila Nova)

PÁG. 413



Praia Grande E

PÁG. 414



Cubatão A4 e A5
Residencial Vila Harmonia
(Bolsão 7)

PÁG. 416



Cubatão A2
Residencial Pq. dos Sonhos
(Bolsão 9)

PÁG. 420



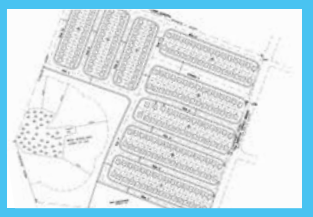
Cubatão Q
Residencial Rubens Lara

PÁG. 424



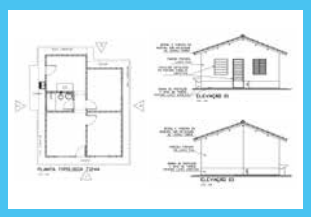
Cubatão J e M
Bairros Cota 200, 100 e 95

PÁG. 426



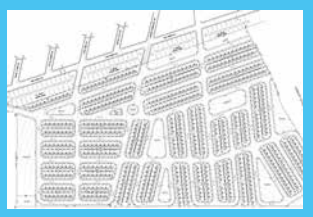
Junqueirópolis D

PÁG. 426



Cajuru D

PÁG. 427



Ourinhos G

PÁG. 427



Capivari C

PÁG. 428



Conchal B2

PÁG. 429



Mogi Mirim H

Santos F

MUNICÍPIO: Santos
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.287 m²
COTA RESID.: 21,45 m²
TIPOLOGIAS: V4-1D e 2D SANTOS F
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 60
PROJETO: LBR Engenharia e Fábio Leme



Acervo CDHU. Elevação.

Situado próximo de prédios históricos importantes, como o da Prefeitura, o da Alfândega, e da Igreja Matriz, este empreendimento está em uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). No terreno com área de 1.287 m² foi implantado um prédio com andar térreo mais quatro pavimentos, somando 42 apartamentos com um dormitório (30 m²) e 18 com dois dormitórios (38 m²). Os moradores contemplados ocupavam imóveis no entorno do Mercado Municipal e foram realocados para esse condomínio por meio do Programa Alegra Centro Habitação.



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo da unidade vertical de quatro pavimentos, com um e dois dormitórios (V04-Santos F).



Acervo CDHU. Edifício durantes as obras.



Chahinian, 2014. Edificação.

Santos H

MUNICÍPIO: Santos
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.261,60 m²
COTA RESID.: 23,803 m²
TIPOLOGIAS: V4-1D e 2D SANTOS H
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 53
PROJETO: Sérgio Vieira Campos



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo da unidade vertical de quatro pavimentos, com um e dois dormitórios (V04-Santos H).

Este projeto propôs duas lâminas paralelas que preencheram o lote regular, com prédio de cinco pavimentos, construído com uma técnica mista de concreto armado e alvenaria. São 35 unidades com um dormitório (30 m²) e 16 unidades com dois dormitórios (38 m²). Em duas unidades do pavimento térreo, destinadas exclusivamente a pessoas portadoras de necessidades especiais, foram adotados os conceitos do Desenho Universal, garantindo acessibilidade e conforto aos moradores. Também no térreo estão as áreas comuns do condomínio, estacionamento e um CAC, destinado a reuniões e outras atividades.







Chahinian, 2014. Conjunto habitacional.

SP Bela Vista A

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2011
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.065,00 m²
COTA RESID.: 18,68 m²
TIPOLOGIAS: V4-1D e V6-1D BELA VISTA A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 57
PROJETO: Pan Design Arquitetura e Consultoria

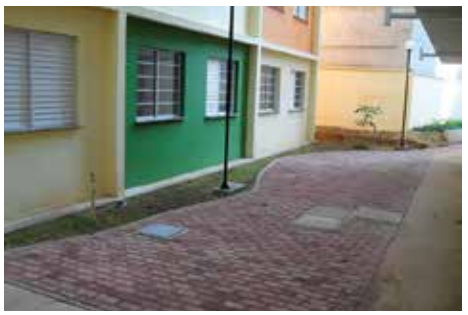
O conjunto ocupa um terreno de 1.065 m² e se destaca em meio aos antigos casarões da região. São blocos servidos por corredores externos, que não só facilitam a circulação dos moradores como também melhoram a ventilação e a iluminação natural em todos os apartamentos; foram implantados prédios de quatro e seis pavimentos. Os apartamentos dos seis pavimentos possuem um dormitório (30 m²).



Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.





Chahinian, 2014.



Acervo CDHU.



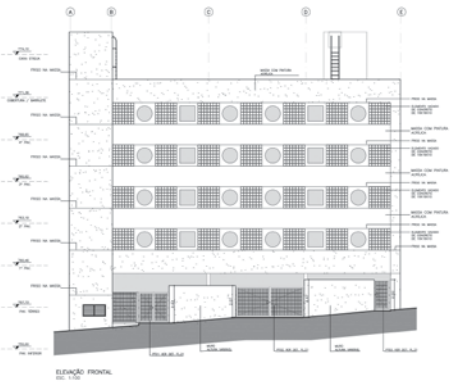


Chahinian, 2014.





Acervo CDHU.



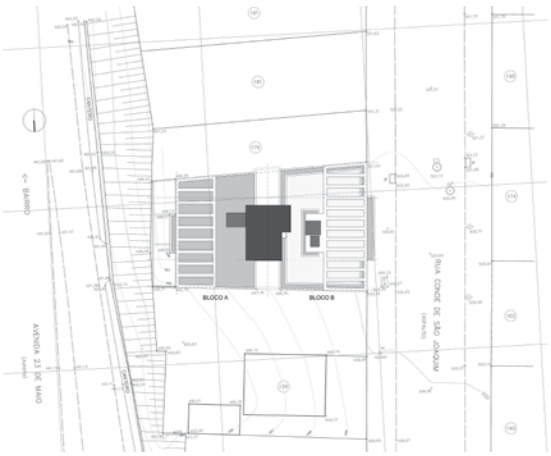
Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo. Corte e elevação.

SP **Bela Vista D**

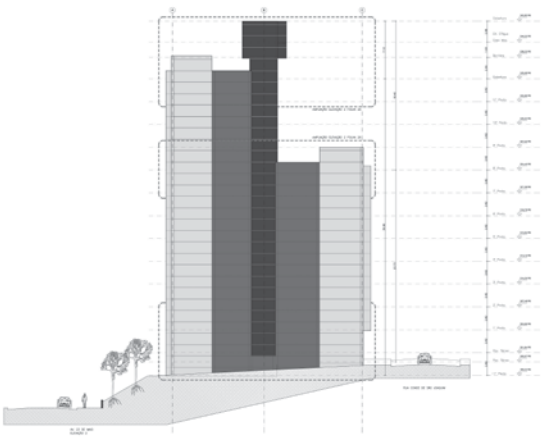
MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2011
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 370,00 m²
COTA RESID.: 6,27 m²
TIPOLOGIAS: RV7, RV11-1D e 2D BELA VISTA D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 59
PROJETO: Aflalo e Gasperini



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo.



Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU. Elevação.



Acervo CDHU. Situação do edifício antes das intervenções.



Chahinian, 2014.





Chahinian, 2014. Edifício após a reforma.



Acervo CDHU.

Este projeto de requalificação do edifício foi desenvolvido pelo escritório Aflalo Gasperini Arquitetos e está localizado próximo à Avenida 23 de Maio. O edifício ocupa uma área de 370 m² e, após um processo de requalificação, passou a receber os moradores que atendiam às exigências do programa, alguns deles vindos da Vila Itororó. São dois blocos com 59 apartamentos, sendo 19 com um dormitório e área de 36 m²; e o restante com dois dormitórios e área de 48 m². O espaço comunitário fica na cobertura, no 8º andar, onde se tem uma churrasqueira e um espaço para festas.





Acervo CDHU. Área de serviço.



Acervo CDHU. Fachada de uma unidade.



Acervo CDHU. Banheiro com projeto de acessibilidade.



Acervo CDHU. Área de lazer.

SP Bom Retiro D

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2012
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.368,67 m²
COTA RESID.: 21,72 m²
TIPOLOGIAS: V4-1D e 2D BOM RETIRO D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 63
PROJETO: Alberto Bunduki



Acervo CDHU. Fachada principal, Rua Djalma Dutra.



Chahinian, 2014. Espaços internos.



Knoll. Edificações em obras.

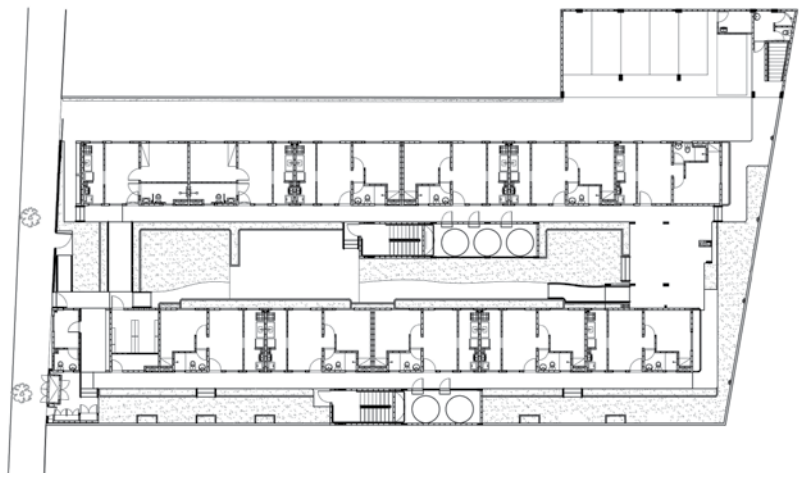


Chahinian, 2014. Obra concluída.

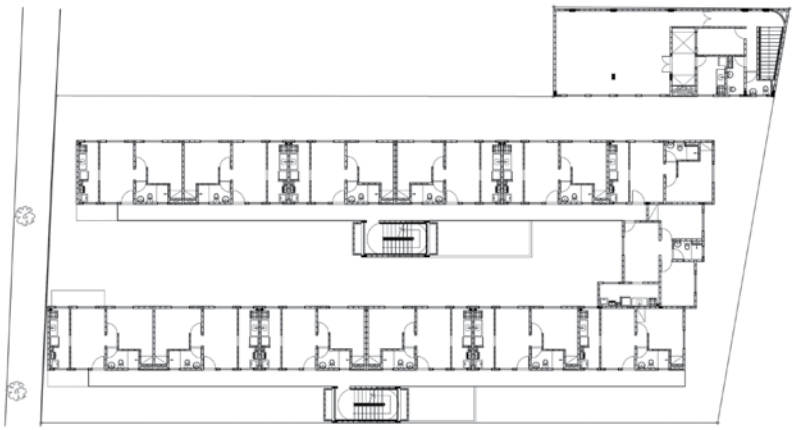
Entregue em julho de 2012, este conjunto tem dois blocos de cinco pavimentos, implantados perpendicularmente à rua. Os apartamentos estão divididos entre duas tipologias básicas: 59 unidades com um dormitório e área de 34 m²; e quatro unidades com dois quartos e área de 44 m². O espaço comunitário possui um salão de festas.



Acervo CDHU. Projeto de mosaico realizado pela arq. Iracema Miguel, representando as antigas edificações ali instaladas anteriormente e demolidas para a edificação do novo projeto.



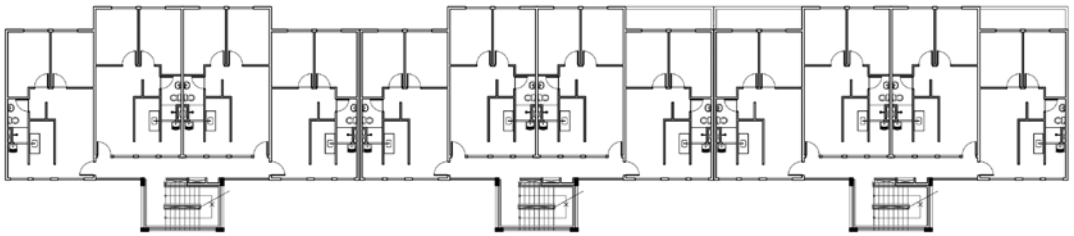
Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo.

SP **Belém K**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2012
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.313,14 m²
COTA RESID.: 24,77 m²
TIPOLOGIA: V4-2D BELÉM K
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 53
PROJETO: Luiz Cutait Arquitetura e Urbanismo Ltda.



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo.



Nobre, 2014. As caixas de escadas acessam quatro unidades por pavimento.







Knoll, 2014. Situação anterior.





Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Situação anterior.



Acervo CDHU. Projeto Edificado.

No trecho onde anteriormente existia um renque de cortiços em condições inadequadas de habitabilidade, no corredor da Avenida Celso Garcia, hoje está localizado o edifício de 53 apartamentos, todos com dois dormitórios, sala, banheiro e cozinha, somando uma área de 42 m². No pavimento térreo, há uma churrasqueira, quadra esportiva e espaço comunitário para uso dos moradores.

SP **Belém L**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2011
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 675,00 m²
COTA RESID.: 17,76 m²
TIPOLOGIA: V4-1D BELÉM L
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 38
PROJETO: Helena Ayoub Silva e Cleber Bonetti Machado Arquitetos Associados

Este pequeno e funcional conjunto está situado no corredor viário da Avenida Celso Garcia. Aqui, um antigo cortiço foi demolido para dar lugar ao novo prédio, com 38 apartamentos de um dormitório e área média de 42 m². Os blocos de escadas abertas permitem acesso aos três pavimentos superiores. No projeto, optou-se por deixar o pavimento térreo livre, com a adoção de pilotis e fachada com elementos vazados para o lado da rua.

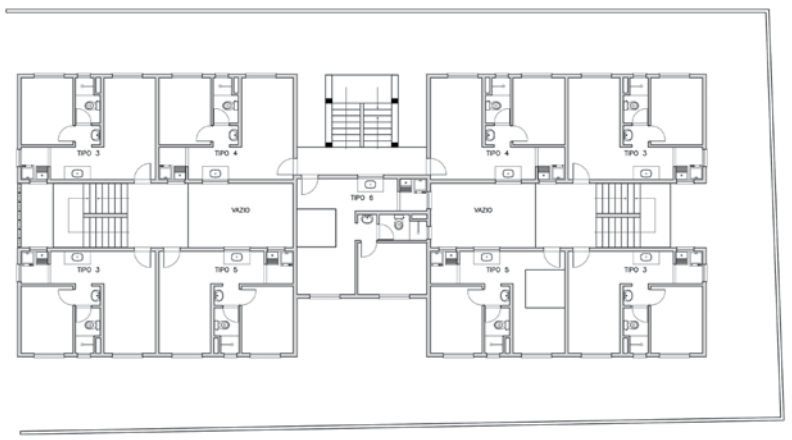

Acervo CDHU. Projeto do edifício.




Acervo CDHU.


Acervo CDHU. Projeto 3D do apartamento.


Acervo CDHU.




Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo e corte.

SP **Pari D**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 931,00 m²
COTA RESID.: 22,17 m²
TIPOLOGIAS: V5-1D e 2D PARI D
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 42
PROJETO: Paulo Faccio e Pedro Dias Arquitetura



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo. Elevação.



Acervo CDHU. Fachada da Rua Canindé.





Acervo CDHU.

Os estudos dos empreendimentos implantados no Pari, apresentados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no âmbito do Programa de Cortiços, foram desenvolvidos pela área técnica da CDHU como amostra da metodologia de identificação das intervenções a serem adotadas na execução do Programa. O bairro apresenta grande influência do setor cerealista e a presença de antigo pátios de manobras e apoios à ferrovia. O empreendimento Pari D substituiu quatro sobrados encortiçados onde moravam 34 famílias de forma bastante precária.

SP **Pari E**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2012
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.105,90 m²
COTA RESID.: 21,68 m²
TIPOLOGIA: V4-2D PARI E
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 51
PROJETO: ACG Arquitetura







Chahinian, 2014. Fachada da Rua Madeira.



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo.



Com subsídio direto às famílias, o Programa contou com ações pós-ocupação que orientam e fomentam a organização dos beneficiários. O Programa de Cortiços introduziu na CDHU um novo modelo de intervenções, com a implantação de empreendimentos de menor escala, como o empreendimento Pari E, com 51 apartamentos. As intervenções numa escala menor buscam adequar-se à área urbana central consolidada e promover melhor inclusão e sustentabilidade desses novos empreendimentos.

SP **Pari F**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 390,00 m²
COTA RESID.: 22,94 m²
TIPOLOGIAS: V5–Kitinete e 1D PARI F
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 17
PROJETOS: VD Arquitetura e Urbanismo



Acervo CDHU. Elevação



Acervo CDHU.
Planta do pavimento tipo.



Acervo CDHU. Fachadas da Rua Hanemann.



Os empreendimentos Pari F e Pari G fazem parte do grupo de sete empreendimentos implantados pelo Programa de Atuação em Cortiços na região, construídos em lotes antes ocupados por edificações degradadas encortiçadas. A decisão de construir com quatro pavimentos foi para facilitar a integração entre os moradores, promovendo ações de sustentabilidade nos condomínios, e acompanhar o gabarito do entorno.

SP **Pari G**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 584,89 m²
COTA RESID.: 22,50 m²
TIPOLOGIA: V5-2D PARI G
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 26
PROJETOS: Paulo Faccio e Pedro Dias Arquitetura



Acervo CDHU. Planta do pavimento tipo sobre pilotis, quatro pavimentos e apartamentos de um e dois dormitórios.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

SP **Mooca A**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2009
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 4.293,72 m²
COTA RESID.: 18,04 m²
TIPOLOGIAS: V14-1D e 2D MOOCA A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 238
PROJETO: Paulo Faccio e Pedro Dias Arquitetura



Acervo CDHU.

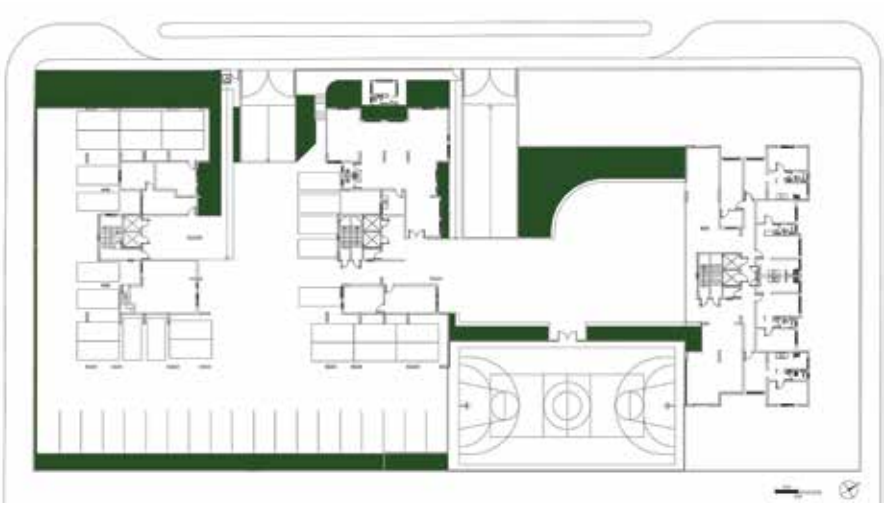


Cine Imperial

MAGNÍFICA OBRA ARQUITETÔNICA DE SÃO PAULO

Empresário e proprietário: Industrial José Vietri – Engenheiro-construtor: dr. Samuel Graynani – Construtor: Fernando Yasetta – Projetista: Caetano Migliaccio

Jornal de 1948, mostrando a importância do então Cine Imperial na Mooca na época de sua inauguração.





Acervo CDHU. Implantação e planta do pavimento tipo



Acervo CDHU.

Este conjunto foi construído no terreno onde funcionava o antigo Cine Imperial na década de 1970. Depois de abandonado, o cinema se tornou um grande cortiço. No local, foram construídos três edificios de 13 pavimentos que possuem elevadores. São 238 unidades habitacionais, sendo 160 com um dormitório e 78 com dois; todas entregues com revestimento cerâmico no piso dos cômodos e azulejos na cozinha e no banheiro. O conjunto possui ainda salão de festas, quadra poliesportiva, jardins, garagens e uma grande área livre.





Acervo CDHU, 2015. Imagens internas dos apartamentos.

Itaquaquecetuba T

MUNICÍPIO: Itaquaquecetuba
ENTREGA: 2012
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 8.814,23 m²
COTA RESID.: 24,48 m²
TIPOLOGIA: V052G-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 360
PROJETO: Hight Tech



Nobre, 2014.



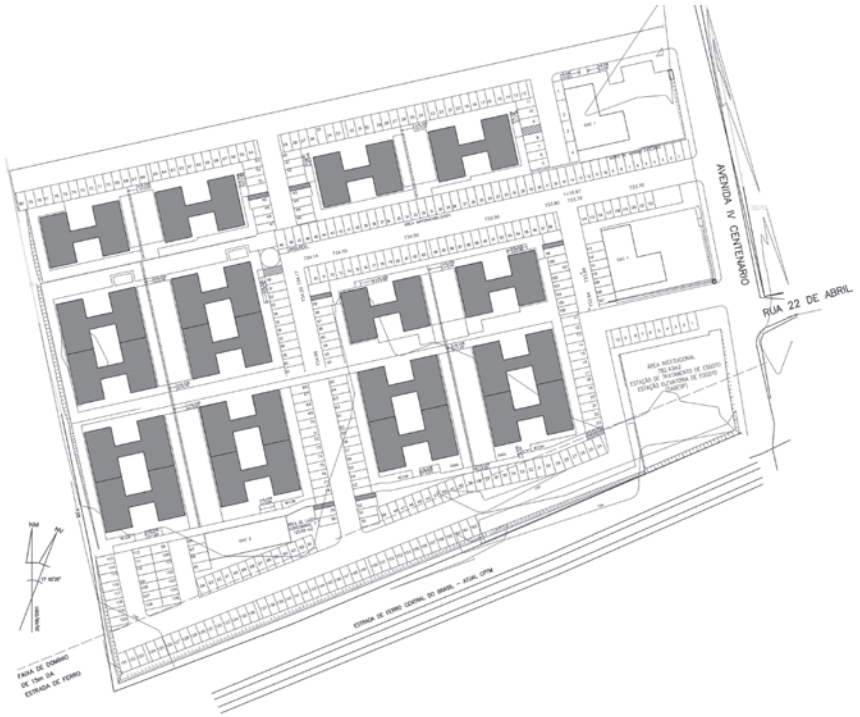
Nobre, 2014.



Acervo CDHU, 2014. Áreas de lazer do condomínio.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Implantação.

O empreendimento Itaquaquecetuba T1, T2 e T3, localizado na Av. Quarto Centenário, 900, constituído de 360 apartamentos de dois dormitórios, foi produzido pela CDHU na modalidade Empreitada Global, em terreno adquirido pela CDHU, e destinado a servidores públicos municipais e estaduais ativos lotados nos órgãos da administração direta e indireta dos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e do Ministério Público, que trabalhassem no Município de Itaquaquecetuba, por meio do Programa PHAI.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de cinco andares, com dois dormitórios.

Cotia G

Vila das Flores

MUNICÍPIO: Cotia
ENTREGA: 2009
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 8.117,00 m²
COTA RESID.: 50,73 m²
TIPOLOGIA: V5-2D CEF
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 200
PROJETO: Compra de Imóvel da CEF





Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

Denominado Condomínio Villa das Flores, com 160 apartamentos de dois dormitórios, e localizado à Avenida Luís Ferreira Gil, 571, Caucaia do Alto, o empreendimento foi produzido pela CAIXA, adquirido pela CDHU e destinado ao atendimento habitacional de servidores públicos municipais e estaduais ativos lotados nos órgãos da administração direta e indireta dos poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e do Ministério Público, que trabalhassem no Município de Cotia, por meio do Programa PHAI.

Praia Grande D

MUNICÍPIO: Praia Grande
ENTREGA: 2009
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 6.795,35 m²
COTA RESID.: 42,47 m²
TIPOLOGIA: V4-2D CEF
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 160
PROJETO: Compra de Imovel da CEF







Acervo CDHU.

O empreendimento Praia Grande/SP (Condomínio Abaeté), localizado na Rua Herbert de Souza, 79, Jardim Real, constituído de 160 apartamentos de dois dormitórios, foi produzido pela CAIXA e adquirido pela CDHU, tendo sido destinado, em parceria com o município, ao atendimento habitacional de servidores públicos municipais ativos, lotados nos órgãos da administração direta e indireta dos poderes Executivo e Legislativo que trabalhassem no Município de Praia Grande.

SP Ipiranga A

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2009
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 7.170,41 m²
COTA RESID.: 18,77 m²
TIPOLOGIA: V15-12
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 382
PROJETO: Paulo Faccio e Pedro Dias Arquitetura



B

Acervo CDHU. Quadra poliesportiva.



C

Acervo CDHU. Rampas de acessibilidade com corrimão contínuo, novas exigências do Desenho Universal.

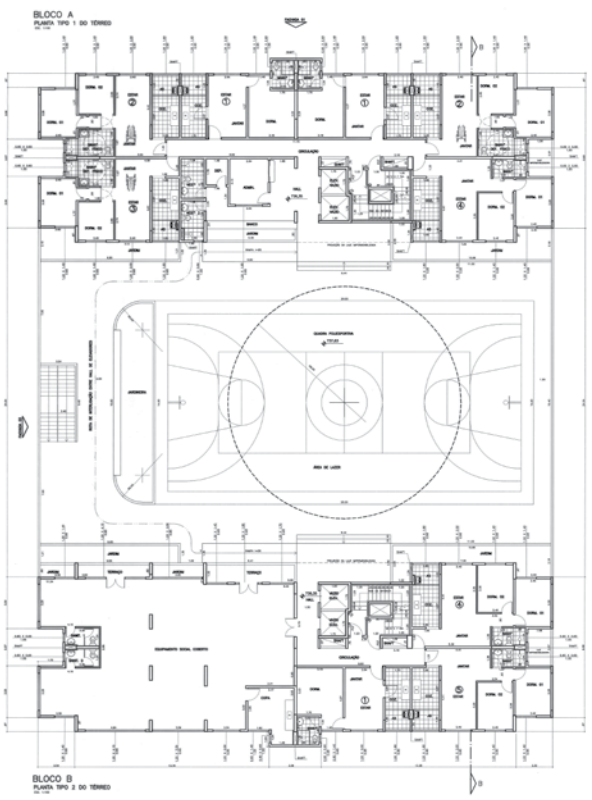


Acervo CDHU.

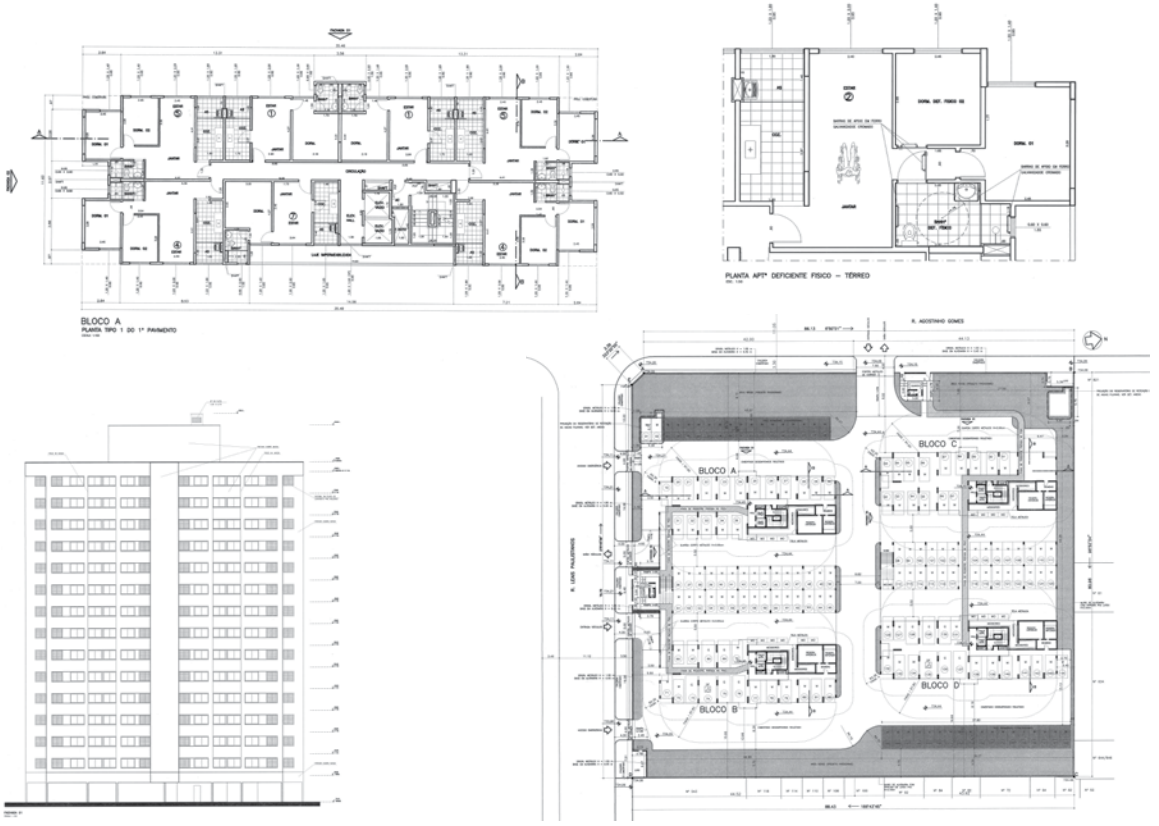


Acervo CDHU, 2009. Pós-ocupação dos edifícios.

Este empreendimento foi destinado a servidores públicos que participaram de um sorteio eletrônico para serem contemplados. O condomínio é formado por 376 apartamentos, divididos em quatro edifícios, sendo 162 apartamentos com um dormitório e área de 37,30 m², e 214 unidades com dois quartos e área de 51,71 m², incluindo sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Uma cota de 7% das habitações foi reservada para moradores com necessidades especiais.



Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de 14 andares sobre pilotis, com dois dormitórios.

SP **Sacomã C**

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2008
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 9.453,00 m²
COTA RESID.: 24,62 m²
TIPOLOGIA: VI3-2
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 384
PROJETO: Ricardo Soares Rubio (Rubio Comin Arquitetura e Construção Ltda.)



Acervo CDHU.





Acervo CDHU, 2010. Conjunto de edifícios.

O conjunto Sacomã C faz parte de um projeto-piloto do Programa Habitacional de Integração (PHAI), lançado em novembro de 2007, para atendimento habitacional a servidores públicos estaduais da capital e de outros municípios, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação e Secretaria da Gestão Pública, com a participação do Banco Nossa Caixa e da Caixa Econômica Federal. A seleção de beneficiários e a concessão de subsídios foram realizadas pela CDHU. O Programa estabeleceu limites para o valor do imóvel e do financiamento, sendo que adicionalmente o servidor poderia utilizar recursos do FGTS.

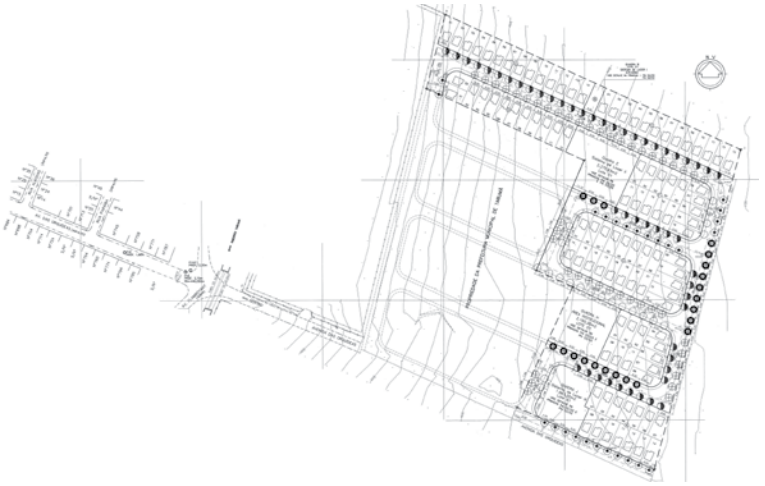
Tarumã C

MUNICÍPIO: Tarumã
ENTREGA: 2007
TERRENO: 42.781,18 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 23.615,01 m²
COTA RESID.: 236,15 m²
TIPOLOGIA: TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 100
PROJETO: PREFEITURA

Este empreendimento foi construído em um terreno repassado pela Prefeitura, com lotes amplos que formam quadras adensadas e bem distribuídas, com um sistema viário que, conectado à via principal, circunda e permite acesso a todas as casas. Além disso, ela faz a ligação com a malha urbana de Tarumã, utilizando a Avenida das Orquídeas. Nos cantos de algumas quadras foram planejadas amplas áreas de lazer e áreas institucionais, o que estimula a integração e a convivência entre os moradores. As casas são isoladas, possuem dois quartos e área inicial de 43,18 m², com possibilidade de ampliação para até quatro dormitórios.

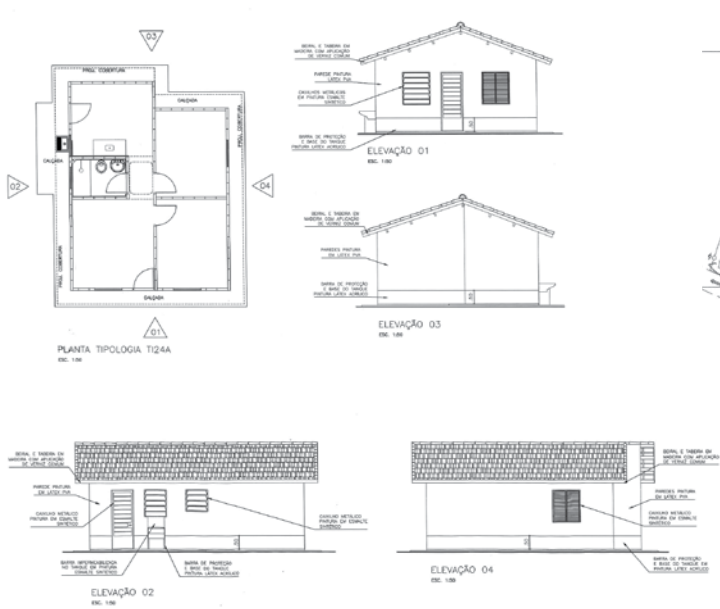


Acervo CDHU.





Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU. Unidade térrea de dois a quatro dormitórios (TI24A).



Acervo CDHU.

Quilombolas

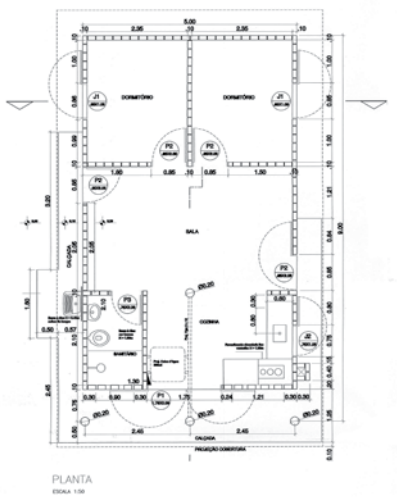
Eldorado F (Pedro Cubas), Eldorado G (São Pedro) e Iporanga B (M Rosa) e Iporanga C (Pilões)

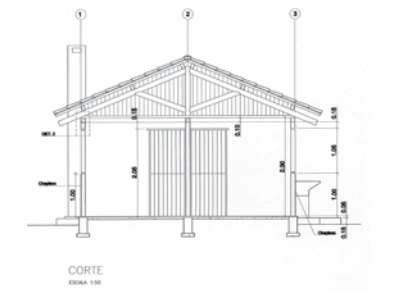
MUNICÍPIOS: Eldorado e Iporanga
ENTREGA: 2008
TERRENO: 18.092,45 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 18.092,45 m²
COTA RESID.: 120,61 m²
TIPOLOGIA: Moradia Quilombola Padrão
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 150
PROJETO: Irene Borges Rizzo





Acervo CDHU.





Acervo CDHU. Projeto da unidade térrea de dois dormitórios (Moradia Quilombola Padrão).







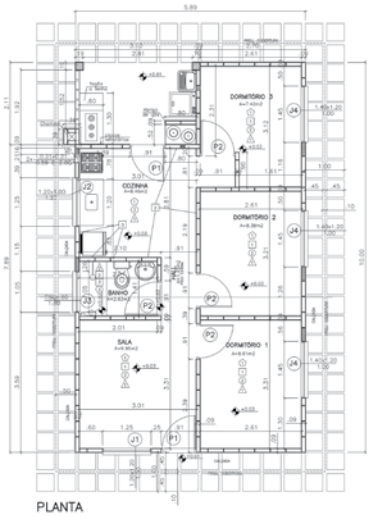
Acervo CDHU. As unidades projetadas se integram ao ambiente de convivência dos moradores das aldeias, sempre com a preocupação de contextualizar e preservar as raízes históricas dessa população.

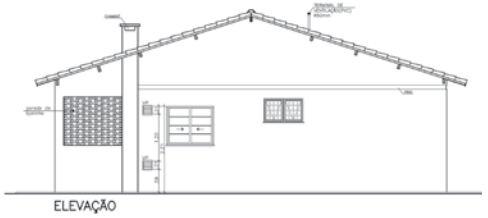
Eldorado H

MUNICÍPIO: Eldorado
ENTREGA: 2008
TERRENO: m²
TERRENO: 2.234,34 m²
COTA RESID.: 54,50 m²
TIPOLOGIA: TI33B
NÚMERO DE UHS CONSTRUÍDAS: 41
PROJETO: Alberto Bunduki



Acervo CDHU. Projeto da unidade térrea de 3 dormitórios (TI33B).





Acervo CDHU. Projeto da unidade térrea de três dormitórios.

Este Programa foi desenvolvido em parceria com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), com o objetivo de atender moradores em áreas remanescentes de quilombos, já com o processo de regularização fundiária concluído. A CDHU elaborou os projetos, fez a licitação e administrou a execução das obras, sempre adequadas ao modo de vida dessas populações formadas por descendentes de escravos, levando-se em conta sua cultura, seus costumes e preferências. A primeira região contemplada é a do Vale do Ribeira no sul do estado.

Peruíbe I

MUNICÍPIO: Peruíbe
ENTREGA: 2009
TERRENO: 8.815,77 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 8.815,77 m²
COTA RESID.: 45,21 m²
TIPOLOGIA: V5-2D CEF
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 195
PROJETO: Compra de Imovel da CEF



A implantação deste conjunto obedeceu aos princípios do Programa SH2: a Prefeitura repassou o terreno, executou as obras de terraplanagem e infraestrutura, e contratou a obra, enquanto a CDHU realizou o financiamento do empreendimento e a gestão da elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia.







Acervo CDHU.

Embu N

MUNICÍPIO: Embu
ENTREGA: 2008
TERRENO: 201.890,78 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 102.227,78 m²
COTA RESID.: 65,70 m²
TIPOLOGIAS: V052VIA, V072 CBPO, V052 COSIPA, V052 CAVAN, V072C
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 920
PROJETO: Marco Antônio Ferrandini Garcia



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

N4 Embu







Acervo CDHU.

N5 Embu







Acervo CDHU.

N7 Embu





Acervo CDHU.



Este projeto foi implantado em um terreno bastante irregular no formato e com topografia íngreme, exigindo adaptações e a adoção de taludes. Além disso, a área abriga nascentes de córregos que precisaram ser preservados, o que demandou soluções criativas para o desenho e para a ocupação do conjunto. Foram adotados prédios de cinco e sete pavimentos, sem elevadores, com entradas por diferentes pavimentos, por meio de rampas, dependendo da posição no terreno.

N8 Embu







Acervo CDHU.

N9 Embu







Acervo CDHU.

São Luiz do Paraitinga C

MUNICÍPIO: São Luiz do Paraitinga
ENTREGA: 2010
TERRENO: 130.943,98 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 27.339,50 m²
COTA RESID.: 181,06 m²
TIPOLOGIAS: TI33B e SR23A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 151
PROJETO: Ismael Pescarini

Em 2010, o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga ficou completamente alagado por fortes chuvas que destruíram uma parte importante do patrimônio histórico e deixaram dezenas de famílias desabrigadas. Essas famílias viviam há mais de uma geração nessa área da cidade e a Prefeitura determinou que todas fossem reassentadas em um terreno nas imediações. Em virtude das condições topográficas da cidade, construída em um vale estreito e íngreme, o traçado das ruas do conjunto acompanhou as curvas de nível. Na primeira fase, a CDHU implantou casas térreas isoladas, construídas a partir de uma tecnologia canadense que utiliza lâminas de PVC cheias de concreto, formando módulos que se justapõem e agilizam a construção. Com isso, foi possível desenvolver o projeto em tempo recorde e entregar a obra em seis meses, utilizando a mão de obra local na construção das unidades. Na segunda fase foram implantados sobrados geminados.



Acervo CDHU. Implantação.





Acervo CDHU. Processo de construção com as lâminas de PVC.



Acervo CDHU. Sobrados geminados.



Acervo CDHU. Unidades térreas isoladas.

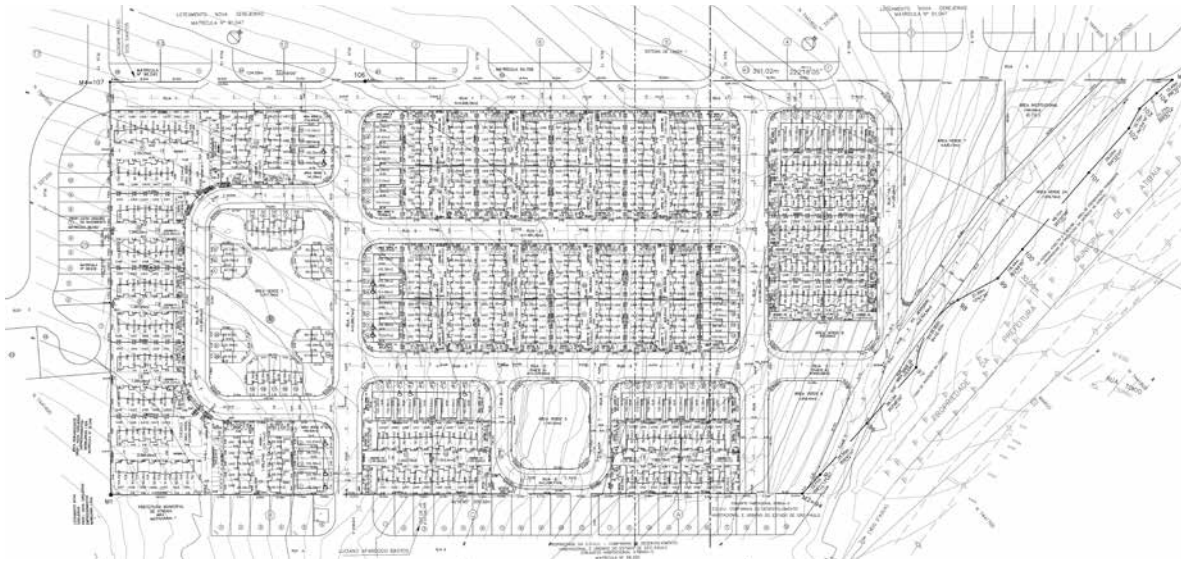


Acervo CDHU. Sobrados em construção.

Atibaia D

MUNICÍPIO: Atibaia
ENTREGA: 2009
TERRENO: 83.170,66 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 43.822,80 m²
COTA RESID.: 118,76 m²
TIPOLOGIAS: SR23 TIPO 1, TR22 PADRÃO e TR22 ADAPTADA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 140
PROJETO: Marli Alvez dos Santos, Lygia Tupi Caldas, Maria Rita Cartillone, Marta Junqueira da Silva, Ubertelo Bulgarini d'Elci e Iara Aparecida Rigon Ortega

As obras deste conjunto começaram em 2004, com a proposta de dois tipos de unidades: sobrado com 53 m² e casa térrea com 51,17 m². O conjunto foi concluído em duas fases. Na primeira foram entregas 140 unidades e na segunda, 228. Este foi um dos primeiros empreendimentos da CDHU onde se implantou o sistema de aquecimento solar, o que garantiu uma redução de até 30% no consumo total de energia elétrica. Com essa medida, a Companhia estabelece um novo padrão de economia e de sustentabilidade para seus projetos, beneficiando os moradores com o uso de tecnologias modernas.



Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU. Sobrados em renque.



Acervo CDHU. Sobrados em renque.



Acervo CDHU. Unidades térreas em renque, com placas de aquecimento solar.





Acervo CDHU, 2009.



Acervo CDHU, 2009.

Vila Dignidade

Avaré D

MUNICÍPIO: Avaré
ENTREGA: 2009
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 4.805,11 m²
COTA RESID.: 218,41 m²
TIPOLOGIA: TG11A-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 22
PROJETO: Aflalo e Gasperini Arquitetos



Chahinian, 2014. Salão de festas principal.

Trata-se do primeiro conjunto do Programa Vila Dignidade entregue em 2009. São 22 casas geminadas com um dormitório, sala, cozinha, banheiro, aquecimento solar, área de serviço e um pequeno quintal nos fundos do terreno, onde se pode, inclusive, cuidar de plantas. No conjunto há um jardim e equipamentos de ginástica, além de um salão principal, onde são realizadas atividades sociais e de recreação, como cursos, festas e outros eventos similares. A Vila conta ainda com um posto do Acessa São Paulo, onde os moradores têm acesso à internet com ajuda de monitores, facilitando a inclusão digital.



Acervo CDHU. Implantação.



Acervo CDHU, 2009. As casas e as áreas comunitárias atendem ao conceito de acessibilidade, seguindo as diretrizes do Desenho Universal, com facilidades de acesso, incluindo rampas com apoio, corrimão e sinalizadores de solo.



Acervo CDHU. Todas as unidades estão próximas do Centro de Cuidados aos Idosos.



Acervo CDHU.



Chahinian, 2014.



Chahinian, 2014. Praças com equipamentos para exercícios físicos.

Caraguatatuba E Vila Dignidade

MUNICÍPIO: Caraguatatuba
ENTREGA: 2011
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 9.351,39 m²
COTA RESID.: 467,57 m²
TIPOLOGIA: TG11A-01 GEMINADA
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 20
PROJETO: Ismael Pescarini

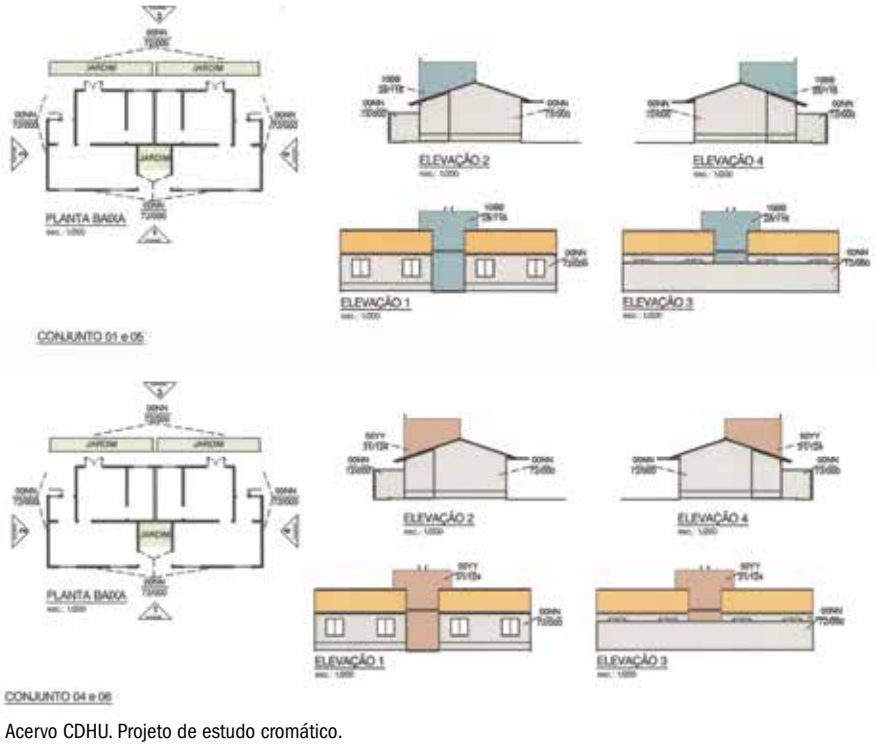


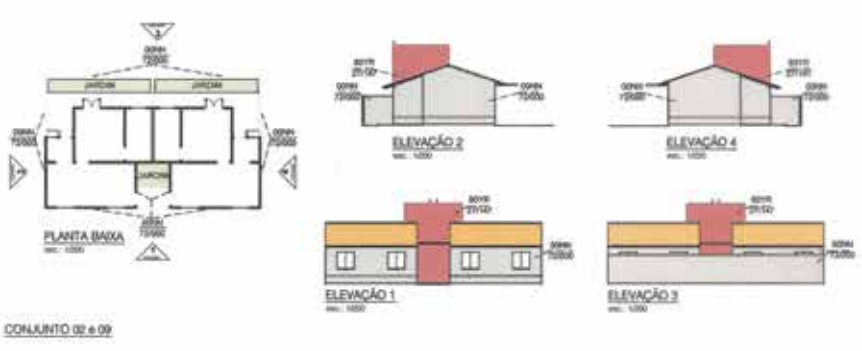


Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Implantação.





Acervo CDHU. Projeto de estudo cromático.

Neste projeto, as 20 casas geminadas foram desenhadas seguindo as premissas do Desenho Universal e, portanto, em condições ideais de acessibilidade, com a adoção de barras de apoio, pias e louças sanitárias em altura adequada, portas e corredores mais largos, interruptores em grande número e em altura ideal, rampas e pisos antiderrapantes. O conjunto conta ainda com um salão de festas na entrada e computadores instalados por meio do Programa Acessa São Paulo.

Ribeirão Preto O Vila Dignidade

MUNICÍPIO: Ribeirão Preto
ENTREGA: 2011
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 4.308,40 m²
COTA RESID.: 239,36 m²
TIPOLOGIA: TG11A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 18
PROJETO: Maria Isabel Bertoncello

Este conjunto foi construído em um terreno ligeiramente íngreme, o que levou à implantação de patamares. Na parte central estão a praça com equipamentos e o jardim, onde se destacam os caramanchões com espécies regionais, quase sempre floridas, permitindo o contato constante com a natureza segundo o projeto de paisagismo da arquiteta Ana Maria Antunes Coelho. Estes primeiros conjuntos foram construídos pelo sistema *steel frame*, uma estrutura de aço que recebe placas moldadas com perfis metálicos e cobertura metálica sobre um pé-direito de 2,60 metros.



Acervo CDHU.



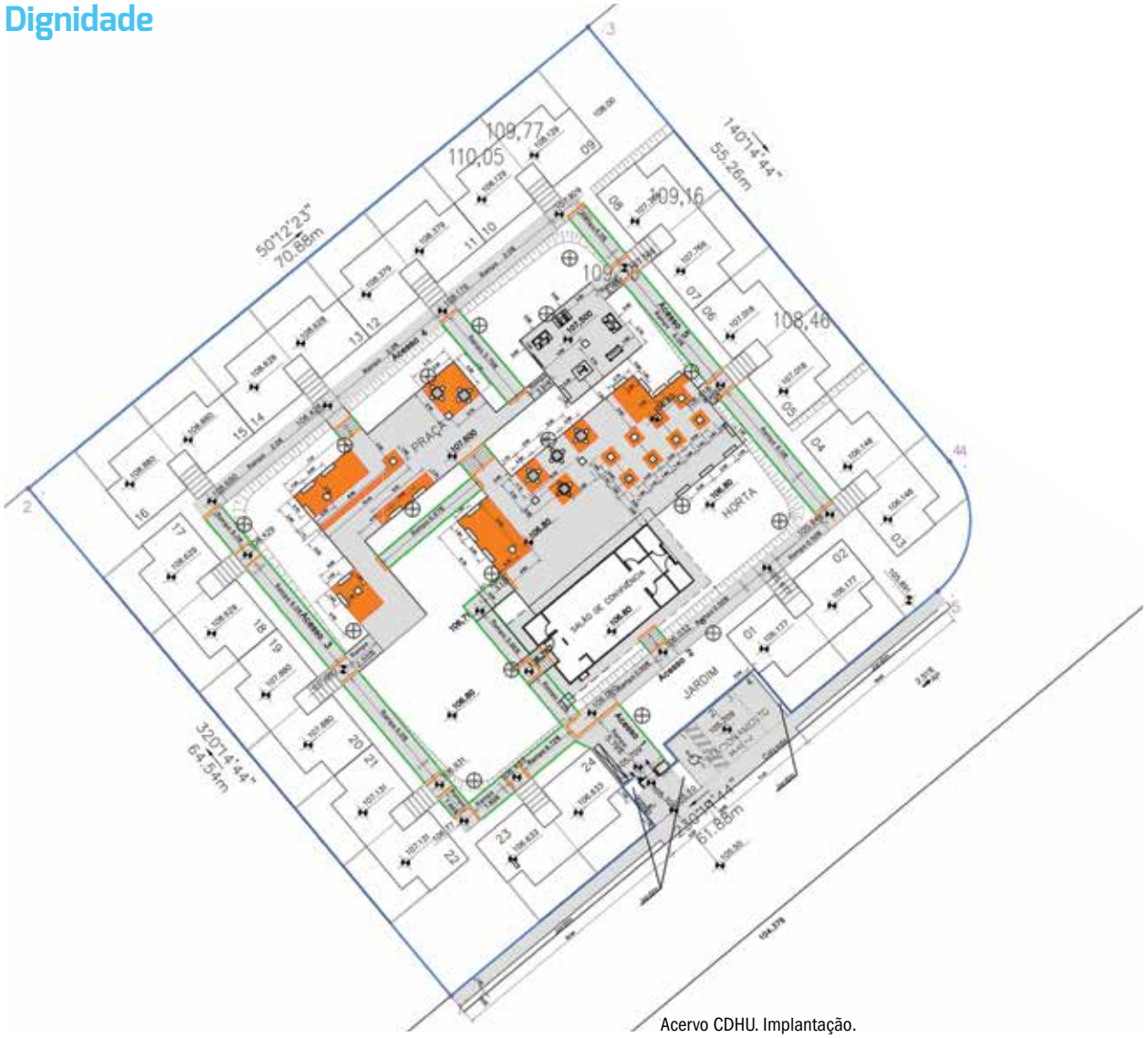
Acervo CDHU. Centro de Convivência do Idoso, onde recebem cuidados de uma equipe multidisciplinar, com aulas de informática, avaliação de nutrição e aulas de ioga, além de outras atividades.



Acervo CDHU. Nessa vila adotou-se o sistema construtivo *steel frame*, uma estrutura de aço que recebe placas moldadas com perfis metálicos, com coberturas metálicas sobre um pé-direito de 2,6 metros, melhorando, inclusive, a circulação de ar.

Presidente Prudente AA Vila Dignidade

MUNICÍPIO: Presidente Prudente
ENTREGA: 2011
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 1.971,84 m²
COTA RESID.: 82,16 m²
TIPOLOGIA: TG11A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 24
PROJETO: Maria Isabel Bertoncello



Acervo CDHU. Implantação.




Chahinian, 2014.

Em Presidente Prudente, assim como em outros municípios, a procura pelas unidades foi alta: um total de 85 famílias se inscreveram no Programa e, após uma seleção rigorosa, foram definidos os moradores que seriam contemplados.

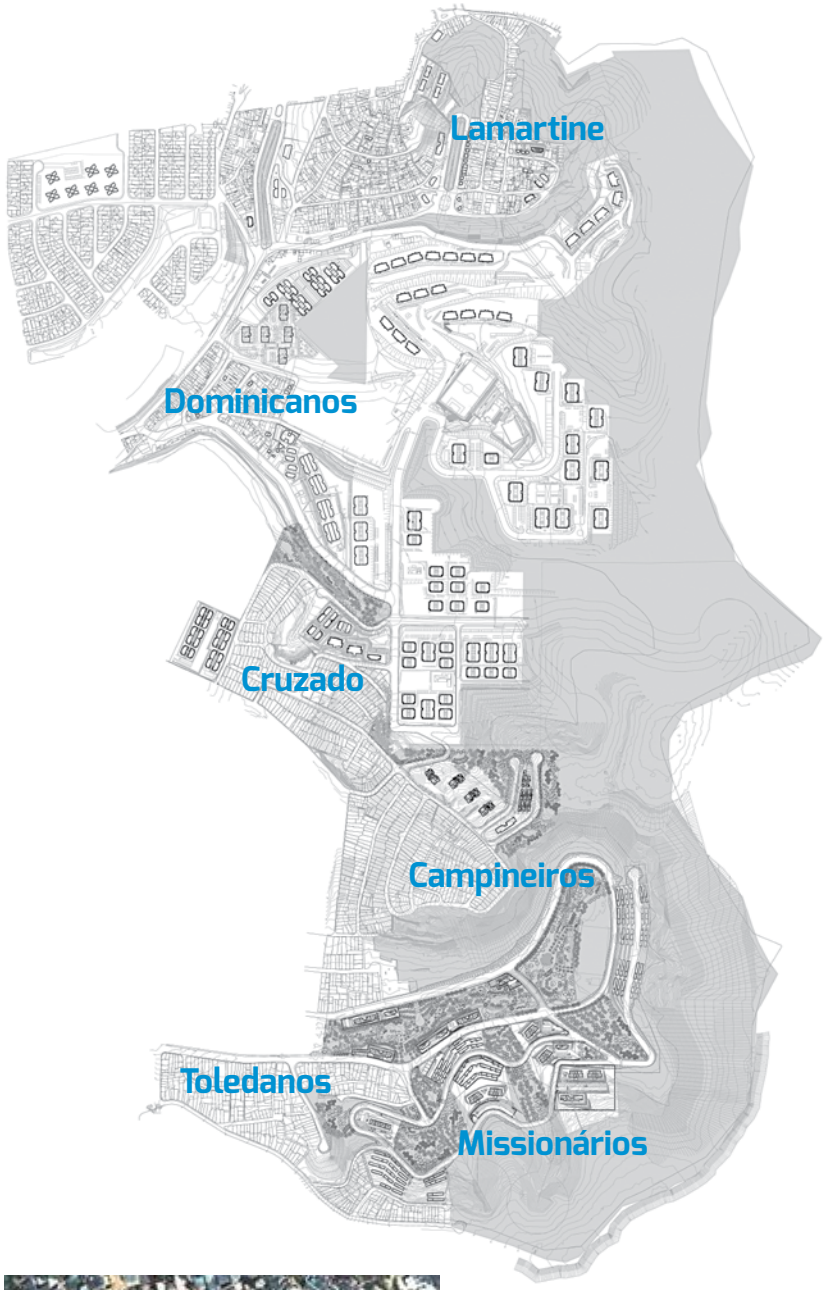

Chahinian, 2014.


Chahinian, 2014. Centro de Cuidados aos Idosos.

Santo André A17

MUNICÍPIO: Santo André
TERRENO: 748.348,81 m²
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 98
PROJETO: Renato Mario Daud e Ana Lucia Rech

Apesar das ações já realizadas pelo poder público na área, os assentamentos precários continuaram a crescer e a consolidar-se, exigindo um planejamento que integrasse os diversos aspectos de uma urbanização eficiente. Assim, em 2008, foi dado inicio a um novo período de intervenções no Jardim Santo André com término previsto para 2018. Prevendo projetos de urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental.Os núcleos compreendidos nesta fase dos trabalhos são Cruzados, Campineiros, Toledanos, Missionários e Lamartine.



Como ponto de partida do novo projeto, a CDHU solicitou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) um mapeamento dos setores de riscos geotécnicos em toda a região. Foram identificados 30 setores com grau de Risco Médio (R2), Alto (R3) e Muito Alto (R4) ocupados por cerca de 2,5 mil famílias. Esses resultados exigiram, em primeiro lugar, a rápida colocação dessas famílias em segurança. Por meio de um convênio, as famílias foram transferidas para alojamentos provisórios ou domicílios alugados subsidiados pelo Auxílio Moradia.







Acervo CDHU.

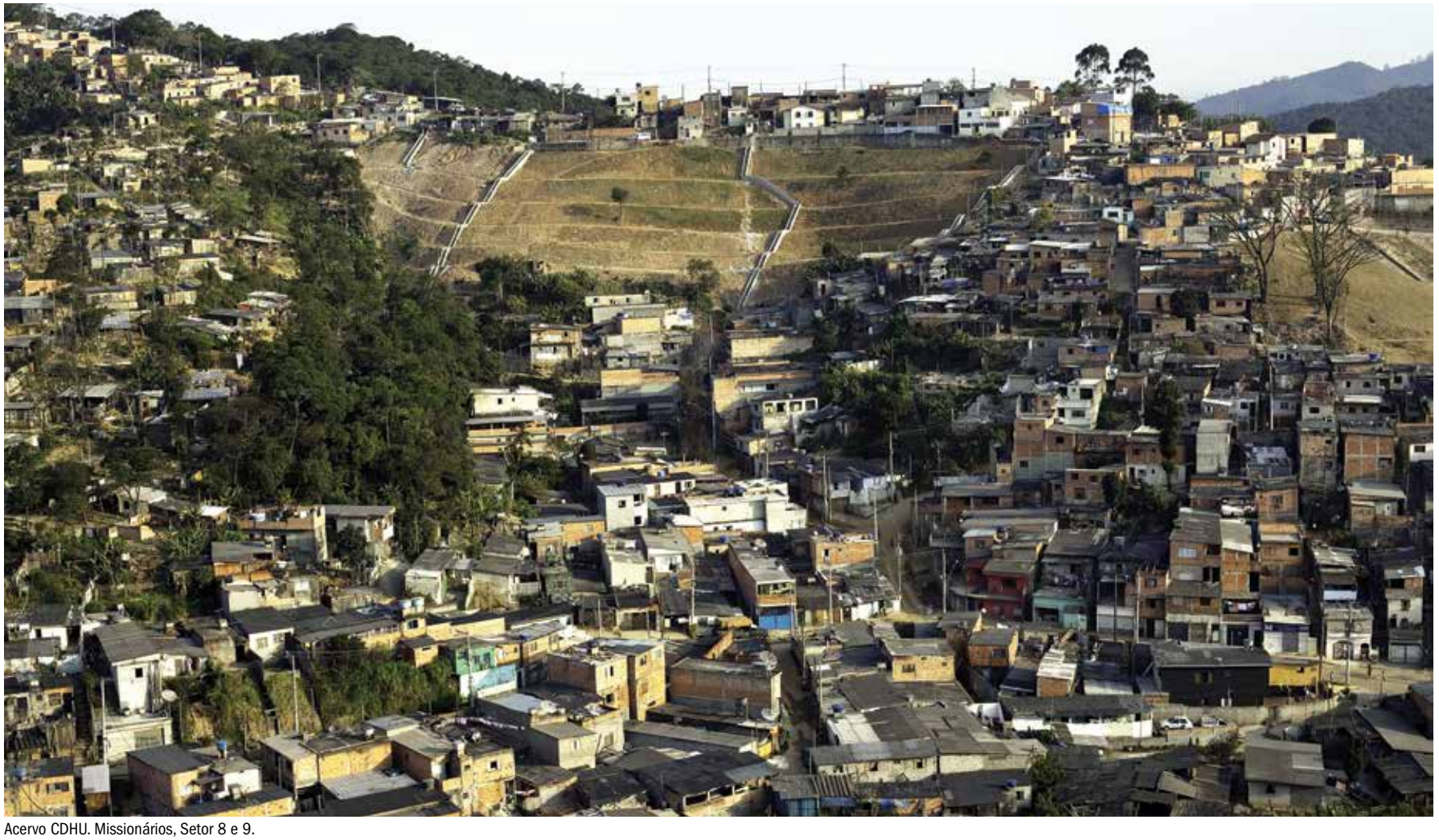








Áreas de Risco 3 (R3): grande potencialidade para escorregamentos e solapamentos. Observam-se trincas no solo e degraus de abatimento em taludes. É perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos. Atividades realizadas: remoção das moradias, limpeza da área, retaludamento, recomposição vegetal e obras de drenagem superficial.



Acervo CDHU. Missionários, Setor 8 e 9.







Acervo CDHU. Lamartine, Setor 4, 6 e 7.



Áreas de Risco 4 (R4) – Retaludamento: elevada declividade, moradias em cortes e aterro, ausência de sistema de drenagem, presença de sulcos erosivos, grande quantidade de lixo e entulho, indício de movimentação do solo e probabilidade elevada de moradias serem atingidas por escorregamentos. Atividades realizadas: remoção de moradias, limpeza da área, retaludamento, recomposição vegetal e obras de drenagem superficial.





Acervo CDHU.

Área de Risco 4 – Atividades realizadas: remoção de moradias, limpeza da área, solo grampeado, cortina atirantada e obras de drenagem superficial.





Acervo CDHU. Toledanos, Setor 10.



Acervo CDHU. Campineiros, Setor 14, 15 e 30. Acima vemos a cortina atirantada criada para dar estabilidade à via de acesso. Na parte inferior da imagem, o solo grampeado com malha e concreto projetado. Ao longo da mata foram feitos pontos de solo grampeado para fixação e preservação do mapa.







Acervo CDHU.

Unidades habitacionais: as tipologias implantadas foram se diversificando ao longo das fases de implantação. Já as áreas de urbanização foram alvo de um trabalho social de valorização das fachadas com pinturas realizadas pela população sob orientação da artística plástica Monica Nador, que inovou o olhar de seus moradores por meio de uma oficina de criação de desenhos e sua aplicação nas fachadas. Ao lado, temos o projeto de implantação de novas unidades na patamarização já preparada.





Acervo CDHU.









Acervo CDHU.

Hortolândia A

MUNICÍPIO: Hortolândia
ENTREGA: 1998
TERRENO: 490.954,46 m² (A1) e 113.814,93 m² (A2)
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 217.470,28 m² (A1) e 56.236,42 m² (A2)
COTA RESID.: 208,30 m² (A1) e 209,84 m² (A2)
TIPOLOGIA: TI24A-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.312 – 1.044 (A1) e 268 (A2)
PROJETO: Renato Guimarães Pereira e Renato Mario Daud

A gleba onde este projeto foi implantado pertencia à FEPASA e está localizada exatamente na divisa entre os municípios de Hortolândia e Sumaré. Em 1998, a CDHU adquiriu a gleba e a dividiu em três áreas: Hortolândia A e B, e Sumaré C. No conjunto Hortolândia A, 85 famílias receberam novas unidades habitacionais e outras 1.245 foram contempladas com lotes urbanizados – com redes de água e esgoto, drenagem, pavimentação, paisagismo, regularização fundiária e urbanística. O projeto contemplou, ainda, a implantação de equipamentos comunitários, como creche e quadra esportiva.



Acervo CDHU. Implantação geral da gleba.



Acervo CDHU.






Acervo CDHU. Rua Alagoas.


Acervo CDHU. Rua Tocantins.


Acervo CDHU. Rua Projetada.


Acervo CDHU. Rua Rio de Janeiro.


Acervo CDHU. Avenida Minas Gerais.











Acervo CDHU. A rede de esgoto foi implantada para atendimento de toda a comunidade.

O problema de solo encontrado foi a erosão do córrego próximo à lagoa e assoreamento do leito do córrego. Para resolvê-lo foi feita a canalização do córrego através de uma calha projetada e dimensionada para sua vazão.

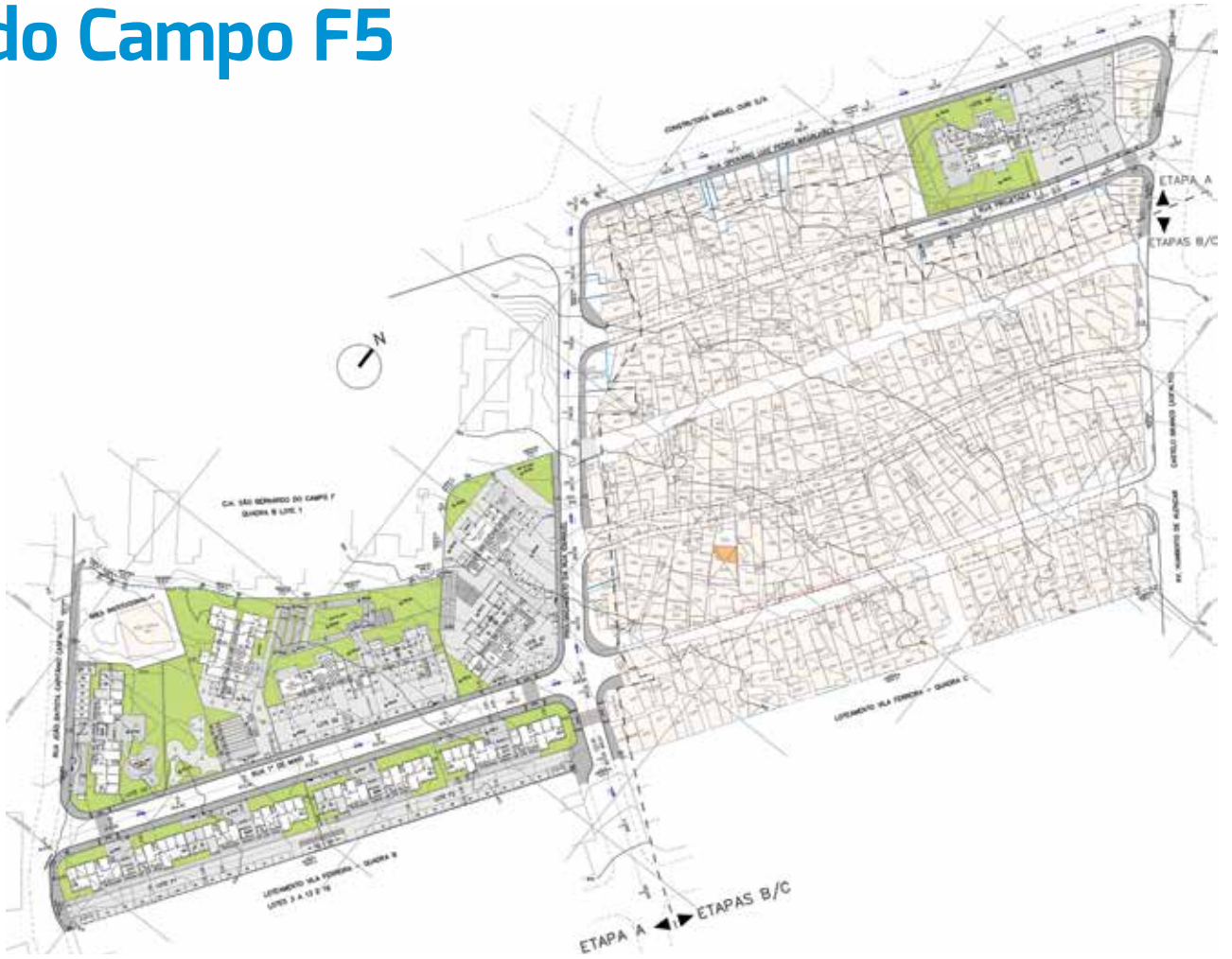
São Bernardo do Campo F5

MUNICÍPIO: São Bernardo do Campo
ENTREGA: 2015
TERRENO: 38.090,55 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 28.066,28 m²
COTA RESID.: 94,18 m²
TIPOLOGIAS: V042A e V06-2-3
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 298
PROJETO: Renato Guimarães Pereira

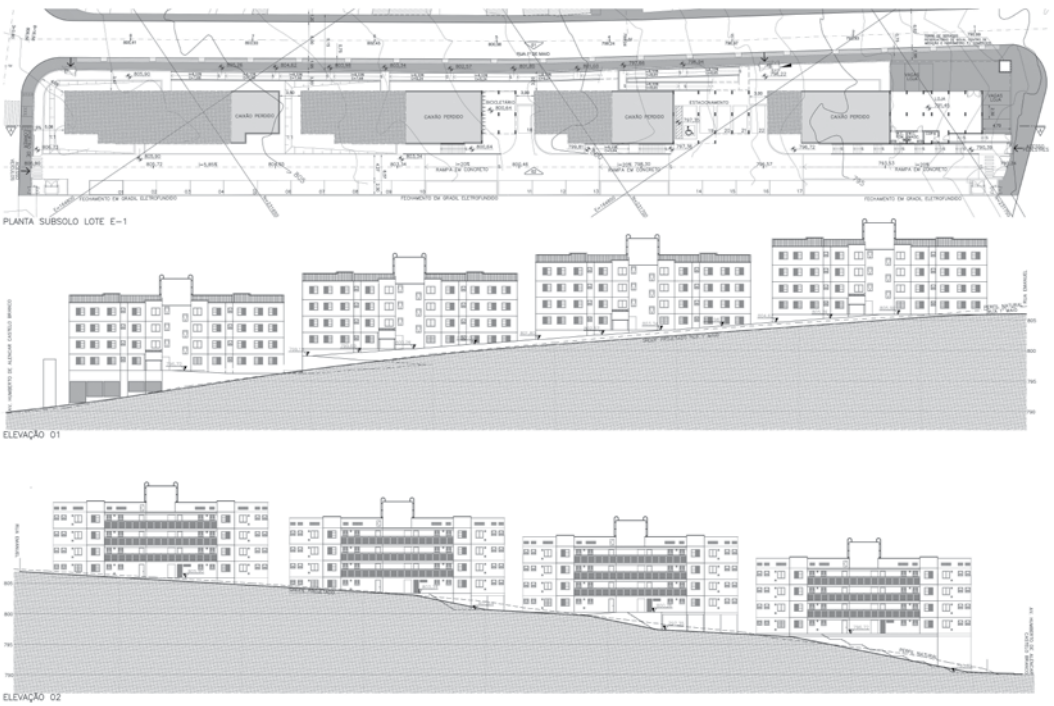




Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Situação do empreendimento em 2015. Etapa concluída com 228 novos apartamentos.



Acervo CDHU. Detalhe da quadra que abrigará 64 famílias remanejadas da urbanização.

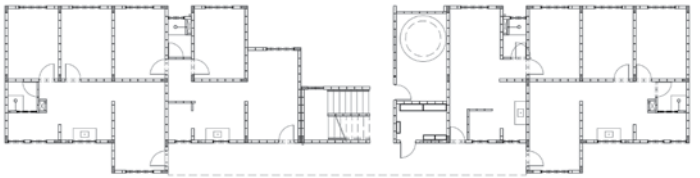
Durante a implantação dos conjuntos desta gleba, a área se encontrava ocupada irregularmente e o assentamento Vila Ferreira foi denominado São Bernardo do Campo F5. Esse assentamento apresentava grande densidade e precariedade, contando com barracos de até 6 m². Para solucionar o problema, atendendo não somente às expectativas da população, mas também à legislação municipal, a Fase 5 foi dividida em três etapas. Etapa A: remoção de 300 famílias para o Conjunto Habitacional São Bernardo do Campo S2, lindeiro à Gleba F, liberando área para a construção de 228 apartamentos. Etapa B: remoção de 228 famílias do assentamento para os apartamentos novos, permitindo a abertura do sistema viário, sistema de lazer e a liberação da área para a implantação de 64 apartamentos, totalizando 292 UHs novas dentro da Fase F5. Etapa C: remoção de 64 famílias do interior das quadras para os apartamentos novos, permitindo diminuir a densidade e aumentando a salubridade local.

Tipologia V042A

PROJETO: Paulo Eduardo Pignanelli





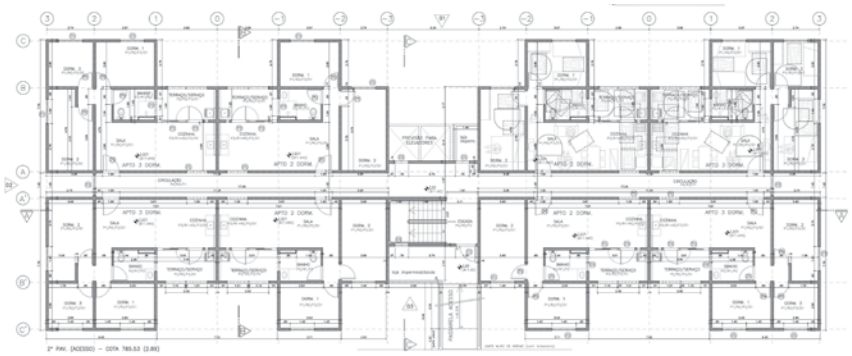




Acervo CDHU.

Tipologia V06-2-3

PROJETO: Irene Borges Rizzo e Leo Tomchinski









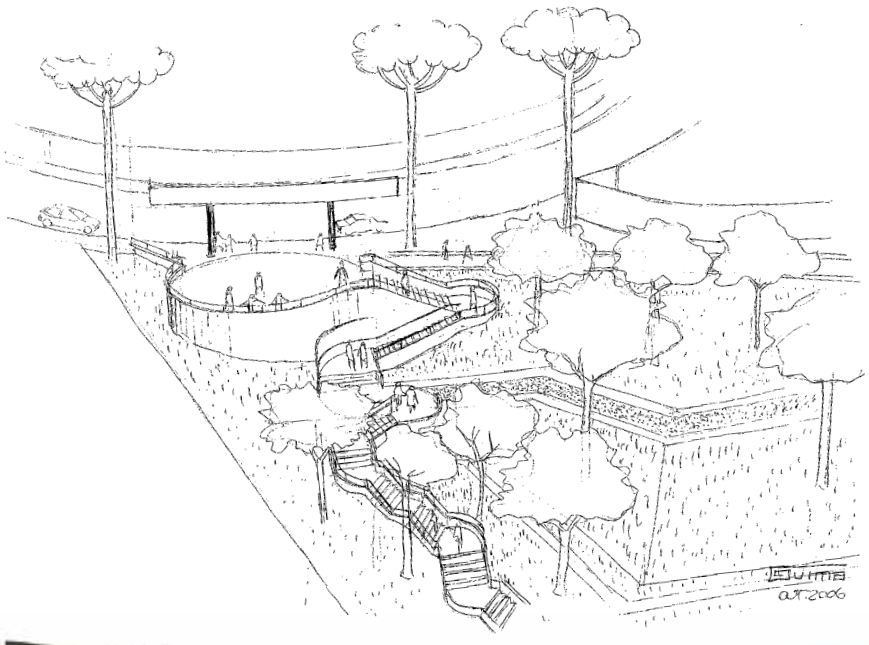


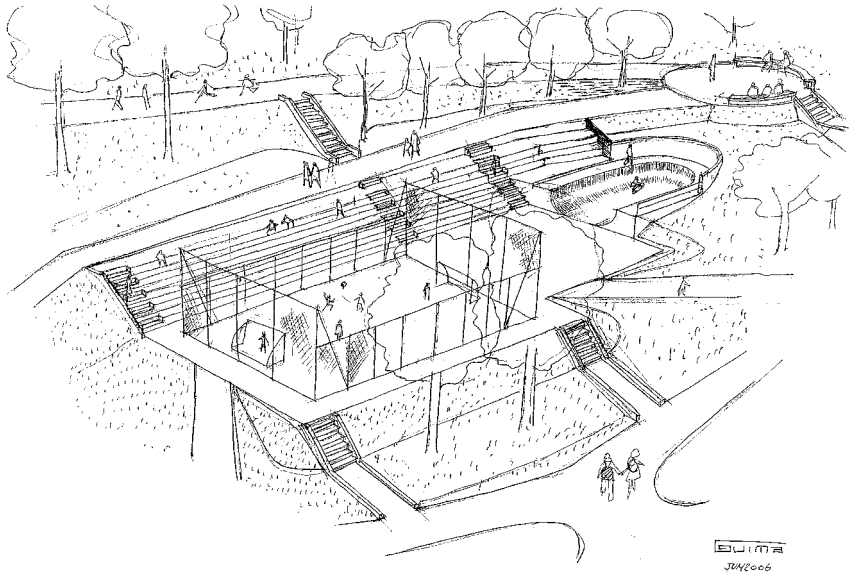
Acervo CDHU.

São Bernardo do Campo F

Projeto e execução de praça na área da gleba

O projeto da praça foi implantado sobre uma área que estava ocupada irregularmente. As obras se iniciaram após o reassentamento das famílias. Elaborado pelo arquiteto Renato Guimarães Pereira, o projeto da praça trabalhou bem os desníveis do terreno, ciando rampas e escadas para vencer as alturas de forma sutil. Também há platôs com mirantes e áreas de lazer. A realização do projeto estimulou a reforma dos edifícios vizinhos (Conjunto Granja Ito), harmonizando os campos visuais do parque.









Acervo CDHU.









Antes da intervenção havia ocupações irregulares e construções precárias na área. Após as obras, a área foi reurbanizada, com a instalação de praças e áreas para esporte e lazer.





Acervo Guimarães Pereira.

SP Vila Jacuí B (União de Vila Nova)

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006 a 2010
ÁREA: composição de várias glebas
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 5.936
PROJETO: Renato Mario Daud (Coordenação Geral)

Parque Central: a área hoje correspondente ao Parque Central era ocupada por mais de 300 famílias em situação de extrema precariedade, dada às condições do local em relação às cotas de inundação. Diante disso, o projeto demandou a remoção de todo o assentamento precário, com reassentamento das famílias em unidades habitacionais seguras. Essa ação permitiu a implantação do parque após o alteamento das cotas do terreno no local, garantindo o adequado escoamento das águas pluviais. O parque tem área total de 14.981,81 m², onde se encontram um campo de futebol, vestiários, quadra poliesportiva coberta, centro administrativo, pista de *skate*, pista de caminhada, áreas de lazer infantil, anfiteatro, bicicletário e horta comunitária.



Acervo CDHU.





Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto Assunta Viola.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Projeto David Cavarieri Neto.

Cerca de 32 mil pessoas ocupavam irregularmente a área da várzea do Rio Tietê, em um perímetro de 908 mil m^2. O local estava sujeito à alagamentos constantes; por isso foi construído um eficiente sistema de microdrenagem, com base em canais superficiais a céu aberto, propiciando o escoamento superficial das águas pluviais nas vias públicas. Tais ações foram complementadas ainda com obras viárias, implantação de parques e outras áreas de lazer, além de novas unidades habitacionais para o reassentamento das famílias que viviam em áreas de risco. No total, 8.310 famílias foram atendidas: 3.010 receberam novas unidades habitacionais e as 5.300 residências que permaneceram no local receberam infraestrutura completa a partir das obras de urbanização.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU.

Eixo viário e drenagem: os principais eixos viários que estruturam as vias coletoras do tráfego local seguiram o trajeto definido pelos canais de drenagem que, por sua vez, margeiam as áreas que apresentam maior precariedade e menor densidade de ocupação, justamente por serem as mais alagadiças no contexto original. Para a funcionalidade dos canais, as áreas alagadiças tiveram suas ocupações removidas, propiciando a implantação de novas áreas verdes e praças.



Acervo CDHU. Desenho Ana Lúcia Krodel Rech.





Acervo CDHU.



Ducci, 2014. Praça projetada pela arq. Ana Lúcia Krodel Rech.









Acervo CDHU.

Canais superficiais: além das intervenções nos dois corpos d'agua, um eficiente sistema de microdrenagem foi projetado e executado, constituindo-se de sistema de canais superficiais a céu aberto. Em relação às ações ambientais, as margens dos córregos e do Rio Tietê foram desocupadas, limpas e desassoreadas. Foram canalizados 3.590 m dos trechos finais, com aproximadamente 1.000 m de extensão até a foz com o Rio Tietê, dos córregos Jacu e Cruzeiro do Sul, com impacto positivo sobre as enchentes e o saneamento ambiental.











Acervo CDHU. Revitalização da passagem de pedestres.

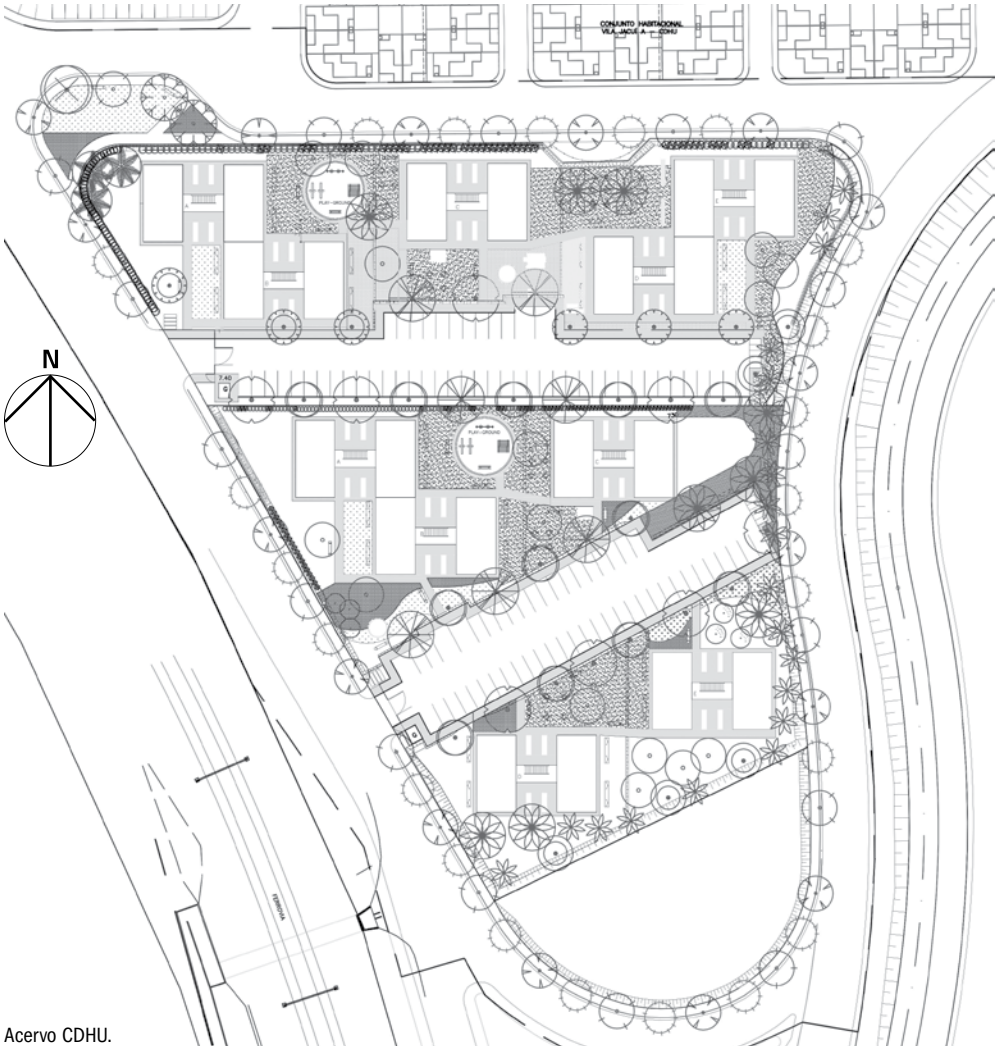


Acervo CDHU.

B1 SP Vila Jacuí

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006
TERRENO: 20.413,34 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 12.516,98 m²
COTA RESID.: 65,19 m²
TIPOLOGIAS: VI22F-V2 e PI22F
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 192
PROJETO: Rubio Comin Arquitetura e Construção Ltda, Renato Mario Daud, Lygia Tupy Caldas e Mantovani e Dabdab Arquitetura S/C Ltda.

O acesso ao bairro foi ampliado pela construção de um viaduto sobre a via férrea ligando o bairro à Avenida Assis Ribeiro, complementando a pavimentação de mais de 10 quilômetros de ruas. Assim, um dos grandes desafios enfrentados pelo projeto foi a eliminação de seu isolamento e a inserção do bairro em seu entorno urbano – foi superado com soluções estruturais para o sistema viário e de transporte público.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Unidade vertical isolada de dormitórios.



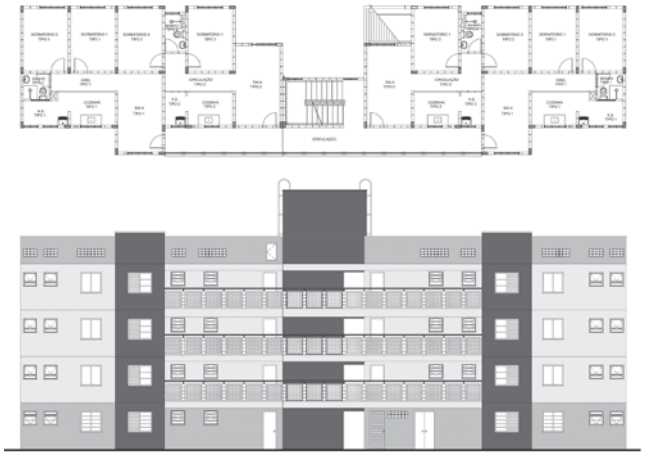
Acervo CDHU.



Acervo CDHU, 2010. Vista aérea do conjunto. Destaque para a transposição da linha férrea da CPTM por meio do viaduto projetado e executado pela CDHU.

B2 SP Vila Jacuí

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006
TERRENO: 45.020,30 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 45.020,30 m²
COTA RESID.: 121,02 m²
TIPOLOGIA: V032A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 372
PROJETO: Renato Mario Daud e Lygia Tupy Caldas



Acervo CDHU. Projeto da tipologia vertical de três andares, com dois dormitórios. Projeto do arq. Paulo Pignanelli.



Acervo CDHU. Projeto de implantação: Renato Mario Daud e Lygia Tupy Caldas.

Acervo CDHU. Unidade vertical isolada de dormitórios.

B3 SP Vila Jacuí

MUNICÍPIO: São Paulo
ENTREGA: 2006
TERRENO: 4.368,21 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 4.368,21 m²
COTA RESID.: 58,71 m²
TIPOLOGIA: V032A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 72
PROJETO: Renato Mario Daud e Lygia Tupy Caldas





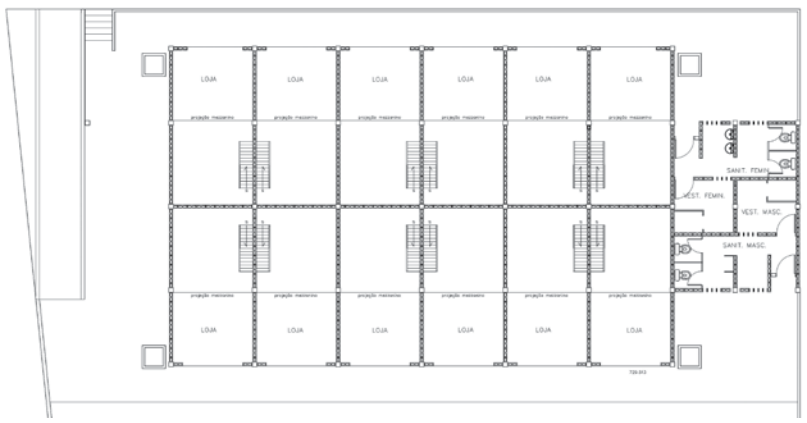
Acervo CDHU.



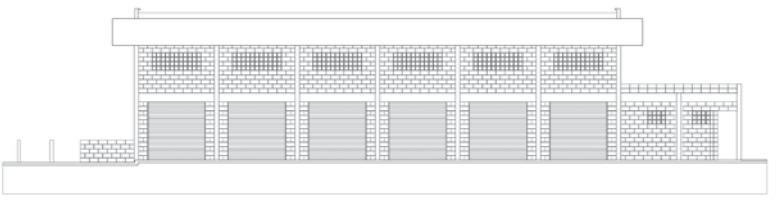
Acervo CDHU. Lotes de implantação da fase B3.

Boxe Comercial

PROJETO: Julio Camargo Artigas



Acervo CDHU. Projeto dos boxes comerciais.





Pereira, 2013.

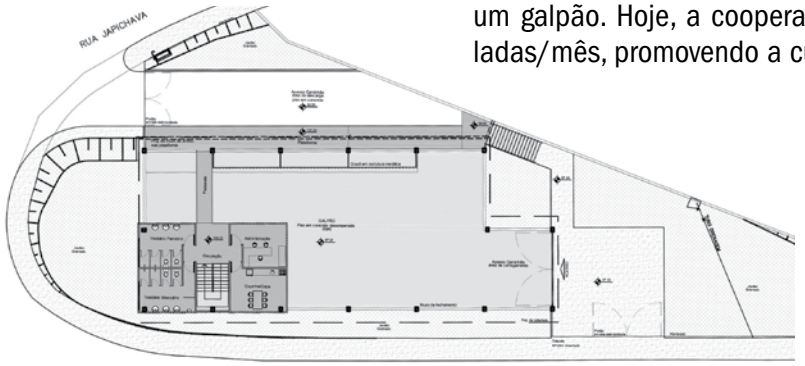
Vários equipamentos públicos de educação foram construídos no âmbito da intervenção: 54 escolas de ensino fundamental, uma escola de ensino médio, dois centros de educação infantil, três creches, um centro de convivência para idosos, um centro de convivência para portadores de deficiência, duas UBSs, um centro de recuperação e educação alimentar, dois parques e seis praças.

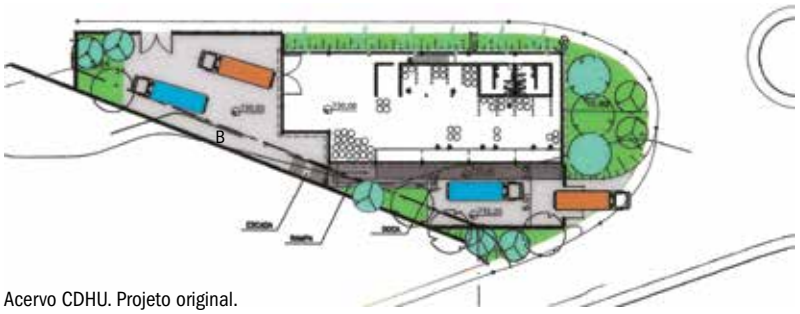
Galpão de Reciclagem

PROJETO: David Caravieri Neto (projeto original); Paschoal Guglielmi (projeto executado)

Ao desativar o lixão que servia de área de depósito para os catadores, houve a criação da Cooperativa de Reciclagem Nova Esperança e a construção do projeto de um galpão. Hoje, a cooperativa chega a triar 49 toneladas/mês, promovendo a cultura do trabalho coletivo.







Acervo CDHU. Projeto original.



Acervo CDHU. Projeto executado do Galpão de Reciclagem.



Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Fachada do Galpão.



Lima, 2016.

Viveiro de Plantas





Lima, 2016.



Ducci, 2014.

O viveiro de plantas foi criado visando envolver a população local na preservação e substituição ou ampliação das áreas verdes, produzindo e cultivando mudas para a comunidade. A equipe social promoveu a capacitação de agentes comunitários, a realização de fóruns com a participação de moradores e entidades locais, e a realização de oficinas de paisagismo e jardinagem.



Ducci, 2014.

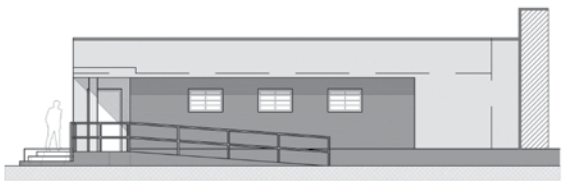
Galpão Escola de Artes e Ofícios

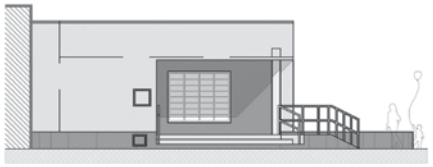
PROJETO: Rubio Camim



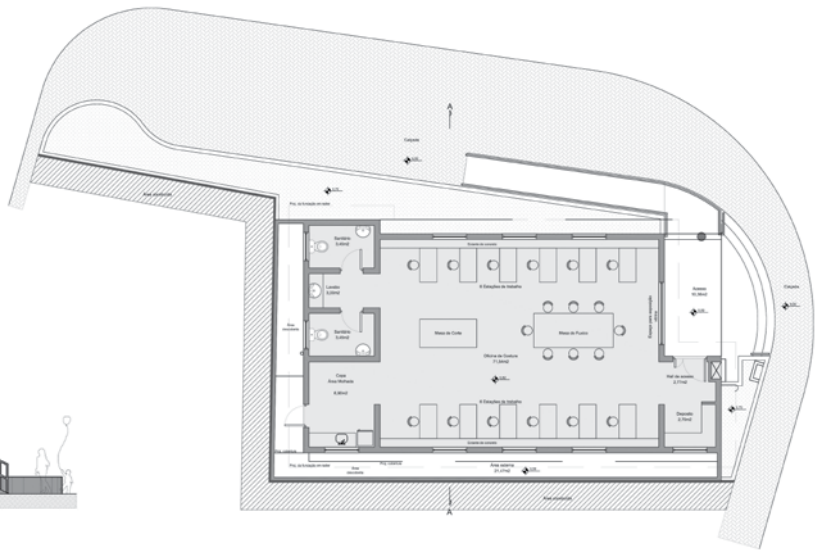
Acervo CDHU. Fachada da Oficina de Costura.

A equipe interdisciplinar da CDHU utilizou diversas estratégias sociais voltadas ao fortalecimento da cidadania, e atrelada a elas promove-se a capacitação profissional e a geração de renda através da formação e incubação de grupos produtivos comunitários em técnicas de costura e artesanato.





Acervo CDHU. Projeto da Oficina de Costura.



Praia Grande E

MUNICÍPIO: Praia Grande
ENTREGA: 2009
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 6.601,26 m²
COTA RESID.: 41,26 m²
TIPOLOGIA: V4-2D CEF
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 160
PROJETO: Oswaldo A. T. Pinto





Acervo CDHU.



Acervo CDHU. Área de lazer do conjunto.

Empreendimento com 160 unidades, localizado à Rua 13, 794, com Rua 14, Vila Sônia (Condomínio Andorinhas), foi destinado ao Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, constituindo uma das alternativas da oferta de moradias para o reassentamento das famílias a serem removidas dos núcleos de ocupação irregular em Cubatão.



Chahinian, 2014.

Cubatão A4 e A5

Residencial Vila Harmonia (Bolsão 7)

MUNICÍPIO: Cubatão
ENTREGAS: 2006 e 2011
TERRENO: 250.443,97 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 68.188,23 m²
COTA RESID.: 55,89 m²
TIPOLOGIAS: VI22F-F1 e F2, PI22F (A4); V052/3, SB22, SB33 e SR33T2 (A5)
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.220
PROJETO: Danilo Nicodemos de Jesus e Escritório LENC



Acervo CDHU. Maquete eletrônica do primeiro estudo.



Acervo CDHU. Etapas de implantação do projeto.

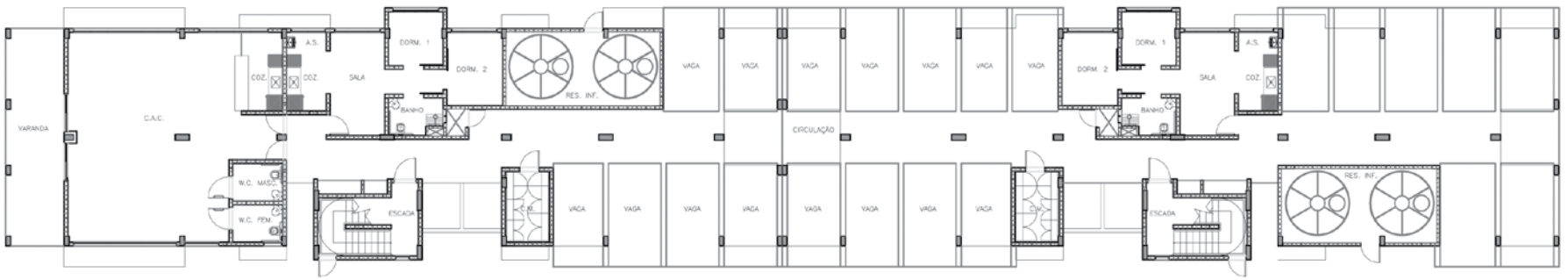
O Residencial Vila Harmonia também integra o Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, beneficiando famílias que viviam em áreas de risco nos bairros-cota. Ao todo são 600 novas unidades, sendo: 264 casas sobrepostas com dois dormitórios; 42 unidades em prédio de quatro pavimentos, com dois e três dormitórios; 252 casas sobrepostas com três dormitórios; e 42 sobrados unifamiliares de três dormitórios. Há também unidades de uso misto, ou seja, além de residência também existe área para desenvolvimento de comércio.

Tipologia V052/3

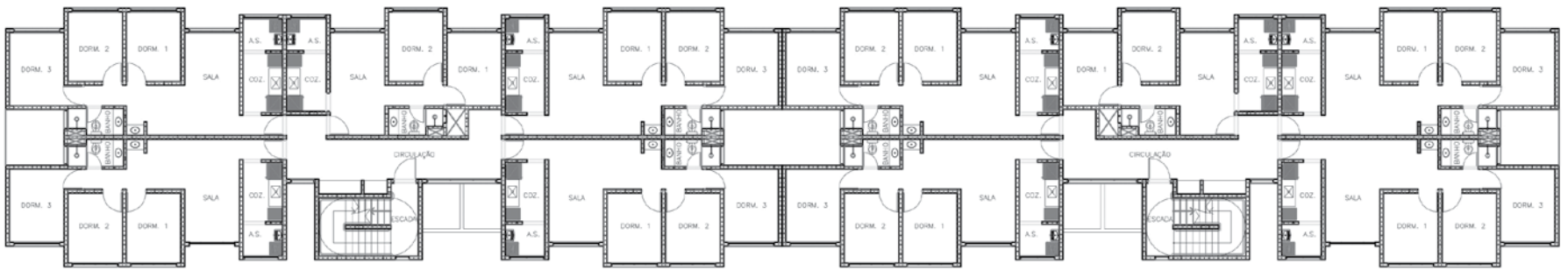
PROJETO: Adriana Levisky



Ducci, 2014. Os edifícios de cinco andares são da Fase A4; os sobrados e os edifícios sobre pilotis foram implantados na Fase A5



Planta do pavimento térreo com Centro de Apoio ao Condomínio e apartamentos para deficientes físicos.



Planta do pavimento tipo com apartamentos de dois e três dormitórios.



Edifícios com quatro pavimentos. Na cobertura, placas de captação de energia solar e *boilers*.

Cubatão A2

Residencial Parque dos Sonhos (Bolsão 9)

MUNICÍPIO: Cubatão
ENTREGA: 2012
TERRENO: 414.984,96 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 124.979,23 m²
COTA RESID.: 160,64 m²
TIPOLOGIAS: SR22A, SB22A, SB33A, SR33A e SR33B
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 778
PROJETO: Luis Kehl e Marcos Boldarini

O Residencial Parque dos Sonhos faz parte do Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar. Um dos grandes desafios neste empreendimento foi vencer as dificuldades do terreno, com um solo do tipo argila marinha, de alta compressibilidade, ou seja, fofo, o que demandou a implantação de edifícios estaqueados. Entre as tipologias, há casas sobrepostas, unidades mistas (sobrados) com dois e três dormitórios e também sobrados de três dormitórios. Com área variando entre 45,10 m² e 78,90 m², as unidades têm sala, cozinha e banheiro e contam com aquecimento solar, piso cerâmico e azulejos na cozinha e em todo o banheiro. A área institucional inclui Unidade Básica de Saúde, praça e quadra poliesportiva, campo gramado e pista de *skate*, paisagismo, guarita e estacionamento.



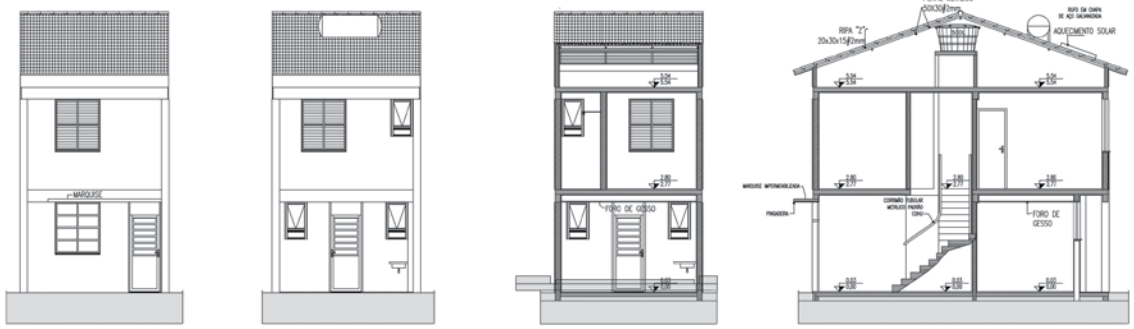
Acervo CDHU.



Ducci, 2014. Conjunto localizado ao lado da Rodovia dos Imigrantes, com acesso pela interligação Anchieta-Imigrantes.

Tipologia SR22

PROJETO: Marcos Boldarini e Luís Kehl



Sobrados com dois dormitórios.

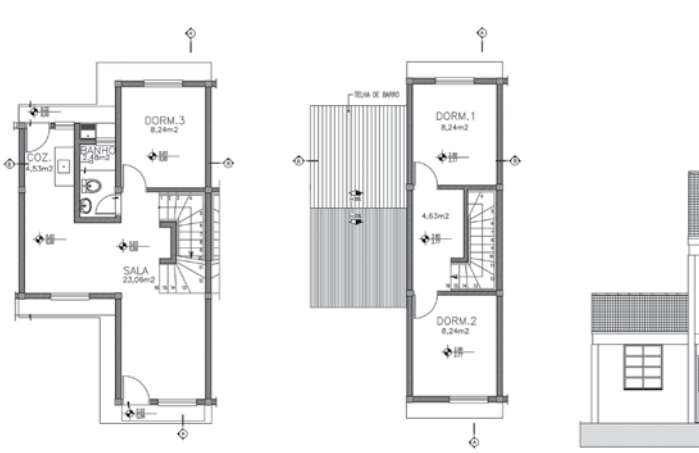


Ducci, 2014.



Tipologia SR33 tipo 1

PROJETO: Marcos Boldarini e Luís Kehl



Unidades com três dormitórios.



Acervo CDHU.

Tipologia SR33 tipo 2

PROJETO: Marcos Boldarini e Luís Kehl



Acervo CDHU. Unidades com três dormitórios e uso misto.



Tipologia SB33

PROJETO: Marcos Boldarini e Luís Kehl

Unidades com três dormitórios, sobrados sobreposto.



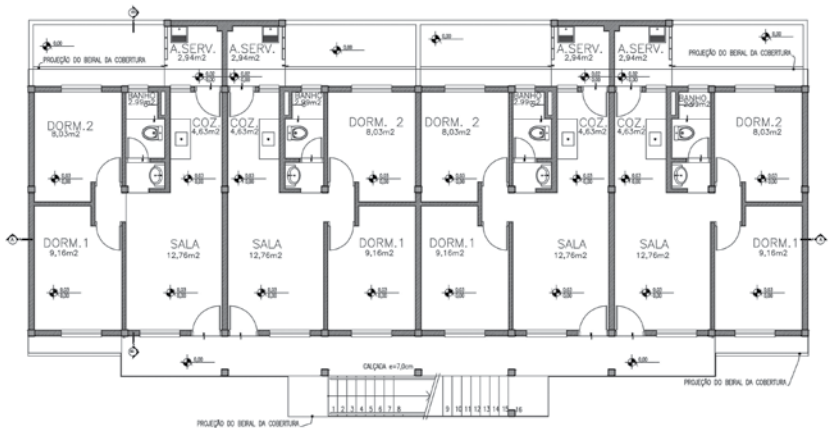
Ducci, 2014.

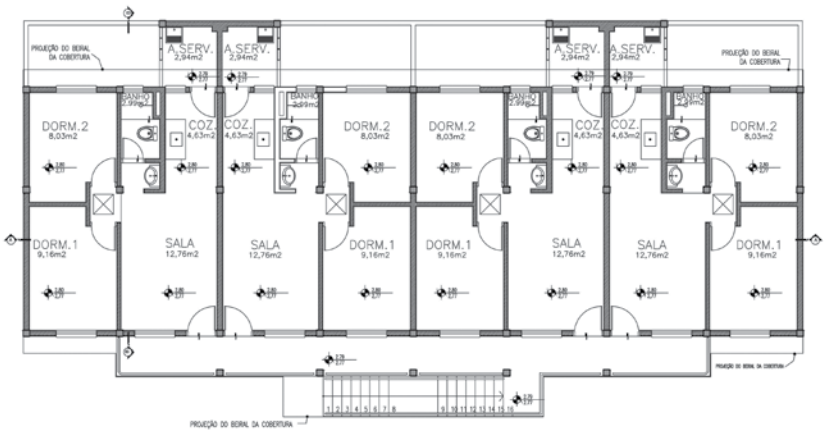




Tipologia SB22

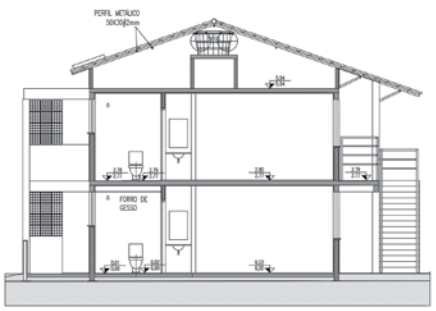
PROJETO: Marcos Boldarini e Luís Kehl







Projeto COMCOM, 2014.







Unidades sobrepostas com dois dormitórios.

Cubatão Q

Residencial Rubens Lara

MUNICÍPIO: Cubatão
ENTREGA: 2012
TERRENO: 197.475,50 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 140.503,80 m²
COTA RESID.: 66,24 m²
TIPOLOGIAS: SB22A, V052A, V052/3A e V093A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 1.840
PROJETO: Levisky Arquitetos/Estratégia Urbana



Acervo CDHU.



Ducci, 2014.



Ducci, 2014.



Tipologia SB22A

PROJETO: Adriana Levisky





A proposta dos arquitetos para o projeto das unidades habitacionais foi criar uma residência de um pavimento sobreposta ao sobrado. Esta unidade foi posicionada no terceiro andar com acesso por escada externa.



Projeto COMCOM, 2014. Centro comunitário.



Deangelo, 2010.

O Residencial Rubens Lara é um verdadeiro bairro dotado de infraestrutura completa e serviços de educação, saúde e lazer. Esse empreendimento é o maior dos três que foram implantados pela CDHU para atender as famílias dos bairros-cota, por meio do Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar. Projetado com base em princípios da construção sustentável, tem um traçado urbano que o integra ao restante da cidade de forma harmoniosa. Ao todo, são 1.840 UHs divididas entre as seguintes tipologias: 11 prédios de oito pavimentos mais pilotis, com um total de 352 unidades; 53 prédios de quatro pavimentos mais pilotis, com um total de 1.098 unidades; 65 blocos de três pavimentos com 390 unidades no total. Na área comum há praças, ciclovia, vagas de garagem, churrasqueira, quadras poliesportivas e um centro comunitário.



Acervo CDHU.



Trani, 2013.



Ducci, 2014.



Ducci, 2014.

Tipologia V052/3A

PROJETO: Adriana Levisky



Planta do pavimento térreo com Centro de Apoio ao Condomínio e apartamentos para portadores de dificiência.



Planta do pavimento tipo com apartamentos de dois e três dormitórios.

Tipologia V052A

PROJETO: Adriana Levisky



Planta do pavimento tipo com apartamentos de dois dormitórios.



Ducci, 2014.

Trani, 2013.

Tipologia V093A

PROJETO: Adriana Levisky



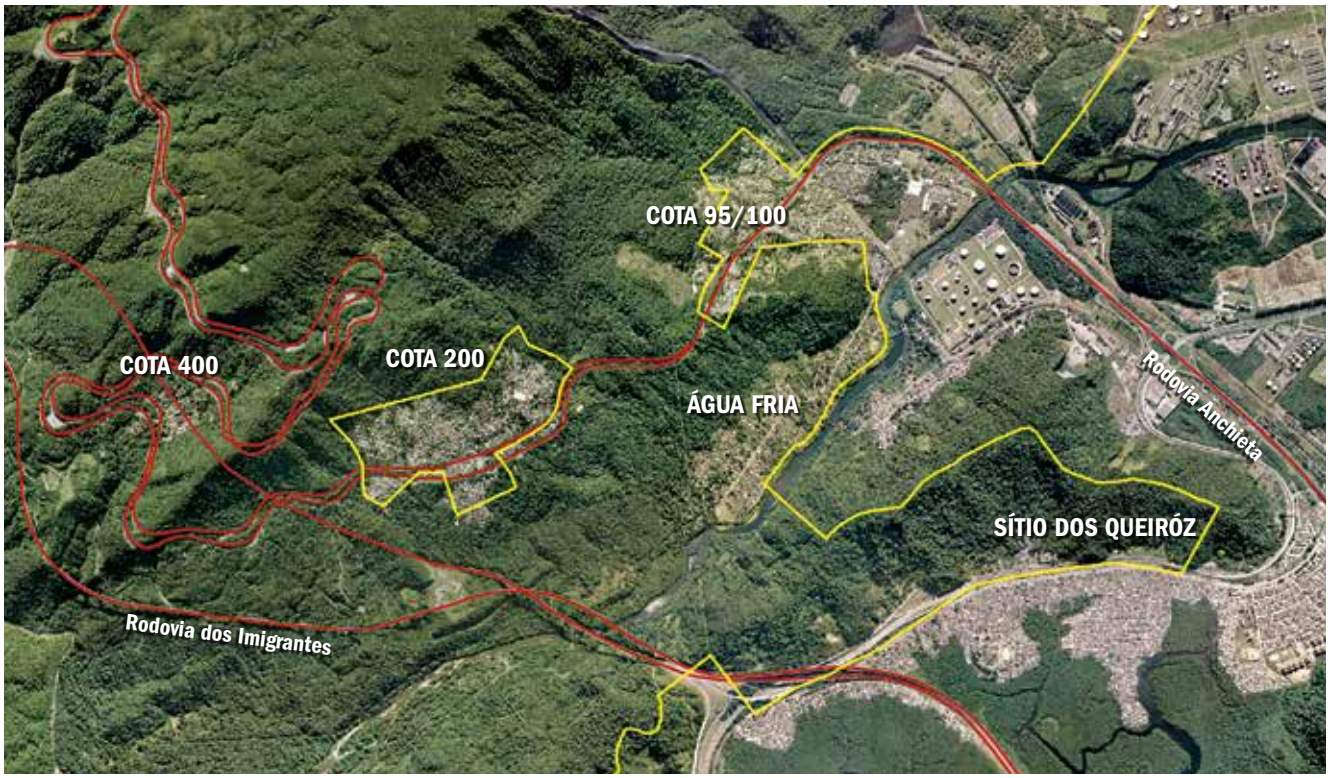


Ducci, 2014.





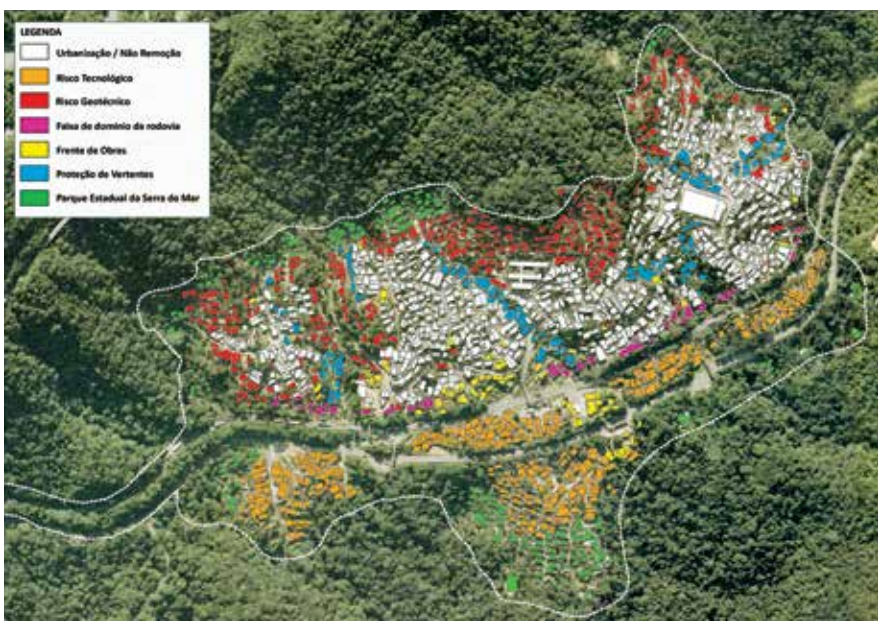
A CDHU realizou um cadastramento em 2007 que identificou a situação socioeconômica das famílias e as condições dos domicílios de todos os assentamentos. O diagnóstico revelou que 7.242 famílias viviam nos bairros-cota. Paralelamente solicitou uma pesquisa ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) sobre as condições geotécnicas dos bairros-cota. A partir desse laudo, que diagnosticou a situação de risco em cada uma das cotas foi possível traçar um plano de ação para o atendimento às famílias.



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

Cubatão J

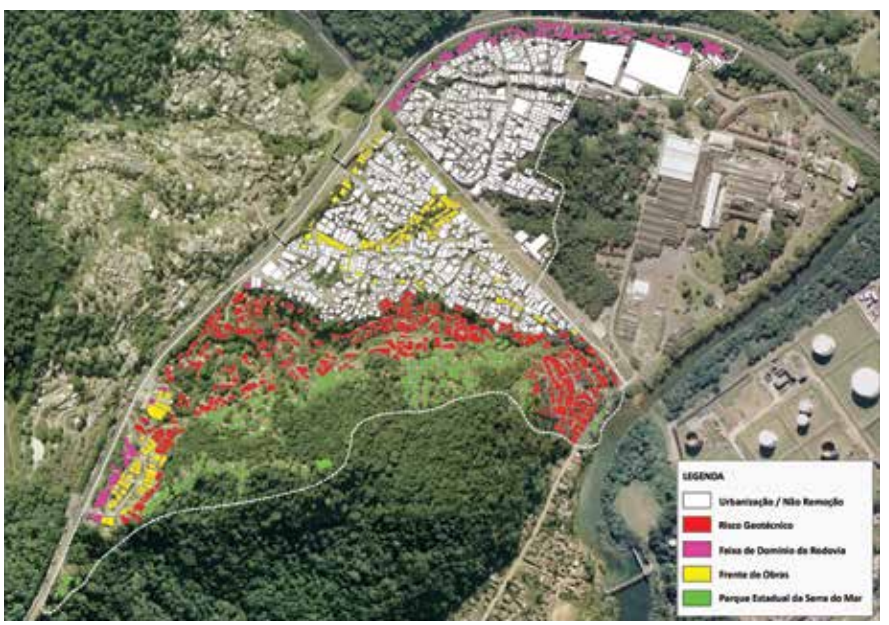
Bairro-Cota 200



Acervo CDHU. No bairro-cota 200 foram classificadas as áreas a serem removidas: riscos tecnológicos, geotécnicos, proteção de vertentes ou áreas do parque estadual.

Cubatão M

Bairros-Cota 95 e 100



Acervo CDHU. No bairro-cotas 95/100 também foram classificadas as áreas a serem removidas: riscos geotécnicos, faixa de domínio da rodovia e áreas do parque estadual.

Intervenções: foram executadas obras de consolidação geotécnica, como, por exemplo, drenos horizontais, pano de pedra, muro de pedra e solo grampeado, pavimentação de ruas e vielas de pedestres, canaletas de drenagem, iluminação e implantação de redes de água e esgoto. Também foram construídas áreas de lazer como: praças, mirantes e comércio local de doces e artesanatos típicos.











Ducci, 2014.



Acervo CDHU, 2009.



Acervo CDHU, 2009.



Ducci, 2014. Dos 5.350 imóveis demarcados em áreas de preservação da serra, 1.579 foram derrubados em quatro meses. O objetivo era recompor a vegetação com espécies nativas nas áreas que estavam ocupadas.



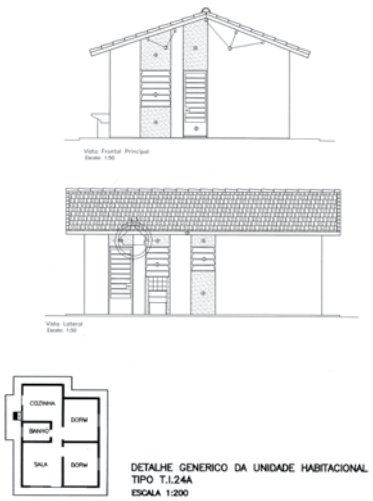
Ducci, 2014. Nas Cotas, ficaram apenas 700 moradias em áreas que estão sendo reurbanizadas. Pela vista aérea de 2014 pode-se observar o estágio de remoção para reflorestamento das Cotas 95-100 e 200.

Junqueirópolis D

MUNICÍPIO: Junqueirópolis
ENTREGA: 2011
TERRENO: 83.974,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 24.901,37 m²
COTA RESID.: 113,70 m²
TIPOLOGIA: TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 219
PROJETO: Arthur Lozano Filho



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).



Acervo CDHU.

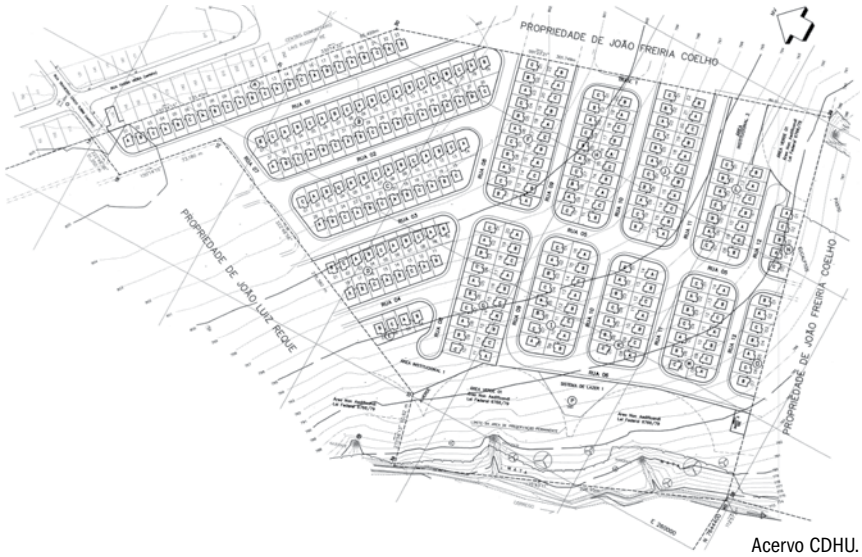


Acervo CDHU.

As oito quadras deste empreendimento têm um traçado ortogonal, com ruas locais para o acesso às unidades e uma avenida interna que integra o conjunto à malha urbana da cidade. No extremo da gleba há uma extensa área verde destinada à proteção ambiental, onde se localiza um córrego. As casas, dispostas em renques, têm área de 43,20 m², com dois dormitórios e possibilidade de expansão para quatro quartos, além de sala, cozinha, banheiro. Entre os elementos construtivos destacam-se a laje no banheiro e forro de PVC nos demais cômodos; as esquadrias são de alumínio e o telhado possui estrutura metálica com telha de barro. As unidades possuem sistema de aquecimento solar, o que permite economia de energia.

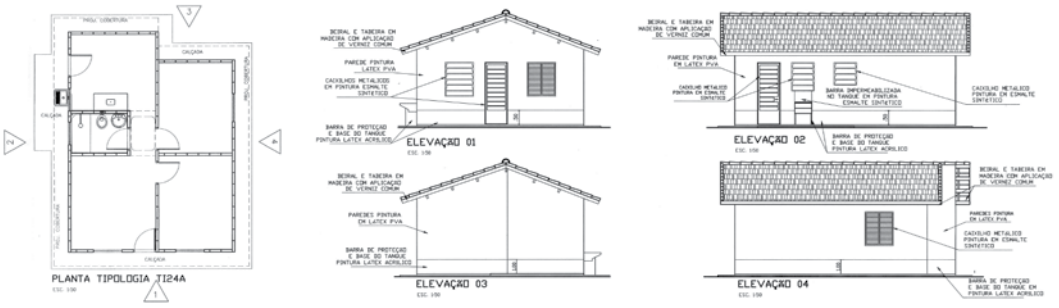
Cajuru D

MUNICÍPIO: Cajuru
ENTREGA: 2012
TERRENO: 92.710,97 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 43.600,00 m²
COTA RESID.: 200,00 m²
TIPOLOGIAS: TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 218
PROJETO: Carlos Henrique Desiderio



Acervo CDHU.

Este empreedimento foi construído no âmbito do Programa Habiteto, com a contratação do projeto feita pela Prefeitura de Cajuru e suporte técnico da CDHU tanto na elaboração do estudo preliminar como no desenvolvimento do projeto executivo. Como o terreno era irregular e com declividades entre 7% e 10%, as ruas e quadras foram implantadas a 45º das curvas de nível, diminuindo o número de taludes e de obras de contenção entre os lotes. As unidades têm área média de 43 m², com dois quartos e possibilidade de expansão para até quatro dormitórios. O sistema de lazer e a área verde de preservação permanente ocupam 20% do terreno.



Acervo CDHU.

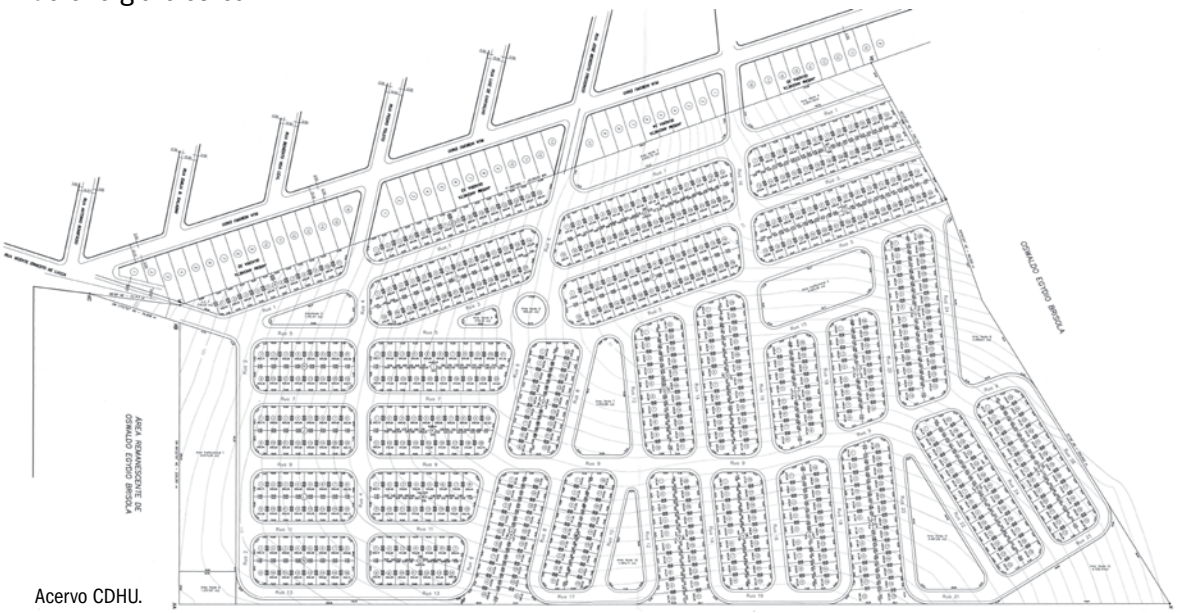
Ourinhos G

MUNICÍPIO: Ourinhos
ENTREGA: 2010
TERRENO: 243.941,42 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 124.724,69 m²
COTA RESID.: 209,27 m²
TIPOLOGIA: TI24A
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 596
PROJETO: Arthur Lozano Filho



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA).

O conjunto Professora Helena Braz Vendramini, em Ourinhos, foi construído em regime de mutirão por seus moradores. A CDHU viabilizou a cesta de materiais de construção e coube à Prefeitura realizar toda a infraestrutura de água, esgoto, energia elétrica, guias e sarjetas, pavimentação asfáltica e galerias de água pluviais. Os conjuntos de quadras são servidos por praças bem distribuídas, que servem de áreas de lazer e integração dos moradores. Foram instalados aquecedores solares em todas as casas, proporcionando conforto e uma redução média de 30% no consumo de energia elétrica.



Acervo CDHU.

Capivari C

MUNICÍPIO: Capivari
ENTREGA: 2010
TERRENO: 145.200,00 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 66.935,47 m²
COTA RESID.: 231,61 m²
TIPOLOGIA: TI23E
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 289
PROJETO: PREFEITURA



Acervo CDHU.

Este conjunto, inicialmente projetado pela Prefeitura de Capivari, foi destinado ao reassentamento de famílias que ficaram desabrigadas após fortes chuvas e alagamentos que ocorreram na cidade em 2010. Como o projeto e a obra possuíam um caráter emergencial, a CDHU analisou sua exequibilidade e acompanhou sua construção para garantir que as diretrizes técnicas necessárias (pavimentação e drenagem) para a implantação das unidades em uma área íngreme fossem atendidas.



Acervo CDHU.

Conchal B2

MUNICÍPIO: Conchal
ENTREGA: 2014
TERRENO: 59.813,87 m²
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 15.072,35 m²
COTA RESID.: 66,11 m²
TIPOLOGIA: SB22A-01
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 144
PROJETO: Danilo Nicodemos de Jesus





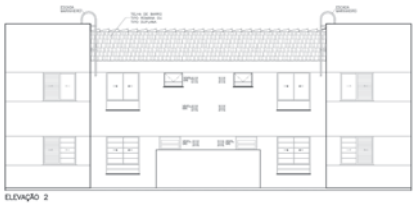


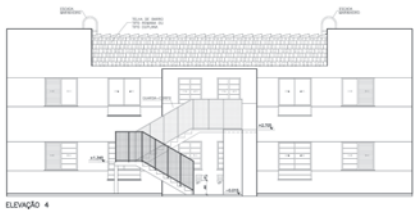


Acervo CDHU.

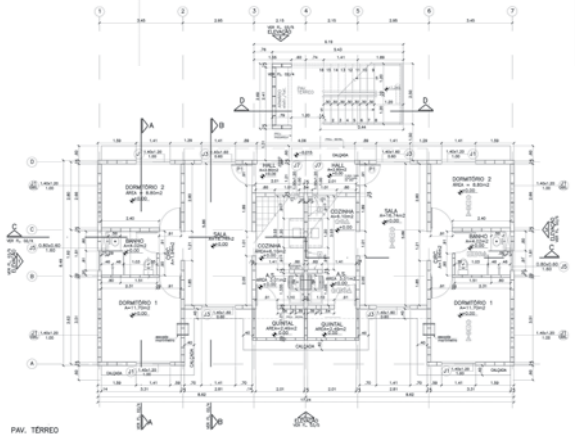


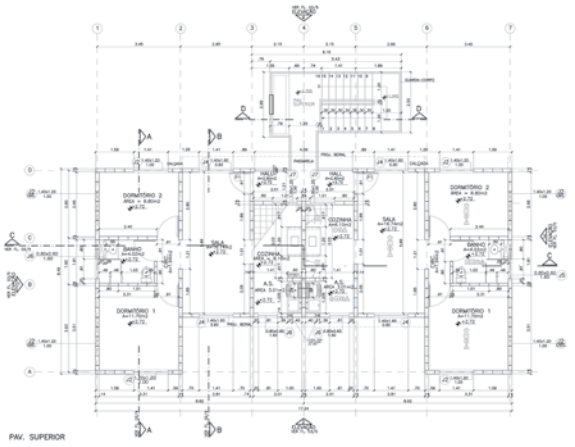
Acervo CDHU. Implantação











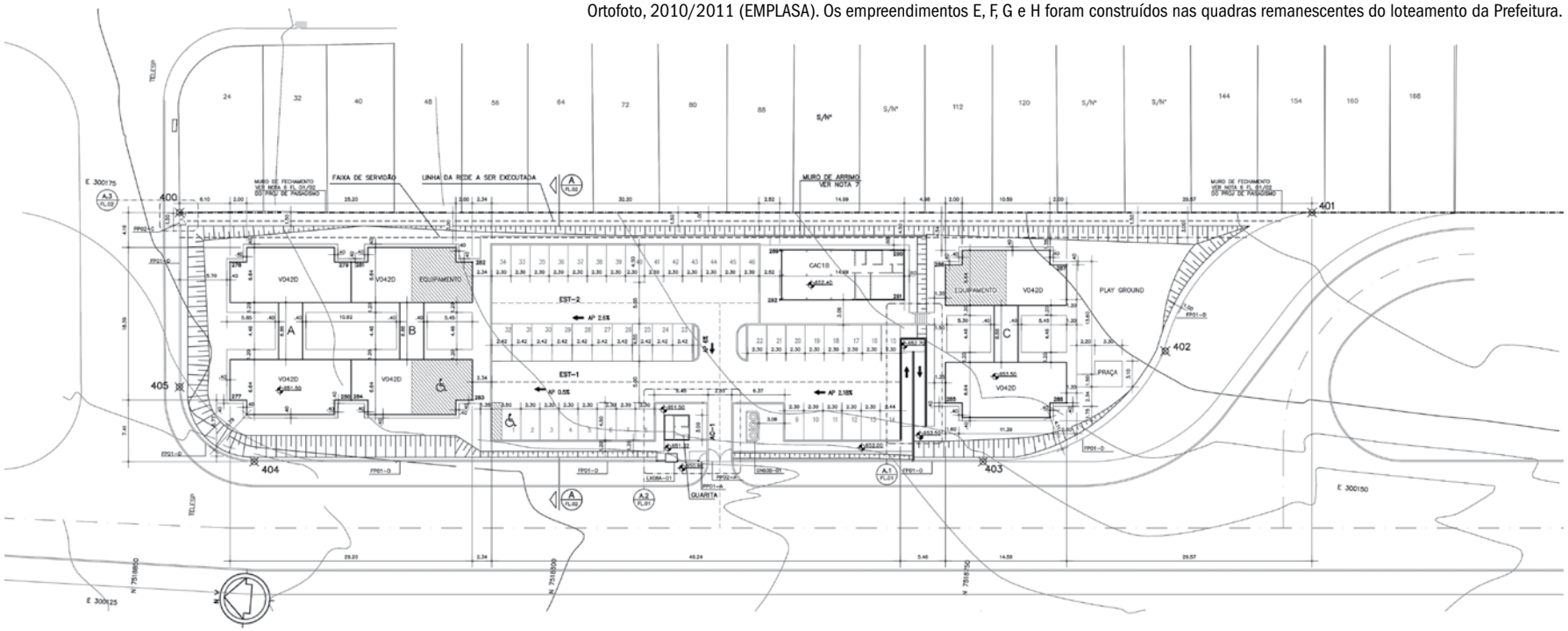
Acervo CDHU. Projeto de sobrado de dois dormitórios. Autoria: Paulo Eduardo Pignanelli e Irene Borges Rizzo.

Mogi Mirim H

MUNICÍPIO: Mogi Mirim
ENTREGA: 2010
LOTES (ÁREA RESIDENCIAL): 20.416,33 m²
COTA RESID.: 47,15 m²
TIPOLOGIAS: V042D-02 e V043A-02
NÚMERO DE UHs CONSTRUÍDAS: 433
PROJETO: Marcelo Antônio Nogueira Prado



Ortofoto, 2010/2011 (EMPLASA). Os empreendimentos E, F, G e H foram construídos nas quadras remanescentes do loteamento da Prefeitura.



Acervo CDHU. Projeto Mogi Mirim H com 46 unidades habitacionais.




Tedeschi, 2013. As unidades habitacionais estão dentro do padrão do Desenho Universal, com dois e três dormitórios. Projeto de autoria de Irene Borges Rizzo.



Tedeschi, 2013. Empreendimento G (31 unidades habitacionais) com calçadas verdes, cercamento e estacionamento.



Tedeschi, 2013. Ciclovia.



Tedeschi, 2013. Rampas de acesso com corrimão.



Tedeschi, 2013. Empreendimento E (310 unidades habitacionais) com calçadas verdes.



Tedeschi, 2013. Parque infantil e área arborizada



Tedeschi, 2013. Pavimentos permeáveis com bloco intertravado. Quadra Poliesportiva, estacionamento e, à direita, o CAC – Centro de Apoio ao Condomínio.



Tedeschi, 2013. Pavimentos permeáveis com bloco intertravado; à esquerda, o CAC – Centro de Apoio ao Condomínio.



Tedeschi, 2013. Medidor individualizado de consumo de energia.



Tedeschi, 2013. Abastecimento de gás.



Tedeschi, 2013. Medidores individualizados de consumo de gás



Tedeschi, 2013. Placas de captação de energia solar e reservatórios de águas por apartamento. Ao fundo, vemos o Empreendimento D construído por mutirão, 2002.



Tedeschi, 2013. (1)



Tedeschi, 2013. (2)



Tedeschi, 2013. (3)

(1) Pulsador de sinal analógico transforma em sinal digital e remete para o captador; (2) Captador do sinal digital que remete para o concentrador; (3) Concentrador que permite a leitura individualizada do consumo de gás por morador, que pode consultar o seu consumo. O servidor pode captar os dados por *pen drive* e emitir a cobrança no ato.

“Este livro é resultado do empenho de todos os funcionários que, ao longo dos 50 anos da CDHU, atuaram e ainda atuam para promover a habitação social no Estado de São Paulo. O trabalho dedicado, a busca por inovações e o respeito à população paulista fizeram com que esta Companhia entregasse mais de 500 mil unidades habitacionais em sua história.
Em agradecimento aos esforços desses profissionais, de todas as áreas e departamentos, listamos seus nomes a seguir, em ordem alfabética”.

Funcionários da CDHU

Abdala Araújo Ramos de Almeida
Abdon da Costa Sousa
Abelardo Fonseca Neto
Abelardo Gargel Teixeira
Abigail Barbosa de Araújo
Abraão Florentino da Si
Acácio Lourenço Aporta
Acácio Paulino
Adalberto Bottini
Adalberto Kitizabolo
Adalberto Pereira Marques
Adamorli Labastie da Cunha
Adão Borges Vasconcelos
Adão Macieira
Adão Sudário da Costa
Adelaide Rodrigues Felício Camargo
Adelino Pereira da Silva
Adelipio Fonseca Filho
Ademar de Camargo Filho
Ademilde de Freitas Frazão Sevilha
Ademir Bento Ribeiro
Ademir Cândido Nicolau de Lima
Ademir Carlos Rocha
Ademir Coelho
Ademir Jorge da Silva
Ademir Marin
Ademir Moreira da Silva
Ademir Villatoro
Adervaldo da Silva Pinto
Adhemar Martins Godoy
Adhemar Miadaira
Adilson Araújo de Souza
Adilson Costa Macedo
Adilson de Sousa Alves
Adilson Eder Sapia
Adilson Ferreira de Morais
Adilson José Carvalho Mineiro
Adilson José da Silva
Adilson Queiroz Coutinho
Adinan Pioli
Adolfo Quintas Gonçalves Neto
Adonis Ramires Celestino
Adriana Baer
Adriana Coen
Adriana Cristina Paciencia
Adriana de Cássia B. Taconelli Moraes
Adriana Gizela da Costa E Silva
Adriana Nunes Machado
Adriana Rodrigues Podboy Garcia
Adriana Vicentini
Adriana Vieira de Lima Madeira
Adriano Augusto Cabral Paro
Affonso Pires de Faria Júnior
Agenario Neves Correia
Agenir Ribeiro da Silva
Agenor Dias Ferreira
Agenor Quintino Júnior
Agilberto de Lacerda Figueiredo Santos
Agimar Ferreira de Freitas
Agnaldo Pacheco Sampaio
Agnes Angélica Ferrari de Freitas
Agostinho Barros Tendolo
Agostinho Varcelo de Vasconcelos
Aguinaldo Iapequini
Aguinaldo Lopes Quintana Neto
Aguinaldo Martinuci
Ailton de Oliveira
Ailton Evaristo Oliveira
Ailton Ferreira Jorge
Airton Simão Sandim
Akiko Yamashita
Alaide Ferreira de Moraes Feitosa
Alan Fabiano Tavares Taufner
Alaor Pinheiro Machado Júnior
Alba Regina Ptaginski
Alba Valéria da Silva Freire
Alberto Aparecido Belan
Alberto Bunduki
Alberto Cardoso
Alberto da Silva Pereira dos Santos
Alberto Domingues Costa
Alberto Leonardo da Rosa
Alberto Livrieri
Alcestes dos Santos Rebelo Júnior
Alcides do Nascimento F.
Alcides Guimarães
Alcino Antônio da Conceição
Alcy Mary Ribeiro da Silva
Alcyone Glória de Camar
Aldemar Corsi
Aldir Rodrigues de Lima
Aldo Braga
Aldo da Fonseca Tinoco Filho
Aldo Santos Silva
Aleida Martins Joseph
Alejandra Maria Devecchi
Alessandra Moretti
Alessandre Cozentino
Alessandro Marcos Cosin
Alex Garcia Fernandes
Alexandre Alves de Oliveira
Alexandre Borges Coimbra
Alexandre Caggiano Buonomo
Alexandre de Oliveira T.
Alexandre de Souza Arruda
Alexandre dos Reis Brito
Alexandre Ferreira de M.
Alexandre Gomes Kamegasawa
Alexandre Joviniano dos Santos
Alexandre Marino Netto
Alexandre Motta Rosetti
Alexandre Penno Leonel Corrêa
Alexandre Perez de Castro
Alexandrino Martins da Silva
Alfio Beccari
Alfredo Chiaroni
Alfredo D'Andrea
Alfredo Max Von Sydow
Alfredo Scaff Filho
Alfredo Serafino Paesani
Alice Gomes Toth Ferreira
Alice Salles Gonçalves
Alonso Dias Filho
Altair Pereira Lima
Altamir Tedeschi
ALuísio Girardi Cardoso
Álvaro Chamelli Paes
Álvaro da Cunha Caldeira
Álvaro do Nascimento Cunha
Álvaro Ivo Tiezerini Filho
Álvaro Paschoal Nacif Gabriele
Amado Tatari
Amarildo Calegari
Amarilis Bertochi Cecato
Amauri Dias Thomaz Palm
Amauri Ennes Baganha
Amauri Gaviao Almeida Marques da Silva
Amaury Borges Pavao
Amélia Bárbara Augusto
Amélia Tokumoto
Amélio Hideio Fukamichi
Américo Gambarini
Amneris Vicentin Biondillo
Amos Euclides dos Santos
Ana Beatriz Goulart de Faria
Ana Carolina de Quadros
Ana Célia Teixeira da Silva
Ana Celina Gonçalves Oliveira
Ana Cláudia da Cruz Reis
Ana Cláudia Sanches
Ana de Arruda Oliveira
Ana de Arruda Oliveira
Ana Elisa Marques Maia
Ana Eliza Lemos Senche
Ana Lúcia da Silva
Ana Lúcia de Souza
Ana Lúcia Fernandes Abreu Zaorob
Ana Lúcia Sanzovo Fiorelli Barb
Ana Lúcia Souza dos Santos Bustamante
Ana Maria Antonelli Aun
Ana Maria Antunes Coelho
Ana Maria C. de Oliveira Campos Reis
Ana Maria da Silva Oliveira Mendonca
Ana Maria dos Santos Marino
Ana Maria Ferreira
Ana Maria Mayumi Takeno
Ana Maria Misciasi Morales
Ana Maria Monteiro
Ana Maria Oliveira Corrêa
Ana Maria Pereira Belarmino
Ana Paula Inácio da Silva
Ana Paula Oliveira Ramos
Ana Paula Pissarra Marques Angrisani
Ana Paula Reis da Silva
Ana Regina de Camargo Franco
Ana Rita Ribeiro di Mattei
Ana Silvia Milled Maciel
Ana Teresa Sartori Cout
Anabela Fernandez Vasquez
Anacleto Carnesseca
Anaisa Tavares de Melo
Anatolio Jasponte
Anderson Kushimizo de A.
André Castro de Souza
André Garcia Martin
André Geraldo Braga
André Grangeiro Lobo
André Luís Destro Peres

André Luiz Brevidelli
André Luiz Espindola
André Ragusa
André Szabo Chabbouh
Andrea Becker
Andrea Caetano Florentino Tito
Andrea Carlo Orchis
Andrea Cristina Bueno de Camargo
Andrea da Costa Ribeiro Moro
Andrea de Freitas Avelar
Andrea Lise Campos Suriano
Andrea Reis Batiston
Andréia de Lourdes Pirondi Gonçalves
Andréia Monteiro Ribeiro
Andréia Regina Jacintho
Andressa Cristina Catapani Torel
Andrews Barbosa de Carvalho
Anelisa Ruth Stegun Bor
Angel Antônio Nunez
Ângela Agostinelli dos Santos
Ângela Barao de Lima Silva
Ângela Carolina Farina
Ângela Dauria Bocci
Ângela de Oliveira Ramos Dalcin
Ângela Luppi Barbon
Ângela Maria Barral
Ângela Maria Mansur Rêgo
Ângela Maria Pereira
Ângela Oliveira Lima
Ângela Regina Suaide B.
Ângela Tamara de Almeid
Angelina Firmo Alves
Ângelo Salvador Filardo Júnior
Ângelo Vanderlei Branca
Anibal Morais Ventura
Anita Maria Vaz de Lima Marchiori
Anita Mitue Tanaka Sato
Anna Francisca Petroski
Anselmo Figueira de Carvalho
Antenilda dos Santos Silva
Antônia Benedita Zorzo
Antônia Germano Bispo da Silva
Antônia Idalina Bandeira da Silva
Antonielio Teixeira Simões
Antoninho Ramos da Silva
Antônio Alcace Riquena
Antônio Alexandre Neves
Antônio Alexandre Nunes Cardoso
Antônio Alves Ferreira
Antônio Arlindo Fialho
Antônio Augusto Fonseca
Antônio Augusto Pinto da Rocha
Antônio Balbieris
Antônio Bassoto
Antônio Benedicto Pinto
Antônio Benevenuto
Antônio Bianco Filho
Antônio Camargo
Antônio Caproni
Antônio Carlos Alves Corrêa
Antônio Carlos Balochin
Antônio Carlos da Silva
Antônio Carlos da Silva Ii
Antônio Carlos de Oliveira Júnior
Antônio Carlos Donardi
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Carlos Filipin
Antônio Carlos Fusco
Antônio Carlos Jorge
Antônio Carlos Kfouri
Antônio Carlos Mingrone
Antônio Carlos Nacarato
Antônio Carlos Nicolielo
Antônio Carlos Ramos da Silva Rolim
Antônio Carlos Ribeiro Abibe
Antônio Carlos Rodolfo
Antônio Carlos Rosique
Antônio Carlos Silverio
Antônio Carlos Thyse de Azevedo
Antônio Carlos Urban
Antônio Carlos Voltani
Antônio Catto
Antônio Celso Fazio
Antônio César Polimeno
Antônio Cláudio de Castro
Antônio Clery Gomes
Antônio de Jesus Sanchez Lajarin
Antônio de Padua Sobrinho
Antônio de Padua Tadeu Braga
Antônio de Paiva Monteiro Filho
Antônio Donizete Spitzer
Antônio Eduardo Diniz Castello Branco
Antônio Egberto Bastos
Antônio Eugenio Delfino
Antônio Fernandes de Oliveira
Antônio Fernandes Farias
Antônio Ferreira da Silva
Antônio Galvão
Antônio Galvão Coelho de Miranda
Antônio Grassiotto
Antônio Helio Xavier de Mendonça Filho
Antônio Henrique Scaramuzza
Antônio Hiroshi Kohari
Antônio Humberto Plácido
Antônio Januario de Magalhães
Antônio Jorge Negri
Antônio José Duarte Couceiro
Antônio José Festini
Antônio Justino Massonetto
Antônio Kodi Quitakava
Antônio Lara
Antônio Lino Filho
Antônio Locatelli
Antônio Luís de Góis
Antônio Luís Pereira de Sousa
Antônio Luiz Carmo Santos
Antônio Luiz Ferreira
Antônio Luiz Monteiro Santos
Antônio Luiz Pires de Camargo
Antônio Machado Figueiredo
Antônio Manuel da Silva de Oliveira Vaz
Antônio Marchionni
Antônio Márcio de Moura Linderbberg
Antônio Márcio Fernandes da Costa
Antônio Márcio Lima Pires
Antônio Marcos Alves
Antônio Marcos da Cruz
Antônio Marcos Ferraz
Antônio Maria Martins
Antônio Mário Yunes
Antônio Motta Filho
Antônio Mourao da Silva
Antônio Nicolau Cavalcanti E Cavalcante
Antônio Paulo Toledo
Antônio Pereira da Cruz
Antônio Pereira Vilar
Antônio Roberto Pinotti
Antônio Rodrigues da Silva
Antônio Rodrigues Martins
Antônio Rogério Gatti
Antônio Rosa de Oliveira
Antônio Rubens Costa de Lara
Antônio Silva
Antônio Soares
Antônio Verdini
Antônio Vicente Sabella
Antônio Vieira Garcia
Aparecida Cano
Aparecida de Lourdes Salina
Aparecida Luzia Mapeli
Aparecida Maria de Almeida
Aparecida Verardi
Aparecido Viscardi Santos
Arabela Braga Seidel
Aracilba Alves da Rocha
Ariovaldo Aparecido Raymundo
Aristides Sérgio Klafke
Arlete Aparecida Nestlehner C. de Almeida
Arlete Aparecida Santa Rosa Fernandes
Arlindo Afonso Alves
Arlindo dos Santos Roque
Arlindo Marinho da Silva
Armando Antônio Giardiello Xavier
Armando de Morais Barro
Armando José de Souza
Armando José Farinazzo
Armando Malvezzi Júnior
Armando Sanches
Armando Simao de Souza
Armando Toledo Barros
Arnaldo Aparecido da Silva Santana
Arnaldo Aparecido de Melo
Arnaldo José Pacífico Júnior
Arnaldo Machado de Sousa
Arnaldo Negri
Arnaldo Pinto Pereira Júnior
Arnaldo Rentes
Arnaldo Vieira de Carvalho
Arnoldo Melo Ferraz
Arquimedes Vasconcelos
Arsenio Aggio
Arthur Garcia de Abreu
Arthur Lozano Filho
Artur Estevam dos Santos
Ary Pereira de Paula
Ascendino Bueno Reimber
Assunta Viola
Astolfo Araújo Sobrinho
Auderli Souza Silva
Augusto Geraldo Hervey Costa Filho
Augusto Marques Guerra
Augusto Masaru Sakai
Augusto Radames Martins de Souza
Aurea Francisca P. de S.
Aurea Maria Pereira A. Anastácio Chan
Aurea Pacheco Lima
Aureo Moreira Santos
Auriluz Pires Siqueira
Aurio Siqueira da Silva
Aurora Grande
Avanny Maria Silva de Barros Mainardi
Avelino de Sousa Tomaz
Ayrton Baptista
Baltazar Duran
Baruque Xavier de Almeida
Beatriz Araújo Lara Barberis
Beatriz de Carvalho Lages
Beatriz Regina Barros de Oliveira
Beijamim Pires Júnior
Belvino Bento de Souza Filho
Benauro Roberto de Oliveira
Benedicta Ferreira de Paula
Benedicta Martins Vaz Guimarães
Benedicto Deodoro Pinheiro
Benedicto Rodrigues de Araújo
Benedita Cordeiro Gonsalez
Benedito Antônio de Proença
Benedito Cardoso
Benedito Carlos Pereira
Benedito Carlos Pereira Pascoal
Benedito da Silva
Benedito de Campos
Benedito de Oliveira
Benedito do Nascimento Filho
Benedito dos Santos
Benedito Ezequiel de Morais
Benedito Fausto de Menezes
Benedito Josue Pereira
Benedito Moraes Navarro
Benedito Ribeiro Neves Filho
Benicio Mariano de Oliveira
Benjamim Meneses Lumia
Benjamin Carnecki
Benjamin Eurico Cruz Fi
Bento Araripe Balbino dos Santos
Bernadete de Lourdes Ferreira Martins Farhat
Bernardino Fonseca de Carvalho
Bernardino Marcelo Polonio
Bernardo José Ferraz
Berthelina Alves Costa
Boanerges Filho
Boanerges Neves Panao
Briggite Klein
Bruno Falco
Cacilda Aparecida Pires
Cacilda Fernando de Oliveira
Caio Lúcio Pricoli
Caio Roberto Moraes Garcia
Camila Moreira Fonseca Ferman
Cândido Bueno de Azeedo
Cândido Malta Campos Neto
Carla Borges
Carlos Adriano Santos Constantino
Carlos Alberto Alves Santos
Carlos Alberto Castanharo
Carlos Alberto da Silva
Carlos Alberto da Silva Borgerth Ferreira
Carlos Alberto da Silva Vieira
Carlos Alberto de Oliveira
Carlos Alberto de Souza
Carlos Alberto do Prado
Carlos Alberto Ferrari Moreira de Souza
Carlos Alberto Garcia Braga
Carlos Alberto Lorenzon
Carlos Alberto Luiz
Carlos Alberto Medeiros
Carlos Alberto Pires Reis
Carlos Alberto Sarti
Carlos Alberto Silveira Pupo
Carlos Alberto Velame Santos
Carlos Alberto Vidal da Costa
Carlos Alexandre Campos
Carlos Alfredo Alexandre
Carlos Antônio Aparecido de Bonoso
Carlos Antônio Dabbur
Carlos Antônio dos Santos

Carlos Armendes Pereira de Moaes Filho
Carlos Augusto Bueno Puccini
Carlos Augusto de Almeida Filho
Carlos Augusto Gimael Ferraz
Carlos Augusto Nery
Carlos César Soares
Carlos da Cunha Soares
Carlos de Lemos
Carlos Donizete da Silva Barbosa
Carlos Eduardo Barroco Massei
Carlos Eduardo D. Elia Valladão Flores
Carlos Eduardo de Figueiredo Silva
Carlos Eduardo Junqueira Aguiar
Carlos Eduardo Monteiro
Carlos Eduardo Pantaleão Resende
Carlos Eduardo Pereira Cruz
Carlos Eduardo Radaik
Carlos Eduardo Souza Vianna
Carlos Eduardo Yutaka Murakami
Carlos Ernesto Teixeira Soares
Carlos Figueiredo Neto
Carlos Frederico Egli
Carlos Giaconi Neto
Carlos Henrique Milani Nardy
Carlos José Mercedes
Carlos Leituga Neto
Carlos Luiz de Oliveira
Carlos Marcelo da Silva
Carlos Nemeth
Carlos Ojeda
Carlos Renaldo Rocha de Araújo
Carlos Ricardo Milen
Carlos Roberto Alvim
Carlos Roberto Campos
Carlos Roberto da Silva
Carlos Roberto de Almeida
Carlos Roberto Della Libera Filho
Carlos Roberto Ladeira
Carlos Roberto Machado
Carlos Roberto Nolasco Ferreira
Carlos Rodolfo Urlass
Carlos Ronoel Garcia Fernandes
Carlos Wagner Marin
Carmen Ângela Gusman Barbosa
Carmen Célia de Araújo
Carmen Lúcia de Arruda Campos Poci
Carmen Sylvia Muniz Ramos
Carmen Terezinha Latorre
Carolina Ito
Carolina Moretti Fonseca
Carolina Ribeiro Matiello de Andrade
Cássia Aparecida Piazza
Cássia Regina de Andrade Neiva
Cassiano Quevedo Rosas de Ávila
Cassio Augusto Mattar Ferreira
Cassio Martins Camargo Penteado Júnior
Cassio Murilo de Souza Junqueira Franco
Cassio Sauaya Pereira
Cecília Farnocchia
Cecília Maria Parlato
Cecília Sanae Kitade
Cecília Xella Figueira da Silva
Célia Aparecida de Paula
Célia Cristina Alves Lima
Célia Dias Vilas Boas
Célia Maria Faria Teixeira
Célia Mitiko Oshiro
Célia Regina Adelli Sachs
Célia Regina Gulli Sant`Ana
Celina Alves Muniz
Celina de Jesus Penha Bastos
Celina do Rosário Herennyi Silveira
Celina Leiro Rabelo
Celio da Silva Noffs
Celso Carlos Pereira de Barros
Celso Corrêa Leite de M
Celso de Carvalho
Celso dos Santos
Celso Eduardo da Silva
Celso Faria da Silva
Celso Júlio
Celso Luiz Longo
Celso Luiz Perin Pereira
Celso Luiz Senna
Celso Luiz Targa Fernandes
Celso Meira Campos Arruda
Celso Monastero
Celso Muniz Martins
Celso Neves Cavallini
Celso Oliveira Pimentel
Celso Querido
Celso Ricardo Soares Moreira
Celso Tagini
César Augusto dos Santos Braz
César de Oliveira Souza
César Eduardo de Rezende Peretti
César Leandro Herrero
César Luís de Souza
Cezostre Ferreira da Mata
Chan Yuk Chong
Charifi Said Assaf
Charles Rodrigues de Oliveira
Cheila Prado Alabarse Federico
Christianne Domingues Costa
Cibele Riva Rumel
Cibele Vieira
Cícero Batista Ramos
Cícero Braga Filho
Cícero Ferreira Cardoso
Cícero Marcos dos Santos
Cícero Soares de Morais Filho
Cid Leite Costa Júnior
Cilene Machado Rosito Silva
Clacil Pavon
Clara Sebastianes de Araújo
Clarice Carvalho Arruda
Clarice de Castro
Clarisse Galvão de Figueiredo
Claudeneia Deolinda Callijurio
Claudete Zukumian
Claudette Akie Okikawa
Cláudia Alves Dias Lacorte
Cláudia Augusta T. do N.
Cláudia Belandrino Medina
Cláudia Helena de Mello Ramos
Cláudia Maria D'Angelo
Cláudia Maria Racciopi
Cláudia Maria Reis Vieira
Cláudia Marim Galluzzi
Cláudia Prieto Contento de Andrade
Cláudia Regina Osório de Oliveira
Cláudia Santos de Souza
Cláudia Veloso Costa
Claudinei Fernando da Conceição de Oliveira
Claudinei Miko
Claudinet Lodola
Claudiney Queiroz
Cláudio Akio Kumakura
Cláudio Carvalho
Cláudio da Silva Campos
Cláudio Davenia
Cláudio de Sena Martins
Cláudio dos Santos
Cláudio Euripedes dos Santos
Cláudio Fernandes de Oliveira
Cláudio Gimenez Filho
Cláudio Gomes de Lima
Cláudio Gonçalves
Cláudio José da Silva
Cláudio José Fioritti Corbo
Cláudio Kanji
Cláudio Lisias Dias de Camargo
Cláudio Luís Barres
Cláudio Manetti
Cláudio Merighi
Cláudio Perrota
Cláudio Sadalla Botelho
Cláudio Sanches
Cláudio Sérgio Pereira
Cláudionol Guarany
Cláudionor Araújo Barbosa
Cláudionor Duarte Borges
Clayton Ferreira Lino
Clea Márcia Barres Rodrigues
Cleber Rocha
Cleide de Bazzo Tomazela
Cleide Xisto Ortiz Robrto
Cleidimara Corral Perles
Clene Sampaio da Silva
Clenio Aparecido da Silva
Clery de Andrade Florez
Cleusa Pavan
Cleyton Rene Frohlick Klug
Clodoaldo Pelissioni
Clotilde Duarte Reis
Clóvis Alves Rodrigues
Clóvis Castro da Silva
Clóvis da Silva
Clóvis Deangelo
Clóvis dos Santos
Clóvis Guimarães Coelho
Clóvis Kooiti Kashiwai
Clóvis Machado de Campos Filho
Conceição Aldana de Oliveira Ribeiro
Conceição Aparecida dos Reis
Conceição de Maria Ferraz de Varon
Constâncio Aparecido Fontana
Constantino Braga Sobrinho
Cornélia Catharina Leidinger
Cornélio César Kemp Mar
Creuza Vicente Leite
Crisogono José dos Santos
Cristiane Maria Bermudes Masetti
Cristiano Pereira de Camargo
Cristina Aparecida Lopes
Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano
Cristina Castro de Souza
Cristina Conceição Bredda Carrara
Cristina Conceição de Moura
Cristina Maria da Silva
Cristovão Gomes da Silva
Crizeide Freitas
Cynthia Zanetti
Cyntia Maria Petrocinio Figueiredo
Cyro Eduardo de Siqueira Falcão
D'Artagnan Viscome
Dailton Oliveira dos Santos
Daisy Aparecida Roger
Dalta Nicodemos de Jesus
Dalva Barrionuevo
Dalva Domes da Silva
Dalva Gonçalves Gomes
Damião Galdino Filho
Daniel Apparecido Consolini
Daniel do Carmo Soares da Cruz
Daniel dos Santos Barbieri
Daniel Freitas Tomas
Daniel Grimaldi Medeiros
Daniel Liberato da Silva
Daniel Makoto Yamaguchi
Daniel Mendes
Daniel Nakashima
Daniel Sebastião Cândido
Daniel Willian Mendonça César
Daniel Xavier
Daniela Fideles Julião Razzino
Daniela Nassim Camargo
Daniella Orro Medina de Barros
Danilo Alencar Rolim
Danilo Nicodemos de Jesus
Dárcio Expedito Fragoso
Darcy Costa Dias
Darcy da Silva
Dario Crispim de Medeiros
Dario de Oliveira
Dauri Borges
Dauton Emerson de Mello
Davi Leite da Silva
David Caravieri Neto
Debora Nogueira Targas
Debora Schalch
Decio de Moura
Deise Aparecida Sebastião
Delcio Tadeu de Souza Bontempi
Delora Jan Wright
Delvita Alves de Souza Silva
Demetrios César Mendonca
Denerida Bras Martins Tsutsui
Denilson Fragoso
Denio Fernando Mendonça Meira
Denis dos Santos Machado
Denis Roque Moreira
Denise Antônia de Freitas Neves
Denise Braz
Denise Costa Messias da Silva
Denise de Cássia Couto Semiatzh
Denise Dias Rubez
Denise Floreste Melo
Denise Gomes César Ruprecht
Denise Maria Corrêa
Denise Oncala Pereira
Denise Pereira de Cerqueira
Denise Pereira Pinto
Derli Aparecida de Oliveira
Deyse de Castro
Diana Coelho Barbosa
Diana Irene Pelisson Robert Moraes
Diego Hector Grotti Rossi
Dilson Correia da Silva
Dilva Denake de Carvalho Briganti
Dimar Guilherme Bello B.
Dimas Antônio Deghi Leme
Dinalice Dias Fernandes
Dinalva Rosa Ribeiro
Dionizio Dias Pekette
Dirce Kikue Enohata Tsubouchi

Dirceu Betin
Dirceu Calixto Tobias
Dirceu Luiz Portella
Dirceu Ramos Ribeiro Filho
Diuza do Carmo N Portela
Djair Domingos de Araújo
Djalma Adão
Djalma Cintra de Andrade
Djalma da Silva
Djalma Dias da Silva
Djanira de Freitas Copp
Dolores Carmen Camina Trillo Blanco
Domingos Alves Diniz Júnior
Domingos Fama Netto
Domingos Ferreira de Sousa Filho
Domingos Geraldo B. de Almeida Júnior
Domingos Sciacca Filho
Donizete dos Santos
Dora Costa Ferreira
Dorian Fikota
Douglas Hidemitsu Izu
Douglas Malcolm Calder
Douglas Tadeu Coronado Bogaz
Drauzio Dias da Silva
Ecimar de Resende
Ed de Almeida Carlos
Eddie de Almeida Bicudo
Edelcio da Conceição
Edelweiss Barosi Muraka
Edgar Gonçalves Dente
Edgard Edmilson Pereira
Edgard Galvão de Franca Filho
Edgard José de Oliveira Nascimento
Edgard Kiyoto Kondo
Edgard Nogueira
Edina de Lourdes Bocalon
Edinalva Esteves
Edinalvo Delmiro da Silva
Edison Donizete Espuri
Edison Hilton Salomao
Edison Nassif Farah
Edison Simoni da Silva
Edivon Teixeira
Edmilson Ramalho de Morais
Edmundo Peter da Costa Viana
Edna Ferreira Gonçalves
Edna Maria Sinzato Sassaki
Edna Paes Barreto Delfino
Edna Scatolin
Edna Tomaz da Silva
Edneia Bressan
Edson Amado Borges
Edson Aparecido Campolongo
Edson Caram
Edson Castro da Silva
Edson Dantas de Oliveira
Edson Domingos do Nascimento
Edson dos Santos
Edson Gimenez Espejo
Edson Hideki Miike
Edson Hiroyuki Ujikawa
Edson José de Araújo
Edson Joviniano Angelo
Edson Justino da Silva
Edson Luís Ribeiro
Edson Luiz Gadanhoto Prete
Edson Marques Pereira
Edson Pereira da Silva
Edson Ramachoti Ferreira Carvalho
Edson Sordi
Edson Takeshi Sato
Edson Teles de Almeida
Edson Torres
Edson Yuji Miura
Eduardo Abbud Filho
Eduardo Althaler
Eduardo Amor Castanho
Eduardo Augusto Franzini Meneghin
Eduardo Augusto Maria Barboza
Eduardo Augusto Siqueira Ferreira
Eduardo Benito Soares
Eduardo Benjamin Elias Abi Rached
Eduardo Berga
Eduardo Cintra Dalfino
Eduardo de Freitas
Eduardo de Moraes Marques
Eduardo dos Santos Oliveira
Eduardo Duarte Pires
Eduardo Ganymedes Costa
Eduardo Henrique Santos Teixeira
Eduardo Leite Baldacci
Eduardo Leonardo
Eduardo Lisboa de Souza
Eduardo Lourenço
Eduardo Luiz Davidoff das Chagas Cruz
Eduardo Martins Cardoso
Eduardo Pizolato
Eduardo Rodrigues da Silva
Eduardo Sampaio de Almeida Prado
Eduardo Saragiotto
Eduardo Seiler
Eduardo Trani
Eduardo Viotti de Oliveira
Eduardo Viviani de Carvalho
Edvaldo José da Costa
Edvaldo José Scoton
Edvaldo Mendes dos Santos
Edward Zeppo Boretto
Egne Rene Chaves de Sou
Eiji Sugitani
Eiji Taga
Eiko Lúcia Itioka
Eilen Walkiria Schanoski
Elaine Aparecida Pelegrin Dias
Elaine Carminatti Pontirolli Antão da Silva
Elaine Sueli Santiago
Élcio Felicio Rodrigues Corrêa
Élcio Fernando da Silva
Élcio Henrique da Silva
Élcio Sigolo
Eleine Eleuterio
Eleni Rodrigues dos Santos
Elfredisia de Oliveira
Eli Márcio dos Santos
Eliana Bezerra dos Santos Davini
Eliana Cardoso Maximo
Eliana Galante Leal
Eliana Guedes Mazza
Eliana Hasegawa
Eliana Marcondes Pralon
Eliana Marcos dos Santos Terassovich
Eliana Salles Ferreira
Eliane de Lima Xavier
Eliane Nazaré de Olivei
Elias José Flores
Elias Rubens da Silva
Elici Maria Checchin Bueno
Elido Soncin Filho
Eliezer Fontes Leite
Eliezio Freitas Mota
Elimar Sousa Oliveira
Elio Busch
Elio de Oliveira Portasio
Elisa Maria Baccaro Martins
Elisa Tieko Asano
Elisabete de Gorgo de Carvalho
Elisabete Dias Kamdradt
Elisabete Maria Felix Machado
Elisabete Strauch
Elisabeth de Fátima Gavazzi
Elisabeth Pascowitch
Eliseu Soares de Souza
Elison Marques da Silva
Elivan de Sousa Moura
Elizabete Tavares da Silva Ivanez
Elizabete Zanni Corrêa
Elizabeth Alves Levada
Elizabeth Hernandez Garcia
Elizabeth Martha Feldmann Jungeluth
Elizabeth Mesquita Gonçalves
Elizabeth Zucare de Oliveira Carneiro
Elizete Teixeira Máximo
Elizeu Alves Cabral
Elizeu Eclair Teixeira Borges
Elma Marilena Teixeira
Eloa Ramos
Eloah de Paiva Marcucci
Eloe Hoffmann
Eloisa Helena Aliberti
Elsa Maria Natal
Elton Jhones Pereira
Elza Aranha Mathias Fajardo
Elza de Campos Alves
Elza Leite Pereira
Elza Maria Braga de Carvalho
Elza Tieko Mizukawa Takahashi
Emanuel Von Lauestein M
Emerson Donizete Batigalhia
Emerson Paulo Vecchia
Emílio Baldini
Emílio Carlos Romero
Emílio César Burlamaqui
Emílio Issao Tachiba
Emmanuel Gomes de Almeida Júnior
Ênio Sá Machado Júnior
Enival de Souza
Ennio Pesce
Enock José Freitas
Enrico Hirohito Hotta Figueiredo
Eny Passini Moreno
Eraldo José de Vasconcellos Pokorny
Erasmo Bueno Teixeira F.
Ercilia Moreno Oliveira
Eric Lisboa Ribeiro
Erich Hetzl Júnior
Erico Francisco Innocente
Erika dos Santos Bastos
Erika Hembik Borges Fioretti
Erika Yamanouchi
Erminio Prandato Júnior
Ernesta Nilda Pottumati
Ernesto Aparecido de Albuquerque
Ernesto Martini Franco
Ernesto Vega Senise
Estanislau da Silva Júnior
Esteban Sciangula Mangione Neto
Estela Maria dos Santos
Estepan Gdikian
Ester Feldman
Estevam André Robles Juhas
Estrela Fernanda Mendes Rino
Etelvina Aparecida Almeida Guerra
Euclides Augusto de Moraes
Euclides de Almeida
Euclides Rossinholi
Eugenia Ferreira Pestana
Eugenio Erasmo de Oliveira
Eugenio Fialho Filho
Eunice Picca
Eurico Teixeira de Lima Júnior
Euripedes Araújo de Carvalho
Euvanda Gonçalves de Morais
Evaldo Calil Pereira Jardim
Evandro Dias Joaquim
Evandro Matthiesen Leistes
Evandro Sousa Morais
Evange Elias Assis
Evangeli Mela Umeda
Evelyn Denise Szeles Redorat
Evelyn Levy
Fabiana Olivo Nogueira
Fabiana Varoni F. de Carvalho Machado
Fabio Aparecido Tsuyoshi Terada
Fabio Arantes Aquino Leme
Fabio Barbosa da Silva
Fabio Cardozo Machado
Fabio Carvalho
Fabio da Conceição Pinheiro
Fabio da Silva Dias
Fabio de Assis Tezoto
Fabio de Oliveira
Fabio Dias Gomes
Fabio Gomieiro
Fabio Pretti
Fabio Roberto Chagas de Souza
Fabio Rodrigues Braga
Fabio Takenobu Shirakawa
Fabio Trajano da Silva
Fabricio Gomes Pedroza Filho
Fátima Aparecida Dinardi
Fátima Aparecida Pereira Palma
Fátima Aparecida Sanches Martins da Silva
Fátima da Costa Melo
Fátima Quintas dos Santos
Fausto Alves Barreira Filho
Fausto Bernardes Morey Filho
Fausto Marioni
Fausto Souto Maior Filho
Felipe Carraro de Araújo
Felipe de Freitas Piccinato
Felipe Segundo
Felisbino Batista Miranda
Felix Alves de Araújo
Feliz Lacava
Fernanda Alves dos Passos
Fernanda Esmeraldo Fernandes Santos
Fernanda Ferreira de Paula
Fernanda Maia Pacheco
Fernanda Teodoro de Queiroz
Fernando Antônio de Oliveira Batistuzzo
Fernando Antônio Dias
Fernando Antônio Pedreira
Fernando Arevalillo Llata
Fernando Asprino
Fernando Barrancos Chucre
Fernando Carlos Zapparoli

Fernando César de Toledo Moreira
Fernando César Moura
Fernando César Tomazoni de Aguiar
Fernando Cezar de Araújo
Fernando Corrêa Martin
Fernando de Araújo Tinoco
Fernando Francischetti Garcia
Fernando Gonçalves de Godoy
Fernando José Carabolante
Fernando Lania de Araújo
Fernando Lopes de Oliveira
Fernando Luiz Bento Pirro
Fernando Luiz Rolim Nery
Fernando Pinheiro Lima
Fernando Ribeiro Nave Júnior
Fernando Roberto Gomes dos Reis
Fernando Torres de Oliveira
Fernando Ungaro
Fernando Vilaboa Fachal
Fernando Zucarelli Pint
Filomena Cristina de Oliveira Miranda
Flávia Augusta de Castro E Castro
Flávia Cristina Ribeiro Bianchini Leite
Flávio Almeida da Silva
Flávio Antônio Monteiro Moreira de Souza
Flávio Augusto Eduardo de Moraes
Flávio Bartolomeu Souza Rago
Flávio Bruno Júnior
Flávio de Castro Teixeira
Flávio Fernandes Maia
Flávio Ferreira Luz
Flávio Ferreira Motta
Flávio Henrique Rosselli Faria
Flávio Jitsuhiro Tsuha
Flávio José Prianti
Flávio Lopes Teixeira
Flávio Miguel da Silva
Flávio Prandi Franco
Flávio Roberto Coelho D.
Flávio Silva de Oliveira
Flávio Sobral Cyrino
Flávio Tadeu Adriano Niel
Flávio Yutaka Oshiro
Floriano Antônio Geraldes
Floriano Cortes
Floripedes Odete Tomaz
Florisvaldo Aparecido Lopes
Floriza Haxkar
Floriza Sabbagh
Francelino Leite
Franciane Gambero
Francisca Germano dos Santos Ribeiro
Francisca Leiko Saito
Francisco Adolfo de Arruda Fanchini
Francisco Antônio Carone
Francisco Antônio de Augustinis
Francisco Antônio Fonseca
Francisco Antônio Maciel Neto
Francisco Botelho Mendonca
Francisco Carlos Vieira
Francisco da Silva Macena
Francisco da Silva Santos
Francisco das Chagas Vitorino
Francisco de Assis Araújo Lobo
Francisco de Assis Vieira Filho
Francisco de Paula de C.
Francisco de Paula e Silva Júnior
Francisco de Souza e Silva
Francisco Donizeti Grecco
Francisco Erisvelto Mendes Rabelo
Francisco Guilhen Galvão
Francisco Javier Iturraran Urtiaga
Francisco José Nunes
Francisco Leão Raichtaler
Francisco Luiz de Toledo
Francisco Marinho da Silva
Francisco Marsiglia
Francisco Mauricio Raposo
Francisco Mutenberg
Francisco Perrone Filho
Francisco Ramirez Marin
Francisco Reggiani Neto
Francisco Roberto Bonomo
Francisco Silverio de Mello
Fuad Miguel Pacha Neto
Fulvio Patricio Bulgarini D'Elci
Funio Uemura
Gabriel Bolaffi
Gabriel Felicio
Gabriel Fernando Rezende
Gabriel Savieto
Gabriel Veiga
Gali Artischeff
Gastao Massao Teraoka
Genésio Darci Bette
Geni Aparecida Nassim
Genivaldo Gomes da Silva
Gentil Pereira de Campos
Geny de Fátima Arantes
George Alberto Silva
Geraldo Campos Gonçalves
Geraldo Cursino de Mour
Geraldo de Lima e Silva
Geraldo Ferreira
Geraldo Francisco dos Santos
Geraldo Hummel Guimarães
Geraldo Isaias
Geraldo Marciano Gomes
Geraldo Margela Egidio
Geraldo Paschoal Rago
Geraldo Pedro dos Santos
Geraldo Pereira
Geraldo Tonon
Geraldo Venci
Gercino Portela da Silva
Germano Paulo Sandel
Gerry Adriano Monte
Gershon Magalhães dos S.
Gerson Cezarini
Gerson Cordeiro da Silva
Gerson Dias Kaito
Gerson Kiste
Gerson Marques Augusto
Gerson Oel Uzzum
Gerson Pereira
Gerson Primiani da Silva
Gerson Santos Filho
Gerson Shirafuchi de Barros
Gerson Stanzione
Gil Caldas
Gil Leal de Oliveira Ju
Gilberto Almeida Monteiro
Gilberto Antônio Deodoro
Gilberto Borges Carneiro
Gilberto da Silva Júnior
Gilberto Di Capodarso Cara
Gilberto Diniz
Gilberto Elie Levy
Gilberto Kiyoshi Kakazu
Gilberto Leite dos Santos
Gilberto Noronha Marinh
Gilbeto Machado Rizzi
Gilcia Gil
Gilda Aparecida Camargo
Gilda Maria A. Magalhães de Brito Ávila
Gilmar Aparecido da Silva
Gilmar Honorio de Jesus
Gilson Andrade Freitas
Gilson Batista da Rocha
Gilson Claro de Andrade
Gilson de Souza
Gilson de Souza Júnior
Gina Setsuko Ishii do Nascimento
Giorgia Werneck de Castro
Giovanna Maria Montebro
Giovanni Colonna
Gisele Aparecida de Oliveira Prospero
Gisele de Miranda Ignacio
Giuseppina Rosaria de Grazia
Glacy Maria Antônia Gonçalves
Gladson Dutra Costa
Glauber Luciano de Carvalho
Gleb da Costa Arsky Filho
Gleicy Eni Lupoli Alves
Gloria Maria Borges Campos
Godiva Aguilar Peres
Graciliana Caffaaro Silva
Gregório Morelli
Grigorio José do Nascimento
Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida
Guaracy Fontes Monteiro Filho
Guilherme Alfredo do Prado
Guilherme Augusto Sanches Ribei
Guilherme Macarrão Iervolino Souza
Guilherme Teixeira Ribeiro
Gumercindo de Souza
Gustavo Martins de Lima
Gustavo Salmazo
Gustavo Sampaio Correia
Hadimilton Gatti
Hamilton Corrêa Barbosa
Hamilton Ferreira da Fonseca
Hamilton Silva de Mello
Hamilton Venâncio Daniel
Hamilton Vieira Mendes
Handora do Vale Nepomuceno
Haroldo José Prestes Miramontes
Haruo Yamamoto
Healthy Kobashi
Heber Fabio Oliveira
Helcio Dias Leite
Helcio Korn
Helder de Almeida Coelho
Helena Baseotti Nascimento
Helena Maria Figueiredo
Helena Maria Menna Barreto Silva
Helena Mota Ricacho
Helena Teixeira da Silva Malamam
Helene Afanasieff
Helenice Alves de Olive
Helenice da Silva Cossi
Heleno Alves Pereira
Heleno Haddad Maluf
Helia Cândida da Silva
Helio Alves Ferreira
Helio Antunes
Helio Augusto de Oliveira
Helio Benedito Costa
Helio Costa Manso
Helio Escudero
Helio Fernandes da Silva
Helio Martins Santos
Helio Vaz de Camargo
Helio Walter Leão de Carvalho
Heller Trench
Heloisa Alves de Oliveira
Heloisa Carvalho Martins
Heloisa Maria Salles Ribeiro
Helvecio de Mendonça He
Helvio Laurino Leonel
Henrique Adolfo de Melo Neto
Henrique Belavenuto Neto
Henrique Mondadori Passarelli
Henrique Pereira Carnei
Henrique Sin Iti Somehara
Henrique Tadeu de Oliveira
Herbert Seltz
Hercules Armando Bissolli
Hermes Fajersztajn
Hernandes da Veiga
Hernani Ferreira Braga Brandileone
Hernani Maia Costa
Heros José Vieira
Heverton Luiz dos Santos
Hidemi Nakamoto Kawakami
Hiroyuki Minami
Hitoshi Matsuo
Homero Quadros
Horacio de Moraes Neto
Horacio Soares Neto
Hortencia Marcondes Romeiro
Hugo Eduardo Fazio
Hugo Vitor Novaretti
Humberto Antônio da Costa Camoezi
Humberto Emmanuel Schmidt Oliveira
Humberto Garcia
Humberto Sérgio de Macedo
Iara Aparecida Rigon Ortega
Iara Lúcia Chinaglia Guimarães
Iara Raia
Iara Silva Serafim
Iara Verre
Ibere Baena Duarte
Idalino Della Roza
Idecir José da Silva
Idel Márcio Ajzenberg
Ilda Elena Lamas D'ascencao
Ildefonso Oliveira Oliva
Ildo de Barros
Iliazar Moraes
Ilka Carlos Nogueira
Ilson Teixeira Rocha
Ilvanice Vane Bicalho Sampaio
Inês da Silva Magalhães
Inês Fialho de Carvalho
Inês Helena Ruzza
Inês Martins
Ione Maia
Iracema Ladeira Caruana
Iracema Maria dos Santos Adão
Iracema Miguel
Iranete Joaquim da Silva
Irani Alves Rodrigues
Irani Cavagnoli
Iranildo Bernardo Alves
Irene Borges Rizzo

Irene de Jesus Soares
Irene Manoel
Irenilda Cavalcante Moreira
Irineu Molina
Isabel Cristina Midori
Isabel Cristina Ribeiro da Cunha F. Caldas
Isabel Cristina Yokoyama
Isabel de Freitas Tavares
Isabel Hitomi Miyaoka
Isabel Nahomi Kawamura Esteves
Isabela Aparecida Prudenciatto
Isacil Lelis Martins
Isaias Bartho Rossi
Isaias Bernardo da Silva
Isaias de Freitas
Isde Maria Mendonça Barbosa
Ismael Andrade Pescarini
Isolino Motta
Israel Elias de Araújo
Israel Felix de Santana
Israel Simões
Italo da Ros
Iukio Tomoda
Ivair Donizeti Coltri
Ivaldo de Barros Silva
Ivan Azevedo Pessoa
Ivan Dias de Campos
Ivan Pereira dos Santos Sobrinho
Ivan Sérgio Costa
Ivan Tognotti
Ivana Haddad Nasser
Ivani Maria da Silva Rocha
Ivanilda Aparecida de M
Ivanildo do Nascimento
Ivanira Bromatte Duarte
Ivete Veras Felix Pires
Ivo Bento Garcia
Ivone Aparecida Miranda
Ivone Crispim Rocha
Ivone de Fátima Josafa
Ivone Farias
Ivone Gomes de Souza
Ivone Lepri
Ivone Santos da Silva
Ivone Soares Quaglia
Iwao Kikko
Izabel Aparecida Donadon Pavanelli
Izabel Cristina de Almeida Cardoso
Izabel Hiroe Tanaka
Izabel Mota
Izabel Peter dos Santos
Izaenio Lopes
Izilda Maria Rinaldi
Izilda Soares Tinoco
Jaccomino Portaro
Jacira Aparecida de Souza
Jacira Aparecida Rangon
Jacomo Zoiro
Jacon Francisco
Jacques Blasbalg
Jacy Lopes da Silva
Jacyra Pimentel Paschoini
Jafet Henrique de Carva
Jafet Hussni
Jailson Pereira Canuto
Jaime de Barbosa Mesquita
Jaime Hespanhol
Jaime Viana da Silva
Jair Bento da Silva
Jair Gomes
Jair Rogério Malaquias de Oliveira
Jairo Marques Augusto
James Patrick Maher Júnior
Jamir Odovaldo Calaresi
Janaina de Sousa Silva
Jane Eloise Nogueira de Lima
Janine Nemeh
Janio de Souza Santana
Jaques Nery de Oliveira
Jayme de Carvalho
Jeferson Bento Pereira
Jeferson Vasques Kalil
Jefferson Carlos de Carvalho
Jhony Tomaz
Joana Catia Meireles Lima
Joana da Silva Neves
Joana Maria Soares de Faria Silva
João Alberto de Buone
João Alberto Venancio
João Alfredo Guimarães de Oliveira
João Alves Ladeira
João Antônio Bueno E Souza
João Antônio de Paula Queiroz
João Antônio Nogueira
João Antônio Ruiz
João Aparecido de Paula
João Batista Castanho Filho
João Batista Chessa Luiz
João Batista da Silva
João Batista de Araújo
João Batista de Lima
João Batista Fortunato
João Bernardino de Freitas
João Brisola da Costa
João Caetano
João Carlos Colo
João Carlos de Oliveira César
João Carlos Montibeller
João Carlos Nardy
João Carlos Pacheco
João Carlos Soares
João Carlos Zampieri
João Contin Filho
João Costa
João de Cassio Kaiut
João de Deus Pereira
João de Oliveira
João de Oliveira
João Dercole
João Dimas Londe
João Domingos Antônio Boggio
João Domingues de Lima
João Evangelista dos Santos
João Evangelista Soares
João Fabiano Pires
João Ferreira da Silva
João Francisco Cozer
João Gilberto dos Santos
João Ildebrando Bocchi
João Jaime de Carvalho Almeida Filho
João Jorge de Souza
João Lázaro de Almeida Prado Filho
João Lino Tomas
João Luís Almeida Paiva
João Luiz Ferreira Neves
João Luiz Roncatto
João Machado Ferreira
João Manoel Scudeler de Barros
João Maroun Boueri
João Mauricio Gambi
João Modesto de Abreu
João Monteiro da Silva
João Octaviano Machado Neto
João Paiva Lopes
João Palma Perez
João Parizi Filho
João Paulo Castanho de Souza Campos
João Pinto da Silva
João Plínio Paes de Barros Júnior
João Queiroz Ferreira
João Rafael Lins Guimar
João Roberto de Andrade
João Roberto Novaes Pupo
João Roberto Vieira Coelho
João Rodrigues
João Rodrigues Sobrinho
João Simões Júnior
João Tadeu Nogueira
João Vianei Tamanini
João Vicente Ferreira Telles Guariba
João Wesley Defacio
Joaquim Antônio Carvalh
Joaquim Augusto Vaz
Joaquim Bernardes Tostes Filho
Joaquim Carlos Sierra Coser
Joaquim de Britto Costa Neto
Joaquim Gomes da Silva
Joaquim Mori
Joaquim Ribeiro Júnior
Joaquina da Conceição Dias da Silva
Joel Angrisani Júnior
Joel Baptista de Campos
Joel de Oliveira Porto
Joel Depieri Paes Barreto
Joel Fredenhagen Vasconcelos
Joel Ramos de Lucena
Joelma de Fátima Baldin de Andrade
Jonas Augusto de Salles
Jonas Barcelos
Jonatan Sporn
Jones Martins de Mello
Jordan Ferreira de Lima
Jorge Alberto Corrêa
Jorge Amancio de Azevedo
Jorge Antônio Azevedo Vieira
Jorge Chavarski
Jorge Dias Gonçalves
Jorge dos Santos Caldeira Neto
Jorge Eduardo de Jesus Matos
Jorge Luís da Silva Hais
Jorge Luiz Boz
Jorge Maciel Flores
Jorge Manuel Marques Gonçalves
Jorge Nicolau
Jorge Orlando Costa
Jorge Roberto de Carvalho
Jorge Sampaio Filho
Jorge Yatim
Josafa Pereira da Conceição
Josafa Pereira da Conceição Filho
José Admir Moraes Leite
José Alberto Barbosa
José Alberto de Agrela
José Albino
José Alves
José Alves Barbosa
José Alves da Cunha
José Alves da Silva
José Alves de Lima
José Americo Piovani
José Anacleto Porto
José Antônio Acácio
José Antônio Bondezan
José Antônio Carletti
José Antônio de Barros Martins
José Antônio de Maria
José Antônio de Oliveira E Souza
José Antônio Fortunato
José Aparecido Belavenuto
José Aparecido Ibellp
José Aroaldo Alves Reis
José Augusto de Pontes
José Barboza de Oliveira
José Benedito de Oliveira
José Bustamante Filho
José Camilo de Almeida Prado Júnior
José Cândido Medina
José Carlos Annicchino
José Carlos Castanheira
José Carlos Chagas
José Carlos Constantino
José Carlos da Costa Corrêa
José Carlos da Silva
José Carlos de Faria
José Carlos de Oliveira
José Carlos Furquim
José Carlos Macruz
José Carlos Marques
José Carlos Morimoto
José Carlos Neto
José Carlos Novoa Conde
José Carlos Pacheco
José Carlos Rangel de Andrade
José Carlos Thizio
José Carlos Vicentini
José Carlos Zaninotti
José Celco Generoso
José Celso Pereira
José César de Freitas
José Cláudio Posella Ce
José da Silva
José da Silva Bezerra
José de Abreu
José de Anchieta Nunes Salvador
José de Arimateia Moura Sousa
José de Arimateia Soare
José de Castro
José de Melo
José de Souza
José Donizete Dutra de Farias
José Dorta de Souza
José dos Santos
José Eduardo Cotrim Bento Vidal
José Eduardo do Amaral
José Eduardo dos Santos
José Eduardo Levy
José Eduardo Muller
José Eduardo Rodrigues
José Eduardo Silva Adão
José Edvando de Souza Ramos
José Elias da Conceição Santos
José Elias Lorenzatto Aruth
José Emílio de Barros
José Enel Sosa Gonzales
José Eracheu Marcondes Romeiro Filho
José Evanildo Vidal de Almeida

José Fabio Zamith Calazans
José Felix da Silva
José Fernando Lefcadito Alvares
José Fernando Leite de Campos
José Fernando Maciel
José Ferreira da Silva
José Ferreira de Melo
José Ferreira dos Santos
José Figueiredo de Lima
José Francisco Cavalcante
José Francisco Cursino de Moura
José Francisco de Carvalho Neto
José Francisco de Lima
José Freitas da Silva
José Geraldo Ferreira da Silva
José Geraldo Garcia
José Geraldo Ramos Ferraz de Barros
José Gildo Lucas de Sal
José Gomes
José Gomes da Silva
José Hamilton Alexandrino dos Santos
José Henrique Marcal da Silva
José Jabur
José Joaquim Vieira de Carvalho
José Jorge da Silva
José Júlio de Assis Braga
José Leopoldo Xavier Tavares da Mata
José Lessa Mattos Silva
José Lopes da Silva
José Lopes de Souza Filho
José Lourenço da Silva I
José Lucas Cordeiro
José Luciomar Pereira
José Luís de Almeida
José Luiz Antunes
José Luiz da Silva
José Luiz de Araújo
José Luiz Fredo
José Luiz Gavinelli
José Luiz Joaquim da Silva
José Luiz Oliveira Laffranchi
José Luiz Pizzo
José Luiz Salvio Garcia
José Luiz Teixeira de Carvalho
José Luiz Trebilcock Tavares de Luca
José Manoel Esteves
José Manuel Albite Gomes da Costa
José Marcelo Ferreira Marques
José Márcio Pereira
José Marcos Daniel
José Maria Cândido
José Maria Cardoso de Assis
José Maria Cláudio
José Maria da Silva
José Maria de Barros
José Maria Graisfimberg
José Maria Mendes
José Mário Porto de Souza Campos
José Matheus Viu Júnior
José Mauro Zambonato
José Max Reis Alves
José Moacir Jorge
José Munoz Romero
José Nunes da Silva
José Osvaldo Tessuto
José Paulo de Mello Pitombo
José Paulo Delmanto
José Pedro Ramos
José Percival Cestini
José Placido Pereira da Silva
José Ramirez Marin
José Real Garcia
José Reinaldo Almeida Santos
José Renato Campolongo Naves
José Renato Mendes da C.
José Renato Pinheiro da Silva
José Renato Soares e Silva
José Ricardo Piratininga
José Roberto da Cruz
José Roberto de Brito
José Roberto de Melo
José Roberto de Oliveira
José Roberto Felipe
José Roberto Maciel Leite
José Roberto Mota
José Roberto Nascimento
José Roberto Picca
José Roberto Sakr
José Robson Moreira de Oliveira
José Rollemberg de Mello Filho
José Ronal Moura de Santa Inez
José Vanildo Adolpho
José Vicente Costa
José Vicente da Silva Filho
José Vicente de Moraes
José Xavier dos Santos
José Yukio Sunakozawa
Joselena de Arruda Pereira
Joselina Bernardo Flora
Joselito Gomez Rios
Josephina Bacarica
Josmar Martins da Silva
Josue de Santa Bárbara Filho
Josue Vieira da Silva
Joyna Pinheiro Cordeiro
Jsoe Carlos Ferreira
Juana Asunción L. Escribano Morales
Juares de Souza Porto
Juarez Rocha de Souza
Juarez Santos Sobral
Jucelaine Yamashiro
Juciney Soares Maia
Júlia Aparecida da Costa
Julianeli Alves Carneiro
Julieta Aparecida de Campos
Júlio Adri Júnior
Júlio Audacio Mazetto
Júlio Camargo Artigas
Júlio César Barbosa
Júlio César Barbosa de Oliveira
Júlio César Baroni
Júlio César da Assunção Pedrosa
Júlio César de Campos
Júlio César de Medeiros
Júlio César Gonçalves Pereira
Júlio César Silva Nascimento
Júlio Fausto da Cunha
Júlio Rodolfo
Júlio Sérgio dos Santos
Juraci Pereira Silva
Jussara Góes Urano
Jussara Martinez
Jussara Wendel de Padua Lopes
Juvenal Campos de Azevedo Canto
Karin Cláudia do Amaral Krbavac
Karla Felipe do Amaral
Katia Christina Faria
Katia Pinheiro de Freitas
Katia Puras
Katia Regina Vassoler
Kazuhiro Kobashi
Keiko Iuata
Keiko Satake
Kelly Christini Natal Palmeira da Silva
Kimie Asano
Kioshi Karimata
Kiyoto Makiyama
Klaus Walter Zulauf
Kleber Coghetto
Kleber de Oliveira
Kyung Mi Lee
Lacir Ferreira Baldusco
Laercio Esposito
Laercio Rodrigues Miranda
Laercio Stevanin
Laerte Mendes da Silva
Laerte Souza de Franca Lopes
Lannes Laio Moor Olivei
Laudelina Jorge Xavier
Laura Lúcia Vieira Ceneviva
Laura Vidotto Guerra
Laurentino Sant'Ana da Cruz
Lauro de Brito Filho
Lauro de Menezes Neto
Lavozier Dantas de Amorim
Lázaro Borges Ribeiro Júnior
Leandro José Franco Damy
Leandro Marques Pereira
Lecy Muller de Campos M
Leda Marisa Corrêa de Carvalho
Leda Roxana V. Marcondes de Moura
Leila Evangelista da Silva
Leila Fátima Tozatti
Leila Fonseca
Leila Lotufo Pereira Pinto
Leila Terezinha Druzian
Leila Yumi Numata
Leliana Zeetano Chahad
Leni Falchi
Lenise Corrêa Ortunho
Leo Bonfim Júnior
Leobino Gomes de Souza Neto
Leocadio Moco da Silva
Leomar Lima de Souza
Leonardo de Oliveira Souza
Leonardo José de Assis
Leonardo Mac Dowell de Figueiredo
Leonardo Roque Pessina Berini
Leonardo Tsuneo Seike
Leoncio Pereira César
Leonel Monteiro Hokama
Leonel Teixeira
Leonidas Pereira da Silva Júnior
Leonor Terezinha Scalise Rondinelli
Leopoldina de Azevedo Maia
Leticia Sorrechia
Lia Affonso Ferreira Barros
Lia Mara Bonadies de Andrade e Silva
Liana Esperanca Giubertoni
Liberto Pio Marchesi
Licia Nicole Beccari Rodriguez
Lidia dos Santos Tiecher
Lidia Marina Santos Donini
Lidia Rosa Feliciana
Lienne Maria Liarte
Ligia Braguim
Ligia Maria Geraissate Borda
Ligia Maria Le Fosse Leme do Prado
Ligia Maura Basso Lamberti
Ligia Pelosini
Ligia Sousa da Silva
Lilian Carla Felix Thonhom
Lilian Celina Veltman
Liliana Emília Jalfen
Liliana Tonietti
Liliane Oestreicher
Lincoln Carasilo
Lindalva Medeiros
Lindenalva dos Santos Sampaio
Lindolfo Vilasboas Filho
Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho
Lis Adriana Valeri Machado Leite
Lorivaldo Silva Martins
Lourdes Ana de Sa
Lourdes Maria Coelho Barelli
Lourdes Maria Gusmatti Candeloro
Lourdes Sueli Sanches Marques Silva
Lourenço Giordano
Lourenço Rosa de Souza
Lourival Cordeiro de Li
Lourival dos Santos
Luci Martins Brogliato Brandimiller
Lúcia de Souza Cabral
Lúcia Dultra Britto
Lúcia Helena de Lima
Lúcia Helena Lepri
Lúcia Mara Laferrera
Lúcia Maria Alvim Pires
Lúcia Maria Dal Medico
Lúcia Maria Furquim de Moraes Bottino
Lúcia Mariano dos Santos
Lúcia Midori Nakazone
Lúcia Pacheco Silva Franco Montoro
Lúcia Serizawa de Souza
Lúcia Teixeira
Luciana Aparecida Pereira
Luciana Cordeiro de Souza Fernandes
Luciana Imperatriz Marino
Luciana Lanzoni de Alvarenga
Luciana Mendes Pimentel
Luciana Real Leite Benedicto
Luciana Sampaio Baruselli Cabral de Melo
Luciane Maria Fiorim Mendonça
Luciano Accioly E Silva
Luciano Castro da Silva
Luciano da Gama Santos
Luciano de Almeida Freitas
Luciano Herrera
Luciano Leme do Prado Cascione
Luciano Leonardo Lopes
Luciene Sorroche Cervig
Lucila Dias Carrilho Soares
Lucília Fernandes
Lucílio Brito Lopes
Lucimar dos Santos Ferreira
Lúcio Nakao
Lucrécia Campo Gomez Trinidad
Lucrécio Goncalo de Oliveira
Lucy Serralvo
Luís Antônio Feliciano
Luís Antônio Prado Jose
Luís Augusto Bicalho Kehl
Luís Augusto Dohmen
Luís Barbosa de Oliveira
Luís Carlos Barato Bras
Luís Eduardo Pinhata

Luís Gonzaga Rabelo Fonseca
Luís Gustavo de Melo Cordeiro
Luís Tolosa Santos
Luísa Bataglia
Luiz Alberto Ayres Rodrigues
Luiz Alberto Borges Valente
Luiz Alberto dos Reis
Luiz Alberto Gandolfo
Luiz Alberto Maia de Souza
Luiz Americo de Oliveira
Luiz Antônio Alves Cost
Luiz Antônio Bonavita
Luiz Antônio de Souza
Luiz Antônio dos Santos
Luiz Antônio Garcia
Luiz Antônio Honorato
Luiz Antônio Pardo
Luiz Antônio Traldi
Luiz Antônio Venâncio da Silva
Luiz Araújo Chaves
Luiz Armando de Alcântara
Luiz Augusto Cora
Luiz Barbosa de Oliveira
Luiz Carlos Bassanelli Júnior
Luiz Carlos Camarim
Luiz Carlos Costa
Luiz Carlos Costa Silva
Luiz Carlos da Piedade
Luiz Carlos de Almeida
Luiz Carlos de Oliveira Ferreira
Luiz Carlos de Oliveira Ramos
Luiz Carlos Ferreira Balbueno
Luiz Carlos Ferreira Pompeo
Luiz Carlos Frigerio
Luiz Carlos Gouvêa
Luiz Carlos Lopes
Luiz Carlos Lopes
Luiz Carlos Mendes
Luiz Carlos Mendes de Lara
Luiz Carlos Monteiro Guedes
Luiz Carlos Quirino Carvalho
Luiz Carlos Rachid
Luiz Carlos Sanchez Jimenez
Luiz Carlos Teixeira
Luiz Carlos Ventura Daniel
Luiz Carlos Vieira Ribeiro
Luiz Caruso Parada
Luiz César Pannain Neto
Luiz Cláudio Perez Filho
Luiz Cláudio Pettian
Luiz Cláudio Sorrilha
Luiz Cravo de Oliveira
Luiz Custódio Dercole
Luiz de Freitas Gomes
Luiz Eduardo Soares Cavalieri
Luiz Fernando dos Santos
Luiz Fernando Mendes da Costa
Luiz Fernando Pinto
Luiz Flávio Gaggetti
Luiz Francisco Martins Tavares
Luiz Franklin Rodrigues
Luiz Gonçalves de Oliveira
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Gonzaga de Araújo Lobo
Luiz Gonzaga Mendes de Almeida
Luiz Gonzaga Montans Ackel
Luiz Gustavo Della Noce
Luiz Henrique Ávila de Souza Pinto
Luiz Henrique N. de Arruda e Miranda
Luiz Henrique Pedreira
Luiz José Antônio
Luiz Luciano de Oliveira
Luiz Marcelo Camargo Dias
Luiz Marques dos Santos
Luiz Mendonça de Freitas
Luiz Miguel Almansa
Luiz Oscar Cunha de Toledo
Luiz Otavio Cruz Teixeira
Luiz Paulo de Camargo A.
Luiz Paulo Ferrero
Luiz Peres Júnior
Luiz Philippe Florence Borges
Luiz Pugliese Filho
Luiz Roberto Boggiani
Luiz Roberto de Souza Queiroz
Luiz Sérgio Claudino dos Santos
Luiz Tadeu Bergamo
Luiz Ueno
Luiza da Silva Caldas Pinto
Luiza Maria Kellermann
Luiza Shiraishi
Luizir Romero Dias
Lupércio Natarelli Jero
Luvaneis Benedito Modesto
Luverci Pontes de Oliveira
Luzia Alves Lino
Luzia Célia Gomes
Luzia Perassol Zerbe
Luziete Santos Soares
Luzinel Gonçalves Lira
Lydia Lúcia de Sant'Anna Pereira
Lydia Maria Perosa
Lygia Tupy Caldas
Lyndon Johnson Belgo
Maciel Silva de Macena
Magali Aparecida Mazine
Magali Narciso Fortes
Magaly Carvalho Pinto Gomes
Magaly Verdegay de Miranda
Magda Carmo dos Santos
Maira de Cerqueira L. Klein Guimarães
Maisa Emília Raele
Maisa Regina Gatto
Mamoru Miyahara
Manoel Aparecido Martins
Manoel Barbosa Pires
Manoel Benedito de Macedo
Manoel Bento de Souza
Manoel Cassemiro Filho
Manoel de Barros Barbosa
Manoel Domingues dos Santos Neto
Manoel Ferreira da Silva
Manoel José Rodrigues
Manoel Lacerda Pinto Neto
Manoel Lopes da Silva
Manoel Miguel da Silva
Manoel Nerino
Manoel Neto Ribeiro da Silva
Manoel Walter de Oliveira
Manoel Wanderley Lins Júnior
Manuel Januario Netto
Manuel Martins Alves
Mara Cristina Comodo
Mara Lúcia Coelho
Mara Lúcia Vieira Rodrigues
Mara Suely S. de Melo Casares
Marcelino Lima Neto
Marcello Cinquini
Marcello Cláudio Loiacono
Marcelo Antônio Nogueira Prado
Marcelo Barbosa Câmara
Marcelo Batista Camargo
Marcelo Calheiros Alves
Marcelo Carlos Zeferino
Marcelo Costa de Almeida
Marcelo Cunha de Oliveira
Marcelo de Albuquerque Stella
Marcelo de Almeida Prado
Marcelo Demarche
Marcelo Dermargos Cury
Marcelo Galdieri
Marcelo Garcez Riskallah Abib
Marcelo Giunta Rodrigues da Silva
Marcelo José Correia
Marcelo Luciano dos Santos Bilibio
Marcelo Meirelles de Souza Pinto
Marcelo Messias Cardoso
Marcelo Morgado Cintra
Marcelo Neubern Bottini
Marcelo Ramos
Marcelo Ramos Monteiro de Barros
Marcelo Ribeiro
Marcelo Rodrigues de Melo
Marcelo Rodriguez Pacini
Marcelo Roseiro Moitinho
Marcelo Silva de Miranda
Marcelo Siqueira Bueno
Marcelo Torres de Oliveira
Marcelo Yoshio Kurokawa
Marci Fernandes da Rosa
Márcia Benta de Souza
Márcia Coelho
Márcia Corrêa de Toledo Peres
Márcia da Silva Alves
Márcia de Oliveira Mendes
Márcia Eduardo de Andrade
Márcia Garcia Rocha Dias
Márcia Gonzalez
Márcia Grosbaum
Márcia Helena Silva Gallo
Márcia Lúcia Guilherme
Márcia Penoff da Silva
Márcia Peres
Márcia Pinter de Almeida
Márcia Quimie Tochizawa Kuroda
Márcia Raquel Falconi
Márcia Regina Mattar Ribeiro
Márcia Santos Nogueira
Márcia Serrano Grisi
Marcial Antônio Leite
Márcio Alves Pimentel
Márcio Aparecido Fernandes Benedecte
Márcio Arruda Moraes
Márcio Cícero de Sá
Márcio Figueiredo Costa
Márcio Freire Penteado
Márcio Henrique de Morais Baroni
Márcio Joaquim Estefano de Oliveira
Márcio Pedro Basso
Márcio Peres Gameiro
Márcio Pimentel da Silva
Márcio Ribeiro Gaban
Márcio Vargas Toledo
Márcio Yoshio Ishibashi
Marco Antônio Arrivabeni
Marco Antônio Corrêa da Silva
Marco Antônio Ferrandini Garcia
Marco Antônio Filippo Lopes
Marco Antônio Freire da Silva
Marco Antônio Ignácio
Marco Antônio Massonetto
Marco Antônio Moraes So
Marco Antônio Vieira de Souza
Marco Aurelio de Paula Queiroz
Marco Fabio de Camargo
Marco Paulo Leal
Marco Roldao Pires da Rocha
Marcos Antônio Chaves
Marcos Antônio de Albuquerque
Marcos Antônio Gigliozzi
Marcos Antônio Lizardo
Marcos Antônio Machado
Marcos Antônio Palma
Marcos Aurelio Cândido
Marcos Aurelio Cano
Marcos Aurelio Gherman
Marcos Aurelio Maia
Marcos Basile
Marcos César Santos Simões
Marcos de Mattos Balduino
Marcos Donizetti Otero
Marcos Eduardo Demonte Barnabe
Marcos Eduardo Meinberg Castro
Marcos Estevan Del Prette
Marcos Gomes Pereira
Marcos Jordao Teixeira do Amaral Neto
Marcos José Bertoldo
Marcos Luís Costa
Marcos Luís Flores
Marcos Pellegrini Bandini
Marcos Portella Miguel
Marcos Reginaldo Nicolau
Marcos Ribeiro Araújo
Marcos Roberto dos Santos Duarte
Marcos Roberto Martins
Marcos Rodrigues Penido
Marcos Roque da Silva Ferreira
Marcos Soel Silveira Santos
Marcos Stersa
Marcus Vicente Livrieri
Margareta Wojchowski
Margarete Seiko Nakano
Margarida de Lemos
Margarida Ferreira dos
Margarida Martinha Gazeta Trindade
Margarita Eispu
Mari Ito
Maria Aldana
Maria Alice Ferraz
Maria Alzira Marzagao Monfre
Maria Amelia Borelli Pellicano
Maria Ângela Jabur
Maria Ângela Mesquita Salles
Maria Angelica Almeida
Maria Angelica Ferreira Souto Taciano
Maria Angélica Nascimento Kotchetkoff
Maria Antônia de Oliveira Bagatin
Maria A. Yuriko Tahira
Maria Aparecida Barbosa
Maria Aparecida Bartolomei da Silveira
Maria Aparecida Bonagamba Cominato
Maria Aparecida Cardillo
Maria Aparecida Carvalho
Maria Aparecida da Conceição
Maria Aparecida Demonico
Maria Aparecida Iatauro Katz

Maria Aparecida Inácio
Maria Aparecida Linhares
Maria Aparecida Novais de Benedicto
Maria Aparecida Sitrangulo
Maria Aparecida Valentim
Maria Aprarecida Moreira Batista
Maria Augusta Neto
Maria Auxiliadora Guima
Maria Auxiliadora Rodrigues
Maria Auzeni Sanguinetti da Silva
Maria Beatriz de Carvalho Estrada
Maria Beatriz de Marcos Millan Oliveira
Maria Beatriz Prado Sampaio Garcia
Maria Bernadete Rodrigues de Oliveira
Maria Cândida de Castro Silva Dacunto
Maria Cecília Closs Scharlach
Maria Cecília de Camargo Silva Diaz
Maria Cecília Junqueira Franco Mosterio
Maria Celeste Cesário
Maria Christina Braga Cestari Canto
Maria Christina Tinoco Barbosa Santos
Maria Clara Napolitano Wajss
Maria Cláudia da Costa Brandão
Maria Cláudia Pereira de Souza
Maria Cristina Baccini
Maria Cristina de Freitas Alves
Maria Cristina Ferreira da Silva
Maria Cristina Giostri Bittar
Maria Cristina Guimarae
Maria Cristina Lancia Noronha de Oliveira
Maria Cristina Leite Tapajós
Maria Cristina Lopes Victorino
Maria Cristina Loureiro Tonobohn
Maria Cristina Mehrtens
Maria Cristina Ortiz Solera Vieira
Maria Cristina Pereira Dias
Maria Cristina Pinto César
Maria Cristina Teixeira Carnelos
Maria Cristina Valim Lourenço Gomes
Maria da Conceição Cavalcanti
Maria da Gloria Souza Teixeira
Maria da Graca Branda A.
Maria da Penha Almeida Souza Knudsen
Maria da Silva Roger
Maria das Graças Bigal Barboza da Silva
Maria das Gracas de Gouvêa
Maria das Gracas do Nascimento Cardoso
Maria das Gracas Rodrigues Eckert
Maria de Fátima A. Munhoz Hirsgbarg
Maria de Fátima Appezzato
Maria de Fátima Batista
Maria de Fátima Calefi
Maria de Fátima de Frei
Maria de Fátima de Queiroz
Maria de Fátima Felix L.
Maria de Fátima Gomes da Silva
Maria de Fátima Valente
Maria de La Luz Prada Blanco
Maria de Loudes Zuquim
Maria de Lourdes Badejo Gussoni
Maria de Lourdes Fernandes Corrêa
Maria de Lourdes Mantovani
Maria de Lourdes Morais
Maria de Lourdes Peloso
Maria de Lourdes Silva
Maria de Lourdes Siracuza Cappi
Maria de Lourdes Vidal de Araújo
Maria de Lourdes Vieira Motta
Maria de Lurdes Pereira
Maria do Carmo Bachiega
Maria do Carmo Rocha
Maria do Carmo Rodrigues Alves
Maria do Sacramento Letra
Maria do Socorro Lacerda
Maria Dolores Santos
Maria Eduarda Pires
Maria Eleizabeth Lindolfo Dionisio
Maria Elisa de Campos Maia
Maria Elisabete de Lima
Maria Emília Medeiros
Maria Encarnacao Gatti Camacho
Maria Ercilia de Arruda
Maria Ercilia Piramo Torres de Oliveira
Maria Eugenia de Souza Oliveira
Maria Eunice Fiore
Maria Fátima Bueno de Moraes
Maria Fernanda de Faro Santos
Maria Fernanda Pereira Lopes
Maria Flora Rodrigues da Silva
Maria Giselda Cardoso Visconti
Maria Goretti Pinto
Maria Helena Boendia Machado de Biasi
Maria Helena Capela Kloss
Maria Helena de Carvalho
Maria Helena Jungmann Rondino
Maria Helena Martinez Cinini
Maria Helena Martins Soares
Maria Helena Veneziani Sugano
Maria Heloisa Soares Pereira Pupatto
Maria Idalina Echevarri
Maria Ignez Prado Lopes Aranha
Maria Ilfa Vieira Ottoni
Maria Ines Fernandes Carvalho
Maria Ines Fessel Lahoz
Maria Ines Mejias
Maria Inez Alciati
Maria Irene de Araújo
Maria Isabel de Salles Oliveira Bertoncello
Maria Izabel Braga Belavenuto
Maria Izabel da Fonseca Rueda
Maria Izabel de Paula
Maria Jakubovicz Casart
Maria José Bueno Orioli
Maria José de Azevedo Marcondes
Maria José de Oliveira Siani
Maria José Ribeiro Lingguanotto
Maria Júlia Vieira Pinheiro
Maria Laura F. da Silva de Almeida
Maria Lourdes Batista Luiz Picchi
Maria Lúcia Almeida e Oliveira
Maria Lúcia Alves dos Santos
Maria Lúcia Bauer
Maria Lúcia Coffani dos Santos
Maria Lúcia Costa
Maria Lúcia da Silva
Maria Lúcia de Toledo
Maria Lúcia Ferreira da Conceição
Maria Lúcia N. Teixeira de Almeida
Maria Lúcia Silva Barroco
Maria Luísa Borges
Maria Luísa Inui
Maria Luiza dos Santos Mota
Maria Luiza Guiao Bastos
Maria Luiza Luz do Prado
Maria Luiza Mano Ugeda
Maria Luiza Piscino Dionizio
Maria Luiza S. Ferraz Plessmann
Maria Lygia Ribeiro Quintanilha
Maria Margareth dos Reis
Maria Matilde Oliveira
Maria Minervina M. Novaes Silva
Maria Moschetta Novo
Maria Nasare Alvim Meli
Maria Olívia Padilha Sverzuti
Maria Olyntha Guilherme Borba
Maria Paixao Nunes
Maria Regina Lembi Alve
Maria Regina Scarel
Maria Regina Senna
Maria Resende Junqueira Salles
Maria Rey Kobayashi Yam
Maria Rita Cartillone
Maria Roberta da Silva
Maria Rosa Ferreira da Silva
Maria Rosário de Fátima Calado Barros
Maria Salete Crivelenti Queiroz
Maria Salete Magalhães Alves
Maria Souza Lima
Maria Sperber
Maria Stela Gonçalves Leite
Maria Stela Leite de Mello
Maria Teresa da Silva Teixeira Pinto
Maria Teresa Manso Viei
Maria Teresa Nogueira Mucci
Maria Teresa Soto Cuencas
Maria Tereza Delorenzo Perocco
Maria Tereza Nicolai Garcia Knesse
Maria Tereza Soares Silveira
Maria Thereza Cesarino Trevas
Maria Thereza Torres Montenegro
Mariana de Sylos Rudge
Mariana Dellabarba Barros
Mariane Frederico Vega
Mariangela Erschfeld Alves de Brito
Mariangela Portela da Silva
Mariangela Zinezi
Marianne Schad
Mariano Molina
Marice Clemente Conde
Maridel Vicene Polachini Lopes
Marie Anne Jane Monique Worms
Marie Louise Bulhoes Pedreira Genevois
Marilena Fajersztajn
Marilena Rocha Coutinho
Marilene Pontirolli de Araújo
Marileuza Parra Pereira
Marilia Rodrigues Araújo
Marilidia Mello de Almeida
Marilisa Targa Fernandes
MariLúcia Vieira Fernandes
Marina Carmo do Nascimento
Marina de Camargo Heck
Marina de Campos Maia Pereira
Marina Kioco Coda
Marina Lopes Pereira
Marina Mie Ichikawa
Marina Rosa Vezzoni
Marinez Cury Muniz
Mariny Yolanda Lopes
Mário Adami Filho
Mário Amaral S. Coelho Júnior
Mário Antônio da Silva
Mário Aparecido Alves dos Santos
Mário Aparecido Lopes
Mário Barcellos Coimbra Júnior
Mário Celso Yamauchi
Mário Cezar Pimentel
Mário de Paula Guimarães Gordilho
Mário Elisio Botega
Mário Ferreira da Silva
Mário Franco Enzo Pugliese
Mário Henrique Guimarães Alves
Mário Henrique Miranda Negrisoli
Mário Ialente da Silva
Mário Innecchi Júnior
Mário José de Mello
Mário Kenji Maruyama
Mário Luiz Decanio
Mário Luiz Savioli
Mário Maekawa
Mário Massao Takeda
Mário Minoru Izumi
Mário Okada
Mário Ribeiro dos Santos
Mário Romano
Mário Sérgio Cabral de Melo
Mário Sérgio Escudeiro
Marisa Aparecida Leonel da Silva Fuzihara
Marisa Collavini Coelho
Marisa Fernandes
Marisa Helena Camarinha
Marisa Messias Maciel
Marisa Miranda de Oliveira
Marisa Miranda de Oliveira Ramalho
Marisa Valerio de Campos Kelis
Marise Leme Franco
Maristela de Oliveira
Maristela Fonseca Bucci
Maristela Valenciano Achilles
Marivone Rocha Ribeiro
Mariza Marques Belloni
Mariza Moschetta
Marlane Apparecida Cama
Marlene Aguiar Medeiros E Moraes
Marlene Antônia Martins
Marlene Aparecida Veiga
Marlene de Souza Nobre e Paula
Marlene Dias de Souza
Marlene Monteiro Jorge
Marlene Pereira de Araújo
Marlene Polese Thomaz Esposito
Marli Alves de Oliveira
Marli Alves dos Santos
Marli Aparecida Oliveira
Marli Benavides Alarcon
Marli Drey
Marli Eugenio Caldas
Marli Filomena da Silva
Marli Rosa Cerqueira Te
Marli Terezinha Frigerio
Marli Toledo Pires
Marly Filomena de Souza Rocha
Marly Namur
Marly Rodrigues Duarte
Marta Caruso Afonso
Marta de Oliveira Menezes
Marta Dora Sister
Marta Junqueira da Silva
Marta Lanzoni
Marta Lúcia Balieiro
Marta Maria de Oliveira Paes de Barros
Marta Maria Lagreca de Sales
Marta Regina Moioli
Martin Banhos Navarro
Mary Cristina de Araújo e Silva
Mary Elisabet Daguano

Masako Matsumura Kohl
Masatoshi Sonoda
Mateus Antônio Vitorio
Matiko Miyamura
Maucir Fregonesi Júnior
Maura Cristina Linhares
Mauri Donizete de Castro
Mauricia Braga de Jesus
Mauricio Akhnaton Dorini
Mauricio Aparecido Haka
Mauricio Assis Bandeira de Melo
Mauricio Carlos Barbosa de Freitas
Mauricio Carmo da Silva Filho
Mauricio de Almeida Sylos
Mauricio de Oliveira
Mauricio Hiromi Yamaji
Mauricio Limp da Costa
Mauricio Luperi
Mauricio Marcelli
Maurício Ribeiro
Mauricio Villaca Leite de Barros
Mauro Destri Villari
Mauro Felisbino
Mauro Fracaro
Mauro Henrique Beni
Mauro Inojossa
Mauro Mendes de Figueiredo
Mauro Moreira Cardoso
Mauro Neofiti
Mauro Roberto Preto
Mauro Villanova
Mauro Watanabe
Maury Peres Barros
Maximiliano Nogueira Garcia
Mayra Cury Avanzini
Mayumi Arakava Silva
Meire de Oliveira Campos
Melissa Quintino de Araújo da Silva
Mercedes da Silva Vieira Paradelas
Mercia Maria S. Bottura de Barros
Messias de Alencar Silverio
Messias Gomes do Amaral
Messias Rodrigues de Melo
Meyre Eliam Costa do Livramento
Michele Montone
Michiyo Sugimoto Suzuki
Miguel Ângelo Daspett
Miguel Correia de Oliveira
Miguel Dimas Negri
Miguel Farillo Neto
Miguel Jorge Raya
Miguel Santa Ines Júnior
Milton Fonseca Paiva
Milton Lopes de Souza
Milton Nogueira
Milton Pereira dos Santos
Milton Vieira de Souza Leite
Milton Vilhena Granado Júnior
Minica Nogami
Miriam Elwing
Miriam Fernanda Lopes Barros Moro
Miriam Murakami Hiroto
Miriam Steinbaum
Mirian de Oliveira Campestre
Mirian Santos Malta
Mirtes Sá Ferreira Albuquerque da Silva
Mitsuo Hamada
Mitsuo Maruichi
Moacir Aparecido Cardoso
Moacir Coelho Grossi
Moacir Fariz Frozoni
Moacyr Ferraz de Oliveira
Moacyr Lourenço Ramos
Moacyr Rodrigues
Moacyr Toledo das Dores
Moacyr Vieira Seródio Filho
Moib Eid
Moises Pereira Lyra
Monica Alves Paes Tagnin
Monica Ângela Torres Marquez
Monica Aparecida Cueva de Oliveira
Monica Araújo Lacerda
Monica Barbieri Orban
Monica Clemente
Monica de Pinho Falcão
Monica Fernandes Berimbau
Monica Gasparini
Monica Manso Moreno
Monica Pimentel de Vassimon
Monica Sandalo
Monica Segatto Boverio Macruz
Monica Teofilo Drucker
Monica Therezinha Bartie Rossi
Moyses Aldo Nascimento
Murilo de Novais Silvei
Murilo Monni Coutinho
Muryllo Della Mea
Nadia de Arruda Leite
Nadia Onoe Gonçalves
Nadia Somekh
Nadja Jean Ferro
Nair Ribeiro
Nanci Marques Barbosa Miranda
Nanci Nogueira de Moraes
Napoleão Soares do Rêgo
Narciso Guilherme Pieroni Cersosimo
Natal Mendes
Natália Ferreira da Silva Oliveira
Natália Maria Lobão Pinheiro
Natalio Monteiro
Natanael Rodrigues Cardoso
Nazaré Maria Dantas Eloy
Neide Aparecida Monteiro
Neide de Oliveira
Neide Yabu
Neise Enrica Lamberti
Neize Antônia da Silva
Neli Maria Medeiros Fossatti
Nelia Maria Barros do Nascimento
Nelson Alves Júnior
Nelson Antônio Monteiro Morse
Nelson Bottini
Nelson Domingos
Nelson Domingues Posse
Nelson Ferreti Filho
Nelson Fusco
Nelson Garrote
Nelson Luiz Assumpção
Nelson Mata Nascimento
Nelson Neco Plotek
Nelson Pereira Rocha
Nelson Yoshio Tanaka
Nelson Yukio Aockio
Nelson Zein Filho
Nelzi Apparecida Corrêa Neves
Nercides Garcia
Nereide Sanches Barioni
Nerina Aparecida Mendes Santana
Nestor Chum Yamada
Neusa Maria Bandoszeweski
Neusa Maria Dias
Neusa Maria Macuco do Prado
Neusa Maria Perez
Neuza Garcia Simões Motta
Neuza Maria Trauzzola
Newton Kayano
Nicanor Belan
Nicola Piza
Nidelci de Lourdes Ferraz
Niels de Castro Lemos
Nilce Pereira
Nilce Scheiel de Almeida
Nilce Therezinha Baglioni
Nilceia Bianchini
Nilma de Albuquerque de Lima
Nilo Pereira Júnior
Nilsa Tomoko Matsumoto
Nilson Carlos Cunha
Nilson Chavier
Nilson de Paula
Nilson Manoel Ferreira
Nilson Rogério Baroni
Nilton Emílio de Micheli
Nilton José Dolce
Nilton Yasutoshi Kuwata
Nilza de Jesus Ribeiro
Nilza Fevereiro Vilardi
Nina Levashko Eispu
Nivaldo Ferreira de Melo
Nivia Cunha da Silva
Niwton Tadashi Nishiwak
Noboru Ishida
Noe Araújo das Neves
Noe Ferreira de Macedo
Norberto Duran
Norberto Jesus Angeloco
Norberto Leão Ahir
Norberto Maringeli Júnior
Norberto Marsaiolli Filho
Norberto Poci
Norival de Freitas
Norma da Silva Profeta
Norma Falcão Lins Caldas
Norma Satt Rezek
Normando de Souza E Sil
Nouza Alves Pereira
Oacy José Deienno Pinhal
Octavio dos Santos Sodr
Octavio Luiz de Oliveir
Octavio Manente Júnior
Odair Cardoso
Odair Ferreira dos Santos
Odair Giacomini
Odete Mesquita de Oliveira Menezes
Odete Selim Elias
Odon Pereira da Silva
Olegário José dos Santos Netto
Olga de Jesus Bento
Olga Yumico Doi
Olímpio Antônio Cardoso de Moraes
Olímpio Severino da Silva
Oliveira Santana da Silva
Olívia Chagas Motta
Oracio da Silva Baeso
Orandi Sebastião dos Santos
Orani Aparecida dos Santos
Orival de Oliveira
Orlando Alves da Silva
Orlando Duarte do Amara
Orlando Hiroshi Tsukumo
Orlando La Bella Filho
Orlando Leite dos Santos
Orlando Nista Júnior
Ornalina Vieira Pinto
Ors Imre Ferenc Szolnok
Oscar Camargo Braga Seidel
Oscar da Silva
Oscar Jorge Moyses
Osmar de Lima Pacheco
Osmar José Tonello
Osmar Paixão
Osmar Rissi
Osvaldo Aparecido Barbo
Osvaldo Bazilio Corrêa
Osvaldo Francisco Polli
Osvaldo Tayra
Oswaldo Amancio de Souza
Oswaldo Bothmann Filho
Oswaldo Gomes Lima Filho
Oswaldo Issao Uyemura
Oswaldo Jacob
Oswaldo Marco Júnior
Oswaldo Pinheiro Doria
Oswaldo Schuch
Oswaldo Silvestrim Chaim Júnior
Oswaldo Telles
Otacilio da Silva
Otair Ernesto Venturini
Otaviano Matos Filho
Ovidio Vieira Ferreira
Ozana Dias
Palmiro Romanetto
Pascoal Cestini
Patrícia Barucci
Patrícia de Almeida Torres Oliv
Patrícia Garcia de Oliv
Patrícia Gusukuma
Patrícia Helena Dallaverde de Sousa
Patrícia Malavski Oliveira Pinhata
Patrícia Márcia Patricio da Silva
Patrícia Teresa Lucas Jorge
Paula da Conceição Adamo
Paula Francinete Donega de Moura
Paula Juliana Curvelo Rodrigues
Paula Sapir Febrot
Paulino Caetano da Silva
Paulo Adriano Niel Frei
Paulo Afonso Conti
Paulo Alberto de Oliveira
Paulo Alexandre Pinto Nunes da Silva
Paulo Alexandre Rico Estevao
Paulo Alves Pereira
Paulo Antônio Bonomo
Paulo Calheiros Bomfim Filho
Paulo Celso Fortes
Paulo César Belloni
Paulo César dos Santos Stefani
Paulo César Lima Nogueira
Paulo David Hervas
Paulo Eduardo Barros Pignanelli
Paulo Eduardo Busse Ferreira
Paulo Eduardo Dias Garcia
Paulo Emílio Donizeti V
Paulo Fernandes de Carvalho
Paulo Fernandes Gomes
Paulo Fernando Dias de Andrades

Paulo Ferrão
Paulo França Barbosa Filho
Paulo Francisco de Souza
Paulo Generoso
Paulo Geraldo Ferreira Roncada
Paulo Hatutoshi Onishi
Paulo Henrique Ferreira
Paulo José Almeida Amaral
Paulo Luiz Gomes Alves
Paulo Marcelo Goia
Paulo Márcio Bezerra de Menezes
Paulo Maschietto Filho
Paulo Miguel Stefan
Paulo Miyamoto
Paulo Mundin Prazeres
Paulo Pires de Alvarenga
Paulo Ricardo Ferraz de Oliveira
Paulo Ricardo Giaquinto
Paulo Roberto Cardoso Rbocho Filho
Paulo Roberto Coelho Prates
Paulo Roberto da Silva Ferrero
Paulo Roberto de Almeida
Paulo Roberto de Castro Cecílio
Paulo Roberto de Souza
Paulo Roberto Medeiros
Paulo Roberto Moreira
Paulo Roberto Pereira D.
Paulo Roberto Queiroz Cardonetti
Paulo Roberto Sales
Paulo Roberto Vieira Neves
Paulo Rogério Bastione dos Santos
Paulo Rogério Zambello
Paulo Sampaio de Araújo
Paulo Sérgio da Silva
Paulo Sérgio de Moura
Paulo Sérgio de Oliveira
Paulo Sérgio de Oliveira Prado
Paulo Sérgio dos Santos
Paulo Sérgio Fernandes Vieira
Paulo Sérgio Jarach
Paulo Sérgio Lande
Paulo Sérgio Navarro
Paulo Sztutman
Paulo Tebaldi Cstellano
Paulo Troise Voci
Paulo Victor Marocco Milanez
Pedro Aldenucci Neto
Pedro Antônio Cintra
Pedro Augusto de Almeida Barros
Pedro Dadian
Pedro de Freitas Costa
Pedro Duarte Filho
Pedro Ernesto Barbosa D.
Pedro Lino dos Santos Neto
Pedro Lopes de Toledo
Pedro Luiz de O. Lins da Fonseca e Silva
Pedro Maria de Jesus
Pedro Mendes da Rocha
Pedro Paulo Martins do Nascimento
Pedro Paulo Martoni Branco
Pedro Paulo Teixeira Pi
Pedro Ribeiro do Val Neto
Pedro Rodrigues de Oliveira
Pedro Roque Queiroz
Pedro Sérgio Romeiro
Perilo de Magalhães
Perseu Covas Pedrosa Borges
Pirajá Vasconcelos
Plínio Campos Grillo
Plínio Pereira Machado
Plínio Xavier de Mendonça Júnior
Pompílio Mercadante Neto
Priscila Maria Barros Baptista Gonçalves
Rachel Macedo Rocha
Rafael Barros Soares
Rafael de Menezes Neddermeyer
Rafael Henrique Fininho Urban
Rafael Robles Godoi
Rafael Zinezi Araújo
Raimundo Ferreira Damasceno
Raimundo Luiz da Cruz Morais da Silva
Raimundo Pereira da Silva Filho
Raimundo Sérgio Martins
Ralfo Costa Castanheira
Ramon Arnus Filho
Randolfo Marques Lobato Filho
Raphael Pileggi
Raphael Tiburcio Marrone de Mattos
Raquel Barbosa Namo Cury
Raquel Boltes Cecatto
Raquel Iglesias Verdenacci
Raquel Rolnik
Raul Christiano de Oliveira Sanchez
Raul Costa Neves Júnior
Raul David do Valle Júnior
Raul de Aguiar Ribeiro Filho
Raul de Santa Brigida Neto
Regina Albuquerque da Silva Malvezzi
Regina Celi de Campos Lozano
Regina Celi Ozeki Sarav
Regina Célia Galvão
Regina Célia Grimaldi
Regina Célia Perez
Regina Célia Silva de Almeida
Regina Célia Suzue Oka
Regina Cutim
Regina Estela da Silva Blanco
Regina Helena Bernardes
Regina Helena Micelli Mascia
Regina Kimiko Hangai
Regina Maris Rodrigues Rocha
Regina Valdo Plaça
Reginaldo Branco da Silva
Reginaldo Gurian
Reginaldo Lopes da Silveira
Reginaldo Luiz Nunes Ronconi
Reginaldo Pereira
Reinaldo Ferrigno
Reinaldo Iapequino
Reinaldo Pedro da Silva
Reinaldo Vieira de Sousa
Rejane Maria Emílio Lopes de Sousa
Renata Alves Bezerra
Renata de Faria Rocha Furigo
Renata Prada
Renata Vidoto Lopes
Renato Affonso Alves Júnior
Renato Bartolomei Neto
Renato Basile
Renato Campagnoli
Renato Carita
Renato Corrêa Colombo
Renato de Medeiros Gatti
Renato de Oliveira e Silva
Renato Dixon de Carvalho
Renato do Carmo Corrêa
Renato Espinosa Bellucco
Renato Guilherme Góes
Renato Guimarães Pereira
Renato Lopes
Renato Mario Daud
Renato Miguel Carnevale
Renato Pereira Silva
Renato Perezim Júnior
Renato Pires Lecínio
Renato Roberto Ribeiro
Renato Rocha Pereira da Conceição
Renato Vernier
Rene Redivo Carvalho
Reynaldo Antônio Cue
Ricardo Antônio de Oliveira
Ricardo Aparecido dos Santos
Ricardo Augusto Grecco Teixeira
Ricardo Bernardino
Ricardo Cateb Cury
Ricardo Catelan
Ricardo Constantini Ruiz
Ricardo de Almeida Nobre
Ricardo de Souza Oliveira
Ricardo dos Santos
Ricardo Gila da Conceição
Ricardo Gumbleton Daunt Neto
Ricardo Jorge Mutran
Ricardo José Cordeiro
Ricardo Luiz Calzzetta
Ricardo Luiz Hidalgo Pereira da Costa
Ricardo Máximo
Ricardo Miotto
Ricardo Modena Porzia
Ricardo Pagliuso Regatieri
Ricardo Pelicano Diniz
Ricardo Rioiti Cawai
Ricardo Tambellini Garcia
Ricardo Toledo Neder
Ricardo Vinicius Martin
Ricardo Yoshikazu Sueto
Rildo Neres
Rita Aparecida de Araújo
Rita de Cássia Bessa dos Santos
Rita de Cássia Mello
Rita de Cássia Oliveira Assunção
Rita de Cássia Spalla Furquim
Rita de Fátima Duca
Rita Luísa Herkrath
Roberta Belloni Fonseca Urtado
Roberta Felix Pontes Neto
Roberto Alves Pinto
Roberto Amaroim da Silva
Roberto Bandeira de Souza
Roberto Batista Gomes
Roberto César dos Santo
Roberto Corrêa de Sampaio
Roberto Cunha de Abreu
Roberto Day
Roberto de Oliveira e Silva
Roberto Fernandes
Roberto Francisconi
Roberto Frati
Roberto Kazushi Tamura
Roberto Lucca Molin
Roberto Malta Campos
Roberto Manoel de Oliveira
Roberto Manoel Domingues
Roberto Marioti
Roberto Modolo
Roberto Molina Gonçalves de Oliveira
Roberto Moura Sobrinho
Roberto Novelli Fialho
Roberto Nunes dos Santos
Roberto Porusselli
Roberto Quartim Nessi
Roberto Ramos Silveira
Roberto Rienzi Rustino
Roberto Risatto
Roberto Romano Tocchini
Roberto Rosa Bertagnoli
Roberto Shigueru Sado
Roberto Torres de Oliveira
Roberto Zsigmond
Robson César Pacheco
Robson Ferreira Pinto
Robson Luiz Figueiredo Carvalho
Rodrigo Evaristo Silva
Rodrigo Pinto Alves
Rogério Amorim Bastos
Rogério Ashimine
Rogério Borges
Rogério Coutinho
Rogério dos Santos
Rogério Marques Teixeira
Rogério Rodrigues Ramos
Rogério Yassuo Hayasi
Rolando Beltramine Rolemberg
Rolando Spinola de Lima
Romer Franco Camacho
Romilda de Oliveira Himabukuro
Romilda Rodrigues do Amaral
Ronald Eric Miguel Yazbex Dumani
Ronald Revoredo Ortelão
Ronald Santos Ferreira
Ronaldo da Silva
Ronaldo Eden Fernandes
Ronaldo Lemma
Ronaldo Luiz Mendes Araújo
Ronaldo Rossoni
Rone Ivan Antônio de Souza
Rosa Maria Aparecida Pe
Rosa Maria Lemes
Rosali da Conceição Conde
Rosali Gabriel de Siqueira
Rosalia Bardaro
Rosan de Oliveira da Costa
Rosana Helena Miranda
Rosana Jacota Cohen Ramos
Rosana Pedro Antônio
Rosana Tadeu de Moraes
Rosana Tomazini
Rosane Abboud Tabach Tavares
Rosangela Aparecida Santos da Costa
Rosangela Arnoni Zsigmond
Rosangela da Silva Forn
Rosangela Escorza
Rosangela Nazario de Brito
Rosangela Paulino da Silva
Rosangela Perez
Rosangela Rodrigues Cardoso
Rosangela Viana Lopes
Rosanna Azzolini
Rosano Souza da Silva
Rosaura Aparecida D'Almeida
Rose Maria Braga
Rose Mary Kerr
Roseli Aparecida Niglia de Prospero
Roseli Gabriel Alves de Mattos
Roseli Maria Ramos Domingos
Roseli Rinaldo

Roselma Martins Ferreira Coronato
Rosely Marques Corrêa Machado
Rosely Raele
Rosely Victorino
Rosemary Morikoshi
Rosemeire Gonçalves
Rosemeire Maria Martinucci
Rosenilda das Neves
Rosenir Aparecida Rodrigues Leao
Rosimeire Pontirolli Araújo Carvalho
Rosimeire Rurico Saco
Rosinha Aparecida de B.
Roxane Domenici Czuczman Torres
Rubem Basso
Rubem Massuia
Rubens Albiero
Rubens Antônio Curcio
Rubens Arlindo Murgi
Rubens Corrêa Augusto
Rubens Diez Chaves Simas
Rubens Farinelli
Rubens Fernandes Júnior
Rubens Henrique West
Rubens José da Silva
Rubens Murari
Rubens Nunes de Souza
Rubens Vieira da Silva
Rubens Vilela Silveira Bueno
Rubens Yoshieiti Yonamine
Rudiney Strafacci
Rui César Rizek
Rui Ferreira Crespo
Rui Gomes Nogueira Ramos
Rui Ostiz Queiroz Guimarães
Rui Serra
Rui Vendramin Camargo
Rute Lumi Kawashima
Ruth Alves Queiroz
Ruth de Toledo Paiva
Ruth Tomaz Ortiz
Ruy de Toledo Arruda Ne
Ruy dos Santos Pinto Júnior
Ruy Edward Zanchetta Costa
Ruy Roberto da Silva
Sabrina Guerra Lima
Salete Abrao Iunes
Salomao Silva Neto
Salvador Ferreira do Nascimento
Salvador Gomes da Rocha Neto
Sami Brito Zakia
Samia Stuart Fakih
Samio Marcos da Silva
Samoel Caetano
Samuel Belisario de Oliveira
Samuel Dias da Silva
Sandra Christina Cardoso
Sandra Cobellis Piazza
Sandra Cristina de Meira Barreto
Sandra de Fátima Ribeir
Sandra de Souza Costa
Sandra dos Santos Netto Grapella
Sandra Fátima Monzani de Meo
Sandra Lanni Fusco
Sandra Mara Aggio
Sandra Márcia Chaimovitz
Sandra Maria da Silva Rinco
Sandra Maria Nappi Carvalhaes
Sandra Maria Taytie
Sandra Maria Taytie Fortes
Sandra Maron dos Santos
Sandra Mascari
Sandra Miyuki Hatai
Sandra Nascimento da Silva
Sandra Pinheiro Mendonca
Sandra Regina Caproni
Sandra Regina Carlos Pacheco
Sandra Regina da Conceição
Sandra Regina de Souza
Sandra Regina Heger
Sandra Regina Paschoal Braga
Sandra Regina Ulian
Sandro da Silva Gomes
Sandro de Mattos
Sandro José Menezes Nunes
Sandro Vicente da Costa
Sanenari Oshiro
Santina Maria Silveira Alves
Sara Guiomar Haponczuk Brito
Satiko Yanagawa
Saturnino Leivas
Saulo César Ribeiro
Saverio Roberto Barbosa Caracciolo
Sebastião Antunes Sobrinho
Sebastião Augusto Gouvêa de Sousa
Sebastião de Moura Bittencourt Neto
Sebastião de Queiros Pereira
Sebastião de Queiroz Pereira
Sebastião Eduardo Alves de Castro
Sebastião Luiz do Prado
Sebastião Nunes da Silva
Sebastião Ribeiro
Sebastião Roberto da Silva
Sebastião Thiago de Siqueira
Seiki Shintani
Seli Elena Belei
Selma Linhares Pereira Serralvo
Selma Ozan Fabbri
Semi Cilas Lopes
Sérgio Abrahao
Sérgio Abrao de Souza
Sérgio Alex Constant de Almeida
Sérgio Aparecido de Souza Sevilha
Sérgio Artur de Andrade
Sérgio Artur de Souza Campos
Sérgio Augusto de Camargo
Sérgio Camargo Penteado
Sérgio Carlos Dompieri
Sérgio Cordeiro Corrêa
Sérgio Cordeiro Corrêa Netto
Sérgio dos Santos
Sérgio Dossi
Sérgio Eli Basso
Sérgio Gino Pallotta
Sérgio Guimarães Gomes
Sérgio Israel dos Reis
Sérgio Kassab
Sérgio Luiz Amendola R.
Sérgio Luiz Barros Suassuna
Sérgio Luiz Carvalho Santos Lima
Sérgio Luiz Pinhol
Sérgio Mattos Cunha
Sérgio Mitsuo Yamane
Sérgio Moraes de Azevedo
Sérgio Paulo Nojerino
Sérgio Raul Cammarano Gonzalez
Sérgio Ricardo Cesário
Sérgio Ricardo Simao
Sérgio Rogério Santana
Sérgio Weinmann
Sérgio Yoshiyuki Ueno
Severino Donha
Severino Miguel de Oliveira
Severino Nicacio dos Santos
Severino Tomaz da Silva
Shirlei Celene Guerreiro Tonello
Shirley Vicente Batista
Sibeli Negrelli
Sibylle Blohm
Sidnei de Jesus Bartsch
Sidnei de Souza Nolasco
Sidney Baptista Pinto
Sidney Ferreira Alves
Sidney Tadeu Vidal
Silene da Costa Marins
Silmara Albuquerque da Silva Santos
Silmara Urbani
Silvana Carobrezzi
Silvana Maria Buhr
Silvana Moreira de Sousa
Silvana Ortigara Longo
Silvana Rodrigues
Silvestre Davi
Silvestre Gomes de Oliveira
Silvia Barbosa Corrêa
Silvia Carvalho Lobo Gomes
Silvia Felipini
Silvia Helena Buchalla de Mattos
Silvia Ingrid Lang
Silvia Maria Brandão Queiroz
Silvia Maria Lourenço
Silvia Nogueira Soares
Silvia Regina Alves
Silvia Regina Garone
Silvia Regina Portaro Robinsteinn
Silvia Ribeiro Claro
Silvio Bruno Boimel
Silvio César Simionatto Bersan
Silvio de Albuquerque Silveira
Silvio Eduardo Marques Figueiredo
Silvio Luiz Carbone
Silvio Manoug Kaloustian
Silvio Maria Ramos Marcondes
Silvio Martins Filho
Silvio Meira Campos Arruda
Silvio Noronha da Silva
Silvio Porli
Silvio Rafael Barbosa
Silvio Rodrigues Soares
Silvio Vasconcellos
Simeao Damasceno de Oliveira
Simone Aparecida de B. B. M. de Oliveira
Simone Braz
Simone Croda
Simone de Arruda Zanchettin
Simone de Castro Tavare
Simone Scaglione
Sisenando Godoi Pereira do Vale
Siumara Farah
Sivaldo Gomes da Silva
Sizue Yamaguti
Sofia Helena Vieitas de Carvalhosa
Solange Aparecida de S. Ramos de Oliveira
Solange dos Santos Silva
Solange Maria Calissi
Solange Pereira Machado
Solange Reis Ayres
Solange Silva do Espirito Santo Borges
Solange Sodero Vinhas
Sonia Alves Calio
Sonia Aparecida Alves Teixeira
Sonia Aparecida da Cruz
Sonia Costa Cagnino
Sonia Cristina Macedo N.
Sonia Elizabeth Martins
Sonia Ferreira Guina Reis
Sonia Inez Jarussi
Sonia Maria Cassiano Chagas
Sonia Maria da Costa Valerio
Sonia Maria de Figueiredo Nunes
Sonia Maria Gigueira
Sonia Maria Gomes de Oliveira
Sonia Maria Morgueta
Sonia Maria Pileggi Parlatore
Sonia Maria Scatimburgo
Sonia Maria Speltri Tor
Sonia Maria Vaz Ferreira Thiago
Sonia Maria Weiller
Sonia Martins
Sonia Regina de Oliveira
Sonia Regina Duran Marcon
Sonia Regina Tallo
Sonia Veras Felix Agune
Sony Kahn Sindeaux
Sormane José Nascimento de Souza
Stela Goldenstein Carvalhaes
Stella Maris Bilemjian
Stella Radovich Patriani
Stipan Dragutin Milicic
Sueli Aparecida Tozatti Gonçalves
Sueli de Oliveira Fernandes
Sueli Faioli Lopes
Sueli Gonçalves da Silva
Sueli Linhares Pereira Vieira
Sueli Lopes dos Santos
Sueli Monteiro Schiano
Suely Aparecida Guiotti Testa
Suely Decelis Gomes
Susana Alves dos Santos
Susana de Aguiar W. Costa Rolim Loureiro
Suzan Karakas Huner
Suzana Suzarte de Almeida
Suzi Duarte
Sven Cerne
Sybilla Gomes Alves
Sydnei Atilio Nicolosi
Sylvia Andrea Campos
Sylvia Maria Vilor Hernandes
Sylvio Augusto Cardoso
Sylvio Barros Sawaya
Sylvio Gomes de Oliveira
Sylvio Lais Ricchetti
Sylvio Roberto Geraes
Synesio Paes de Barros Júnior
Tadeu Ricardo Rizzo
Tais Teresinha Benicio Rizek
Talitha Lessa Orestes
Tania Nascimento Guimar
Tania Regina Durci Mendes
Tania Wakisaka
Tarcia Suliano Lima
Tarcisio Alceu Lopes de Faria
Tarcisio de Lima Oliveira
Tarcisio Luiz Falci
Tarso Napoleão de Moura
Tatiana Tavares Penna Rispoli
Tatsuo Sato

Tercio Pontirolli de Araújo
Teresa Cristina Bassoli
Teresa Midori Takeuchi Silva
Teresinha Rago
Tereza Beatriz Ribeiro Herling
Terezinha Mendes de Figueiredo
Thais Aparecida Soares
Thais Gomes da Silva Campos
Thales Tanure
Thania Elizabeth Brites Blaser
Thelma Martins de Paula
Themistocles de Souza Júnior
Therezinha Aguiar de Medeiros
Therezinha Ciavatta
Thomas Masaischi Horita
Thomaz de Aquino Nogueira Neto
Tiaraju Peixoto Pires
Tieko Helena Nakanishi Peroni
Tito Miranda Socio
Tomaso Vicente La Teana
Tomiya Kubota
Toshio Misato
Tsuyoshi Anzai
Tulio Carlos de Franca Penna
Tzung Shei Ue
Ubertello Bulgarini D'Elci
Ubirajara Barone Garcia
Ulisses Paixao Scavone
Urbano Ferrari Neto
Vaguiner Anaya Garcia
Valdecir Borghi
Valdecir Gabriel
Valdeir Antônio Teófilo
Valdelicio Carlos Pacheco
Valdemar Casagrande
Valdemar Ferrante
Valdemar Herrero
Valdenira Aparecida Lameiras
Valderes Maria Dejilio
Valdete Genta
Valdineia Silva Lessa
Valdiney Souza Pereira
Valdir Martins Tosta
Valdir Ricardo da Silva
Valdir Roberto de Souza
Valentina Denizo
Valéria Breves
Valéria Cano Bravi
Valéria Costa Barreto
Valéria Juliana F Ganas
Valéria Lucchetti de Sillos
Valéria Sanches
Valéria Vieira Teodorio
Valmir José Gonçalves
Valne Gonçalves Sobrinho
Valquiria Breves Lombardi
Valquiria Kayoko Nagao
Valquiria Lima Cavalcanti
Valter Carlos Cardim
Valter José Assad
Valter Tadeu Sampaulo
Vanderlei Brognara
Vanderlei de Oliveira
Vanderlei Ibira Ceravolo
Vanderlei Nicolino Pecoraro
Vanderlei Peres
Vanderlei Vigano
Vandia Marques Silva
Vandir Souza Coutinho
Vanessa Ascencio Bendrath
Vania Franzese Salmim
Vania Moura Ribeiro
Vanice Catarina Gonçalves
Vanio Marcos dos Santos
Vantuil Quirino
Vera Adriana de Sá Antônio
Vera Duailibi
Vera Eugenio Caldas
Vera Eugenio Caldas Reis
Vera Lúcia da Silva
Vera Lúcia dos Santos Ferreira
Vera Lúcia Ennes do Val
Vera Lúcia Galvão Terra
Vera Lúcia Gomes de Moura
Vera Lúcia Lima
Vera Lúcia Neves Valente Palacio
Vera Lúcia Nogueira
Vera Lúcia Simões
Vera Lúcia Soares de Barros
Vera Lúcia Trolezi
Vera Márcia Paraboli Silva Vidigal Milanesi
Vera Maria de Araújo
Vera Maria Leme Alvarenga
Vera Maria Neves e Silva
Vera Regina de Oliveira Carvalho
Verbo Ribeiro de Abreu
Veridiana Werneck Carraresi
Veronica Sales Pereira
Vicente Carlos y Pla Trevas
Vicente de Paulo Almeida
Vicente Marra Júnior
Vicente Prudencio
Vicenti Angi Neto
Victor Emanuel Lopes
Victor Pedro Forte
Vilmar Marino
Vilson Borges Thiago
Vilson Fernandes da Silva
Vinicius Camargo Barbeiro
Virgilio Luthero Maynard Ferraz Araújo
Virginia Auta Magno Araújo
Virginia de Azevedo Mendes Steed
Virginia de Fátima Oliveira Carvalho
Virginia Ianez de Lima
Virginia Paes Coelho
Virginio Pereira Dias Nagre
Vitor Augusto dos Santos
Vitor Custódio Tavares Gomes
Vitor Levy Castex Aly
Vivaldo dos Santos Paiv
Vivian Elisabeth Manasse Teixeira Leite
Vivian Michel Farha Garcia
Viviane Baddini Pinhata Nami
Viviane Frost
Viviane Lucas Grillo
Viviane Nunes Conceição de Oliveira
Vladimir Benincasa
Vladir Bartalini
Wagner Campos
Wagner Linhares
Wagner Plínio de Paula
Waldemar Bento
Waldemar de Oliveira
Waldemar dos Santos
Waldemar Fernandez Júnior
Waldemar Semitan
Waldevir Roberto Sant'Ana
Waldir Campos Aranha Filho
Waldir do Nascimento
Waldir Narcizo
Waldir Reis Barbosa
Waldomiro Antônio Bueno de Oliveira
Waldyr Mendonça Júnior
Walkyria Marques de Paula
Walmir Peres Percinoto
Walmir Salmim
Walter Armando Martinelli
Walter Carvalho Catelan
Walter Celio do Prado
Walter Claudino Herculano
Walter da Rocha Camargo
Walter de Godoy Bueno
Walter Ficca
Walter Forster Júnior
Walter Francoso Petito
Walter Kunio Sassaki
Walter Santana Menk
Walter Siciliano
Walter Silverio Siqueira
Walter Sverzuti
Walter Vezzoni
Wanda Lamezi
Wanda Rossetto
Wandenir Hilmar Dominiqueli
Wander Onorio Pacheco
Wanderlei Takeyoshi Noguti
Wanderlei Ventura
Wanderley Fernandes da Silva
Wanderley Ferreira Neve
Wanderley Peres
Wanderson Márcio Ribeiro
Wania Maria Fernandes
Washington Luiz Conceição
Watt José Ricci
Weber Ciloni
Weber Felicio Giannotti
Wedson Prado
Welb de Souza Santos
Wellington Ferreira de Carvalho
Wellington Lopes da Rocha
Wesley Wey Júnior
William Paiva Chaves
William Sanchez Camilo
Willian Araújo Vasconcelos
Williana dos Anjos Menezes
Wilma Gomes Amorim Ballotim
Wilson Bracetti
Wilson de Sousa Barbosa
Wilson dos Santos Simões
Wilson Geraldo de Campos
Wilson José de Assis Júnior
Wilson Massao Chinen
Wilson Pereira de Souza
Wilson Ribeiro de Souza
Wilson Rizzo
Wilson Roberto Camargo
Wilson Roberto Galvão Ceccon
Wilson Roberto Garcia Martins
Wilson Roberto Veiga
Wilson Scognamillo Ferrer
Wilson Tadeu Passarelli
Wilson Thomas Rosas
Wilson Vieira
Wilton Adriano de Oliveira
Wilton César Sant'ana
Wilton Freire do Carmo
Wladimir de Toledo Pimentel
Wladimir Giroldo
Yara Lúcia Leitao
Yara Penha da Silva
Yara Rigo da Rocha
Yara Santi Buhler
Yara Vicentini
Yoitiro Higasi
Yolanda Maria F. de Oliveira Gomes
Yone Santos da Silva Linhares
Yoshio Takii
Yukimi Onodera Squadran
Yvonne Lourenço Cintra
Zeigmonth Madureira de Souza
Zelia Garcia Damasceno de Oliveira
Zelia Maria Cardoso de Mello
Zenaide Machado de Oliveira
Zenildo Machado Alves
Zilda Aparecida Braga Ganymedes Costa
Zilda Domingues Pena
Zilo Toshiyuki Hashiguchi
Zizeike Thome Carneiro
Zoraide Hilario Sanches
Zuleika Natalina Vianna Dornelles

Referências Bibliográficas

BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (Secretaria de Divulgação). *BNH: projetos sociais*. Brasília. 1978, 17 p.

BARBOSA, I. S. *Impactos do Movimento de Moradia na política e produção habitacional do estado de São Paulo*. I Seminário Internacional e III Seminário Nacional. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. Florianópolis, 2010. p. 1543-1564.

BARROS, M. C. *Autogestão na implementação de políticas habitacionais:* o mutirão autogerido Brasilândia B23. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. 185 p.

BONDUKI, N. *Política habitacional e inclusão social no Brasil:* revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2007. p. 70-104.

BRANDÃO, M. C. da C. *Moradia de baixa renda e o centro urbano: qualificação ou degradação?* O caso dos cortiços nas áreas centrais de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Centro de Aperfeiçoamento Tecnológico, 2003, 159 p.

CAROLINA, M. F; TRANI, E; WAKISAKA, T. Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo. *Desafios da parceria estado-município em programas habitacionais de interesse social:* o Programa Autoconstrução – um caso de intervenção em grande escala no Estado de São Paulo. Brasil. In: Third Urban Research Symposium, 2005, Brasília-DF. Anais do Evento – BIRD e IPEA, 2005.

FILHO, A. T. *Habitação popular no Brasil:* análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2006, 153 p.

FUENTES, M. C. S. *Conjunto residencial Parque Vicente Leporace:* marco de novas concepções urbanísticas na trajetória do BNH. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2006, 137 p.

LARCHER, J. V. M. *Diretrizes visando a melhoria de projetos e soluções construtivas na expansão de habitação de interesse social.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. 2: p. 6-46.

MEDEIROS, S. R. F. Q. *BNH: outras perspectivas.* Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010, 15 p. http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20pespectiva.pdf

PIGNANELLI, P. E. B. *Origens históricas e involução da arquitetura:* os últimos vinte anos de projetos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo-CDHU. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, 157 p.

ROSSI, M. T. B. *Habitação social e gestão associativa:* avaliação dos programas promovidos pelo governo do Estado de São Paulo no período 1990 a 2008. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012, 288 p.

ROYER, L. de O. *Mutirões desenvolvidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) no município de São Paulo*. In: CARDOSO, A. L. (Org.). Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coleção Habitare, Porto Alegre, 10: 363-398 p.

ROYER, L. de O. *Política habitacional no estado de São Paulo:* estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2003, 209 p.

RUPRECHT, D. G. C. *Conjunto Habitacional Jundiaí-A:* dois modos de arquitetar. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2003, 294 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Balanço da atuação da CDHU na área habitacional período 1987-1990, minuta para discussão*. São Paulo, 1991, 145 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo (CDH). *Política pública de habitação popular no estado de São Paulo 1983-1986*. São Paulo, 1987, 201 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Gerência de Programa de Cortiços. *Cadernos PAC 2:* atuação em cortiços em área de preservação do patrimônio histórico de Santos. São Paulo, 2006, 40 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Habita São Paulo. *Política pública de habitação e desenvolvimento urbano sustentável*. São Paulo, 2011, 25 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Panorama da habitação de interesse social no governo do estado de São Paulo: 2007/2008*. São Paulo, 2008, 89 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Panorama da habitação de interesse social no governo do estado de São Paulo: 2007-2010*. São Paulo, 2010, v. 1. 145 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Programa de atuação em cortiços*. São Paulo, 2006, 14 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Programa de moradia indígena*. São Paulo, 2012, 46 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, Fundação Florestal. *Programa recuperação socioambiental da Serra do Mar e mosaicos da Mata Atlântica*. 1ª Ed. São Paulo: KPMO Cultura e Arte, 2013, 24 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Programas e ações da política estadual de Habitação*. São Paulo, 2013, 100 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Relatório de Sustentabilidade 2012*. São Paulo, 2014, 106 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Relatório geral do programa de atuação em cortiços*. São Paulo, 2012, 104 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Relatório da Administração.* São Paulo, 2012, 13 p.

SÃO PAULO (estado) Companhia Estadual de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. *Recuperação urbana e socioambiental:* Jardim Santo André, União de Vila Nova, Bairro dos Pimentas. 1. Ed. São Paulo: KPMO Cultura e Arte, 2013, 24 p.

SÃO PAULO (estado) Secretaria de Economia e Planejamento em conjunto com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, Secretaria dos Negócios do Interior e Secretaria dos Negócios Metropolitanos. *Série: Documentos – 1:* política habitacional do estado de São Paulo. São Paulo, 1976, 248 p.

SÃO PAULO (estado) Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Companhia Estadual de Casas Populares (Cecap). *Fundhab – 2º plano de aplicação*. São Paulo, 1976, 68 p.

UNITED NATIONS ENVIROMENT PROGRAMME. Sustainable Social Housing Initiative, UNEP ORG. *Lições aprendidas: soluções para sustentabilidade em habitação de interesse social com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo*. 2010, 70 p.

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

PUBLICAÇÃO

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Habitação
Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)

ORGANIZAÇÃO

Eduardo Trani
Maria de Lourdes Badejo Gussoni

PESQUISA/ELABORAÇÃO DE TEXTOS

Eduardo Trani (Coordenação)
Maria Claudia Pereira de Souza
Maria Olyntha Borba
Mariana de Sylos Rudge
Mônica Therezinha Bartié Rossi

COLABORAÇÃO/ASPECTOS HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS

Antonio Verdini
Celio da Silva Noffs
Fernando Antonio de Oliveira Batistuzzo
Flavia Augusta de Castro e Castro
Josmar Martins da Silva
Liliane Oestreicher
Lucia Pacheco Silva Franco Montoro
Maria Claudia da Costa Brandão
Ricardo Catelan
Renato Mario Daud
Silvio Bruno Boimel
Viviane Frost

PESQUISA/INVENTÁRIO DE PROJETOS

Maria de Lourdes Badejo Gussoni (Coordenação)
Lucas de Lima

COLABORAÇÃO/PROJETOS E OBRAS

Aguinaldo Lopes Quintana
Alberto Bunduki
Altamir Tedeschi
Ana Lúcia Kroedel Rech
Ana Maria Antunes Coelho
Antonio Carlos Trevisani
Arthur Lozano Filho
Claudia Alves Dias Lacorte
Claudio Gimenez Filho
Daniel dos Santos Barbieri
Danilo Nicodemos de Jesus
Denise Cesar Gomes Ruprecht
Djalma Cintra de Andrade
David Caravieri Neto
Fernando Arevalillo Llata
Fernando Torres de Oliveira
Fernando Ungaro
Francisca Leiko Saito
Giselda Visconti
Iara Rigon Ortega
Iracema Miguel
Irene Borges Rizzo
João Luiz Ferreira Neves
Jose Emilio de Barros
Jose Luis de Almeida
Jose Luiz Trebilcock Tavares De Luca
Leonardo Mac Dowell de Figueiredo
Lia Affonso Ferreira
Luiz Gustavo Della Noce
Marco Antonio Ferrandini Garcia
Marcos Rodrigues Penido
Maria Claudia da Costa Brandão
Maria Cristina Cestari
Maria Isabel de Salles Oliveira Bertoncello

Marta Junqueira da Silva
Moysés Aldo Nascimento
Nilza Tomoko Matsumoto
Regina Celia Silva Almeida
Renato Guimarães Pereira
Renato Mario Daud
Ricardo de Almeida Nobre
Roberta Bellone Fonseca Urtado
Sergio Artur de Souza Campos
Sergio Cordeiro Correa Netto
Silvio Vasconcellos
Sonia Elisabeth Martins
Stella Maris Bilemjian
Valentina Denizo
Vera Maria Leme Alvarenga
Vinicius Camargo Barbeiro
Vitor Augusto dos Santos
Wandenir Hilmar Dominiqueli

APOIO OPERACIONAL

André Conceição de Paula (Apoio Administrativo)
Ana Maria Aguiar Soares (Apoio Administrativo)
Carlos Alberto Medeiros (Arquivo)
Clovis Deangelo (Fotos)
Dario Crispim de Medeiros (Arquivos digitais)
Emilio Carlos Romero
Francisco de Souza e Silva (Arquivo)
Gersino Portela (Arquivo)
Jaime Hespanhol (Cópias)
Jose Carlos Pacheco (Material sobre projetos)
Marlene Pereira de Araújo (Imprensa)
Renata Vidoto Lopes (Apoio Administrativo)
Ricardo Luiz Calzzetta (Preparo ortofotos)
Roberto Shigueru Sado (Material sobre projetos)
Sergio Israel dos Reis (Gestão de Serviços Administrativos)
Waldir Reis Barbosa (Material sobre projetos)
Wilson Augusto Pereira (Processos)

ENTREVISTADOS

Altamir Tedeschi
Antônio Márcio Fernandes da Costa
Arthur Lozano Filho
Barjas Negri
Carlos Ronoel Garcia Fernandes
Cibele Vieira
Claudia Lacorte
Claudio Gimenez Filho
Danilo Nicodemos de Jesus
David Caravieri Neto
Denise Cesar Gomes Ruprecht
Giselda Visconti
Iara Rigon Ortega
Iracema Miguel
Irene Borges Rizzo
Lia Affonso Ferreira
Marco Antonio Ferrandini Garcia
Maria Claudia da Costa Brandão
Maria de Lourdes Badejo Gussoni
Maria Giselda Cardoso Visconti
Maria Isabel Bertoncello
Marie Louise Genevois
Marta Junqueira da Silva
Moyses Aldo Nascimento
Renato Guimarães
Thania Elizabeth Brites Blaser
Virginia Azevedo Mendes Steed
Vitor Augusto dos Santos
Yara Lúcia Leitão

ORTOFOTOS

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Ortofoto do ano de 2010/2011, com resolução espacial aproximada de 1 metro e composição colorida, abrangendo o Estado de São Paulo. Cortesia da EMPLASA – todos os direitos reservados sobre os materiais desta.

CONSULTORIA

TÜV Rheinland Serviços Industriais Ltda.
TÜV Rheinland Group.

EDIÇÃO
KPMO Cultura e Arte

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Keila Prado Costa

DIREÇÃO DE ARTE
© 2016 Marcello de Oliveira
PESQUISA INICIAL
Marcelle Dayer
Sérgio Simões

ENTREVISTAS E REDAÇÃO INICIAL
Sérgio Simões

EDIÇÃO DE TEXTOS
Keila Prado Costa

REVISÃO DE TEXTOS
Maria Luiza Xavier Souto

TRATAMENTO DE IMAGENS
Willy Kiyoshi Okamoto

AGRADECIMENTOS

FAU USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Biblioteca – Gisele Ferreira de Brito

AGRADECIMENTO ESPECIAL
Prof. Dr. Arq. Nestor Goulart Reis

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Todas as informações técnicas para os textos, fotos, ortofotos, plantas e demais imagens deste livro foram fornecidas pela CDHU, que é a entidade responsável por esta publicação e pela edição final de todo o trabalho, incluindo os créditos atribuídos aos respectivos autores (projetos e imagens).

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra por qualquer meio, sem autorização escrita.

All right reserved:
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
Copyright © CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
Publicado no Brasil em 2016
Primeira edição

Printed in Brazil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

CDHU: 50 Anos Promovendo a Habitação Social no Estado de São Paulo / Eduardo Trani, Maria de Lourdes Badejo Gussoni, organizadores. – 1ª edição – São Paulo: KPMO Cultura e Arte, 2016. 452 páginas.

Bibliografia
ISBN 978-85-66844-10-8

1. CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – História 2. Habitações populares – São Paulo (Estado) 3. Política habitacional – São Paulo (Estado) I. Trani, Eduardo II. Gussoni, Maria de Lourdes Badejo.

16-00120 CDD-363.58098161

Índices para catálogo sistemático:
1. CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – História 363.58098161

Foram impressos 1 mil exemplares em dezembro de 2016, no formato fechado 29,0 x 29,0 cm. No miolo foi utilizado papel couché 150 g e acabamento em capa dura com sobrecapa. A arte foi desenhada com as tipologias Exo, Rotis Semi Sans e ITC Franklin Gothic, em mancha de 23,5 x 24,0 cm.

ISBN-13: 978-85-66844-10-8
9 788566 844108